

DOUTORAMENTO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Ciberjornalismo de proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos

Susana Ferrador

D

2025



L ciberjornalismo d'acerca: traçado i análeze de ls mídea stramuntanos an lhinha¹

¹ Título e resumo traduzidos para a língua mirandesa por Alcides Meirinhos da Associação de Lhéngua i Cultura Mirandesa, como forma simbólica de reconhecimento e valorização desta língua minoritária. Este pequeno gesto da investigação científica constitui um contributo adicional para a promoção, visibilidade e preservação cultural do mirandês. A inclusão desta língua justifica-se pelo facto de, nesta tese, se fazer referência explícita ao mirandês e por Miranda do Douro—município de origem e referência desta língua—ser um dos 26 concelhos abrangidos pelo presente estudo.

Susana Ferrador

Ciberjornalismo de proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, sob orientação do Professor Doutor Fernando Zamith (Universidade do Porto) e do Professor Doutor Pedro Jerónimo (Universidade da Beira Interior).

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0.

O presente trabalho de investigação contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo-lhe sido concedida uma Bolsa de Doutoramento identificada pelo número 2020.08380.BD



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO



PESSOAS
2030



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Ao meu pai António (in memoriam) e à minha mãe Marília.

Dedico-vos esta tese com gratidão e reconhecimento. Apesar das dificuldades da vida no mundo rural e das limitações impostas pela ausência de estudos formais, ambos demonstraram um discernimento e resiliência admiráveis durante toda a minha vida, incentivando-me incansavelmente a estudar e a aprender. O vosso exemplo ensinou-me que o saber não reside apenas nos livros, mas sobretudo na força do carácter, na coragem perante os desafios e na capacidade infinita de sonhar para os outros aquilo que não puderam alcançar para si próprios.

Obrigada.

“Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso. Embora haja muita gente que diz que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite.

O que agora vou descrever, meu e de todos os que queiram merecê-lo, não só existe, como é dos mais belos que um ser humano pode imaginar. Senão, reparem:

(...)

Fica ele no alto de Portugal, como os ninhos ficam no alto das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos. Quem o namora cá de baixo, se realmente é rapaz e gosta de ninhos, depois de trepar e atingir a crista do sonho contempla a própria bem-aventurança.

(...)

Vê-se primeiro um mar de pedra. Vagas e vagas sideradas, hirtas e hostis, contidas na sua força desmedida pela mão inexorável dum Deus genesíaco. Tudo parado e mudo. Apenas se move e se faz ouvir o coração no peito, inquieto, a anunciar o começo duma grande hora. De repente rasga a crosta do silêncio uma voz atoadora:

– Para cá do Marão, mandam os que cá estão! ...

(...)

Mas de nada vale interrogar o grande oceano megalítico, porque o nume invisível ordena:

– Entre!

A gente entra, e já está no Reino Maravilhoso.

(...)

Bateram-lhe realmente nas romarias, mas deram-lhe o maior bem que se pode ter:

O nome de Transmontano, o que quer dizer filho de Trás-os-Montes, pois assim se chama o Reino Maravilhoso de que vos falei.” (Torga, 1950, pp. 7-9)

Sumário

Declaração de honra.....	10
Agradecimentos	11
Resumo	13
Abstract	15
Apanhado	17
Índice de Figuras	19
Índice de Tabelas.....	20
Índice de Gráficos.....	22
Lista de abreviaturas e siglas	24
Introdução	26
1. Ciberjornalismo e ciberjornalistas	44
1.1. Conceito, terminologia e evolução.....	48
1.2. Tecnologia e transformação digital no ciberjornalismo.....	53
1.3. Ciberjornalismo em Portugal e no mundo	59
1.4. Características distintivas e desafios emergentes.....	67
1.5. Evolução da investigação sobre ciberjornalismo	77
1.6. Os ciberjornalistas: perfil, desafios e transformações	95
2. Ciberjornalismo de proximidade	102
2.1. Entre o global e o local: glocalização e fluxos informativos.....	104
2.2. Media de proximidade: definição, papel histórico e relevância social	108
2.3. Jornalismo regional, local e hiperlocal: conceitos e transição para o digital.....	117
2.4. Ciberjornalismo de proximidade: conceito, evolução e dimensões no contexto digital	132
2.5. Jornalistas locais: entre a paixão e a precariedade	137
2.6. Crise de informação de proximidade: desafios à sustentabilidade financeira e impactos sociais.....	143
3. Metodologia	157
3.1. Enquadramento metodológico da investigação	158
3.2. Metodologia qualitativa	164
3.2.1. Análise documental.....	164
3.2.2. Entrevistas semiestruturadas.....	173
3.2.3. Focus groups.....	175
3.3. Metodologia quantitativa.....	178
3.3.1. Questionários ao público regional transmontano	182

3.3.2. Questionários aos profissionais da comunicação	183
3.4. Estudos de caso	188
3.4.1. Critérios de seleção dos casos	190
3.4.2. Procedimentos e técnicas específicas de análise dos casos	192
4. A região em estudo: contexto sociocultural de Trás-os-Montes	196
4.1. Contextualização geográfica e histórica	198
4.1.1. Contexto geográfico	198
4.1.2. Contexto histórico	203
4.1.3. Cultura regional e identidade transmontana	209
4.2. Caracterização sociodemográfica e económica	216
4.2.1. Vila Real	217
4.2.2. Bragança	223
4.3. Desafios comuns	228
5. Consumo mediático em Trás-os-Montes	239
5.1. Práticas e hábitos de consumo mediático da população residente	240
5.2. Acessibilidade, obstáculos e influência da desertificação nos hábitos mediáticos	261
5.3. Relação da diáspora com a informação regional	276
5.4. Avaliação pública da cobertura mediática regional	285
5.5. Síntese conclusiva dos resultados	308
6. Mapeamento dos media de Trás-os-Montes	312
6.1. Enquadramento e relevância do mapeamento	312
6.2. Contexto da desertificação mediática regional: situação prévia ao mapeamento (2011–2025)	316
6.3. Resultados principais do mapeamento	323
6.3.1. Publicações periódicas	323
6.3.2. Rádios	329
6.4. Análise integrada dos resultados	335
6.5. Reflexão crítica sobre os resultados obtidos	349
7. Perfil, condições laborais e desafios dos (ciber)jornalistas em Trás-os-Montes ..	358
7.1. Enquadramento e objetivos do estudo	358
7.2. Perfil e condições socioprofissionais	361
7.3. Rotinas, autonomia e pressões editoriais	371
7.4. Utilização de tecnologia e perceção da desinformação	383
7.5. Oportunidades, desafios e futuro da profissão	395
7.6. Síntese crítica e conclusões principais	405
8. Estudos de caso: análise crítica dos media online transmontanos	416

8.1.	Justificação metodológica dos casos seleccionados e operacionalização analítica	416
8.2.	Resultados empíricos da análise transversal das rádios online	430
8.3.	Resultados empíricos da análise transversal dos jornais online	468
8.4.	Perspetivas críticas dos diretores dos media regionais online	502
8.5.	Discussão crítica integrada dos resultados obtidos	515
Conclusão.....		523
Referências bibliográficas		542
Anexos		572

Declaração de honra

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, conforme as normas de referência. Tenho plena consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa exclusivamente como auxiliares técnicos e linguísticos na melhoria da clareza do texto, verificação estilística, formatação normativa, tradução pontual de excertos originalmente publicados noutras línguas e transcrição automática de entrevistas áudio. Sublinho, contudo, que todas as ideias, concepções, análises, conclusões e reflexões são da minha autoria original, não tendo estas ferramentas contribuído para nenhuma parte substantiva ou intelectual do trabalho. Todas as traduções e transcrições automáticas foram integralmente revistas por mim, encontrando-se as interações relevantes transcritas em anexo.

Porto, 25 de julho de 2025

Susana Ferrador

Agradecimentos

Agradeço aos Professores Doutores Fernando Zamith e Pedro Jerónimo o apoio prestado ao longo de todo o processo de elaboração desta tese, destacando o seu profissionalismo, rigor e representação exemplar das universidades a que pertencem. O equilíbrio entre exigência e empatia com que acompanharam este percurso foi decisivo para mim.

Deixo, também, uma nota de reconhecimento à Dr^a Carla Amaral, dos Serviços Académicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um exemplo de competência no serviço público.

A todas as pessoas que aceitaram fazer parte deste estudo: muito obrigada. Perceberam a importância deste trabalho e responderam com generosidade. Os meus entrevistados, e foram muitos, ensinaram-me imenso. Entre académicos, especialistas, jornalistas e diretores de media, cada contributo foi muito valioso.

Às quase 1400 pessoas que responderam aos meus questionários: não vos conheço, mas se algum dia lerem estas linhas e se reconhecerem como participantes, gostava que soubessem que foram importantes. A vossa voz está aqui. Uma palavra também aos emigrantes transmontanos.

Um agradecimento especial a Vítor Fernandes, do Grupo “Rádio Regional”, pela empatia e disponibilidade com que me acolheu.

À minha família: ao meu marido, Miguel, e ao meu filho, Pedro. À minha mãe, Marília, à minha irmã, Tita, e à minha afilhada, Inês. Aos meus sogros, Goreti e António, cunhados, Marta, Carlos e Cátia, e à tia Gracinda.

Todos, de forma generosa, assumiram responsabilidades que eram minhas durante o processo de escrita desta tese. Cada um contribuiu para que eu conseguisse focar-me no que precisava de ser feito. Esta tese não teria sido possível sem a ajuda de todos vós.

No entanto, dentro da minha família, há uma palavra especial que quero dirigir ao Pedro. E é através destas palavras que lhe dedico que procuro também personificar a gratidão que tenho por todos os familiares que em cima mencionei e que caminharam comigo neste processo:

Pedro gostaria de te dizer que a mamã escreveu esta tese em circunstâncias muito difíceis. Foi muito duro. E foi ainda mais duro porque tu eras tão pequenino.

Quero que saibas que, quando assumimos um compromisso connosco próprios, quando tomamos a decisão de avançar e traçamos um objetivo, não devemos desistir, mesmo quando as dificuldades apertam ou quando o coração quer estar num lugar e a cabeça precisa de estar noutro.

É precisamente nesses momentos que precisamos de resistir. Gostava muito que, quando cresceres, tenhas essa força dentro de ti. A força de nunca desistir perante as dificuldades!

Tive muitas saudades tuas em vários momentos, mas agora que acabamos, vamos brincar mais felizes, mais fortes e com a sensação de missão cumprida.

Quando sentires essa sensação, vais ver que, no final, tudo valeu a pena.

E o papá? O papá fez um trabalho brilhante nas minhas ausências. Tiveste muita sorte com o papá que te calhou. Somos, ambos, dois sortudos.

Resumo

Num mundo marcado por fluxos informativos massivos, o jornalismo de proximidade, especialmente em contextos regionais como Trás-os-Montes – entendido aqui em sentido lato, abrangendo os distritos de Bragança e Vila Real, mas excluindo os concelhos durienses do distrito de Viseu –, desempenha um papel crucial na coesão social e na vitalidade democrática local. Esta tese analisa criticamente o papel específico do ciberjornalismo de proximidade, investigando de que forma os media transmontanos se adaptam à era digital e enfrentam desafios decorrentes da necessidade de preservar a proximidade e os valores jornalísticos enquanto procuram sustentabilidade financeira. O eixo central da investigação é o mapeamento e análise crítica do ecossistema mediático transmontano, atualizado em abril de 2025, abrangendo 56 meios (rádios e publicações periódicas) inscritos na ERC, jornalísticos ou não, com ou sem presença online. Deste universo foram selecionados, segundo critérios rigorosos de presença digital efetiva, carácter jornalístico e periodicidade regular, 12 jornais e 17 rádios, estudados com metodologia mista: análise de conteúdo qualitativa e quantitativa, questionários, grupos focais e entrevistas. Destaca-se a participação de 17 responsáveis editoriais nas entrevistas, permitindo compreender antiguidade, condições laborais, transição digital, sustentabilidade económica, além de captar perspetivas críticas sobre desafios e vantagens competitivas no ambiente digital.

Paralelamente, o inquérito à população residente, complementado por grupos focais com a diáspora transmontana em vários países europeus e por um inquérito dirigido aos profissionais dos media regionais, revelou tendências claras de consumo mediático, destacando-se o *Facebook* como principal plataforma digital de acesso à informação regional e preferência por conteúdos de proximidade imediata. Deste mapeamento emerge um desafio estrutural: em 2025, oito dos 26 concelhos de Bragança e Vila Real mantêm-se “desertos de notícias”.

A investigação concluiu que, apesar dos esforços para acompanhar a transformação digital, os media online transmontanos enfrentam desafios à sustentabilidade económica, condicionados pela desertificação populacional, isolamento geográfico e limitações infraestruturais. Nas regiões identificadas como “desertos de notícias”, as

populações recorrem espontaneamente a fontes informais ou a conteúdos provenientes de regiões vizinhas, frequentemente não jornalísticos, sublinhando que confiança e proximidade são determinantes no consumo informativo local. A tese evidencia o papel crucial de atores sociais não jornalísticos na manutenção dos fluxos informativos em contextos mediáticos específicos, ampliando o entendimento sobre as dinâmicas locais do ciberjornalismo de proximidade.

Palavras-chave: ciberjornalismo; ciberjornalismo de proximidade; ciberjornalistas; media regionais; Trás-os-Montes

Abstract

In a world marked by massive information flows, local, especially in regional contexts like Trás-os-Montes (understood here in a broad sense, encompassing the districts of Bragança and Vila Real, but excluding the Douro municipalities of the Viseu district), plays a crucial role in social cohesion and local democratic vitality. This thesis critically analyses the specific role of local online journalism, investigating how media outlets in Trás-os-Montes are adapting to the digital age and addressing challenges related to preserving proximity and journalistic values while striving for financial sustainability.

The central focus of the research is the mapping and critical analysis of the Trás-os-Montes media ecosystem, updated as of April 2025, covering 56 outlets (radio stations and periodicals) registered with the ERC, regardless of their journalistic nature or online presence. From this group, 12 newspapers and 17 radio stations were selected and analysed through a mixed-method approach: effective digital presence, journalistic character, and regular publication. These were studied using a mixed methodology: qualitative and quantitative content analysis, surveys, *focus groups*, and interviews. Notably, 17 editorial managers participated in interviews, providing insights into the age of the outlets, working conditions, digital transition, economic sustainability, and offering critical perspectives on challenges and competitive advantages in the digital environment.

In parallel, a survey of the resident population, complemented by *focus groups* with the Trás-os-Montes diaspora in several European countries and with local media professionals, revealed clear media consumption trends. *Facebook* stood out as the main digital platform for accessing regional information, with a marked preference for content offering immediate proximity. From this mapping, a structural challenge emerges: as of 2025, eight of the 26 municipalities in Bragança and Vila Real remain “news deserts.”

The research concluded that, despite efforts to keep pace with digital transformation, online media in Trás-os-Montes face challenges to economic sustainability, constrained by population decline, geographic isolation, and infrastructural limitations. In regions identified as “news deserts,” populations spontaneously turn to informal sources or to

content from neighbouring regions, which are often non-journalistic, highlighting that trust and proximity are key determinants in local information consumption. The thesis underscores the crucial role of non-journalistic social actors in maintaining information flows in specific media contexts, broadening the understanding of local dynamics in local online journalism.

Keywords: online journalism; local online journalism; online journalists; local media; Trás-os-Montes

Apanhado

Nun mundo marcado por flucços anformatibos massibos, l jornalismo d’acerca, mormente an cuntestos regionales cumo Trás-de-ls-Montes – comprendido eiqui an sentido ámplio, abraçando ls çtritos de Bergância i Bila Rial, mas ponendo de parte ls cunceilhos dourienses de l çtrito de Biseu – cumpre un papel crucial na coeson social i na bitalidade democrática de l sítio. Esta tese studa de maneira crítica l papel específico de l ciberjornalismo d’acerca, scugitando de que maneira ls mídea stramuntanos s’ajustan a la era degital i ancáran zafios resultantes de la necidade an resguardar la bezinança i ls balores jornalísticos anquanto buscan sustentabilidade financeira.

L eixe central de l’ambestigaçon ye mapear i studar de maneira crítica l ecosistema mediático stramuntano, atualizado an abril de 2025, abarcando 56 meios (rádios i publicações rigulares) apuntados na ERC, jornalísticos ou nó, cun ou sien perséncia an lhinha. Deste ouniberso fúrun scolhidos, sigún critérios rigorosos de perséncia degital eifetiba, caráteles jornalístico i frecuencia rigular, 12 jornales i 17 rádios, studados cun metodologie mista: análeze de cuntenido an culidade i quantidade, questionairos, grupos focales i antrebistas. Suobressal la participaçõ de 17 respunsables eiditoriales nas antrebistas, deixando comprender la belheç, cundições de trabalho, transiçon degital, sustentabilidade eiquenómica, además de agarrar mirandas críticas suobre zafios i bantaiges cumpetitibas ne l ambiente degital.

A la par, l anquérito a la populaçon que eiqui bibe, acrecentado por grupos focales cun la diáspora stramuntana an bários países ouropeus i als professsionales de ls mídea regionales, amostrou tendências claras de cunsumo mediático, suobressalindo l *Facebook* cumo principal tabrado degital d’antrada a l’anformaçon regional i preferéncia por cuntenidos de bezinança más achegada. Deste mapear nace un zafio strutural: an 2025, uito de ls cunceilhos de Bergância i Bila Rial manténen-se “uocos d’amboras”.

L’ambestigaçon chegou a la cunclusion que, anque cun ampeinho para acumpanhar la streformaçon degital, ls mídea stramuntanos an lhinha ténen zafios a la sustentabilidade eiquenómica, cundicionados pula zerteficaçon, eizolamento giográfico i debilidades infraestruturales. Nas regiones eidenteficadas cumo “uocos d’amboras”, las populações

bálen-se de pronto a fontes anformales ou a cuntenidos que bénen de regiones bezinas, a menudo nó jornalísticos, ressaltando que cunfiança i bezinança son determinantes no gasto anformatibo de l sítio. La tese arrebel a papel crucial de atores sociales nó jornalísticos na mantenência de ls flucços mediáticos específicos, alhargando l antendimento suobre las dinámicas locais de l ciberjornalismo d'acerca.

Palabras-chave: ciberjornalismo; ciberjornalismo d'acerca; ciberjornalistas; mídea regionales; Trás-de-ls-Montes

Índice de Figuras

FIGURA 1: REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DOS 14 CONCELHOS DO DISTRITO DE VILA REAL	200
FIGURA 2: REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DOS 12 CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA	201

Índice de Tabelas

TABELA 1: CRITÉRIOS GERAIS DE SELEÇÃO DOS MEDIA REGIONAIS PARA ESTUDOS DE CASO	190
TABELA 2: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS GERAIS DA COMPONENTE DE ANÁLISE QUALITATIVA DOS ESTUDOS DE CASO	193
TABELA 3: TEMAS CONSIDERADOS MAIS RELEVANTES PARA A REGIÃO	249
TABELA 4: MEIOS UTILIZADOS PARA ACEDER A INFORMAÇÃO LOCAL	252
TABELA 5: PARTICIPANTES TRANSMONTANOS NA DIÁSPORA (GRUPOS FOCALIS)	277
TABELA 6: ESTRATÉGIAS SUGERIDAS PARA OS MEDIA REGIONAIS ATRAÍREM NOVOS PÚBLICOS.....	285
TABELA 7: OS MEDIA REGIONAIS PRECISAM INOVAR PARA ATRAIR PÚBLICOS MAIS JOVENS	287
TABELA 8: O USO DAS REDES SOCIAIS PELOS MEDIA REGIONAIS É ESSENCIAL PARA ALCANÇAR MAIS LEITORES. 287	
TABELA 9: A POPULAÇÃO ESTÁ DISPOSTA A PAGAR POR CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS DE QUALIDADE	288
TABELA 10: A INTERATIVIDADE PODE AUMENTAR A CREDIBILIDADE E O IMPACTO DO JORNALISMO LOCAL	288
TABELA 11: A COLABORAÇÃO ENTRE MEDIA REGIONAIS E NACIONAIS PODE MELHORAR A COBERTURA JORNALÍSTICA DA REGIÃO	288
TABELA 12: PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS POR MEDIA REGIONAIS	290
TABELA 13: SÍNTESE DOS RESULTADOS DA ESCALA LIKERT	291
TABELA 14: RAZÕES PELAS QUAIS OS PARTICIPANTES CONSIDERARAM A INFORMAÇÃO TENDENCIOSA OU INCORRETA	298
TABELA 15: CATEGORIAS TEMÁTICAS IDENTIFICADAS NAS RESPOSTAS ABERTAS SOBRE MUDANÇAS NECESSÁRIAS NO JORNALISMO EM TRÁS-OS-MONTES.....	307
TABELA 16: CLASSIFICAÇÃO MEDIÁTICA DOS 26 CONCELHOS QUE INTEGRAM OS DISTRITOS DE VILA REAL E BRAGANÇA (2022)	319
TABELA 17: PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA	323
TABELA 18: PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE VILA REAL.....	326
TABELA 19: RÁDIOS DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA	330
TABELA 20: RÁDIOS DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE VILA REAL.....	332
TABELA 21: CLASSIFICAÇÃO DOS CONCELHOS DOS DISTRITOS DE BRAGANÇA E VILA REAL QUANTO À DESERTIFICAÇÃO MEDIÁTICA (2025)	338
TABELA 22: PERCEÇÕES DOS PROFISSIONAIS SOBRE OS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NO JORNALISMO REGIONAL (MÉDIAS DE CONCORDÂNCIA)	391
TABELA 23: PRINCIPAIS FATORES IDENTIFICADOS PELOS PROFISSIONAIS PARA A DISSEMINAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO EM TRÁS-OS-MONTES	393

TABELA 24: PERCEÇÕES SOBRE DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO JORNALISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	400
TABELA 25: RÁDIOS COM PRESENÇA ONLINE SELECIONADAS PARA ANÁLISE NOS ESTUDOS DE CASO	417
TABELA 26: CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE ADOTADOS NOS ESTUDOS DE CASO DAS RÁDIOS TRANSMONTANAS, INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO E MÉTODOS UTILIZADOS	419
TABELA 27: JORNAIS COM PRESENÇA ONLINE SELECIONADOS PARA ANÁLISE NOS ESTUDOS DE CASO	423
TABELA 28: CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE ADOTADOS NOS ESTUDOS DE CASO DOS JORNAIS TRANSMONTANOS, INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO E MÉTODOS UTILIZADOS.....	426
TABELA 29: PRESENÇA DIGITAL EFETIVA E CANAL ONLINE MAIS REPRESENTATIVO DAS RÁDIOS TRANSMONTANAS	432
TABELA 30: CARACTERÍSTICAS DAS RÁDIOS TRANSMONTANAS	437
TABELA 31: QUALIDADE DOS CONTEÚDOS PUBLICADOS PELAS RÁDIOS TRANSMONTANAS	441
TABELA 32: RELAÇÃO ENTRE AS SECÇÕES TEMÁTICAS PREDOMINANTES E AS SUBSECÇÕES TEMÁTICAS ESPECÍFICAS COM BASE NOS TRÊS CONTEÚDOS DE MAIOR INTERAÇÃO	444
TABELA 33: RECEITAS, SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, ALCANCE GEOGRÁFICO E INFRAESTRUTURA NAS RÁDIOS TRANSMONTANAS	457
TABELA 34: ORGANIZAÇÃO DA REDAÇÃO E ESTRATÉGIAS EDITORIAIS ESPECÍFICAS NAS RÁDIOS TRANSMONTANAS	463
TABELA 35: JORNAIS REGIONAIS TRANSMONTANOS ANALISADOS POR POSSE (2011).....	471
TABELA 36: PRESENÇA DIGITAL EFETIVA E CANAL ONLINE MAIS REPRESENTATIVO DOS JORNAIS LOCAIS TRANSMONTANOS.....	472
TABELA 37: CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS TRANSMONTANOS (PARTE 1).....	476
TABELA 38: QUALIDADE DOS CONTEÚDOS PUBLICADOS PELOS JORNAIS TRANSMONTANOS.....	481
TABELA 39: ANÁLISE DAS INTERAÇÕES DO PÚBLICO COM OS JORNAIS LOCAIS TRANSMONTANOS	485
TABELA 40: CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS TRANSMONTANOS (PARTE 2).....	489
TABELA 41: CARACTERÍSTICAS DOS JORNAIS TRANSMONTANOS (PARTE 3).....	493

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE VILA REAL (2011-2023) POR FAIXAS ETÁRIAS	218
GRÁFICO 2: POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE EM CADA UM DOS 14 CONCELHOS DO DISTRITO DE VILA REAL EM 2023.....	219
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES EDUCATIVOS NO DISTRITO DE VILA REAL ENTRE 2011 E 2021.....	220
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (2011-2023) POR FAIXAS ETÁRIAS.....	223
GRÁFICO 5: POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE EM CADA UM DOS 12 CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA EM 2023.....	224
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES EDUCATIVOS NO DISTRITO DE BRAGANÇA ENTRE 2011 E 2021.....	225
GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR FAIXA ETÁRIA.....	240
GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES.....	242
GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	243
GRÁFICO 10: TIPOS DE CONTEÚDOS PROCURADOS	244
GRÁFICO 11: FREQUÊNCIA DE PROCURA DE INFORMAÇÕES	247
GRÁFICO 12: ACOMPANHAMENTO DE AUTARQUIAS E GRUPOS COMUNITÁRIOS NAS REDES SOCIAIS ONLINE .	251
GRÁFICO 13: FONTES DE INFORMAÇÃO CONFIÁVEIS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA.....	253
GRÁFICO 14: JORNAIS E RÁDIOS LOCAIS PREFERIDOS PELA POPULAÇÃO	255
GRÁFICO 15: PREFERÊNCIA PELO FORMATO DE CONSUMO DE NOTÍCIAS	257
GRÁFICO 16: PRINCIPAIS FORMAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO SEM ÓRGÃOS LOCAIS.....	258
GRÁFICO 17: FONTES DE ACESSO RÁPIDO A NOTÍCIAS SOBRE O CONCELHO.....	260
GRÁFICO 18: FREQUÊNCIA DE COMPRA DE JORNAIS REGIONAIS PELOS PARTICIPANTES	266
GRÁFICO 19: DISPONIBILIDADE PARA PAGAR POR UM MODELO DE NOTÍCIAS PREMIUM	268
GRÁFICO 20: FACILIDADE DE ACESSO AOS JORNALISTAS E AOS MEDIA REGIONAIS	269
GRÁFICO 21: ENVIO DE SUGESTÕES OU CONTRIBUTOS PARA OS MEDIA REGIONAIS.....	271
GRÁFICO 22: DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS ÀS AFIRMAÇÕES SOBRE O CONTACTO COM JORNALISTAS E MEDIA REGIONAIS	273
GRÁFICO 23: GRAU DE CONFIANÇA NOS DIFERENTES MEDIA REGIONAIS	294
GRÁFICO 24: PERCEÇÃO SOBRE INFORMAÇÃO TENDENCIOSA OU INCORRETA NOS MEDIA REGIONAIS.....	297
GRÁFICO 25: INFLUÊNCIA DA REALIDADE CULTURAL TRANSMONTANA NO JORNALISMO PRODUZIDO PELOS MEDIA REGIONAIS	303
GRÁFICO 26: NÚMERO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E RÁDIOS POR DISTRITO EM ABRIL DE 2025.....	341

GRÁFICO 27: DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E RÁDIOS PELOS CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA	342
GRÁFICO 28: DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E RÁDIOS PELOS CONCELHOS DO DISTRITO DE VILA REAL.....	344
GRÁFICO 29: DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS SEGMENTADAS POR TIPO DE SUPORTE.....	345
GRÁFICO 30: ANÁLISE COMPARATIVA DA PERIODICIDADE DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS REGISTADAS	345
GRÁFICO 31: PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E RÁDIOS POR ANO DE INSCRIÇÃO NOS DISTRITOS DE VILA REAL E BRAGANÇA	347
GRÁFICO 32: CARACTERIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS MEDIA REGIONAIS TRANSMONTANOS.....	364
GRÁFICO 33: DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO “EM QUE CONCELHO TRABALHA?”, NOS DISTRITOS DE BRAGANÇA E VILA REAL	365
GRÁFICO 34: DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À QUESTÃO “QUE TÍTULO PROFISSIONAL POSSUI”?	367
GRÁFICO 35: PRINCIPAIS DESAFIOS SENTIDOS PELOS PROFISSIONAIS NA COBERTURA JORNALÍSTICA EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL	375
GRÁFICO 36: INFLUÊNCIA DE SUPERIORES OU INTERESSES EXTERNOS NAS ESCOLHAS EDITORIAIS.....	380
GRÁFICO 37: AUTONOMIA DOS JORNALISTAS NA DECISÃO SOBRE FORMATO E ABORDAGEM DAS PEÇAS	381
GRÁFICO 38: FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA INTERNET NO TRABALHO DIÁRIO	388
GRÁFICO 39: AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DAS REDES SOCIAIS	390
GRÁFICO 40: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS SUBSECÇÕES TEMÁTICAS ESPECÍFICAS DOS CONTEÚDOS COM MAIOR INTERAÇÃO NAS RÁDIOS TRANSMONTANAS	445
GRÁFICO 41: PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA DOS JORNAIS TRANSMONTANOS	501

Lista de abreviaturas e siglas

AACS	ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ANACOM	AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES
ANIR	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA IMPRENSA REGIONAL
API	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA
APR	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RADIODIFUSÃO
CCDR N	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE
CCPJ	COMISSÃO DA CARTEIRA PROFISSIONAL DE JORNALISTA
CEPESE	CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE
CIBERPEDI	CONGRESO INTERNACIONAL DE CIBERPERIODISMO
CIM	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
CIR	CADEIA DE INFORMAÇÃO REGIONAL
CMB	CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA
CMMD	CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO
CMVR	CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL
DGADR	DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
DGT	DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO
DOC	DENOMINAÇÃO DE ORIGEM CONTROLADA
DOP	DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA
DRCN	DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE
EMPLM	ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A PROMOÇÃO DA LÍNGUA MIRANDESA
ERC	ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL
FAO	FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION
FCT	FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
FLUP	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FM	FREQUÊNCIA MODULADA
GIAHS	GLOBALLY IMPORTANT AGRICULTURAL HERITAGE SYSTEMS
GNR	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
IA	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
ICS	INSTITUTO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
IEFP	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
IGP	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA

INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL
IPB	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
IPMA	INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA
ISOJ	INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON ONLINE JOURNALISM
ISS	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL
OBCIBER	OBSERVATÓRIO DO CIBERJORNALISMO
PEDITTM	PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PVI	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR
RCB	RÁDIO COVA DA BEIRA
TIC	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO
UBI	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
UTAD	UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Introdução

Enquadramento e problemática

Esta tese centra-se na análise e mapeamento dos media online regionais em Trás-os-Montes, partindo de quatro conceitos essenciais que estruturam o campo científico em que se insere: ciberjornalismo, ciberjornalismo de proximidade, ciberjornalistas e media regionais. A compreensão destes conceitos, das suas particularidades e problemáticas específicas é determinante para delimitar o âmbito e a relevância desta investigação.

O ciberjornalismo refere-se à produção e distribuição de conteúdos jornalísticos em ambiente digital, diferenciando-se das formas tradicionais pela utilização de recursos tecnológicos e pela interação constante com o público (Díaz Noci & Salaverría, 2003). Canavilhas (2014) sublinha características específicas deste formato jornalístico, tais como a hipertextualidade, interatividade, multimedialidade e atualização contínua. Porém, estas potencialidades tecnológicas geram desafios particulares, como a pressão pela rapidez na publicação, que pode comprometer a precisão e profundidade das notícias (Deuze, 2001; Zamith, 2008). Adicionalmente, os ciberjornalistas vivem uma crise de identidade, necessitando constantemente redefinir o seu papel profissional num ambiente mediático saturado e democratizado (Singer, 2011; Bastos, 2023).

O ciberjornalismo de proximidade constitui uma vertente especializada deste ciberjornalismo geral, privilegiando conteúdos voltados para comunidades territoriais ou sociais específicas, com forte identidade cultural e proximidade com o público-alvo (Jerónimo, 2015; López-García, 2008). Esta modalidade enfrenta dificuldades como o subaproveitamento das capacidades digitais dos meios regionais, frequentemente reduzidos a uma simples transposição dos conteúdos tradicionais para a web, sem explorar plenamente a interação ou multimedialidade (Jerónimo & Correia, 2020). Verifica-se, ainda, uma preocupante precariedade laboral nas redações locais, dificultando o investimento em inovação tecnológica e editorial (García Avilés & González Esteban, 2021; Salaverría, 2015).

A figura dos ciberjornalistas emerge como crucial neste contexto, representando profissionais que operam sobretudo no digital, enfrentando rotinas aceleradas e

multitarefas, e gerindo plataformas que exigem competências tecnológicas específicas (Deuze, 2008b; Bastos, 2011). Estes jornalistas vivem um dilema constante entre a velocidade imposta pela atualização permanente e o rigor informativo exigido pela credibilidade jornalística, além de precisarem gerir a relação complexa com audiências cada vez mais participativas e produtoras de conteúdo (Singer et al., 2011). A precariedade laboral e as dificuldades de formação especializada são também problemáticas estruturais que condicionam a qualidade da informação produzida pelos profissionais locais.

Finalmente, os media regionais, definidos como meios de comunicação social orientados para comunidades delimitadas geográfica e culturalmente, desempenham um papel fundamental na manutenção da identidade local e na garantia do pluralismo informativo em regiões frequentemente negligenciadas pelos media nacionais (Camponez, 2012; Hess & Waller, 2017). Contudo, estes meios enfrentam graves problemas de sustentabilidade económica, especialmente perante os desafios impostos pela transição digital, que colocam em risco a sua sobrevivência e autonomia editorial (Ramos, 2021).

Acresce ainda o dilema ético e editorial associado à proximidade excessiva entre jornalistas e fontes locais, que pode gerar dependências e comprometer a independência necessária para um jornalismo crítico e fiscalizador (Sousa, 2002). Esta fragilidade é particularmente notória em meios de pequena escala, onde os mesmos indivíduos podem, simultaneamente, ser fontes, alvos da cobertura noticiosa e membros ativos da comunidade. Como alerta Pedro Coelho, existe, em muitos destes contextos, uma “proximidade demasiado próxima” entre “jornalistas, representantes do poder político e cidadãos-eleitores” (Coelho, 2004, p. 135), o que dificulta a separação entre esferas institucionais e ameaça os princípios de distanciamento e autonomia editorial exigidos pelo exercício do jornalismo.

A investigação apresentada nesta tese procura precisamente responder a estes desafios interligados, partindo de uma realidade regional concreta e pouco estudada: os media online em Trás-os-Montes. Num contexto em que fenómenos como a desertificação mediática, a precariedade laboral, o isolamento digital e a

sustentabilidade financeira precária são evidentes, torna-se importante compreender criticamente como estes media cumprem a sua missão informativa e comunitária. Deste modo, este estudo pretende não só contribuir para o avanço teórico da investigação sobre o ciberjornalismo de proximidade, mas também apresentar propostas aplicáveis que possam ajudar a fortalecer e revitalizar o jornalismo local numa região particularmente afetada por estas problemáticas.

Em Portugal, o jornalismo regional tem enfrentado uma complexa e heterogénea transição digital (Jerónimo, 2015). Apesar de muitos órgãos locais terem iniciado a sua presença online desde meados da década de 1990 (Jerónimo, 2015), este processo tem sido marcado por grandes assimetrias e desafios estruturais significativos. Autores como Bastos (2011) e Jerónimo e Correia (2020) identificam uma utilização insuficiente das potencialidades digitais por parte de muitos media regionais portugueses, frequentemente limitados à simples replicação online dos conteúdos impressos, sem explorar integralmente características como a interatividade, hipertextualidade ou multimedialidade.

Esta limitação é confirmada por estudos de caso como o de Couto (2010), que concluiu que os ciberjornais regionais do distrito do Porto apresentavam “um aproveitamento médio de apenas 30,6% das potencialidades da Internet”, mantendo práticas muito próximas do jornalismo tradicional e com “elevada dependência da versão impressa” (p. 58). Resultados semelhantes foram obtidos por Posse (2011), num estudo realizado nos distritos de Vila Real e Bragança, onde o aproveitamento médio ficou ainda mais abaixo (apenas 23,5%) confirmando o atraso digital estrutural da imprensa regional em zonas do Interior, como Trás-os-Montes, muitas vezes penalizadas pela escassez de recursos técnicos e humanos.

Esta realidade tem contribuído para acentuar desigualdades regionais no acesso e qualidade da informação local disponível, enquanto gera sérias dificuldades na adaptação das empresas jornalísticas aos novos modelos económicos impostos pelo ambiente digital (Ramos, 2025). Assim, compreender e analisar criticamente esta realidade constitui um ponto essencial para definir estratégias sustentáveis de desenvolvimento dos media regionais em contexto digital.

Esta investigação centra-se em problemas concretos que caracterizam atualmente o panorama dos media regionais, particularmente numa região como Trás-os-Montes. Um primeiro aspeto crítico é o desafio dos desertos de notícias, uma realidade cada vez mais identificada e estudada, caracterizada pela ausência ou insuficiência de meios de comunicação locais. Diversas zonas do interior português têm sido classificadas como áreas onde não existe uma cobertura jornalística mínima, afetando diretamente o acesso das populações locais a informação de qualidade e atualizada (Jerónimo, Ramos e Torre, 2022c). Este problema não é meramente informativo, pois afeta também a qualidade da vida democrática e a coesão social nestes territórios.

Outro ponto fundamental prende-se com a precariedade laboral e as dificuldades de profissionalização dos jornalistas regionais. Embora seja uma questão que afeta o jornalismo a nível nacional e internacional, estas dificuldades são particularmente acentuadas nos media regionais. Redações reduzidas, acumulação de funções, baixos salários e falta de oportunidades para formação contínua são realidades que comprometem diretamente a qualidade, a profundidade e o rigor da informação produzida localmente (Bastos, 2011; García Avilés & González Esteban, 2021; Torre et al, 2023). Como salienta Rivas-de-Roca (2022), nos media de proximidade, a precarização “surge como o principal elemento disruptivo da qualidade informativa” (pp. 93-94), afetando a independência jornalística e fragilizando o cumprimento das funções normativas do jornalismo local, especialmente nos países do sul da Europa, como Portugal.

A sustentabilidade financeira precária é igualmente um desafio central para os media regionais (Morais, Jerónimo & Correia, 2020). Muitos destes órgãos dependem de apoios externos, nomeadamente de entidades públicas e institucionais, dada a impossibilidade frequente de obter receitas suficientes provenientes exclusivamente da publicidade ou das vendas. Como sublinha Pascoal (1996), “a imprensa regional e local depende quase exclusivamente dos subsídios do Estado, nomeadamente através das autarquias, das Igrejas e de entidades particulares que a sustentam a seu proveito” (p. 3). Esta dependência financeira condiciona inevitavelmente a independência

editorial, a qualidade dos conteúdos produzidos e a capacidade de inovação editorial e tecnológica dos meios regionais (Jerónimo, 2015; Ramos, 2025). A transição para o ambiente digital, embora trouxesse novas oportunidades, agravou as dificuldades económicas destes media, colocando muitos em risco permanente de sobrevivência (Silva, Gonçalves & Morais, 2025).

Fundamental, também, é o papel crucial dos media regionais na valorização e promoção da identidade cultural e comunitária. A informação produzida localmente não é apenas uma ferramenta de divulgação de notícias, mas um elemento estruturante para a preservação da cultura regional e das tradições locais (Ferrador, Zamith & Jerónimo, 2019), bem como para o reforço dos “sentimentos de pertença” que ligam os cidadãos à sua comunidade de origem (Camponez, 2002, p. 29). Como observa Ribeiro (2010), os jornais locais funcionam como “uma espécie de património coletivo”, através do qual os leitores se reconhecem, vêem representadas as suas vivências e mantêm um vínculo simbólico com o território (p. 3). Sem estes meios de comunicação locais, muitas populações ver-se-iam completamente isoladas e privadas de canais essenciais para a expressão e afirmação da sua identidade cultural e comunitária (López-García, 2008; Hess & Waller, 2017).

A estes desafios estruturais acrescem agora outros contextos complexos e emergentes, nomeadamente o crescimento acelerado da desinformação (Torre et al 2023; Bennett & Livingston, 2018), a forte dependência das plataformas digitais (plataformização) (Nielsen & Ganter, 2022) e a introdução generalizada de tecnologias de inteligência artificial na produção jornalística (Marconi, 2020). Estes desafios recentes, ainda pouco estudados no contexto regional, acrescentam novas camadas de dificuldade aos media locais, que frequentemente dispõem de recursos muito limitados para enfrentar tais desafios.

O crescimento da desinformação afeta diretamente a credibilidade e confiança do público, enquanto a dependência das grandes plataformas digitais ameaça a autonomia editorial e a viabilidade económica dos meios regionais. Por seu turno, a utilização crescente da inteligência artificial, embora represente uma oportunidade potencial para aumentar a eficiência e inovação jornalística, exige também

competências e recursos especializados, muitas vezes inacessíveis aos media regionais mais pequenos (Salaverría, 2019; Jerónimo & Correia, 2020; Marconi, 2020).

É precisamente perante este contexto desafiante, marcado pela transição digital, pela pressão da sustentabilidade financeira e pelos riscos emergentes da plataformização, da desinformação e da inteligência artificial, que esta investigação se propõe analisar criticamente o panorama atual dos media regionais online em Trás-os-Montes. Pretende-se mapear o universo mediático regional, avaliar em profundidade as estratégias digitais adotadas e examinar até que ponto estes media cumprem efetivamente a sua missão informativa e cultural junto das comunidades locais e da diáspora. O estudo culmina com a formulação de recomendações, destinadas a reforçar a sustentabilidade económica e editorial deste setor, garantindo assim o seu papel como bastião de identidade cultural e proximidade informativa.

Pertinência e contributo do tema

A pertinência desta investigação decorre diretamente do contexto social, cultural e mediático que caracteriza as regiões de interior, particularmente Trás-os-Montes, e da necessidade de compreender e reforçar o papel do jornalismo regional na era digital. A relevância deste estudo assenta, desde logo, na constatação empírica de que os media regionais desempenham frequentemente um papel decisivo na promoção inicial de temas e questões que, posteriormente, chegam à agenda mediática nacional. É frequente observar que jornais e televisões de dimensão nacional acabam por amplificar conteúdos inicialmente descobertos e divulgados por jornalistas locais. Esta dinâmica levanta, naturalmente, questões pertinentes sobre a importância real dos media regionais: será que sem estes media locais, as vozes e os temas do interior seriam igualmente ouvidos e valorizados?

Outro fator que sublinha a relevância deste estudo é o isolamento informativo que se observa em algumas comunidades do interior, como documentado por Torre, Ramos, Noronha e Jerónimo (2024). Nestes contextos, marcados por debilidades estruturais e pela ausência de meios jornalísticos locais, a circulação de informação

depende de redes informais e de fontes próximas. A investigação conduzida em Manteigas demonstra que figuras como autarcas, bombeiros ou responsáveis associativos desempenham, por vezes, um papel informal de referência informativa, contribuindo para que notícias e alertas relevantes circulem entre os habitantes, especialmente nas zonas mais periféricas. Este exemplo evidencia a importância dos media regionais, revelando também as limitações atuais da comunicação e informação de proximidade.

Outro aspeto importante que sustenta a pertinência desta investigação relaciona-se diretamente com os desafios demográficos, especialmente o envelhecimento populacional e a falta de literacia digital nas zonas rurais. Nas aldeias transmontanas, muitas das quais com forte envelhecimento populacional, é frequente encontrar cidadãos cuja única fonte de informação é a rádio ou a televisão, dada a sua incapacidade ou dificuldade em aceder a conteúdos digitais ou imprensa escrita. Em diversos locais, o contacto com a informação ocorre essencialmente em espaços comunitários ou situações quotidianas muito específicas, como nas missas, através das emissões das rádios regionais, ou mesmo durante visitas pontuais do padeiro ou da unidade móvel de saúde da autarquia. Esta situação sublinha a necessidade de estudos académicos aprofundados sobre a comunicação local, capazes de gerar soluções concretas e adaptadas à realidade regional e populacional.

Neste quadro de desafios concretos, o contributo deste trabalho situa-se num plano duplo: académico e social. Do ponto de vista académico, verifica-se uma evidente lacuna na literatura científica existente sobre o jornalismo regional, especialmente sobre o ciberjornalismo de proximidade em regiões do interior como Trás-os-Montes. Existem poucos estudos sobre esta realidade mediática regional, apesar da sua complexidade e das múltiplas especificidades locais que merecem uma análise mais sistemática. Assim, esta investigação procura contribuir para o aprofundamento do conhecimento académico sobre a temática do ciberjornalismo de proximidade, ampliando o entendimento sobre o papel que esses media desempenham num contexto digital marcado por mudanças e desafios estruturais.

Simultaneamente, este estudo pretende contribuir de forma prática para o desenvolvimento da comunicação social regional, fornecendo *insights* e propostas aplicáveis que possam beneficiar diretamente jornalistas, empresas de media, decisores políticos e, acima de tudo, o público local e emigrante.

Ao analisar a realidade mediática transmontana, pretende-se contribuir para a definição de políticas públicas mais eficazes e ajustadas à comunicação social regional. Esta intenção ganha especial relevo num contexto em que os apoios estatais ao setor têm revelado insuficiências estruturais e falta de continuidade, frequentemente concebidos sem atender às especificidades de cada território. Exemplo disso foi a exclusão dos jornais locais do recente programa de subscrição de publicações digitais para jovens, limitado às de âmbito nacional (Reconquista, 2025). Paralelamente, continuam a verificar-se práticas de desvio de publicidade institucional, mesmo com origem autárquica, para grandes grupos mediáticos, em prejuízo dos títulos de proximidade (Papafina, 2025). A estes constrangimentos junta-se a instabilidade legislativa, que impede a consolidação de medidas estruturantes como a obrigatoriedade da publicação de deliberações municipais na imprensa local (Terras da Guarda, 2025). Uma freguesia urbana de Lisboa não enfrentará, certamente, os mesmos desafios de um jornal sediado num concelho do interior transmontano, marcado por envelhecimento populacional, emigração e isolamento geográfico — fatores que exigem políticas diferenciadas e sustentadas.

O mapeamento e análise concretizados nesta investigação podem ajudar jornalistas e empresários de Trás-os-Montes a compreenderem melhor o panorama mediático da sua região, permitindo-lhes adequar estratégias editoriais e comerciais às reais necessidades e preferências do público regional. Além disso, a discussão crítica e aberta com responsáveis editoriais, que constitui uma dimensão central desta investigação, pode contribuir para a definição de estratégias futuras mais eficazes e sustentáveis. É consensual que os media regionais atravessam atualmente desafios profundos relacionados com a sustentabilidade financeira, particularmente devido à transição do modelo tradicional de vendas físicas para o ambiente digital. Esta transição trouxe novas oportunidades, mas também dificuldades significativas, levando muitos

órgãos regionais a uma situação de incerteza sobre como navegar neste novo contexto mediático digital.

Embora não se pretenda generalizar os contributos obtidos, estudos com este enquadramento podem representar um contributo útil para apoiar processos de decisão informada, seja por parte do público, dos profissionais da comunicação ou dos responsáveis políticos e institucionais, ao fornecerem uma leitura mais próxima da realidade mediática regional.

Ao fornecer um diagnóstico detalhado e objetivos concretos sobre uma realidade mediática específica, este estudo fornece elementos que poderão apoiar uma futura adaptação mais eficaz e ajustada das políticas públicas e dos apoios comunitários às necessidades reais identificadas. Finalmente, espera-se que esta investigação sirva também de base sólida e estímulo para futuros estudos académicos, criando oportunidades para que outros investigadores possam explorar, aprofundar e expandir ainda mais as questões levantadas neste trabalho, num movimento contínuo de produção científica que beneficie toda a comunidade académica, mediática e social envolvida.

Motivação

A motivação para esta investigação é, simultaneamente, de natureza pessoal e académica, resultando diretamente da experiência profissional da autora enquanto jornalista e da proximidade que mantém com a região analisada. A autora é natural do concelho de Baião, território interior e rural que faz fronteira direta com a região de Trás-os-Montes. Embora não seja natural especificamente de Trás-os-Montes, a vivência quotidiana num contexto de interioridade semelhante permitiu-lhe desenvolver uma profunda empatia e um compromisso genuíno com as questões relacionadas com o jornalismo regional e a comunicação local.

Enquanto jornalista, a autora contacta diariamente com desafios concretos que afetam diretamente a qualidade, profundidade e alcance da informação produzida nos territórios afastados dos grandes centros urbanos: desde a dificuldade estrutural das redações reduzidas, onde trabalham frequentemente apenas uma ou duas pessoas, até

à constante necessidade de captar leitores jovens num cenário marcado pelo envelhecimento da população residente e pela forte emigração dos mais novos. Vivencia-se, em primeira mão, o esforço exigido aos profissionais da comunicação regional para produzirem conteúdos informativos de qualidade, frequentemente limitados por escassez de recursos humanos e económicos, bem como por uma infraestrutura tecnológica insuficiente.

Esta ligação direta e pessoal da autora à realidade mediática do interior do país, nomeadamente através do seu trabalho no terreno, confere uma perspetiva privilegiada e desperta uma motivação acrescida para explorar estas problemáticas. Com este estudo, pretende-se aliar o rigor académico indispensável à sensibilidade necessária para compreender em profundidade as especificidades sociais, culturais e económicas das comunidades interiorizadas, nomeadamente as transmontanas.

Em termos académicos, esta motivação foi fortalecida pela consciência de que dar voz às realidades locais no ambiente digital não constitui apenas um contributo para a região transmontana em particular, mas representa também um passo para o entendimento mais amplo do papel crucial que o jornalismo desempenha nas comunidades minoritárias ou geograficamente isoladas. Ao constatar a ausência de estudos aprofundados sobre a realidade mediática de Trás-os-Montes, considerou-se importante procurar colmatar essa lacuna científica, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado na área específica do ciberjornalismo de proximidade.

Embora esta investigação parta de um conhecimento prévio das dificuldades e especificidades do jornalismo regional no interior do país, salienta-se que foi adotada uma postura crítica, garantindo o necessário distanciamento científico. A proximidade ao tema não pressupõe ideias pré-concebidas sobre os resultados esperados; pelo contrário, o objetivo é precisamente investigar com total abertura e neutralidade os desafios identificados, permitindo que os resultados obtidos reflitam objetivamente a realidade estudada.

Investigar esta temática não é apenas um projeto académico; é também uma forma de dar voz a um território, destacando e valorizando a resiliência, a bravura e a

identidade únicas do povo transmontano, o que representa, para a autora, um verdadeiro privilégio.

Pergunta de partida e objetivos da investigação

A presente investigação procura compreender o cenário mediático regional transmontano no contexto da transição digital e da comunicação de proximidade. Para orientar esta análise, definiu-se uma pergunta central que reflete as preocupações iniciais e as questões essenciais do estudo:

Pergunta de partida:

Qual é o panorama atual dos media online regionais em Trás-os-Montes e de que forma cumprem a sua missão de proximidade na era digital?

Responder a esta questão implica um olhar sobre a realidade regional concreta, exigindo uma abordagem metodológica estruturada e uma análise crítica fundamentada. Neste sentido, formulou-se um objetivo geral abrangente, articulado com a pergunta de partida e que expressa de forma explícita o propósito principal da investigação:

Objetivo geral:

Mapear o ecossistema comunicacional existente em Trás-os-Montes, de modo a identificar o universo mediático regional atual, a partir do qual se selecionará um conjunto representativo de órgãos com presença online efetiva para avaliar criticamente os conteúdos produzidos, as condições de produção editorial e as estratégias digitais adotadas. Pretende-se analisar em que medida estes media cumprem a sua missão informativa e de proximidade junto das comunidades locais e da diáspora transmontana, identificando ainda os principais desafios, oportunidades e perspetivas críticas para assegurar a sustentabilidade destes media.

Para tornar operacional esta análise e garantir coerência ao longo de todo o processo investigativo, o objetivo geral foi desdobrado em vários objetivos específicos. Cada um destes objetivos é pensado de forma autónoma, mas sempre articulado com as restantes dimensões da investigação, refletindo com clareza as diferentes etapas e perspectivas abordadas nesta tese. São eles:

Objetivos específicos:

1. Revisitar e discutir os conceitos centrais desta investigação: ciberjornalismo, ciberjornalismo de proximidade, media regionais e ciberjornalistas.
2. Caracterizar o contexto específico sociocultural, histórico e económico da região de Trás-os-Montes, compreendendo como influencia os media regionais online.
3. Analisar os padrões e hábitos de consumo mediático da população residente e da diáspora transmontana, identificando preferências e dificuldades específicas.
4. Mapear os media online regionais existentes em Trás-os-Montes, identificando-os objetivamente e avaliando um conjunto deles segundo critérios de presença digital efetiva, frequência de atualização, formatos predominantes, qualidade dos conteúdos e práticas de interação com o público.
5. Avaliar criticamente, através de entrevistas aos responsáveis editoriais, as condições de produção jornalística dos media selecionados, sintetizando as motivações para a migração digital, sustentabilidade financeira, independência editorial, condições laborais, organização interna das redações, abrangência territorial real e impacto das limitações infraestruturais locais no alcance digital.
6. Identificar e analisar as estratégias editoriais adotadas pelos media selecionados para reforçar a proximidade informativa e cultural junto de públicos específicos (população sénior, cidadãos isolados e diáspora), incluindo o papel atribuído à valorização da identidade cultural transmontana.
7. Através de estudos de caso, discutir criticamente os resultados da análise transversal, identificando boas práticas, desafios estruturais e oportunidades futuras para o desenvolvimento do ciberjornalismo de proximidade em Trás-os-Montes.

8. Analisar de forma prospetiva, através da auscultação direta dos responsáveis editoriais em contexto de debate, as principais oportunidades e vantagens, desafios estruturais e perspectivas críticas para garantir a sustentabilidade económica e editorial dos media regionais online em Trás-os-Montes.

A definição destes objetivos específicos pretende, acima de tudo, garantir uma abordagem abrangente, crítica e sistemática da realidade investigada, permitindo que os resultados obtidos possam contribuir para uma compreensão do panorama mediático regional transmontano no contexto atual da comunicação digital.

Publicações

Ao longo do percurso de investigação e elaboração desta tese, foram desenvolvidas algumas atividades científicas complementares que contribuíram para aprofundar e robustecer a nossa compreensão sobre o ciberjornalismo de proximidade, particularmente focado na realidade mediática da região transmontana.

Estes trabalhos, materializados em comunicações e artigos, constituíram não só oportunidades de validação e discussão científica, como também permitiram reforçar convicções metodológicas e enriquecer a perspetiva crítica sobre as dinâmicas e os desafios enfrentados pelos media regionais.

Importa sublinhar que, apesar de se centrarem explicitamente sobre Trás-os-Montes, estes estudos exploram aspetos específicos e limitados da realidade mediática regional, reservando-se as conclusões principais da investigação para esta tese de doutoramento. Desta forma, os artigos e comunicações científicas apresentados a seguir ilustram algumas nuances e particularidades da temática em estudo, contribuindo para o entendimento detalhado, mas sem antecipar ou esgotar as conclusões centrais da tese.

- Publicações em atas de conferências internacionais:

Ferrador, S., Zamith, F., & Jerónimo, P. (2019). Precariedade no ciberjornalismo: o caso dos jornais transmontanos. Em A. I. Reis, P. Jerónimo, F. Zamith, & H. Bastos (Coords.),

Ameaças ao Ciberjornalismo: Atas do VI Congresso Internacional de Ciberjornalismo (pp. 328–341). Observatório do Ciberjornalismo, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Com este estudo pretendeu-se investigar as condições precárias dos jornais digitais de Trás-os-Montes, destacando a presença reduzida de jornalistas com carteira profissional nas redações regionais e a predominância de colaboradores não-profissionais. Os resultados confirmaram os impactos negativos dessa realidade na qualidade editorial e na credibilidade dos conteúdos noticiosos, refletindo desafios específicos enfrentados pelos media regionais transmontanos devido ao contexto socioeconómico particular da região.

- Comunicações em congressos científicos:

Ferrador, S., Zamith, F., & Jerónimo, P. (2024). 7Montes: o caso do jornal online que nasceu em Trás-os-Montes com a promessa de servir comunidades locais transmontanas que residem em “desertos de notícias”. Comunicação apresentada no 8.º Congresso Internacional de Ciberjornalismo, Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber), Universidade do Porto, Porto, Portugal, novembro de 2024.

Este estudo teve como objetivo analisar o surgimento e os desafios enfrentados pelo jornal digital 7Montes, criado para responder às necessidades informativas das comunidades transmontanas residentes em “desertos de notícias”. Constatou-se a importância e dificuldade da sustentabilidade financeira em projetos jornalísticos inovadores nesta região, reforçando a necessidade de modelos robustos de financiamento para garantir a pluralidade informativa e preservar as histórias e identidades locais.

- Publicação em livro (capítulo):

Ferrador, S., Zamith, F., & Jerónimo, P. (2024). Ciberjornalismo de proximidade: O exercício da cidadania nas ferramentas de interação de notícias do jornal *A Voz de Trás-*

os-Montes. Em F. Zamith, H. Bastos, A. I. Reis, & P. Jerónimo (Coords.), *Ciberjornalismo: Cidadania, novas formas de participação e novos desafios* (pp. 41–59). CITCEM.

Este trabalho analisou as ferramentas digitais do jornal *A Voz de Trás-os-Montes* enquanto instrumentos de participação cidadã, concluindo que, apesar de oferecer múltiplos canais interativos, o jornal tem uma intervenção reduzida nos diálogos gerados pelos leitores. Este baixo nível de interação institucional limita o potencial de cidadania ativa dos cidadãos transmontanos através das plataformas digitais, sublinhando a importância de estratégias mais participativas no contexto regional.

Estrutura do trabalho

A estrutura desta tese foi planeada, tendo por base uma lógica que assegura coerência entre metodologia e análise empírica. A tese encontra-se estruturada em oito capítulos principais, para além da introdução e da conclusão, organizados segundo uma lógica que visa a articulação entre a fundamentação teórica, as opções metodológicas e a análise empírica da realidade mediática transmontana.

Os dois primeiros capítulos correspondem ao enquadramento teórico e conceptual do estudo. No primeiro capítulo, apresenta-se uma reflexão detalhada sobre o ciberjornalismo e os ciberjornalistas, abordando a evolução histórica do conceito, os desafios emergentes da profissão, as transformações digitais e tecnológicas, bem como o panorama atual da investigação nacional e internacional nesta área. O segundo capítulo centra-se especificamente no ciberjornalismo de proximidade, clarificando os conceitos-chave de jornalismo regional, local e hiperlocal, discutindo o papel histórico e social dos media regionais, e analisando as dificuldades e potencialidades associadas à transição digital, destacando particularmente a precariedade laboral dos jornalistas locais.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia adotada na investigação, explicitando-se com rigor as opções metodológicas quantitativas e qualitativas que sustentam o estudo. Aqui se detalham os procedimentos utilizados na análise documental, entrevistas semiestruturadas, grupos focais (*focus groups*), inquéritos ao

público regional e aos profissionais da comunicação, bem como os critérios e técnicas específicos aplicados na seleção e análise dos estudos de caso.

A partir do quarto capítulo, inicia-se a análise empírica. A este respeito, importa deixar claro a adoção do seguinte procedimento: contrariamente à estrutura académica convencional, em que os capítulos de enquadramento contextual surgem antes do capítulo metodológico, optou-se por colocar o Capítulo 4 – "A Região em Estudo: Contexto Sociocultural de Trás-os-Montes" – imediatamente após o capítulo metodológico. Esta decisão deve-se ao carácter híbrido do Capítulo 4, que combina análise documental, estatísticas oficiais, mapas e revisão bibliográfica sobre a região – elementos de natureza teórica e descritiva – com dados empíricos atuais obtidos através de entrevistas a especialistas realizadas em 2025.

Estas entrevistas, conduzidas de acordo com a metodologia delineada, atualizam e complementam a informação disponível sobre demografia, economia, desertificação, envelhecimento, mobilidade e demais características socioculturais da região transmontana. Estes contributos empíricos recentes são fundamentais para compreender o estado atual da região e os seus impactos no fenómeno investigado (o ciberjornalismo de proximidade).

Com efeito, a realidade infraestrutural e sociodemográfica local, por exemplo, a fraca cobertura de internet, o acentuado envelhecimento populacional e o êxodo de jovens, condiciona as dinâmicas dos media locais. Assim, embora parte do conteúdo do Capítulo 4 consista em contextualização teórica da região em estudo, a integração dos resultados empíricos obtidos no âmbito da investigação justifica a sua colocação após o capítulo metodológico.

O quinto capítulo explora os padrões e hábitos de consumo mediático da população transmontana, analisando as práticas informativas da população residente, as dificuldades decorrentes da desertificação mediática regional e a relação específica que a diáspora transmontana mantém com os media regionais, identificando barreiras, preferências informativas e oportunidades de melhoria da comunicação.

No sexto capítulo, procede-se ao mapeamento detalhado e abrangente de todos os órgãos de comunicação social existentes na região transmontana, inscritos

oficialmente na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), independentemente da sua especialidade temática ou plataforma de distribuição. Para contextualizar este mapeamento e fundamentar a análise realizada, recuperaram-se brevemente dados de relatórios anteriores sobre a realidade mediática da região, nomeadamente documentos publicados entre 2011 e 2022, que identificavam já riscos significativos de desertificação mediática.

Estes relatórios, particularmente o de 2022, indicaram especificamente quais os concelhos transmontanos classificados como “desertos de notícias”, com reduzido ou nenhum acesso à informação local. Com base nestes dados prévios, o capítulo apresenta, em 2025, um panorama mediático atualizado, permitindo analisar criticamente eventuais mudanças ou persistências face à situação anteriormente diagnosticada, sempre que possível estabelecendo comparações rigorosas entre os dois momentos.

O sétimo capítulo analisa o perfil, as condições laborais e os principais desafios enfrentados pelos profissionais que trabalham nos media transmontanos. Este capítulo identifica questões relacionadas com as rotinas jornalísticas, autonomia editorial, pressões externas, utilização das tecnologias digitais, perceção sobre a desinformação e perspetivas futuras para a profissão.

Por fim, o oitavo capítulo apresenta e discute os resultados obtidos através de estudos de caso selecionados a partir de um conjunto de media regionais com presença online efetiva, resultantes do mapeamento inicial. Com base numa análise transversal das rádios e jornais online, bem como nas entrevistas aos diretores e responsáveis editoriais, procura-se compreender como estes media cumprem a sua missão de proximidade, discutindo criticamente os resultados obtidos, identificando boas práticas e os desafios que permanecem por resolver.

A investigação termina com uma Conclusão, onde se apresenta uma síntese crítica global dos resultados alcançados ao longo da tese, destacando-se os principais contributos científicos e a originalidade da investigação desenvolvida. São discutidas também as implicações práticas dos resultados, oferecendo recomendações concretas para o fortalecimento e sustentabilidade futura do setor dos media regionais

transmontanos. Finalmente, são reconhecidas e refletidas as limitações identificadas durante o processo de investigação, apresentando-se sugestões fundamentadas para futuras investigações que possam aprofundar ou expandir os conhecimentos obtidos neste trabalho.

1. Ciberjornalismo e ciberjornalistas

O jornalismo nunca esteve tão acessível, nem enfrentou desafios tão profundos como na era digital. O ciberjornalismo, mais do que uma mera transposição do jornalismo tradicional para o meio digital, representa uma transformação estrutural na produção, distribuição e consumo de informação (Pavlik, 2001). Essa transformação não se reflete apenas na tecnologia, mas também na própria prática jornalística e na redefinição do papel dos profissionais da informação.

Os ciberjornalistas, ao operarem num ambiente mediático digitalizado, tiveram de adquirir novas competências, adaptar-se às dinâmicas das plataformas digitais e enfrentar os desafios de um setor em constante mudança. A digitalização progressiva e a convergência das plataformas remodelaram o ecossistema mediático, proporcionando um acesso ágil e interativo às notícias, mas também impondo desafios estruturais ao modelo de negócio do jornalismo (Salaverría, 2019; Franklin, 2014).

Neste contexto, o ciberjornalista assume um papel central não apenas na adaptação às novas linguagens e formatos, mas também na redefinição das rotinas produtivas, equilibrando inovação tecnológica e credibilidade informativa.

Desde a década de 1990, com o surgimento dos primeiros jornais online, o ciberjornalismo passou por diferentes fases, alternando períodos de inovação rápida, caracterizados pela adoção de novas formas narrativas, pela exploração crescente dos recursos multimédia e pela promoção da interatividade e hipertextualidade, com fases de menor dinamismo e até de estagnação (Bastos, 2023). A evolução do ciberjornalismo não se caracteriza por um crescimento linear e uniforme, mas sim por avanços pontuais seguidos de momentos mais prolongados de estabilidade tecnológica e narrativa. A emergência das redes sociais e da inteligência artificial (IA) introduziu desafios acrescidos, desde a proliferação de *fake news* e das *deepfakes*² até à crescente dependência dos algoritmos das grandes plataformas digitais (Newman et al., 2023; Vos & Thomas, 2018).

² As *deepfakes* são conteúdos digitais manipulados por IA, capazes de criar vídeos, imagens ou áudios falsificados com elevado grau de realismo, sendo praticamente indistinguíveis dos originais. Sobre esta realidade, consultar Hancock e Bailenson (2021), Vaccari e Chadwick (2020) e Westerlund (2023).

Em Portugal, o ciberjornalismo tem sido objeto de investigação e reflexão académica há quase 30 anos. Durante este período, as redações portuguesas enfrentaram diferentes fases de adaptação às exigências do digital, com desafios que incluem a sustentabilidade financeira, a reformulação das rotinas jornalísticas e a capacitação dos profissionais (Correia et al., 2021; Bastos, 2023).

A relevância do ciberjornalismo reside, portanto, no seu impacto estruturante na sociedade contemporânea. O ciberjornalismo molda a perceção pública da atualidade, altera os hábitos de consumo informativo e coloca novos desafios éticos e operacionais aos profissionais da comunicação (Domingo & Heinonen, 2008; Deuze, 2008a). Compreender as dinâmicas do ciberjornalismo é essencial para refletir sobre o futuro da informação e assegurar a qualidade e credibilidade jornalística num cenário de acelerada transformação digital.

Este capítulo tem como objetivo central estabelecer um enquadramento teórico e conceptual para a compreensão do ciberjornalismo e do papel do ciberjornalista na contemporaneidade. Para isso, serão explorados os conceitos, a evolução histórica do ciberjornalismo em países como Portugal, Espanha ou Brasil, bem como as características, potencialidades e desafios inerentes a esta atividade.

Pretende-se, ainda, identificar e analisar as transformações ocorridas no perfil dos jornalistas, as novas competências requeridas pela digitalização e os desafios emergentes da profissão (Deuze, 2008b; Kawamoto, 2003). A abordagem adotada ao longo deste capítulo procura articular um diálogo entre as diversas perspetivas teóricas sobre o ciberjornalismo e os ciberjornalistas, garantindo uma análise abrangente e atualizada da sua evolução e impacto.

No ano de 2025, celebram-se três décadas desde a emergência do ciberjornalismo em Portugal. Este marco histórico proporciona um momento propício para revisitar criticamente os principais desenvolvimentos e desafios que têm moldado o panorama científico desta área. Neste contexto, escolhemos revisitar o trabalho desenvolvido pelo Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber), considerando que este constitui o principal núcleo de investigação sobre ciberjornalismo em Portugal, reconhecido tanto nacional como internacionalmente.

A opção pelo ObCiber decorre da sua capacidade distintiva em mapear, de forma continuada e coerente, as tendências emergentes e as preocupações centrais do campo do ciberjornalismo. Esta abordagem metodológica é fundamentada pelo enquadramento internacional proposto por Thorsten Quandt (2023), que sistematiza a evolução da investigação em ciberjornalismo em quatro fases principais—"Nicho", "Euforia", "Desilusão", "Doom and gloom"—e numa fase emergente ("+1"), que corresponde aos desafios contemporâneos, como a plataformização e a inteligência artificial. Este modelo global, ao qual contrapomos a análise nacional proporcionada pelos congressos do ObCiber, oferece uma matriz interpretativa sólida que permite situar, num contexto mais amplo, as temáticas e debates académicos identificados em Portugal.

Assim, procedeu-se a uma análise das temáticas discutidas nos oito congressos internacionais organizados por este observatório entre 2008 e 2024, com o objetivo de compreender, numa perspetiva longitudinal, quais os desafios predominantes em diferentes momentos históricos e em que direção se inclinaram as investigações e debates académicos.

Embora se reconheça que outros organismos e encontros científicos, como o International Symposium on Online Journalism (ISOJ), promovido pela Universidade do Texas em Austin, ou o Congreso Internacional de Ciberperiodismo (Ciberpedi), da Universidade do País Basco, oferecem contributos relevantes e perspetivas complementares no campo do ciberjornalismo, a escolha do ObCiber justifica-se sobretudo pela continuidade temporal alargada (2008–2024), pela regularidade e especificidade das análises centradas na realidade portuguesa, aspetos que nem sempre se encontram reunidos de forma tão consistente noutros contextos internacionais. Esta opção não pretende, naturalmente, diminuir o valor científico ou metodológico dos restantes organismos e encontros, antes procura destacar a adequação e pertinência específicas do Observatório do Ciberjornalismo para o objeto concreto desta investigação.

Este capítulo desempenha um papel estruturante na tese, ao fornecer uma base teórica que permita uma compreensão das dinâmicas atuais do ciberjornalismo,

enquadrando-o no contexto mais amplo da transformação digital no jornalismo e na comunicação social. Embora o foco principal desta investigação incida sobre o contexto português e, especificamente, sobre o ciberjornalismo de proximidade e os media online regionais, não se ignorará o panorama internacional. Nesse sentido, serão consideradas contribuições essenciais provenientes de contextos geográficos relevantes como Espanha, Brasil ou Estados Unidos, recorrendo-se especialmente à literatura científica recente e especializada, nomeadamente trabalhos publicados na revista *Digital Journalism*, referência central na investigação contemporânea sobre ciberjornalismo.

A linha adotada neste capítulo assenta na necessidade de um olhar holístico e crítico sobre o ciberjornalismo, combinando perspetivas teóricas clássicas e contemporâneas. Para tal, adotou-se uma perspetiva multidimensional, baseada na análise de literatura especializada, estudos empíricos e investigações de referência na área do ciberjornalismo (Salaverría, 2019; Newman et al., 2023). A abordagem teórica é complementada por uma contextualização histórica e pela identificação dos principais debates que moldaram o tema ao longo das últimas décadas.

Optou-se por esta linha de análise para permitir o estabelecimento de um quadro comparativo entre a evolução do ciberjornalismo no contexto internacional — com particular incidência no panorama ibérico, sobretudo em Espanha devido à proximidade geográfica e cultural — e a sua concretização em Portugal. Esta delimitação permite aprofundar as dinâmicas regionais específicas e justificar melhor as escolhas feitas na análise subsequente, atendendo a influências teóricas e práticas diretamente relevantes para este estudo. A interligação entre estas duas realidades permitirá evidenciar as semelhanças e especificidades do panorama nacional, facilitando uma melhor compreensão das dinâmicas do setor e dos seus desafios particulares (Correia et al., 2021; Canavilhas, 2007).

Neste sentido, sublinha-se a importância de um estudo aprofundado e sistemático, que não só ofereça um mapeamento geral do estado atual do ciberjornalismo, mas que também contribua para a reflexão sobre o seu futuro, os modelos de negócio sustentáveis e o papel dos jornalistas na era digital (Newman et al., 2023; Vos & Thomas, 2018).

1.1. Conceito, terminologia e evolução

O conceito de ciberjornalismo tem sido objeto de debate ao longo das últimas décadas, refletindo a constante evolução do jornalismo digital e as suas dinâmicas tecnológicas, sociais e económicas. Embora a terminologia tenha variado e a sua adoção inicial não tenha sido consensual, o termo "ciberjornalismo" consolidou-se, sobretudo no espaço ibero-americano (Salaverría, 2019; Bastos, 2023).

De um modo geral, o conceito envolve não apenas a publicação de conteúdo jornalístico na internet, mas também novas formas de produção, distribuição e interação entre jornalistas e audiências (Canavilhas, 2007, 2021).

A terminologia que melhor descreve esta prática tem sido alvo de divergências entre investigadores e profissionais do setor, surgindo múltiplas designações concorrentes, como "jornalismo digital", "jornalismo online", "webjornalismo" ou "jornalismo eletrónico" (Bastos, 2023; Salaverría & Martínez-Costa, 2021).

Importa fazer um preâmbulo para irmos ao encontro do debate sobre a necessidade e a longevidade do prefixo "ciber" para designar esta modalidade informativa. Bastos (2012) argumenta que, assim como os termos "web", "digital" e "online", o uso do qualificativo "ciber" pode ser transitório, porque a convergência dos media leva a uma "hibridização crescente de formatos, práticas e narrativas" (p.27). Eventualmente, a longo prazo, a digitalização será uma característica intrínseca do jornalismo, tornando desnecessário o uso de rótulos diferenciadores.

Na base do conceito de ciberjornalismo está a definição original proposta por Wiener (1948), que descreve a cibernética como "o campo completo da teoria do controlo e da comunicação, tanto na máquina como no animal" (p. 18). Este enquadramento teórico permite perceber que uma das características fundamentais do ciberjornalismo é o seu elevado grau de interatividade, com recurso constante ao feedback, que possibilita corrigir erros e atualizar a informação de forma contínua durante todo o processo de comunicação. Embora essa capacidade de retroalimentação constitua uma das mudanças mais profundas trazidas pelas tecnologias digitais ao

jornalismo, não é necessariamente um argumento suficiente para justificar a utilização permanente de um prefixo específico, como “ciber”, na sua designação.

Autores como Salaverría (2019) e Zamith (2015a) defendem que, com a normalização do ciberjornalismo, o uso de “ciber” tende a perder relevância, sendo substituído por uma abordagem que considera a prática jornalística como um todo integrado, independentemente do meio em que é realizada. Assim, como salienta Bastos (2012), "o que importa, realmente, é o conceito base: jornalismo" (p. 27).

Este debate sobre a utilização do prefixo "ciber" não é meramente terminológico, mas também conceptual. Zamith (2011) defende que a adoção do termo resulta de um processo natural de adaptação ao meio digital. Bastos (2023) argumenta que a escolha do prefixo está alinhada com uma tendência linguística mais ampla, observada em diversas áreas do conhecimento, como "cibermedicina", "ciberdireito" e "ciberarte".

Já Valcarce e Marcos (2004) sublinham que o prefixo "ciber" provém do grego *kybernetes*, que significa "pilotar" ou "navegar", estabelecendo uma ponte simbólica entre a tradição clássica e a modernidade digital. Segundo estes autores,

com o uso deste termo procedente do grego ciber (no sentido de pilotar) incorpora-se o valor acrescentado de se fazer a ponte com as raízes clássicas da nossa cultura greco-latina, contribuindo para a união dos mundos antigo e moderno, entendidos como as duas faces de uma mesma moeda: a informação jornalística. (Valcarce & Marcos, 2004, citados por Bastos, 2023, p. 47).

Salaverría (2005, 2019) argumenta que o uso do prefixo “ciber” não se restringe ao jornalismo, mas aplica-se a todo o ecossistema mediático digital, diferenciando-se dos meios tradicionais pela sua estrutura, linguagem e dinâmica de produção e distribuição.

Bastos (2023) sugere que, no contexto português, faria sentido adotar o termo "cibermedia³", alargando a abrangência do conceito e incluindo diferentes formas de

³ Para Bastos (2012), cibermedia designa os meios jornalísticos na Internet, concebidos com potencial para inovar em linguagens e formatos, embora na prática nem sempre esse potencial seja realizado de

produção e difusão jornalística no ambiente digital. Na atualidade o prefixo mantém-se e consolidou-se. O futuro dirá sobre a necessidade da sua eliminação ou substituição.

A nomenclatura para descrever o ciberjornalismo variou significativamente ao longo do tempo. Bastos (2000) começou por utilizar a expressão "jornalismo eletrónico", que caiu em desuso por ser aplicável também à rádio e à televisão. Outras designações, como "jornalismo na internet" ou "jornalismo em linha", foram consideradas demasiado extensas e pouco práticas (Salaverría, 2019).

O termo "jornalismo multimédia" poderia ser adequado, mas, como aponta Zamith (2011), também é utilizado para descrever formatos televisivos e audiovisuais. Palacios e Machado (2003) destacam que o "jornalismo digital" não se limita à transposição de conteúdos para o meio online, mas implica uma reconfiguração das rotinas jornalísticas, incorporando características como interatividade, hipertextualidade e multimedialidade.

A expressão "jornalismo online" permanece amplamente utilizada, especialmente nos Estados Unidos, sendo definida por Bastos (2023) como o uso da internet para a produção e disseminação de conteúdos jornalísticos.

Canavilhas (2003, 2007, 2021) argumenta que o webjornalismo vai além do jornalismo online, explorando as potencialidades da internet e desenvolvendo narrativas jornalísticas hipertextuais, interativas e multimédia.

Pavlik (2001) considera que o webjornalismo é um novo paradigma informativo, caracterizado pela convergência de texto, som, imagem e hiperligações. Schwingel (2012) acrescenta que o ciberjornalismo é um jornalismo baseado na utilização de sistemas automatizados de produção de conteúdos, que permitem atualização contínua, armazenamento e recuperação de informação, bem como a participação do utilizador no processo de produção.

De acordo com Canavilhas (2003, 2021), a nomenclatura jornalística está diretamente relacionada com o suporte técnico, seguindo a lógica de que o rádio deu origem ao radiojornalismo, a televisão ao telejornalismo e a web ao webjornalismo.

forma plena, devido a fatores como modelos de negócio, cultura das redações e outras restrições impostas ao ciberjornalismo.

Embora a terminologia tenha sido objeto de debate, é inegável que o termo "ciberjornalismo" se consolidou como a designação predominante para descrever o jornalismo praticado no ambiente digital. Zamith (2011) sublinha que a indefinição terminológica persistiu ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, devido à migração gradual das redações para o meio digital e à resistência inicial à adoção de novas linguagens e formatos.

Salaverría (2005) define ciberjornalismo como a “especialidade do jornalismo que emprega o ciberespaço para investigar, produzir e, sobretudo, difundir conteúdos jornalísticos” (p.21). Autores portugueses como Bastos (2005, 2023) ou Zamith (2008, 2013) privilegiam o termo ciberjornalismo para destacar a produção noticiosa exclusiva para a Web. Pedro Jerónimo (2015) também tem uma preferência pelo mesmo termo.

Bastos (2005) define ciberjornalismo como “o jornalismo produzido para publicações na Web por profissionais destacados para trabalhar, em exclusivo, nessas mesmas publicações” (p. 82).

Vilso Junior Santi (2010), ao sistematizar e discutir a proposta de Mielniczuk, entende que o conceito de ciberjornalismo remete para a prática jornalística realizada com o apoio das possibilidades tecnológicas oferecidas pela cibernética, isto é, para o jornalismo desenvolvido no ou com o auxílio do ciberespaço. Nesse enquadramento, a utilização do computador para a gestão de bases de dados no momento da elaboração de uma notícia constitui um exemplo concreto da prática do ciberjornalismo (Santi, 2010).

Schwingel (2012) segue essa mesma linha dos conceitos mas traz uma complementariedade, a nosso ver bastante significativa, quando se refere às possibilidades do papel desempenhado pelo utilizador no processo de produção e à flexibilização temporal e espacial, ao afirmar o seguinte:

ciberjornalismo é a modalidade jornalística no ciberespaço fundamentado pela utilização de sistemas automatizados de produção de conteúdos que possibilitam a composição de narrativas hipertextuais, multimédias e interativas. O seu processo de produção contempla a atualização contínua, o armazenamento e recuperação de conteúdos e a liberdade

narrativa com a flexibilização dos limites de tempo e espaço, e com a possibilidade de incorporar o público nas etapas de produção. Os sistemas de gerenciamento e publicação de conteúdos são vinculados a bancos de dados relacionais e complexos (Schwingel, 2012, p. 37).

Mielniczuk (2003) propõe uma distinção terminológica relevante, ao definir o ciberjornalismo como aquele que “envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço” (p. 27), distinção que permite demarcar o conceito em relação a termos próximos, como jornalismo digital, online ou web, cada qual associado a suportes tecnológicos específicos.

Schwingel (2012) procurou “conceituar e caracterizar o fazer jornalístico para a internet, para o ciberespaço” (p. 4), enfatizando as particularidades do meio online e consolidando uma terminologia própria.

Em Espanha, os principais investigadores da área continuam a usar o termo ciberjornalismo nos seus trabalhos mais recentes. Salaverría (2023) enfatiza a evolução do ciberjornalismo para um modelo híbrido, onde há uma fusão entre o jornalismo tradicional e as novas formas de narrativa digital, impulsionadas pela IA e pelo jornalismo de dados. Defende que o conceito de ciberjornalismo não deve ser visto apenas como um jornalismo “na internet”, mas sim como uma nova forma de produção jornalística em que a interatividade, multimédia e personalização são elementos centrais.

López-García (2024) argumenta que o ciberjornalismo está a transcender os limites das plataformas tradicionais, incorporando novos formatos audiovisuais, incluindo o jornalismo imersivo através da realidade aumentada e da realidade virtual.

Nos estudos mais recentes, não é à terminologia e à sua definição que os académicos têm voltado a sua atenção porque, como vimos, os tempos exigem análises prioritárias a outras métricas decorrentes das práticas do ciberjornalismo e, portanto, o termo consolidou-se. Estas definições que vimos e que, no fundo, vêm já de alguns anos, extraídas de uma literatura mais datada, convergem até ao ano atual, ao conceber, na sua generalidade, o ciberjornalismo como uma especialidade jornalística adaptada ao ambiente digital – marcada pela produção exclusiva para a *Web*, pela convergência de

linguagens multimédia, pela hipertextualidade, pela interatividade com o público e pelo aproveitamento das potencialidades do ciberespaço para inovar na apuração, produção e distribuição de notícias.

O termo "ciberjornalismo" foi também a designação escolhida para a criação em Portugal do Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber)⁴, reforçando a sua aceitação no meio académico e profissional. A sua consolidação reflete não apenas um consenso linguístico, mas também uma adaptação ao ecossistema digital que molda a prática jornalística contemporânea. Também nesta tese, validamos o termo ciberjornalismo como o mais apropriado ao ambiente jornalístico por considerarmos que o prefixo "Ciber", que o antecede, mostra bem ao que nos referimos, dada a quase universalidade do termo.

Entretanto, como alerta Bastos (2023), a convergência dos media poderá conduzir a uma hibridização dos formatos, das práticas e das narrativas, tornando o prefixo "ciber" eventualmente desnecessário. Mas, seja como for, independentemente da evolução terminológica, o conceito essencial permanece: jornalismo.

O percurso da terminologia do ciberjornalismo reflete a transformação contínua do próprio jornalismo digital. No entanto, para compreender verdadeiramente a evolução deste campo, é essencial analisar o impacto e a influência que as inovações tecnológicas, com a chegada da internet, trouxeram ao setor. As tecnologias emergentes estão a remodelar as estruturas, os modelos de negócio e os paradigmas informativos do ciberjornalismo.

1.2. Tecnologia e transformação digital no ciberjornalismo

O aparecimento da internet no final do século XX e a chegada em massa dos computadores foram os verdadeiros responsáveis pelo surgimento de novas formas de

⁴O Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber) é um núcleo de investigação português dedicado ao estudo e análise do jornalismo digital. Criado em 2008, está integrado na Universidade do Porto, mais precisamente no grupo Informação, Comunicação e Cultura Digital (ICCD) do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM). Tem como principal missão acompanhar a evolução do ciberjornalismo em Portugal, analisando as suas práticas, impactos e tendências. Para saber mais: <https://obciber.com>

comunicar, mas sobretudo, de novas formas de produzir notícias e de as fazer chegar ao público. As transformações foram de tal ordem que penetraram não só no jornalismo, mas em vários outros campos, como a economia, a cultura e a política. Configura-se, assim, o que Castells (1996) conceitua por sociedade em rede, ou, sociedade informacional, baseada no paradigma do Informacionalismo⁵.

Atualmente, essa sociedade em rede encontra-se profundamente transformada pela mediação algorítmica das plataformas digitais. Os algoritmos de recomendação e curadoria tornaram-se os novos “gatekeepers” do espaço público online, determinando os temas que alcançam maior visibilidade e condicionando diretamente as deliberações sociais (Helberger, 2019). Esta realidade emergente apresenta um impacto duplo: por um lado, levanta preocupações acerca do papel democrático dos media, em particular pela potencial fragmentação do debate público e pela falta de transparência nas escolhas editoriais feitas por algoritmos; por outro, abre também novas oportunidades para reforçar os objetivos democráticos, caso a seleção algorítmica seja orientada por princípios claros de diversidade e pluralismo (Helberger, 2019).

Helberger (2019) sugere, por isso, um enquadramento normativo rigoroso que permita avaliar criticamente esses impactos, defendendo a necessidade de um debate aprofundado e equilibrado sobre o papel democrático desempenhado pelos sistemas algorítmicos de recomendação noticiosa. A atualização do conceito de Castells (1996) obriga-nos, hoje, a reconhecer que o debate público é amplamente codeterminado pelas plataformas digitais. Neste novo contexto, a governação algorítmica da informação emerge como um elemento central para entender as dinâmicas atuais da esfera pública digital, exigindo dos investigadores, decisores políticos e profissionais da comunicação uma atenção redobrada às questões relacionadas com a transparência, a responsabilização e a salvaguarda dos valores democráticos neste ambiente mediado pelas plataformas (Helberger, 2019).

⁵ O paradigma do informacionalismo é um conceito desenvolvido pelo sociólogo Manuel Castells (1996), que caracteriza a atual era da informação como um período em que a economia, a sociedade e a cultura são estruturadas em torno da produção, processamento e disseminação de informação digital, com base em redes tecnológicas e comunicação global. Esse paradigma surge em contraposição ao paradigma industrial, que dominou a sociedade moderna e se baseava na produção em massa e no trabalho mecanizado.

A Internet e as tecnologias da informação e comunicação (TIC) modificaram os conceitos de tempo e espaço da humanidade. Já nem nos lembramos dos tempos em que não éramos regidos pela velocidade e pela instantaneidade, tal e qual somos hoje. “O virtual usa novos espaços e novas velocidades, sempre problematizando e reinventando o mundo” (Lévy, 1997, p. 24).

A partir de 1990, a exploração comercial da internet ganhou o mundo como um novo mercado, provocando também uma nova cultura (cibercultura⁶) e um novo espaço (ciberespaço⁷). O campo do jornalismo não se ficou atrás.

A chegada da internet ao jornalismo representou uma das maiores disrupções da história da comunicação, alterando fundamentalmente os processos de produção, distribuição e consumo de notícias (Salaverría, 2019). No início dos anos 1990, os primeiros jornais começaram a explorar o ambiente digital, mas sem uma visão clara do que esse novo espaço poderia significar para o futuro da profissão (Bastos, 2023).

A transição do modelo tradicional para o digital gerou desafios complexos. Empresários do setor não compreendiam como rentabilizar o conteúdo online sem comprometer as receitas dos jornais impressos; os jornalistas viam-se obrigados a adaptar-se a novas linguagens, ritmos e formatos; e a própria identidade do jornalismo foi colocada em questão à medida que a informação passou a circular fora do controlo das redações, com a ascensão de blogues, redes sociais e novos intervenientes no ecossistema mediático (Domingo & Heinonen, 2008).

O ceticismo inicial foi rapidamente substituído pela necessidade de inovação. O ciberjornalismo começou a diferenciar-se dos modelos tradicionais, explorando a hipertextualidade, a interatividade e a multimedialidade (Canavilhas, 2007). No entanto, esse novo ambiente trouxe consigo um conjunto de desafios estruturais, desde a

⁶ Segundo Lévy, “a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (1999, p. 15). Trata-se de um “novo dilúvio”, provocado pelos avanços tecnológicos das telecomunicações, em especial, o advento da internet.

⁷ A palavra ciberespaço foi criada em 1984, por William Gibson, no seu romance de ficção científica *Neuromancer*. O termo, no livro, refere-se ao universo das redes digitais, descrito como um campo de batalha entre as multinacionais. O termo foi imediatamente retomado pelos utilizadores de redes digitais. Para Pierre Lévy, ciberespaço é o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores (1999).

reconfiguração dos modelos de negócio até a credibilidade e sustentabilidade do jornalismo no ciberespaço (Franklin, 2014).

O desenvolvimento do ciberjornalismo está intrinsecamente ligado às inovações tecnológicas e ao crescimento das redes sociais como veículos primários de informação. A digitalização da produção e distribuição noticiosa trouxe mudanças estruturais na prática jornalística, redefinindo os papéis dos jornalistas e das audiências (Newman et al., 2023). A interação entre as novas ferramentas digitais e o jornalismo gerou desafios e oportunidades, que variam conforme o contexto e a adoção de diferentes modelos tecnológicos pelos meios de comunicação (Carlson & Lewis, 2015).

A tecnologia alterou, portanto, radicalmente o processo de produção jornalística. A introdução de big data⁸, IA e jornalismo computacional⁹ permitiu a automatização de conteúdos, análises preditivas e a personalização da informação (Thurman et al., 2017). Os algoritmos passaram a desempenhar um papel central na agregação e distribuição de notícias, alterando a forma como os leitores consomem informação e influenciando a hierarquização editorial (Diakopoulos, 2019).

A automatização trouxe ainda novas possibilidades para o jornalismo investigativo, permitindo análises de grandes volumes de dados em tempo reduzido (Bradshaw, 2017). Vale ressaltar que este avanço levanta questões éticas e profissionais, porque a utilização de algoritmos pode resultar na perda de autonomia editorial e no reforço de preconceitos algorítmicos na seleção e priorização de notícias (Broussard, 2018).

De igual modo, a personalização algorítmica, frequentemente apontada como um fator que promove o efeito “bolha de filtro” (Pariser, 2011), continua a ser objeto de debate acadêmico. Estudos empíricos relativamente recentes sugerem que, apesar do receio generalizado sobre a formação dessas bolhas informativas, os impactos reais

⁸ A Big Data associada à comunicação refere-se à análise massiva de dados digitais gerados por diferentes fontes, como redes sociais, plataformas de notícias, motores de busca e dispositivos conectados. Esses dados, caracterizados pelo grande volume, velocidade e variedade, permitem compreender padrões de consumo, tendências sociais e a disseminação de informação. A comunicação mediada pelo Big Data tornou-se essencial no jornalismo, no marketing digital, na gestão de redes sociais e na análise de audiências, impactando a produção e circulação de conteúdos informativos.

⁹ O jornalismo computacional refere-se ao uso de tecnologias avançadas, algoritmos e análise de dados na produção de notícias.

da personalização algorítmica sobre a diversidade informativa são relativamente reduzidos (Haim et al., 2018). Num estudo experimental especificamente dedicado ao *Google News*, Haim et al. (2018) não encontraram evidências significativas que sustentassem o isolamento informativo dos utilizadores, apontando, antes, para impactos limitados desta realidade. Estes resultados indicam que muitas preocupações quanto à diversidade informativa podem ser, até certo ponto, exageradas, embora permaneça essencial um acompanhamento crítico das implicações da personalização.

O advento das redes sociais modificou substancialmente a forma como as notícias são produzidas, distribuídas e consumidas. Plataformas como *Facebook*, *X* (antigo *Twitter*), *Instagram* e *TikTok* tornaram-se fontes primárias de informação para muitos utilizadores, superando os meios tradicionais em termos de alcance e velocidade de disseminação (Newman et al., 2023; Kümpel et al., 2015). Realidade que representa um grande desafio para jornalistas e empresas.

As redes sociais oferecem aos meios de comunicação uma nova forma de interação com o público, permitindo comentários, partilhas e discussões em tempo real. No entanto, esta dinâmica também apresenta desafios significativos, como a disseminação de desinformação e *fake news*¹⁰, que se propagam rapidamente devido à lógica dos algoritmos e ao envolvimento emocional dos utilizadores (Wardle & Derakhshan, 2017).

A influência dos algoritmos constitui uma das questões mais complexas enfrentadas pelos meios de comunicação. Plataformas como Google, Meta (*Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*) e X determinam a visibilidade dos conteúdos, impactando a sustentabilidade financeira das organizações jornalísticas (Camargo et al., 2023; Buarque & Miraglia, 2024). O declínio do tráfego orgânico, devido a mudanças constantes nesses algoritmos, obrigou os meios a procurar novas estratégias económicas (Franklin, 2014; Señor & Sriram, 2022).

Recentemente, os meios digitais têm diversificado ainda mais estas estratégias, adotando abordagens inovadoras apoiadas por tecnologias emergentes como IA, big

¹⁰ *Fake news* refere-se a informações falsas ou enganosas, apresentadas como notícias, com o objetivo de manipular a opinião pública, desinformar ou obter ganhos políticos e económicos (Wardle & Derakhshan, 2017).

data e automação. Estes recursos tecnológicos não só permitem gerar novas fontes de receita, como também melhoram a compreensão das necessidades do público, potenciando uma oferta informativa mais personalizada e competitiva no mercado digital (de-Lima-Santos et al., 2024).

Contudo, apesar dessas iniciativas, estudos recentes indicam que a predisposição do público para pagar por notícias digitais permanece limitada, afetando particularmente a viabilidade dos media regionais e locais (Newman et al., 2023).

Esta realidade é agravada pela concentração do mercado publicitário digital no duopólio Google–Facebook, que absorve grande parte das receitas, comprometendo ainda mais a sustentabilidade dos meios tradicionais. Neste contexto, tornam-se necessárias medidas regulatórias mais robustas para proteger o jornalismo da influência comercial excessiva das grandes plataformas (Pickard, 2022; Young & Hermida, 2024).

Simultaneamente, a tecnologia oferece novas oportunidades: o crescimento dos formatos interativos, como vídeos curtos, podcasts e newsletters personalizadas, permite aos meios reconectarem-se diretamente às suas audiências, reduzindo a dependência exclusiva das redes sociais (Newman et al., 2023; Salaverría, 2019; Berry, 2016).

A IA tem sido integrada no jornalismo digital, facilitando tarefas operacionais como geração automática de textos e análise de dados (Thurman et al., 2017). Contudo, o uso excessivo da IA pode levar à desumanização das narrativas jornalísticas, comprometer a diversidade editorial e introduzir vieses informativos devido à falta de transparência dos algoritmos (Broussard, 2018).

Apesar de a evidência empírica recente apontar para impactos mais limitados da personalização algorítmica sobre a diversidade informativa, a literatura continua a sublinhar os riscos potenciais associados a estes mecanismos, nomeadamente a fragmentação informativa e o reforço do efeito de “bolha”, que podem reduzir a exposição dos utilizadores a perspetivas divergentes (Pariser, 2011). Paralelamente, o jornalismo móvel e o áudio digital têm-se consolidado, especialmente através de plataformas como *Spotify* e *YouTube*, permitindo uma segmentação mais eficaz das audiências (Berry, 2016).

O contexto atual evidencia uma crise no jornalismo independente, agravada pelas pressões económicas e tecnológicas que têm conduzido ao desaparecimento progressivo de alguns órgãos de comunicação social, especialmente no âmbito local. Reconhecendo o jornalismo como um bem público essencial à democracia, a UNESCO (2022) enfatiza a necessidade de soluções estruturais para salvaguardar a liberdade e a pluralidade informativa.

Neste quadro complexo e em constante evolução, o ciberjornalismo enfrenta desafios cruciais relacionados com a credibilidade, a sustentabilidade financeira e a adaptação às novas formas de consumo informativo. Torna-se, portanto, essencial analisar não apenas o contexto português, mas também exemplos internacionais, identificando como diferentes realidades moldaram a evolução histórica do jornalismo digital, com destaque para os fatores tecnológicos, económicos e culturais envolvidos.

1.3.Ciberjornalismo em Portugal e no mundo

A evolução do ciberjornalismo variou significativamente entre diferentes contextos geográficos e culturais. Desde meados da década de 1990, em paralelo à massificação da internet comercial em 1995 (Castells, 1996), o ciberjornalismo em Portugal, Espanha ou Brasil passou de experiências incipientes a um campo consolidado e onnipresente. As primeiras edições noticiosas online surgiram em meados dos anos 1990.

Em 1995, lançaram-se as versões digitais do Jornal de Notícias, Público e Diário de Notícias em Portugal (Bastos, 2010) que começaram por seguir um modelo de "*shovelware*", isto é, a mera transposição dos conteúdos impressos para a *web* sem grandes adaptações às características do meio digital (Jerónimo, 2015). Em Portugal, ainda, segundo António Granado (2002), foi a RTP o primeiro órgão de comunicação social a registar domínio na internet (www.rtp.pt), em maio de 1993, mas só em novembro de 1995 abriu página na Internet e apenas da RTP Internacional.

O *Setúbal na Rede*, de âmbito regional, foi o primeiro meio de comunicação social português a nascer exclusivamente online. Quando surgiu, em 1998, enfrentou entraves significativos ao seu reconhecimento institucional, uma vez que nem o Instituto da

Comunicação Social (ICS) — organismo público então responsável pelo setor — nem a Associação Portuguesa de Imprensa (API) dispunham de enquadramento regulamentar para acolher projetos jornalísticos que não correspondessem às formas tradicionais de imprensa, rádio ou televisão. A formalização do registo apenas foi possível após um período prolongado de negociações e da necessária adaptação estatutária por parte da API (Jerónimo, 2015).

Em Espanha, os jornais *El Periódico de Catalunya* e *El Mundo* deram os primeiros passos na internet em 1994, concretizando o lançamento oficial das suas edições web no ano seguinte (Salaverría, 2019). Já no Brasil, o *Jornal do Brasil* estreou a sua edição eletrónica em 1995 (Palacios & Díaz Noci, 2009).

Essa fase inicial caracterizou-se pela mera transposição do conteúdo impresso para a nova plataforma, geralmente com recursos limitados e baixo investimento nas redações digitais – no final de 1996, muitos jornais nem sequer mantinham equipas exclusivas para o online (Bastos, 2010).

Com o virar do milénio, observou-se um *boom* do ciberjornalismo: praticamente todos os títulos tradicionais migraram para a *Web* e surgiram publicações nativas digitais¹¹, num contexto de euforia tecnológica (Salaverría, 2019). Nas décadas de 2000 e 2010, o setor passou por intensa diversificação e profissionalização: consolidou-se a convergência das redações e dos meios, incorporaram-se linguagens multimédia e formatos interativos, expandiram-se modalidades participativas (como o jornalismo cidadão¹²) e a distribuição de notícias através das redes sociais, ao mesmo tempo que os meios enfrentavam novos desafios para assegurar a sustentabilidade económica no ambiente *online* (Palacios & Díaz Noci, 2009; Salaverría, 2019).

No geral, na Europa, o processo de transição para o digital ocorreu de maneira heterogénea, com diferenças substanciais entre os países do Norte e do Sul do continente. Nos países nórdicos, a forte aposta em modelos pagos, aliada a níveis

¹¹ Meios de comunicação nativos digitais são aqueles que surgiram diretamente no ambiente online, sem ligação com os media tradicionais.

¹² Jornalismo cidadão refere-se à produção e partilha de conteúdos noticiosos por indivíduos não profissionais, utilizando plataformas digitais para relatar acontecimentos de interesse público, muitas vezes sem a mediação dos meios de comunicação tradicionais (Allan & Thorsen, 2009).

elevados de literacia digital, permitiu um ecossistema sustentável de ciberjornalismo (Salaverría, 2019). Já nos países do Sul da Europa, incluindo Portugal, a digitalização enfrentou desafios estruturais, como a fragmentação do mercado, a precarização laboral nas redações digitais e a dificuldade na implementação de modelos de financiamento sustentáveis (Correia et al., 2021).

Em 2001, Pavlik dividia a evolução do ciberjornalismo em três fases: a primeira correspondente ao *shovelware*; a segunda dizia respeito à produção de conteúdos unicamente para a Internet, contendo já algum hipertexto e multimédia; e a terceira fase referia-se ao desenvolvimento de conteúdos exclusivamente para a *web*. Em Portugal, o percurso do ciberjornalismo está alinhado com a teoria de Pavlik.

A evolução da sociedade em rede no nosso país deu-se, sensivelmente, entre 2000 e 2010. Neste período os media portugueses viram uma oportunidade de fazer negócio porque, com o auxílio da internet, os seus conteúdos podiam aumentar as audiências de forma exponencial. Foi necessário apostar na convergência.

Bastos (2012) explica que todo este processo implicou a “integração de redações e cruzamentos de conteúdos multimédia” para que os media pudessem “antecipar um cenário de convergência total: tecnológica, empresarial, profissional e de conteúdos” (p. 13). Esta procura pelo modelo mais fiável de negócio criou uma tensão nas redações, uma vez que o ambiente de trabalho foi alterado. Como refere o autor,

apesar de abundarem os discursos sobre a aposta estratégica no digital, o certo é que os meios humanos e técnicos mobilizados para o trabalho nas edições online foram, e continuam a ser, reduzidos, obrigando os poucos ciberjornalistas a desmultiplicarem-se em tarefas de todo o tipo, algumas das quais mais de carácter técnico do que jornalístico. Tem prevalecido a lógica do fazer cada vez mais com cada vez menos meios (2012, p. 4).

Estávamos, já, a distantes 15 anos do início do ciberjornalismo em Portugal, e Bastos concluía que os debates andavam à volta do “aproveitamento das potencialidades da *web*, do formato de ciberjornal ideal, das audiências, do *web design*,

dos modelos de negócio, das necessidades de formação, ou das estratégias empresariais e de marketing: o próprio jornalismo” (2010, p. 14).

Para fundamentar esta ideia, Bastos afirmava que os cibermeios foram perdendo a identidade de “plataformas para o desenvolvimento de informação de qualidade própria, isto é, produzida pelos ciberjornalistas”, para passarem a ser “suportes para a reprodução de conteúdos originalmente produzidos para media tradicionais” (2010, p. 14). Segundo o autor, os profissionais não tinham “espaço para o desenvolvimento de uma identidade própria, que viabilizasse a assunção de alguns papéis tradicionais do jornalismo, a saber, investigar, cultivar fontes próprias, vigiar poderes instituídos, influir na opinião pública, proporcionar análise e interpretação sobre questões complexas” (Bastos, 2010, p. 15-16).

Bastos considerava que esta realidade pode ser explicada com o “culto da instantaneidade – aqui também com recurso massivo a noticiário *outsourced*, leia-se, agências de informação – sobrepôs-se à procura da (hiper)contextualização em profundidade e multimedialidade” (2010, p. 16-17). Referindo ainda que

a generalização do *copypaste* pouco espaço deixou para a reportagem multimédia que não fosse mera demonstração de habilidades rudimentares em *flash*. A sobrevalorização do design, do podcast, do *feed*, do *widget*, do *mobile*, do blogue convidado, da foto ou vídeo do leitor, da rede social, serviu, não poucas vezes, para mascarar a ausência de produção ciberjornalística pertinente e de qualidade. Em suma, o acessório venceu o essencial (2010, p. 17).

Por conseguinte, em Portugal, os primeiros 15 anos de ciberjornalismo ficaram marcados, em termos gerais:

por uma fase experimental relativamente longa, por uma fase de expansão tão acelerada e intensa quanto curta, e por uma fase de estagnação prolongada – pontuada por investimentos a contracorrente, mais no acessório que no essencial – que ocupa praticamente toda a primeira década do século XXI (Bastos, 2010, p. 27).

E, cinco anos depois, o mesmo autor (Bastos, 2015) atualizou o estudo para chegar praticamente à mesma conclusão das investigações anteriores, ao notar que as utopias do ciberjornalismo prometiam a salvação da profissão e um reconquistado compromisso com os cidadãos e a sociedade, mas acabaram, sobretudo, por recriar os velhos hábitos jornalísticos.

Em 2023, Helder Bastos revisitou os primeiros 25 anos do ciberjornalismo em Portugal, concluindo que, apesar da maturidade tecnológica e de alguns avanços na integração das redações, subsistem muitos desafios antigos: persiste a precariedade laboral e continua reduzida a autonomia editorial dos ciberjornalistas, que frequentemente se limitam a replicar conteúdos produzidos para outros suportes. O autor observa que, embora haja sinais claros de convergência, as redações digitais e tradicionais operam, em muitos casos, ainda em paralelo. Sublinha também que os modelos de negócio sustentáveis para o jornalismo digital continuam em grande parte por definir, mantendo-se um cenário de incerteza económica que restringe o investimento em inovação editorial e tecnológica (Bastos, 2023).

Pedro Jerónimo (2015) destaca que, à semelhança de outros países do Sul da Europa, o mercado português enfrentou dificuldades na adoção de um modelo de negócio viável, dependendo da publicidade digital, um setor dominado por plataformas internacionais como o *Google* e o *Facebook*. A escassez de recursos tecnológicos e a necessidade de adaptação das redações dificultaram uma evolução mais ágil do ciberjornalismo no país.

Em 2016, no espaço ibero-americano, os nativos digitais estavam também já bem lançados. Se nos primeiros anos o ciberjornalismo foi dominado por versões online de jornais impressos, rádios e televisões, por aquela altura tinha já havido um aumento significativo de meios exclusivamente digitais, alguns dos quais alcançaram grande relevância (Salaverría, 2016). De facto, como mostra Granado (2002), quase todos os principais meios audiovisuais nacionais abriram versões online até 2001, adotando inicialmente um modelo marcado pelo *shovelware* e só mais tarde evoluindo para uma produção própria adaptada às características do ambiente digital.

Desde então, as redações digitais em Portugal têm procurado diversificar as fontes de receita, investindo em sistemas de *paywall*¹³, como os implementados pelo Público e pelo Expresso. Paralelamente, a digitalização trouxe novas oportunidades para pequenos e médios meios de comunicação, permitindo que jornais regionais e independentes alcancem audiências mais amplas através de estratégias eficazes de distribuição digital (Correia et al., 2021).

Para Bastos (2023),

a história do primeiro quarto de século do ciberjornalismo em Portugal pode ser globalmente dividida em três fases: a da implementação (1995-1998), a da expansão ou *boom* (1999-2000) e a da depressão seguida de relativa estagnação, pontuada por investimentos a contracorrente (2001-2020) (p.59).

Segundo Bastos (2023), continuam a existir dificuldades significativas no setor em Portugal. Muitos dos desafios estruturais já identificados na fase inicial da era digital acabaram por se manter ao longo do tempo e ainda não foram totalmente ultrapassados. Questões como a sustentabilidade financeira do jornalismo online não foram resolvidas neste período. Apesar de várias experiências (gratuidade versus conteúdos pagos, novos modelos de negócio, etc.), o setor não encontrou um modelo estável de rentabilidade para o jornalismo na Internet. Este fator contribuiu para a estagnação, já que a inovação editorial ficou frequentemente limitada por condicionantes económicas.

Ao refletir sobre este primeiro quarto de século de ciberjornalismo em Portugal, Bastos (2023) sublinha que algumas previsões otimistas não se confirmaram. Por exemplo, profecias feitas nos anos 90 — como “o fim dos jornais em papel até ao ano 2000” — revelaram-se precipitadas. Os jornais impressos continuaram, embora com adaptações e perdas de influência. Para Bastos (2023), o ciberjornalismo português encontra-se numa espécie de encruzilhada: por um lado, tornou-se parte integrante do

¹³ O *paywall* é um sistema de restrição de acesso a conteúdos digitais que exige um pagamento ou assinatura para que o utilizador possa visualizar determinados artigos, reportagens ou serviços em sites de notícias, revistas ou plataformas de *streaming*. O objetivo é monetizar o conteúdo e garantir a sustentabilidade financeira do ciberjornalismo.

ecossistema mediático; por outro, enfrenta problemas persistentes que colocam em risco o seu futuro.

Nos Estados Unidos, a digitalização da imprensa começou nos anos 1990, impulsionada pela expansão da internet comercial e pela crescente procura por conteúdos digitais. O primeiro jornal online surgiu no país em 1993, quando o *San Jose Mercury News* disponibilizou conteúdos na internet, inaugurando uma nova era no ciberjornalismo (Kawamoto, 2003).

Rapidamente, surgiram novos modelos de negócios baseados em assinaturas digitais, publicidade programática e integração com redes sociais (Salaverría, 2019). Meios de comunicação como o *The New York Times* e o *The Washington Post* tornaram-se referências na adoção de estratégias digitais inovadoras, incluindo IA para personalização noticiosa e adaptação de conteúdos para dispositivos móveis (Newman et al., 2023).

No Brasil, a transição digital da imprensa ocorreu paralelamente a outros países, mas com especificidades próprias. O jornal *Folha de S. Paulo* lançou a sua primeira versão online em 1995, seguido por outros veículos como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* (Palacios & Machado, 2003). A expansão da internet no Brasil foi um fator determinante para a adoção do ciberjornalismo, tornando-se um dos países com maior penetração da internet na América Latina.

A crescente utilização de redes sociais como principal fonte de notícias tem gerado preocupações sobre desinformação e confiabilidade dos conteúdos. Newman et al. (2023) apontam que a rápida disseminação de *fake news*¹⁴ no Brasil tem sido exacerbada pelos algoritmos das plataformas digitais, que priorizam conteúdos virais e polarizados em detrimento da informação jornalística de qualidade.

A análise comparativa entre Portugal, Brasil e outros países evidencia abordagens distintas à digitalização do jornalismo. Nos Estados Unidos, a adoção de modelos pagos e personalização de conteúdos foi uma estratégia de sucesso. Em Portugal, o setor enfrenta dificuldades estruturais e económicas, sendo ainda escasso o

¹⁴ Informação fabricada, apresentada como se fosse uma notícia legítima, mas sem verificação factual, com o objetivo de enganar e influenciar a opinião pública.

número de meios que apostam efetivamente em modelos de subscrição ou conteúdos premium, mantendo uma predominância significativa da publicidade digital como principal fonte de financiamento. As televisões destacam-se por serem o setor que mais diversificou as suas fontes de receita online, enquanto rádios e outros meios exclusivamente digitais permanecem altamente dependentes da publicidade digital (Meireles & Zamith, 2025, p. 4).

No Brasil, o crescimento do ciberjornalismo foi impulsionado pelo rápido aumento do acesso à internet, mas enfrenta desafios relacionados com a regulação e a sustentabilidade financeira dos meios digitais.

A evolução do ciberjornalismo, tanto em Portugal, no Brasil, como no restante contexto internacional, demonstra que a adaptação às novas tecnologias e aos hábitos de consumo informativo é um processo contínuo. Desafios como a desinformação, a dependência de algoritmos e as mudanças nos modelos de financiamento continuam a influenciar o futuro do ciberjornalismo e a sua sustentabilidade a longo prazo (Newman et al., 2023).

Atualmente, o ciberjornalismo é uma área consolidada não apenas no mercado de notícias, mas também no meio académico, sendo já objeto de análises históricas. Autores como Salaverría e Bastos têm destacado tanto a evolução e a maturação do ciberjornalismo nas últimas três décadas como os desafios enfrentados desde a sua implementação inicial. No contexto brasileiro, por exemplo, um estudo recente de Dave, Rocha e André (2023) evidenciou a consolidação do ciberjornalismo como campo científico autónomo, revelando um crescimento no número de grupos de investigação e destacando especialmente o interesse pela interseção entre jornalismo e tecnologias emergentes, tais como IA, jornalismo de dados e redes sociais.

A evolução do ciberjornalismo não só redefiniu os modelos de produção e distribuição de notícias, como também ampliou as possibilidades narrativas e interativas no ambiente digital. Para compreender este novo paradigma informativo, é essencial analisar as características e potencialidades do ciberjornalismo, desde a hipertextualidade e multimedialidade até à personalização e interatividade, que

transformam a experiência do utilizador e redefinem o papel do jornalista no ecossistema digital.

1.4. Características distintivas e desafios emergentes

O ciberjornalismo distingue-se do jornalismo tradicional por um conjunto de características estruturais e funcionais que redefinem a forma como a informação é produzida, distribuída e consumida. Essas características têm sido amplamente estudadas, mas vale a pena revisitá-las. A digitalização da comunicação trouxe novas potencialidades, permitindo a convergência de múltiplos formatos e a interação em tempo real entre produtores e consumidores de informação (Salaverría, 2019). No entanto, à medida que essas características evoluem, emergem também desafios e problemáticas que afetam a credibilidade, a sustentabilidade e a ética jornalística (Newman et al., 2023).

O jornalismo tradicional e o ciberjornalismo distinguem-se fundamentalmente pelos seus formatos, processos produtivos e dinâmicas de distribuição. Enquanto o jornalismo tradicional opera com suportes físicos, como jornais impressos e emissões televisivas, o ciberjornalismo está ancorado no ambiente digital – um contexto que lhe proporciona inúmeras possibilidades.

Há muito que se ouve falar no fim do jornalismo em papel, ficando o jornalismo exclusivamente entregue ao online. Como vimos, essa provocação ainda não se concretizou nem se sabe se algum dia se concretizará. No entanto, segundo Fernando Zamith (2011), “o cibermeio não é imbatível”. O autor considera que os meios tradicionais têm algumas vantagens sobre o online:

No que falha o cibermeio, é na mais demorada e cansativa leitura em monitor, nalguma menos fiabilidade tecnológica (é mais frequente haver falhas no computador ou no acesso à internet do que na transmissão de emissões de rádio ou de televisão *broadcast* ou na produção e/ou distribuição dos jornais) e numa maior dificuldade em distinguir o que é e não é jornalismo (p.25-26).

É inegável que a internet abriu múltiplas possibilidades ao ciberjornalismo. A produção de conteúdos noticiosos para a internet trouxe, aos jornalistas, a oportunidade de se diversificarem, de complementarem o que era um simples texto com imagens, vídeos, *links* para informação adicional, entre outros componentes que marcam esta forma de fazer jornalismo. “Estas possibilidades multimédia permitem ao jornalista adequar as diversas modalidades a cada história em particular, sem os constrangimentos existentes nos media tradicionais” (Bastos, 2010, p. 33)

No entanto, também acontece o contrário. As possibilidades que o ciberjornalismo oferece, alavancadas pelo “elevado ritmo produtivo, de difusão e permuta de conteúdos online, que possibilitam um acompanhamento interativo constante de qualquer área temática, resultado do efeito de aceleração informativa à escala global que a rede provoca”, têm ajudado à “afirmação da internet” (Brinca, 2012, p.32).

Nas secções seguintes serão analisadas as principais características do ciberjornalismo, incorporando abordagens contemporâneas e problematizando os desafios atuais enfrentados pelos meios de comunicação.

Para Canavilhas (2014), o ciberjornalismo assenta em sete características fundamentais: hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, memória, personalização, atualização contínua e ubiquidade.

Em traços gerais, a hipertextualidade permite uma leitura não linear, conectando conteúdos através de *links* e possibilitando ao leitor escolher o seu percurso informativo. A multimedialidade, por sua vez, enriquece a comunicação jornalística ao integrar texto, imagem, áudio e vídeo num único suporte digital. Já a interatividade envolve o público na produção e consumo de informação, possibilitando comentários, partilhas e análises diretas com os produtores de conteúdo. A memória digital possibilita o armazenamento permanente de conteúdos jornalísticos, permitindo acesso a notícias antigas e alterando a relação do leitor com a temporalidade da informação. A personalização surge como uma característica essencial do ciberjornalismo moderno, na medida em que os algoritmos ajustam os conteúdos apresentados ao utilizador com base nos seus interesses e hábitos de navegação. A atualização contínua distingue o

ciberjornalismo do jornalismo tradicional porque permite uma atualização constante das notícias, adaptando-se ao ritmo acelerado dos acontecimentos. A ubiquidade, por sua vez, refere-se à possibilidade de acesso contínuo e global à informação jornalística, independentemente do tempo, do lugar ou do dispositivo utilizado (Canavilhas, 2014).

Helder Bastos (2005) identifica características semelhantes ao abordar o impacto da digitalização no jornalismo. O autor destaca a hipertextualidade, que redefine uma narrativa jornalística ao permitir conexões entre diferentes conteúdos, tornando a experiência do leitor mais dinâmica e interativa. A multimédia é igualmente enfatizada, uma vez que a convergência de formatos possibilita uma comunicação mais rica e apelativa. A interatividade, como apontada também por Canavilhas, reforça a relação entre jornalistas e audiências, dando ao público a possibilidade de interagir com o conteúdo e participar ativamente no debate informativo. A atualização contínua permite que as notícias sejam editadas e expandidas em tempo real, contrariando o modelo fixo de edição dos meios tradicionais. Para Bastos, outra característica relevante é o acesso global, que elimina barreiras geográficas e possibilita que o ciberjornalismo alcance um público mais vasto e diversificado.

Embora ambos os autores concordem quanto às principais características do ciberjornalismo, Canavilhas atribui particular centralidade à memória e à personalização enquanto dimensões estruturantes do ambiente digital, ao passo que Bastos enfatiza de forma mais desenvolvida a ubiquidade, ou acesso global, enquanto transformação essencial na difusão da informação na era digital.

Entre teorias mais clássicas e outras mais modernas, diversos outros autores identificam características específicas que definem esta nova forma de jornalismo. Entre as abordagens mais influentes, destacam-se as de Fernando Zamith (2008), Ramón Salaverría (2005, 2019), John Pavlik (2000, 2001), David Domingo (2006) e Eldridge II & Franklin (2018), que também analisam aspetos como hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, atualização contínua, personalização e IA.

Uma das primeiras características extremamente reconhecidas no ciberjornalismo, e cuja definição converse em diferentes autores, é a hipertextualidade, conceito central na investigação de Salaverría (2005) e Pavlik (2001). Ambos os autores

referem que esta funcionalidade permite a construção de narrativas não lineares, onde os leitores podem navegar entre diferentes níveis de profundidade informativa através de ligações para outros conteúdos. Zamith (2008) reforça este aspeto, considerando a hipertextualidade um dos elementos distintivos do ciberjornalismo, possibilitando um aproveitamento mais dinâmico da informação.

A multimedialidade é outro fator essencial na caracterização do ciberjornalismo, conforme destacado por Pavlik (2000) e Zamith (2008). Para Pavlik, a convergência de diferentes formatos – texto, imagem, áudio e vídeo – cria uma experiência mais rica para os leitores, permitindo um maior envolvimento com a informação. Zamith (2008) complementa esta perspetiva ao sublinhar que a integração de diferentes formatos mediáticos enriquece a prática jornalística, tornando-a mais versátil e adaptável ao meio digital.

A interatividade, por sua vez, é um elemento amplamente explorado por Domingo (2006) e Salaverría (2019). Domingo (2006) argumenta que a interatividade redefine o papel do leitor, permitindo-lhe não apenas consumir informação, mas também intervir ativamente no processo jornalístico, seja através de comentários, partilhas ou participação na construção de conteúdos. Salaverría (2019) vai além, indicando que a interatividade tem o potencial de aproximar os meios de comunicação de suas audiências, criando uma relação mais horizontal entre jornalistas e público. Zamith (2008) também identifica a interatividade como um fator determinante no ciberjornalismo, destacando as diferentes camadas de participação possíveis no ambiente digital.

Outro aspeto essencial do ciberjornalismo é a atualização contínua, um fator que diferencia este meio do jornalismo tradicional impresso. Pavlik (2001) enfatiza que a natureza digital do ciberjornalismo permite uma reformulação constante das notícias, garantindo que a informação seja permanentemente atualizada em tempo real. Salaverría (2019) concorda e destaca a necessidade dos jornalistas se adaptarem a um modelo de produção mais acelerado, onde a rapidez na publicação pode comprometer a verificação dos factos. Zamith (2008) e Domingo (2006) também sublinham este

desafio, apontando que a pressão pela atualização constante pode afetar a qualidade e a confiabilidade da informação.

Nos últimos anos, autores como Eldridge II & Franklin (2018) introduziram novos elementos à discussão, nomeadamente o impacto da IA e dos algoritmos na personalização da informação. Os autores argumentam que a crescente utilização de tecnologias automatizadas para a seleção e distribuição de notícias altera a forma como o público consome informação, tornando o ciberjornalismo cada vez mais personalizado. Zamith (2008) e Salaverría (2019) abordam a questão de forma complementar, referindo que a personalização pode ser uma vantagem para a segmentação do público, mas também representa riscos, como a criação de bolhas informativas.

Estas características ampliam o potencial do ciberjornalismo mas não estão isentas de desafios.

Vejamos a hipertextualidade, que enriquece a informação jornalística, mas também gera um efeito adverso: a fragmentação da leitura. Domingo (2006) argumenta que, ao ser constantemente incentivado a navegar por diferentes páginas, o leitor pode perder o foco da informação principal, resultando numa leitura dispersa e, em alguns casos, superficial.

Outro problema associado à hipertextualidade é a credibilidade da informação. Embora os links possam direcionar os leitores para fontes adicionais, nem sempre essas fontes mantêm os padrões de rigor jornalístico. Franklin (2014) alerta para o facto de que muitos meios digitais utilizam hiperligações para redirecionar os leitores para conteúdos externos sem verificar a fiabilidade dessas fontes, aumentando o risco de desinformação e circulação de conteúdos não verificados. Este desafio é particularmente relevante num contexto mediático onde as *fake news* se disseminam rapidamente, muitas vezes explorando os próprios mecanismos de hipertextualidade para ampliar o seu alcance.

Além disso, a hipertextualidade tem sido utilizada para fins comerciais, tornando-se um instrumento para maximizar receitas publicitárias em detrimento da experiência do leitor. Salaverría (2019) observa que muitos meios de comunicação

inserir ligações estrategicamente não apenas para enriquecer o conteúdo informativo, mas para prolongar o tempo de navegação dos utilizadores e aumentar o tráfego de páginas. Essa prática, associada ao *clickbait*¹⁵, compromete a integridade editorial e pode prejudicar a confiança do público nos meios digitais.

E ainda, a acessibilidade e literacia digital¹⁶ são fatores que influenciam a eficácia da hipertextualidade no ciberjornalismo. Zamith (2008) e Canavilhas (2010) alertam que, para leitores menos experientes ou com dificuldades no uso de plataformas digitais, a estrutura hipertextual pode tornar-se confusa e dificultar a compreensão da informação. Essa barreira é especialmente relevante para públicos mais velhos ou para aqueles que acedem a notícias por dispositivos móveis, onde a navegação entre diferentes páginas pode ser mais limitada e frustrante.

Na atualidade, constata-se facilmente, pela experiência de navegação, que todas estas dificuldades se colocam tanto ao público mais velho como até aos mais jovens e mais instruídos. A luta pela chamada de atenção do leitor acaba, muitas vezes, por fazê-lo desistir do principal motivo que o levou a abrir a página inicial.

Em 2006, Canavilhas propunha, a este propósito, um modelo de Pirâmide Deitada, no qual a notícia é “organizada por níveis de informação ligados por hiperligações internas que permitem ao leitor seguir diferentes percursos de leitura que respondam ao seu interesse particular”. O autor propunha, assim, quatro níveis de leitura. Primeiro, a unidade base (o quê, quem, quando e onde), seguindo-se o nível de explicação (como e porquê). Em terceiro, surge o nível de contextualização, que oferece informação adicional relativamente aos pontos fundamentais nas notícias, e, por fim, a exploração, que estabelece ligações com outras informações do próprio arquivo da publicação ou em sites externos (p.15). O que acontece nos dias de hoje é uma navegação cada vez mais confusa e frustrante em vários momentos.

¹⁵ Clickbait é uma técnica de atração de audiência baseada em títulos apelativos e sensacionalistas que incentivam os utilizadores a clicarem em determinado conteúdo, muitas vezes sacrificando a precisão informativa (Molina et al., 2021).

¹⁶ Literacia digital refere-se ao conjunto de conhecimentos, aptidões e atitudes necessárias para lidar com o ambiente digital. Este conceito integra diversas literacias anteriores e enfatiza a importância do uso crítico e participativo das tecnologias digitais na Sociedade da Informação (Santos, Azevedo & Pedro, 2016)

Olhemos agora para a interatividade: não podemos ignorar que na atualidade a interatividade, com tudo de bom que trouxe, tem contribuído para a deterioração do debate público. Embora os espaços de comentários e fóruns sejam concebidos como ferramentas para fomentar o diálogo, muitas vezes transformam-se em ambientes de desinformação, discurso de ódio e polarização¹⁷ (Franklin, 2014). A moderação desses espaços tornou-se um dos principais desafios para as redações, uma vez que exige recursos humanos e tecnológicos, nem sempre disponíveis, para prevenir abusos e assegurar a civilidade da discussão (Canavilhas, 2010).

Além de colocar em causa o papel tradicional do jornalista como mediador da informação. Com a proliferação das redes sociais e o envolvimento direto dos leitores na produção e disseminação de conteúdos, a fronteira entre o jornalismo profissional e a participação do público tornou-se mais difusa (Salaverría, 2019). Isso leva a uma realidade onde a autoridade editorial dos jornalistas é desafiada por vozes não especializadas, muitas vezes dificultando a distinção entre informação credível e rumores (Domingo, 2008).

Se antes os jornalistas detinham um papel unidirecional na construção da informação, atualmente os leitores desempenham um papel ativo, sugerindo temas, fornecendo informações e comentando conteúdos jornalísticos, o que influencia diretamente a agenda mediática (Barbosa, 2002). Esta interação é particularmente evidente em plataformas como o X, onde os utilizadores acompanham acontecimentos em tempo real, complementando e, por vezes, corrigindo informações imprecisas.

Meios como o *The Guardian* têm apostado no conceito de *open journalism*, incentivando os leitores a colaborarem ativamente na produção de conteúdos e no aprofundamento dos temas noticiosos (Newman et al., 2023). Este novo ecossistema mediático não apenas amplia as possibilidades de participação, como também desafia os jornalistas a adaptarem-se a um ambiente de informação cada vez mais descentralizado e interativo.

¹⁷Polarização nos media refere-se à tendência dos meios de comunicação para reforçar divisões ideológicas, amplificando perspetivas extremas e reduzindo o espaço para discursos equilibrados e plurais (Sunstein, 2017).

Importa considerar também a vertente comercial desta participação. Muitos meios digitais incentivam a participação do público não apenas para fomentar o envolvimento, mas também para aumentar o tráfego e maximizar receitas publicitárias (Franklin, 2014). O que se compreende. No entanto, essa estratégia compromete a qualidade editorial, priorizando conteúdos mais virais e emocionais em detrimento de um jornalismo mais rigoroso e analítico (Salaverría, 2019).

Sobre a instantaneidade convém referir o risco de erros e desinformação. A pressão para publicar notícias rapidamente pode levar à difusão de conteúdos não verificados, comprometendo a credibilidade dos meios de comunicação (Franklin, 2014). Salaverría (2019) observa que a urgência da publicação muitas vezes reduz o tempo disponível para a verificação dos factos, aumentando a probabilidade de falhas e reinterpretações incorretas.

A instantaneidade altera o processo de apuração jornalística, favorecendo um modelo de jornalismo mais reativo e menos analítico. Domingo (2006) argumenta que a necessidade de atualizar notícias em tempo real reduz o espaço para investigações aprofundadas, limitando a capacidade dos jornalistas de contextualizar e interpretar os acontecimentos. Este efeito pode resultar em conteúdos superficiais e na replicação acrítica de informações sem um filtro editorial adequado.

Outro aspeto problemático da instantaneidade é, conforme já referido acima quando abordada a interatividade, a competição por atenção no ambiente digital. Franklin (2014) destaca que, numa era em que os cliques e o envolvimento do público são métricas centrais para a sustentabilidade dos meios, a rapidez na publicação pode ser incentivada em detrimento da qualidade informativa. Assim como a saturação informativa. Zamith (2008) observa que o excesso de atualizações constantes pode gerar fadiga informativa nos leitores, tornando difícil a distinção entre notícias verdadeiramente relevantes e conteúdos repetitivos ou pouco significativos.

A ubiquidade, isto é, a possibilidade de a informação estar disponível em qualquer lugar e a qualquer momento, graças à conectividade digital e à mobilidade proporcionada pelos dispositivos eletrónicos (Pavlik, 2001), traz consigo sobrecarga cognitiva e, mais uma vez, fadiga informativa, diluição da atenção e a efemeridade da

informação. A ubiquidade do ciberjornalismo, ao permitir que as notícias circulem rapidamente e em múltiplas plataformas, cria um ambiente onde as informações se tornam rapidamente descartáveis (Salaverría, 2019). Isso afeta não apenas a retenção de conteúdos por parte dos leitores, mas também a própria dinâmica de produção jornalística, que se vê forçada a produzir novos conteúdos constantemente, muitas vezes sacrificando a profundidade e a contextualização das notícias.

A ubiquidade também levanta questões sobre privacidade e vigilância digital. Pavlik (2001) menciona que a presença constante da informação e dos dispositivos conectados contribui para um "panóptico global", onde tanto jornalistas como cidadãos são monitorizados através das suas interações digitais. Essa vigilância pode influenciar o comportamento do público e dos profissionais da comunicação, criando autocensura ou incentivando a produção de conteúdos que favorecem a lógica algorítmica das plataformas digitais (Domingo, 2008).

Importa igualmente considerar a persistência de desigualdades informativas. Embora o acesso generalizado à informação constitua um dos princípios associados ao ciberjornalismo, nem todas as populações beneficiam desse cenário. A exclusão digital e as barreiras económicas limitam o acesso contínuo a conteúdos noticiosos por parte de determinados grupos, podendo acentuar discrepâncias ao nível da literacia mediática e da participação informativa (Canavilhas, 2010).

Em Portugal, por exemplo, de acordo com o relatório¹⁸ da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) de 2023, 29,9% da população portuguesa entre os 16 e os 74 anos possui competências digitais acima do nível básico, enquanto 27,1% estão abaixo desse nível. Mas, 14,2% da população não utiliza a internet. Para estes 14,2% o processo pode ser bastante desigual.

Excetuando estes, como já vimos, qualquer cidadão pode hoje participar no processo informativo. Basta ter um *smartphone*, captar fotografias ou vídeos de determinado acontecimento e usar as redes sociais para o partilhar. Por consequência, isso remete-nos para aquilo que hoje ouvimos muitas vezes como jornalismo – cidadão.

¹⁸ O estudo analisa desigualdades regionais e socioeconómicas na inclusão digital. Disponível em: <https://www.anacom.pt>

Brinca (2012) sublinha que vivemos num país democrático, onde todos os cidadãos se podem fazer ouvir. Contudo, questiona-se sobre

o que ganhará a própria democracia com o ruído de todos a falarem ou com os contributos de quem não domina os assuntos e opina levemente, com o mesmo destaque e protagonismo dos jornalistas [...]. Não é um computador com ligação à internet que assegura os direitos de um cidadão livre num país democrático. O ensino, a educação e a formação são essenciais. Mas também as condições económicas e o contexto cultural. Não é a quantidade de informação de que dispomos, mas a sua qualidade” (p.32-33).

Nesse sentido, a questão colocada por Brinca (2012) continua pertinente: de que forma, no ciberjornalismo, o jornalismo cidadão pode contribuir para uma esfera pública mais informada e qualificada, em vez de se tornar apenas um reflexo da sobrecarga informativa e da polarização digital? A resposta a esta questão exige, eventualmente, um compromisso com a educação mediática e com estratégias de verificação da informação, que permitam conciliar a participação cidadã com os princípios fundamentais do jornalismo.

Os trabalhos clássicos de Canavilhas (2003, 2010) e Pavlik (2000, 2001) destacaram as características fundamentais do ciberjornalismo. Contudo, com o avanço recente da IA e da personalização algorítmica, essas características evoluíram significativamente, exigindo uma revisão à luz das novas práticas jornalísticas.

Recentemente, a adoção da IA nas redações jornalísticas não eliminou as rotinas tradicionais nem o papel essencial dos jornalistas; pelo contrário, reforçou as suas competências humanas e os valores jornalísticos fundamentais (Schapals & Porlezza, 2020). De facto, a crescente utilização da IA generativa, como o ChatGPT¹⁹, redefiniu o ciberjornalismo contemporâneo, tornando os jornalistas cada vez mais “orquestradores digitais”, combinando decisões editoriais humanas com análises algorítmicas e alterando profundamente a noção de autoria (Pavlik, 2023; Wu, 2024).

¹⁹ChatGPT é um modelo de IA generativa desenvolvido pela OpenAI, baseado em machine learning, capaz de gerar textos, responder a perguntas e auxiliar na produção de conteúdos, incluindo tarefas jornalísticas como resumos, transcrições e análise de dados (Pavlik, 2023).

Estas mudanças tecnológicas trouxeram vantagens práticas, como maior eficiência na transcrição de entrevistas, tradução, redação preliminar e análise de dados, mas também desafios éticos importantes relacionados com a supervisão humana necessária para evitar erros, enviesamentos e perda de autonomia editorial (Sánchez-García et al., 2025; Pavlik, 2023). Os utilizadores, por sua vez, exigem maior transparência na personalização algorítmica e desejam assumir um papel ativo e autónomo nas escolhas informativas que lhes são apresentadas (Monzer et al., 2020). Sistemas de recomendação bem desenhados podem até aumentar a diversidade informativa, contrariando receios generalizados de um eventual efeito “bolha” (Evans et al., 2023).

1.5. Evolução da investigação sobre ciberjornalismo

Os oito congressos internacionais de ciberjornalismo organizados pelo ObCiber, realizados entre 2008 e 2024 em Portugal, constituem um corpus privilegiado para análise da evolução temática e académica no âmbito do ciberjornalismo. Estes encontros, que se afirmaram como referências no debate científico nacional e internacional, permitem identificar as principais tendências e inquietações teóricas, metodológicas e práticas emergentes ao longo deste período, oferecendo uma perspetiva sobre a dinâmica evolutiva do campo. Como mencionado anteriormente, esta análise enquadra-se metodologicamente no modelo das fases evolutivas do ciberjornalismo proposto por Quandt (2023), articulando-se com ele ao nível nacional.

A relevância desta análise decorre não apenas da continuidade temporal e temática proporcionada pelos congressos do ObCiber, mas também da sua capacidade em refletir as transformações profundas que marcaram o ciberjornalismo desde as primeiras experiências participativas na Web 2.0 até às mais recentes questões associadas à plataformização e integração de IA. Desta forma, justifica-se a revisitação crítica destes eventos como estratégia metodológica pertinente para compreender as continuidades, mudanças e desafios estruturais enfrentados pelo ciberjornalismo ao longo dos anos.

O I Congresso Internacional de Ciberjornalismo (2008) ocorreu num momento em que o jornalismo na internet ganhava contornos de “Web 2.0” – maior interatividade e participação do público.

Entre os trabalhos apresentados, destaca-se a reflexão de Canavilhas (2008) sobre as mudanças na escrita jornalística online. No artigo *“Cinco Ws e um H para o jornalismo na web”*, Canavilhas argumenta que a notícia digital requer uma lógica diferente da narrativa tradicional, explorando recursos de hipertexto e não-linearidade para responder às clássicas questões “quem, quê, quando, onde, porquê e como”.

Essa proposta antecipa a necessidade de adaptar a estrutura noticiosa ao ambiente online, aproveitando ligações e multimédia para oferecer contexto e profundidade, em contraste com o texto linear da imprensa escrita.

Paralelamente, investigadores como López-García, Pereira e Toural (2008) investigaram a participação do público nos meios digitais. No estudo comparativo sobre a participação cidadã em jornais digitais europeus e brasileiros, os autores observaram semelhanças e diferenças nos mecanismos de interação oferecidos pelos sites noticiosos. Constataram que os jornais online começavam a abrir espaço para comentários, fóruns e blogs dos leitores, embora de forma desigual entre as regiões – indício de que, já no primeiro congresso, se discutia o potencial e os desafios do jornalismo participativo.

Canavilhas via a internet como catalisadora de uma narrativa jornalística mais rica e hipertextual, enquanto López-García e colegas enfatizavam o papel emergente do público como produtor e agregador de conteúdo. Em conjunto, esses trabalhos pioneiros refletiam o otimismo próprio da fase de “euforia” descrita por Quandt (2023), aqui traduzida na era do “jornalismo 3G”, em que a convergência de plataformas móveis, conteúdos multimédia e participação popular prometia revolucionar as práticas jornalísticas.

Teoricamente, baseavam-se na ideia de que a internet permitiria concretizar a visão de Gillmor (2006) do “jornalismo cidadão” e ampliar a oferta informativa. As discussões de 2008, portanto, lançaram os fundamentos conceituais do ciberjornalismo, sugerindo uma reformulação das rotinas produtivas e éticas dos ciberjornalistas

portugueses, tal como analisado por Helder Bastos na sua conferência sobre práticas e ética profissional.

Mais recentemente, com a consolidação das redes sociais como novos espaços privilegiados para o consumo e partilha de informação, assistimos ao aprofundar dessas transformações. Na prática, a era das redes sociais consolidou o “jornalismo em rede”, em que cidadãos envolvidos disseminam notícias e comentários diretamente nas plataformas digitais, paralelamente aos media tradicionais. Estudos recentes mostram que utilizadores com maior visibilidade nas redes sociais assumem frequentemente o papel de divulgadores ativos de conteúdos informativos provenientes de fontes alternativas, cuja credibilidade jornalística é muitas vezes questionável, contribuindo assim para reforçar narrativas alinhadas com as suas próprias convicções (Aruguete et al., 2021). Esta questão da participação pública através das redes sociais reformula, na realidade quotidiana, o modelo tradicional de mediação jornalística discutido por Gillmor e Canavilhas: o *gatekeeping*, outrora concentrado exclusivamente nos jornalistas profissionais, passou a ser um processo distribuído entre atores profissionais e cidadãos comuns, trazendo consigo novas implicações éticas, desafios ao pluralismo e riscos associados à polarização do debate público (Aruguete et al., 2021). Assim, o jornalismo cidadão não permaneceu estático nas promessas iniciais de democratização informativa, antes evoluiu para um contexto híbrido e complexo, onde colaboração e confronto coexistem num delicado equilíbrio entre jornalistas profissionais e audiências, continuamente moldando os fluxos informativos.

Os debates indicavam entusiasmo com a interatividade e a colaboração do público, mas também alertavam para questões de qualidade e de ética na incorporação de conteúdos gerados pelos utilizadores.

O primeiro congresso sublinhou a necessidade do ciberjornalismo integrar os novos atores (o público) e explorar as potencialidades do meio digital, desde a estrutura da notícia até à participação do leitor, prenunciando muitos dos tópicos que se tornariam centrais na década seguinte.

Dois anos depois, o II Congresso (2010) refletiu a crescente preocupação em torno da sustentabilidade do jornalismo na internet e do impacto das redes sociais nas

rotinas jornalísticas. O tema central – “*Modelos de negócio para o jornalismo na Internet*” e “*Redes sociais e ciberjornalismo*” – evidenciou uma viragem no debate, do foco tecnológico-participativo para questões económicas e estratégicas. Este debate sobre os modelos de negócio reflete a fase de “desilusão” identificada por Quandt (2023), caracterizada por questionamentos crescentes sobre a sustentabilidade económica das iniciativas digitais. Um dos trabalhos influentes foi apresentado por Helder Bastos e Helena Lima, que analisaram “*A influência da internet na imprensa portuguesa*”. Esse estudo traçou um panorama diacrónico dos media noticiosos em Portugal, mostrando como, em pouco mais de uma década, a Internet alterou profundamente os processos produtivos e a distribuição da informação.

Bastos, Lima e Moutinho (2012) destacaram que os jornais tradicionais passaram por um processo de adaptação estrutural – integração das redações de papel e online, adoção de atualizações contínuas e incorporação de conteúdos multimédia – ao mesmo tempo que enfrentavam a erosão das receitas tradicionais (queda de vendas em papel e migração da publicidade para o digital).

Essa investigação alinou-se a um quadro teórico de disrupção digital: confirmava, em contexto português, tendências apontadas por autores como Pavlik (2001) ou Boczkowski (2004) sobre a necessidade de repensar modelos de negócio no ciberjornalismo.

De facto, o livro (Bastos & Zamith, 2012) publicado após o congresso reuniu conferências e comunicações que lançaram luz sobre as tendências mais recentes observáveis no comportamento dos media e dos jornalistas na internet, inclusive a ascensão das plataformas sociais e as mudanças no consumo de notícias.

Ao lado da questão económica, o congresso de 2010 debateu intensamente o papel emergente das redes sociais como ferramentas jornalísticas. Vários investigadores abordaram como *Facebook* e *X* (na altura, *Twitter*) – estavam em ascensão – serviam tanto de canais de distribuição de notícias quanto de fontes de informação e interação com o público.

Observou-se que as redações começavam a incorporar práticas do uso de redes sociais para ampliar o alcance das notícias e captar a atenção de novas audiências. Esses

estudos iniciais revelaram entusiasmo com o potencial de tráfego fornecido pelas plataformas sociais, mas também levantaram preocupações sobre a dependência dos jornalistas em relação a algoritmos e plataformas de terceiros.

Os trabalhos de 2010 apresentaram um quadro dual: por um lado, Bastos e outros mostraram que as empresas jornalísticas procuravam novos modelos de negócio – *paywalls*²⁰, conteúdo patrocinado, diversificação de serviços – para garantir sustentabilidade num ambiente online competitivo; por outro, vários autores discutiram estratégias para aproveitar as redes sociais sem perder a credibilidade e a identidade editorial.

O III Congresso (2012) evidenciou o amadurecimento das discussões sobre convergência de medias e produção jornalística multiplataforma. Nessa edição, cujo tema implícito era a integração de redações e conteúdos, destacaram-se estudos empíricos que avaliaram como os media portugueses e internacionais estavam a concretizar (ou não) a tão falada convergência jornalística.

Um trabalho de grande repercussão foi o de Bastos, Zamith, Reis e Jerónimo (2013), intitulado *“Convergência jornalística nos média em Portugal – Um estudo exploratório”*. Nesse estudo, os autores mapearam redações de diferentes órgãos (imprensa, rádio, TV) para verificar em que medida partilhavam recursos e conteúdos entre plataformas. Os resultados indicaram uma implementação ainda incipiente da convergência: apesar de muita discussão teórica, na prática muitas empresas mantinham equipas separadas para *online* e *offline*, e a colaboração efetiva era limitada.

Havia avanços na partilha de conteúdos (por exemplo, jornalistas de papel a produzir vídeos para o site), porém persistiam barreiras culturais e organizacionais. Esse diagnóstico de “convergência a meio-gás” em Portugal alinhava-se com as tendências internacionais: estudos de referência (Dailey et al., 2005) já apontavam que a integração plena era mais exceção do que regra.

²⁰ *Paywalls* são barreiras digitais que restringem o acesso a conteúdos online, exigindo pagamento ou assinatura para visualização. Utilizados por muitos meios de comunicação, os paywalls podem ser rígidos (impedindo qualquer acesso gratuito), flexíveis (permitindo a leitura de um número limitado de artigos) ou baseados em modelos híbridos, combinando diferentes estratégias de monetização.

Bastos et al. contribuíram para a literatura ao detalhar o caso português, confirmando uma “lenta evolução” rumo à convergência.

Outra contribuição importante em 2012 veio de Zamith, com o provocativo paper “*Online news: Where is the promised context?*”. Nele, o autor aborda uma questão crítica: apesar das promessas iniciais de que o ciberjornalismo traria maior contextualização da informação (graças ao hipertexto e aos arquivos ilimitados), muitas notícias *online* careciam de profundidade e ligação ao contexto factual e histórico. Analisando portais de notícias, Zamith constatou que a maioria das peças noticiosas na *web* permanecia superficial e desprovida de *links* enriquecedores, limitando-se muitas vezes a reproduzir notícias de agência ou textos curtos, sem explorar a fundo as possibilidades de contextualizar os acontecimentos.

Essa conclusão – de que o “contexto prometido” não se concretizou plenamente – dialoga com a crítica de outros autores sobre o imediatismo *online*. O trabalho de Zamith apoiou-se conceptualmente na sua investigação de doutoramento sobre contextualização no ciberjornalismo (Zamith, 2011) e nos princípios do hipertexto (cf. Nielsen, 1995) para defender que os media online não estavam a explorar plenamente a capacidade de fornecer contexto e continuidade às notícias.

Por outras palavras, mesmo com todo o potencial técnico disponível, persistia a lógica do *hard news*²¹ efémero, sacrificando a compreensão mais ampla em prol da rapidez. Essa crítica ecoa a preocupação manifestada por outros participantes do congresso em relação à qualidade da informação online. No debate de 2012, confrontaram-se duas visões: uma otimista, presente nos estudos sobre novas narrativas (p. ex., explorações de narrativas transmedia²² nos jornais analisadas por Nair Silva, que mostravam experiências iniciais em *storytelling* digital); e outra mais crítica,

²¹ Hard news refere-se a notícias de carácter factual, objetivo e imediato, geralmente relacionadas a temas de grande relevância pública, como política, economia, conflitos, desastres naturais e criminalidade. Estas notícias priorizam a atualidade e a precisão da informação, distinguindo-se das *soft news*, que abordam temas mais leves, como entretenimento e estilo de vida.

²² Narrativas transmedia referem-se a uma forma de contar histórias que se desenvolve através de múltiplas plataformas e meios de comunicação, em que cada meio contribui de forma única para a expansão e enriquecimento do enredo. Este conceito, popularizado por Jenkins (2006), implica a participação ativa do público na construção da história e na exploração dos diferentes conteúdos dispersos pelos diversos formatos.

como a de Zamith, sublinhando que a prática estava aquém do ideal teórico. Essa contraposição entre o *potencial* e a *realidade* do ciberjornalismo marcou os trabalhos desse congresso.

No plano teórico, reforçou-se a necessidade de conjugar as análises de convergência (Jenkins, 2006) com avaliações de conteúdo e qualidade efetivamente entregues ao público, apontando lacunas a serem superadas na segunda década do ciberjornalismo em Portugal.

O IV Congresso (2014), sob o tema “*Qualidade e credibilidade no ciberjornalismo*”, aprofundou a discussão sobre os padrões editoriais do jornalismo online. Este congresso marca uma aproximação à fase denominada por Quandt (2023) de “doom and gloom”, na medida em que manifesta preocupação com questões como a qualidade editorial e os riscos associados à perda de confiança pública. Zamith (2014) apresentou uma comunicação intitulada “*Qualidade do ciberjornalismo profissional e amador: estudo comparativo*”. Nesse trabalho, o autor enfrenta empiricamente uma questão importante: conteúdos gerados por jornalistas profissionais vs. conteúdos produzidos pela “antiga audiência” (jornalismo cidadão ou amador) apresentam diferenças de qualidade consideráveis?

Para responder, o autor desenvolveu um método de análise baseado nos “5 C’s e 1 A” de qualidade noticiosa (compreensibilidade, contexto, causalidade, comparabilidade, abrangência e adequação) de Anderson. Aplicando essa grelha a uma amostra de notícias profissionais e amadoras, Zamith concluiu que o ciberjornalismo profissional regista melhores níveis de qualidade do que o conteúdo amador. Ou seja, notícias produzidas por jornalistas de redação tendiam a ser mais contextualizadas, precisas e completas em comparação com textos de *bloggers* ou cidadãos, confirmando a importância do *gatekeeping*²³ e das normas editoriais formais.

Entretanto, o estudo trouxe também outras descobertas: o público parece preferir notícias longas e investigativas mesmo no ambiente digital marcado pela

²³ O conceito de *gatekeeping* foi introduzido por Lewin (1947) e aplicado ao jornalismo por White (1950), referindo-se ao processo de seleção e filtragem de informação realizada por jornalistas e editores antes da sua publicação. Este conceito mantém-se relevante no ciberjornalismo, ainda que os critérios e os agentes de mediação tenham sido transformados pelo ambiente digital.

instantaneidade e pelos caracteres limitados das redes sociais. Esse resultado sugere que a audiência valorizava profundidade e reportagens de fôlego, contrariando o argumento de que a internet teria condenado o jornalismo à superficialidade. Tal *insight* teórico contrapõe-se à ideia de que vivemos na era da atenção fugaz; pelo contrário, indica uma procura latente por conteúdo de qualidade *online*, quando este está disponível.

Discutiu-se, ainda, a proliferação de fontes não tradicionais (blogs, redes sociais) e o impacto disso na confiança do público. Alguns autores argumentaram que a credibilidade no ciberjornalismo depende de transparência e verificação dos factos em tempo real. Também foram apresentados estudos sobre a interação do público com notícias online, levantando-se a possibilidade de que a opção de comentar e partilhar notícias possa reforçar ou prejudicar a confiança na informação. A síntese desses debates apontou que a credibilidade no meio digital assenta, em grande medida, na qualidade percebida do conteúdo e na marca jornalística por trás dele.

Os trabalhos de 2014 reforçaram uma defesa do jornalismo de qualidade como antídoto para a desinformação e a perda de confiança. Enquanto alguns entusiastas do início da Web 2.0 previam que a contribuição massiva dos cidadãos seria o futuro, as evidências apresentadas sugeriam que o público ainda procurava o rigor típico das redações tradicionais.

No meio do oceano que são os conteúdos na internet, o trabalho jornalístico de qualidade – apurado, contextualizado e ético – seria o diferencial para manter a credibilidade. Em 2014 contrapunha-se o ideal participativo dos primórdios do ciberjornalismo com a realidade da curadoria profissional como pilar da confiança, sinalizando a necessidade de elevar os padrões editoriais mesmo num ecossistema mediático aberto e em tempo real.

Em 2016, o V Congresso adotou o tema “*ciberjornalistas 3.0*”, refletindo sobre o perfil e os desafios dos profissionais do jornalismo na era digital avançada. Esse congresso coincidiu com cerca de vinte anos do início do ciberjornalismo em Portugal, oferecendo oportunidade de balanço diacrónico.

Um trabalho marcante, nesse sentido, foi o de Zamith (2017), *“Cibermeios portugueses: 10 anos de lenta evolução”*. Expandindo análises anteriores, Zamith examinou a trajetória dos principais sites noticiosos portugueses desde meados da década de 2000 e constatou que, apesar de algum progresso, muitas das potencialidades da internet continuavam subaproveitadas. Elementos interativos, *hiperlinks* contextuais, infografia dinâmica e participação do público permaneciam relativamente escassos ou tímidos em grande parte dos media *online* portugueses, mesmo uma década após a generalização da banda larga.

Em essência, Zamith argumenta que a evolução do ciberjornalismo em Portugal foi lenta. As redações online mantiveram rotinas muito próximas às do jornalismo tradicional, adaptando-se de forma conservadora. Teoricamente, alinha-se à visão de que a inovação em media nem sempre acompanha o ritmo da tecnologia disponível – um ponto já indicado no passado pelo próprio Zamith (2007) ao notar um *gap* entre o potencial e uso efetivo da internet pelos meios jornalísticos.

Por outro lado, o congresso de 2016 também exibiu trabalhos apontando para a inovação e multifuncionalidade que se exigia dos novos “ciberjornalistas 3.0”. Numa mesa-redonda envolvendo investigadores e profissionais, discutiu-se²⁴ o aparecimento do jornalista polivalente, comparado a um “*canivete-suíço*” capaz de fotografar, filmar, escrever e gerir redes sociais. Esse mote – “*Olá, eu sou um canivete-suíço*” – veio do depoimento de Catarina Santos, repórter multimédia, indicando que o profissional moderno acumulava tarefas que outrora eram divididas entre várias funções.

No mesmo debate, apontou-se que as redações esperavam dos jornalistas conhecimentos de programação básica, análise de métricas e interação *online* com audiências, configurando um perfil 3.0 que extrapola o fazer jornalístico tradicional. Um estudo de caso ilustrativo foi apresentado por Cattani e Frias (2017) sobre o projeto “Snap-Expresso”, no qual o jornal *Expresso* testou novas formas de distribuição de conteúdos através do Snapchat — uma rede social baseada em partilhas efémeras, bastante popular entre os jovens na época. A investigação procurou compreender de

²⁴ Ciberjornalistas 3.0: “Olá, eu sou um canivete-suíço”. Resumo do debate disponível em <https://www.jpn.up.pt>

que forma os jornalistas se adaptaram a esta plataforma, revelando que, para conquistar públicos mais jovens, os media tradicionais mostraram abertura para experimentar linguagens narrativas mais visuais, rápidas e interativas. No contexto deste projeto, o desafio passava por criar histórias curtas e apelativas, alinhadas com o carácter fugaz dos “snaps”, onde a notícia deixava de ser arquivada e passava a existir num ciclo efémero, reforçando a lógica da temporalidade líquida que hoje marca o jornalismo nas redes sociais.

Os autores analisaram estratégias e resultados dessa incursão, sinalizando um movimento de inovação editorial orientado pelos locais onde o público se encontra. Conforme comentado no congresso, os media tornaram-se verdadeiros “stalkers” do público nas redes: *“Onde é que a malta está? No Snap? Vamos para o Snap. Agora é no Insta? Bora para o Insta”* – disse o jornalista Daniel Catalão, evidenciando que as redações passaram a seguir o público de plataforma em plataforma.

Essa constatação mostra uma mudança de paradigma: o jornalismo já não dita sozinho os canais de distribuição, mas precisa inserir-se nos ecossistemas escolhidos pelo público, adotando linguagem e ritmos próprios de cada plataforma. Em consequência, discutiu-se também a metrificação em tempo real do consumo, com jornalistas a acompanhar instantaneamente a repercussão dos seus trabalhos e ajustando estratégias conforme indicadores de cliques e partilhas. Se, por um lado, isso permite maior responsividade ao interesse do leitor, por outro levanta dilemas sobre a possível dependência excessiva de métricas e a perda de critério editorial.

Os trabalhos de 2016 revelaram uma tensão fundamental: o ciberjornalismo português evoluía devagar, enquanto experiências pontuais – como a adoção de novas plataformas sociais e a polivalência dos jornalistas – mostravam uma disposição para inovar e experimentar formatos. Teoricamente, é a contraposição entre a teoria do atraso na difusão de inovações (as redações como adoção lenta) e a visão do jornalista empreendedor e adaptativo, que assume múltiplos papéis (Repórter, editor, etc.).

Na prática, as redações em 2016 viviam ambas as realidades: tinham de fazer mais com menos recursos, levando jornalistas a acumular funções, e simultaneamente precisavam descobrir novas formas de conquistar o público, seja pelo *Snapchat*,

Facebook Live ou outras ferramentas então emergentes. O congresso diagnosticou tanto a estagnação relativa em aspetos estruturais do ciberjornalismo como as transformações rápidas no perfil profissional e nas estratégias de alcance de audiência – dualidade essa resumida na frase: “*Os jornalistas adaptaram-se bem, o negócio nem por isso*”, apontando que a maior urgência permanecia na inovação de modelos de negócio e não apenas na adoção tecnológica.

Realizado já em pleno contexto de pós-verdade e desinformação, o VI Congresso (2018) centrou-se no tema “*Ameaças ao ciberjornalismo*”. Este congresso é alinhado com a fase de “*doom and gloom*” descrita por Quandt (2023), enfatizando a profunda preocupação com fenómenos como *fake news*, pós-verdade e desinformação sistemática.

A lista de desafios discutidos foi extensa: *clickbait*, *fake news*, pós-verdade, desinformação organizada, proliferação de conteúdos satíricos confundidos com notícia, produção amadora sem filtro editorial, automatização (robôs) sem transparência, precarização laboral dos jornalistas, sedentarismo de redação, conteúdos patrocinados mal sinalizados, desregulação do ambiente informativo, entre outros.

Cada um desses tópicos foi abordado por pelo menos um trabalho no congresso, pintando um quadro complexo de vulnerabilidades do ecossistema jornalístico *online*.

Entre os estudos mais influentes dessa edição voltamos a destacar, em detalhe, um esforço colaborativo luso-brasileiro sobre *clickbait* no ciberjornalismo liderado por Zamith e colegas do Brasil, projeto do qual também tivemos oportunidade de contribuir.

O projeto analisou a incidência de manchetes “caça-cliques” em 18 media online portugueses e 18 brasileiros de âmbito nacional. A metodologia envolveu verificar, em ambos os países, sites de notícias e as suas páginas no *Facebook*, identificando títulos que apelavam exageradamente à curiosidade ou ao sensacionalismo (ex.: “Não vai acreditar...”). Os resultados apresentados indicaram que o *clickbait* era um fenómeno transversal às duas realidades, embora com intensidades variáveis por veículo. Em Portugal, media tradicionais mostravam algum nível de recurso a títulos sensacionalistas nas redes sociais para atrair tráfego, ao passo que no Brasil essa prática parecia ainda mais disseminada, especialmente em portais nativos digitais.

O estudo concluiu que o *clickbait*, embora aumente a curto prazo os cliques, constitui uma ameaça à confiança do leitor e à qualidade informativa, porque tende a frustrar expectativas (quando o conteúdo não cumpre o prometido) e a privilegiar a superficialidade.

Essa constatação ecoa teorias da “economia da atenção”, em que a batalha pelos cliques pode levar a desvios éticos e de qualidade. Ao exporem empiricamente a presença do *clickbait* em veículos renomados, os autores chamaram a atenção para a necessidade de autorregulação e educação tanto de jornalistas quanto de público, de modo a desincentivar tais práticas.

Além do *clickbait*, outro foco de preocupação foi a onda de desinformação e *fake news* que dominou o debate público a partir de 2016 (pós-eleições nos EUA e Brexit). No congresso, discutiram-se casos emblemáticos de notícias falsas viralizadas e o desafio que representam para as redações. Uma ideia recorrente nesses trabalhos foi a de que o jornalismo precisava de se posicionar ativamente como filtro verificador, reforçando práticas de *fact-checking* e exposição de boatos. Contudo, reconheceu-se que o volume de desinformação se tornou difícil de conter apenas com intervenções jornalísticas tradicionais, sobretudo devido ao facto das redes sociais amplificarem conteúdos duvidosos num ritmo muito superior à capacidade de filtragem. Isso levou a considerar envolver também o público e tecnologias automatizadas no combate à desinformação (plantando sementes para discussões aprofundadas em 2022 e 2024, como veremos).

Outra ameaça abordada foi a da automatização das notícias: se por um lado a IA pode auxiliar na produção (p. ex., gerar notícias financeiras ou desportivas de base de dados), por outro levanta questões sobre erros, tendências algorítmicas e desemprego de jornalistas.

O congresso de 2018 serviu como um alerta abrangente. Os trabalhos revelaram que as “muitas ameaças ao ciberjornalismo” – conforme listado pelos organizadores – exigiam respostas estratégicas tanto na esfera editorial quanto na tecnológica e regulatória. Os autores partilhavam do arcabouço teórico que concebe o jornalismo como parte de um ecossistema informativo vulnerável a interferências externas

(desinformação deliberada, plataformas opacas) e internas (pressões comerciais por cliques). A convergência dessas ameaças poderia levar, nas palavras de alguns participantes, a uma “tempestade perfeita” contra o jornalismo de qualidade na internet.

Em contrapartida, também se discutiram soluções: investimento em literacia mediática do público, para que leitores reconheçam e evitem conteúdos enganosos; desenvolvimento de ferramentas de deteção de *fake news* e de moderação de comentários tóxicos; e colaborações internacionais de jornalistas para enfrentar redes globais de desinformação.

O VII Congresso (2022) inseriu-se no XIV Congresso da Lusocom e abordou o tema “Ciberjornalismo: cidadania, novas formas de participação e novos desafios”. O congresso refletiu sobre a crescente influência das plataformas digitais no jornalismo, os desafios impostos pela desinformação e a participação cívica no ambiente informativo digital. Os debates destacaram a relação cada vez mais complexa entre jornalismo, redes sociais e audiências, bem como as implicações da plataformização e do assédio online na confiança do público na informação jornalística (Zamith et al., 2024).

A conferência de abertura esteve a cargo de David Domingo. O investigador propôs uma análise crítica sobre duas décadas de investigação na relação entre jornalistas e audiências, destacando que as redes sociais reacenderam perspetivas idealistas na universidade e no próprio setor, com a crença de que essas tecnologias reforçariam a participação cidadã e restaurariam a confiança no ciberjornalismo. Contudo, esse otimismo inicial foi progressivamente desafiado pela ascensão de realidades como a desinformação massiva, a polarização digital e o assédio online, que minam o potencial democrático da interação entre jornalistas e público (Domingo, 2024).

Domingo apontou que, longe de facilitar um jornalismo mais interativo e colaborativo, as plataformas digitais tornaram-se, muitas vezes, territórios de hostilidade, onde discursos manipuladores ganham primazia sobre o debate público genuíno. Alertou para a necessidade de um reposicionamento do jornalismo perante as

redes sociais, para que estas não determinem a lógica da produção e distribuição da informação. Assim, propôs uma agenda de investigação mais crítica, focada na construção de espaços noticiosos que combatam a desinformação e o assédio digital, em vez de reforçar a toxicidade da esfera pública online (Domingo, 2024).

O estudo apresentado por Margarete Vieira Pedro demonstrou como atores políticos podem utilizar o ciberjornalismo e as plataformas sociais como veículos de manipulação, reforçando a necessidade de estratégias jornalísticas eficazes para a verificação de factos e o combate à desinformação (Pedro, 2024).

Também se abordou o ciberjornalismo de proximidade, apelando a um ciberjornalismo regional mais interativo, para que possa cumprir melhor o seu papel de informar e envolver as comunidades locais (Ferrador, Zamith & Jerónimo, 2024).

Sobre ética, apresentou-se resultados da relação entre publicidade e produção jornalística no ambiente digital. A pesquisa revelou que muitos ciberjornalistas portugueses citam marcas comerciais em notícias de forma indireta, levantando preocupações sobre a crescente fusão entre conteúdo editorial e publicidade, e a possível erosão da separação entre informação jornalística e práticas comerciais (Zamith, 2024).

Em suma, o destaque foi para a relação em transformação entre jornalistas e audiências, que continua a enfrentar desafios estruturais e algorítmicos que limitam uma participação cidadã autêntica. A desinformação digital revelou-se não apenas um problema técnico, mas também político e social, exigindo respostas multidisciplinares e estratégias coordenadas para o seu combate. O ciberjornalismo de proximidade foi identificado como essencial para a cidadania informada, embora necessite de maior interação com o público para fortalecer a sua credibilidade. A crescente platformização do jornalismo e a incorporação da IA nas redações foram apontadas como oportunidades que, apesar do seu potencial inovador, exigem regulação e transparência para mitigar os desafios éticos envolvidos.

O VIII Congresso (2024) abordou os desafios contemporâneos sob o lema *“Plataformas e atores: integrar inovação, enfrentar desafios”*. Este congresso corresponde à fase emergente (“+1”) proposta por Quandt (2023), caracterizada por

uma visão crítica e equilibrada, abordando desafios como plataformação e inteligência artificial, e refletindo um contexto digital complexo e multifacetado. Nessa edição recente, em que também participamos, mais uma vez, num dos painéis, dois eixos temáticos sobressaíram: o impacto sistémico das plataformas digitais no jornalismo e a emergência da IA como agente na produção e distribuição de notícias.

Como conferencista de abertura²⁵, Oscar Westlund (2024) apresentou a palestra *“Journalism amid the Age of Platformization”* (Jornalismo na era da plataformação), oferecendo um enquadramento teórico para entender as transformações em curso. Westlund (2024) discorreu sobre como a ascensão de gigantes digitais (redes sociais, motores de busca, agregadores) “está a transformar profundamente o jornalismo, alterando os seus modelos de receita, as práticas de produção e a relação com o público”

O investigador explicou que a transição para ambientes móveis e dominados por *apps* levou os meios de comunicação a adaptarem os seus conteúdos aos formatos e exigências das plataformas, o que caracteriza o fenómeno da plataformação: as plataformas tornaram-se infraestruturas indispensáveis que intermedeiam e condicionam o fluxo jornalístico.

Segundo Westlund (2024), “a produção jornalística está agora condicionada pela lógica das plataformas digitais”, cujos algoritmos determinam em grande medida como os conteúdos são descobertos e consumidos. Isso tem implicações diretas na visibilidade das notícias (redações passaram a otimizar conteúdos para agradar ao algoritmo), nas fontes de financiamento (com grande parcela da publicidade a migrar para o *Google/Facebook*, os *media* dependem destas para distribuição e receita) e mesmo nos géneros jornalísticos privilegiados.

Um ponto crucial levantado foi que tal dependência torna o jornalismo mais vulnerável a problemas de desinformação e perda de confiança do público, porque as plataformas – focadas no envolvimento do utilizador – por vezes amplificam conteúdos sensacionalistas ou falsos, gerando um ambiente onde o jornalismo de qualidade disputa atenção em condições desiguais.

²⁵ O resumo da conferência de Oscar Westlund (2024) no VIII COBCIBER está disponível aqui: <https://obciber.com/2024/11/21/jornalismo-na-era-da-plataformizacao-desafios-transformacoes-e-caminhos-para-a-independencia/>

Westlund (2024) citou exemplos de como questões como *fake news*, assédio online e surgimento de medias alternativas foram exacerbadas pelas lógicas de plataforma, corroendo a distinção entre informação verificada e boato. Teoricamente, a exposição de Westlund baseia-se na literatura de *Platform Studies* (Nieborg & Poell, 2018) e *Algorithmic Gatekeeping* (Van Dalen, 2023), sugerindo que o poder tradicional dos editores de definir o que é notícia está a ser parcialmente transferido para engenhos algorítmicos opacos.

Como caminho para enfrentar esses desafios, argumentou que as organizações jornalísticas precisam diversificar os canais (reduzir dependência de poucas plataformas), negociar maior transparência e equilíbrio com as *Big Tech*²⁶, e inovar internamente para agregar valor que retenha as audiências diretamente.

A atenção voltou-se, também, para a IA, com a conferência de Edson C. Tandoc Jr.²⁷ intitulada “*Journalism Studies in the Age of AI*” a discutir tanto as aplicações da IA no jornalismo quanto as percepções dos profissionais sobre essas tecnologias.

Tandoc (2024) destacou que a IA já é capaz de assumir partes da seleção e triagem de informações e produzir automaticamente determinados conteúdos noticiosos – por exemplo, peças rotineiras de dados desportivos ou financeiros. Mostrou casos de jornalistas-robô ou apresentadores virtuais criados por IA que podem, em teoria, realizar funções antes exclusivas de humanos. Apesar desse avanço técnico, Tandoc revelou resultados de um estudo realizado com 186 jornalistas em Singapura: “a maioria dos profissionais ainda desconfia da qualidade do trabalho desenvolvido pela IA”. Persiste um ceticismo significativo entre jornalistas quanto à fiabilidade e à capacidade da IA em manter os padrões éticos e qualitativos do jornalismo.

Ao mesmo tempo, Tandoc (2024) apontou que várias empresas mediáticas já implementam sistemas de IA, e que entre 2023 e 2024 houve um aumento notável da presença de IA nas redações de Singapura, sugerindo que as chefias estão mais abertas

²⁶ Big Tech é um termo utilizado para se referir a um pequeno grupo de empresas tecnológicas de grande dimensão e influência global, geralmente incluindo Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft. Essas empresas dominam setores como motores de busca, redes sociais, comércio eletrónico, software e serviços em nuvem, tendo um impacto significativo na economia, na política e na sociedade.

²⁷ O resumo da conferência de Edson C. Tandoc Jr. (2024) no VIII COBCIBER pode ser vista aqui: <https://obciber.com>

à IA do que os próprios jornalistas. Esse *gap* entre gestores e repórteres indica tensões internas: por um lado, os executivos veem na automatização uma oportunidade de ganho de eficiência e redução de custos; por outro, os jornalistas temem que a IA possa diluir o jornalismo (com textos automáticos sem apuro crítico) ou mesmo ameaçar postos de trabalho.

Tandoc (2024) enfatizou a importância de refletir criticamente sobre as consequências da IA antes de adotá-la indiscriminadamente, lembrando que ainda não sabemos plenamente como essa automação pode afetar a sociedade. Aconselhou a formar os novos jornalistas com pensamento crítico e habilidades insubstituíveis, como investigação de campo, empatia e julgamento ético, que os algoritmos não possuem.

Em termos teóricos, a apresentação de Tandoc (2024) defende que a IA deve servir como ferramenta para libertar os jornalistas de tarefas repetitivas e permitir foco em trabalhos de maior valor, e não como substituto puro e simples do jornalista²⁸.

Os dois eixos – plataformas e IA – convergiram na constatação de que o jornalismo atual opera num ambiente cada vez mais mediatizado por grandes atores tecnológicos. Esses atores, tanto plataformas como sistemas inteligentes, tornaram-se novos “atores” do ecossistema noticioso (daí a pertinência do subtítulo do congresso). Integrar inovação significa, nesse contexto, saber coabitar com as plataformas digitais tirando partido delas sem perder autonomia, e incorporar ferramentas de IA de modo transparente e responsável. Ao mesmo tempo, enfrentar desafios implica mitigar os efeitos negativos: combater a desinformação e a manipulação algorítmica que minam a confiança, e prevenir o uso antiético ou incompetente da automação que possa degradar a qualidade jornalística.

O congresso de 2024 proporcionou uma visão atual e prospectiva: confirmou muitos dos alertas lançados em edições passadas – sobre dependência de plataformas (2018) ou necessidade de literacia crítica (2022) – agora amplificados, e apontou

²⁸ Nota: As citações e referências feitas a Westlund (2024) e Tandoc (2024) correspondem a comunicações orais proferidas no âmbito do VIII Congresso Internacional de Ciberjornalismo do Observatório do Ciberjornalismo, realizado na Universidade do Porto, a 20 e 21 de novembro de 2024. Tratando-se de comunicações orais ainda não publicadas formalmente, não há indicação disponível de paginação associada.

caminhos como a investigação transdisciplinar em jornalismo e tecnologia, e a colaboração mais estreita entre universidades, redações e indústria tecnológica.

Ainda sobre o ano de 2024 e no que se refere especificamente ao contexto português, vale a pena destacar o relatório anual do ObCiber, apresentado em 2025. Este documento mostra uma predominância atual de publicações periódicas digitais, que representam 83,3% dos cibermeios nacionais analisados. Confirma, também, uma forte dependência da publicidade digital como modelo dominante de financiamento, apesar dos esforços de alguns meios em diversificar receitas através de conteúdos patrocinados ou premium.

O relatório dá nota de que “a dependência excessiva das redes sociais, os desafios na diversificação das fontes de financiamento e a lenta adoção de diferentes ferramentas e formatos são questões recorrentes no debate sobre o futuro do ciberjornalismo” (Meireles & Zamith, 2025, p. 4). Acrescenta ainda a necessidade premente de adaptação às novas plataformas e de investimento tecnológico, enfatizando que “a capacitação dos profissionais do setor e o incentivo à inovação editorial serão determinantes para consolidar um modelo de ciberjornalismo capaz de responder às novas exigências do público e do mercado” (Meireles & Zamith, 2025, p. 51).

Ao longo dessa trajetória, vimos o ciberjornalismo passar do entusiasmo com as novas possibilidades participativas e multimédia, para a preocupação com a sustentabilidade e qualidade, e finalmente para a conscientização dos impactos sistémicos das plataformas e da IA. Cada congresso contribuiu para consolidar um corpus teórico-prático sobre ciberjornalismo, identificando tanto tendências promissoras (participação do público, convergência de medias, novas narrativas, colaboração homem-máquina) quanto riscos e assimetrias (modelo de negócio frágil, métricas ditando critérios editoriais, desinformação, dependência tecnológica). Em última instância, os trabalhos mais citados e influentes desse rico acervo sublinham que o ciberjornalismo precisa equilibrar a inovação – incorporando novas ferramentas, linguagens e atores – com a preservação dos princípios – garantindo rigor, contexto e credibilidade. Trata-se de um processo contínuo de aprendizagem e adaptação,

exatamente o espírito que estes congressos, ao longo de dezasseis anos, procuraram incentivar na comunidade académica e profissional.

1.6. Os ciberjornalistas: perfil, desafios e transformações

A transição do jornalista tradicional para o ciberjornalista representa uma das maiores mudanças na profissão nas últimas décadas, e tem sido acompanhada por desafios tecnológicos, editoriais e éticos. Se, por um lado, a digitalização do jornalismo ampliou as possibilidades de produção e distribuição da informação, por outro, exigiu uma reconfiguração profunda do papel do jornalista, que teve de se adaptar a novas lógicas e competências para atuar num ambiente mediático em constante mutação (Salaverría, 2019; Pavlik, 2001).

Um dos desafios centrais desta transição foi a necessidade de adquirir competências tecnológicas. O jornalista, habituado a um modelo linear de produção de notícias, teve de aprender a lidar com novos formatos narrativos, plataformas multimédia, edição digital e ferramentas de análise de dados (Domingo, 2008). No entanto, nem todos os profissionais tiveram acesso a formação adequada, o que contribuiu para diferenças geracionais e técnicas nos processos de adaptação dentro das redações (Canavilhas, 2010).

A migração para o ambiente digital alterou as rotinas produtivas e a dinâmica das redações. O modelo clássico baseado em ciclos de produção fechados deu lugar a um jornalismo de atualização contínua e reatividade, onde a pressão pela publicação imediata pode comprometer a verificação dos factos e o rigor da informação (Franklin, 2014). A necessidade de conciliar velocidade e precisão tornou-se um dilema central para o ciberjornalista, num contexto em que a credibilidade pode ser sacrificada em nome da instantaneidade (Salaverría, 2019).

A descentralização da produção e distribuição da informação alterou a relação do jornalista com o público. A ascensão das redes sociais e do jornalismo cidadão fez com que o jornalista perdesse o monopólio da mediação noticiosa, competindo agora com múltiplas vozes na esfera pública digital (Jerónimo, 2015). Essa nova configuração

levanta questões sobre a autoridade do jornalista, os critérios editoriais e a distinção entre jornalismo profissional e amador (Domingo, 2008).

A precarização da profissão tornou-se uma realidade evidente no ciberjornalismo. A digitalização do jornalismo trouxe consigo um aumento da carga laboral dos jornalistas, que passaram a atuar em múltiplas frentes dentro das redações. A progressiva flexibilização dos contratos e a exigência de competências adicionais, como a edição multimídia e a gestão de redes sociais, contribuíram para a construção de um perfil profissional mais polivalente, nem sempre acompanhado por um ajustamento proporcional das condições de trabalho (Franklin, 2014; Canavilhas, 2010).

A evolução das redações digitais tem demonstrado que os ciberjornalistas não são apenas jornalistas que escrevem para a internet. A profissão exige uma adaptação constante, porque o ecossistema digital é fluído e obriga os jornalistas locais a uma adaptação contínua às novas rotinas, plataformas e exigências tecnológicas (Jerónimo et al., 2022a).

A definição de ciberjornalista não é consensual entre os investigadores da área. Para Canavilhas (2005), um ciberjornalista é "um profissional que utiliza tecnologias digitais para produzir, editar e distribuir conteúdos informativos, tirando partido das características multimídia, interativas e hipertextuais da internet" (p.10). Esta definição destaca a necessidade de os jornalistas possuírem competências técnicas aliadas às tradicionais capacidades de investigação e narrativa jornalística.

Já Bastos (2018, p. 4) realça que "desde o surgimento do ciberjornalismo, o ciberjornalista típico era alguém que trabalhava em exclusivo, ou quase exclusivamente, numa redação digital para a qual era destacado pelas direções editoriais". No entanto, essa distinção começou a esbater-se com a integração progressiva das redações e a convergência progressiva entre as redações do jornalismo impresso, do audiovisual e do digital.

A nível internacional, Deuze et al. (2004, p. 20) propõem uma definição semelhante, considerando que os ciberjornalistas são "profissionais dos média que são diretamente responsáveis pelo conteúdo da internet de projetos online, seja de media impressos ou audiovisuais existentes, seja de projetos online independentes".

Desde os primeiros estudos sobre o impacto do ciberjornalismo até às investigações mais recentes, observa-se um padrão comum: os jornalistas tiveram de se adaptar a novas exigências, enfrentando desafios como a sobrecarga de trabalho, a precarização da profissão e a necessidade constante de atualização tecnológica.

O estudo de Canavilhas (2005) revelou que a maioria dos ciberjornalistas portugueses era jovem e tinha pouca formação específica na área. Apesar do reconhecimento do potencial do ambiente digital, os jornalistas enfrentavam dificuldades na adoção plena das novas ferramentas e linguagens oferecidas pela *web*, devido à falta de recursos e resistência à mudança.

Em relação às práticas jornalísticas, a pesquisa demonstrou que 68,5% dos jornalistas utilizavam hipertexto nos seus artigos, aproveitando as possibilidades de ligação entre conteúdos. No entanto, o uso de elementos multimédia era ainda muito limitado, evidenciando uma transição incompleta para um jornalismo verdadeiramente digital. Constatou-se, ainda, que apenas 35,2% dos profissionais iniciaram a carreira no digital, enquanto a maioria migrou de meios tradicionais como a imprensa, rádio e televisão, o que influenciou a forma como os conteúdos eram produzidos.

Outro dado relevante do estudo foi a baixa interatividade na produção jornalística online. Poucos profissionais exploravam as possibilidades da internet para criar um diálogo com os leitores, tornando o ciberjornalismo mais próximo do modelo tradicional do que de um espaço verdadeiramente participativo.

Em 2016, Helder Bastos realizou um estudo com 80 ciberjornalistas portugueses, cujas conclusões vieram a ser conhecidas em 2018, aprofundando a caracterização dos profissionais que atuam nos meios digitais. Os resultados indicaram que o ciberjornalista português típico é jovem, qualificado e trabalha predominantemente na redação de notícias.

Um dos aspetos mais relevantes do estudo foi a feminização da profissão, com 57,5% dos ciberjornalistas sendo mulheres. Além disso, a faixa etária predominante situa-se entre os 25 e os 35 anos, evidenciando que se trata de uma geração que domina a produção de conteúdos digitais e se adapta facilmente às novas tecnologias.

Em termos laborais, o estudo revelou que, apesar da crescente precarização do jornalismo, 85,5% dos inquiridos possuíam contratos sem termo, indicando que, no setor digital, parte dos profissionais ainda mantém alguma estabilidade. A pesquisa também apontou para um caráter sedentário da profissão, uma vez que apenas 20,2% dos ciberjornalistas realizavam reportagens externas com regularidade, sendo o trabalho predominantemente desenvolvido em redação.

Por fim, apesar do avanço das tecnologias digitais e das possibilidades de interação oferecidas pelos meios online, o estudo revelou que a interação com os leitores ainda era pouco explorada, representando uma oportunidade subaproveitada no ciberjornalismo português.

O estudo conduzido por Jerónimo et al. (2022a) analisou a realidade do jornalismo local e regional em Portugal – conceitos que serão alvo de uma discussão alargada mais adiante –, um setor particularmente impactado pelos desafios da transição digital. Os resultados revelam que os jornalistas locais enfrentam um cenário de acumulação de funções, desempenhando simultaneamente tarefas de produção noticiosa, edição e gestão de redes sociais, muitas vezes sem o suporte técnico necessário.

O estudo mais recente sobre as condições de vida e trabalho dos jornalistas portugueses, publicado pelo Sindicato dos Jornalistas em 2023²⁹, revelou um cenário preocupante, marcado pela instabilidade laboral e pela exigência excessiva sobre os profissionais. A pesquisa identificou que muitos jornalistas enfrentam carga horária elevada, trabalhando mais de 40 horas semanais sem compensação adicional, o que impacta a sua qualidade de vida e desempenho profissional.

Outro desafio apontado pelo estudo é a dificuldade na conciliação entre vida profissional e pessoal. Os dados indicam que 40% dos jornalistas portugueses não têm filhos, sendo que a média de filhos por jornalista (1,04) está abaixo da média nacional (1,38), sugerindo que a instabilidade e as exigências da profissão podem influenciar as decisões pessoais e familiares dos profissionais.

²⁹ O estudo sobre as condições de vida e trabalho dos jornalistas portugueses, publicado pelo Sindicato dos Jornalistas em 2023, apresenta dados sobre a precarização, carga horária e desafios da profissão. O relatório completo pode ser consultado em: <https://jornalistas.eu/inquerito-as-condicoes-de-vida-e-trabalho-dos-jornalistas-descrevem-situacao-devastadora-na-profissao/>

A baixa valorização da profissão também é um fator crítico identificado na pesquisa. Muitos jornalistas sentem falta de reconhecimento, tanto por parte dos seus pares como do público, o que afeta a motivação e o compromisso com a profissão. Além disso, a precarização do setor e os baixos salários continuam a ser uma realidade. O estudo confirma que grande parte dos profissionais enfrenta contratos temporários e remunerações reduzidas, fatores que impactam diretamente a qualidade do jornalismo produzido e a sustentabilidade da profissão.

Apesar das novas oportunidades do ciberjornalismo, os desafios estruturais da profissão continuam a comprometer a motivação, a estabilidade e o futuro dos jornalistas portugueses.

A chegada da IA ao ciberjornalismo levanta uma questão fundamental: os ciberjornalistas devem temer pelo seu futuro? O avanço da IA tem potencial para transformar significativamente o ciberjornalismo, trazendo novas ferramentas que automatizam tarefas repetitivas, mas também levantando desafios estruturais, éticos e laborais (Pavlik, 2023; Sánchez-García et al., 2025).

Por um lado, a IA pode ser vista como um recurso que amplia a produtividade e eficiência dos jornalistas, automatizando transcrição de entrevistas, análise de dados e até a geração de textos noticiosos. Esta automação liberta os profissionais para se concentrarem em tarefas de maior valor, como a investigação e a análise crítica da informação (Liuzzi, 2024). No entanto, esta mudança não ocorre sem tensões: embora a IA contribua para a eficiência na produção noticiosa, a sua introdução levanta preocupações quanto à estabilidade da profissão. A automação de tarefas mecânicas, como a geração de textos informativos padronizados, pode levar a uma redução do número de profissionais necessários para determinadas funções, acentuando o panorama de precarização laboral já existente no setor (Franklin, 2014).

Outro desafio reside na qualidade e credibilidade da informação. A crescente integração da IA na produção jornalística levanta desafios complexos, nomeadamente um dos que já abordamos, mas que vale a pena repetir: o risco de desinformação e a perpetuação de padrões enviesados nos conteúdos gerados automaticamente (Sánchez-García et al., 2025). Por essa razão, o papel do ciberjornalista mantém-se

indispensável, funcionando como um mediador crítico que valida e complementa a informação produzida por algoritmos, evitando que a tecnologia assuma um caráter autonomamente editorial.

A adaptação às novas tecnologias exige novas competências para os ciberjornalistas. O domínio de ferramentas de IA, o pensamento crítico para interpretar algoritmos e a capacidade de verificar informações geradas por máquinas tornam-se habilidades essenciais para o jornalista do futuro (Canavilhas, Rodrigues e Giacomelli, 2019). A questão não é apenas se a IA substituirá os jornalistas, mas como os jornalistas podem redefinir o seu papel num ecossistema mediático cada vez mais automatizado e impulsionado por dados.

Segundo Helder Bastos (2023), os desafios futuros para os ciberjornalistas em Portugal centram-se na adaptação às novas plataformas digitais, na sustentabilidade financeira dos meios e na requalificação profissional. A crescente pressão pela instantaneidade e pela multitarefa tem imposto uma sobrecarga de trabalho aos jornalistas, exigindo que dominem não apenas a produção noticiosa, mas também a edição, gestão de redes sociais e análise de métricas. A precarização da profissão continua a ser um obstáculo, com condições laborais instáveis e um mercado cada vez mais dependente de modelos de financiamento alternativos. Para enfrentar estes desafios, Bastos (2023) sugere que os profissionais invistam em formação contínua, fortaleçam a ética jornalística e encontrem novas formas de atrair e fidelizar audiências num ambiente digital em constante mudança.

Não há dúvidas que os ciberjornalistas são a peça central do ciberjornalismo. São eles que dão sentido e credibilidade à informação num ambiente mediático cada vez mais tecnológico e automatizado. Apesar da crescente introdução da IA e de outras ferramentas digitais na produção noticiosa, o jornalismo continua a necessitar de profissionais capazes de interpretar, contextualizar e verificar a informação, garantindo que os princípios éticos da profissão não sejam comprometidos (Bastos, 2023; Sánchez-García et al., 2025).

Os ciberjornalistas enfrentam desafios associados à pressão da instantaneidade, à precarização das condições de trabalho e à necessidade constante de adaptação a novas

tecnologias (Canavilhas, 2010). No entanto, são eles que comandam a máquina, decidindo o que publicar, como estruturar a narrativa e de que forma envolver o público, assegurando que a informação se mantém rigorosa, relevante e acessível num ecossistema digital em constante evolução. A possibilidade de prescindir do seu contributo mostra-se, portanto, pouco plausível, dado que a sua capacidade para interpretar, contextualizar e dinamizar o fluxo informativo é indispensável para a manutenção de um jornalismo de excelência. Algo que a IA terá dificuldades em garantir.

Concluimos, assim, este primeiro capítulo e, no próximo, vamos chamar a debate o ciberjornalismo de proximidade que traz consigo uma oportunidade para revitalizar o jornalismo local, especialmente em regiões onde os desertos noticiosos³⁰ ameaçam a diversidade e pluralidade da informação. A informação de proximidade desempenha um papel essencial na construção da identidade cultural das comunidades, garantindo que as narrativas locais não sejam engolidas pela hegemonia dos grandes conglomerados mediáticos.

Exploraremos a importância do jornalismo local na era digital e os desafios enfrentados pelos media regionais na adaptação ao ambiente online. A relevância da informação local nunca foi tão evidente quanto agora, numa época em que a globalização da comunicação muitas vezes ofusca as realidades regionais, tornando ainda mais urgente o fortalecimento dos meios de proximidade como agentes ativos na coesão social e a democracia informativa.

³⁰ Desertos de notícias referem-se a concelhos que não possuem meios de comunicação social locais com produção regular de conteúdos jornalísticos. Estes territórios podem ser classificados como desertos totais (sem qualquer meio local), semi-desertos (cobertura insuficiente ou irregular) ou ameaçados (com apenas um meio em risco de desaparecer) (Jerónimo et al., 2022c).

2. Ciberjornalismo de proximidade

A transição digital alterou as formas tradicionais de produção e circulação da informação jornalística, desencadeando transformações profundas nas dinâmicas comunicativas das sociedades contemporâneas. Neste contexto, o ciberjornalismo emerge como um território fértil para a exploração de novas práticas comunicativas, trazendo consigo uma multiplicidade de desafios ao nível da informação de proximidade. Este tipo particular de jornalismo, caracterizado pela sua orientação para comunidades específicas e pela capacidade de promover um vínculo estreito entre jornalistas e públicos locais, constitui um espaço privilegiado de reflexão teórica e prática sobre a forma como o digital reorganizou as relações informativas contemporâneas.

As transformações do jornalismo provocadas pela digitalização suscitam uma análise cuidada das relações entre os fenómenos globais e as dinâmicas locais. Neste sentido, o conceito de glocalização, introduzido por Robertson (1995), surge como uma chave interpretativa fundamental para compreender a interação dinâmica entre a informação produzida localmente e a sua inserção em fluxos globais. A glocalização permite observar como conteúdos produzidos para contextos específicos conseguem expandir-se, ganhando significado e relevância em contextos mais amplos, enquanto fenómenos globais encontram expressão concreta nas realidades locais.

O ciberjornalismo de proximidade (López-García, 2008; Jerónimo, 2015) posiciona-se precisamente nesta interseção, funcionando como uma prática mediática capaz de navegar entre o universal e o particular, mantendo uma forte identidade local enquanto dialoga com processos comunicacionais globais. Tal realidade exige que se clarifique conceptualmente o que entendemos por jornalismo de proximidade no âmbito digital, estabelecendo uma definição e explorando as diversas dimensões e particularidades que este conceito adquire ao longo do tempo. É importante reconhecer que, apesar de recente, o conceito de ciberjornalismo de proximidade tem evoluído e continua em construção.

Neste enquadramento teórico, torna-se indispensável realizar uma análise comparativa com os modelos tradicionais de jornalismo regional, local e hiperlocal. Estes modelos, ainda que relacionados, diferem nas suas práticas, alcance e modos de interação com os públicos. O jornalismo regional (Camponez, 2012; Jerónimo, 2015) é frequentemente associado a uma cobertura mais ampla, territorialmente definida, enquanto o jornalismo local (McNair, 2006; Nielsen, 2015) apresenta um vínculo mais estreito e comunitário, com conteúdos especificamente direcionados para públicos que partilham proximidade geográfica e interesses comuns. O jornalismo hiperlocal (Metzgar, Kurpius & Rowley, 2011; Camponez, 2017; Negreira-Rey & López-García, 2021), por sua vez, é ainda mais específico, focando-se em pequenas comunidades ou bairros, muitas vezes ignorados pelas grandes narrativas jornalísticas.

A passagem destes diferentes níveis de jornalismo para o espaço digital implica transformações nas suas estruturas operativas, editoriais e económicas. Neste contexto, analisar a transição dos media regionais para a internet revela-se uma tarefa essencial, considerando as diversas dificuldades enfrentadas pelas redações que tentam adaptar-se a uma realidade mediática marcada pela rapidez, interatividade e participação ativa das audiências. Esta realidade digital exige dos jornalistas novas competências técnicas e uma capacidade acrescida de responder rapidamente às expectativas dos utilizadores, que, apesar de frequentemente descritos como mais exigentes e informados, nem sempre correspondem a um perfil crítico e aprofundado, especialmente tendo em conta fenómenos de superficialização do consumo informativo (Yousef et al., 2025) associados às redes sociais e à circulação massiva de conteúdos rápidos, simplificados ou pouco rigorosos (*brain rot*³¹). Além disso, impõe desafios éticos adicionais relacionados com a verificação de informação num ambiente onde a velocidade de circulação normalmente ultrapassa a capacidade de validação dos factos.

A compreensão destes processos implica também refletir sobre os desafios relacionados com a sustentabilidade financeira dos media online regionais, que

³¹ Termo informal que emergiu em 2024 como “*Oxford Word of the Year*”, designando o declínio mental associado ao consumo de conteúdos digitais triviais ou pouco desafiantes.

enfrentam uma crise resultante de modelos de negócio ainda frágeis, dependentes de receitas publicitárias limitadas e do financiamento público.

Estas dificuldades económicas têm efeitos diretos sobre as condições laborais e sociais dos jornalistas locais. Os profissionais que trabalham nestes contextos encontram-se numa situação complexa, onde a paixão pelo jornalismo e a proximidade com as suas comunidades são contrabalançadas pela precariedade laboral, baixos salários e insegurança profissional. A compreensão das circunstâncias específicas enfrentadas por estes profissionais é essencial para avaliar a qualidade e relevância social da informação produzida.

Deste modo, este capítulo pretende oferecer uma análise sobre as múltiplas dimensões envolvidas no ciberjornalismo de proximidade, focando-se em aspetos teóricos, operacionais, económicos e humanos. Através de uma reflexão encadeada procura-se explorar como o digital está a transformar as práticas jornalísticas de proximidade, oferecendo novas ferramentas e possibilidades, mas também novos obstáculos e desafios.

2.1. Entre o global e o local: glocalização e fluxos informativos

A globalização tem sido um dos conceitos estruturantes da contemporaneidade, moldando profundamente as dinâmicas económicas, sociais e culturais. Giddens (1995) define a globalização como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice-versa” (p.6).

Este processo, impulsionado pelo avanço das tecnologias de comunicação e pela revolução digital, transformou a circulação da informação, tornando-a mais rápida, acessível e interconectada, ao mesmo tempo que levanta preocupações sobre a homogeneização cultural e a possível perda das particularidades regionais.

Nelson Lourenço (2014) sublinha que “a globalização não significa o fim do local enquanto realidade social, mas antes uma forte e intensa conexão do local e do global, associada a um conjunto profundo de transmutações da vida quotidiana” (p 19). Assim,

a globalização e a comunicação digital não eliminam a identidade local, mas reconfiguram as relações entre territórios e fluxos informativos.

A modernidade reflexiva, conceito explorado por Beck (1994), descreve como o avanço tecnológico e a crescente interdependência das sociedades resultam num confronto permanente entre o global e o local. Segundo Beck, “os processos de globalização não anulam as diferenças culturais, mas antes as reconfiguram em novas formas de identidade e pertença” (p.33). Essa tensão manifesta-se particularmente no jornalismo, onde os media regionais enfrentam o desafio de manter a sua relevância num ambiente digital dominado por grandes conglomerados e plataformas digitais.

Perante a ameaça de homogeneização cultural, verifica-se, por outro lado, uma revalorização dos media regionais, importantes na construção identitária comunitária. A expansão da comunicação global é acompanhada pela necessidade das comunidades preservarem a sua identidade cultural e garantirem a representatividade das suas realidades. Segundo Kochhann (2013), “enquanto o processo de globalização diminuiu fronteiras e impulsionou a integração do mundo numa aldeia global, interligando informações e unificando formas de pensar e agir, a regionalização das comunicações também se apresenta como tendência” (p. 8).

Essa valorização do local reflete-se na necessidade de os media regionais assumirem um papel diferenciador. Como sublinha Camponez (2002), “o local é assim um lugar de conservação, criação e recriação no interior da globalização. Por isso, ele surge-nos como uma realidade incontornável” (p.272). No contexto jornalístico, isso implica que os media regionais devem oferecer conteúdos que reforcem o sentimento de pertença das comunidades e criem narrativas alternativas às promovidas pelos grandes conglomerados mediáticos. É neste contexto que o ciberjornalismo de proximidade ganha especial relevo num mundo mais globalizado, mas, simultaneamente, mais saudosos do que é próximo.

Vizeu (2005) e Peruzzo (2005) (como citados por Kochhann, 2013, p. 9) defendem que a imprensa regional³² é essencial para a construção das identidades locais,

³² De acordo com o artigo 1.º do Estatuto da Imprensa Regional, cuja criação foi aprovada no decreto-lei n.º 106/88 de 31 de março, a imprensa regional abarca “todas as publicações periódicas de informação geral (...) que se destinem predominantemente às respetivas comunidades regionais e locais, dediquem,

consolidando-se como referência próxima às populações locais, algo que os grandes jornais não conseguem replicar. Essa capacidade de personalização da informação torna-se fundamental num ambiente globalizado, onde as plataformas digitais frequentemente promovem um discurso uniforme, raramente representativo da diversidade cultural existente.

A necessidade de informação local está diretamente ligada à vivência quotidiana das pessoas. Peruzzo (2005) destaca que “chegou-se a pressupor o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: a revalorização da mesma, a sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas” (p.70). Este argumento reforça que os media regionais não apenas sobreviveram à globalização, mas tornaram-se essenciais para preservar especificidades regionais, promover a transparência democrática e incentivar a participação cívica (Kochhann, 2013, p. 11).

O conceito de glocalização surge da fusão dos termos “globalização” e “localização”, refletindo a interação entre tendências globais e realidades locais num mundo interconectado. Roland Robertson (1995, p. 40) define a glocalização como “a simultânea presença e interação das dimensões global e local, enfatizando que a globalização não implica necessariamente a homogeneização cultural”. Este conceito permite uma análise crítica sobre os impactos positivos, como a preservação identitária e enriquecimento cultural, e negativos, como a constante pressão para adaptação às dinâmicas globais, resultantes da interação local-global.

No jornalismo, a glocalização manifesta-se na adaptação de conteúdos às especificidades culturais, sociais e linguísticas locais, mesmo num contexto global. López-García (1999) refere que muitas questões locais atingiram a difusão global numa questão de segundos, resultando numa desterritorialização da comunicação, com media regionais a competirem diretamente pela atenção do público.

A glocalização permite às comunidades locais participarem ativamente na produção e disseminação de conteúdos, numa troca bidirecional em que o global

de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a fatores ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico”. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/106-1988-286309>

informa o local e vice-versa. Em Portugal, é comum narrativas protagonizadas por atores locais serem inicialmente veiculadas pelos media regionais e posteriormente repercutidas pelos media nacionais. Assim, a ausência de abordagem jornalística local poderia implicar a invisibilidade nacional destas histórias, evidenciando a interdependência entre media regionais e nacionais.

Este fenómeno é acompanhado pela crescente influência das plataformas digitais, fenómeno designado por plataformização da informação (Ouakrat et al., 2023), isto é, a dependência dos media em relação às plataformas digitais.

Em Portugal, Mattos (2023) destaca que os media têm uma dependência crescente das plataformas digitais para distribuição de conteúdos, sendo o *Google* e as redes sociais fundamentais para a audiência.

Um exemplo desta dinâmica foi a cobertura feita pelo jornal Região de Leiria sobre os ataques de 11 de setembro de 2001. Ao conferir protagonismo a emigrantes leirienses nos EUA durante os atentados, o jornal evidenciou como o local pode contribuir para uma narrativa global, acrescentando proximidade emocional e diversidade à cobertura jornalística (Jerónimo, 2015).

Outro exemplo de glocalização pode ser observado na cobertura jornalística dos incêndios na Austrália em 2019-2020. A tragédia ambiental teve grande impacto sobre as comunidades emigrantes portuguesas naquele país, levando jornais regionais em Portugal a dedicar espaço significativo à experiência dos seus conterrâneos (Lusa, 2020; RTP Notícias, 2020). Esta dinâmica ilustra como um acontecimento de escala global pode ser reinterpretado através do jornalismo de proximidade, fortalecendo os laços entre diásporas e os seus territórios de origem (Gulyas & Baines, 2020; Hess & Waller, 2017).

A globalização, glocalização e plataformização desafiam o jornalismo local a adaptar-se num ambiente mediático cada vez mais digitalizado e competitivo, onde o global e o local coexistem e se potenciam mutuamente. Neste contexto, torna-se relevante aprofundar a definição e o papel histórico dos media de proximidade, explorando como estes têm contribuído historicamente para a coesão territorial e para o fortalecimento dos laços comunitários.

2.2. Media de proximidade: definição, papel histórico e relevância social

Os media regionais configuram uma das manifestações mais evidentes dos media de proximidade. Assim sendo, é precisamente através da análise crítica e conceptual dos media regionais que podemos compreender melhor o alcance, os desafios e as especificidades que caracterizam os media de proximidade.

Neste contexto específico, incluem-se jornais, rádios, televisões e plataformas digitais cuja atuação se concentra numa determinada região ou comunidade, por oposição aos media de alcance nacional ou global. Trata-se, portanto, de meios que cobrem notícias e assuntos de interesse local ou regional, servindo populações delimitadas geograficamente, contribuindo para fortalecer a identidade coletiva e promover uma ligação mais próxima entre os cidadãos e os seus territórios.

Historicamente, estes media existem desde o surgimento dos próprios meios de massa – no seu início, jornais, rádios e televisões operavam apenas com alcance local ou regional antes de alguns se expandirem nacionalmente (Peruzzo, 2005). Ou seja, a comunicação de proximidade é parte integrante do desenvolvimento mediático desde o século XIX, quando em muitos países emergiu uma imprensa regional vigorosa ligada às identidades e necessidades locais.

Conceptualmente, “media regionais” e “media locais” são termos por vezes usados de forma intercambiável, denotando órgãos de comunicação cujo raio de cobertura se restringe a comunidades específicas. Mais do que um critério puramente geográfico, envolve uma dimensão de proximidade – laços sociais e culturais estreitos entre o meio e o seu público. Como observa Peruzzo (2005), no contexto dos media locais e regionais, a proximidade refere-se aos “laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região, que têm muito a ver com a questão do locus territorial” (Peruzzo, 2005, p. 76).

Os media regionais constroem a sua razão de ser na ligação ao território e à comunidade: estão enraizados num lugar e refletem as vivências, valores e peculiaridades locais, distinguindo-se assim dos media nacionais em conteúdo e

enfoque. Essa forte conexão territorial confere-lhes uma identidade própria e um papel específico no ecossistema mediático.

Os media regionais têm enfrentado profundas transformações impulsionadas pela digitalização, o que afetou significativamente o seu modelo tradicional. Estudos recentes confirmam que a migração para o digital agravou as dificuldades económicas, provocando o encerramento ou a fusão de títulos tradicionais (Ramos, 2023). Este fenómeno tem conduzido à criação dos chamados "desertos de notícias", regiões com insuficiência grave de cobertura jornalística local (Jerónimo et al., 2022c; Torre et al., 2024).

Ao longo do tempo, os media regionais desempenharam funções vitais nas sociedades. No século XX, a imprensa regional floresceu em muitos países, inclusive em Portugal, onde praticamente cada distrito ou localidade importante possuía pelo menos um jornal local. Esses meios serviam como crónica da vida comunitária e foram cruciais na difusão de informação fora dos grandes centros urbanos.

Sousa (2011) destaca que a imprensa regional e local em Portugal tem desempenhado um papel crucial na documentação da vida social, cultural e política das comunidades, funcionando como um registo histórico de acontecimentos que, de outra forma, poderiam passar despercebidos. Mesquita (2003) destaca a importância histórica da imprensa regional portuguesa, referindo que quase todas as localidades significativas do país tiveram os seus jornais próprios, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da identidade local e para a disseminação de informação nas periferias.

Em Portugal existem centenas de títulos regionais, refletindo a diversidade cultural e geográfica do país. Dados do regulador indicavam já em 2010 a existência de “mais de sete centenas” de publicações periódicas regionais e locais (ERC, 2010) – um universo abrangente que inclui semanários centenários no interior, rádios municipais e televisões regionais. Este desenvolvimento histórico mostra que as audiências valorizam a informação de proximidade. Mesmo com a chegada da televisão em 1957 (Teves, 2007) e, mais tarde, da internet, entre 1991 e 1995 (Cardoso, Espanha, & Araújo, 2009), que trouxeram centralização e globalização dos conteúdos, os media regionais

souberam encontrar espaços de sobrevivência e adaptação (Jerónimo & Correia, 2020). Com efeito, à medida que os grandes media nacionais se tornavam mais homogêneos e distantes, foi-se reforçando o jornalismo de proximidade para dar voz às especificidades locais.

No contexto atual de informação globalizada e padronizada, os media regionais afirmam-se cada vez mais como complementares – e até corretivos – face aos media nacionais, fornecendo cobertura que estes muitas vezes negligenciam (Faustino, 2013).

Faustino diz que os media regionais, para além de complementarem a informação disponibilizada pelos media nacionais, desempenham por vezes uma função crítica ou retificadora. Ou seja, não se limitam a colmatar lacunas de cobertura territorial, temática ou comunitária, mas também têm o potencial de contestar narrativas dominantes, denunciar omissões relevantes ou oferecer enquadramentos alternativos que contribuem para uma representação mais plural e fiel da realidade. Neste sentido, assumem uma função de correção simbólica e factual, ao trazerem à luz realidades locais frequentemente invisibilizadas nos discursos mediáticos centralizados — contribuindo, assim, para uma representação mais plural e para o enriquecimento democrático do espaço público.

A evolução dos media regionais tem procurado acompanhar as transformações tecnológicas e sociais, mantendo como constante a missão de atender às necessidades informativas das comunidades que servem. Essa transição, contudo, nem sempre é linear ou pacífica. Um exemplo ilustrativo é o caso do jornal *Região de Leiria*, que, numa dada fase, recorreu a conteúdos noticiosos nacionais e internacionais da agência Lusa para manter ativa a sua presença online — uma solução provisória que revelou as dificuldades em preservar uma identidade regional coerente num ecossistema digital cada vez mais centralizado (Jerónimo, 2015).

A literatura especializada tem vindo a reconhecer os media regionais como pilares na construção da identidade coletiva e da coesão social a nível local. Ao desempenharem esta função simbólica, os media regionais consolidam a sua relevância não apenas como fontes de informação, mas como agentes ativos na configuração do espaço público local.

Ewart (2000) demonstrou, a propósito da imprensa regional australiana, que é a este nível regional que se formam e enraízam algumas das imagens mais poderosas da identidade coletiva, muitas vezes mais duradouras do que aquelas promovidas pelos media nacionais. Para Ewart, os meios de comunicação regionais funcionam como um elo agregador das comunidades, unindo-as através da representação das ideias, valores e características consideradas típicas do grupo social dominante. Esta vinculação, que reforça o sentido de identidade comunitária, ocorre mediante a divulgação e valorização de elementos simbólicos com os quais os indivíduos se identificam e nos quais se reconhecem.

Isto significa que os jornais, rádios ou televisões regionais funcionam como espelhos onde a população local se vê refletida – nas suas histórias, valores e até normas de comportamento. Este espelho contribui para reforçar laços comunitários, definindo quem “nós” somos enquanto comunidade distinta. Ao narrar eventos do dia-a-dia, celebrar tradições regionais ou dar voz a figuras locais, os media regionais cimentam referências culturais partilhadas.

Essa função identitária é particularmente relevante em contextos onde identidades regionais ou línguas minoritárias podem ser ofuscadas pelos circuitos mediáticos *mainstream*. McGonagle e van Eijk (2014) sublinham que:

O espaço comunicativo criado pelos media regionais permite que as identidades regionais (incluindo identidades culturais, linguísticas e religiosas) sejam exploradas, desenvolvidas, sustentadas e promovidas numa medida geralmente impossível ao nível nacional. As identidades e línguas regionais são, por vezes, marginalizadas pelos media nacionais dominantes ou *mainstream* (pp. 6-7).

Um exemplo é o papel da imprensa regional em língua mirandesa ou galega, ou dos jornais das comunidades emigrantes portuguesas, que preservam expressões culturais locais fora dos grandes centros. Deste modo, ao garantirem visibilidade a especificidades locais – seja uma festa tradicional, um dialeto, ou uma história de vida típica da região – os media regionais funcionam como guardiões da diversidade cultural interna de um país. Ampliam o pluralismo informativo, evitando que a agenda pública

se restrinja aos temas das metrópoles e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva das suas várias comunidades.

Para além da sua dimensão cultural, os media regionais desempenham um papel cívico essencial, atuando como vigilantes de proximidade junto das autarquias, instituições e agentes locais de poder. Na ausência destes órgãos, muitas decisões relevantes para a vida pública local poderiam permanecer invisíveis ou sem escrutínio, dada a tendência dos media nacionais para privilegiarem temas de alcance mais amplo.

Neste sentido, o jornalismo regional contribui para o reforço da participação democrática ao informar os cidadãos sobre questões que os afetam diretamente – desde deliberações camarárias, investimentos públicos ou controvérsias locais. Como sublinha Sara Vieira (2014), esta vigilância de proximidade constitui uma das funções mais relevantes da imprensa local, ainda que condicionada por fragilidades estruturais e por relações complexas com as elites políticas e económicas que frequentemente procuram influenciar ou controlar o espaço mediático local.

Essa cobertura de política e assuntos regionais preenche lacunas deixadas pelo jornalismo nacional, que frequentemente sub-representa ou ignora esses temas (McGonagle & van Eijk, 2014). Ao dar visibilidade a questões locais, os media regionais também fomentam o debate público e a participação dos cidadãos na vida democrática. Proximidade, neste caso, significa que jornalistas e público interagem num terreno comum: repórteres conhecem as figuras e contextos locais e sentem-se diretamente responsáveis perante os seus vizinhos e leitores. Isso potencia um jornalismo mais rigoroso e responsável.

Como notou Nobre Correia, “o jornalista local conhece as pessoas, os sítios [...]. Sabe que não pode falhar um nome, [...] [existe] maior exigência de rigor”, justamente pela proximidade entre fontes, jornalistas e leitores (Nobre Correia, 2019, para. 3). Esse rigor reforçado contribui para a credibilidade da informação regional. Os media regionais podem, também, atuar como escolas de cidadania: estimulam o envolvimento cívico ao cobrir assembleias municipais, dar espaço a reclamações da população ou facilitar o diálogo entre eleitos e eleitores. Em última instância, ao fortalecerem a transparência e a participação a nível de base, contribuem para consolidar a democracia

no seu conjunto. McGonagle e van Eijk (2014) argumentam inclusive que a proximidade comunitária desses media confere uma dimensão política à sua atuação, criando um espaço comunicativo onde os cidadãos podem envolver-se nos assuntos da sua região e desenvolver um sentido de comunidade política ativa.

A literatura recente sublinha também a relevância das audiências no contexto digital, apontando que a relação com os leitores locais deve ser repensada para garantir a sobrevivência dos media regionais. Heiselberg e Hopmann (2024) sugerem que compreender as expectativas funcionais, simbólicas e emocionais do público é crucial para reaproximar jornais e leitores. Esta abordagem orientada para a audiência ("audience-centric") demonstra que o futuro dos media regionais depende da sua capacidade para responder às necessidades concretas das comunidades que servem (Heiselberg & Hopmann, 2024).

Em contextos de descentralização ou regionalização, os media regionais tornam-se ainda mais centrais, servindo de plataforma para debates sobre políticas regionais e para a afirmação de identidades políticas próprias.

O papel democrático dos media regionais manifesta-se tanto no conteúdo – dar notícias relevantes que de outra forma ficariam ocultas – quanto no processo – incentivar um público informado e participativo.

Globalmente, o conceito de media regionais assume diferentes nuances conforme o país, mas guarda elementos comuns. Em democracias consolidadas, há um reconhecimento crescente de que a saúde da informação local influencia a saúde democrática geral. Nos EUA, 85% dos adultos afirmam que os media regionais são importantes para o bem-estar da sua comunidade (Pew Research Center, 2019), revelando consciência pública do valor desses órgãos. Na Europa, países com línguas regionais ou comunidades autonómicas (como Espanha, Bélgica ou mesmo o Reino Unido, com Escócia e País de Gales) viram emergir fortes sistemas mediáticos regionais, muitas vezes com apoio público, para assegurar pluralismo linguístico e coesão nacional na diversidade. Já em países continentais extensos (Brasil, Índia, etc.), a imprensa regional e as emissoras locais desempenham papel estratégico na aproximação entre

regiões periféricas e o debate nacional, atuando como *hub* de informações que retroalimentam a compreensão do país em toda a sua extensão.

Apesar das diferenças, a literatura recente tende a convergir na ideia de que os media regionais são insubstituíveis na era digital: se por um lado a Internet permite acesso a notícias de qualquer lugar, por outro nunca foi tão necessária a mediação contextual local – para filtrar, explicar e repercutir como é que os acontecimentos globais afetam a comunidade e vice-versa. Nesse cenário internacional, Portugal oferece um caso singular. Sendo um país de território relativamente pequeno e culturalmente homogêneo, poderia supor-se que os media nacionais cobririam satisfatoriamente todo o país. Contudo, verifica-se que a imprensa regional e local portuguesa ocupa um lugar insubstituível na informação de muitas comunidades (Jerónimo, 2015). Regiões do interior ou mesmo áreas metropolitanas fora dos principais centros mediáticos (Lisboa e Porto) mantêm jornais e rádios regionais, e sites noticiosos dedicados às suas localidades (ERC, 2025; Midões, 2020).

Este dinamismo justifica o frequente apelo a políticas públicas de apoio: já em 2013, Faustino notava no Parlamento que os media regionais estavam a ganhar atenção governamental e necessitavam de estratégias específicas de fortalecimento (Faustino, 2013). A consciência desse valor também se reflete no meio académico português, com um volume crescente de estudos sobre jornalismo regional e local na última década – tentando compreender tanto a sua importância social quanto os desafios que enfrenta. Afinal, Portugal possui jornais regionais bicentenários que foram cronistas de revoluções e mudanças sociais a nível local, e hoje enfrenta o desafio de os renovar para a era digital sem perder a proximidade (Carona, 2023).

Apesar das dificuldades (muitas destas publicações lutam com mercados publicitários limitados e transição tecnológica), persiste a convicção de que os media regionais portugueses são essenciais para comunidades informadas e coesas. “Os media regionais e locais têm potencialmente melhores perspetivas de futuro do que os nacionais”, precisamente porque o leitor valoriza aquilo que lhe é próximo (Nobre Correia, 2019, para 2). Em Portugal, onde a imprensa nacional tem uma das difusões mais baixas da Europa, essa afirmação sublinha que a relevância do conteúdo local pode

ser a chave para a sustentabilidade mediática: o público liga-se mais a notícias do seu bairro ou município do que a manchetes distantes, o que cria oportunidades para os títulos regionais prosperarem se conseguirem inovar e captar essas audiências de proximidade.

A problematização do conceito de media regionais revela um fenómeno multifacetado e profundamente enraizado no tecido social. Longe de serem meros canais informativos de segunda linha, estes media constituem verdadeiros pilares da esfera pública local, com implicações que ecoam para além do seu território imediato (Jerónimo, 2015).

Defini-los envolve considerar parâmetros geográficos, sim, mas também elementos intangíveis como identidade coletiva, proximidade afetiva e participação cívica. Vimos que, historicamente, os media regionais acompanharam o nascimento dos media modernos e continuam a adaptar-se – mantendo, porém, a essência de servir comunidades específicas. A sua importância na sociedade manifesta-se em diversos níveis: reforçam identidades culturais e linguísticas, dão voz a pluralidades internas, aproximam governantes e governados no dia-a-dia, e exercem uma vigilância indispensável sobre o poder à escala local.

Por outro lado, é importante considerar também o papel dos media regionais no combate à desinformação digital. Com a redução dos jornais locais tradicionais, muitas comunidades passaram a obter informação essencialmente a partir das redes sociais, aumentando a exposição a conteúdos não verificados. Neste contexto, os media regionais adaptados ao digital são decisivos para mitigar rumores e desinformação, oferecendo informação validada e reforçando a confiança pública (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2022).

Em Portugal, como internacionalmente, esses meios têm provado o seu valor, moldando opiniões e conectando pessoas em torno de questões comuns que, de outro modo, ficariam fragmentadas ou invisíveis. Ao privilegiar a informação de proximidade e ao criar um sentido de comunidade mediática, os media regionais contribuem para uma cidadania mais informada, coesa e participativa.

A importância democrática dos media regionais mantém-se hoje mais relevante do que nunca. Trabalhos mais recentes mostram que o enfraquecimento ou encerramento dos media regionais tem impactos negativos comprovados sobre a participação política e o envolvimento cívico das comunidades locais (Cagé, 2020; Magasic, Hess, & Freeman, 2023). Em comunidades que perderam os seus jornais locais, observou-se uma redução significativa da participação pública e um enfraquecimento dos laços sociais (Magasic et al., 2023), destacando que a presença ativa destes meios é um pilar essencial para comunidades informadas e coesas.

Em última instância, discutir os media regionais é reconhecer que, numa era de globalização e abundância informativa, o local permanece uma dimensão crítica: é no espaço próximo que a informação ganha significado concreto para o cidadão comum. No entanto, a sua continuidade não está garantida. A transição para o digital, as alterações nos modelos de financiamento e as dificuldades de adaptação às novas dinâmicas informativas colocam em causa a sustentabilidade destes meios. Assim, importa agora compreender os desafios estruturais que os media regionais enfrentam e as estratégias que poderão garantir a sua sobrevivência no atual contexto mediático.

Apesar deste reconhecimento generalizado da relevância dos media regionais, vale a pena considerar o paradoxo da sua sobrevivência numa era digital marcada pela concorrência global. Franklin (2014) chama atenção para os desafios da sustentabilidade económica num ambiente dominado por grandes plataformas digitais, enquanto Nielsen (2015) problematiza a dependência crescente de apoios públicos como potencial risco à independência editorial. A sustentabilidade económica tornou-se, assim, uma das grandes preocupações recentes. Alguns autores defendem soluções cooperativas, através da criação de redes colaborativas entre vários jornais regionais, como forma de aumentar o alcance e reduzir custos (Ramos, 2025). Outra via explorada é o financiamento público direcionado, testado com sucesso em países como a Suécia, embora levante questões sobre possíveis riscos à independência editorial (Nygren, 2023).

Embora a proximidade afetiva possa ser um ponto forte destes media, Hess e Waller (2017) destacam que nem sempre a proximidade garante rigor jornalístico,

apontando a necessidade de modelos capazes de equilibrar afetividade e profissionalismo jornalístico. Neste sentido, Camponez (2012) recorda que a sobrevivência dos media regionais não se pode desligar da problemática mais ampla das desigualdades regionais que moldam a paisagem mediática portuguesa.

Perante estes desafios, é importante clarificar as diferenças conceptuais entre as diversas formas de jornalismo territorialmente próximo (regional, local e hiperlocal), compreendendo como cada uma destas escalas geográficas tem adaptado as suas práticas jornalísticas à crescente digitalização do panorama mediático.

2.3. Jornalismo regional, local e hiperlocal: conceitos e transição para o digital

Jornalismo de âmbito regional costuma ser definido como a prática jornalística voltada a uma área geográfica delimitada (uma região ou conjunto de municípios), com foco territorial e identidade comunitária própria. Pedro Jerónimo (2015) conceitua o jornalismo regional justamente pelo foco territorial, não sendo um meio oficial do poder público, mas sim um veículo orientado para notícias de determinada região. Trata-se dos meios de comunicação social que abordam temas e assuntos de interesse específico para uma determinada região (por exemplo, um distrito ou uma zona do país), distinguindo-se dos media nacionais pelo seu âmbito geográfico mais restrito. Esta cobertura regional pode incluir imprensa escrita, rádio, televisão e meios digitais de natureza jornalística.

Franklin e Murphy (1991) já defendiam que uma notícia regional não precisa necessariamente de ser gerada no território que a recebe, bastando que possua relevância, abrangência e impacto sobre essa comunidade específica. Assim, até temas nacionais ou internacionais podem adquirir pertinência regional se abordados numa perspetiva que os conecte diretamente às realidades locais.

No contexto português e luso-brasileiro, é comum usar o termo jornalismo de proximidade para englobar jornalismo regional e local (Camponez, 2002; Jerónimo, 2015), enfatizando a ideia de proximidade geográfica e relacional com o público.

Reconhece-se o uso de outros conceitos, como “jornalismo local” ou “jornalismo regional”. Neste trabalho adotamos “jornalismo de proximidade” e, por extensão, “ciberjornalismo de proximidade” (López-García, 2008; Jerónimo, 2015), uma vez que o nosso âmbito de estudo é o meio online. Optamos por estes termos por serem os mais consolidados em Portugal e Espanha.

O mesmo acontece em relação aos meios tradicionais, como meios ou media de proximidade, locais ou regionais. Neste trabalho optamos por adotar o termo media regionais para aqui inserir todos os que exercem o jornalismo num âmbito mais regional, local ou até hiperlocal.

Autores pioneiros como Janowitz (1952) já observavam que a imprensa comunitária atuava como agente de coesão social e de promoção da identidade local, funcionando muitas vezes como uma extensão da vida cívica da comunidade. Essa visão normativa do jornalismo local destaca o seu papel de “cimento social” que liga os membros de uma localidade e fornece uma janela informativa para o mundo imediato em que vivem (McNair, 2006). Os jornais e rádios regionais tradicionalmente serviam como fórum para os assuntos do quotidiano local, ajudando a gerar envolvimento cívico e político e a integrar a comunidade em torno de valores partilhados (Nielsen, 2015).

Camponez (2012) chega a conceituar o jornalismo regional, na sua dimensão simbólica, como um “pacto comunicacional” realizado no seio de comunidades de lugar, ou seja, um acordo implícito em que jornalistas e público local partilham referências culturais e interesses construídos localmente para reforçar laços de pertença comunitária (Camponez, 2012).

Jornalismo Local, por sua vez, refere-se à cobertura de notícias numa comunidade específica, geralmente de menor escala que a regional – por exemplo, uma cidade, concelho ou freguesia. É o jornalismo “da terra”, voltado ao quotidiano e aos assuntos do município ou bairro, servindo às necessidades informativas imediatas dos residentes.

Para Brian McNair (2006),

se as notícias são a nossa janela para o mundo, as notícias locais são a nossa janela para a parte do mundo que

efetivamente habitamos (...), dizem-nos o que está a acontecer nas nossas ruas e traseiras. Paroquial por definição, o jornalismo local é parte do cimento social que liga as comunidades entre si e é ampla e acertadamente visto como um elemento essencial na construção da identidade local (p. 37).

As informações locais tendem a alimentar a identidade comunitária, proporcionando aos cidadãos conhecimento necessário para o exercício da cidadania naquele ambiente. “Há uma forte evidência de que o jornalismo local (...) é realmente mais informativo e ajuda as pessoas a acompanhar os assuntos públicos locais” (Nielsen, 2015, p. 18). O jornalismo local “ajuda a gerar altos níveis de envolvimento cívico e político” e ainda “contribui para a integração da comunidade, representa as comunidades e ajuda a unir as pessoas” (Nielsen, 2015, p. 18).

Jornalismo hiperlocal é uma forma ainda mais segmentada de jornalismo local, concentrada em áreas extremamente pequenas ou nichos comunitários muito específicos. O termo “hiperlocal” geralmente designa coberturas em microescala geográfica, como bairros, vilas ou até mesmo quarteirões, enfatizando assuntos que raramente aparecem nos grandes media.

Metzgar et al. (2011) observaram que não há uma definição consensual de hiperlocal, mas em linhas gerais envolve operações mediáticas voltadas a um público geograficamente bem delimitado, com conteúdo noticioso original sobre aquela comunidade e frequentemente produzido por residentes locais.

O jornalismo hiperlocal cobre “o que está a acontecer à nossa porta”, atuando em escala microscópica e muitas vezes com forte participação do público (*blogs* comunitários, fóruns de bairro, grupos locais em redes sociais). Exemplos clássicos incluem *blogs* de bairro e sites comunitários nos EUA e Europa – como o *West Seattle Blog*³³ nos EUA, que se foca exclusivamente em notícias de um bairro de Seattle e foi inclusive reconhecido como “Melhor Site Hiperlocal”.

³³ O West Seattle Blog constitui um dos mais reconhecidos sites de notícias comunitárias, tendo sido distinguido como “Melhor Site Hiperlocal” em 2013 pela *Society of Professional Journalists* e recebido o prémio “Melhor do Oeste de Washington” pela KING 5 nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2016. A sua missão é divulgar “o que está a acontecer em West Seattle agora – o que os residentes dizem sobre isso – e o que podem fazer a respeito”, promovendo assim o envolvimento ativo da comunidade. Alguns

Em Portugal surgiram também projetos hiperlocais e é frequente a existência de grupos de *Facebook* ³⁴ ou *blogues* organizados e geridos pelos próprios moradores dos bairros ou terras, sendo nestes espaços que as comunidades acedem, frequentemente de forma mais rápida do que através dos meios tradicionais, às notícias locais.

Ainda que poucos tenham alcançado profissionalização (Negreira-Rey & López-García, 2021), um exemplo é o site O Corvo³⁵, fundado em 2013, que cobria temas específicos da cidade de Lisboa, oferecendo uma abordagem aprofundada e independente do jornalismo de bairro. O site focava-se em questões como urbanismo, mobilidade e cultura, distinguindo-se pela proximidade com a realidade local. Apesar do reconhecimento da sua qualidade jornalística, enfrentou dificuldades financeiras e encerrou a sua atividade em 2019.

A experiência do O Corvo demonstrou que há procura por ciberjornalismo de proximidade, mas sem um modelo de negócio sustentável, a continuidade torna-se inviável. No entanto, o surgimento de projetos como *A Mensagem de Lisboa*³⁶, lançado em 2021, sugere que continuam a existir tentativas sérias de consolidar modelos alternativos de ciberjornalismo urbano de proximidade, apostando numa ligação comunitária forte, em narrativas inclusivas e numa abordagem temática centrada na cidade.

bairros compreenderam que, ao unir forças online, se tornam mais coesos e fortes, privilegiando não apenas a sua identidade particular, mas sobretudo aquilo que os une. Disponível em: <https://www.rentcafe.com/blog/apartment-search-2/best-neighborhood-blogs-in-seattle/>

³⁴ Um exemplo ocorre em Baião, distrito do Porto, onde os habitantes tomam conhecimento mais rapidamente dos acontecimentos locais através do grupo comunitário no Facebook “Baião, a nossa terra e a nossa gente”. Este grupo, gerido pela própria população e aberto à participação comunitária, chega a ultrapassar em número de seguidores a edição digital do jornal regional da localidade, tornando-se muitas vezes a principal fonte de informação sobre eventos locais. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/baiaonossaterra>

³⁵ O Corvo foi um site de jornalismo hiperlocal fundado em 2013 por Samuel Alemão. Mais informações podem ser consultadas em: Arquivo do site (via *Wayback Machine*): <https://ocorvo.pt> (atualmente inativo); Notícia sobre o encerramento: “Fechou o jornal lisboeta O Corvo” (Público, 2019). Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/05/29/local/noticia/fechou-jornal-lisboeta-corvo-1874575>; Sobre o jornalismo hiperlocal em Portugal: Negreira-Rey & López-García (2021).

³⁶ Explora temas como habitação, mobilidade, cultura, comunidade e memória urbana, promovendo uma narrativa inclusiva sobre a cidade de Lisboa. Mais informações disponíveis em: <https://amensagem.pt>

Na Galiza, o projeto Luzes³⁷ representa uma aposta consistente no ciberjornalismo hiperlocal digital, enraizado na identidade regional. Criado por jornalistas galegos, *Luzes* combina a cobertura de temas locais com uma perspectiva cultural e política centrada na realidade galega, promovendo um jornalismo independente e próximo das comunidades. Ao contrário de muitos projetos hiperlocais que enfrentaram dificuldades de sobrevivência, *Luzes* mantém-se ativo graças a um modelo misto de assinaturas pagas e apoios institucionais, o que tem garantido a sua viabilidade. A experiência do jornal demonstra que o ciberjornalismo hiperlocal pode ter sustentabilidade quando assente em nichos bem definidos e na construção de uma comunidade de leitores dedicada. Em Portugal, estudos como o de Negreira-Rey, Amigo e Jerónimo (2022) reforçam essa análise, ao identificarem dinâmicas semelhantes no ciberjornalismo local digital, embora mais marcadas por constrangimentos estruturais e fragilidade financeira.

Esse hiperfoco territorial permite uma atenção muito detalhada aos eventos do quotidiano (reuniões de bairro, escolas locais, comércio de proximidade, condições meteorológicas da zona, entre outros), preenchendo lacunas que os media de maior escala tendem a ignorar. O jornalismo hiperlocal pode, assim, ser compreendido como uma resposta emergente à fragilidade crescente da imprensa local tradicional, funcionando como estratégia de reaproximação às comunidades e de revalorização do espaço público local. De acordo com Camponez (2017), trata-se de uma forma de comunicação ancorada na partilha de vivências e preocupações concretas, enquanto Negreira-Rey e López-García (2021) sublinham que o hiperlocalismo assenta na ativação de dinâmicas comunitárias sustentadas por novos formatos digitais e participativos.

Nos três casos, este jornalismo próximo das comunidades tem sido reconhecido como essencial para promover a coesão social, garantir o pluralismo informativo e facilitar a participação democrática a nível local (Schudson, 2019; Mota, 2023).

Contudo, precisamente por estar intimamente ligado a pequenas escalas territoriais e recursos financeiros e humanos frequentemente limitados, o jornalismo

³⁷ Mais informações podem ser consultadas em <https://luzes.gal>. Sobre a análise da sustentabilidade do projeto: Negreira-Rey & López-García (2021).

local enfrenta várias pressões que colocam em risco a sua sustentabilidade. Embora algumas destas pressões sejam recorrentes, como a crise económica dos media tradicionais e a crescente precariedade laboral entre jornalistas locais (Nielsen, 2015; Hess & Waller, 2017), destaca-se especialmente, pela sua novidade e impacto, a plataformização. Esta traduz-se na dependência crescente de grandes plataformas digitais para a distribuição de conteúdos, o que compromete significativamente a autonomia editorial e a sustentabilidade financeira dos meios locais (Morais & Jerónimo, 2023). No seu conjunto, estas pressões podem conduzir à diminuição da qualidade informativa, redução da diversidade editorial e, em casos extremos, ao encerramento dos próprios órgãos locais, ameaçando o pluralismo do panorama mediático regional.

Neste cenário desafiante, a digitalização dos media regionais surgiu como um caminho inevitável, mas também incerto, com potenciais vantagens e riscos associados. A transição dos media regionais para o digital tem-se revelado, assim, um processo gradual marcado por especificidades históricas e discrepâncias face aos media nacionais. De um modo geral, os grandes títulos nacionais adotaram a internet mais precocemente, ainda na década de 1990, enquanto muitos órgãos regionais avançaram de forma mais lenta e tardia. Em Portugal, essa diferença foi notória: embora alguns projetos locais pioneiros tenham surgido online no final dos anos 90, a maioria da imprensa regional apenas começou a investir na internet a meio da década seguinte, num ritmo consideravelmente mais lento do que o verificado nos jornais de âmbito nacional (Jerónimo, 2010). As limitações de recursos humanos e financeiros dos títulos regionais, em contraste com os recursos dos media nacionais, ajudaram a explicar essa adoção mais pausada e hesitante (Jerónimo et al., 2022a).

Nos primórdios da migração digital, a estratégia dominante dos jornais regionais era basicamente transpor para a internet o conteúdo produzido para o papel, com muito pouco aproveitamento das potencialidades interativas do novo meio. Segundo Jerónimo (2010), em 2005, apenas 27% dos jornais regionais portugueses tinham um site ativo, enquanto em 2015 essa percentagem subiu para 64% (OberCom, 2018). Estes números

ilustram a adesão tardia do setor ao ambiente digital e a resistência inicial dos meios de proximidade à mudança tecnológica.

Apesar desse crescimento numérico, a adaptação qualitativa ao digital foi significativamente mais lenta. A maioria dos jornais regionais limitava-se a reproduzir o modelo impresso, sem explorar as possibilidades multimédia e interativas do ambiente online. Estudos indicam que, mesmo na viragem da década de 2000-2010, a presença digital dos jornais locais portugueses permanecia rudimentar – caracterizada sobretudo pela cópia das notícias impressas para formato digital, com escassa produção de material original pensado para a web (Jerónimo, 2010). A interatividade e multimedialidade, apontadas como promessas do ciberjornalismo, eram exploradas apenas de forma incipiente, devido não só à falta de investimento tecnológico, mas também a alguma resistência cultural nas redações regionais em alterar rotinas de produção consolidadas (Zamith, 2008).

Consequentemente, por vários anos não se pode propriamente falar em ciberjornalismo de proximidade pleno, mas antes numa mera adaptação básica, sem transformação profunda do modelo informativo (Jerónimo, 2015; Zamith, 2008). Ainda em meados da década de 2010, verificava-se que muitos desses órgãos continuavam a privilegiar o impresso – principal fonte de receita – encarando o online como complemento, o que limitava a inovação editorial nas plataformas digitais (Cardoso et al., 2017; Jerónimo & Correia, 2020).

Com o tempo, contudo, o panorama foi evoluindo e complexificando-se. Os jornalistas regionais passaram a incorporar massivamente as ferramentas digitais no seu dia a dia profissional, usando a internet e as redes sociais para pesquisar informações, contactar fontes e distribuir conteúdo (Jerónimo et al., 2022a).

Hoje, é consensual entre esses profissionais que estar presentes online é fundamental para alcançar audiências cada vez mais conectadas e para atrair públicos mais jovens. Essa integração das rotinas digitais, porém, nem sempre se traduziu numa relação mais interativa com as comunidades locais. Na prática, os jornalistas de proximidade tendem a usar as plataformas digitais muito mais para apurar e difundir

notícias do que para fomentar o diálogo ou a participação do público (Jerónimo et al., 2022a).

Com a transição dos media regionais para o ambiente digital, emergiu uma possibilidade significativa para o reforço da participação cidadã e da interação ativa entre as comunidades e os profissionais da informação (Morais & Jerónimo, 2023). No entanto, apesar deste potencial participativo das ferramentas digitais, verifica-se uma histórica resistência dos jornalistas locais em envolver plenamente os cidadãos na produção e definição das agendas noticiosas (Correia, 2014; Moraes, Jerónimo & Correia, 2020). Esta resistência decorre sobretudo do receio em perder controle editorial e autoridade profissional, o que perpetua um modelo centralizado e pouco permeável à colaboração do público (Correia, 2014). Estudos recentes confirmam que muitos jornalistas regionais portugueses mantêm práticas tradicionais e hesitam na implementação plena de modelos colaborativos, como o jornalismo cidadão ou o *crowdsourcing* supervisionado, apesar das evidências empíricas dos benefícios associados (Correia, 2014; Moraes, Jerónimo & Correia, 2020).

Ainda que iniciativas isoladas como o projeto "Agenda dos Cidadãos"³⁸ tenham demonstrado o impacto positivo do envolvimento público na relevância comunitária e no fortalecimento do compromisso cívico, persistem entraves culturais, políticos e estruturais que atrasam essa transição (Correia, 2014). Por outro lado, na ausência ou falha dos media tradicionais em dar voz às comunidades, emergem experiências autónomas protagonizadas pelos próprios cidadãos³⁹, confirmando o interesse público por conteúdos que proporcionem representatividade e pertença local (Morais & Jerónimo, 2023). Era importante que o jornalismo local reconhecesse e integrasse

³⁸ O projeto "Agenda dos Cidadãos" decorreu entre 2011 e 2012 e teve como objetivo aproximar jornalistas regionais e cidadãos através da participação ativa destes na sugestão e produção colaborativa de conteúdos noticiosos locais. Para saber mais sobre o projeto, consultar Correia (2014).

³⁹ Podemos encontrar dois exemplos dessas experiências autónomas no Vela Notícias (de uma aldeia na região Centro) e no Jornal da Aldeia (no Alentejo). Ambos são boletins informativos produzidos por habitantes locais, sem jornalistas profissionais, visando cobrir notícias das respetivas freguesias esquecidas pela grande imprensa. Gonçalves, Grupillo e Melo (2024) analisaram essas iniciativas de comunicação comunitária e observaram dinâmicas interessantes de participação e confiança. Os moradores envolvem-se ativamente em todas as etapas – da seleção de assuntos à redação e distribuição da informação – e, embora os conteúdos não sigam estritamente as normas jornalísticas formais, a comunidade confia e valoriza as notícias ali publicadas, pois reconhece nelas as suas vivências e interesses compartilhados (Gonçalves et al., 2024).

estrategicamente estas potencialidades colaborativas, dado que a sustentabilidade económica e social desses meios depende cada vez mais da capacidade de serem indispensáveis para as comunidades onde atuam (Morais, Jerónimo & Correia, 2020; Moraes & Jerónimo, 2023).

A migração digital traz imensas potencialidades. A literatura recente sublinha a resiliência e flexibilidade destes meios para se reinventarem em contextos adversos (Mota, 2023). Exemplos disso são os projetos regionais nativos digitais que emergiram na última década, alguns dos quais conseguiram captar audiências substanciais online e experimentar modelos de financiamento alternativos⁴⁰.

Estudos comparativos entre jornais locais tradicionais e iniciativas digitais puras em Portugal revelam dinâmicas interessantes: enquanto os títulos impressos de longa data continuam a apoiar-se financeiramente nas edições em papel e encaram com cepticismo a sustentabilidade do jornalismo exclusivamente digital, os novos media regionais nascidos na internet têm diversificado as fontes de receita – combinando investimento privado, apoios públicos, assinaturas digitais e doações – e adotado estratégias editoriais inovadoras (Santos Silva et al., 2025).

Apesar do avanço digital, a principal fonte de receita dos jornais regionais continua a provir da publicidade nas edições impressas (OberCom, 2018). A maioria dos jornais com presença online não impõe restrições ao acesso às notícias nem dispõe de estratégias eficazes para obter financiamento direto junto dos leitores, como subscrições ou contribuições voluntárias (Ramos, 2021). Muitos jornais regionais que têm *paywall* permitem somente subscrições das versões impressas, excluindo, assim, leitores que preferem ou apenas podem aceder às edições digitais (Ramos, 2021).

Esta coexistência de abordagens denota um setor em transição, onde velhas e novas lógicas comunicacionais se entrecruzam. Por um lado, a herança do jornalismo de proximidade tradicional (assente na forte ligação comunitária e na credibilidade

⁴⁰Abernathy (2018), refere que nos Estados Unidos surgiram mais de 500 jornais nativos digitais nos últimos anos, muitos deles com enfoque local e distribuídos por todo o país. Estes projetos editoriais têm tido maior êxito perto dos grandes centros urbanos, beneficiando da proximidade de potenciais assinantes, anunciantes e apoios filantrópicos. Destaca-se ainda que a estrutura destas redações digitais é frequentemente reduzida em termos de recursos humanos, distanciando-se dos modelos tradicionais de jornalismo local.

construída ao longo de décadas) ainda confere alguma estabilidade e capital simbólico aos meios regionais; por outro, a inevitabilidade do digital obriga-os a explorar caminhos para manter essa ligação com as audiências num ambiente mediático radicalmente diferente. Há sinais positivos, como o reconhecimento generalizado – por parte de profissionais, público e decisores – da importância insubstituível do jornalismo de proximidade para a sociedade (Mota, 2023). Essa valorização crescente, aliada ao interesse académico e a algumas iniciativas de apoio e inovação (incubadoras de media regionais, formação em literacia digital⁴¹, etc.), pode contribuir para mitigar a “erosão da proximidade” provocada pelas transformações tecnológicas.

A digitalização expõe as fragilidades dos media regionais tradicionais. Muitos jornais regionais tardaram em adaptar-se ao ambiente online, e quando o fizeram, enfrentaram a concorrência avassaladora das redes sociais na distribuição de notícias. A audiência local migrou em grande parte para plataformas como o *Facebook* para se informar e debater questões da comunidade, levando os jornais e rádios regionais a perder o monopólio da informação de proximidade.

Embora com dificuldades, há exemplos de sucesso de media regionais que têm sabido tirar partido do online: um exemplo analisado é o da Rádio Cova da Beira (RCB), uma pequena emissora do interior de Portugal que expandiu o seu alcance através da web, demonstrando como o meio digital pode “fazer chegar notícias hiperlocais a audiências transfronteiriças” (Jorge & Brito Batista, 2021). O estudo de Jorge e Brito Batista (2021) sobre a RCB indica que este modelo de jornalismo local valoriza a cultura regional e consegue envolver diásporas via internet, embora, mesmo assim, enfrente “sérios problemas estruturais e financeiros” para se sustentar.

Podemos encontrar outro exemplo no estudo de Amaral, Simões, Jerónimo e Fidalgo (2020), intitulado *Facebook y periodismo de proximidad: estudio de caso de los incendios en Portugal de 2017*, que analisa o papel das redes sociais na cobertura jornalística de proximidade durante os incêndios florestais em Portugal. Os autores

⁴¹ O governo português tem manifestado preocupação com a necessidade de reforçar a literacia mediática dos cidadãos, especialmente num contexto marcado pela disseminação de desinformação e pelo uso crescente da IA na produção e consumo de conteúdos noticiosos. Nesse sentido, apresentou recentemente o Plano Nacional de Literacia Mediática – Estratégia 2025-2029, que esteve em consulta pública até fevereiro de 2025 (Governo de Portugal, 2024a).

concluíram que as redes sociais, especialmente o *Facebook*, foram ferramentas essenciais para a disseminação rápida de informações em tempo real durante a crise, permitindo que os media regionais mantivessem a população informada sobre a evolução dos incêndios, medidas de segurança e recursos disponíveis. A interação direta com os utilizadores facilitou a partilha de informações críticas e a mobilização de esforços comunitários, sublinhando a importância das plataformas digitais na gestão de emergências e na comunicação de proximidade.

Os media regionais em Portugal encontram-se numa fase crítica de transição digital, marcada por um forte impacto das tecnologias emergentes nas estratégias de financiamento e sustentabilidade. Apesar da abertura para explorar novas abordagens tecnológicas, os jornais regionais tradicionais continuam dependentes das receitas provenientes da publicidade e das assinaturas das edições impressas. Em contrapartida, os jornais regionais nativos digitais adotam modelos de negócio mais diversificados, recorrendo frequentemente a doações, financiamento coletivo e subscrições digitais como mecanismos de sustentabilidade financeira. Este cenário revela a coexistência de dois paradigmas distintos no panorama regional português, em que as estratégias inovadoras são vistas como necessárias, ainda que enfrentem resistências e desafios significativos na sua implementação efetiva (Santos Silva et al., 2025).

Os diretores dos media regionais entrevistados no estudo de Santos Silva, Gonçalves e Morais (2025),

mostram-se atentos às novas exigências do mercado e reforçam que estão numa fase de transição, mantendo firme o objetivo de revitalizar a imprensa regional e encontrar formas sustentáveis de financiamento no digital, sem nunca perder a credibilidade e compromisso com as suas comunidades (p.10).

Em 2020, Morais, Jerónimo e Correia trouxeram um foco empírico importante sobre as redações regionais portuguesas em plena era das redes sociais. Nesse estudo, os autores investigaram como os jornalistas locais incorporam as ferramentas digitais no seu dia-a-dia e se conseguem realmente aproximar-se e envolver as suas comunidades online (Morais et al., 2020). A pesquisa baseou-se num inquérito realizado

a 107 jornalistas provenientes de 42 redações locais da região Centro, área que concentra grande parte da imprensa regional portuguesa.

Os resultados indicaram que, embora a Internet e as redes sociais estejam já plenamente integradas nas rotinas profissionais (sobretudo para pesquisa de informação, contacto com fontes e produção noticiosa), a maioria dos jornalistas locais ainda não utiliza plenamente as potencialidades digitais para interagir ativamente com o público. Estes resultados confirmam tendências anteriormente identificadas sobre o jornalismo regional português (Jerónimo, 2010; Zamith, 2008), revelando uma evolução limitada quanto à interação e participação online, à semelhança do que já havia sido constatado em estudos internacionais (Firmstone & Coleman, 2015; Nielsen, 2015).

Como vimos, poucos jornalistas atraem os cidadãos através das redes sociais ou incorporam conteúdos gerados pelos utilizadores⁴². Esta realidade é sintetizada pelos autores ao afirmarem que “os jornalistas locais nem sempre estão tão disponíveis para estar próximos do público como usualmente proclamam” (Morais et al., 2020, p. 123).

Tal conclusão está alinhada com trabalhos anteriores de Jerónimo (2015) e sugere uma discrepância entre o discurso e a prática: embora o ciberjornalismo de proximidade sugerisse uma maior interação com as comunidades locais, muitos jornalistas regionais limitam o uso das plataformas digitais às funções informativas convencionais (Jerónimo et al., 2022a). Esta situação evidencia um descompasso evidente entre o discurso sobre proximidade e a prática efetiva no ambiente digital: mesmo estando fisicamente inseridos nas comunidades, muitos jornalistas locais ainda não aproveitam plenamente as potencialidades interativas das plataformas digitais para estreitar relações com o público (Firmstone & Coleman, 2015; Jerónimo et al., 2020).

O estudo comparativo "*Changing the Beat? Local Online Newsmaking in Finland, France, Germany, Portugal, and the U.K.*"⁴³ (Jenkins & Jerónimo, 2021) analisa, numa

⁴² O termo original em inglês é User-Generated Content (UGC), amplamente utilizado na literatura sobre ciberjornalismo para designar conteúdos produzidos espontaneamente pelos utilizadores, publicados e partilhados em plataformas digitais, como comentários, fotografias ou vídeos integrados em contextos jornalísticos (Hermida & Thurman, 2008; Singer et al., 2011).

⁴³ O estudo combina métodos qualitativos a partir de projetos de investigação paralelos nos países envolvidos. Essencialmente, tratou-se de uma comparação de estudos de caso nacionais: cada autor investigou redações locais no seu país através de entrevistas em profundidade e/ou grupos focais com jornalistas, analisando mudanças organizacionais, adoção de inovações digitais, novas funções (como

perspetiva transnacional, como as redações locais estão a adaptar práticas, rotinas e estruturas internas às novas dinâmicas digitais. Esta investigação destaca desafios comuns e específicos enfrentados pelos meios locais em contextos mediáticos distintos, especialmente quanto ao equilíbrio entre inovação tecnológica e identidade local.

Em particular, Jenkins e Jerónimo (2021) salientam a realidade vivida nas redações de pequena dimensão em Portugal, destacando a importância da colaboração, mas também as dificuldades associadas à transição digital:

Todos sabem em que assuntos os colegas estão a trabalhar e todos participam nas decisões. Apesar do espírito colaborativo e unido permitir que ambas as redações cumpram a sua missão, a sobrecarga com tarefas digitais tem causado stress nos jornalistas, uma vez que os boletins informativos e, num dos casos, as aplicações digitais significam trabalho adicional" (p. 14).

O estudo constatou que, apesar das diferenças estruturais entre os países, existem desafios partilhados. Entre eles, destaca-se a dificuldade de equilibrar a inovação tecnológica com a identidade e as necessidades locais. Muitos jornais de pequena dimensão enfrentam recursos limitados e dificuldade em apresentar coisas novas (adotar ferramentas, formatos e estratégias digitais inovadoras) sem perder de vista as tradições e vínculos comunitários (Jenkins & Jerónimo, 2021).

A transição digital das redações locais tem sido tímida e desigual, com alguns avanços em ferramentas, mas também muita resistência ou lentidão em abraçar plenamente a cultura digital. O artigo sugere que políticas de apoio à inovação no jornalismo local devem considerar a autenticidade – isto é, incentivar inovações alinhadas às responsabilidades públicas e à cultura local de cada órgão de imprensa, em vez de adotar simplesmente soluções genéricas de larga escala (Jenkins & Jerónimo, 2021).

Para os estudos de ciberjornalismo de proximidade, esta investigação oferece uma perspetiva comparada inédita sobre como diferentes países estão (ou não) a

gestores de audiência), etc. Depois, os dados foram reunidos numa análise comparativa, à procura de padrões e diferenças.

reformular o ciberjornalismo de proximidade na era digital, enriquecendo a compreensão das barreiras e oportunidades nesse processo. Por exemplo, evidencia que a falta de capital e de pessoal é um fator que atravessa fronteiras e limita a experimentação nos jornais regionais, enquanto reforça a importância de adaptar a inovação ao contexto local.

Esse contexto favorece também o aparecimento dos “desertos de notícias”, locais sem cobertura jornalística regular. O termo, cunhado por pesquisas norte-americanas (Abernathy, 2018), descreve comunidades – rurais ou urbanas – com acesso limitado a informação local credível. Em Portugal, esforços recentes mapearam este fenómeno. Um estudo de Jerónimo, Ramos e Torre (2022c) fez um alerta importante: o tecido mediático regional enfrenta erosão e precariedade, o que afeta o direito das populações à informação de proximidade. O estudo identificou 61 concelhos sem qualquer jornal ou rádio local registado, concentrados sobretudo no interior despovoado (nomeadamente em regiões como Trás-os-Montes e Alto Alentejo). Os impactos democráticos desses vazios informativos são preocupantes: sem jornalismo de proximidade, a população fica mais vulnerável à desinformação e à circulação de rumores não verificados, enquanto falta o escrutínio público sobre os poderes locais (Jerónimo, Ramos e Torre, 2022c).

A polarização política⁴⁴ pode encontrar terreno fértil nesses contextos desprovidos de mediadores jornalísticos, e a participação cívica tende a diminuir quando os cidadãos não dispõem de notícias sobre a sua própria comunidade (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023). Assim, a era digital, apesar de trazer novas ferramentas e potenciais audiências globais para o jornalismo de proximidade, também expôs e acentuou desigualdades no acesso à informação local.

A migração dos media regionais para a internet constitui um processo carregado de tensões e contradições. Em termos históricos, verificou-se uma transição mais lenta

⁴⁴ A polarização política refere-se ao fenómeno em que as opiniões políticas da população ou de grupos específicos se afastam progressivamente para extremos ideológicos opostos, dificultando o diálogo e o consenso entre diferentes fações políticas (Sunstein, 2018). Este processo é frequentemente ampliado pelas redes sociais e pelos media digitais, que tendem a promover a criação de “bolhas informativas” e câmaras de eco, reforçando assim as crenças preexistentes e aprofundando divisões sociais e políticas (Pariser, 2011).

do que a dos media nacionais, condicionada por limitações estruturais e alguma resistência inicial. Nas últimas duas décadas, os órgãos de informação locais passaram do quase total alheamento digital para uma presença online praticamente universal, mas esse percurso não foi linear nem plenamente bem-sucedido: ganhou-se alcance e eficiência produtiva, mas perderam-se receitas e, em muitos casos, manteve-se um modelo comunicacional pouco interativo. O impacto desta migração digital nos media regionais revela-se assim ambivalente. Por um lado, houve fragilização económica, encerramento de títulos e risco de desertos informativos; por outro, ampliaram-se as possibilidades de inovar e de envolver novas audiências, rompendo barreiras geográficas antes intransponíveis. As diferentes perspetivas analisadas sugerem que os media regionais, embora atravessando um momento de inegável crise, conservam recursos únicos de adaptação e relevância.

No debate intitulado “Imprensa regional e os desafios de futuro”, que integrou as comemorações dos 75 anos do jornal A Voz de Trás-os-Montes (2022) e que reuniu académicos, empresários e especialistas, a transição digital foi apresentada como uma necessidade incontornável, embora enfrentando obstáculos estruturais. Nuno Francisco (2022, 01:59:14), do Jornal do Fundão, referiu que “o jornalismo em papel não é melhor nem pior do que o digital, é diferente”, reconhecendo que o erro da indústria foi ter disponibilizado os conteúdos online gratuitamente desde o início, criando uma cultura de gratuidade difícil de reverter.

Jerónimo (2022, 01:50:05), investigador da UBI, alertou para a perda de leitores e para a dificuldade em captar as novas gerações: “Esta geração informa-se no *TikTok*, no *YouTube*, no *Instagram*, no *Facebook*. E desinforma-se, como todos os outros”. João Vilela (2022, 02:29:30), diretor de A Voz de Trás-os-Montes, reforçou esta visão ao questionar se a imprensa regional está realmente a adaptar-se ao novo ambiente digital: “Será que estamos a fazer o suficiente para captar o público que queremos? Ou estamos apenas a replicar modelos antigos numa nova plataforma?”.

Pedro Jerónimo (2022, 02:24:28) foi ainda mais longe na sua análise, defendendo que a transição digital não pode ser apenas uma questão de presença online, mas sim de estratégia integrada: “Não basta colocar notícias num site ou criar uma conta nas

redes sociais. Os jornais regionais precisam de pensar como empresas digitais, estruturando novos modelos de receita e interação com o público". Para ele, um dos grandes problemas do setor é que "a maioria dos jornais ainda opera com uma mentalidade analógica num mundo digital", o que os impede de explorar verdadeiramente o potencial das novas tecnologias.

Patrícia Duarte (2022, 01:55:14), do Região de Leiria, defendeu uma abordagem centrada nos leitores: "Estão no *TikTok*? Se calhar temos de estar no *TikTok*. Se calhar o conteúdo jornalístico não tem que ser só lido, pode ser visto, pode ser ouvido, pode ser experienciado". No entanto, alertou para o risco de uma aposta desordenada no digital: "Não basta estar no digital, é preciso saber como estar e garantir que o modelo é sustentável⁴⁵".

Neste contexto de redefinição estratégica do jornalismo regional, marcado por desafios relacionados com a transição digital, torna-se pertinente abordar o conceito específico de ciberjornalismo de proximidade, uma vertente que evidencia a adaptação dos media regionais ao ambiente digital, com implicações diretas na forma como as comunidades locais acedem a e se relacionam com a informação.

2.4. Ciberjornalismo de proximidade: conceito, evolução e dimensões no contexto digital

O conceito de ciberjornalismo de proximidade situa-se na interseção entre o ciberjornalismo e o jornalismo local/regional, refletindo a adaptação dos media regionais às dinâmicas do ambiente online. Diversos autores contribuíram para definir este conceito, destacando diferentes aspetos da sua prática e implicações para as comunidades locais.

⁴⁵ As declarações citadas de Nuno Francisco, Pedro Jerónimo, Patrícia Duarte e João Vilela (2022) foram retiradas do debate "Imprensa Regional e os Desafios do Futuro", promovido pelo jornal *A Voz de Trás-os-Montes* (2022). Para mais detalhes, consultar a referência bibliográfica correspondente (*A Voz de Trás-os-Montes*, 2022). O vídeo integral deste debate encontra-se disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/1JQnnYz6QJ/>

A literatura clássica sobre jornalismo de proximidade centra-se na relação direta entre o meio de comunicação e a comunidade que serve. Peruzzo (2005) define proximidade como um espaço vivido, caracterizado por laços identitários e relacionais que vão além da delimitação geográfica. Esta visão é corroborada por Camponez (2002), que enfatiza a imprensa regional como mediadora entre cidadãos e poder local, permitindo maior participação democrática. Para este autor, trata-se de um jornalismo profundamente comprometido com um território específico e as pessoas que nele vivem, seja por laços geográficos ou afetivos.

Essa proximidade comunitária permite ao jornalista local conhecer profundamente as pessoas, instituições e questões locais, aumentando a relevância e confiança da informação para o público, embora possa também colocar desafios éticos relacionados com a objetividade jornalística. A proximidade intensa com fontes locais pode dificultar o distanciamento crítico exigido pela ética profissional (Jerónimo, 2015).

O jornalismo de proximidade distingue-se, portanto, por criar um vínculo de familiaridade entre a informação e os recetores. Savenhago (2012) destaca que nenhum outro tipo de jornalismo proporciona uma relação tão direta entre imprensa e comunidade. O ciberjornalismo de proximidade beneficia da interatividade digital, ao permitir uma participação ativa dos leitores, e ao fortalecer a relação entre meio e comunidade, contribuindo para uma construção coletiva da informação.

A proximidade manifesta-se em três dimensões principais: geográfica, identitária e funcional, sendo essencial para a construção da agenda informativa local (Peruzzo, 2005). A proximidade geográfica implica cobertura de eventos que ocorrem na mesma área territorial do público-alvo. López-García (2008) diz que a proximidade confere interesse particular à notícia, já que esta ocorre no mesmo espaço físico do público. Camponez (2002) sublinha que o jornalismo local preenche lacunas informativas deixadas pelos meios nacionais.

Além da dimensão territorial, a proximidade identitária reforça laços culturais e sociais. Peruzzo (2005) descreve esta proximidade como partilha de valores e tradições comuns. Mota (2023) acrescenta que o jornalismo de proximidade fortalece a identidade local, contrastando com a abordagem generalista dos meios nacionais.

A proximidade funcional traduz-se na capacidade que os meios locais têm de fornecer informações úteis e práticas ao quotidiano da comunidade, nomeadamente relacionadas com serviços públicos, saúde, educação, trânsito, segurança ou eventos comunitários. Segundo Peruzzo (2005), esta dimensão funcional permite que o público veja utilidade imediata nas informações divulgadas, o que reforça o vínculo entre os meios e a população local, conferindo-lhes relevância direta na vida diária das pessoas.

Jerónimo e Correia (2020) falam num “retorno ao local” nos estudos de jornalismo, após anos de fascínio pela globalização, indicando uma renovada preocupação em entender o impacto das tecnologias nas dinâmicas jornalísticas de comunidades próximas:

Após um período de discursos em torno da globalização, potenciados pelo desenvolvimento tecnológico, mas sobretudo pelo aparecimento da Internet, a tendência agora parece ser a de apelar a um retorno ao local. Na essência deste retorno, está o reconhecimento da importância de (re)visitar territórios e comunidades e (re)descobrir identidades. (Jerónimo & Correia, 2020, p. 11).

Embora Peruzzo (2005) e Camponez (2002) enfatizem a proximidade física e identitária, López-García (2008) destaca que o ambiente digital possibilita a recriação da proximidade por meio de comunidades virtuais, questionando a dependência da dimensão geográfica.

A dimensão funcional da proximidade, segundo Dornelles (2010), situa o jornalismo local como mediador essencial entre cidadãos e poder público, promovendo transparência e participação cívica. Negreira-Rey, López-García & Rodríguez-Vázquez, (2018) alargam o conceito ao afirmar que o jornalismo digital local junta antigos e novos residentes, fortalecendo laços sociais e culturais, incluindo as diásporas regionais.

O conceito de ciberjornalismo de proximidade surgiu em Portugal em torno de 2010, com contributos centrais de Pedro Jerónimo, inspirado por López-García (2008), Camponez (2002) e Salaverría (2005). Jerónimo definiu o ciberjornalismo de proximidade como uma prática jornalística comprometida com um território específico, que utiliza o ciberespaço para recolher, editar e disseminar informação (Jerónimo, 2015).

A implementação do ciberjornalismo de proximidade, embora inovadora, revela desafios significativos. Em primeiro lugar, a adaptação dos media regionais ao ambiente digital suscita questões éticas e metodológicas, especialmente no que toca à manutenção da objetividade e à gestão dos conflitos de interesses entre a proximidade com a comunidade e a necessidade de uma análise crítica imparcial.

A fusão entre práticas tradicionais e dinâmicas digitais, caracterizada pela instantaneidade e pela participação ativa dos recetores, pode, por um lado, enriquecer a qualidade informativa, mas, por outro, expõe o jornalismo a riscos associados à desinformação e à superficialidade. Esta dualidade coloca em relevo a necessidade de desenvolver modelos teóricos e orientações práticas que permitam mitigar tais riscos, promovendo mecanismos de regulação e de auto-regulação que assegurem a transparência e a credibilidade do processo informativo (Canavilhas, 2010). Tal abordagem permitirá uma compreensão mais completa dos desafios enfrentados e das implicações práticas da transição para o ciberjornalismo de proximidade.

Antes de 2014, a literatura sobre este conceito era dispersa e baseada essencialmente em adaptações do jornalismo local tradicional. Contudo, com a tese de Jerónimo⁴⁶, consolidou-se uma compreensão mais estruturada e empírica deste campo. O seu trabalho pós-2014 contribuiu decisivamente para afirmar o ciberjornalismo de proximidade como modelo próprio. Os seus estudos de investigação têm examinado especificamente a transição dos meios de comunicação locais para as plataformas digitais e a adoção de tecnologias por jornalistas do setor. Recentemente, a sua pesquisa expandiu-se para abranger estudos sobre desinformação e literacia digital. Ao longo deste capítulo, revisitamos esses contributos.

⁴⁶ Jerónimo defendeu na Universidade do Porto a sua tese de doutoramento em 2014 com o título “Ciberjornalismo de proximidade: a construção de notícias online na imprensa regional em Portugal”. A tese está disponível para consulta pública no repositório da Universidade do Porto. Nesse trabalho, Jerónimo investigou que tipos de conteúdos os jornais regionais passaram a produzir online e que fatores condicionam as rotinas de produção nas redações locais. A pesquisa abrangeu um levantamento histórico da transição digital na imprensa regional portuguesa (iniciada em meados dos anos 1990) e um estudo de caso aprofundado em três semanários regionais de referência – Reconquista, O Mirante e Região de Leiria. Jerónimo confirmava, assim, em 2014, a expectativa de que a “notícia” permanece o conteúdo predominante nos sites de jornais regionais (pela transposição do impresso para o online) e que fatores como a tradição produtiva do papel, recursos humanos escassos e tempo limitado são os que mais determinam as rotinas do ciberjornalismo de proximidade.

Internacionalmente, conceitos semelhantes como "*local journalism*" ou "*hyperlocal journalism*"⁴⁷ dominam, mantendo a essência de servir comunidades locais através de novas tecnologias. O ciberjornalismo de proximidade inclui desde modelos regionais tradicionais até iniciativas hiperlocais ou comunitárias, muitas vezes não profissionais e orientadas para a cidadania.

As definições contemporâneas englobam tanto a continuidade dos princípios do jornalismo local (proximidade, relevância comunitária, serviço público) quanto a inovação trazida pelos meios digitais (multiplataforma, tempo real, feedback do leitor).

Apesar das diferenças de escala e modelo, todos se enquadram no conceito amplo de ciberjornalismo de proximidade, que os abarca como manifestações diversas de um mesmo fenómeno: o uso do digital para informar sobre o que é próximo. Todas estas definições ampliadas sublinham três elementos fundamentais: o elemento geocomunitário (informar sobre um espaço comunitário delimitado), o elemento digital (uso de plataformas online e das suas linguagens) e o elemento relacional (fortalecimento de laços sociais e identitários através da informação).

Estas definições consolidam o ciberjornalismo de proximidade como um campo específico dentro do jornalismo digital, com teoria e prática próprias, derivadas da longa tradição do jornalismo local e agora enriquecidas pelas possibilidades da era da Internet.

Canavilhas (2014) analisa a evolução deste conceito, apontando a dupla adaptação necessária: conteúdos locais às linguagens digitais e rotinas produtivas às expectativas do público conectado. Negreira-Rey e López-García (2021) distinguem níveis dentro deste jornalismo local digital, desde sites hiperlocais independentes até media regionais ligados a jornais tradicionais.

Apesar das valiosas contribuições dos estudos clássicos – nomeadamente Peruzzo (2005) e Camponez (2002), que sublinham a importância da proximidade territorial e identitária – verifica-se que a literatura contemporânea expande a discussão para além do mero enquadramento geográfico. Autores como López-García (2008) e

⁴⁷ O conceito de *local journalism* refere-se ao jornalismo praticado num contexto geográfico limitado, geralmente com enfoque comunitário ou regional (Franklin, 1998). Já o *hyperlocal journalism* remete para uma abordagem ainda mais específica e localizada, frequentemente a nível de bairro ou pequenas comunidades, caracterizada pela proximidade extrema aos acontecimentos relatados (Harte, Howells, & Williams, 2019; Radcliffe, 2013).

Jerónimo (2015) argumentam que o ciberjornalismo de proximidade incorpora elementos da interatividade digital e da construção de comunidades *online*, impondo uma reflexão crítica sobre a convergência entre o tradicional e o digital. Contudo, existe uma lacuna na articulação dos pontos de tensão entre estas perspetivas, especialmente na conciliação do compromisso local com a universalidade do digital.

Esta lacuna torna-se relevante ao considerarmos os desafios enfrentados pelos próprios jornalistas locais, cujas condições de trabalho e práticas profissionais são profundamente afetadas pelo atual cenário mediático. Torna-se, por isso, fundamental compreender como os dilemas do ciberjornalismo de proximidade impactam diretamente os profissionais que o produzem.

2.5. Jornalistas locais: entre a paixão e a precariedade

Após discutirmos o conceito, a evolução e as dimensões do ciberjornalismo de proximidade, bem como os desafios estruturais que este enfrenta no contexto digital, é essencial compreender como esta realidade se manifesta diretamente na vida e no trabalho dos jornalistas locais. Com efeito, as dificuldades estruturais e financeiras identificadas anteriormente refletem-se em condições laborais frequentemente precárias, ao impactarem não só a estabilidade destes profissionais, mas também o próprio modelo de produção jornalística.

O jornalismo desenvolvido em territórios locais e regionais apresenta, como já vimos, características específicas que o distinguem significativamente dos meios nacionais e internacionais. Estas características moldam e têm influência direta nas funções e no perfil dos profissionais que nele trabalham.

Historicamente, a literatura crítica não romantizou o papel dos jornalistas locais sem apontar importantes limitações. Nielsen (2015, p.1) destaca que investigadores e profissionais sempre demonstraram ambivalência relativamente à qualidade do jornalismo local, apontando “defeitos terríveis”, como a proximidade excessiva às fontes de poder locais, frequentemente resultando numa postura servil diante de autoridades políticas ou interesses comerciais regionais. Em Portugal, a dependência da imprensa

regional de subsídios estatais ou patrocínios das elites locais, origina situações de cacicagem⁴⁸, comprometendo a autonomia jornalística (Pascoal, 1996).

Para Pascoal,

as carências de ordem económico-financeira das empresas jornalísticas, que se encontram na base da pouca aposta no desenvolvimento dos recursos humanos (...) fazem com que a imprensa regional constitua um terreno propício ao desencadeamento de processos condicionantes à atividade jornalística (1996, p.11).

Ross (2006) observa que os meios locais frequentemente reproduziam vozes dominantes dos media nacionais, privilegiando perspetivas de uma elite masculina branca, apesar do potencial para representar interesses mais plurais. Freeman (2020) salienta que a forte inserção comunitária pode conduzir jornalistas locais a evitar conflitos e privilegiar narrativas consensuais e harmoniosas, refletindo valores de proximidade que por vezes colidem com critérios-notícia tradicionais.

A literatura contemporânea tem vindo a reavaliar o papel dos jornalistas locais, destacando desafios acentuados pelas rápidas transformações tecnológicas, económicas e socioculturais. Como já anteriormente salientado por Mota (2023), o jornalismo local é particularmente vulnerável no atual cenário de crise mediática global, enfrentando pressões específicas que resultam da falência dos modelos tradicionais e da concorrência com grandes plataformas digitais. Esta transição digital foi marcada pelo baixo investimento em ferramentas digitais e estratégias de otimização de conteúdos para a internet, evidenciando uma discrepância entre o reconhecimento da importância do digital e a capacidade prática para a sua execução efetiva (Jerónimo, 2015; Moraes, Jerónimo & Correia, 2020).

⁴⁸ A cacicagem refere-se à prática de influência política local exercida por um indivíduo (o chamado cacique) que, aproveitando o seu poder ou prestígio pessoal, mobiliza apoios através de favores, promessas, relações pessoais, ou manipulação direta e indireta. É uma realidade comum em contextos políticos regionais ou locais. Na imprensa e no jornalismo, especialmente o regional e local, o termo pode ser utilizado para descrever situações em que o poder político ou económico local exerce pressão ou influência indevida sobre os jornalistas ou órgãos de comunicação social, condicionando a liberdade editorial ou comprometendo a independência jornalística. No contexto académico, é frequentemente discutido na análise das relações entre comunicação social, política e poder local.

Morais et al. (2020) destacam que, apesar das limitações, os jornalistas locais têm gradualmente implementado novos formatos, como vídeos e *podcasts* nas rotinas produtivas, enfrentando, porém, “falta de formação específica e recursos financeiros limitados” (p.69). Quanto à realidade específica dos media regionais na zona Centro de Portugal, a mesma revelou um conjunto significativo de desafios enfrentados pelos jornalistas locais. Para além das problemáticas que já aqui demos conta, o estudo também identificou as precárias condições laborais, marcadas por vínculos profissionais instáveis e pela acumulação frequente de funções jornalísticas com outras atividades de natureza administrativa ou comercial (Morais et al., 2020).

Os resultados da pesquisa, que, relembramos, se baseou em inquéritos e *focus groups* realizados em 2019 e 2020 com jornalistas e audiências locais, evidenciaram ainda uma resistência à plena adoção de novas tecnologias nas redações regionais, frequentemente devido à falta de formação específica e recursos financeiros limitados para investimento em inovação tecnológica (Morais et al., 2020).

A crise financeira dos media regionais não só compromete a sua viabilidade económica (como vimos em 2.6), mas também afeta diretamente os jornalistas, que enfrentam uma tripla carga: instabilidade laboral, baixos salários e acúmulo excessivo de funções. A questão não é apenas financeira, mas também operacional, ao impactar a qualidade e o rigor da informação produzida (Hess & Waller, 2017; Moraes et al., 2020; Moraes & Jerónimo, 2023). Álvarez Marcos (2003) sublinha que:

os jornalistas online têm de tomar decisões sobre qual é o melhor formato para explicar uma história (multimédia), têm de permitir ao público uma resposta, interagir e, para além disso, adaptar as histórias às suas necessidades (interatividade), e têm de considerar formas de ligar as novas notícias a outras, arquivos e fontes online e outros elementos através de links (hipertexto) (p. 231).

Essas múltiplas funções, incluem, ainda, a redação com fotografia e gestão de redes sociais, confirmando o perfil multifuncional imposto tanto pela escassez de recursos nas redações regionais quanto pelas novas exigências digitais (Moraes, Jerónimo & Correia, 2020).

O perfil socioeconómico e laboral dos jornalistas locais caracteriza-se pela precariedade das condições de trabalho, assinalada pela remuneração reduzida e pela extensão da carga horária, frequentemente sem adequada compensação financeira. Esta realidade precária impacta diretamente na estabilidade pessoal e familiar destes profissionais, traduzindo-se também em elevados níveis de insatisfação laboral (Morais, Jerónimo & Correia, 2020).

A autonomia editorial e profissional dos jornalistas locais é, como já havíamos confirmado, condicionada por fatores específicos ligados à proximidade das fontes e à realidade social das comunidades onde operam. Os profissionais destacam a importância da facilidade atual em contactar fontes e aceder a informação abundante, mas sublinham igualmente o desafio crescente em selecionar e verificar muita da informação que circula no ambiente digital e chega às redações (Morais, Jerónimo & Correia, 2020).

As redes sociais, por exemplo, são simultaneamente uma ferramenta poderosa e um desafio adicional para os jornalistas locais, oferecendo ferramentas valiosas para recolher conteúdo, contactar fontes e ampliar audiência, mas também constituem igualmente um espaço de concorrência e tensão. Figuras como *bloggers*, influenciadores digitais e grupos comunitários no *Facebook* passaram a disputar a atenção do público com as marcas jornalísticas tradicionais, frequentemente difundindo conteúdos sem a necessária verificação factual. Os jornalistas locais são, assim, desafiados a reafirmar a sua relevância e credibilidade. Contudo, a rápida difusão de rumores e de desinformação através das redes sociais não dá tréguas e tem sido identificada como um problema particularmente preocupante a nível local, onde as informações falsas podem disseminar-se rapidamente e ganhar credibilidade junto das comunidades antes mesmo que os meios de comunicação as consigam desmentir (Jerónimo & Esparza, 2022). Por isso, os jornalistas dos meios regionais assumem hoje também funções de verificação de factos em tempo real, monitorizando continuamente as redes sociais das suas comunidades para proteger a esfera pública local da desinformação. Este papel acrescido de curadoria digital soma ainda mais a já pesada carga de trabalho dos jornalistas.

Não surpreende que os jornalistas regionais tenham alertado para a crescente dificuldade em gerir adequadamente o fluxo de informação digital e a necessidade imperativa de formação adicional em novas abordagens e tecnologias que garantam uma melhor adaptação ao contexto digital:

Os profissionais sentem que é necessário abordar os temas de forma diferenciada e inovadora, nomeadamente com recurso a novas abordagens, mas sentem que lhes falta formação em áreas como a criação multimédia e o audiovisual. A integração de jovens nas redações poderia também potenciar o cruzamento de gerações e conhecimentos (Morais, Jerónimo & Correia, 2020, p. 151).

E têm, ainda, revelado preocupação com a questão da sustentabilidade económica e os modelos de negócio dos media regionais, mostrando que não estão alheados do problema. Manifestam preocupação com a diminuição das receitas do modelo tradicional (papel) e com a incerteza sobre quais serão as estratégias comerciais mais adequadas para assegurar a sustentabilidade futura. A este respeito, destacam:

Sem certezas quanto ao modelo de negócio que melhor pode servir os meios de comunicação locais e regionais, os diferentes profissionais concordaram que é fundamental inverter a tendência de diminuição das receitas, principalmente no ambiente digital, e reconheceram que os apoios estatais podem ajudar a mitigar os problemas económicos dos meios regionais (Morais, Jerónimo & Correia, 2020, p. 151).

Estes problemas exigem dos profissionais não apenas versatilidade técnica, mas também uma capacidade significativa para gerir as tensões entre as exigências profissionais, as limitações económicas e as pressões éticas próprias do jornalismo.

No 5.º Congresso dos Jornalistas⁴⁹, foi reconhecida a gravidade da situação profissional dos jornalistas regionais e locais, especialmente no que respeita à

⁴⁹ O 5.º Congresso dos Jornalistas decorreu nos dias 18, 19, 20 e 21 de janeiro de 2024. Para consultar as sessões e os debates na íntegra, visitar o canal oficial do evento no YouTube: <https://www.youtube.com/@congressodosjornalistas/videos>.

precariedade laboral e às condições de trabalho desumanas. A precariedade crescente compromete a liberdade e a independência dos jornalistas, criando um “clima de insegurança e ausência de estabilidade” que conduz à “exploração desenfreada” da profissão (Coelho, Teles, Barriga & Oliveira, 2024, p. 17). Esta situação, salientada como especialmente grave fora dos grandes centros urbanos, expõe frequentemente os jornalistas a patologias psicológicas decorrentes do esgotamento emocional e do sofrimento ético, com várias redações marcadas por “situações de exaustão emocional” (Coelho et al., 2024, p. 17).

A crise financeira é outro fator determinante, destacando-se o desaparecimento da publicidade tradicional e o facto de “as campanhas publicitárias promovidas pelo Estado raramente chegarem à periferia” (Coelho et al., 2024, p. 24). Acrescenta-se ainda a concorrência desleal de meios “opacos” licenciados pela ERC, que, “sem jornalistas”, se apropriam ilegalmente de conteúdos produzidos por profissionais devidamente qualificados, o que é “eticamente reprovável” (Coelho et al., 2024, p. 24). Esta conjuntura obriga frequentemente os jornalistas locais a assumirem múltiplas funções, “acumulando responsabilidades jornalísticas, editoriais e administrativas” sem estruturas de apoio adequadas (Coelho et al., 2024, p. 24).

O Congresso alertou, ainda, para os riscos éticos ligados às relações entre jornalistas locais e as autarquias, especialmente as pressões políticas sobre decisões editoriais. Muitas autarquias deixaram de apostar nos media locais para criarem “gabinetes de comunicação e órgãos de cariz informativo” que concorrem com a imprensa tradicional e fogem ao escrutínio jornalístico, resultando numa “blindagem” das fontes de informação e numa comunicação dominada pela “voz dos donos” (Coelho et al., 2024, p. 25). Esta realidade reforça a necessidade urgente de formação contínua e adaptada às novas exigências da profissão, especialmente para jornalistas que atuam em contextos geográficos periféricos e particularmente vulneráveis (Coelho et al., 2024, p. 25).

Em síntese, os jornalistas locais encontram-se num ponto crítico de transição. A passagem ao digital veio alterar as suas práticas, ampliando as possibilidades de

interação com as comunidades locais e criando novas oportunidades jornalísticas, como a convergência global-local e o reforço da participação cidadã.

Contudo, esta evolução trouxe também desafios, desde a sustentabilidade financeira até à crescente precariedade das condições laborais, com impactos negativos sobre a qualidade jornalística e a motivação dos profissionais envolvidos.

Como analisamos ao longo deste capítulo, o futuro do jornalismo local e regional depende, em larga medida, da capacidade de adaptação destes profissionais e da implementação de estratégias inovadoras capazes de assegurar condições dignas de trabalho e sustentabilidade económica aos meios locais e regionais.

É precisamente esta questão da sustentabilidade financeira e dos impactos sociais resultantes da crise estrutural dos media regionais que será explorada de seguida.

2.6. Crise de informação de proximidade: desafios à sustentabilidade financeira e impactos sociais

Se, por um lado, os media regionais desempenham um papel importante na representação dos territórios e na defesa da identidade comunitária, por outro, enfrentam atualmente uma crise que ameaça diretamente a sua continuidade. A crise económica geral do setor mediático, aliada à crescente concentração das receitas publicitárias digitais em grandes plataformas e à dependência de apoios estatais, coloca em risco o modelo tradicional de jornalismo regional, comprometendo não apenas a sua sustentabilidade financeira, mas também o seu papel social e democrático.

Compreender estas dificuldades estruturais e financeiras é essencial para identificar e implementar soluções viáveis, capazes de garantir a sobrevivência deste modelo jornalístico, indispensável à coesão territorial e à preservação das identidades locais.

A ascensão das gigantes tecnológicas modificou a lógica publicitária: plataformas como *Google* e *Facebook* absorvem hoje grande parte das receitas de publicidade digital, deixando os órgãos de notícias regionais com uma fatia insuficiente para sustentar redações robustas (Hindman, 2018; Ardia et al., 2020).

Muitos meios locais não conseguem gerar no ambiente online o volume de receitas necessário para compensar as perdas do impresso, dadas as suas audiências restritas (Hindman, 2015; 2018). A concentração da publicidade digital em plataformas como *Google* e *Facebook* agrava essa situação, reduzindo significativamente as receitas disponíveis para os órgãos de comunicação regionais.

A dependência de apoios estatais cria um dilema para os jornais locais, que, ao tentarem garantir a sua viabilidade financeira, podem ver a sua autonomia editorial comprometida (Nygren, 2023). O resultado é um processo de desprofissionalização e precarização do trabalho jornalístico a nível local: equipas reduzidas, redução de salários e vínculos laborais mais instáveis (Deuze & Witschge, 2017).

A combinação das crises económicas recentes (como a recessão de 2008-2011 e os efeitos da pandemia de COVID-19) com as mudanças tecnológicas criou um cenário de demissões em massa nas redações, deterioração das condições de trabalho, perda de estatuto profissional dos jornalistas em geral e um significativo impacto nas suas condições psicológicas, levando a níveis elevados de stress e burnout (Deuze, 2025) – atingindo os pequenos órgãos regionais, tradicionalmente mais vulneráveis (Abernathy, 2018). Esta realidade não afeta apenas a sustentabilidade financeira dos meios regionais, mas também a qualidade da informação produzida.

Redações reduzidas e sobrecarregadas têm menos capacidade de investigação e de verificação de factos, o que aumenta a vulnerabilidade dos media regionais à desinformação. Este contexto é especialmente preocupante numa época em que fenómenos como as *fake news* e, mais recentemente, as *deepfakes*, se assumem como grandes desafios para os profissionais da comunicação.

Estes conteúdos falsificados e manipulados digitalmente exigem um esforço acrescido e uma mobilização redobrada de recursos, nomeadamente competências adicionais de verificação e ferramentas tecnológicas especializadas, para assegurar a manutenção de um sistema mediático robusto, confiável e credível. Por consequência, torna todo o processo mais oneroso.

A credibilidade é um ativo crucial – e frágil – no jornalismo de proximidade contemporâneo. Por um lado, a proximidade geográfica e cultural tende a fomentar

uma relação de confiança entre os media regionais e as suas audiências: os jornalistas são membros da comunidade, conhecidos pelos leitores/ouvintes. Como já vimos, em contextos de crise (como a pandemia de Covid-19, por exemplo), muitos cidadãos recorreram aos jornais e rádios regionais à procura de informações fidedignas sobre a sua área, chegando a verificar-se um aumento temporário de audiências e uma valorização do papel desses media de proximidade (De Vicente Domínguez & Sierra Sánchez, 2020).

Essa confiança conquistada ao longo de décadas pode erodir-se diante de diversos fatores atuais. Um deles é a pressão económica: redações exauridas e dependentes de financiadores externos podem ter maior dificuldade em cumprir plenamente a missão de vigilância crítica do poder local. Em algumas localidades portuguesas, a independência editorial dos jornais regionais é historicamente limitada devido à forte dependência de subsídios das autarquias ou de publicidade de entidades oficiais (Santos Silva et al., 2024). A situação pode gerar conflitos de interesse e perceção de alinhamento político, minando a credibilidade junto a parte do público.

Nesta crise de informação de proximidade, também o combate à desinformação é crucial. No ecossistema digital, notícias falsas e boatos difundem-se com facilidade nas redes sociais e aplicações de mensagens usadas pelas comunidades locais. Idealmente, os órgãos de comunicação regionais atuariam como filtros verificadores, desmentindo rumores e validando informações de interesse público, mas, como já vimos, a tarefa torna-se complexa pela insuficiência de recursos.

E, como se não bastasse, as *fake news* adquirem dinâmicas específicas em comunidades locais. Zamith et al. (2019) falam deste conceito num estudo sobre *clickbait*⁵⁰, no qual abordam que este tipo de título:

pode explorar o sensacionalismo, conteúdos provocatórios, rumores, escândalos, tragédias, notícias falsas e até fenómenos sobrenaturais, [e] visa sobretudo a propagação rápida, especialmente nas redes sociais, para alcançar mais pessoas e responder às expectativas de um

⁵⁰ O termo *clickbait* refere-se a conteúdos jornalísticos que recorrem a títulos ou elementos sensacionalistas ou enganadores, com o objetivo principal de atrair cliques e aumentar o tráfego para o website, muitas vezes comprometendo a qualidade informativa e ética jornalística (Zamith et al., 2019).

modelo de negócio sustentado pela publicidade digital (pp.9-10).

Em contextos de proximidade as *fake news* agravam determinados fenómenos porque envolvem ativamente os recetores na sua difusão; beneficiam de processos de exposição e perceção seletivas potenciados por laços de proximidade (geográfica, temática ou ideológica); e levam a uma “partilha seletiva”, em que os indivíduos tendem a compartilhar mais intensamente conteúdos alinhados com as suas crenças, reforçando bolhas informativas (Correia, Jerónimo & Gradim, 2019).

As *fake news* estão também associadas a uma forma de proximidade que é caracterizada em particular pela ausência de distância crítica. Essa falta de distanciamento pode surgir em contextos comunitários pré-modernos, onde o jornalismo regional pode se tornar muito subserviente aos definidores primários, assim como pode surgir em comunidades pós-modernas (grupos digitais), onde predomina o pensamento afim e as notícias são subordinadas à proximidade ideológica sem distância crítica, tornando-se virais graças à concordância com a mensagem e não à verificabilidade prévia. (Correia, Jerónimo & Gradim, 2019, p. 606).

Os autores salientam que há diferença entre as comunidades locais tradicionais e as novas redes digitais altamente polarizadas – ou seja, a proximidade geográfica facilita a difusão de boatos, mas a propaganda organizada *online* pode ter um impacto ainda mais profundo. A desinformação “de proximidade” explora a confiança e os laços comunitários, tornando-se um desafio particular para os media regionais (Correia, Jerónimo & Gradim, 2019).

O estudo de Jerónimo e Sánchez Esparza, intitulado "*Disinformation at a local level: An emerging discussion*", publicado em 2022, aborda a problemática da desinformação em contextos locais, destacando a necessidade urgente de investigar este fenómeno à escala municipal e regional. Os autores salientam que, embora a desinformação não seja um fenómeno novo, ganhou destaque significativo nos últimos anos, influenciando resultados eleitorais e gerando episódios de desestabilização

política. Este interesse académico acompanha a consideração da desinformação como uma prioridade crescente para governos⁵¹ e organizações internacionais, devido à sua relevância geoestratégica e importância para a soberania e segurança nacionais.

No mesmo âmbito, Jerónimo coorientou um estudo luso-espanhol sobre *fact-checking*⁵² nos media regionais, cujos resultados saíram em 2023. Nele, Jerónimo e Sánchez-Esparza entrevistaram jornalistas de proximidade nos dois países para compreender como estes encaram a verificação de factos e o combate às notícias falsas. Verificou-se, por exemplo, que os jornalistas locais atribuem às redes sociais grande parte da culpa pela desinformação e reconhecem a necessidade de intensificar os esforços de verificação. Por outro lado, o estudo observou que a pandemia de COVID-19, apesar de ter aumentado a procura por informações locais fiáveis, não alterou substancialmente as redações locais em termos de número de jornalistas – sinal de resiliência, mas também de fragilidade estrutural (as equipas já eram pequenas e assim permaneceram).

Estas investigações indicam que a capacidade do jornalismo de proximidade em filtrar rumores e esclarecer o público torna-se realmente difícil.

Para mais, Jerónimo e Sánchez Esparza (2023) sublinham que o jornalismo local enfrenta um duplo problema: uma confiança excessiva nas fontes oficiais (levando à falta de verificação) e, simultaneamente, resistência ativa por parte dessas mesmas fontes quando confrontadas com processos de verificação mais exigentes e independentes. Assim, os jornalistas locais encontram-se num dilema: são pressionados a publicar rapidamente para não “perder” a audiência digital, dispõem de pouca equipa para investigar a fundo, e ainda enfrentam barreiras impostas por figuras que deveriam escrutinar. Isso resulta em coberturas menos aprofundadas e numa menor capacidade de detetar e corrigir informações enganosas ao nível local.

⁵¹ Recorde-se o Plano Nacional de Literacia Mediática – Estratégia 2025-2029, apresentado pelo Governo português em janeiro de 2025, cujo objetivo é preparar a sociedade para enfrentar os fenómenos da desinformação, que são cada vez mais amplificados pelas redes sociais e pelas plataformas digitais.

⁵² O *fact-checking* consiste numa prática jornalística que visa verificar a veracidade e exatidão da informação divulgada, sendo considerado uma ferramenta essencial no combate à desinformação e às *fake news* (Graves & Cherubini, 2016).

A credibilidade do jornalismo local fica então em risco tanto pela omissão (quando certos factos não são verificados ou certos temas não são investigados por falta de meios) quanto pela comissão involuntária de erros (ao reproduzir informações imprecisas). Para agravar, quando os meios profissionais falham em oferecer informação local consistente e confiável, as populações tendem a recorrer a outras fontes informais – grupos de *Facebook*, blogs de cidadãos, boatos transmitidos no passa-palavra – onde a prevalência de desinformação pode ser maior (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023).

Em “Esfera pública e desinformação em contexto local” (2023), Torre e Jerónimo aprofundam a reflexão teórica sobre o impacto das dinâmicas locais na propagação da desinformação, salientando o papel crítico desempenhado pelas atitudes e práticas comunicativas locais neste processo. Os autores analisam em detalhe como o enfraquecimento dos meios de comunicação regionais—associado ao declínio das redações locais e à crescente prevalência das redes sociais enquanto fontes primárias de informação—agrava a vulnerabilidade das comunidades perante as narrativas falsas ou manipuladas. Sublinham a importância vital da esfera pública local como espaço de resistência ativa à desinformação, defendendo a necessidade de uma cooperação estratégica entre jornalistas e outros atores locais (tais como cidadãos ativos, instituições educativas e associações da sociedade civil), visando fortalecer a literacia mediática e estimular práticas de verificação coletiva que aumentem a resiliência informativa da comunidade (Torre e Jerónimo, 2023).

Resta ponderar se esse caminho não conduz a uma encruzilhada. Porque, apesar do potencial reconhecido da participação cidadã enquanto mecanismo de resistência à desinformação, é importante refletir-se sobre o seu real alcance e eficácia prática. Em contextos locais, muitas vezes verifica-se uma limitada literacia mediática entre os cidadãos, associada à fragmentação e polarização das comunidades nas plataformas digitais (Morais e Jerónimo, 2023). Tal situação pode condicionar negativamente o envolvimento informado e crítico dos cidadãos, transformando aquilo que poderia ser uma participação construtiva numa amplificação inadvertida de conteúdos falsos ou enviesados. Assim, questiona-se até que ponto a participação cidadã, sem estratégias

claras de capacitação e formação mediática, será efetivamente um instrumento de combate à desinformação ou se, pelo contrário, poderá constituir um novo fator de vulnerabilidade.

A esta complexidade acresce outro desafio central: a sustentabilidade financeira dos meios locais, sem a qual dificilmente se poderão implementar estratégias efetivas de literacia mediática e combate à desinformação.

A sustentabilidade financeira é amplamente reconhecida como um dos maiores desafios dos media regionais na atualidade (Mota, 2023; Ramos, 2021). Segundo Mota (2023), este segmento é frequentemente descrito como “o elo mais fraco na crise global dos media”, uma vez que é o mais afetado pelo colapso do modelo tradicional de negócio baseado na publicidade e na venda de edições impressas.

Os jornais locais portugueses, outrora sustentados por assinaturas e publicidade institucional, enfrentam agora uma redução drástica nas suas fontes de rendimento, comprometendo a sua viabilidade económica (Santos Silva et al., 2025). Dados do Sindicato dos Jornalistas (2023)⁵³ indicam que uma parte significativa dos órgãos regionais sobrevive com orçamentos reduzidos e equipas extremamente pequenas, frequentemente sustentadas por estruturas familiares ou associações sem fins lucrativos. Esse cenário leva à acumulação de funções dentro das redações, onde um mesmo jornalista é responsável por reportar, editar, fotografar e atualizar redes sociais, sem apoio técnico especializado (Jerónimo, Correia & Gradim, 2022a). Como resultado, a qualidade do trabalho jornalístico é prejudicada e os profissionais frequentemente enfrentam *burnout* devido à sobrecarga de trabalho e à instabilidade laboral (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023).

A precarização da profissão é um reflexo direto das dificuldades financeiras enfrentadas pelos media regionais, sendo que muitos jornalistas operam sob contratos

⁵³ O relatório do Sindicato dos Jornalistas (2023) revela também que estas limitações financeiras têm implicações diretas nas condições laborais dos jornalistas, afetando a capacidade de investigação e o tempo disponível para verificação dos factos, o que contribui para uma maior vulnerabilidade dos meios regionais perante realidades como a desinformação e a instrumentalização política. Sindicato dos Jornalistas. (2023). Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal. Disponível em: <https://jornalistas.eu/wp-content/uploads/2023/11/Inquerito-Nacional-as-Condicoes-de-Vida-e-de-Trabalho-dos-Jornalistas-em-Portugal-03-11-2023-c.pdf>

temporários e com condições remuneratórias abaixo da média do setor. Esta realidade ficou clara num inquérito realizado junto de profissionais de todo o país (Torre et al 2023), que mostrava uma elevada instabilidade contratual e baixa remuneração média. No foco específico dos media regionais, o mesmo estudo evidenciou ainda maiores níveis de precariedade, com destaque para falta de autonomia e recursos insuficientes para enfrentar desafios técnicos e éticos (Torre et al, 2023).

Essa fragilidade estrutural compromete a independência editorial, uma vez que muitos jornais e rádios regionais dependem fortemente de subsídios públicos ou de publicidade institucional paga por autarquias e outras entidades governamentais (Ramos, 2021).

Como argumenta Schudson (2019), a dependência excessiva de fontes de financiamento público pode minar a autonomia da imprensa local, tornando-a vulnerável a influências políticas e dificultando o escrutínio independente dos poderes locais. Por esse motivo, em Portugal, a relação entre os media regionais e os municípios tem sido objeto de debate. Já em 2010 a ERC sinalizava no seu relatório anual o facto de haver jornais locais que dependiam quase exclusivamente de publicidade paga pelas câmaras municipais, o que levantava preocupações sobre a imparcialidade da cobertura jornalística.

O estudo realizado por Moraes, Jerónimo e Correia (2020) junto de jornalistas dos media regionais da região Centro reforça esta preocupação ao identificar dificuldades significativas relacionadas com a sustentabilidade económico-financeira dos meios locais. Segundo os autores, a reduzida capacidade destes órgãos para gerar receitas próprias, associada a uma dependência acentuada de financiamentos externos, sejam eles públicos ou privados, compromete não apenas a viabilidade financeira, mas também a autonomia editorial e a independência jornalística. A análise apresentada pelos investigadores enfatiza a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e diversificação das fontes de receita, como forma de garantir o futuro e a relevância democrática das estruturas jornalísticas locais (Moraes et al., 2020).

Para tentar mitigar situações como este exemplo e com o objetivo de promover a sustentabilidade da imprensa regional, existem em Portugal regimes de incentivos

públicos dirigidos aos media de âmbito local. O Estado concede apoios financeiros⁵⁴ à comunicação social regional e local. Em 2023, o montante global destes apoios foi fixado em cerca de 874 mil euros⁵⁵. Esta dotação anual foi inclusive atualizada pela primeira vez desde 2015: no Orçamento do Estado para 2023 procedeu-se a um acréscimo de 12,5% na verba destinada aos incentivos à comunicação social regional e local, depois de vários anos sem atualização deste apoio (Notícias ao Minuto, 2023).

Camponez (2017) lembra que um dos principais apoios estatais aos jornais regionais no país era o chamado porte-pago. Os correios faziam a distribuição dos jornais sem custos e o fim deste auxílio afetou diretamente as empresas jornalísticas. Entre 2010 e 2016, período que inclui a crise de 2011, foram 430 títulos jornalísticos regionais portugueses que deixaram de existir.

O porte pago em Portugal sofreu várias alterações ao longo dos anos. Em 2006, quase metade das publicações que beneficiavam deste apoio perderam-no, resultando numa redução de 35% na despesa estatal com o porte pago em 2007.

O fim do porte-pago representou, em Portugal, a desestruturação do modelo de negócio da imprensa regional e local, tal como ele existiu durante décadas, em que o Estado se encarregava da sua distribuição por via postal. Mas se, por um lado, alterou os pressupostos do negócio do lado da distribuição dos jornais, por outro lado, representou uma forte quebra de leitores nas comunidades de pertença, no estrangeiro, que, sem o porte-pago, viram o preço da assinatura atingir números pouco razoáveis. A situação que verificámos com a imprensa não é muito distinta da das rádios locais, onde os processos de concentração empresarial foram apagando as vozes locais (Camponez, 2017, p.21-22).

⁵⁴ Previstos no Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro – e cuja gestão envolve, nomeadamente, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em cada área do país.

⁵⁵ Conforme despacho publicado em Diário da República a 20 de novembro de 2023 (Governo de Portugal, 2023).

Atualmente, o regime é designado como "regime de incentivo à leitura", com o Estado a financiar 40% dos custos de expedição. Em 2025 o governo anunciou planos para aumentar esta comparticipação para 80%. Este regime está enquadrado no *Plano de Ação para os Media*⁵⁶ com várias iniciativas concretas destinadas a fortalecer os órgãos regionais. Para além do subsídio que cobre os custos de envio postal de assinaturas de jornais já referido, prevê-se também uma bonificação de 50% do preço das assinaturas, suportada pelo Estado, para novos assinantes ou para a renovação de subscrições de publicações periódicas locais, além de apoios à contratação de jornalistas (incluindo incentivos para a primeira contratação de um profissional em redações de pequena dimensão).

Outra medida, há muito reivindicada pelo setor, é a obrigatoriedade de publicação das deliberações das autarquias nos jornais regionais, bem como a publicitação dos projetos financiados por fundos comunitários na imprensa de proximidade – alterações legais que visam gerar novas receitas e garantir maior transparência, e que abrangerão também os jornais exclusivamente digitais locais (Governo de Portugal, 2024b).

As organizações representativas do setor veem com otimismo estes desenvolvimentos. A Associação Nacional da Imprensa Regional (ANIR), por exemplo, considerou que o plano governamental traçado representa “*uma nova janela de oportunidade e justificada esperança*” para os media regionais permitindo reforçar os projetos jornalísticos locais e combater o “deserto de notícias” que afeta dezenas de municípios no país (Jornal Económico, 2024), enquanto alguns empresários se mostram mais cautelosos e com reservas.

Enquanto os apoios não chegam, quer para os complementar, quer para tentar a independência total, modelos alternativos de financiamento têm sido explorados, como assinaturas digitais, *crowdfunding*⁵⁷ e parcerias com fundações e organizações

⁵⁶ O Plano de Ação para os Media (2025), apresentado pelo Governo português, inclui diversas medidas de apoio ao setor da imprensa regional, visando reforçar a sustentabilidade financeira e editorial dos media locais. Presidência do Conselho de Ministros. (2025). Plano de Ação para os Media. Governo de Portugal. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt>

⁵⁷ O *crowdfunding* (financiamento coletivo) é um modelo alternativo de financiamento baseado na recolha de pequenos contributos financeiros por parte do público em geral, geralmente através de

sem fins lucrativos, eventos locais e *webinars*, conteúdos patrocinados, publicidade programática hipersegmentada, ou redes de cooperação e programas de afiliação (Jerónimo & Correia, 2020; Nielsen, 2015)⁵⁸.

Um estudo de Abernathy (2018) destaca que experiências internacionais demonstram que a diversificação das receitas pode ajudar a garantir a sustentabilidade a longo prazo, sobretudo quando envolve modelos de financiamento mistos que combinam assinaturas, eventos comunitários e apoios filantrópicos. Contudo, a transição para novos modelos parece não ser simples, porque exige um reposicionamento estratégico e uma adaptação ao ambiente digital.

No caso português, algumas experiências têm demonstrado sucesso parcial na implementação de subscrições digitais e na aposta em conteúdos exclusivos para assinantes, mas a resistência cultural do público à ideia de pagar por notícias continua a ser um obstáculo significativo (Ramos, 2021). É por isso que a missão é complexa. Garantir a sustentabilidade económica do jornalismo regional sem comprometer a autonomia editorial constitui um dos desafios mais importantes para a preservação do jornalismo de proximidade em Portugal e noutros contextos semelhantes.

Os media portugueses compreendem uma ampla variedade de órgãos, englobando imprensa escrita, rádio, televisão e meios digitais. De acordo com dados oficiais, no final de 2021 encontravam-se registados na ERC 2496 órgãos de comunicação social (ERC, 2022). Estes números refletem a obrigatoriedade legal de registo de todos os media junto da ERC e dão uma ideia da diversidade do panorama mediático nacional em termos de títulos e canais oficialmente reconhecidos.

Contudo, estudos recentes evidenciam desequilíbrios significativos na cobertura informativa a nível regional, com muitas comunidades locais desprovidas de jornalismo de proximidade. Segundo Jerónimo, Ramos e Torre (2022c), numerosas localidades enfrentam um “deserto de notícias”, situação definida pela ausência ou extrema escassez de cobertura jornalística local regular.

plataformas online. Este modelo tem-se revelado especialmente relevante no contexto dos media, permitindo às redações locais garantir independência editorial e envolvimento comunitário na sustentabilidade financeira dos projetos jornalísticos (Carvajal, García-Avilés & González, 2012).

⁵⁸ Para um aprofundamento sobre os modelos alternativos de financiamento explorados pela imprensa regional online, consultar Jerónimo e Correia (2020) e Nielsen (2015).

Explorado com mais detalhe, o estudo destes investigadores, que revelou que, além dos 61 concelhos que não têm qualquer jornal ou rádio local registado (já mencionados anteriormente), o cenário ainda se torna mais preocupante ao observar porque

mais de um quarto dos municípios portugueses (78 concelhos, correspondendo a 25,3%) não tem qualquer órgão de comunicação com produção jornalística regular, sendo considerados "desertos informativos". Destes, 54 municípios (17,5%) encontram-se numa situação de "deserto total", isto é, sem qualquer meio local de comunicação social ativo, enquanto outros 24 concelhos são classificados como semi-desertos. Além disso, 88 concelhos adicionais encontram-se numa situação vulnerável, dependendo exclusivamente de um único órgão de comunicação, o que os coloca sob ameaça potencial de se tornarem desertos informativos, caso esse meio encerre a sua atividade (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c).

Este fenómeno é particularmente acentuado nas regiões do interior do país, com especial impacto nas zonas Norte, Centro e Alentejo, onde as comunidades dependem frequentemente apenas de rádios regionais ou meios digitais com alcance limitado.

Áreas metropolitanas como o Porto não registam qualquer município classificado como deserto informativo. Em contraste, no interior despovoado há vários desertos. Este padrão revela que a presença de jornalismo local está diretamente ligada à densidade populacional e ao dinamismo económico das regiões. As áreas metropolitanas, devido à sua concentração populacional e mercado publicitário mais robusto, garantem maior viabilidade financeira para os meios locais. Já as regiões despovoadas, onde a sustentabilidade dos órgãos de comunicação é mais difícil, enfrentam um risco acrescido de se tornarem 'desertos informativos', agravando desigualdades territoriais e reduzindo a representatividade mediática dessas populações (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c).

Com base no relatório "2025 Journalism Predictions"⁵⁹ da *FT Strategies*, é possível delinear algumas conclusões sobre o futuro da imprensa regional.

A primeira conclusão relevante é que, apesar dos múltiplos desafios enfrentados, o jornalismo continua a demonstrar uma notável resiliência. Embora 40% dos inquiridos num estudo recente do *Reuters Institute* manifestem confiança relativamente ao futuro do setor, os indicadores financeiros sugerem um panorama preocupante, levantando dúvidas sobre a viabilidade económica do jornalismo, particularmente face à crescente concorrência digital e do declínio das receitas publicitárias tradicionais (*FT Strategies*, 2025). Neste contexto, a transição digital revela-se essencial para garantir a sustentabilidade da imprensa regional, uma vez que os modelos financeiros dependentes da publicidade tradicional estão progressivamente esgotados.

Outra tendência identificada no relatório é, também como aqui já tínhamos visto, a centralidade crescente dos motores de busca, especialmente do Google, na captação de tráfego online para os meios de comunicação. Mais de 40% do tráfego jornalístico provém atualmente de pesquisas orgânicas, tornando-se uma fonte crucial para a visibilidade dos conteúdos. Mas, com o avanço da IA integrada nos motores de pesquisa, a previsibilidade e estabilidade deste tráfego podem ficar comprometidas, colocando em risco especialmente os meios regionais que dependem fortemente deste canal (*FT Strategies*, 2025). Paralelamente, a queda significativa (21% em 2024) nas referências provenientes das redes sociais, nomeadamente do *Facebook*, reforça a necessidade urgente de adaptação das estratégias digitais a novas plataformas e modelos de distribuição.

Quanto à inovação, o relatório sublinha a importância de diversificar fontes de receita para assegurar a sustentabilidade da imprensa regional. Embora a transição digital seja inevitável, depender exclusivamente de modelos baseados em assinaturas

⁵⁹ A *FT Strategies* é uma consultora especializada em estratégia digital e transformação empresarial ligada ao Financial Times, que apoia empresas de media na adaptação ao ambiente digital, implementação de modelos sustentáveis de negócio e desenvolvimento de estratégias eficazes de monetização e gestão de audiências. O relatório "2025 Journalism Predictions" da *FT Strategies* fornece previsões detalhadas e fundamentadas sobre as principais tendências que afetarão o setor jornalístico nos próximos anos. A metodologia usada inclui pesquisa quantitativa, entrevistas com especialistas da indústria e análise de dados financeiros e de tráfego online. O relatório encontra-se disponível para consulta no website oficial da *FT Strategies*.

digitais ou publicidade programática poderá não ser suficiente. Prevê-se um crescimento de apenas 9% nas receitas digitais nos próximos três anos, enquanto outras fontes complementares, como eventos e parcerias comerciais, estão sob pressão devido a aumentos de custos e alterações constantes nos algoritmos de pesquisa (*FT Strategies*, 2025). Para os media regionais, frequentemente com recursos financeiros limitados, isso significa a necessidade premente de desenvolver estratégias inovadoras de monetização e criar conteúdos mais adaptados às exigências e especificidades das comunidades locais.

O relatório destaca também o impacto da IA no futuro do jornalismo regional. Esta tecnologia oferece oportunidades valiosas, permitindo a automatização de tarefas rotineiras e a personalização de conteúdos para audiências locais, contribuindo para a redução de custos operacionais. Além disso, conforme demonstrado por Santos Silva, Gonçalves e Moraes (2025), os responsáveis por jornais regionais reconhecem que a IA pode melhorar a eficiência da produção e reforçar a conexão com a comunidade local. Também se realça que, embora haja um potencial significativo para inovação na captação de receitas e envolvimento de leitores, persiste um ceticismo quanto à sustentabilidade económica das soluções digitais sem apoio financeiro consistente (Santos Silva et al., 2025).

Os media regionais encontram-se numa encruzilhada, marcada pela necessidade de inovação e pela constante ameaça da sustentabilidade financeira. A transição para o ambiente digital, a diversificação estratégica das fontes de receita e a incorporação responsável de tecnologias emergentes, como a IA, emergem como fatores determinantes para o futuro deste setor.

3. Metodologia

Este estudo adota uma metodologia mista, combinando abordagens qualitativa e quantitativa, e recorre ao estudo de caso como estratégia metodológica integrada na componente qualitativa, permitindo uma análise abrangente do ciberjornalismo de proximidade em Trás-os-Montes.

No método qualitativo geral, recorreu-se especificamente a três técnicas: análise documental detalhada, entrevistas semiestruturadas com especialistas e responsáveis editoriais, e grupos focais com emigrantes transmontanos residentes no estrangeiro, permitindo captar perceções, significados e contextos específicos.

No método quantitativo, utilizaram-se dois questionários estruturados distintos, um dirigido ao público residente nos concelhos abrangidos pelo estudo (distritos de Vila Real e Bragança) e outro aos profissionais que exercem funções nos media regionais transmontanos, permitindo identificar práticas, preferências e condições laborais de forma sistemática e quantificável.

Por fim, recorreu-se ao método de estudo de caso, uma abordagem qualitativa específica, selecionando criteriosamente alguns casos com o objetivo de aprofundar e contextualizar as dinâmicas particulares dos media regionais transmontanos com presença online. A operacionalização destes estudos de caso envolveu técnicas três qualitativas principais, nomeadamente observação sistemática diária, observação estruturada pontual e entrevistas semiestruturadas, todas apoiadas por grelhas de análise específicas e guiões detalhados, garantindo uma recolha rigorosa dos dados empíricos. Complementarmente, recorreu-se à análise documental sempre que as técnicas qualitativas acima mencionadas não se revelaram suficientes ou não permitiram responder totalmente aos objetivos pretendidos, funcionando, assim, como recurso adicional para completar e robustecer a análise dos dados recolhidos.

A triangulação metodológica adotada teve como objetivo obter resultados mais consistentes, reconhecendo-se, naturalmente, as limitações inerentes à investigação desenvolvida.

3.1. Enquadramento metodológico da investigação

Esta secção apresenta o enquadramento metodológico do estudo, detalhando o paradigma de investigação adotado, a natureza exploratória e explicativa do estudo, a opção por uma metodologia mista, a estratégia de triangulação metodológica e as questões éticas consideradas.

Face aos objetivos exploratórios e explicativos delineados, optou-se por uma metodologia mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Esta escolha fundamenta-se na premissa de que a integração de abordagens permite uma compreensão mais completa do fenómeno, tirando partido das vantagens de cada tipo de método. Creswell (2014) defende que recorrer a métodos mistos é profícuo porque todos os métodos possuem fraquezas e vieses, e a combinação de dados quantitativos e qualitativos tende a neutralizar as limitações de cada forma de dados. Por outras palavras, os métodos quantitativos oferecem amplitude, medindo e quantificando aspetos mensuráveis (por exemplo, número de publicações, número de rádios e jornais, distribuição geográfica dos media), enquanto os métodos qualitativos proporcionam profundidade, captando perceções, significados e contextos (por exemplo, através de entrevistas a profissionais que trabalham nos media transmontanos ou análise ao conteúdo que partilham os jornais ou as rádios regionais). Ao conjugá-los, obtém-se um retrato mais robusto e equilibrado do objeto de estudo do que seria possível com uma única abordagem.

Importa notar que, conforme salienta Creswell (2014), as distinções entre qualitativo e quantitativo não devem ser entendidas de forma rígida, já que frequentemente são usadas ambas as abordagens num mesmo estudo, em diferentes graus. Neste caso, a estratégia metodológica adotada combina, por um lado, técnicas quantitativas de levantamento (através de questionários estruturados dirigidos ao público e aos profissionais dos media regionais, complementados pela análise estatística dos dados recolhidos) e, por outro, técnicas qualitativas (entrevistas semiestruturadas, grupos focais, observação direta estruturada e análise documental detalhada). Flick (2009), reforça esta ideia ao apontar que a triangulação de perspetivas e métodos é

fundamental para superar as limitações de um único método e alcançar uma visão mais fidedigna da realidade estudada. Na prática, a metodologia mista adotada inclui uma componente quantitativa composta por dois inquéritos por questionário distintos: um dirigido aos profissionais que trabalham nos media online transmontanos, centrado nas suas condições laborais, práticas editoriais e estratégias digitais; e outro dirigido aos habitantes dos concelhos que integram os distritos em estudo, focado nas suas práticas e perceções sobre o consumo mediático regional e simultaneamente uma componente de estudo de caso qualitativo junto de alguns dos media transmontanos com presença online, sobre, por exemplo, práticas editoriais, estratégias digitais e relação com o público.

A decisão por métodos mistos é ainda sustentada pela literatura metodológica: Creswell e Plano Clark (2018) argumentam que o paradigma pragmático que subjaz aos métodos mistos oferece flexibilidade para usar diferentes métodos de forma complementar, focando-se nas perguntas de investigação e na obtenção de resultados práticos.

Igualmente, Amado (2017) enfatiza que na investigação em Ciências Sociais, designadamente em educação e comunicação, muitas vezes se justifica recorrer a estratégias multimétodo, por exemplo, combinando um estudo de caso singular com estatísticas descritivas, quando se pretende captar a complexidade de um fenómeno único. Neste estudo, a combinação de dados numéricos (p. ex., número de publicações, frequência de atualização dos sites) com dados qualitativos (p. ex., testemunhos dos profissionais que trabalham nos media transmontanos sobre os desafios do digital, análise interpretativa das notícias produzidas) permitirá uma melhor compreensão dos problemas investigados, pois os pontos fortes de cada método compensam as fraquezas do outro.

A metodologia mista justifica-se neste estudo sobre ciberjornalismo regional: fornece um quadro abrangente onde as medições objetivas são enriquecidas pelo contexto e pela compreensão subjetiva, alinhando-se com recomendações de autores como Creswell (2014) e Flick (2009) para se obterem resultados mais completos e válidos. Desta forma, procura-se assegurar que o mapeamento dos media online em

Trás-os-Montes não fique apenas pela superfície dos números, sendo complementado por uma análise qualitativa aprofundada, que examina os resultados empíricos transversais das rádios e jornais online da região, articulando-os com as visões estratégicas dos seus responsáveis editoriais e identificando implicações relevantes para o ciberjornalismo de proximidade.

A adoção de métodos mistos proporciona a oportunidade de aplicar a triangulação metodológica, reforçando a validade dos resultados obtidos. De acordo com Denzin (1978), a triangulação consiste em utilizar múltiplas perspetivas, fontes de dados ou métodos para examinar um mesmo fenómeno, permitindo cruzar as informações recolhidas, confirmar os achados e ampliar a compreensão do objeto em estudo. Este autor foi pioneiro na identificação de quatro tipos de triangulação: de dados, de investigadores, teórica e metodológica.

Em particular, a triangulação metodológica refere-se ao uso de múltiplos métodos de investigação para obter informação mais completa sobre o fenómeno. No contexto desta tese, isto traduz-se em articular técnicas quantitativas e qualitativas de forma planeada. Por exemplo, os dados empíricos obtidos no capítulo de contextualização regional, referentes às características sociodemográficas, económicas e infraestruturais de Trás-os-Montes, são triangulados com os resultados obtidos nas entrevistas aos profissionais que trabalham nos media online transmontanos, aos responsáveis editoriais desses mesmos órgãos e aos habitantes das regiões abrangidas pelo estudo, permitindo validar e aprofundar diferentes dimensões críticas do ciberjornalismo regional.

Segundo Flick (2009), a triangulação implica precisamente assumir diferentes perspetivas sobre a questão em estudo, substanciando essas perspetivas através de diversos métodos ou quadros teóricos. Essa abordagem multiperspetiva ultrapassa as limitações de um único método, na medida em que a combinação de várias técnicas permite verificar a consistência dos dados e aproximar-se mais da realidade do fenómeno.

Denzin (2012), ao revisitar o conceito (“Triangulation 2.0”), reforça que a triangulação em contextos contemporâneos de métodos mistos é crucial para lidar com

a complexidade dos fenómenos sociais, fornecendo uma visão mais rica e crítica. No presente estudo, por exemplo, a triangulação ocorre quando os dados estatísticos sobre os media online transmuntanos são interpretados à luz das informações qualitativas recolhidas –se os jornalistas e restantes profissionais que trabalham nos media online transmuntanos revelam estar sobrecarregados devido à multiplicidade de tarefas que desempenham, as entrevistas aos responsáveis editoriais permitem explorar as causas desta situação, verificando se existe uma relação direta com a sustentabilidade financeira dos órgãos ou se constitui uma prática comum entre os media regionais. Da mesma forma, se o público transmuntano indicar preferir o *Facebook* como principal plataforma para aceder a notícias regionais, estes dados serão triangulados com a presença digital efetiva dos media online e com as perceções dos responsáveis editoriais sobre a importância do *Facebook* para a divulgação das suas notícias, permitindo confirmar ou problematizar a convergência destas diferentes perspetivas.

Outra dimensão da triangulação é cruzar múltiplas fontes de dados (triangulação de dados) para verificar a convergência dos resultados. Assim, poder-se-ão comparar dados documentais (ex. relatórios, web sites oficiais) com dados de inquéritos.

A literatura indica que tal procedimento acrescenta rigor, riqueza e profundidade aos resultados, aumentando a confiabilidade das conclusões. De facto, Denzin (1978) argumenta que o uso de múltiplos métodos é uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenómeno, conferindo consistência e complexidade à análise. No caso do ciberjornalismo de proximidade, ao combinar entrevistas, análise de conteúdo e análise estatística, espera-se que a triangulação revele tanto as tendências gerais (por exemplo, percentagem de notícias de âmbito local vs. nacional nos sites) quanto as explicações particulares (por exemplo, políticas editoriais ou dificuldades operacionais que justificam essas tendências), oferecendo uma visão integrada do ecossistema mediático regional.

A condução desta investigação obedeceu aos princípios éticos fundamentais em pesquisa em Ciências Sociais, nomeadamente o consentimento informado, o direito à desistência e o respeito pela privacidade. Em concreto, foi assegurado o anonimato dos participantes nos inquéritos por questionário realizados junto do público e dos

profissionais dos media online transmontanos. Contudo, nas entrevistas com responsáveis editoriais e especialistas, assim como nos *focus groups*, foi obtido o consentimento explícito para a utilização e identificação nominal dos participantes, garantindo-se total transparência e cumprimento dos padrões éticos exigidos.

De acordo com Babbie (2005), nenhum participante deve ser coagido a participar num estudo – a participação voluntária é um imperativo ético básico, intimamente ligado ao princípio do consentimento informado. Isto implica que todos os colaboradores foram previamente informados sobre os objetivos do estudo e os procedimentos envolvidos.

Especificamente nos questionários online dirigidos ao público e aos profissionais dos media regionais transmontanos, os participantes foram informados sobre os objetivos da investigação, os seus direitos, incluindo o direito à privacidade e ao anonimato absoluto (anexos 1 e 2), e que, ao responderem ao questionário, estariam automaticamente a autorizar a utilização dos seus dados anonimizados exclusivamente para fins académicos. Neste caso específico, o consentimento é implícito, obtido através do próprio ato voluntário de responder ao questionário, não sendo necessária a recolha escrita do consentimento informado individual.

Outro princípio ético assegurado nesta investigação foi o do respeito pela confidencialidade e anonimato dos participantes, sempre que tal se justificou pela natureza dos dados recolhidos. Por essa razão, os resultados dos dois questionários online são apresentados na tese sem possibilidade de identificação individual dos respondentes, tendo-se optado por não disponibilizar nos anexos as respostas detalhadas a cada pergunta. Esses detalhes encontram-se guardados exclusivamente com a investigadora.

Relativamente às entrevistas aos responsáveis editoriais dos media online transmontanos (17 entrevistados), aos sete especialistas consultados no âmbito da contextualização regional e aos 13 participantes nos dois *focus groups* com emigrantes transmontanos, foi obtida autorização explícita para a identificação nominal e profissional na tese, sendo devidamente registado o consentimento informado, com referência expressa à publicação pública da tese em repositório institucional. Contudo,

decidiu-se retirar dos anexos as transcrições completas destas entrevistas e *focus groups*, mantendo-as na posse exclusiva da investigadora durante um período máximo de cinco anos, após o qual serão permanentemente eliminadas por métodos seguros, conforme o Protocolo de Gestão, Armazenamento e Eliminação de Dados aprovado pela Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto. Estas entrevistas são referidas na tese como "comunicações pessoais", e os detalhes integrais encontram-se acessíveis mediante solicitação.

Especificamente para os dois *focus groups* realizados, pese embora tenha sido obtida autorização explícita para identificação nominal, faixa etária, país e outras informações pessoais relevantes, optou-se por substituir essas informações por uma codificação genérica, como por exemplo: "Participante 1, 18-25 anos, Suíça". Esta decisão foi tomada por precaução, uma vez que a disponibilização integral desses dados poderia comprometer o cumprimento do Protocolo de Gestão, Armazenamento e Eliminação de Dados, que prevê a eliminação dos dados detalhados num prazo máximo de cinco anos. A codificação genérica adotada não diminui o valor científico da tese e assegura o cumprimento dos princípios éticos e da proteção de dados a longo prazo.

Adicionalmente, respostas detalhadas obtidas por escrito junto da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) foram citadas parcialmente no corpo da tese como "comunicações pessoais", incluindo os nomes e os cargos das pessoas que responderam dentro destas organizações, as quais foram previamente informadas sobre esta utilização. A resposta detalhada encontra-se guardada exclusivamente na posse da investigadora pelo mesmo período de cinco anos, podendo ser consultada mediante solicitação.

Nos anexos serão disponibilizados para consulta pública os respetivos guiões estruturados das entrevistas aos responsáveis editoriais dos media online transmontanos (anexos 3 e 4), aos especialistas consultados (anexos 9 a 15) aos dois *focus groups* (anexos 7 e 8), o Protocolo de Gestão, Armazenamento e Eliminação de Dados na íntegra (anexo 29), e os pareceres favoráveis emitidos pela Comissão de Ética (anexo 27) e pela Unidade de Proteção de Dados da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (anexo 26).

O direito à desistência foi igualmente garantido. Informou-se explicitamente cada participante de que a sua participação era voluntária e que poderia retirar-se do estudo em qualquer momento durante a fase de recolha, tratamento e análise dos dados, até ao momento em que a tese fosse submetida para publicação em repositório público. Após a disponibilização pública da tese, a retirada total dos dados publicados deixa de ser exequível. Importa salientar, contudo, que todos os participantes foram previamente informados sobre a disponibilização pública da tese e sobre o período de conservação reservado dos dados detalhados (cinco anos), findo o qual estes seriam permanentemente eliminados. A investigação foi conduzida sempre pelo princípio de não maleficência, assegurando-se que nenhum dado disponibilizado publicamente possa causar dano ou desconforto aos participantes e respeitando ainda integralmente os direitos de autor e os termos de utilização das plataformas digitais para todas as fontes secundárias utilizadas.

3.2. Metodologia qualitativa

3.2.1. Análise documental

A análise documental configura-se como uma técnica qualitativa de investigação que envolve o exame sistemático de materiais documentais, sejam eles impressos ou digitais, com o objetivo de extrair dados significativos e interpretações acerca de uma determinada realidade. De acordo com Bowen (2009), trata-se de “a systematic procedure for reviewing or evaluating documents” – isto é, um procedimento rigoroso de revisão e avaliação de documentos existentes, permitindo ao investigador obter conhecimento aprofundado a partir de fontes textuais e evidências contextuais (Bowen, 2009, p.27).

Esses documentos contêm informações registadas sem intervenção do investigador e, quando adequadamente analisados, fornecem excertos e evidências que podem ser organizados em categorias ou temas, contribuindo para a construção de conhecimento empírico sobre o objeto de estudo (Bowen, 2009).

Do ponto de vista teórico, a análise documental vincula-se frequentemente à técnica de análise de conteúdo, partilhando dos mesmos princípios de sistematização e objetividade na leitura de mensagens. Bardin, referência clássica nesta área, define a análise de conteúdo justamente como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens” (Bardin, 1977/ 2011, p.42).

A opção por empregar a análise documental neste estudo justifica-se metodologicamente pela natureza do objeto de pesquisa – o ciberjornalismo de proximidade – que exige uma compreensão abrangente tanto das características dos media regionais quanto do contexto social e institucional em que se inserem.

Como salienta Amado (2017, p.43), “a investigação qualitativa assenta numa visão holística da realidade [...] sem a isolar do contexto ‘natural’ (histórico, socioeconómico e cultural) em que se desenvolve”, procurando atingir a sua compreensão por entre processos indutivos e inferenciais (Amado, 2017, p.43).

Sob essa ótica holística, a análise de documentos mostrou-se valiosa para enquadrar os media digitais transmontanos no seu contexto regional: através dos documentos pôde-se resgatar dados históricos e estruturais da região, informações demográficas e económicas, bem como normativas e registos oficiais relativos à implantação dos media regionais transmontanos.

Tal procedimento agrega uma dimensão temporal importante à análise, pois os documentos permitem mapear evoluções e permanências ao longo do tempo – “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”, nas palavras de Cellard (2008, p.295).

A análise documental forneceu uma base factual e contextual relativamente sólida, contra a qual se puderam confrontar e interpretar os dados obtidos por outras vias (como entrevistas, observação, análise de conteúdo jornalístico...), numa lógica de triangulação metodológica que reforça a credibilidade do que se encontra (Bowen, 2009; Flick, 2009).

A combinação de múltiplas fontes de evidência sobre uma mesma realidade – *triangulando* dados documentais, testemunhos e observações – contribui para uma convergência de resultados, diminuindo vieses do investigador e aumentando a validade do estudo (Bowen, 2009). Nesse sentido, a análise documental, além de oferecer conhecimento direto sobre o objeto (por meio dos registos escritos dos media e das instituições que os regulam), atuou como uma estratégia complementar que enriquece e corrobora a análise qualitativa global, ao fornecer evidências independentes e contextualizadas acerca do ecossistema mediático regional.

Foram consultadas, para este fim, diversas fontes documentais de natureza oficial e institucional. Em particular, foram recolhidos dados provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos a estatísticas populacionais e socioeconómicas. Adicionalmente, utilizaram-se informações disponíveis no portal estatístico Pordata, destacando-se os indicadores regionais relativos ao emprego ou educação. A pesquisa documental também incluiu relatórios e dados do Instituto da Segurança Social (ISS) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), especificamente os disponíveis em março de 2025, cobrindo o período compreendido entre 2011 e 2023, permitindo assim uma análise longitudinal detalhada das condições sociais e económicas da região em estudo.

Foram consultados todos os dados disponíveis mais recentes fornecidos pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) que cobrem a região em estudo, especificamente a CIM do Alto Tâmega, a CIM do Douro, CIM Terras de Trás-os-Montes e a CIM do Alto Tâmega e Barroso, bem como, sempre que necessário, documentação institucional disponibilizada pelas Câmaras Municipais dos 26 concelhos abrangidos nesta investigação.

Também se integraram no corpus documental alguns relatórios setoriais e documentos normativos pertinentes, tais como os relatórios da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e diplomas legais específicos que regulamentam a comunicação social regional, assegurando o alinhamento da análise com o quadro institucional e legal vigente. Adicionalmente, sempre que possível, foram analisados

relatórios governamentais relativos a programas de valorização ou apoio aos media regionais, à imprensa local e regional.

A seleção dessas fontes visou cobrir múltiplas perspetivas documentais: estatísticas oficiais, regulação mediática, políticas locais e enquadramento legal, compondo assim um mosaico abrangente de evidências documentais sobre, sempre que possível, a realidade transmontana.

O processo de recolha documental desenrolou-se, uma parte no ano de 2021 e, mais tarde, entre janeiro e julho de 2025, correspondendo, esta última data, ao período em que se procedeu à compilação e análise dos dados secundários.

Definiram-se critérios de inclusão claros para os documentos, de modo a assegurar a relevância e atualidade do corpus. Em primeiro lugar, adotou-se o critério da contemporaneidade: privilegiaram-se documentos recentes ou atualizados (por exemplo, dados estatísticos do INE dos últimos censos disponíveis – 2021-, listagens da ERC em vigor em abril de 2025).

Em segundo lugar, aplicou-se o critério da pertinência regional: foram selecionados apenas documentos que dissessem respeito específico a Trás-os-Montes (ou às suas sub-regiões), excluindo-se fontes de âmbito nacional ou genérico que não trouxessem informação desagregada sobre a região.

Em terceiro lugar, procurou-se garantir a credibilidade e autenticidade das fontes: todos os documentos provieram de instituições reconhecidas (organismos públicos, entidades reguladoras, arquivos governamentais), evitando-se conteúdos de origem duvidosa ou não verificável.

Seguindo as recomendações de Cellard (2008), avaliou-se criticamente cada documento quanto à sua autenticidade e fiabilidade – por exemplo, confirmando se não havia indícios de desatualização ou erro.

Aplicou-se também um critério de relevância temática: dentro do universo de documentos disponíveis, selecionaram-se aqueles cujo conteúdo oferecia dados diretamente relacionados às questões de investigação (p. ex., informações sobre a inscrição de jornais, estatísticas de acesso à internet na região, etc.), descartando-se materiais tangenciais.

Conforme Flick (2009) adverte, na seleção de documentos o investigador não se deve focar unicamente no conteúdo explícito, “apesar de esse ser importante, deve ser levado em consideração o contexto, a utilização e a função dos documentos” (p.58). Em linha com essa orientação, o levantamento documental procurou contextualizar cada fonte e comparar diferentes documentos entre si, de modo a captar possíveis divergências ou convergências de informação. Tal abordagem contextualmente informada da escolha documental assegura que a análise não se limite a extrair dados brutos, mas também compreenda a função e o significado de cada documento dentro do ecossistema investigado (Flick, 2009).

Quanto ao tratamento analítico do material documental reunido, este foi realizado através de procedimentos de análise de conteúdo de natureza predominantemente categorial, complementados por uma leitura temática dos dados. Seguiu-se de perto a metodologia proposta por Bardin (1977/ 2011) para análise de conteúdo qualitativa, cumprindo as etapas clássicas de organização e codificação.

Inicialmente, efetivou-se uma pré-análise dos documentos. Nesta fase, delineou-se também o corpus da análise – confirmando a seleção dos documentos mais pertinentes. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, etapa em que os dados textuais dos documentos foram decompostos em unidades de significado e categorizados de forma sistemática. Optou-se por utilizar categorias a priori derivadas do referencial teórico e dos objetivos do estudo, bem como permitir a emergência de novas categorias ou temas à medida que a leitura aprofundada revelou padrões não antecipados. Por exemplo, no exame dos documentos da ERC, foram criadas categorias prévias como tipo de media (jornal digital, rádio com presença online, TV local online, etc.), periodicidade de atualização, abrangência geográfica (concelhia, regional, distrital) e entidade proprietária (pública, privada, associativa). Já a análise das narrativas institucionais suscitou categorias emergentes ligadas a valorização da identidade local, desafios tecnológicos, sustentabilidade financeira, entre outras.

Toda a categorização foi realizada respeitando os princípios de exaustividade, mútua exclusão e homogeneidade sugeridos por Bardin (1977/2011) – ou seja, procurando abarcar a totalidade do conteúdo relevante, definindo categorias que não

se sobrepõem entre si e mantendo um critério uniforme de classificação ao longo do corpus.

Em paralelo à análise categorial quantitativa básica empreendeu-se uma análise temática interpretativa: identificaram-se os grandes temas recorrentes nos documentos – entendendo tema como “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto” conforme a definição de Bardin (1977/ 2011 p.105) – de modo a captar as ideias centrais e enfoques predominantes relacionados com o ciberjornalismo de proximidade.

Assim, a análise combinou uma dimensão descritiva estruturada (via categorias) com uma dimensão interpretativa (via temas), assegurando uma compreensão rica e situada do conteúdo documental. Finalmente, na fase de tratamento dos resultados e interpretações, os dados categorizados foram cruzados, sempre que se justificou, com a literatura e com as demais informações do estudo.

Os resultados da análise documental foram incorporados à pesquisa servindo tanto para responder às questões inicialmente colocadas (por exemplo, quantos e quais são os media digitais transmontanos, e quais as suas características principais) quanto para gerar novas questões e *insights* a serem aprofundados nas etapas seguintes do trabalho (por exemplo, lacunas identificadas, tendências de cobertura jornalística local).

Foram, ainda, consideradas as questões éticas inerentes ao uso de documentos, mesmo tratando-se maioritariamente de fontes públicas. No presente estudo, dado que os documentos analisados eram públicos e institucionais, não houve implicações de privacidade ou necessidade de consentimento informado de indivíduos – diferentemente, por exemplo, de entrevistas ou grupos focais. No entanto, assumiu-se o compromisso ético de atribuir corretamente cada informação à sua fonte original, evitando plágio ou apropriação indevida de ideias. Todas as citações e dados retirados dos documentos foram referenciados nas secções apropriadas do trabalho, em conformidade com as normas científicas, assegurando o devido crédito aos autores ou entidades emissoras (INE, ERC, municípios, etc.).

Em termos metodológicos, aplicou-se a cada documento uma “leitura crítica” abrangendo tanto a dimensão externa quanto a interna (Cellard, 2008). A crítica externa referiu-se, como já mencionado, à verificação de autenticidade e origem do documento,

garantindo que fosse genuíno. Já a crítica interna focou na credibilidade e significado do conteúdo: procurou-se identificar possíveis vieses, omissões ou interpretações alternativas para as informações apresentadas. Esse procedimento – que Cellard (2008) denomina “crítica interna e externa ao documento” – é fundamental para ir “além das primeiras impressões” e evitar que o investigador tome os documentos ao pé da letra sem questionar.

Outra questão ética considerada foi a difusão pública de certas informações: embora os dados utilizados sejam de domínio público, avaliou-se cuidadosamente o que seria exposto na tese, de forma a não causar dano à reputação de nenhuma entidade ou meio de comunicação específico, esse fato seria tratado com objetividade e fundamentação, evitando-se julgamentos de valor.

Crítérios metodológicos do mapeamento dos media regionais

O mapeamento constitui uma técnica empírica essencial nas ciências sociais, permitindo a representação visual e geográfica de dados complexos e a identificação de padrões frequentemente impercetíveis em análises puramente textuais ou estatísticas, tais como desigualdades regionais e áreas negligenciadas (“silêncios”) pela recolha tradicional (Pereira & Seemann, 2014).

No contexto específico da comunicação e do jornalismo, o mapeamento destaca-se por revelar a distribuição territorial dos fenómenos comunicacionais e evidenciar as disparidades existentes na cobertura informativa, contribuindo para uma compreensão crítica sobre como fatores territoriais e socioeconómicos influenciam a produção e circulação de notícias (Aguar, 2019; Laranjeira & Aguar, 2024; Novaes, 2014).

Esta relevância intensifica-se particularmente no contexto do ciberjornalismo, onde a natureza em rede e interativa dos media digitais permite aplicar o mapeamento não apenas como ferramenta analítica, mas também como recurso narrativo inovador.

Com isto, o mapeamento no ciberjornalismo permite identificar lacunas na cobertura mediática online (“desertos informativos”) e originar novas práticas jornalísticas, tornando as narrativas digitais mais participativas, contextualizadas e acessíveis ao público (Salovaara-Moring, 2016; Wehrholdt & Bronosky, 2022).

Embora o procedimento metodológico do mapeamento dos órgãos de comunicação social regionais transmontanos se insira no âmbito mais amplo da análise documental qualitativa, optámos por lhe dedicar uma sub-subsecção autónoma devido à sua relevância e especificidade no contexto desta investigação. Esta opção justifica-se pelo facto de o mapeamento constituir uma das etapas centrais da tese, sustentando empiricamente não apenas a caracterização do panorama mediático regional, mas também a seleção fundamentada dos estudos de caso que se seguem (secção 3.4 e Capítulo 6). Consideramos, portanto, que a explicitação detalhada dos critérios específicos que orientaram a recolha, a sistematização e o tratamento da informação documental retirada dos registos oficiais da ERC merecem um destaque particular, contribuindo para uma compreensão mais transparente do processo investigativo adotado.

Nesta investigação, recorreu-se exclusivamente à consulta direta de documentos e bases de dados oficiais disponibilizadas pela ERC⁶⁰. Especificamente, foram analisados ficheiros em formato Excel, consultados diretamente junto desta entidade a 1 de abril de 2025, referentes ao registo oficial de publicações e órgãos de comunicação social ativos nos distritos de Vila Real e Bragança. Desta documentação extraíram-se listagens completas e informações jurídico-institucionais sobre os media online registados, incluindo aspetos como títulos, proprietários, área de cobertura, periodicidade e ano de fundação.

De modo a garantir o rigor metodológico exigido, efetuou-se ainda um contacto adicional com a ERC para esclarecer critérios específicos aplicados às publicações periódicas e às rádios. Neste sentido, foi confirmado pela ERC que, para as publicações periódicas, deve ser considerada a morada da sede da redação (concelho), enquanto

⁶⁰ No âmbito das diversas competências que estão cometidas à ERC, pela Constituição da República Portuguesa, pelos seus Estatutos e pelo Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de junho (alterado pelos Decretos Regulamentares n.ºs 7/2008, 27 de fevereiro, 2/2009, de 27 de janeiro e 7/2021, de 6 de dezembro), compete-lhe promover o registo das entidades que prosseguem atividades de comunicação social, sob jurisdição do Estado Português. Recorde-se que as entidades sujeitas a registo na ERC são as *Publicações Periódicas*, as *Empresas Jornalísticas*, as *Empresas Noticiosas*, os *Operadores de Rádio e Serviços de Programas Radiofónicos*, os *Operadores de Televisão e Serviços de Programas Televisivos*, os *Operadores de Distribuição*, os *Serviços de Programas de Rádio e Televisão difundidos exclusivamente pela internet*, os *Operadores de Serviços Audiovisuais a Pedido* e os *Serviços Audiovisuais a Pedido*, os *Fornecedores de Plataformas de Partilha de Vídeos* e as *Plataformas de Partilha de Vídeos* (ERC, 2025).

para os serviços de programas radiofónicos prevalece o critério do conselho de licenciamento (P. Lopes, comunicação pessoal, 2025).

Nenhum registo relevante foi excluído do levantamento inicial, uma vez que foram seguidas integralmente as orientações metodológicas fornecidas pela ERC, em resposta a um pedido prévio de esclarecimento. O objetivo central deste mapeamento consistia, precisamente, em identificar todos os registos ativos de comunicação social existentes na região à data de referência⁶¹.

Contudo, importa esclarecer que, nas tabelas disponibilizadas pela ERC, apenas foram encontrados dados relativos às categorias das publicações periódicas, rádios e meios exclusivamente online, especificamente para o âmbito geográfico dos distritos analisados. Todas as outras tabelas fornecidas pela entidade não continham dados relacionados com o âmbito geográfico deste estudo. Assim, a amostra do mapeamento ficou automaticamente definida por estas categorias.

Para efeitos de clareza metodológica, adotaram-se as definições oficiais da ERC relativamente às categorias analisadas: as publicações periódicas são entendidas como publicações editadas em série contínua, sob o mesmo título e sem limite definido de duração, abrangendo períodos determinados de tempo; os operadores de rádio correspondem às entidades detentoras de serviços de programas de radiodifusão sonora, sujeitos a licenciamento prévio obtido através de concurso público, sendo essas licenças renováveis; por último, os serviços de programas difundidos exclusivamente através da internet não requerem licenciamento prévio, embora seja obrigatório o seu registo junto da ERC.

Foi ainda identificada a existência de seis empresas jornalísticas (duas localizadas em Bragança e quatro em Vila Real) que atuam como empresas-mãe, gerindo órgãos de comunicação social já contabilizados nas categorias anteriores. Para evitar duplicação de informação, estas empresas não foram consideradas diretamente na análise.

⁶¹Reconhece-se que poderão existir iniciativas locais informais ou meios não institucionalizados, tais como blogues comunitários ou páginas nas redes sociais dedicadas a notícias locais, que não foram considerados neste mapeamento. Sublinha-se, contudo, que o âmbito deste estudo se circunscreve especificamente à análise dos órgãos oficiais e institucionalizados da região, definidos segundo critérios de periodicidade, registo formal ou reconhecimento institucional, pelo que essas fontes informais escapam deliberadamente ao escopo da investigação aqui apresentada.

3.2.2. Entrevistas semiestruturadas

Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, método qualitativo indicado para explorar percepções e experiências (Creswell, 2014; Kvale, 2007), com o objetivo de compreender melhor a realidade e as especificidades do ciberjornalismo praticado na região de Trás-os-Montes.

As entrevistas semiestruturadas envolveram dois grupos distintos de participantes, selecionados de forma deliberada em função da sua relevância para os objetivos da investigação. O primeiro grupo consistiu em sete especialistas com reconhecido conhecimento e experiência em diferentes domínios socioculturais da região de Trás-os-Montes, escolhidos por amostragem intencional dada a sua pertinência para as temáticas regionais exploradas. Esses especialistas atuaram como informantes-chave e contribuíram diretamente para a elaboração do Capítulo 4, fornecendo informações atualizadas sobre as subsecções em análise. A seleção intencional privilegiou a adequação dos perfis dos entrevistados às áreas a aprofundar, sem prejuízo de outros contributos possíveis.

O segundo grupo de participantes abrangeu os responsáveis editoriais de 21 media regionais online incluídos nos estudos de caso. Estes responsáveis editoriais foram convidados para uma entrevista por serem os dirigentes ou representantes dos media em análise, assegurando assim a incorporação da perspetiva institucional de cada órgão na parte empírica da investigação.

As entrevistas seguiram um guião semiestruturado flexível: partiu-se de um conjunto de questões abertas previamente definidas, adaptáveis conforme as respostas de cada entrevistado, o que permitiu aprofundar tópicos emergentes e incluir novas perguntas relevantes ao longo da conversa (Qu & Dumay, 2011).

Todos os entrevistados foram inicialmente contactados por e-mail ou telefone, momento em que se apresentou a investigadora, os objetivos gerais do estudo e se esclareceu o procedimento ético, incluindo a leitura do consentimento informado. De seguida, por uma questão de comodidade dos participantes, de expressão pessoal e também para facilitar a gestão do elevado volume de informação recolhida, foi-lhes

oferecida a possibilidade de escolher a forma de participação mais conveniente: presencialmente, por videoconferência (Zoom), telefone ou, em alguns casos, por escrito, via e-mail (anexo 5). Esta diversidade de opções revelou-se fundamental, permitindo maior alcance, celeridade no contacto e uma maior disponibilidade dos participantes para responderem às questões colocadas.

As entrevistas presenciais, por videoconferência e por telefone foram gravadas em áudio — sempre com consentimento prévio explícito dos participantes — e transcritas para garantir a fidelidade das declarações. A duração média das entrevistas foi de cerca de 30 minutos, variando consoante a dinâmica da interação. Todo o processo seguiu os princípios metodológicos definidos para assegurar a integridade e transparência dos dados recolhidos.

Reconhece-se, contudo, a robustez e profundidade que uma entrevista presencial geralmente proporciona, nomeadamente ao permitir captar percepções adicionais decorrentes da interação direta e da linguagem não-verbal. Não obstante, devido à previsão de um número elevado de participantes, às suas rotinas complexas, à diversidade de sensibilidades e ao frequente desinteresse inicial manifestado por alguns entrevistados relativamente ao tema, a flexibilidade metodológica adotada tornou-se essencial. Esta abordagem teve como objetivo contribuir para a concretização bem-sucedida da recolha de dados, assegurando simultaneamente o rigor e a abrangência da investigação.

Adicionalmente, foram assegurados todos os procedimentos éticos exigidos: cada participante leu e assinou um termo de consentimento informado, garantindo-se o seu anonimato e confidencialidade (Wiles, 2013).

O projeto e os instrumentos de entrevista obtiveram aprovação prévia pelas comissões de ética e de proteção de dados da Universidade do Porto, cumprindo os normativos institucionais. Para a análise dos dados qualitativos, recorreu-se à análise temática ou categorial, procedendo-se a uma codificação manual das transcrições e à identificação de categorias e temas recorrentes (Braun & Clarke, 2006; Bardin, 1977/2011).

Posteriormente, as conclusões das entrevistas foram trianguladas com outras fontes de evidência da investigação, como forma de reforçar a robustez e a validade das conclusões (Patton, 1999).

3.2.3. Focus groups

O objetivo da realização dos *focus groups* foi compreender as percepções e práticas coletivas da diáspora transmontana no que respeita ao consumo de informação regional. Optou-se por empregar a técnica de grupos focais pela sua adequação a este propósito exploratório, permitindo captar as dinâmicas de interação entre participantes e os significados construídos coletivamente em torno do tema em estudo.

De acordo com Morgan (1997), o *focus group* constitui uma técnica de pesquisa qualitativa derivada da entrevista em grupo, que recolhe dados precisamente através da interação grupal entre os participantes. Neste tipo de abordagem, a discussão em grupo possibilita revelar consensos, divergências e processos de construção coletiva de sentido que dificilmente emergiriam em entrevistas individuais (Morgan, 1997; Kitzinger, 1995).

Adicionalmente, Krueger e Casey (2009) definem o *focus group* como uma discussão cuidadosamente planeada para obter percepções sobre um determinado tópico, realizada num ambiente permissivo e não intimidatório que encoraja a participação de todos os membros do grupo. Esta característica confere aos grupos focais um contexto mais natural e espontâneo, no qual os participantes influenciam e são influenciados pelos demais – tal como ocorre nas interações sociais do quotidiano (Krueger & Casey, 2009).

A escolha pelos grupos focais foi fundamentada por razões metodológicas e práticas específicas. As entrevistas individuais, embora aprofundem experiências pessoais, não permitiriam captar adequadamente a dinâmica coletiva e interativa dos participantes em torno do consumo mediático regional. Os grupos focais, por sua vez, possibilitam precisamente observar como as opiniões são discutidas, negociadas e

modificadas no contexto grupal, refletindo de forma mais próxima as práticas reais da diáspora.

Os inquéritos, úteis para obter dados quantitativos gerais, também não seriam suficientes para aprofundar as motivações, percepções e emoções associadas ao consumo mediático regional, especialmente num grupo com forte componente afetiva e identitária. Os questionários também poderiam não alcançar eficazmente uma população dispersa geograficamente, gerando dúvidas sobre a taxa de resposta e representatividade.

A realização dos grupos focais online revelou-se particularmente vantajosa devido à dispersão geográfica dos participantes. Esta metodologia permitiu uma interação natural e dinâmica, reproduzindo contextos sociais reais, nos quais as opiniões surgem naturalmente das interações em grupo. Esta abordagem permitiu ainda observar consensos, divergências e o processo espontâneo de recordar experiências comuns.

Deste modo, os *focus groups* emergiram como o método mais adequado aos objetivos qualitativos do estudo, oferecendo um acesso privilegiado às dinâmicas sociais e culturais da diáspora, dificilmente alcançadas por entrevistas individuais ou métodos quantitativos.

Assim, realizaram-se dois grupos focais com emigrantes transmontanos residentes em vários países europeus, com o intuito de identificar não apenas os padrões concretos de consumo mediático, mas sobretudo aprofundar as motivações pessoais, expectativas e percepções associadas à informação regional de Trás-os-Montes.

Com a consciência de que os hábitos mediáticos podem diferir significativamente entre gerações, optou-se por segmentar os participantes por faixa etária: um grupo composto por jovens, mais familiarizados com as tecnologias digitais, e outro por pessoas mais velhas. Esta divisão teve como objetivo identificar eventuais diferenças geracionais nas práticas de consumo de informação, garantindo simultaneamente a homogeneidade necessária dentro de cada grupo para facilitar a discussão (Morgan, 1997).

O primeiro grupo reuniu jovens adultos entre 17 e 36 anos, enquanto o segundo integrou adultos com mais de 50 anos. O primeiro grupo contou com seis participantes e o segundo com sete, números estes que se encontram dentro dos limites recomendados na literatura metodológica sobre grupos focais, que apontam idealmente para um número entre 6 e 8 participantes (Krueger & Casey, 2009; Morgan, 1997). Todos eles eram emigrantes originários da região de Trás-os-Montes e residentes em diversos países europeus, nomeadamente França, Suíça, Alemanha, Luxemburgo e Espanha. Os perfis detalhados dos participantes de cada *focus group* encontram-se apresentados no Capítulo 5 desta tese.

Importa sublinhar que, dado o reduzido número de participantes, não se pretende generalizar conclusões para toda a diáspora transmontana, mas sim captar uma variedade qualitativa de perspetivas e experiências pessoais. A metodologia qualitativa adotada permitiu uma compreensão mais profunda das dinâmicas e emoções que ligam os emigrantes transmontanos à sua região de origem.

Os *focus groups* foram conduzidos de forma remota através da plataforma Zoom. A opção pelo formato online justificou-se pela dispersão geográfica dos participantes e pela acessibilidade e facilidade de uso do Zoom, o que possibilitou reunir os membros da diáspora num mesmo ambiente virtual de discussão em tempo real. Cada sessão teve a duração aproximada de 30 minutos. Com o consentimento dos participantes, as sessões foram gravadas em áudio, garantindo-se o registo integral das conversas para posterior análise.

A moderação de cada *focus group* seguiu um guião semiestruturado flexível, adaptado à respetiva faixa etária dos participantes. O guião continha questões abertas focadas nos temas centrais do estudo (por exemplo, fontes de informação regional utilizadas, hábitos de acompanhamento de notícias locais, formas de partilha de informações sobre a terra natal, entre outros), servindo de orientação à conversa sem impedir que surgissem novos tópicos relevantes.

Importa referir que os guiões utilizados em cada grupo etário foram ajustados em termos de linguagem e exemplos, de modo a adequarem-se ao perfil dos participantes (por exemplo, referências a redes sociais e meios digitais para os mais

jovens, versus experiências históricas e tradições regionais para os mais velhos) (anexos 7 e 8).

Após a transcrição, os dados qualitativos resultantes dos *focus groups* foram submetidos a uma análise de conteúdo de natureza categorial (análise temática), identificando-se os temas e categorias recorrentes nas narrativas dos participantes. Esta abordagem permitiu sintetizar as percepções coletivas da diáspora transmontana quanto ao consumo de informação regional, destacando padrões comuns e eventuais contrastes entre os dois grupos etários considerados.

3.3. Metodologia quantitativa

Os estudos sobre percepção e hábitos de consumo de informação beneficiam significativamente da utilização de questionários estruturados que combinam perguntas fechadas e abertas. Segundo Hill & Hill (2008), no âmbito das investigações por inquérito, existem três formatos principais de questionários: aberto, fechado e misto. O questionário aberto é especialmente útil para obter dados qualitativos detalhados, como opiniões ou justificações aprofundadas, sendo adequado quando o investigador não dispõe de tempo para realizar entrevistas ou quando a literatura existente não define as variáveis relevantes a explorar. Por outro lado, os questionários fechados destinam-se à recolha sistemática de dados quantitativos, permitindo uma comparação eficaz entre os respondentes, sendo úteis para quantificar hábitos ou criar variáveis a partir de opções pré-estabelecidas.

A abordagem mista, que conjuga ambos os tipos de perguntas, é particularmente valorizada por captar simultaneamente a objetividade dos dados quantitativos e a riqueza contextual das respostas qualitativas. Este equilíbrio é destacado por Hill & Hill (2008), que sublinham que combinar questões abertas e fechadas permite harmonizar informação objetiva com a experiência subjetiva dos participantes, o que é crucial em estudos centrados nas percepções.

Complementarmente, Ghiglione & Matalon (2001) realçam a importância deste método misto devido às características específicas dos tipos de questões: enquanto as respostas abertas exigem uma análise qualitativa mais detalhada e categorizada, as questões fechadas simplificam significativamente a análise estatística. Assim, a conjugação de ambos os tipos permite ao investigador obter dados quantitativos rigorosos e, simultaneamente, preservar as nuances qualitativas das percepções individuais.

Babbie (2005) reforça que o recurso aos inquéritos é uma técnica metodológica recomendada sempre que o investigador pretenda identificar opiniões, atitudes, valores ou percepções numa população específica. Deste modo, a utilização de questionários estruturados mistos constitui uma prática recomendada para aprofundar a compreensão dos fenómenos estudados, especialmente no contexto das percepções e hábitos de consumo de informação.

Na presente tese foram realizados dois inquéritos principais: um direcionado ao público regional transmontano e outro aos profissionais que trabalham nos media regionais transmontanos. Considerando a natureza essencialmente exploratória e descritiva destes estudos, optou-se por não realizar etapas formais de pré-teste nem proceder ao cálculo do coeficiente *Alpha de Cronbach*, decisão que encontra suporte metodológico na literatura. Segundo Babbie (2005), pesquisas exploratórias privilegiam a identificação inicial de tendências ou características gerais, destinando-se sobretudo a obter novos *insights* sobre o fenómeno investigado, dispensando frequentemente testes rigorosos de fiabilidade interna.

Ghiglione e Matalon (2001) reforçam esta ideia ao argumentar que o rigor excessivo nem sempre acrescenta valor prático aos objetivos concretos do estudo, sendo fundamental que o instrumento metodológico adotado seja coerente e adequado ao propósito da investigação.

Assim, dado que os questionários utilizados eram constituídos sobretudo por perguntas isoladas, sem escalas complexas ou itens destinados a medir um mesmo construto, justificou-se metodologicamente prescindir dessas etapas adicionais, assumindo-se explicitamente as limitações associadas a esta decisão.

Para os dois questionários realizados nesta investigação junto do público regional transmontano e dos profissionais dos media regionais transmontanos, optou-se pela amostragem não probabilística por conveniência, dada a dificuldade de acesso a estas populações específicas. Esta opção metodológica encontra respaldo em Ghiglione e Matalon (2001), que destacam ser impossível assegurar representatividade absoluta devido aos vieses inerentes a qualquer técnica de amostragem. Os autores recomendam, assim, evitar excessivos purismos quanto à representatividade, sublinhando que o essencial é a adequação dos participantes aos objetivos do estudo.

Complementarmente, Babbie (2005) reconhece igualmente que, embora as amostras aleatórias sejam ideais para generalizações estatísticas robustas, as amostras por conveniência são muitas vezes a única alternativa viável em contextos regionais ou exploratórios, sendo adequadas quando o objetivo é compreender tendências ou perfis específicos da população estudada. A literatura metodológica legitima o recurso a amostras por conveniência em contextos como o deste estudo, desde que sejam reconhecidas explicitamente as limitações inerentes à não representatividade estatística.

Para a recolha dos dados dos questionários, optou-se pela plataforma digital *Google Forms*, prática metodologicamente validada por autores como Hill & Hill (2008) e Babbie (2005). Hill & Hill (2008) destacam as vantagens da utilização informática nos questionários estruturados, enfatizando a rapidez na distribuição, simplificação na análise e possibilidade de exportação direta para programas estatísticos. Babbie (2005), por sua vez, reforça que questionários auto-administrados pela internet têm benefícios claros, incluindo alcance ampliado, rapidez e baixo custo. Contudo, reconhece-se também uma limitação decorrente desta técnica de recolha online, nomeadamente a exclusão de grupos frequentemente marginalizados nestes processos: aqueles que não têm acesso à Internet, os indivíduos que não sabem ler, os imigrantes que não dominam a língua portuguesa e pessoas com limitações visuais. Esta exclusão constitui uma restrição importante à representatividade e abrangência dos dados recolhidos, devendo ser considerada na interpretação dos resultados obtidos neste estudo.

Os formulários foram especificamente construídos e alojados na plataforma

institucional *Google Forms* da Universidade do Porto, cumprindo as exigências estabelecidas pela Comissão e Unidade de Proteção de Dados desta universidade, assegurando anonimato, confidencialidade e utilização exclusiva dos dados para fins académicos, alinhando-se assim às melhores práticas metodológicas defendidas por Babbie (2005).

Após a recolha de dados, procedeu-se à análise quantitativa utilizando o *Microsoft Excel*. Esta ferramenta permitiu uma organização eficaz dos dados em matrizes estruturadas, bem como a compilação, tabulação e triangulação das variáveis-chave investigadas, como dados demográficos, hábitos e consumos de informação, fontes preferenciais, acessibilidade e obstáculos identificados, interatividade com os meios regionais e perceções sobre a influência da cultura regional no jornalismo local, simplificando e assegurando rigor na interpretação dos resultados obtidos.

Adicionalmente, recorreu-se, de forma transparente mas cautelosa, a ferramentas de IA para apoiar especificamente a análise das respostas abertas do inquérito online, sobretudo no processo de codificação qualitativa e na construção de gráficos, sinergia essa que foi feita entre o Excel e a IA. Esta opção fundamenta-se nas vantagens reconhecidas na literatura científica recente, nomeadamente maior eficiência no tratamento de grandes volumes de informação, organização sistemática dos conteúdos e identificação facilitada de padrões ou *insights* dificilmente captados pela análise exclusivamente manual (Morgan, 2023; Zhang et al., 2023; Christou, 2023).

Importa sublinhar que o uso da IA não substituiu os métodos tradicionais de análise qualitativa, sendo empregue apenas como instrumento complementar, alinhado com recomendações recentes sobre a integração equilibrada destas tecnologias no processo científico (Siiman et al., 2023; Bennis & Mouwafaq, 2025; Christou, 2023).

Todas as etapas críticas de interpretação e validação dos dados decorreram sob supervisão direta da investigadora, assegurando que a utilização da IA potencializou a análise sem comprometer o rigor metodológico nem os padrões clássicos de validação científica adotados neste estudo.

A apresentação dos resultados obtidos através dos inquéritos aplicados quer aos profissionais da comunicação, quer ao público regional transmontano, é efetuada

utilizando diferentes formatos de exposição, nomeadamente gráficos, tabelas e texto. Esta abordagem diversificada garante uma apresentação dinâmica dos resultados, permitindo sintetizar visualmente as respostas obtidas em perguntas fechadas ou estruturadas, quer seja isolando resultados específicos de cada pergunta, quer seja cruzando diferentes variáveis sempre que tal se revele pertinente.

Nas questões abertas, foi privilegiada uma análise crítica detalhada, apresentando-se não só os dados recolhidos, mas também interpretando cuidadosamente os conteúdos fornecidos pelos participantes.

3.3.1. Questionários ao público regional transmontano

Com o objetivo principal de compreender a perceção do consumo mediático regional, incluindo aspetos de acessibilidade, preferências e barreiras identificadas pelos residentes, realizou-se um estudo quantitativo por meio de um questionário estruturado aplicado aos habitantes dos 26 concelhos que constituem os distritos de Bragança e Vila Real. Esta abordagem metodológica revelou-se adequada, dado o seu potencial para captar simultaneamente informação quantitativa e qualitativa mais subtil relativa às perceções e hábitos dos participantes (Hill & Hill, 2008; Ghiglione & Matalon, 2001).

O inquérito dirigido ao público transmontano integrou perguntas abertas, fechadas, de escolha múltipla e seleção múltipla, bem como escalas de *Likert* para avaliar perceções e níveis de concordância. No total, foram recolhidas 1342 respostas válidas às 38 questões fechadas, enquanto as três perguntas abertas tiveram taxas de resposta válidas inferiores (302, 402 e 312, respetivamente), o que se explica pela tendência dos participantes para fornecer respostas incompletas ou insuficientes devido à obrigatoriedade formal das questões (Ghiglione & Matalon, 2001). Apesar disto, o volume e a qualidade dos dados obtidos permitiram delinear uma caracterização sólida e representativa das preferências, hábitos e perceções associadas ao consumo de informação regional em Trás-os-Montes.

O questionário esteve disponível para resposta entre 1 de fevereiro e 15 de abril de 2025.

A distribuição do questionário ocorreu exclusivamente por meio digital, recorrendo a uma estratégia de amostragem não probabilística por acessibilidade, adequada a contextos regionais de difícil alcance populacional (Babbie, 2005). A divulgação ocorreu através de múltiplos canais digitais, incluindo redes sociais (nomeadamente grupos específicos do *Facebook* dedicados aos diversos concelhos), sites regionais, emails, e envolveu ainda uma extensa rede de contactos pessoais e institucionais, abrangendo câmaras municipais, escolas, associações locais e parceiros regionais diversos. Apesar deste esforço intensivo, foi possível observar que dificuldades relacionadas com sensibilização pública para a importância destes estudos limitaram o número total de respostas, aspeto comum em contextos de estudos regionais exploratórios e descritivos (Ghiglione & Matalon, 2001).

O questionário procurou explorar os seguintes aspetos fundamentais: (1) hábitos e preferências no consumo mediático regional; (2) principais fontes e conteúdos de informação procurados pelos residentes; (3) perceções sobre a cobertura mediática e adequação aos interesses locais; (4) impactos das dificuldades de acesso, incluindo infraestruturas, custos e diversidade dos conteúdos; (5) confiança nos meios regionais e fatores associados à credibilidade percebida; (6) estratégias recomendadas pelos participantes para atrair e reter novos públicos; e (7) influência da identidade cultural regional na produção jornalística e valorização do jornalismo de proximidade (anexo 1).

3.3.2. Questionários aos profissionais da comunicação

Para obter dados rigorosos sobre o perfil sociodemográfico, académico e profissional dos indivíduos que exercem funções nos media da região de Trás-os-Montes, especificamente nos distritos de Vila Real e Bragança, foi aplicado um questionário online estruturado. Este questionário, composto por 75 questões divididas em 11 secções, esteve disponível para resposta entre 1 de fevereiro e 15 de abril de 2025.

Dado que o número exato de profissionais que exercem funções jornalísticas nestes distritos era incerto, solicitou-se um esclarecimento à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ)⁶². Esta Comissão informou que, a 24 de janeiro de 2025, existiam 29 jornalistas com carteira profissional válida em Vila Real e 37 em Bragança (R. P. Almeida, comunicação pessoal, 2025), perfazendo um total de 66 jornalistas formalmente identificados⁶³. Reconhece-se, contudo, que este universo pode sub-representar a realidade efetiva da profissão na região, dada a existência documentada de profissionais ativos sem carteira, como estagiários, equiparados e colaboradores informais (Ferrador, 2019), bem como a dificuldade de identificação exaustiva de todos os profissionais ativos não registados formalmente pela Comissão.

Nesta investigação, optou-se por aplicar o inquérito a todos os profissionais que exercem funções nos media regionais sediados em Trás-os-Montes, independentemente da posse de carteira profissional de jornalista. Esta decisão metodológica foi tomada de forma consciente, tendo como objetivo captar a complexidade e heterogeneidade real do ecossistema informativo regional.

Embora se reconheça e se subscreva que o exercício legal do jornalismo em Portugal está reservado aos titulares de carteira profissional, é igualmente evidente, a partir da observação empírica e de trabalhos prévios (Ferrador et al, 2019), que existem, na prática, profissionais não formalizados que desempenham funções jornalísticas ou jornalisticamente orientadas, com participação ativa na produção, edição e difusão de conteúdos informativos. O objetivo deste estudo não é legitimar essas práticas, mas sim

⁶² A CCPJ é a entidade responsável, em Portugal, pela atribuição, renovação e gestão dos títulos profissionais na área do jornalismo. Compete-lhe assegurar o cumprimento das condições legais de acesso e exercício da profissão, emitindo seis tipos de títulos específicos: Carteira Profissional de Jornalista, Título Provisório de Estagiário, Cartão de identificação de Equiparado a Jornalista, Imprensa estrangeira, Cartão de identificação de Colaborador e Cartão de identificação de Colaborador nas Comunidades Portuguesas. Informações adicionais disponíveis em: <https://www.ccpj.pt/pt/emissao-renovacao-e-suspensao-de-titulo-profissional/>

⁶³ Em Portugal, a definição legal de jornalista, conforme estabelecido pela CCPJ, abrange os profissionais que exercem funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de informação com fins informativos, utilizando diversos meios de comunicação, desde que essa atividade seja principal, permanente, remunerada e com capacidade editorial. Não se inclui nesta definição a atividade exercida em publicações de natureza predominantemente comercial ou promocional. A profissão inicia-se obrigatoriamente com um estágio cuja duração varia entre 12 e 18 meses, dependendo da formação académica do candidato. É ainda exigida, como condição obrigatória, a posse e manutenção da carteira profissional válida para o exercício da profissão.

descrevê-las e analisá-las criticamente, evidenciando os riscos e ambiguidades que decorrem dessa realidade. Por essa razão, ao longo do texto, utiliza-se de forma deliberada a expressão “profissionais que exercem funções nos media transmontanos”, reservando o termo “jornalistas” apenas para os casos em que existe carteira profissional válida. A distinção é assumida de forma transparente na análise e permite traçar um retrato mais fiel das dinâmicas informativas na região.

Adicionalmente, reconhece-se a existência de profissionais que, embora residam e trabalhem em localidades próximas dos distritos mencionados, contribuem regularmente para a produção de conteúdos informativos relevantes sobre a região em estudo. Estes profissionais, contudo, não constam dos dados oficiais fornecidos pela CCPJ, visto que a sua atividade ocorre em órgãos sediados fora de Trás-os-Montes.

É o caso, por exemplo, de um jornal sediado no concelho de Baião⁶⁴ (localidade próxima de Mesão Frio, concelho abrangido por esta investigação, mas sem órgãos próprios), que frequentemente publica conteúdos relacionados com a Câmara Municipal de Mesão Frio, eventualmente apoiando-se em comunicados oficiais ou protocolos estabelecidos com esta autarquia.

Salienta-se que, embora estes casos sejam relevantes para compreensão mais alargada das dinâmicas informativas regionais, o questionário aplicado nesta investigação destinou-se exclusivamente a profissionais vinculados a media regionais com sede oficial em Trás-os-Montes, independentemente do local da sua residência. Deste modo, estes profissionais externos não foram diretamente abrangidos pelo inquérito realizado, assumindo-se que representam casos pontuais, sobretudo em zonas limítrofes, como evidencia o exemplo apresentado.

Todos os órgãos de comunicação social da região (formalmente inscritos na ERC) foram previamente contactados e sensibilizados para a importância da participação. Foi igualmente solicitado apoio à CCPJ para partilhar o questionário com os jornalistas da região.

No entanto, dada a dificuldade inicial em obter respostas, o período previsto para recolha de dados (inicialmente até 31 de março de 2025) foi prolongado por mais

⁶⁴ Ver <https://ocomerciodebaiao.pt/>.

quinze dias, até 15 de abril. Foi, ainda, pedido apoio aos Gabinetes de Comunicação das 26 autarquias que integram os distritos em estudo e feitos contactos pessoais no sentido de sensibilizar para a importância da resposta.

O questionário aplicado contemplou um total de 76 perguntas, incluindo 4 perguntas abertas, estruturadas em torno de 11 variáveis fundamentais: informações gerais, formação académica, trajetória profissional em territórios de baixa densidade, autonomia profissional, condições laborais, áreas e conteúdos jornalísticos preferenciais, internet e uso de tecnologia, utilização das redes sociais na atividade jornalística, relação com as instituições, perceção dos jornalistas sobre fenómenos de desinformação e identificação das oportunidades e desafios do exercício jornalístico em regiões de baixa densidade.

O questionário integrou questões abertas, fechadas, de escolha múltipla e seleção múltipla, escalas de *Likert* e escalas de concordância para captar com profundidade e abrangência os aspetos centrais do estudo.

Obteve-se um total de 53 respostas válidas, distribuídas quase equitativamente pelos distritos de Vila Real (27 respostas) e Bragança (26 respostas). Este conjunto de respostas não pode ser diretamente equiparado ao universo formal identificado pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), que indicava, à data da recolha, a existência de 66 profissionais com título registados na região, uma vez que o questionário foi igualmente dirigido a profissionais sem carteira ou com estatutos equiparados, cujo número total não é passível de quantificação rigorosa.

Ainda assim, importa sublinhar que 49 dos inquiridos possuem enquadramento legal na profissão jornalística em Portugal: 37 são detentores de carteira profissional de jornalista, 6 possuem título provisório de estagiário e 6 encontram-se equiparados a jornalistas nos termos da legislação em vigor. Apenas quatro participantes declararam não possuir qualquer título ou reconhecimento oficial.

Considerando exclusivamente o universo formal conhecido da CCPJ, a taxa de resposta corresponde a aproximadamente 74% dos profissionais com registo ativo na região. Esta percentagem não pretende representar a totalidade do campo profissional regional, mas indica um nível elevado de adesão entre os jornalistas formalmente

reconhecidos, reforçando a robustez analítica dos dados recolhidos no quadro metodológico adotado.

Embora a dimensão da amostra permita análises exploratórias consistentes, optou-se por não realizar análises comparativas entre distritos devido ao número relativamente reduzido de respostas por subgrupo, privilegiando-se antes uma análise integrada e global que garante maior solidez interpretativa. Apenas se identifica, ao longo do trabalho, o concelho específico de proveniência das respostas, permitindo cruzar estes dados com o mapeamento geográfico que também tem lugar nesta tese.

Durante o processo, prestaram-se esclarecimentos pontuais à revista *Motricidade* e ao diretor da Rádio Regional, ambos com dúvidas sobre a classificação correta das respostas.

Os resultados obtidos através do questionário foram organizados em categorias temáticas. As categorias são as seguintes: Perfil e condições socioprofissionais (características pessoais e profissionais); rotinas produtivas, autonomia editorial e pressões editoriais internas e externas; utilização das tecnologias digitais e perceção da desinformação; oportunidades, desafios e expectativas futuras para a profissão em contexto regional. Esta divisão visa facilitar uma compreensão consistente e integrada dos dados recolhidos, alinhando-os com os objetivos do estudo e com a literatura especializada em jornalismo de proximidade.

Para garantir que o inquérito fosse respondido exclusivamente por profissionais efetivamente ativos na região objeto do estudo, foi incluída uma pergunta inicial obrigatória, com respostas múltiplas, que exigia aos respondentes indicarem especificamente em qual ou quais dos 26 concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança exerciam a sua atividade profissional. Apenas após esta confirmação geográfica podiam os participantes avançar no preenchimento do questionário, assegurando assim que todas as respostas recolhidas provinham exclusivamente de jornalistas ou outros profissionais dos media efetivamente vinculados aos territórios abrangidos pelo estudo.

Neste inquérito, algumas das perguntas eram condicionadas pelas respostas anteriores, ou seja, só eram apresentadas aos participantes que tivessem dado uma resposta específica (geralmente “sim”) à questão imediatamente anterior. Esta

estratégia metodológica foi adotada para garantir coerência lógica na sequência das perguntas, assegurando que os respondentes apenas respondiam às questões pertinentes à sua situação particular.

Em consequência, o número de respostas obtidas variou ao longo do questionário, dado que nem todos os participantes responderam obrigatoriamente a todas as perguntas. Além disso, importa referir que das 75 perguntas, quatro eram de resposta aberta. Destas, duas tiveram a totalidade das respostas validadas, enquanto as outras duas não obtiveram validação integral devido à insuficiência qualitativa das respostas fornecidas, resultando numa delas apenas 40 respostas válidas e, na outra, 51 respostas válidas.

Esta invalidação aconteceu porque se verificou a existência de respostas incompletas ou incompreensíveis, tais como respostas compostas apenas por um ponto, ou simplesmente por “sim” ou “não”, que não acrescentavam conteúdo significativo à análise pretendida.

3.4. Estudos de caso

Os estudos de caso destacam-se como uma estratégia qualitativa particularmente adequada para analisar em profundidade realidades inseridas no seu contexto real (Yin, 2014). Segundo Yin (2014), esta metodologia é especialmente útil quando as fronteiras entre o fenómeno investigado e o seu contexto não estão claramente definidas, algo característico no jornalismo de proximidade digital, em que fatores comunitários, culturais e tecnológicos moldam a atuação dos media regionais.

Contudo, como sugerem Pinto e Sousa (2007), o estudo de caso na investigação sobre jornalismo deve ser entendido simultaneamente como processo e produto da aquisição de conhecimentos, sendo o "caso" definido como um sistema (um indivíduo, um fenómeno, um evento) com coerência interna, que se procura autonomizar para efeitos de análise, "por mais frágeis que sejam as fronteiras com outros fenómenos e contextos" (Pinto & Sousa, 2007, p. 11). Neste sentido, o estudo de caso é concebido como "o trabalho empírico e a concomitante reflexão teórica sobre um determinado

fenómeno que procuramos delimitar – a unidade de análise" (Pinto & Sousa, 2007, p. 11). Cada caso deve contribuir não apenas para a compreensão interna da sua unidade de análise, mas também para a explicitação de uma problemática mais ampla, permitindo uma compreensão alargada das dinâmicas sociais que envolvem a prática jornalística, potenciando leituras mais complexas e favorecendo o diálogo entre a teoria e a realidade (Pinto & Sousa, 2007).

Stake (1995) complementa esta visão, enfatizando a abordagem holística e interpretativa dos estudos de caso, favorecendo a compreensão dos significados atribuídos pelos próprios intervenientes e permitindo flexibilidade metodológica. Merriam (1998), por sua vez, sublinha a importância da definição dos limites do caso e destaca a necessidade de descrições detalhadas ("thick description") que aprofundem contextos específicos. Também Miles e Huberman (1994) reforçam que a definição do contexto constitui uma das características centrais desta metodologia, o que se revela particularmente relevante para o estudo dos media online transmontanos, cuja atuação não pode ser isolada dos elementos socioculturais das comunidades onde operam.

Neste contexto específico da investigação em ciberjornalismo regional, o estudo de caso emerge como uma estratégia robusta, permitindo a análise profunda das relações entre os media online e as comunidades locais, oferecendo o que a literatura designa como "validade ecológica" – isto é, uma análise fiel ao ambiente real onde os fenómenos ocorrem (Yin, 2014). A abordagem por estudos de caso permite igualmente responder de forma eficaz a questões do tipo "como" e "porquê", essenciais para entender, por exemplo, como os media transmontanos se adaptam às novas dinâmicas digitais, o que publicam e porque desempenham um determinado papel nas suas comunidades.

Destaca-se como vantagem adicional a possibilidade de triangulação metodológica, combinando técnicas como entrevistas, observação participante e análise documental. Tal diversidade reforça a robustez das conclusões, permitindo uma compreensão multifacetada da realidade estudada, semelhante ao que foi realizado por Everstijn (2022) no estudo sobre o declínio de jornais locais, onde a combinação destas técnicas proporcionou uma compreensão rica e contextualizada.

3.4.1. Critérios de seleção dos casos

A metodologia adotada nesta investigação utiliza o estudo de caso como estratégia principal para, como vimos, compreender a presença digital dos media regionais transmontanos, permitindo uma análise das dinâmicas comunicacionais específicas desta região. Neste sentido, importa esclarecer os critérios gerais que orientaram a seleção dos casos empíricos, salvaguardando, numa fase inicial, a necessária abertura metodológica recomendada por Yin (2014) e Stake (2005) em estudos qualitativos de carácter exploratório.

A seleção abrange rádios e jornais regionais com presença digital ativa e sede em concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança, e meios exclusivamente online, tendo sido aplicadas regras específicas de inclusão para cada tipologia de media. Sempre que necessário, recorreu-se a verificação manual para garantir a correspondência entre a atividade observada e os critérios definidos.

A tabela 1 sistematiza os critérios aplicados, que permitiram garantir a inclusão de meios relevantes no contexto ciberjornalístico regional, respeitando os objetivos do estudo.

Tabela 1: Critérios gerais de seleção dos media regionais para estudos de caso

Tipo de media	Critérios de seleção	Indicações metodológicas adicionais
Rádios	• Presença digital associada a frequência FM (híbrida FM + online) • Conteúdo informativo geral (excluindo temático-musical) • Área de cobertura local/regional	• Licenciamento num dos 26 concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança • Verificação manual prevalece sobre dados ERC
Jornais	• Presença digital (independentemente da versão papel) • Periodicidade diária, semanal ou quinzenal • Conteúdo informativo geral, excecionalmente especializado relevante (ex.: desporto) • Âmbito regional claro	• Concelho-sede num dos 26 concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança • Verificação manual prevalece sobre dados ERC
Meios exclusivamente online	• Presença exclusivamente digital (sem suporte físico tradicional prévio) • Conteúdo informativo geral (no caso de rádios, excluindo	• Concelho-sede da redação ou concelho de licenciamento num dos 26 concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança • Verificação manual prevalece sobre dados ERC

	temático-musical; no caso de jornais, excecionalmente especializado relevante, ex.: desporto) • Área de cobertura local/regional clara	• Os meios exclusivamente online são considerados na fase inicial e posteriormente integrados nas categorias principais (rádios ou jornais), mediante proximidade das suas características editoriais. Sempre que forem exclusivamente online, esta condição será explicitamente mencionada na análise
--	---	--

Fonte: Elaboração própria

Os critérios foram estruturados para garantir rigor metodológico e coerência territorial, assegurando que os media selecionados sejam efetivamente representativos do contexto regional específico de Trás-os-Montes e que estejam alinhados com os objetivos da investigação centrados no ciberjornalismo de proximidade. Destaca-se, em particular, a prevalência da verificação manual em relação aos dados oficiais disponibilizados pela ERC, dado que as informações registadas nem sempre refletem com exatidão a realidade observável das publicações ou emissões online.

Esta decisão metodológica teve como objetivo assegurar que apenas os casos empiricamente comprovados fossem incluídos no estudo, reforçando a credibilidade das análises subsequentes. Foram considerados exclusivamente jornais e rádios regionais com sede em Trás-os-Montes que, à data do mapeamento, demonstravam presença digital efetiva e atividade editorial verificável, assim como meios exclusivamente online. A inexistência de televisões regionais transmontanas com presença online relevante foi confirmada durante o processo de levantamento e validação, não tendo sido identificado qualquer projeto audiovisual com continuidade, alcance significativo ou práticas jornalísticas estáveis que justificassem a sua inclusão.

A organização dos dados empíricos foi estruturada de forma a garantir clareza analítica e facilitar comparações futuras. Nesta fase inicial, dedicada à definição dos critérios de seleção dos estudos de caso, foi considerada uma separação dos órgãos por tipo de meio (imprensa, rádio e exclusivamente online) e por distrito (Vila Real e Bragança). Contudo, esta separação ocorreu exclusivamente nesta etapa inicial.

Posteriormente, quando da apresentação efetiva dos meios selecionados para análise e na subsequente apresentação dos resultados, optou-se por integrar automaticamente os meios exclusivamente online nas categorias de Jornais ou Rádios. Esta decisão metodológica fundamentou-se no facto de os meios exclusivamente online

representarem uma percentagem diminuta do ecossistema mediático regional em estudo, não justificando, por isso, uma análise autónoma. Embora integrados nas categorias de Jornais e Rádios, os meios exclusivamente online foram identificados e destacados como tal. Assim, procedeu-se primeiro a uma análise autónoma das categorias Rádios e Jornais (já incluindo os respetivos meios exclusivamente online), seguida de uma análise integrada dos resultados, mencionando sempre que se justificou, a pertinência do meio ser exclusivamente online em função de determinado resultado.

Este procedimento proporcionou uma representação precisa da realidade mediática regional e evitou fragmentações desnecessárias que poderiam prejudicar a compreensão abrangente do fenómeno estudado.

Embora esta investigação tenha partido de critérios metodológicos bem definidos, manteve-se atenta à possibilidade de ajustar procedimentos sempre que a realidade empírica assim o exigiu. Esta abertura reflexiva — em conformidade com autores como Yin (2014) e Stake (1995) — permitiu calibrar decisões ao longo do processo, reconhecendo a natureza dinâmica do ecossistema ciberjornalístico regional.

Por conseguinte, os media regionais analisados foram identificados com base num mapeamento rigoroso, cujos critérios estão detalhados neste capítulo.

3.4.2. Procedimentos e técnicas específicas de análise dos casos

Para clarificar a operacionalização dos critérios definidos anteriormente, procedeu-se à definição das técnicas e procedimentos qualitativos que foram aplicados à análise aprofundada dos casos selecionados.

Apresenta-se na tabela 2 uma síntese desses procedimentos metodológicos gerais que foram utilizados na recolha e análise qualitativa dos dados relativos aos estudos de caso dos media regionais transmontanos, nomeadamente jornais e rádios.

Explicitam-se as técnicas gerais (observação direta, entrevistas semiestruturadas e análise documental complementar), os instrumentos metodológicos gerais associados e os critérios gerais de análise.

A definição dos critérios específicos bem como as respetivas grelhas estruturadas de análise ou guiões de entrevista estão devidamente abordados no Capítulo 8 (Estudos de Caso). Esta abordagem garantiu a flexibilidade necessária para incorporar aspetos que emergiram das fases empíricas anteriores e das triangulações metodológicas subsequentes, assegurando uma análise crítica e adaptada à complexidade do objeto de estudo.

Tabela 2: Procedimentos metodológicos gerais da componente de análise qualitativa dos estudos de caso

Técnica de recolha	Instrumento utilizado	CrITÉrios gerais de análise
Observação direta	Grelhas de análise estruturadas	- Confirmação objetiva da presença digital efetiva. - Identificação e seleção da plataforma digital mais representativa. - Frequência e periodicidade das publicações. - Tipologia, formatos e diversidade temática dos conteúdos publicados. - Qualidade qualitativa geral dos conteúdos publicados. - Evidências de interação com o público.
Entrevistas semiestruturadas	Guiões estruturados em duas partes distintas	Parte 1 – Dados técnicos específicos: - Confirmação ou validação de aspetos técnicos não observáveis diretamente ou insuficientemente esclarecidos pela ERC (origem real dos órgãos, modelo financeiro, estrutura interna da redação, independência editorial). Parte 2 – Debate qualitativo: - Reflexões abertas e críticas sobre desafios, dificuldades atuais e perspetivas futuras para o setor dos media regionais transmontanos no contexto digital.
Análise documental complementar	Recolha documental específica (documentos históricos, relatórios institucionais, arquivos locais, bases de dados, etc.)	- Validação e/ou aprofundamento do contexto histórico e institucional específico dos órgãos analisados; - Complemento informativo sobre aspetos técnicos ou históricos relevantes que não possam ser integralmente esclarecidos pelas outras técnicas.

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à observação direta, esclarece-se que esta técnica foi aplicada de duas formas distintas, conforme as necessidades analíticas específicas que emergiram durante a investigação. Foi realizada uma observação pontual, que consistiu

numa verificação única inicial, e uma observação diária com a duração de 17 dias consecutivos.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas, foram convidados todos os responsáveis editoriais dos jornais e rádios selecionados para participarem nesta etapa qualitativa da investigação. A elaboração final do guião das entrevistas foi efetuada em último lugar para garantir que eram incorporadas perguntas que confirmassem ou validassem aspetos técnicos específicos que não eram passíveis de confirmação por outros instrumentos.

O guião das entrevistas incluiu, assim, duas componentes diferenciadas: uma parte de questões fechadas e objetivas destinadas a validar aspetos técnicos concretos, e uma segunda parte destinada a um debate qualitativo, aberto e crítico, focado nas dificuldades atuais do setor, nos desafios que enfrentam e nas suas perspetivas de futuro. Esta divisão metodológica permitiu combinar rigor técnico e profundidade qualitativa numa única técnica de recolha de dados.

Também na apresentação e discussão dos resultados, optamos por separar estas duas componentes: os dados técnicos objetivos foram sintetizados num espaço próprio, enquanto as reflexões críticas qualitativas, dada a sua especificidade e profundidade interpretativa, foram discutidas e analisadas separadamente. Este procedimento visou garantir a clareza expositiva, permitindo tratar cada tipo de informação no local mais apropriado, realçando aquilo que efetivamente importa discutir e aprofundar em cada secção específica da tese.

Por fim, a análise documental complementar foi utilizada sempre que houve pertinência e necessidade resultantes da observação direta e das entrevistas. Esta técnica surgiu essencialmente como uma salvaguarda metodológica, sendo ativada como último recurso em situações específicas. Por exemplo, nem todos os responsáveis editoriais convidados se mostraram disponíveis para participar nas entrevistas previstas — inviabilizando, por consequência, a obtenção direta de certas informações técnicas essenciais - e, nesses casos, foi mobilizada a análise documental para tentar validar a informação em falta através de fontes alternativas.

Esta abordagem assegurou, ainda que sem sucesso absoluto na obtenção de todos os dados desejados, um procedimento metodológico cauteloso, permitindo precaver limitações que surgiram devido a fatores externos à investigação.

Embora os critérios gerais definidos sejam relativamente semelhantes entre jornais e rádios, a apresentação dos dados foi planeada para ocorrer de forma diferenciada, tratando primeiro as rádios regionais e posteriormente os jornais regionais. Dentro de cada um destes grupos (rádios e jornais), a exposição é feita separadamente por distritos, garantindo uma organização geográfica metodicamente coerente. Importa, contudo, esclarecer que ficou estabelecido desde o início deste estudo que a forma de apresentação dos dados não tinha obrigatoriamente de ser idêntica em ambos os grupos. Pelo contrário, as opções diferenciadas entre rádios e jornais decorreram conscientemente da natureza específica e da profundidade dos dados recolhidos em cada um deles.

Por uma questão de economia de páginas e com vista a garantir uma exposição compreensível dos resultados, os dados estão apresentados de forma sintetizada. Atendendo ao volume significativo de informação qualitativa e quantitativa resultante da análise dos estudos de caso, optou-se por remeter todos os materiais complementares detalhados para os anexos desta tese (devidamente numerados ao longo do texto).

4. A região em estudo: contexto sociocultural de Trás-os-Montes

Antes de avançar, importa deixar aqui uma breve nota para esclarecer por que motivo optámos, ao longo desta tese, por utilizar os termos “transmontano” e “transmontana”, em detrimento da designação alternativa “trasmontano”. Pode parecer uma distinção menor, mas não é. Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Editorial Enciclopédia, s.d., vol. 32), ambas as formas são aceitáveis e remetem ao habitante ou natural de Trás-os-Montes, significando literalmente aquele que está situado “além” ou “atrás dos montes”. A forma “trasmontano” é mais erudita e etimologicamente precisa, por derivar diretamente da expressão original “Trás-os-Montes”. No entanto, optámos pela forma “transmontano” por se tratar da versão mais amplamente difundida, reconhecida e popularizada na língua portuguesa contemporânea, refletindo assim a utilização corrente e identificável pela população em geral.

Depois do percurso teórico dos capítulos anteriores, inicia-se neste capítulo a fase empírica da investigação, focando-se especificamente no contexto sociocultural, histórico e económico de Trás-os-Montes. Esta abordagem híbrida pretende expor algumas particularidades regionais que nos ajudarão a perceber se elas podem influenciar o funcionamento e a sustentabilidade do ciberjornalismo transmontano.

Partimos do pressuposto inicial de que as características específicas de uma região, sejam elas populacionais, económicas ou histórico-culturais, moldam as formas de vida, os hábitos de consumo e a oferta mediática disponível. Compreender estas particularidades é essencial para interpretar adequadamente as práticas jornalísticas locais. Por exemplo, regiões com aldeias isoladas, população muito envelhecida ou com níveis reduzidos de literacia tendem a apresentar um ciberjornalismo significativamente diferente daquele praticado em grandes centros urbanos, e estas diferenças podem verificar-se a múltiplos níveis.

Este primeiro capítulo com componente empírica produziu resultados: associações diretas entre as características da região e o ciberjornalismo praticado. No

entanto, esta caracterização inicial foi imprescindível, porque serviu como base para as análises posteriores, possibilitando o estabelecimento de relações coerentes e fundamentadas ao longo do estudo.

Este capítulo é necessário porque apresenta uma caracterização geral da região, proporcionando ao leitor uma visão das particularidades que definem Trás-os-Montes enquanto território com desafios socioeconómicos singulares, destacando-se a desertificação, o envelhecimento demográfico e o êxodo rural como realidades persistentes que impactam o desenvolvimento e a viabilidade dos media regionais.

Para concretizar os objetivos delineados, adotou-se uma metodologia mista baseada na consulta e análise documental e estatística, complementada por entrevistas semiestruturadas a atores-chave da região. A análise documental e estatística incidiu sobre relatórios, documentos oficiais, censos populacionais e estudos socioeconómicos regionais atualizados, particularizando-se sempre as estatísticas mais recentes promovidas pelos diversos organismos oficiais.

Neste processo, procedeu-se a uma seleção dos dados estatísticos considerados relevantes para este estudo específico, sem criação de novas variáveis, utilizando exclusivamente variáveis existentes. Por outro lado, as entrevistas semiestruturadas tiveram como objetivo aprofundar qualitativamente os dados previamente consultados. Sempre que se identificou pouca robustez nos dados disponíveis ou quando estes se mostraram desatualizados, recorreu-se às entrevistas para complementar e enriquecer a compreensão obtida através da análise documental e estatística.

Este capítulo está estruturado em três partes principais. Na primeira secção, é apresentada uma contextualização geográfica e histórica da região, incluindo uma análise da cultura regional e da identidade transmontana, que constituem elementos fundamentais para perceber o contexto no qual os media regionais se inserem.

Posteriormente, procedeu-se a uma caracterização atualizada dos principais indicadores sociodemográficos e económicos relativos aos distritos de Vila Real e Bragança, com particular atenção às dinâmicas populacionais e económicas contemporâneas.

Finalmente, o capítulo encerra com a análise dos desafios comuns enfrentados pelas duas regiões, destacando-se aqueles que, do ponto de vista da investigação, são os mais emergentes e atuais para Trás-os-Montes.

Neste âmbito, foram realizadas entrevistas específicas com o intuito de obter uma visão mais concreta dos problemas enfrentados pela região e dos desafios futuros. Como exemplos desses desafios destacam-se a inexistência ou insuficiência de acesso à internet em certas áreas rurais, que limita diretamente o alcance e eficácia do ciberjornalismo regional, e o envelhecimento populacional, frequentemente associado a níveis reduzidos de literacia digital, condicionando também o interesse e a relevância da informação jornalística online.

Estes desafios particulares, embora possam ter menor peso noutras regiões com características demográficas e infraestruturais diferentes, sublinham a relevância da atualização do conhecimento existente sobre estas questões. Com efeito, este capítulo estabeleceu uma base para analisar a relação entre o contexto regional e o desenvolvimento do ciberjornalismo. Essa análise integra-se com os resultados dos capítulos seguintes, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente desta realidade.

4.1.Contextualização geográfica e histórica

4.1.1. Contexto geográfico

A região de Trás-os-Montes situa-se no extremo nordeste de Portugal continental. Tradicionalmente, os seus limites geográficos são a Galiza (Espanha) ao norte, o antigo Reino de Leão (Espanha) a leste, o rio Tâmega a oeste e o rio Douro a sul.

Em termos de divisão histórica, Trás-os-Montes corresponde grosso modo aos atuais distritos de Bragança e Vila Real, incluindo ainda partes dos distritos de Viseu e Guarda (Direção-Geral do Território [DGT], s.d). Esta definição “Trás-os-Montes” variou ao longo do tempo, mas delimita uma área montanhosa e interior, sem acesso direto ao mar, marcada por fronteiras naturais (cadeias montanhosas e rios) que lhe conferem

um carácter isolado. A posição é periférica no contexto nacional em relação ao resto do país, mas próxima do coração da Europa devido à contiguidade com Espanha (Ribeiro, 1987).

Para uma melhor compreensão da configuração atual da região, é pertinente destacar as características territoriais dos dois distritos que mais diretamente a compõem — Bragança e Vila Real —, cuja localização e fronteiras ajudam a compreender a identidade geográfica de Trás-os-Montes.

Os dois distritos, localizados na região nordeste de Portugal continental, estendem-se por uma área caracterizada por serras, vales encaixados e vastas planícies de transição para a Meseta Ibérica. Vila Real ocupa a zona ocidental desta região, delimitando-se a sul pelo rio Douro e a oeste pelo distrito de Viseu; Bragança situa-se mais a leste, junto à fronteira com Espanha. Para uma melhor perceção da respetiva localização no território nacional, remete-se para a figura 1 (anexo 16), onde se representa graficamente a sua posição geográfica e administrativa no contexto português.

A sua posição periférica, frequentemente associada a constrangimentos em matéria de acessibilidade e conectividade, ganha nova centralidade quando analisada à escala da Península Ibérica. Os dois distritos fazem fronteira direta com Espanha em mais de 120 quilómetros, confinando com as províncias de Zamora (Castela e Leão) e Ourense (Galiza), o que reforça a importância da sua dimensão transfronteiriça (DGT, s.d). Esta articulação territorial pode ser observada na figura 2 (anexo 16), que ilustra a localização dos distritos transmontanos no conjunto peninsular, excluindo os arquipélagos.

O distrito de Vila Real é composto por 14 concelhos: Vila Real, Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (Câmara Municipal de Vila Real [CMVR], 2025).

Possui uma área de 4.328 km² (cerca de 4,7% do território português) e agrega um total de 197 freguesias (INE, 2022). Na figura 1 podemos ver a representação cartográfica dos 14 concelhos do distrito.

Figura 1: Representação cartográfica dos 14 concelhos do distrito de Vila Real



Fonte: adaptação com o apoio do mapchart.net

Os concelhos do distrito apresentam particularidades próprias: a sede, Vila Real, destaca-se como centro urbano e cultural; Chaves sobressai pelo termalismo e património histórico; concelhos serranos como Montalegre evidenciam um clima rigoroso; já Alijó, Murça, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião integram o Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial UNESCO), tal como Peso da Régua, porta de entrada do Douro; concelhos como Valpaços e Vila Pouca de Aguiar distinguem-se pela castanha e passado mineiro; outros, de menor dimensão (Boticas, Ribeira de Pena, Mesão Frio, Mondim de Basto), mantêm forte ruralidade e vocação para natureza ou transição entre regiões. (Comunidade Intermunicipal do Douro [CIM Douro], s.d; Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso [CIMAT], 2025; Comunidade Intermunicipal do Ave [CIM Ave], s.d).

Tais características refletem a diversidade interna do distrito de Vila Real, cuja sede (a cidade de Vila Real) se situa numa plataforma entre os rios Corgo e Cabril, junto

à Serra do Marão, simbolizando historicamente a porta de entrada de Trás-os-Montes pelo ocidente (CIM Douro, s.d).

O distrito de Bragança é composto por 12 concelhos: Bragança, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais (Câmara Municipal de Bragança [CMB], 2025).

Abrange 6.608 km² (cerca de 7,2% da área nacional) e integra 236 freguesias (INE, 2022). Para melhor compreender esta organização administrativa e geográfica, segue-se o mapa detalhado (figura 2) dos concelhos que compõem o distrito.

Figura 2: Representação cartográfica dos 12 concelhos do distrito de Bragança



Fonte: adaptação com o apoio do mapchart.net

O distrito de Bragança divide-se popularmente em duas sub-regiões naturais: a “Terra Fria”, mais a norte, que inclui os concelhos fronteiriços e montanhosos de Bragança, Vinhais, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro; e a “Terra Quente”, mais a sul, abrangendo os concelhos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Moncorvo, com terrenos mais baixos e clima mais seco.

Bragança, cidade histórica e antiga sede da Casa de Bragança, conserva ainda hoje o seu carácter de antigo burgo fortificado. Miranda do Douro destaca-se pelo seu passado episcopal e pela preservação única da língua mirandesa. Moncorvo e Vila Flor são reconhecidos pela sua importância histórica na agricultura, beneficiando da fertilidade dos vales do Sabor e da Vilariça. Mirandela constitui o principal polo económico da Terra Quente, distinguindo-se especialmente pela produção de azeite. Vinhais e Macedo de Cavaleiros mantêm forte ligação às atividades tradicionais da castanha e da pecuária, características emblemáticas da Terra Fria. Freixo de Espada à Cinta, no extremo sul do distrito, destaca-se pela localização privilegiada no vale do Douro Internacional e pela recuperação da histórica produção de seda. Mogadouro e Vimioso guardam nos seus castelos medievais testemunhos vivos da defesa estratégica da fronteira oriental. Alfândega da Fé diferencia-se pela diversidade agrícola, sobretudo na produção de cereja, amêndoa e azeite, e pela sua típica paisagem serrana. Finalmente, Carrazeda de Ansiães é reconhecida pela riqueza dos seus pomares e vinhedos, integrados no Alto Douro Vinhateiro, classificado pela UNESCO, bem como pelo seu património arqueológico (Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes [CIM-TTM], s.d; CIM Douro, s.d; Sousa, 2013).

Desde a extinção das províncias em 1976, Trás-os-Montes não possui estatuto administrativo oficial, mas o território corresponde hoje a várias unidades sub-regionais.

Os distritos de Bragança e Vila Real englobam a maioria da região. No âmbito das Comunidades Intermunicipais (CIM), o território está repartido principalmente entre a CIM- TTM e a CIM Douro, com uma parte ocidental integrada na CIM Alto Tâmega e Barroso e uma pequena porção pertencente à CIM do Ave.

A CIM-TTM agrupa 9 municípios do Nordeste (Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais). Já a CIM Douro integra 19 municípios, incluindo três do distrito de Bragança (Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta) e diversos concelhos dos distritos de Vila Real e Viseu, correspondendo grosso modo à zona do Alto Douro Vinhateiro.

A porção noroeste transmontana (concelhos de Montalegre, Chaves, Valpaços, Boticas, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) forma a CIM Alto Tâmega e Barroso. Por último, Mondim de Basto integra-se na CIM do Ave, refletindo uma orientação administrativa distinta e uma ligação mais próxima ao Minho.

Assim, a região histórica reparte-se hoje por estas quatro CIM, mantendo-se, contudo, a identidade transmontana acima das divisões administrativas (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N], 2024).

4.1.2. Contexto histórico

A região de Trás-os-Montes possui um riquíssimo legado histórico, cultural e natural⁶⁵. Arqueologicamente, é uma das áreas de Portugal com maior abundância de sítios pré-históricos (Sanches, 1997) de diversas eras⁶⁶. Durante a Idade do Ferro, a cultura castreja floresceu nos altos da região⁶⁷. No período romano, o território integrou a província da Galécia. A romanização deixou traços profundos⁶⁸, com a fundação de povoados e exploração mineira (Direção Regional de Cultura do Norte [DRCN], s.d).

Constituída em comarca já no século XV, Trás-os-Montes foi uma das seis grandes divisões administrativas do reino de Portugal. Manteve o estatuto de província ao longo dos séculos seguintes (DRCN, s.d). Um testemunho ilustrativo da realidade transmontana no final do Antigo Regime encontra-se na obra de José António de Sá (1780-81), analisada por Sousa (1997). Nesse relato coevo, a região é descrita como possuindo uma geografia complexa, marcada pela localização atrás da montanhosa

⁶⁵ Trás-os-Montes detém um importante património natural: abriga o Parque Natural de Montesinho (no nordeste de Bragança/Vinhais), o Parque Natural do Douro Internacional (arribas fronteiriças do rio Douro em Miranda do Douro/Freixo), e parte do Parque Nacional da Peneda-Gerês (serras do Gerês/Larouco em Montalegre). Junto com parques espanhóis contíguos (Sanabria e Arribes del Duero), esses territórios formam a vasta Reserva da Meseta Ibérica, classificada pela UNESCO como reserva da biosfera transfronteiriça (UNESCO, 2019).

⁶⁶ Destacam-se gravuras rupestres paleolíticas no vale do Côa (datadas de ~20.000 anos) e inúmeros dólmenes e castros proto-históricos dispersos pelo território (Sanches, 1997).

⁶⁷ Um exemplo são as enigmáticas estátuas zoomorfas de granito em forma de porco/javali (os “*berros*” ou “*porcas de Murça*”), vestígios de cultos pré-romanos encontrados no Sul de Trás-os-Montes (DRCN, s.d).

⁶⁸ Importantes vias romanas cruzavam a região ligando-a a Astorga (Leão) e a Braga; até hoje subsistem marcos como a Ponte de Trajano em Chaves (Aquae Flaviae), uma obra de engenharia do séc. I d.C. (DRCN, s.d).

Serra do Marão e caracterizada por vales férteis entre cadeias montanhosas. Estes vales proporcionavam uma base natural promissora para atividades agrícolas e industriais que, no entanto, eram conduzidas com técnicas rudimentares e sem o devido aproveitamento dos recursos naturais (Sousa, 1997).

Socialmente, José António de Sá caracteriza a população transmontana como profundamente influenciada por tradições ancestrais e práticas supersticiosas, destacando uma mentalidade coletiva resistente à inovação, que dificultava reformas estruturais essenciais para o desenvolvimento económico e social da província. A pobreza económica generalizada e os baixos níveis educacionais são apontados por Sá como fatores críticos que impediam a evolução social e o progresso da região (Sousa, 1997).

O isolamento histórico e persistente de Trás-os-Montes é um traço distintivo da região, moldado essencialmente pela sua geografia. As cordilheiras do Marão e do Alvão a oeste e a fronteira pouco permeável a leste criaram barreiras naturais significativas, condicionando as comunicações, o comércio e as relações com o exterior ao longo dos séculos. A conhecida expressão popular "Para lá do Marão, mandam os que lá estão" reflete precisamente este sentimento de distanciamento e relativa autonomia regional face ao litoral (F. Sousa, comunicação pessoal, 2025).

Até ao século XIX, as ligações eram predominantemente realizadas através de caminhos difíceis e íngremes⁶⁹. Esta dificuldade reforçava o isolamento regional, limitando o desenvolvimento socioeconómico e dificultando a chegada de inovações e investimentos externos. Historicamente, este isolamento geográfico condicionou períodos cíclicos de prosperidade e estagnação⁷⁰.

⁶⁹ Como a emblemática Estrada Real de Trás-os-Montes, aberta no final do século XVIII e caracterizada por um traçado árduo e penoso através do Marão (IP, 2016).

⁷⁰ Durante o inverno, a neve e o frio intenso tornavam quase intransponíveis as serras do Marão, Gerês e Montesinho, afastando a região dos principais fluxos comerciais da coroa portuguesa. Até ao século XVIII, o comércio externo português fazia-se principalmente por via marítima ou por rotas do centro e sul, enquanto Trás-os-Montes, distante do litoral, mantinha relações predominantemente terrestres com Castela e Leão. Essa situação favoreceu a persistência de particularidades culturais muito próprias, como a sobrevivência da língua mirandesa em Miranda do Douro e aldeias vizinhas. Da mesma forma, costumes comunitários, como os conselhos de aldeia, as festas de inverno com máscaras (Caretos de Podence) e o uso coletivo de baldios, preservaram-se até hoje (CIM-TTM, s.d).

No plano económico, o isolamento dificultou o escoamento dos excedentes agrícolas, mantendo a região predominantemente agrícola e de subsistência até meados do século XIX, com pouca integração nos mercados nacionais⁷¹ (CIM-TTM, s.d).

Historicamente, a agricultura desempenhou um papel central na vida económica e social de Trás-os-Montes, sustentando durante séculos grande parte das famílias da região. Contudo, como salienta o professor Fernando de Sousa, foi precisamente este carácter eminentemente agrícola, assente em métodos rudimentares e pouca mecanização, que condicionou profundamente o desenvolvimento regional, mantendo-o num patamar estruturalmente frágil. O investigador caracteriza esta atividade agrícola como “não capitalizada, não mecanizada e, como tal, com fracos rendimentos e baixa produtividade”, sublinhando que as famílias “plantavam essencialmente para comer, com pouca capacidade para comercializar os excedentes nos mercados locais” (F. Sousa, comunicação pessoal, 2025)⁷². Este contexto limitou durante muito tempo o desenvolvimento económico sustentável, aprisionando a região numa economia restrita e pouco dinâmica.

Ainda assim, apesar destas limitações estruturais, Trás-os-Montes conseguiu afirmar-se nos últimos anos através da excelência dos seus produtos agrícolas e gastronómicos. Esta valorização económica recente assenta precisamente na diversidade e autenticidade destes produtos locais, reconhecidos pela União Europeia através das classificações de Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP) (CIM-TTM, s.d). São exemplos claros o azeite, as carnes, os queijos, o mel, os vinhos e os produtos de fumeiro, totalizando 23 produtos certificados (CIM-TTM, s.d). O reconhecimento europeu destes produtos representa atualmente uma das principais forças económicas regionais, impulsionando cadeias de valor locais

⁷¹ Miranda do Douro conheceu prosperidade no século XVI devido ao seu estatuto episcopal e posição fronteiriça, mas sofreu declínio após os danos provocados pela Guerra da Restauração no século XVII. Chaves e Bragança detiveram relevância militar e administrativa, enquanto a maioria da população rural se encontrava dispersa em aldeias autossuficientes, vivendo com baixos rendimentos (Câmara Municipal de Miranda do Douro [CMMD], s.d.).

⁷² O Professor Doutor Fernando de Sousa é historiador e investigador, presidente do CEPSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Foi entrevistado devido ao seu extenso trabalho de investigação sobre Trás-os-Montes, contribuindo com uma visão histórica integrada acerca dos desafios económicos, demográficos, culturais e mediáticos desta região.

e fomentando um turismo gastronómico crescente, o que contribui de forma decisiva para contrariar as limitações históricas da agricultura tradicional transmontana (CIM-TTM, s.d; PEDITTM, 2020).

Contudo, Cadima Ribeiro⁷³ alerta que, apesar destas potencialidades, a região enfrenta ainda obstáculos significativos, sublinhando que “em múltiplos casos, os recursos e as oportunidades de valorização económica dos recursos endógenos existem, o que não existe é capacidade empreendedora ou de projeto e lideranças sociais e políticas capazes de definir estratégias territoriais. (...) Isto não se faz sem projeto e sem liderança coletiva” (J. Cadima Ribeiro, comunicação pessoal, 2025).

O século XIX trouxe mudanças substanciais ao nível dos transportes. O Plano de Melhoramento de Estradas, promovido por Fontes Pereira de Melo, incluiu ligações estratégicas como Amarante–Vila-Real–Bragança (precursora do atual IP4/A4) e Chaves–Braga. Mais tarde, já em meados do século XX, destaca-se também a instituição da Estrada Nacional 2 (EN2), em 1945, que passou a constituir uma ligação fundamental de norte a sul do país. Porém, foi a introdução das linhas ferroviárias que trouxe a verdadeira transformação. Iniciada com a Linha do Douro em 1878, esta expansão permitiu uma melhor ligação ao litoral, especialmente para escoar produtos (F. Sousa, 2025).

Para combater o isolamento interior, foram implantadas diversas linhas ferroviárias de via estreita (Tua, Corgo, Sabor, entre 1906 e 1938) que encurtaram distâncias mas acabariam encerradas no final do século XX, refazendo o isolamento anterior (Cardoso, 2008; Martins et al., 1996). Este isolamento secular causou atrasos económicos, despovoamento e envelhecimento demográfico. António Jorge Nunes (2023) sublinha que os distritos de Bragança e Vila Real foram dos últimos a substituir a tração animal pela viação acelerada, destacando que “foram 85 anos desde que se iniciou a construção em Lisboa até à conclusão da ferrovia em Trás-os-Montes”,

⁷³ O Professor Doutor José António Cadima Ribeiro é Professor Catedrático na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e investigador nas áreas da economia regional, desenvolvimento económico e mercado de trabalho, com diversos estudos publicados sobre as dinâmicas socioeconómicas das regiões interiores de Portugal, nomeadamente Trás-os-Montes. As suas declarações são aqui apresentadas devido à relevância do seu conhecimento sobre os desafios económicos e demográficos específicos da região em estudo.

mantendo-se isolados e sem acesso aos mercados externos. A falta histórica de acessibilidades levou à emigração massiva, marcando profundamente a história socioeconómica regional (F. Sousa, 2025).

Embora se acreditasse que a construção das linhas férreas e a modernização das infraestruturas rodoviárias mitigariam o isolamento histórico e ajudariam a fixar populações em Trás-os-Montes, o professor Fernando de Sousa assinala precisamente o contrário, defendendo que estas infraestruturas facilitaram ainda mais a emigração da população transmontana. Segundo o investigador, a chegada da ferrovia ao Nordeste Transmontano significou que “o cais de embarque passava a ser em Bragança, em Moncorvo. E, portanto, eles tiravam ali o passaporte, iam para Leixões e de Leixões iam embora” (F. Sousa, 2025). Desta forma, as melhorias nos acessos, concebidas originalmente para fixar pessoas, acabaram por acelerar o processo migratório regional, contribuindo paradoxalmente para a desertificação.

A partir dos anos 1980, surgiram esforços significativos para modernizar as infraestruturas rodoviárias. O IP4 e, especialmente, a autoestrada A4 com o emblemático Túnel do Marão, inaugurado em 2016 após anos de reivindicação popular, representam uma grande vitória para os transmontanos. Este túnel, que encurtou drasticamente o tempo de viagem entre Porto e Bragança, é símbolo do combate eficaz ao isolamento. Complementarmente, o IC5 e o IC26/EN103 têm melhorado a acessibilidade interna (Infraestruturas de Portugal [IP], s.d). Paralelamente, ainda que de forma intermitente, as experiências de ligação aérea entre Bragança e Lisboa têm também contribuído para mitigar parcialmente as dificuldades de acessibilidade da região.

A localização geográfica de Trás-os-Montes mesmo ao lado de Espanha foi tanto uma barreira quanto uma ponte, moldando relações complexas, frequentemente oscilando entre o conflito e a cooperação. Desde a Idade Média⁷⁴, a fronteira assumiu uma função defensiva crucial. As cidades de Bragança e Miranda tornaram-se pontos

⁷⁴ Após o Tratado de Alcanizes em 1297, que definiu definitivamente a fronteira na região (CIM-TTM, s.d).

estratégicos militares face às praças espanholas de Zamora e Benavente. Esta fronteira foi palco de inúmeros conflitos militares⁷⁵ (Sousa, 2013).

Paradoxalmente, enquanto a fronteira política incentivava o isolamento militar e administrativo, as populações locais mantinham relações estreitas através de feiras, migrações sazonais e trocas comerciais informais, especialmente em períodos de escassez⁷⁶ (Sousa, 2013).

Rio de Onor, por exemplo, simboliza exemplarmente esta dupla identidade fronteiriça (Dias, 1981), onde a comunidade viveu tradicionalmente como se a fronteira não existisse, partilhando terras, dialetos e costumes. A própria sobrevivência do mirandês reforça a profunda ligação histórica e cultural entre Trás-os-Montes e as regiões espanholas vizinhas. Nos dias de hoje, são muitos os projetos ibéricos conjuntos que exemplificam uma nova fase de cooperação transfronteiriça⁷⁷.

O isolamento já referido também veio a influenciar significativamente escritores e intelectuais. Soares (2011) salienta que a região de Trás-os-Montes possui um lugar central na produção literária de Teixeira de Pascoaes, particularmente através do Saudosismo⁷⁸. Para Pascoaes, a montanha transmontana, especialmente o Marão, é mais do que um espaço físico, assumindo um valor simbólico, espiritual e identitário crucial na sua obra literária. Diversos outros escritores e poetas portugueses beberam inspiração em Trás-os-Montes, a exemplo de Miguel Torga, que celebrou nos seus

⁷⁵ Nomeadamente durante as Guerras da Restauração no século XVII, e, mais tarde, durante as invasões francesas no início do século XIX, destacando-se a resistência e determinação da população transmontana na defesa do território (CIM-TTM, s.d).

⁷⁶ O contrabando assumiu especial relevância no século XX, durante o Estado Novo, quando produtos essenciais como café, açúcar e gado transitavam clandestinamente por aldeias como Tourém, Pitões das Júnias e Rio de Onor (Pereira, 2010).

⁷⁷ A Eurocidade Chaves-Verín, criada em 2007, promove a integração económica, cultural e social das duas cidades vizinhas. Igualmente relevantes são iniciativas como a Reserva da Meseta Ibérica, uma vasta área protegida partilhada entre Portugal e Espanha, bem como os parques naturais internacionais do Douro Internacional e "Arribes del Duero", que constituem exemplos claros de gestão conjunta do património natural e cultural (Eurocidade Chaves-Verín, 2024; UNESCO, 2015; CIM-TTM, s.d).

⁷⁸ Movimento literário que define a identidade portuguesa em torno do sentimento de saudade (Pascoaes, 1913).

contos a dureza e beleza do “Reino Maravilhoso” (Torga, 1950) (alcunha poética dada a Trás-os-Montes⁷⁹), e Guerra Junqueiro⁸⁰, natural de Freixo de Espada à Cinta.

4.1.3. Cultura regional e identidade transmontana

A cultura regional e a identidade transmontana são construções sociais que emergem diretamente do contexto histórico e geográfico da região, caracterizado pela interioridade e pelo isolamento. Este contexto, enraizado nas tradições e num forte sentimento de pertença, molda inevitavelmente a forma como os habitantes se relacionam entre si, com o território e com os media regionais. Explorar estas dimensões permitirá, mais adiante, compreender as preferências e expectativas do público transmontano relativamente à presença ou ausência de conteúdos culturais específicos nos media regionais, e a sua importância na valorização da identidade regional.

A Serra do Marão constituiu-se como uma barreira física e simbólica, permitindo o desenvolvimento de uma cultura distintiva, resiliente e fortemente comunitária (Melo, 2006; Dias, 1953/1984). Este isolamento fomentou tradições e práticas culturais únicas, moldadas por influências pré-romanas, romanas, medievais e modernas (Leal, 2000).

Entre os traços mais significativos da identidade transmontana destacam-se o forte comunitarismo e a solidariedade, especialmente visíveis em práticas agrícolas e sociais como os baldios e os sistemas de “vezes⁸¹” (Dias, 1953/1984). Estas características persistem atualmente, sobretudo em zonas mais isoladas, como o

⁷⁹ A expressão “Reino Maravilhoso” foi popularizada por Miguel Torga no seu texto homónimo inserido na obra Portugal (1950), onde exalta a singularidade e o encanto da região transmontana.

⁸⁰ Guerra Junqueiro (1850-1923), poeta português cuja obra frequentemente reflete as paisagens e tradições transmontanas, destacando-se pela crítica social e pela valorização cultural da região (Monteiro, 1993).

⁸¹ O sistema de “vezes” é uma prática tradicional de organização comunitária característica das aldeias transmontanas, onde o acesso a determinados recursos ou serviços (como moinhos, fornos comunitários, pastagens ou águas para rega) é regulado por turnos rotativos entre os habitantes. Cada família ou indivíduo utiliza esses recursos segundo uma ordem pré-estabelecida, garantindo uma gestão justa e equilibrada dos bens comunitários. É um sistema de gestão coletiva baseado na solidariedade, na cooperação e na confiança mútua, exemplificando o comunitarismo e a capacidade de organização social das populações transmontanas, descritas por Jorge Dias (1953/1984).

Barroso⁸², reconhecido internacionalmente como Património Agrícola Mundial pela FAO⁸³ devido às suas práticas tradicionais de gestão coletiva dos recursos agrícolas e naturais, revelando uma notável capacidade de adaptação e sustentabilidade (FAO, 2018).

A identidade transmontana manifesta-se através das tradições festivas e rituais, destacando-se os Caretos de Podence, reconhecidos pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2019 (UNESCO, 2019), e os Pauliteiros de Miranda, expressão cultural emblemática que, recentemente, a 31 de março de 2025, viu aprovada pelo Ministério da Cultura a sua inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, com a designação oficial de "Danças Rituais dos Pauliteiros nas Festas Tradicionais Mirandesas" (Correia, comunicação pessoal, 2025). Este registo representa uma etapa essencial e prévia para uma futura candidatura à UNESCO, na qual Mário Correia esteve diretamente envolvido enquanto investigador principal (Correia, 2025).

Estas tradições, frequentemente associadas ao ciclo de inverno e aos rituais do Carnaval, reforçam o sentimento de pertença regional e atuam como importantes veículos de preservação e transmissão intergeracional das práticas culturais locais, contribuindo significativamente para a memória coletiva e identidade comunitária transmontana (Leal, 2000). António Carneiro⁸⁴ (Carneiro, comunicação pessoal, 2025)

⁸² Barroso é uma região situada na Terra Fria de Trás-os-Montes, abrangendo principalmente os concelhos de Montalegre e Boticas. Foi reconhecida internacionalmente pela FAO em 2018 como Património Agrícola Mundial devido à sua sustentabilidade, preservação cultural e biodiversidade (FAO, 2018).

⁸³ A FAO (Food and Agriculture Organization) é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Foi criada em 1945 e tem como missão central combater a fome, promover a segurança alimentar global, apoiar práticas agrícolas sustentáveis e a gestão responsável dos recursos naturais. A classificação do Barroso como Património Agrícola Mundial é parte do programa Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS), que reconhece e protege sistemas agrícolas tradicionais com valor cultural e ecológico excecional (FAO, 2018).

⁸⁴ António Carneiro é presidente da Casa do Careto e um dos principais dinamizadores dos Caretos de Podence. Tem desempenhado um papel essencial na revitalização, promoção e salvaguarda desta tradição cultural transmontana. Recentemente, publicou o livro de memórias "Ser Careto – Rumo à UNESCO", onde partilha o percurso até à consagração pela UNESCO e o seu trabalho contínuo na afirmação cultural da região, tanto a nível nacional como internacional. A entrevista com António Carneiro forneceu contributos relevantes na medida em que nos possibilitou uma visão privilegiada e detalhada sobre a importância contemporânea e desafios futuros da tradição dos Caretos, contribuindo para uma maior compreensão da identidade cultural transmontana.

sublinha que a importância destas manifestações vai muito além da simples preservação cultural, representando também um forte elemento de coesão social e identidade coletiva:

A gente de Trás-os-Montes tem muito orgulho nas suas tradições, na sua história... para as pessoas daqui, sobretudo para os emigrantes transmontanos que estão espalhados pelo mundo, é um orgulho enorme. Muitos vêm de propósito dos países onde vivem, como França, só para participarem nas festas e vestirem-se de Careto. A distinção da UNESCO colocou-nos sob os holofotes internacionais, o que reforçou ainda mais este sentimento de pertença e orgulho (Carneiro, 2025).

Carneiro (2025) enfatiza o papel crucial dos media regionais na divulgação destas tradições culturais, observando que “a comunicação tem um papel muito preponderante [...] Os jornais, rádios e televisões regionais sempre demonstraram um interesse genuíno em divulgar as nossas tradições” (Carneiro, 2025).

Outro aspeto relevante destacado por António Carneiro prende-se com a participação intergeracional nas festividades e a necessidade de maior envolvimento educativo:

Hoje temos muitos jovens interessados em vestir-se de Careto, participando desde muito cedo nas celebrações. Temos desfiles em que participam centenas de crianças. Apesar disso, sentimos que as escolas locais ainda não dão a atenção suficiente a estas tradições, que continuam fora dos currículos escolares. É um desafio que ainda precisamos ultrapassar, pois são as novas gerações que garantirão o futuro destas manifestações culturais (Carneiro, 2025).

Mário Correia, investigador e etnomusicólogo reconhecido pelo seu trabalho sobre as tradições musicais mirandesas e particularmente sobre os Pauliteiros de Miranda, aborda a importância desta tradição na preservação da identidade regional

transmontana e destaca diversos desafios contemporâneos associados à sua continuidade⁸⁵.

Segundo Correia (2025), os Pauliteiros desempenham "um papel muito ativo no contexto das ações efetivas de preservação de uma tradição etnográfica", cuja documentação remonta ao século XVII, com origens possivelmente pré-romanas. Salienta que, apesar da incerteza sobre a origem exata destas danças, é generalizada a associação das mesmas a "ritos de velhos ciclos agrários e não guerreiros".

Sobre a questão identitária, Correia esclarece que:

A questão da identidade é bastante problemática, na medida em que as danças dos paulitos [pauliteiros] são identitárias por praticamente toda a sub-meseta norte ibérica; portanto, teremos de considerar uma identidade alargada. O que se regista é, de facto, um muito arreigado sentido de pertença, assumindo-se a dança dos paulitos como uma herança cultural que, sobretudo graças ao trabalho de sensibilização das escolas e do município, constitui ideia dominante entre os jovens (Correia, 2025).

Em relação aos desafios atuais na transmissão desta tradição, Correia aponta que o principal problema reside na baixa densidade demográfica e reduzida natalidade transmontanas, enfatizando que: "Os jovens integram os grupos de pauliteiros de forma sistemática e continuada enquanto não deixam as terras de residência para irem dar continuidade aos seus estudos, o que sucede com a esmagadora maioria." A falta de emprego e oportunidades no território contribui para que a participação posterior destes jovens se torne "francamente esporádica e ocasional" (Correia, 2025).

Por fim, Correia chama a atenção para uma tendência de "espetacularização" das danças, destacando: "Existe uma certa macdonaldização dos laços, com os grupos a privilegiarem sobretudo aqueles que se tornaram mais emblemáticos, com evidente

⁸⁵ Mário Correia é uma referência destacada na investigação sobre tradições musicais mirandesas e dança tradicional transmontana. A sua contribuição neste trabalho é considerada relevante para atualizar e complementar os conhecimentos sobre a identidade cultural transmontana, embora constitua um complemento e não o foco principal da tese.

teatralidade. (...) A cultura-espetáculo está a influenciar fortemente a forma como estas tradições são apresentadas⁸⁶ (Correia, 2025).

No domínio linguístico, como já demos nota, destaca-se a presença do mirandês, língua oficial desde 1999, símbolo forte de identidade cultural na Terra de Miranda (Leal, 2000). Este idioma constitui uma expressão significativa da diversidade cultural da região, sendo promovido em contexto escolar e comunitário como um elemento essencial na valorização cultural e identitária local. No entanto, essa promoção enfrenta atualmente desafios relacionados com a globalização, a perda das cadeias tradicionais de transmissão familiar da língua e a influência crescente do português sobre o mirandês⁸⁷. Conforme enfatiza António Bárbolo Alves (comunicação pessoal, 2025):

Tradicionalmente, as línguas são ensinadas, isto é, transmitidas no seio familiar. A escola tem (apenas) a função de aprofundar o conhecimento das línguas e culturas. No caso do mirandês, tal como outras línguas minorizadas, as cadeias de transmissão familiar estão profundamente afetadas ou são mesmo inexistentes. Neste sentido, a instituição escolar afigura-se como uma 'tábua de salvação' para a continuidade da língua. Por outro lado, as línguas admitidas no panteão escolar são, normalmente, idiomas valorizados e reconhecidos. Neste sentido, o seu ensino responde também a essa necessidade de valorização e de reconhecimento.

Acrescenta-se ainda que o mirandês enfrenta riscos de desaparecimento acelerado, inserido num contexto global onde muitas línguas minoritárias sucumbem regularmente (A. B. Alves, 2025). Torna-se, por isso, essencial uma política linguística eficaz que contemple todos os atores envolvidos na preservação desta língua

⁸⁶ Laços são coreografias específicas que compõem as danças tradicionais dos Pauliteiros de Miranda. Cada laço caracteriza-se por uma sequência única de passos, movimentos e ritmos. O termo "macdonaldização dos laços", utilizado por Mário Correia, refere-se à crescente preferência por coreografias mais populares e teatralizadas em detrimento da variedade tradicional original destas danças, com vista a torná-las mais atrativas ao público geral, contribuindo assim para uma certa homogeneização cultural (Correia, 2025).

⁸⁷ Para enriquecer esta análise, entrevistámos o Professor Doutor António Bárbolo Alves, investigador reconhecido na área das línguas minoritárias e especialista em língua mirandesa, cuja experiência e conhecimento específico contribuem de forma relevante para compreender melhor a situação atual do mirandês.

minoritária, assumindo o contexto escolar um papel particularmente crítico na sua valorização e continuidade. Por outro lado, Bárbolo Alves sugere ainda que o ciberjornalismo e os meios digitais podem desempenhar um papel relevante na divulgação externa e valorização do mirandês, dado que, frequentemente, a valorização e a compreensão efetiva de uma realidade linguística e cultural é mais positiva quando observada a partir do exterior (A. B. Alves, 2025).

Para reforçar o compromisso institucional com a preservação do mirandês, em março de 2025 o Governo aprovou a criação de uma Estrutura de Missão para a Promoção da Língua Mirandesa (EMPLM), dependente do Ministério da Cultura, com sede em Miranda do Douro, encarregada de coordenar políticas públicas de ensino, certificação, investigação e meios digitais na área. No mesmo mês, foi também assinado um protocolo que garante que o *Diário da República* passe a publicar atos, livros e documentos oficiais em mirandês, assegurando a sua disponibilização gratuita em formato digital. Este duplo avanço — a criação de uma estrutura de missão e a inclusão sistemática do mirandês no *Diário da República* — representa um marco institucional sem precedentes na valorização da segunda língua oficial de Portugal (CMMD, 2025).

Paralelamente, o êxodo rural e a emigração massiva, ocorridos principalmente a partir do século XX, originaram uma diáspora significativa que paradoxalmente reforçou os laços identitários, evidenciados pela criação de associações culturais transmontanas em várias cidades do mundo (Melo, 2006). Este movimento associativo ajudou a manter vivas tradições e reforçou o sentimento de pertença dos emigrantes à sua região de origem, gerando uma dinâmica sociocultural que fortalece a identidade regional mesmo em contextos geograficamente distantes.

A diáspora transmontana está representada por associações culturais que têm um papel crucial na preservação da identidade regional. Estas comunidades encontram-se espalhadas por diversos países (Angola, Brasil, EUA, Canadá, França, Luxemburgo) e também por várias cidades portuguesas (Lisboa, Porto, Coimbra, entre outras) (A Voz de Trás-os-Montes, 2017). Através da dinamização cultural, estas associações fortalecem o sentimento de pertença, mantendo vivas as tradições transmontanas e estabelecendo ligações estreitas entre emigrantes e a sua região de origem (Melo, 2006).

A gastronomia local desempenha um papel central, refletindo um modo de vida rural e comunitário. Nesta região, destacam-se pratos emblemáticos como a alheira (criada por comunidades judaicas para disfarçar hábitos religiosos), o butelo com casulas, a posta mirandesa, e o pastel de Chaves — este último protegido por Indicação Geográfica Protegida desde 2015 (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural [DGADR], s.d.). Adoçam o quadro gastronómico regional as cristas de galo, doces conventuais originários de Vila Real, reconhecidos como uma das “7 Maravilhas Doces de Portugal”, e os tradicionais rebuçados da Régua. Merecem ainda destaque as águas minerais de Vidago e Pedras Salgadas, historicamente apreciadas pelas suas propriedades terapêuticas, bem como os vinhos DOC e espumantes da sub-região, integrados em rotas enoturísticas que reforçam a identidade e atratividade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Também a religião constitui um aspeto estruturante da identidade cultural transmontana, expressando-se através de romarias, peregrinações e festividades que articulam o sagrado e o profano, com forte ancoragem simbólica no território (Pereiro, 2019). Como refere Pedro Pereira⁸⁸, a festa da aldeia integra “dimensões religiosas, estéticas, performativas, mas acima de tudo convoca toda a comunidade, que expressa a sua existência na própria atividade festiva” (P. Pereira, comunicação pessoal, 2025). Estas celebrações, frequentemente organizadas com base no esforço partilhado e na renúncia temporária a interesses individuais, contribuem de forma decisiva para a solidariedade intergeracional e o reforço dos vínculos locais.

Apesar dos processos contemporâneos de secularização e do distanciamento institucional relativamente à religião formal, a prática religiosa em Trás-os-Montes persiste — e reinventa-se — através de formas híbridas de religiosidade popular, frequentemente fora dos limites da ortodoxia católica. Como observa o entrevistado, “os crentes católicos mobilizam uma diversidade de outras crenças e práticas que estão,

⁸⁸ A entrevista ao Professor Doutor Pedro Pereira justifica-se pela sua especialização em Antropologia da religião e cultura. Investigador integrado do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), onde co-coordena o Núcleo de Antropologia da Religião, dedica-se às interseções entre religiosidade, território e cultura, particularmente às práticas religiosas populares em contextos periféricos como o transmontano. O seu contributo permite aprofundar a compreensão da dimensão simbólica, comunitária e identitária destas práticas na região estudada.

muitas vezes, além dos limites e do, eventualmente, conservadorismo da ‘religião instituída’” (P. Pereira, 2025).

Nesse sentido, a persistência das práticas rituais não deve ser entendida como mera resistência conservadora, mas antes como expressão de uma religiosidade vivida que se adapta às transformações demográficas e sociais, mantendo-se, ainda assim, como eixo identitário central da cultura transmontana.

Assim, a cultura e a identidade transmontanas são hoje caracterizadas por uma combinação dinâmica de permanência e transformação. A modernização trouxe novos desafios, mas simultaneamente permitiu o fortalecimento e divulgação das tradições locais através de iniciativas culturais e turísticas, refletindo uma identidade que persiste robusta apesar das mudanças sociais e económicas das últimas décadas (Pereiro, 2019; Barreto, 1978).

A singular localização geográfica de Trás-os-Montes, marcada pela interioridade e proximidade fronteiriça, e o seu percurso histórico pautado pela resistência ao isolamento, deram origem a uma identidade regional distintiva e fortemente diferenciada (Afonso & Gaspar, 2002).

4.2. Caracterização sociodemográfica e económica

Nesta secção realiza-se uma breve caracterização sociodemográfica e económica da região transmontana, com base em dados oficiais, complementando assim a contextualização geográfica e histórica previamente realizada. Os dados apresentados provêm de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE), a plataforma Pordata, o Instituto da Segurança Social (ISS) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Toda a informação estatística foi recolhida e sistematizada em março de 2025. Sempre que possível, utiliza dados de 2023; quando não, recorre a 2021 (ano dos Censos mais recentes) ou aos últimos valores disponíveis.

Outros dados apresentados foram retirados de estudos, notícias e documentos publicados após 2021, garantindo a atualidade da análise. Algumas fontes noticiosas (ex.: Agência Lusa) foram referenciadas por intermédio de jornais regionais que divulgaram esses dados. Os valores e indicadores refletem os resultados mais recentes

disponíveis, nomeadamente, como já referimos, os Censos 2021 e relatórios oficiais subsequentes.

A presente caracterização resulta da análise integrada e do cruzamento dos dados disponíveis nestas fontes oficiais, com recurso à metodologia de análise documental quantitativa. Todos os mapas e/ou gráficos apresentados neste subcapítulo foram elaborados pela autora, com o objetivo de facilitar a compreensão visual das dinâmicas sociodemográficas e económicas da região, cruzando especificamente as variáveis consideradas mais pertinentes para este estudo e excluindo aquelas que não se revelaram relevantes.

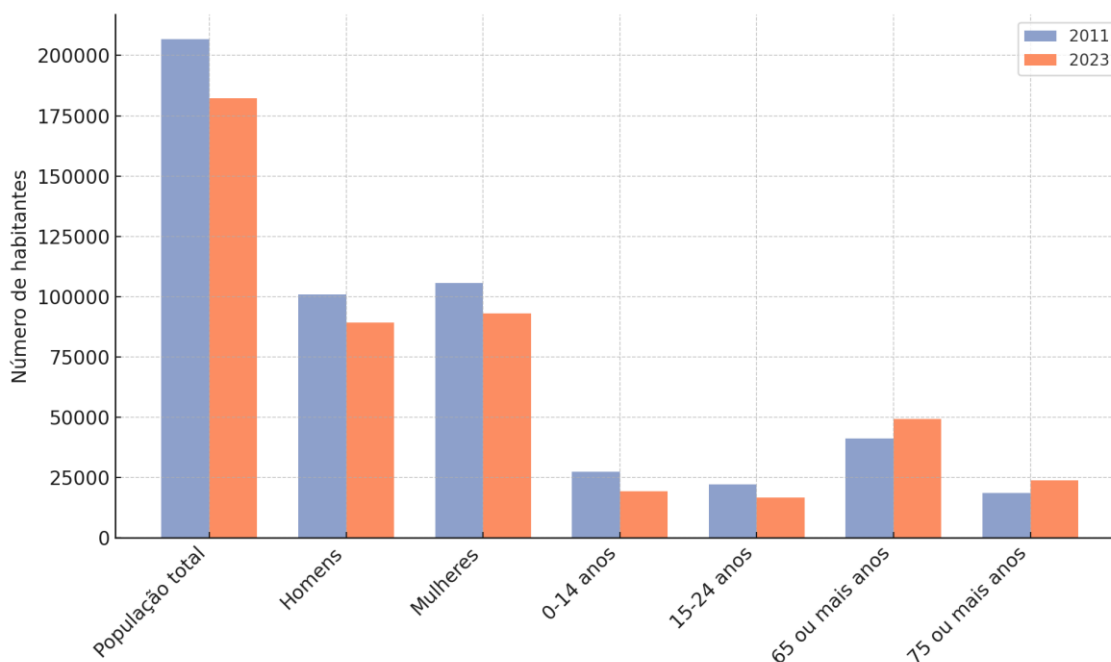
Embora o enfoque central desta investigação resida na análise dos media regionais transmontanos, destaca-se que esta caracterização, ainda que sucinta, é suficiente para um melhor enquadramento, interpretação e identificação de relações com os dados sobre o consumo mediático abordados posteriormente. Estes dados são particularmente importantes para compreender as especificidades locais que influenciam direta ou indiretamente os hábitos e comportamentos relacionados com o consumo mediático regional.

4.2.1. Vila Real

Os dados mais recentes relativos ao território e à população do distrito de Vila Real revelam tendências demográficas marcantes, que moldam o perfil atual e futuro da região. Verifica-se uma mudança demográfica significativa entre 2011 e 2023.

A população residente em Vila Real registou uma diminuição, passando de 204.474 habitantes em 2011 para 185.086 em 2023, evidenciando uma tendência de declínio demográfico geral (gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução da população do distrito de Vila Real (2011-2023) por faixas etárias



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata, Instituto da Segurança Social (ISS) e Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), disponíveis em março de 2025 e relativos ao período compreendido entre 2011 e 2023.

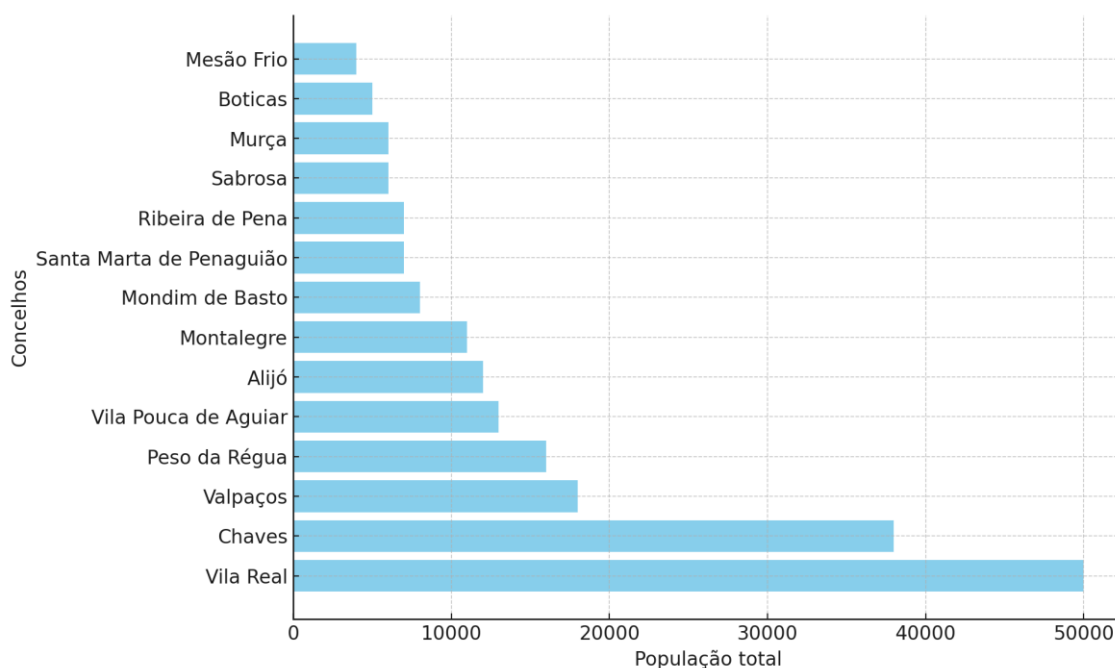
No que respeita à distribuição por sexo, em 2023, o distrito contabilizou 88.317 homens (47,7%) e 96.769 mulheres (52,3%), mantendo uma proporção relativamente estável ao longo dos anos analisados.

A análise por faixas etárias revela um cenário de envelhecimento populacional significativo. A população jovem (0-14 anos) caiu de 25.801 (12,6%) em 2011 para 18.180 (9,8%) em 2023, tendência semelhante à dos 15-24 anos (de 10,4% para 9,1%). Em contraste, a população idosa (≥ 65 anos) aumentou de 48.713 (23,8%) para 58.951 (31,9%), com particular crescimento dos maiores de 75 anos (de 12,4% para 16,1%). Estes dados revelam um padrão de envelhecimento avançado, que coloca o distrito de Vila Real perante desafios estruturais, nomeadamente na renovação demográfica.

Como se observa no gráfico apresentado (gráfico 2), a distribuição da população total por concelho no distrito de Vila Real evidencia uma concentração populacional nos concelhos de Vila Real e Chaves, que registam a população mais elevada, destacando-se em relação aos restantes. Por outro lado, concelhos como Mesão Frio ou Boticas

apresentam números mais baixos, refletindo realidades sociodemográficas distintas no interior do distrito.

Gráfico 2: população total residente em cada um dos 14 concelhos do distrito de Vila Real em 2023



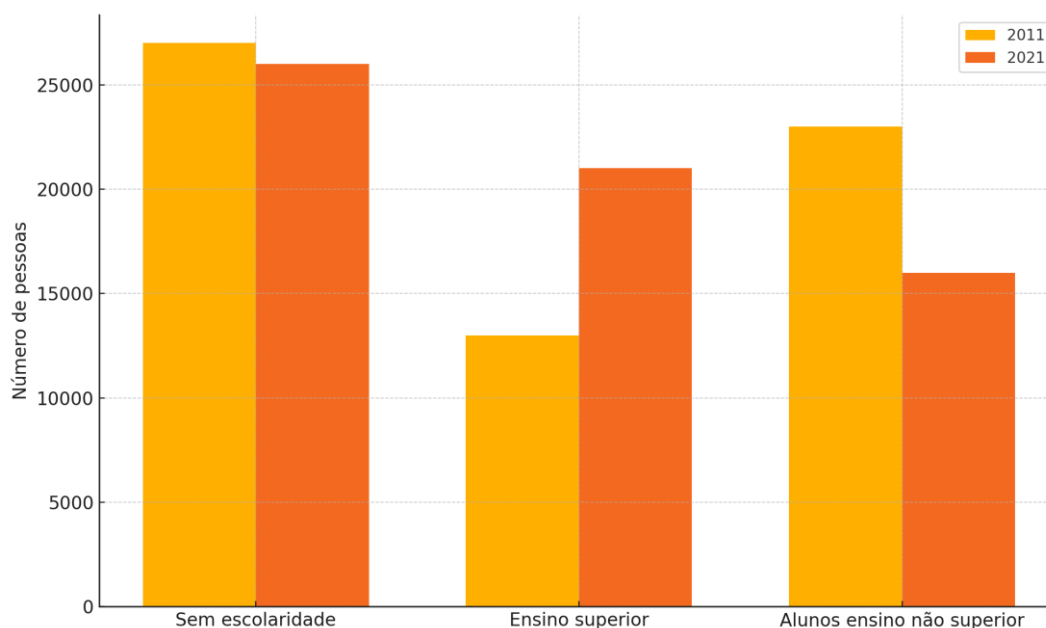
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), consultados em março de 2025 e relativos ao ano de 2023.

Quanto ao perfil educacional do distrito, os dados disponíveis permitem análise apenas até 2021 (ano dos últimos censos). Os dados recolhidos revelam as tendências no setor educativo do distrito de Vila Real entre 2011 e 2021.

Durante este período, a população por nível de escolaridade no distrito de Vila Real sofreu alterações. O número de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade diminuiu de 28.500 em 2011 para 25.200 em 2021, indicando uma melhoria na cobertura educativa e na redução do analfabetismo. Paralelamente, registou-se um aumento na população com ensino superior concluído, passando de 12.800 indivíduos

em 2011 para 22.500 em 2021, evidenciando um avanço na qualificação académica dos residentes (gráfico 3⁸⁹).

Gráfico 3: Evolução dos principais indicadores educativos no distrito de Vila Real entre 2011 e 2021



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata, Instituto da Segurança Social (ISS) e Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), consultados em março de 2025 e relativos ao período compreendido entre 2011 e 2021.

A taxa de analfabetismo, que optamos intencionalmente por retirar do gráfico por ter valores sem expressão gráfica, também apresentou uma redução expressiva, passando de 6,9% em 2011 para 3,1% em 2021.

⁸⁹De acordo com as fontes consultadas, “sem escolaridade” refere-se ao número total de indivíduos que não concluíram qualquer nível formal de ensino, incluindo aqueles que nunca frequentaram a escola ou que a abandonaram sem obter qualquer certificação académica; “ensino superior” representa o número de indivíduos que concluíram com sucesso uma licenciatura, mestrado ou doutoramento em instituições de ensino superior reconhecidas; “alunos ensino não superior” compreende o número total de alunos matriculados em todos os níveis de ensino pré-universitários, incluindo pré-escolar, ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e ensino secundário regular e profissional.

Em termos de infraestrutura educativa, verificou-se uma redução no número total de estabelecimentos de ensino não superior no distrito, passando de 190 em 2011 para 115 em 2021. Esta diminuição está diretamente relacionada com a redução demográfica e a consequente reorganização da rede escolar.

O distrito de Vila Real apresenta avanços significativos na qualificação académica da sua população adulta, mas enfrenta desafios relacionados com a diminuição progressiva do número de alunos nos níveis de ensino não superior.

Relativamente à sua caracterização económica, o distrito registou uma evolução significativa no tecido empresarial entre 2011 e 2022. O número de empresas aumentou de 18.685 (2011) para 30.542 (2022), um crescimento substancial (+63,5%), embora ainda represente apenas 2,1% do total nacional em 2022. Destaca-se a predominância das microempresas (<10 trabalhadores), correspondendo a 98% das empresas locais em 2022, acima da média nacional (96,3%). Isto indica um mercado empresarial muito fragmentado, com forte prevalência de pequenos negócios, habitualmente menos resistentes a crises económicas.

Observa-se também uma diminuição das empresas com mais de 250 trabalhadores entre 2021 e 2022, passando de 45 para apenas 6 empresas (-86,7%). Tal redução sugere uma perda relevante na estrutura industrial ou grandes unidades empregadoras.

No mercado laboral propriamente dito, o emprego dependente cresceu ligeiramente de 49.734 (2023) para 51.262 trabalhadores (2024), refletindo um crescimento de 3,1%. A faixa etária predominante dos trabalhadores situa-se entre os 40-49 anos, representando cerca de 28,6% do total, seguida pelos 30-39 anos (23,9%).

Contudo, verifica-se uma diminuição preocupante dos trabalhadores independentes, que caiu 7,9% entre 2023 e 2024, ficando nos 8.854 trabalhadores. Este recuo pode indicar maiores dificuldades no empreendedorismo individual ou na sustentabilidade dos negócios autónomos.

Entre 2023 e 2024, o número total de desempregados no distrito de Vila Real diminuiu de 8.567 para 8.053 indivíduos. O desemprego de longa duração também apresentou uma redução em termos absolutos, passando de 4.450 indivíduos em 2023

para 4.306 em 2024. Contudo, apesar desta descida, a proporção de desempregados de longa duração relativamente ao total permanece elevada, indicando persistentes desafios estruturais na reinserção destes trabalhadores no mercado laboral regional. Para uma análise visual detalhada desta comparação, remete-se para o anexo 16, gráfico 1.

No que diz respeito ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa, Vila Real apresenta valores consistentemente abaixo da média nacional. Em 2011, o ganho médio mensal variava na região entre um mínimo de €703,10 e um máximo de €1.050,70, tendo evoluído em 2021 para um mínimo de €869,54 e um máximo de €1.158,34. Contudo, mesmo considerando o valor máximo regional, Vila Real permanece significativamente abaixo da média nacional (€1.289,50 em 2021), o que evidencia uma persistente vulnerabilidade económica da população local.

A análise por nível de escolaridade mostra que os indivíduos com menor formação académica têm ganhos muito reduzidos. Em 2021, o ganho médio mensal máximo dos trabalhadores que não concluíram o 1.º Ciclo do Ensino Básico era de apenas €880,69. Por outro lado, verifica-se um aumento significativo dos rendimentos médios mensais máximos em níveis superiores de escolaridade. Em 2021, os licenciados tinham um rendimento médio mensal máximo de €1.632,55, enquanto os mestres auferiam €1.938,76. Os doutorados, por sua vez, apresentavam valores substancialmente superiores, com um rendimento médio mensal máximo de €2.452,64, refletindo uma valorização económica da formação académica mais avançada.

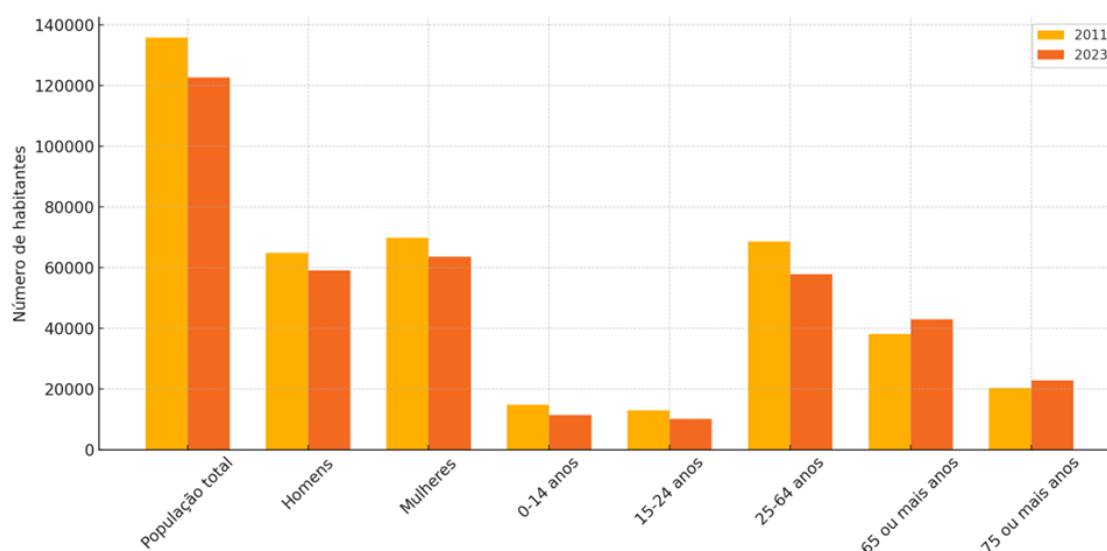
Relativamente ao índice de poder de compra per capita, Vila Real registou uma melhoria progressiva ao longo dos anos, passando de 50,8 em 2011 para 63,94 em 2021. Contudo, o índice permanece significativamente inferior à média nacional, fixada em 100 como valor de referência comparativa. Estes valores variam entre os diferentes concelhos dos distritos, uns apresentando índices mais elevados do que outros. Neste estudo, optou-se por referir o valor mais baixo observado, como forma de sublinhar a persistência das dificuldades económicas enfrentadas pelas áreas menos favorecidas da região.

4.2.2. Bragança

Os dados referentes ao território e à população do distrito de Bragança revelam um perfil demográfico marcado pelo envelhecimento, perda populacional e desafios associados à renovação geracional.

A população residente em Bragança registou uma diminuição, passando de 135.780 habitantes em 2011 para 122.739 em 2023, evidenciando igualmente uma tendência de declínio demográfico geral (gráfico 4).

Gráfico 4: Evolução da população do distrito de Bragança (2011-2023) por faixas etárias



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata, Instituto da Segurança Social (ISS) e Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), disponíveis em março de 2025 e relativos ao período compreendido entre 2011 e 2023.

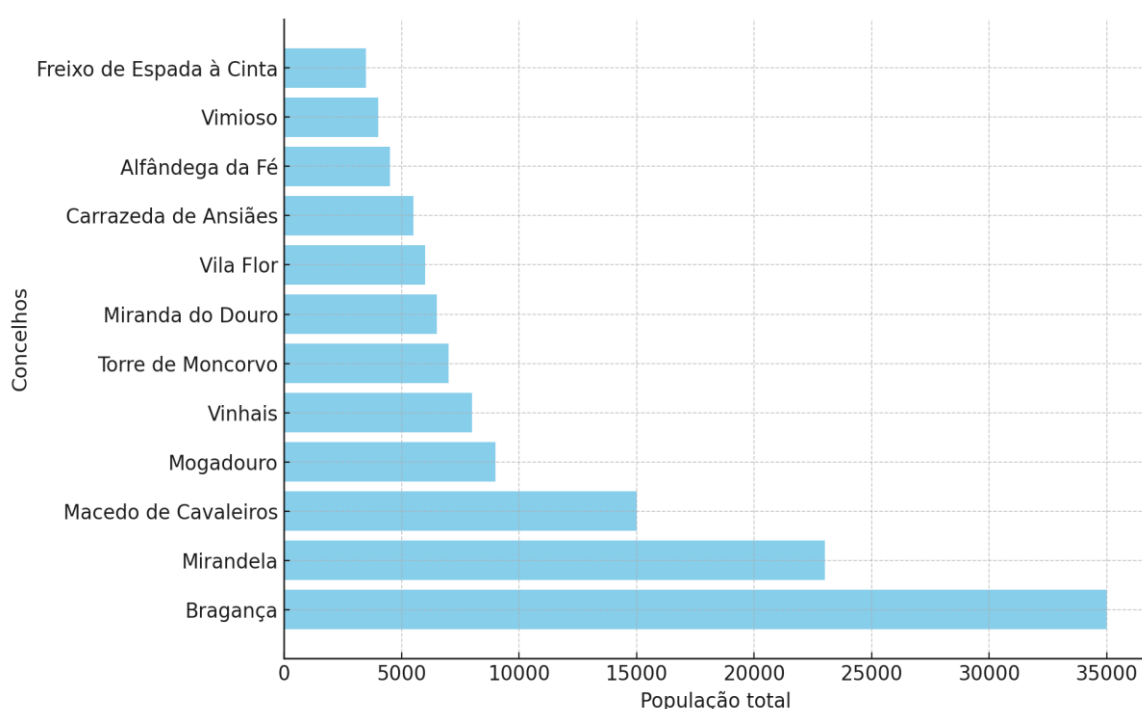
No que respeita à distribuição por sexo, em 2023, o distrito de Bragança contabilizava 59.064 homens (48,1%) e 63.675 mulheres (51,9%), mantendo uma proporção relativamente estável face a 2011.

A análise por faixas etárias revela igualmente um cenário de envelhecimento populacional acentuado. A população jovem (0-14 anos) passou de 14.911 indivíduos (11,0%) em 2011 para 11.523 (9,4%) em 2023, seguindo uma tendência semelhante à

da faixa dos 15-24 anos, que desceu de 13.061 (9,8%) para 10.294 (8,4%). Em contrapartida, a população idosa (≥ 65 anos) aumentou de 38.192 (28,4%) para 43.017 (35,1%), com especial destaque para os maiores de 75 anos, cujo número cresceu de 20.384 (15,3%) para 22.833 (18,6%). Estes dados revelam um padrão de envelhecimento demográfico muito marcado, que coloca o distrito de Bragança perante desafios estruturais semelhantes aos de outras regiões do interior.

Como se observa no gráfico 5, a distribuição da população total por concelho no distrito de Bragança destaca o concelho de Bragança como aquele que concentra o maior número de habitantes, evidenciando um significativo contraste face aos restantes municípios. Por outro lado, concelhos como Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé ou Vimioso apresentam valores populacionais bastante inferiores, revelando diferenças marcantes nas dinâmicas sociodemográficas do interior deste distrito.

Gráfico 5: População total residente em cada um dos 12 concelhos do distrito de Bragança em 2023

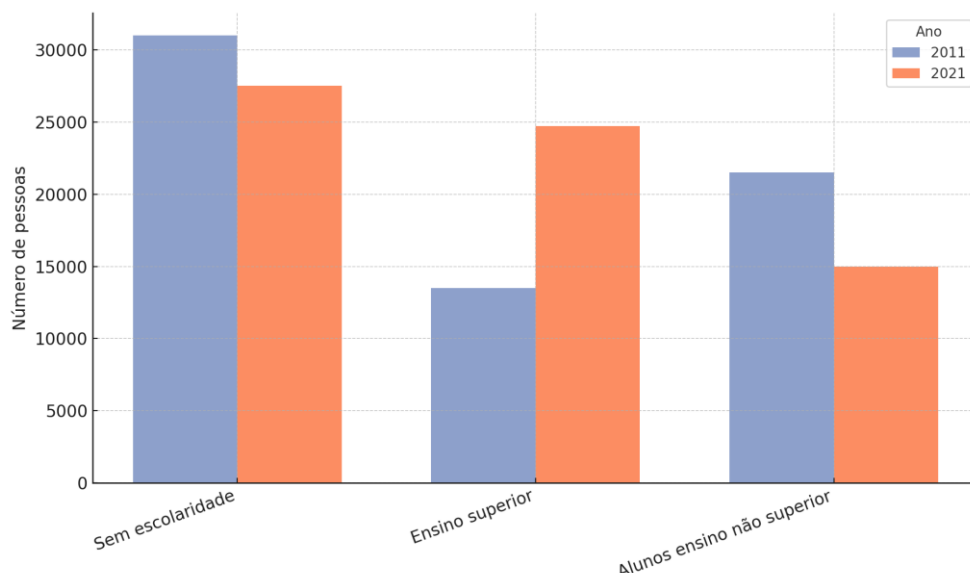


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), disponíveis em março de 2025 e relativos ao ano de 2023.

Quanto ao perfil educacional do distrito, os dados disponíveis só nos permitiram fazer uma análise até 2021, data dos últimos dados censitários.

No período analisado (2011-2021), a população por nível de escolaridade apresentou mudanças importantes. O número de indivíduos sem escolaridade diminuiu de 30.771 em 2011 para 27.384 em 2021. Por outro lado, registou-se um crescimento significativo na população com Ensino Superior concluído, passando de 13.625 indivíduos em 2011 para 24.618 em 2021, evidenciando uma melhoria na formação académica dos habitantes da região (gráfico 6).

Gráfico 6: Evolução dos principais indicadores educativos no distrito de Bragança entre 2011 e 2021



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata, Instituto da Segurança Social (ISS) e Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), consultados em março de 2025 e relativos ao período compreendido entre 2011 e 2021.

A taxa de analfabetismo, que optamos intencionalmente por retirar do gráfico por ter valores sem expressão gráfica, reduziu expressivamente, passando de 7,85% em 2011 para 3,33% em 2021, revelando uma política educativa eficaz e um maior acesso ao ensino básico e à alfabetização.

Em termos estruturais, verificou-se também uma redução do número total de estabelecimentos de ensino não superior no distrito, passando de 184 em 2011 para

108 em 2021, uma consequência direta da redução demográfica e da reorganização da rede escolar.

O distrito de Bragança apresenta avanços positivos significativos na qualificação académica da sua população adulta, ao mesmo tempo que enfrenta o desafio da redução progressiva dos alunos mais jovens.

Relativamente à sua caracterização económica, o distrito registou uma evolução no tecido empresarial entre 2011 e 2022. O número de empresas aumentou de 13.655 (2011) para 23.677 (2022), um crescimento expressivo (+73,4%), embora represente apenas 1,7% do total nacional em 2022. Destaca-se a predominância das microempresas (<10 trabalhadores), correspondendo a 98,6% das empresas locais em 2022, valor superior à média nacional (96,3%). Isto indica um mercado empresarial muito fragmentado, com forte prevalência de pequenos negócios, habitualmente menos resistentes a crises económicas.

No caso de Bragança, o número de empresas com mais de 250 trabalhadores manteve-se inalterado entre 2021 e 2022, fixando-se em apenas 2 unidades. A estabilidade deste indicador, apesar de expressar uma realidade pouco dinâmica, evidencia a escassez estrutural de grandes empregadores no distrito, o que contribui para a fragilidade do tecido empresarial local.

No mercado laboral propriamente dito, o emprego dependente cresceu ligeiramente de 31.395 trabalhadores em 2023 para 32.350 em 2024, refletindo um aumento de 3%. A faixa etária predominante dos trabalhadores situa-se entre os 40-49 anos, representando 27,7% do total, seguida pelos 30-39 anos, com 23,4%.

Contudo, verifica-se uma diminuição dos trabalhadores independentes, que registaram uma quebra de 9,8% entre 2023 e 2024, fixando-se nos 6.496 trabalhadores. Este recuo pode sinalizar maiores dificuldades no empreendedorismo individual ou fragilidades na sustentabilidade dos negócios autónomos no distrito.

Entre 2023 e 2024, o número total de desempregados no distrito de Bragança diminuiu de 4.316 para 4.052 indivíduos. No entanto, o desemprego de longa duração apresentou um aumento em termos absolutos, passando de 1.720 indivíduos em 2023 para 1.963 em 2024. Esta evolução revela uma preocupação crescente, pois a proporção

de desempregados de longa duração face ao total aumentou, sinalizando dificuldades acrescidas na reintegração sustentada destes trabalhadores no mercado laboral regional. Para uma análise visual detalhada desta comparação, remete-se para o anexo 16, gráfico 2.

No que diz respeito ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa, Bragança apresenta valores também abaixo da média nacional. Em 2011, o ganho médio mensal no distrito variava entre um mínimo de €673,10 e um máximo de €1.266,00, tendo evoluído em 2021 para valores entre €889,96 (mínimo) e €1.088,20 (máximo). Ainda assim, mesmo considerando o valor mais elevado, Bragança permanece significativamente abaixo da média nacional (€1.289,50 em 2021), o que evidencia uma vulnerabilidade económica persistente da população local.

A análise por nível de escolaridade mostra que os indivíduos com menor formação académica têm ganhos muito reduzidos. Em 2021, o ganho médio mensal máximo dos trabalhadores que não concluíram o 1.º Ciclo do Ensino Básico era de apenas €843,27. Por outro lado, verifica-se um aumento significativo dos rendimentos médios mensais máximos em níveis superiores de escolaridade. Em 2021, os licenciados apresentavam um rendimento médio mensal máximo de €1.458,34, enquanto os mestres auferiam €2.148,06. Os doutorados, por sua vez, registavam ganhos médios mensais máximos de €2.312,32.

No que respeita ao índice de poder de compra *per capita*, o distrito de Bragança registou uma evolução positiva entre 2011 e 2021, com os valores a passarem de 51,33 para 61,86. Ainda assim, o distrito continua a apresentar um poder de compra claramente abaixo da média nacional, definida com o valor de referência 100. É importante notar que este indicador varia de concelho para concelho dentro do próprio distrito, havendo territórios com desempenhos ligeiramente superiores. Neste trabalho, optou-se por destacar o valor mais baixo identificado, precisamente para evidenciar as assimetrias internas e as fragilidades económicas das zonas mais desfavorecidas da região.

4.3.Desafios comuns

A análise comparativa dos dados demográficos dos distritos de Vila Real e Bragança mostra um conjunto significativo de desafios e tendências comuns. Ambos os distritos apresentam uma tendência de declínio populacional ao longo do período analisado (2011-2023), refletindo os processos de interioridade e despovoamento que afetam particularmente estas regiões de Trás-os-Montes.

Paralelamente, os dois distritos revelam uma dinâmica acentuada de envelhecimento populacional. Em Vila Real, a percentagem de população com 65 anos ou mais passou de 23,8% em 2011 para 31,9% em 2023, enquanto em Bragança esta mesma faixa aumentou de 28,1% para 35% no mesmo período. Tal evolução é indicativa de um envelhecimento estrutural profundo.

Sousa caracteriza de forma crítica o processo de despovoamento acentuado em concelhos como Boticas e Mesão Frio, Vimioso e Freixo de Espada à Cinta (gráficos 2 e 5), destacando que “estes concelhos têm hoje menos população do que muitas freguesias do litoral”, enfrentando dificuldades sérias na atração e fixação de quadros qualificados, o que obriga frequentemente à contratação de profissionais vindos do exterior (F. Sousa, 2025). De acordo com o investigador, este despovoamento resulta em grande parte das debilidades estruturais e das insuficientes políticas públicas dirigidas ao interior, situação que se tem acentuado continuamente ao longo das últimas décadas.

No âmbito da Operação "Censos Sénior 2024", realizada pela GNR, os distritos de Vila Real e Bragança destacaram-se pela elevada percentagem de idosos a viverem sozinhos (5.143 em Vila Real e 3.367 em Bragança), refletindo o isolamento social e vulnerabilidade desta população, e sublinhando a necessidade de políticas de apoio específicas (GNR, 2024).

Atualmente, em muitas aldeias, os habitantes mais jovens têm frequentemente mais de 50 anos, evidenciando a ausência de renovação geracional. Esta realidade é resultado de uma conjugação de fatores, incluindo o declínio da fecundidade, o aumento da esperança média de vida e a emigração de jovens em busca de melhores oportunidades. Segundo o sociólogo Paulo Machado, vice-presidente da Associação

Portuguesa de Demografia, citado pelo Jornal Nordeste em 2021, reverter esta tendência poderá demorar entre 40 a 50 anos, mesmo com a implementação de políticas adequadas. Machado destaca que, apesar dos esforços municipais para incentivar a natalidade e fixar população jovem, os resultados têm sido modestos ou nulos, não se traduzindo numa alteração significativa dos comportamentos demográficos (Nordeste, 2021).

Sobre o futuro da demografia em Trás-os-Montes, Fernando de Sousa apresenta uma visão bastante pessimista, alertando para as consequências do envelhecimento populacional: “Os censos da GNR mostram que é um dos sítios do país com mais idosos a viverem sozinhos e isolados. Os jovens emigraram e não voltam. A região só ganha alguma vida em agosto, com o regresso temporário dos emigrantes, mas depois as pessoas vão-se embora outra vez” (F. Sousa, 2025).

Segundo o professor, sem políticas públicas eficazes e com os atuais baixos índices de natalidade, a tendência de despovoamento dificilmente será invertida, prevendo-se um agravamento acentuado da desertificação económica e social nos próximos anos: “Cada vez há menos pessoas, menos jovens, e os que ficam têm cada vez menos filhos. Ou mudamos radicalmente a abordagem às políticas públicas para a região, ou então estas zonas vão transformar-se em meras coutadas de caça” (F. Sousa, 2025).

A falta de oportunidades de emprego é apontada como uma das principais causas para o despovoamento. Jorge Fidalgo, presidente do município de Vimioso, citado pelo Jornal do Nordeste em 2021, salienta que a falta de serviços públicos essenciais, como a educação, dificulta a fixação de população jovem e perpetua o ciclo de despovoamento (Nordeste, 2021).

A inversão desta realidade demográfica exige uma articulação eficaz entre o poder local e central, com a implementação de medidas concretas que promovam a fixação de população jovem. Estas medidas podem incluir incentivos fiscais, criação de novas oportunidades de emprego, melhoria das acessibilidades e investimentos em infraestruturas tecnológicas que favoreçam o teletrabalho. Sem uma intervenção

estruturada e contínua, as aldeias transmontanas correm o risco de um despovoamento ainda mais acentuado nas próximas décadas (Nordeste, 2021⁹⁰).

A baixa taxa de fecundidade, estimada em apenas 1,01 filhos por mulher na região, agrava a ausência de renovação geracional (INE, 2022). Consequentemente, os saldos naturais negativos são evidentes, com registos frequentes de mais óbitos do que nascimentos, chegando a ocorrer cinco óbitos por cada nascimento em alguns municípios (INE, 2022).

Além da queda na natalidade, a região enfrenta fluxos migratórios desfavoráveis, com intensa migração interna para áreas metropolitanas e persistente emigração externa (SEF, 2022). Esta situação é agravada pela baixa atratividade da região para imigrantes, sendo que em 2021 residiam poucos estrangeiros nos distritos de Vila Real e Bragança (SEF, 2022).

Historicamente marcada por fluxos migratórios intensos desde meados do século XX (Ferrão, 1996), a região mantém esta dinâmica, enfrentando contínua perda populacional.

Apesar de já em 2006 Paulo Reis Mourão ter sublinhado a ausência de um crescimento demográfico contínuo em Trás-os-Montes, identificando ciclos históricos de povoamento e despovoamento desde a Antiguidade, as conclusões mais recentes do autor, em *Economia do Esquecimento* (2020), não só confirmam como também intensificam esse diagnóstico. De facto, à luz dos dados contemporâneos, o autor afirma categoricamente que, “neste momento, cada concelho de Trás-os-Montes, incluindo os sedeados nas cidades, perde um habitante por dia. É uma evidência” (Reis Mourão, 2020), sinalizando uma aceleração da erosão populacional já anteriormente detetada.

A persistência da urbanização intra-regional, salientada em 2006 como um desvio face à litoralização imediata, mantém-se no retrato atual. No entanto, a análise mais recente acrescenta uma nuance crítica: mesmo os centros urbanos que antes funcionavam como polos de atração intra-regional mostram sinais de estagnação ou declínio, à exceção de situações pontuais e limitadas. Assim, a própria resiliência das

⁹⁰ Para uma leitura integral da reportagem, consultar Jornal O Nordeste (2021): <https://jornalnordeste.com/noticia/aldeias-envelhecidas-e-despovoadas-sao-retrato-da-realidade-demografica-regional>

cidades médias, como Vila Real ou Bragança, começa a ser questionada face ao envelhecimento populacional e à debilidade da base produtiva. Conforme observa o autor, trata-se de uma população “que vive com pensões próximas dos 700 euros mensais, num montante inferior a 60% do rendimento médio nacional, e que consome quase tudo na economia local” (Reis Mourão, 2020).

Se os dados de 2006 já destacavam a emigração, a queda da natalidade e o desequilíbrio entre concelhos centrais e periféricos (como Freixo-de-Espada-à-Cinta, Vimioso ou Alfândega da Fé), o livro de 2020 aprofunda esse cenário ao introduzir a noção de “esquecimento institucional” e “abandono simbólico” da região. Esta abordagem não se limita à perda demográfica: incorpora também a desvalorização cultural e mediática da região no contexto nacional. O autor exemplifica que, nos grandes centros de decisão, “quantos ministros são oriundos ou residentes nos distritos transmontanos e durienses?” (Reis Mourão, 2020), colocando a questão da representatividade como sintoma de um esquecimento mais profundo e estrutural.

A tese do autor sobre a ineficácia das infraestruturas isoladas como solução mágica para o interior ganha aqui particular relevo. Ao refletir sobre investimentos como o Túnel do Marão, Reis Mourão argumenta que, “a redução dos custos de transporte aumenta a atratividade de um pólo em detrimento do outro extremo” (Reis Mourão, 2020), problematizando a visão tecnocrática de que acessibilidade equivale, automaticamente, a desenvolvimento.

Esta observação complementa a defesa feita em 2006 por políticas de desenvolvimento territorial colaborativas e não concorrenciais, reforçando a ideia de que a regeneração da região exige mais do que intervenções setoriais: exige visão estratégica, ancorada em valores de coesão, equidade e identidade cultural.

Ambos os estudos do autor, que versam sobre a nossa região em estudo, convergem num ponto essencial: a centralidade das pessoas e da memória. Se em 2006 se apelava à inclusão de métricas como o desenvolvimento humano e a qualidade de vida, já em 2020, Reis Mourão propõe uma leitura mais política e simbólica da ausência de atenção, afirmando que “os esquecidos acumulam dores, pobreza e perdas de

desenvolvimento que raíam [...] a ofensa aos seus direitos elementares – como pessoas, como cidadãos e como seres humanos” (Reis Mourão, 2020).

Apesar dos avanços na escolarização básica e secundária, a região enfrenta o êxodo de capital humano qualificado devido à falta de emprego ajustado à formação dos jovens. Fernando de Sousa destaca o papel estratégico das instituições de ensino superior transmontanas (UTAD e IPB) na qualificação da população e na dinâmica socioeconómica local, mas reconhece que estas têm dificuldade em fixar os estudantes após a conclusão dos cursos, devido à escassez de empregos qualificados e indústria atrativa, levando muitos jovens a migrarem para o litoral (F. Sousa, 2025).

Um dos grandes desafios de Trás-os-Montes está na capacidade das suas universidades atraírem e fixarem estudantes e profissionais qualificados. Fernando de Sousa sublinha o exemplo do Instituto Politécnico de Bragança, onde “mais de metade dos alunos são estrangeiros”, mas poucos permanecem na região após a formação devido à falta de oportunidades reais e apoio da diáspora local (F. Sousa, 2025). Para o investigador, estes estabelecimentos são fundamentais para mitigar o despovoamento, funcionando como “âncoras” essenciais na região. Contudo, sem políticas eficazes para fixar jovens, continuará a ocorrer uma perda significativa de população e talento (F. Sousa, 2025).

Complementarmente, José Cadima Ribeiro acrescenta que este fluxo de emigração dos jovens qualificados deve ser encarado não como a raiz do problema, mas sim como um sintoma das fragilidades estruturais da região. Defende, assim, uma intervenção mais profunda e coordenada, afirmando que “a saída contínua dos jovens é um sintoma, não a causa do problema existente. (...) Importa atuar estruturalmente (...) na capacidade reivindicativa regional junto das instâncias de poder público nacionais” (J. Cadima Ribeiro, 2025).

Economicamente, Trás-os-Montes apresenta um PIB *per capita* cerca de 20% abaixo da média nacional, com alguns concelhos rurais a apresentar níveis ainda mais baixos (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2022; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N], 2022a). O mercado de trabalho local caracteriza-se por fraca taxa de atividade, baixos salários e escassez de emprego

qualificado, condições que motivam a saída contínua de jovens formados para regiões metropolitanas e estrangeiro (Pordata, 2023; Instituto do Emprego e Formação Profissional [IEFP], 2022).

Esta situação é sublinhada por Cadima Ribeiro (2025), ao afirmar que "Trás-os-Montes sofre pela dimensão limitada do seu mercado de trabalho e pela fragilidade do seu tecido empresarial na indústria e serviços", referindo ainda que, internamente, existem assimetrias significativas, sendo "a parte mais a sul (...) menos dinâmica que a parte mais a norte, (...) devido à maior capacidade empreendedora e ao aproveitamento feito de alguns recursos do território (...) complementados pela maior capacidade de captação de estudantes por parte das estruturas de ensino superior aí sediadas".

Fernando de Sousa caracteriza Trás-os-Montes como uma região economicamente frágil, destacando o baixo PIB per capita resultante de fatores históricos, geográficos e estruturais. O investigador sublinha que "todo o norte de Portugal é a zona com o índice per capita mais baixo do país", situação agravada por condições naturais desfavoráveis, como a geografia montanhosa que limita a produtividade agrícola. Apesar de melhorias pontuais nas infraestruturas, a região mantém-se «estruturalmente pobre», com propriedades agrícolas reduzidas e menos produtivas comparadas com outras regiões do país (F. Sousa, 2025).

Esta leitura da fragilidade estrutural do território é complementada por Paulo Reis Mourão⁹¹, que identifica três dimensões fundamentais que ajudam a explicar a contínua perda de atratividade do interior português: (1) a concentração do investimento e do emprego qualificado no litoral, (2) a persistente desvalorização simbólica e cultural do interior e (3) um preconceito enraizado na sociedade portuguesa, que afeta até decisões quotidianas como o local de férias ou o destino de estudos. Como afirma o autor, de forma direta: "O cidadão português, aleatoriamente escolhido, é preconceituoso para com o interior" (P. Reis Mourão, comunicação pessoal, 2025).

⁹¹ A entrevista ao Professor Doutor Paulo Reis Mourão justifica-se pela sua autoridade no domínio da economia regional e coesão territorial. Autor da obra *Economia do Esquecimento* (2020) e de diversos estudos anteriores sobre demografia, urbanização e políticas territoriais (2006; 2016), Reis Mourão alia a sua produção científica a um profundo conhecimento vivido da realidade transmontana. O seu testemunho acrescenta valor ao trabalho, articulando análise técnica, experiência pessoal e uma visão crítica sobre abandono, desvalorização e resistência identitária no interior português.

Neste contexto, Cadima Ribeiro defende que é essencial uma intervenção ao nível da governança regional e das políticas públicas, visando uma mudança estrutural profunda, capaz de ultrapassar as limitações históricas e geográficas apontadas por Fernando de Sousa. Para Cadima Ribeiro, “a resposta (...) deveria passar por políticas ligadas ao robustecimento da rede urbana regional (...) e pela alteração do modelo de governação da região, com criação de reais capacidades de decisão política-administrativa próprias. (...) Políticas de solidariedade territorial que fossem além do discurso público poderiam permitir tirar melhor partido dos recursos endógenos da região” (J. Cadima Ribeiro, 2025).

O Programa de Valorização do Interior (PVI)⁹², atualmente em vigor, visa combater o despovoamento, a baixa atratividade económica e as assimetrias históricas das regiões interiores, incluindo Trás-os-Montes. Organizado em quatro eixos principais — valorização dos recursos locais, cooperação transfronteiriça, atração de investimento e reforço da competitividade —, o programa propõe ações multissetoriais que estimulam o emprego qualificado, a inovação tecnológica, o turismo diferenciado e iniciativas sociais inovadoras, procurando reforçar a coesão territorial e inverter tendências negativas associadas ao isolamento e à baixa densidade populacional (Diário da República, 2020).

Ainda assim, persistem dúvidas sobre a eficácia real de programas desta natureza, sobretudo quando não são acompanhados de uma estratégia robusta e devidamente financiada. Como sublinha Paulo Reis Mourão, muitas destas iniciativas padecem do que, em economia, se denomina *poverty trap*⁹³, ou seja, “investimentos públicos que ou são bem feitos e com um volume adequado, ou então não vale a pena distribuir migalhas” (P. Reis Mourão, 2025). Esta crítica aponta para a necessidade de

⁹² Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020.

⁹³ O conceito de *poverty trap* refere-se a mecanismos auto-reforçados que perpetuam a pobreza, dificultando a mobilidade económica. Segundo Azariadis e Stachurski (2005), uma armadilha da pobreza ocorre quando fatores como baixos níveis de capital humano, acesso limitado a crédito ou instituições frágeis impedem os indivíduos ou regiões de alcançarem níveis de rendimento mais elevados. Este conceito é amplamente discutido na literatura económica contemporânea, incluindo em obras como *The Economics of Poverty Traps* (Barrett, Carter & Chavas, 2019).

políticas públicas estruturantes e com escala efetiva, e não meramente simbólicas, para que se consiga evitar o reforço da estagnação e da perda de valor territorial.

De facto, à carência de políticas sólidas soma-se uma crise de perceção em torno do valor do território interior, realidade que afeta até os próprios residentes e herdeiros. Tal como observa o mesmo autor, “quem tem uma casa ou um terreno em Trás-os-Montes já não sente que está a transmitir património, mas muitas vezes a passar encargos” (P. Reis Mourão, 2025). Esta desvalorização simbólica do território — onde a herança é percecionada como fardo e não como bem — fragiliza ainda mais a capacidade da região se reerguer a partir dos seus próprios recursos e compromete a motivação de investimento de médio e longo prazo. Nesse sentido, as propostas de Cadima Ribeiro sobre governança regional adquirem um peso acrescido, pois sem estruturas de decisão locais fortes e comprometidas com uma visão territorial de futuro, o risco de prolongar o ciclo de desvalorização e abandono permanece elevado.

Apesar dos investimentos recentes em infraestruturas viárias e digitais que mitigam parcialmente o isolamento regional, a coesão territorial plena ainda está longe de ser atingida, mantendo-se diferenças substanciais em poder de compra e acesso a serviços públicos comparativamente ao litoral (Ministério da Coesão Territorial, 2021). Para enfrentar estas disparidades, o Governo português, através do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Castro Almeida, anunciou em novembro de 2024 um reforço dos apoios europeus às empresas que se instalem no interior, com implementação prevista para 2025. Esta medida visa atrair investimento e criar emprego qualificado, incentivando a fixação de população nos territórios de baixa densidade e combatendo o despovoamento (Governo de Portugal, 2024a).

Entre os principais desafios que Trás-os-Montes continua a enfrentar encontra-se, também, a questão dos transportes e acessibilidades, ainda hoje insuficientes para contrariar o isolamento económico e social da região. Fernando de Sousa ilustra esta problemática mencionando especificamente o caso do Túnel do Marão, reconhecendo que, embora esta infraestrutura tenha proporcionado melhorias na qualidade de vida daqueles que permaneceram na região, “não travou o despovoamento nem teve o impacto esperado na fixação das pessoas” (F. Sousa, 2025). Tal situação, segundo o

investigador, decorre da falta simultânea de outras condições essenciais para a retenção da população, como oportunidades profissionais estáveis, o que continua a ser um dos maiores desafios estruturais que a região enfrenta atualmente.

Ao projetar o futuro de Trás-os-Montes, Fernando de Sousa apresenta um cenário marcado por um profundo pessimismo, sublinhando que, sem intervenções públicas concretas e direcionadas, a região continuará a enfrentar uma desertificação progressiva, marcada pelo isolamento crescente dos idosos e pela ausência de jovens. “Cada vez há menos pessoas, menos jovens, e os que ficam têm cada vez menos filhos. Se não houver uma mudança radical nas políticas públicas dirigidas ao interior, não vejo possibilidade de reversão deste despovoamento”, alerta o investigador (F. Sousa, 2025).

Nesse sentido, defende de forma categórica a necessidade urgente de uma discriminação positiva que contemple apoios diferenciados e robustos para estas áreas mais fragilizadas, sugerindo, por exemplo, incentivos financeiros específicos para fixar profissionais qualificados em setores estratégicos, nomeadamente através da criação de “unidades de saúde de excelência em cidades como Bragança, Vila Real, Guarda ou Viseu, permitindo que as populações locais deixem de recorrer sistematicamente aos hospitais do litoral” (F. Sousa, 2025).

Paralelamente, reconhece também o potencial turístico da região, lamentando a falta de infraestruturas hoteleiras capazes de atrair turistas com maior capacidade económica: “Bragança e Vila Real têm muita pouca oferta hoteleira de 5 estrelas. Como é possível atrair turistas exigentes sem alojamentos que correspondam a essas necessidades?” (F. Sousa, 2025). Fernando de Sousa conclui enfatizando que só uma ação decisiva e coerente poderá tornar estas regiões sustentáveis no futuro.

Partilhando uma visão semelhante, António Jorge Nunes (2022) alerta que é urgente combater o despovoamento, dinamizar a economia regional e reforçar a qualificação profissional, sublinhando que a região dispõe de recursos e potencialidades, mas não conseguirá ultrapassar estes desafios sozinha, sem um apoio efetivo do poder central. Segundo o autor, esse apoio deve ser “de dimensão excecional e com capacidade transformadora, e não de medidas paliativas para nos entreter e periodicamente captar votos” (Nunes, 2022).

Vila Real e Bragança partilham não apenas desafios demográficos semelhantes, como também enfrentam a necessidade urgente de políticas integradas e eficazes para contrariar o envelhecimento, atrair e fixar população jovem e dinamizar economicamente estas regiões, tradicionalmente marcadas pela interioridade. A convergência destes indicadores sugere a possibilidade e necessidade de estratégias conjuntas entre os dois distritos, de modo a responder de outra forma aos problemas estruturais evidenciados pelos dados.

As dinâmicas demográficas, económicas e históricas de Trás-os-Montes são importantes para compreender as condições concretas em que operam os media regionais e, particularmente, o desenvolvimento do ciberjornalismo. O declínio populacional contínuo, o envelhecimento acentuado, os elevados níveis de isolamento social e económico, as dificuldades estruturais de acessibilidade e o baixo poder de compra não são questões periféricas, mas sim fatores estruturais que condicionam diretamente a sustentabilidade dos media regionais e os resultados desta investigação.

Neste contexto, torna-se evidente que produzir jornais ou projetos digitais numa região com fortes assimetrias estruturais não é comparável ao mesmo esforço em contextos urbanos ou metropolitanos com melhores condições socioeconómicas e educacionais. Compreender plenamente os desafios do ciberjornalismo transmontano exige reconhecer o enquadramento específico da região: geográfico, histórico, demográfico e económico.

As secções anteriores fornecem, portanto, uma fundamentação indispensável para interpretar corretamente as práticas locais de consumo mediático e as estratégias jornalísticas digitais. A forte identidade cultural histórica, as fragilidades económicas persistentes, o envelhecimento populacional e as limitações estruturais influenciam diretamente os hábitos mediáticos da população, condicionando os resultados deste estudo. Esta caracterização multidimensional não é apenas introdutória, mas constitui uma base metodológica essencial para garantir análises rigorosas e conclusões coerentes sobre o ciberjornalismo regional.

Depois de termos, então, traçado o contexto sociocultural, histórico e identitário da região de Trás-os-Montes — com especial atenção à sua geografia, estrutura

demográfica e aos desafios que moldam a vida dos seus habitantes e da própria região — torna-se agora essencial ouvir as vozes que habitam este território. Se até aqui procuramos compreender o “onde” e o “como”, passamos agora a escutar o “quem”: os públicos que, diariamente, consomem, procuram ou se distanciam da informação regional.

O Capítulo 5 inaugurará, assim, uma nova fase deste trabalho. A partir da análise dos dados recolhidos através de um inquérito aplicado a residentes nos distritos de Vila Real e Bragança, e complementado por dois grupos focais com membros da diáspora transmontana e alguma análise documental, procuramos compreender como se consome informação em Trás-os-Montes, que obstáculos se sentem, que níveis de confiança existem, que expectativas se projetam.

Ao passarmos da observação contextual para a escuta direta dos públicos, damos início a um dos momentos centrais desta investigação: perceber como os cidadãos da região se relacionam com os media regionais — e que papel atribuem ao (ciber)jornalismo de proximidade na construção do seu quotidiano, da sua memória e da sua pertença.

5. Consumo mediático em Trás-os-Montes

A metodologia de construção, recolha e tratamento dos dados que suporta este capítulo foi apresentada em detalhe no Capítulo 3 (Metodologia).

Relembramos que este capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos através de um questionário aplicado aos habitantes dos 26 concelhos que constituem os distritos de Bragança e Vila Real (N = 1342). Os dados recolhidos permitem estabelecer uma caracterização dos hábitos, preferências e perceções associados ao consumo de informação regional em Trás-os-Montes.

O capítulo encontra-se estruturado em torno das variáveis abordadas pelo questionário, agrupadas de acordo com os seus objetivos e complementaridades metodológicas. O capítulo recebe ainda os contributos dos emigrantes transmontanos.

Inicialmente, procede-se a uma caracterização do consumo mediático em Trás-os-Montes, analisando dados demográficos, hábitos e fontes de informação.

Em seguida, abordam-se especificamente as questões relativas à acessibilidade e obstáculos ao consumo de informação, antecedidas por uma breve contextualização documental sobre a infraestrutura digital regional, essencial para perceber os desafios próprios desta região.

Posteriormente, explora-se qualitativamente a relação particular da diáspora com os media regionais, através da realização de grupos focais, complementando os dados quantitativos com uma perspetiva mais subjetiva e aprofundada.

A avaliação pública da cobertura mediática regional é apresentada a seguir, combinando resultados quantitativos com uma análise qualitativa das sugestões expressas na questão aberta.

Sendo este capítulo de natureza expositiva, apresenta uma análise descritiva dos dados recolhidos, apoiada em gráficos e, quando necessário, em tabelas (elaborados pela autora), de modo a facilitar a interpretação e a compreensão dos resultados.

Segundo os dados populacionais de 2021, o distrito de Vila Real tem 185.086 habitantes, enquanto o distrito de Bragança conta com 122.739 habitantes, totalizando 307.825 indivíduos na região em estudo. Assim, a amostra obtida (N = 1342)

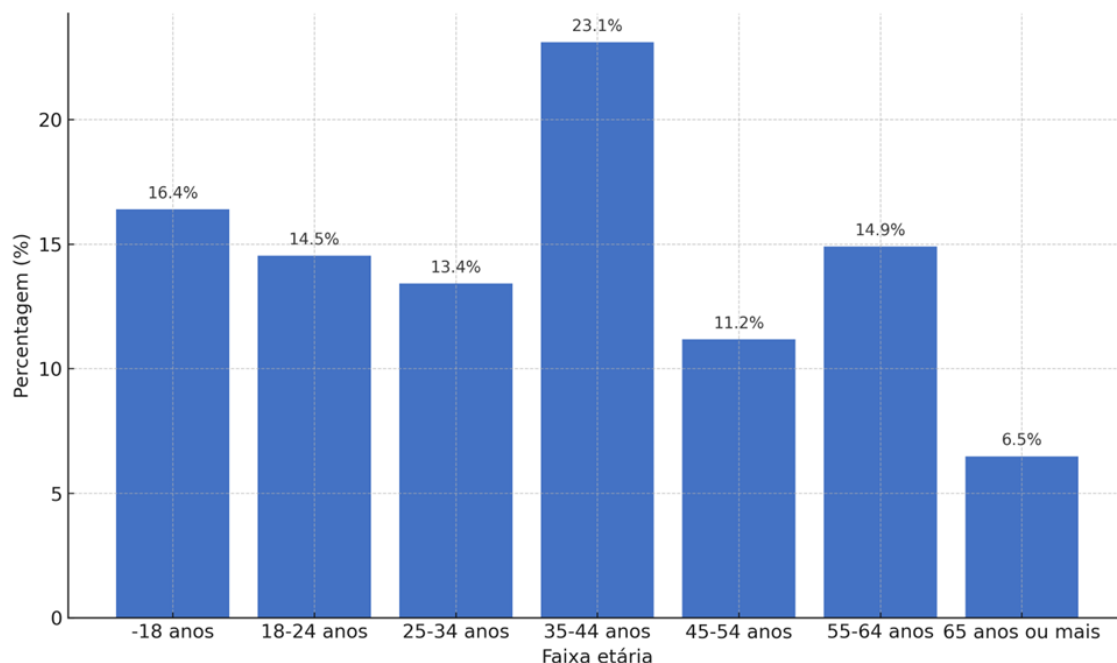
corresponde aproximadamente a 0,44% da população total de ambos os distritos. Apesar desta representatividade percentual reduzida, os resultados permitem uma aproximação inicial válida e indicativa das tendências e opiniões da população analisada.

Apesar dos esforços empreendidos, tem-se revelado cada vez mais difícil sensibilizar a população para a importância destes estudos e obter respostas em número significativo aos inquéritos realizados. Não obstante estas dificuldades, através do apoio e envolvimento de diversas entidades regionais, foi possível alcançar os atuais 1342 respondentes. Esta colaboração institucional contribuiu de forma determinante para assegurar uma representatividade possível e reforçar a validade do estudo realizado.

5.1. Práticas e hábitos de consumo mediático da população residente

O gráfico 7 apresenta a distribuição etária dos participantes (N = 1342), evidenciando uma presença diversificada de todas as faixas etárias. Esta distribuição é bastante heterogênea, com o grupo mais representado (35-44 anos) a corresponder apenas a 23,1% (310 respostas). Interessante também é a participação significativa dos menores de 18 anos (16,4%, 220 respostas). Esta dispersão etária é positiva por assegurar diversidade de perspectivas, embora possa dificultar análises segmentadas mais detalhadas.

Gráfico 7: Distribuição dos participantes por faixa etária

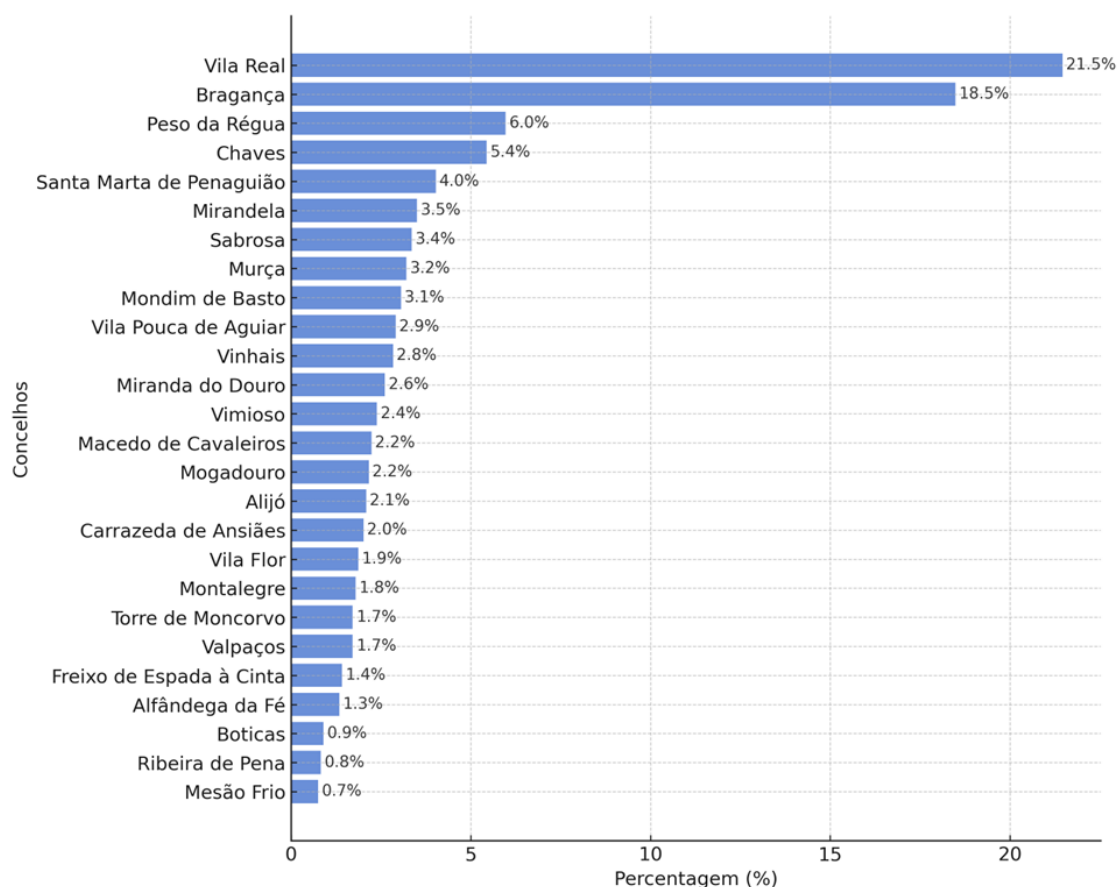


Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Relativamente à distribuição dos participantes por género (N = 1342), observa-se uma maior participação feminina, com 781 respostas (58,2%), comparativamente à masculina, com 561 respostas (41,8%). A distribuição visual pode ser consultada no gráfico 3 do anexo 16.

O gráfico 8 apresenta a distribuição dos participantes (N = 1342) pelos 26 concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança. Naturalmente, os concelhos mais populosos destacam-se, sobretudo Vila Real (288 respostas, 21,5%) e Bragança (248 respostas, 18,5%), enquanto os menos habitados registaram menor participação, como Mesão Frio (10 respostas, 0,7%) e Alfândega da Fé (18 respostas, 1,3%)

Gráfico 8: Distribuição geográfica dos participantes



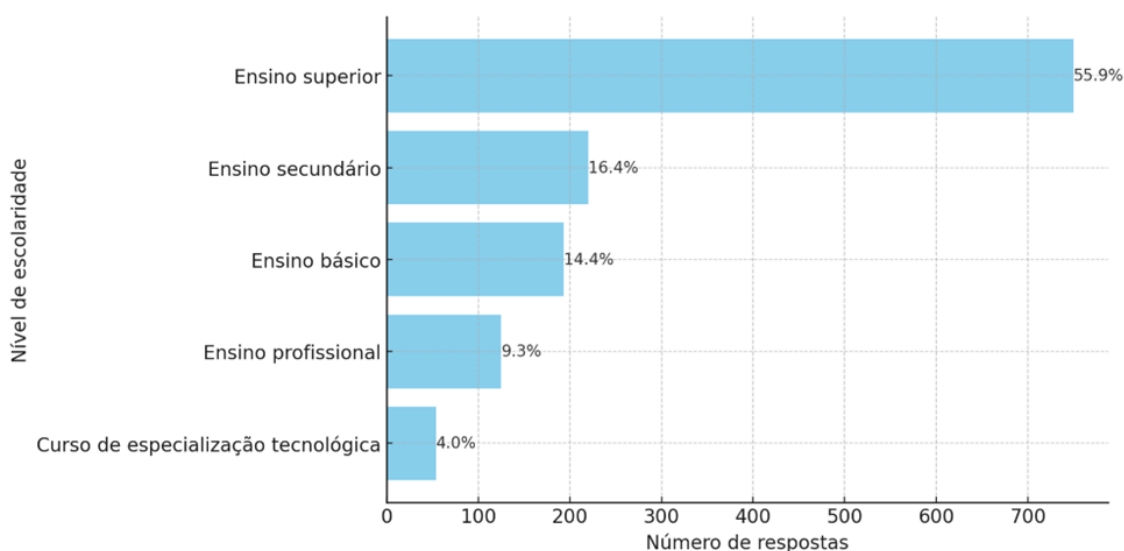
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Inicialmente, a participação foi desproporcional nos vários concelhos, tendo sido realizados contactos específicos junto de agentes locais para equilibrar a representatividade das respostas. Este trabalho permitiu obter respostas de todos os concelhos abrangidos, ainda que os menos populosos não permitam análises individuais detalhadas. Contudo, os dados destes concelhos assumem relevância numa análise integrada do consumo mediático regional, garantindo uma visão mais equilibrada e abrangente da realidade transmontana.

O gráfico 9 apresenta a distribuição dos respondentes (N = 1342) por nível de escolaridade. Salienta-se a prevalência de participantes com ensino superior (55,9%, 750 respostas), confirmando uma tendência frequentemente observada em estudos desta natureza, em que pessoas com maior qualificação académica tendem a participar mais ativamente. Esta composição pode influenciar os resultados obtidos, refletindo

perspetivas possivelmente distintas da população geral da região. Por outro lado, regista-se menor representatividade dos níveis de ensino secundário, básico e profissional, o que sugere uma limitação do alcance do estudo junto desses grupos.

Gráfico 9: Distribuição dos participantes por nível de escolaridade

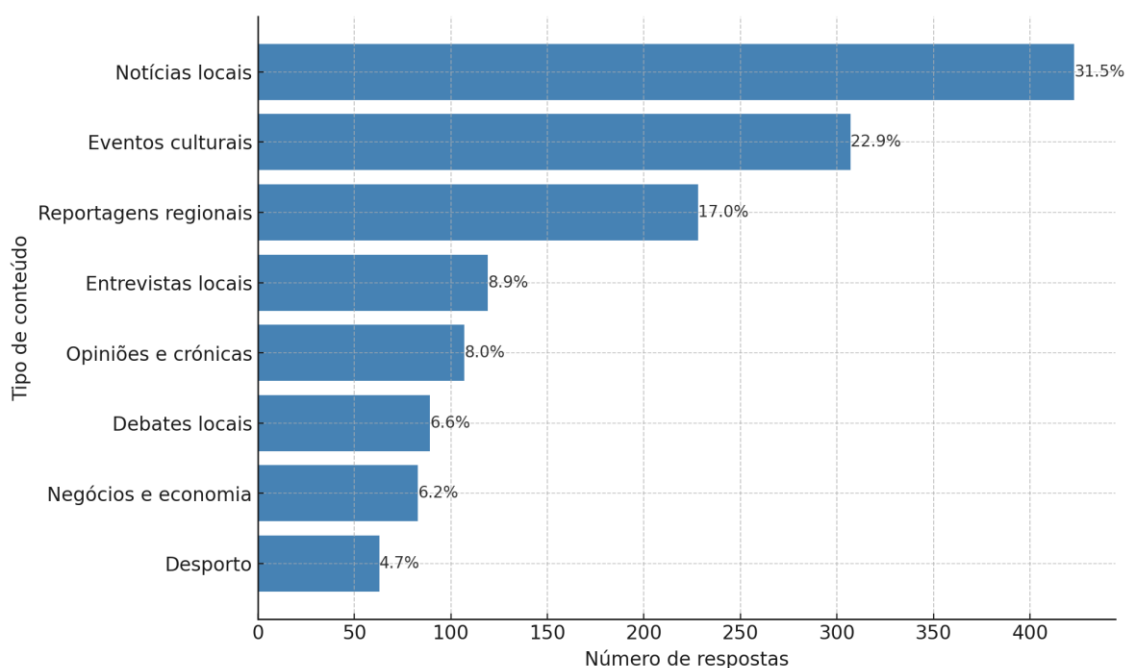


Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Relativamente à distribuição dos participantes (N = 1342) segundo a sua ocupação principal, destacam-se os trabalhadores por conta de outrem, com 489 respostas (36,4%). Os estudantes formam o segundo maior grupo, com 319 respostas (23,8%), refletindo uma participação ativa dos mais jovens, um resultado influenciado pelas muitas respostas recebidas dos participantes menores de 18 anos, que naturalmente ainda não têm uma ocupação profissional definida. Seguem-se os desempregados, com 235 respostas (17,5%), e os trabalhadores por conta própria, com 225 respostas (16,8%). Por último, os reformados representam o grupo menos numeroso, com 74 respostas (5,5%). A representação gráfica destes resultados pode ser consultada no gráfico 4 do anexo 16.

Os dados relativos aos hábitos e consumos de informação estão representados no gráfico 10, que apresenta os resultados obtidos na questão sobre os tipos de conteúdos que a população dos distritos de Vila Real e Bragança procura habitualmente nos media regionais. Tratou-se de uma pergunta com possibilidade de resposta múltipla.

Gráfico 10: Tipos de conteúdos procurados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (resposta múltipla; N = 1342 participantes; total de respostas = 1.419)

O conteúdo que se destaca como mais escolhido é o das “Notícias do meu concelho ou freguesia” (designado por “Notícias locais” no gráfico), com 423 respostas, correspondendo aproximadamente a um terço dos participantes (31,5% dos 1342 participantes). Apesar de esta não ser uma proporção esmagadora, continua a ser a categoria com maior frequência, sugerindo que os conteúdos informativos locais permanecem importantes para uma parte significativa da população estudada, ainda que o interesse não seja generalizado.

Seguem-se os conteúdos sobre “Eventos e agenda cultural” (abreviado para “Eventos culturais” no gráfico), com 307 respostas (22,9%), e as “Reportagens sobre temas regionais” (abreviado para “Reportagens regionais”), com 228 respostas (17,0%). As restantes categorias apresentam valores inferiores: “Entrevistas a figuras locais” (“Entrevistas locais”), com 119 respostas (8,9%); “Opiniões e crónicas sobre temas da região” (“Opiniões e crónicas”), com 107 respostas (8,0%); “Debates e fóruns sobre a atualidade local” (“Debates locais”), com 89 respostas (6,6%); “Informação sobre

negócios e oportunidades económicas na região” (“Negócios e economia”), com 83 respostas (6,2%) e, por fim, o “Desporto”, com 63 respostas (4,7%).

Os dados obtidos nesta questão requerem uma leitura cuidadosa, evitando interpretações precipitadas. De facto, o conteúdo mais selecionado foi o das “Notícias do meu concelho ou freguesia”, o que evidencia um interesse relevante pelos temas locais. Ainda assim, importa destacar que esta preferência não é esmagadora, abrangendo cerca de um terço dos participantes.

De notar também o posicionamento da categoria “Desporto” em último lugar. Este resultado pode contrariar uma perceção habitual de que o desporto desperta sempre grande entusiasmo e interesse generalizado. No contexto específico do desporto transmontano, a existência de apenas um meio especializado na região, o Jornal "Desportivo Transmontano", que atualmente enfrenta significativas dificuldades estruturais, nomeadamente com redações esvaziadas e recursos editoriais limitados (analisado com mais detalhe no capítulo 8 desta tese), pode contribuir para esta menor relevância atribuída pelos participantes. Um menor dinamismo desportivo na região pode também desempenhar um papel relevante. Embora outros meios regionais também abordem temas desportivos, fazem-no geralmente de forma superficial, limitando-se à apresentação básica de resultados. Por essa razão, é possível que os participantes procurem informações desportivas noutras fontes que não os media regionais transmontanos.

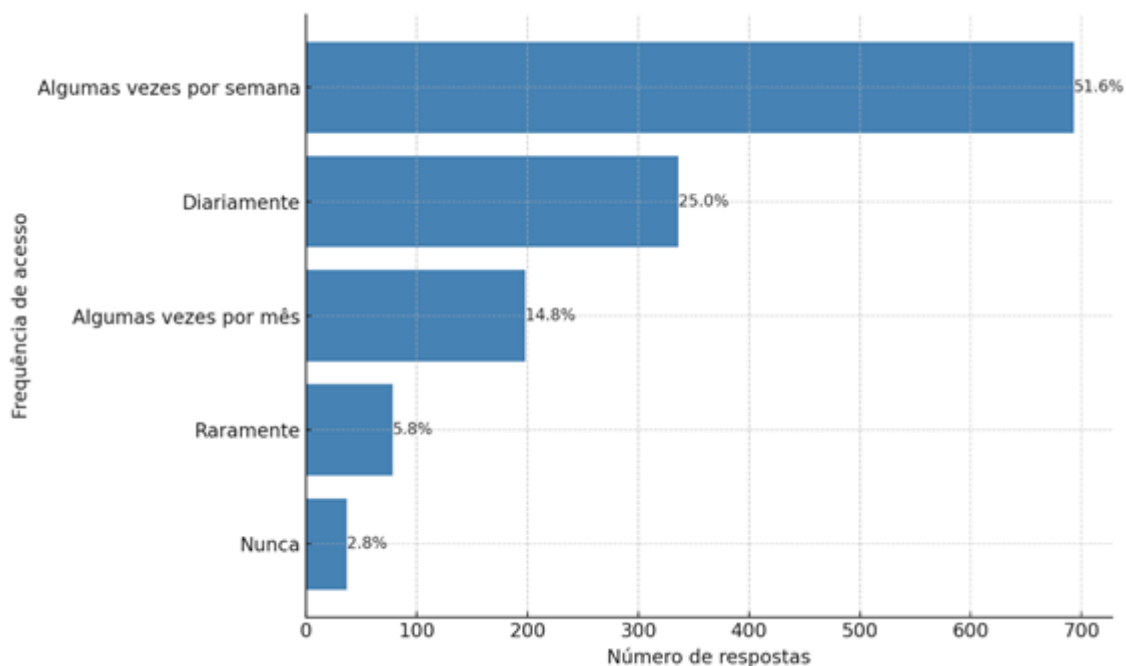
Importa ainda considerar categorias com valores intermédios, como “Opiniões e crónicas”, “Debates e fóruns” e “Negócios e oportunidades económicas”, que podem sugerir a existência de um público específico que valoriza conteúdos com potencial reflexivo ou de diálogo comunitário e temas que abordam o desenvolvimento económico local. Esta tendência poderá estar relacionada com o perfil dos participantes deste estudo, em que predomina o ensino superior, indicando que uma parte significativa dos respondentes poderá privilegiar conteúdos mais analíticos e reflexivos. No entanto, estes dados não devem ser generalizados, devendo ser vistos como hipóteses interpretativas.

Outro ponto metodológico importante é a possibilidade de o desenho da questão ter influenciado os resultados. A opção “Notícias do meu concelho ou freguesia” estava posicionada no início do questionário, enquanto “Desporto” estava no final, o que pode ter condicionado algumas respostas. Também o reduzido número de participantes que selecionou múltiplas opções (apenas 77 dos 1342 participantes) poderá também ter contribuído para resultados menos alinhados com perceções mais generalizadas.

Assim sendo, é essencial interpretar estes resultados com a consciência das suas limitações metodológicas e especificidades regionais, temporais e sociodemográficas. Não é, de qualquer forma, objetivo deste estudo comparar realidades regionais ou contextos temporais distintos. As perceções gerais que possuímos podem não se confirmar nesta realidade específica, o que é perfeitamente válido, reforçando a importância destes dados como um ponto de partida válido e relevante para estudos futuros mais aprofundados.

Em relação à frequência com que os respondentes procuram informações sobre o seu concelho ou freguesia (gráfico 11), a maioria afirmou fazê-lo semanal ou diariamente. Por outro lado, existe um grupo minoritário que o faz com menor frequência ou nunca, o que pode indicar níveis diferentes de interesse.

Gráfico 11: Frequência de procura de informações



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Esta diferença pode estar associada a diversos fatores, tais como diferenças geracionais, limitações económicas ou dificuldades no acesso às tecnologias. Assim, estes resultados devem ser interpretados com prudência, não representando uma realidade universal, mas sim destacando a importância de estratégias de comunicação e políticas públicas específicas para promover uma maior motivação e acessibilidade no consumo de informação local.

Estes números podem ser melhor compreendidos a partir das duas respostas seguintes. À pergunta “Valorizaria mais notícias de proximidade sobre a sua freguesia ou localidade?”, a maioria dos respondentes (853 indivíduos, 63,6%) respondeu afirmativamente (“Sim”). Por outro lado, 21,6% (290 pessoas) mostraram-se indecisas, revelando abertura, mas também alguma incerteza. Apenas 14,8% (199 respostas) responderam negativamente (“Não”). Estes dados sugerem uma tendência da população estudada para valorizar notícias de proximidade, indicando preliminarmente uma oportunidade para os media regionais reforçarem esta dimensão informativa (gráfico 5 do anexo 16).

Por sua vez, as respostas à pergunta “Considera que há uma boa cobertura mediática sobre os problemas e oportunidades nas zonas rurais?” revelam uma perceção predominantemente negativa. A opção “Não” foi assinalada por 49,7% (667 respostas), sugerindo que quase metade considera esta cobertura mediática insuficiente ou inadequada às suas expectativas ou necessidades. Em contraste, 30,0% (403 pessoas) responderam positivamente (“Sim”), reconhecendo que a cobertura existente é adequada ou suficiente. Outros 20,3% (272 participantes) selecionaram “Não tenho opinião”, o que poderá refletir algum distanciamento ou incerteza relativamente aos critérios utilizados para avaliar a adequação da cobertura mediática (gráfico 6 do anexo 16).

Importa destacar que o conceito de “boa cobertura” pode ter sido interpretado pelos respondentes de forma subjetiva, sendo provável que para alguns esta adequação esteja relacionada com a frequência das notícias, a diversidade dos temas abordados, ou a profundidade com que os problemas e oportunidades são tratados pelos media regionais. Assim, esta variação de critérios interpretativos merece ser reconhecida, devendo ser considerada numa futura análise qualitativa mais aprofundada.

A articulação destes resultados com as 276 (20,6%) respostas relativas à baixa frequência de acesso a notícias locais (“algumas vezes por mês” e “raramente”) sugere a existência de um grupo específico para quem o menor interesse por conteúdos locais pode decorrer precisamente da perceção negativa sobre a cobertura jornalística disponível. De facto, a perceção menos favorável sobre a qualidade ou relevância da informação local pode explicar, pelo menos parcialmente, a reduzida procura deste tipo de conteúdos.

A tabela 3 sintetiza os resultados obtidos a partir da questão aberta sobre quais temas o público considera serem mais relevantes para a região. De um total inicial de 1342 participantes, apenas 302 respostas foram consideradas válidas para análise qualitativa, uma vez que as restantes estavam incompletas, continham caracteres isolados ou não tinham significado (“nada a declarar”, “sem opinião”, etc.).

As 302 respostas válidas foram submetidas a uma análise de conteúdo, permitindo organizar a informação de forma sistemática. As respostas foram agrupadas

por afinidade semântica, resultando na identificação de temas recorrentes. Apesar da diversidade linguística utilizada, constatou-se que muitas respostas expressavam ideias semelhantes, ainda que com vocabulário diferente. Desta análise emergiram dez temas centrais, que sintetizam as principais preocupações, interesses e perceções manifestadas pelos respondentes sobre a realidade regional.

Tabela 3: Temas considerados mais relevantes para a região

Nº	Temas mais relevantes mencionados	% de menções
1	Apoio à agricultura e sustentabilidade	15,9
2	Emprego e desenvolvimento económico	13,9
3	Melhoria dos serviços de saúde locais	12,6
4	Promoção do turismo regional	11,6
5	Preservação da cultura e tradições	10,6
6	Infraestruturas rodoviárias e transportes	9,6
7	Educação e oportunidades para jovens	8,6
8	Segurança pública e policiamento	7,0
9	Combate à desertificação e envelhecimento	5,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342; Total de respostas válidas =302; resposta aberta).

Entre os temas mencionados pelos participantes, destacam-se os relacionados com o apoio à agricultura e sustentabilidade ambiental (48 menções, 15,9%). Esta preferência reflete a preocupação dos habitantes com a importância da agricultura, percebida como essencial ao desenvolvimento económico regional. Alguns participantes referiram diretamente: “a agricultura é fundamental para o futuro da região” (P12)⁹⁴ ou “precisamos de mais ajudas para os agricultores” (P99). Esta ênfase poderá também estar relacionada com as características da região, predominantemente rural, onde o setor agrícola mantém relevância económica e sociocultural significativa (ver capítulo 4).

Segue-se o interesse nas questões económicas, especificamente emprego e desenvolvimento económico regional (42 menções, 13,9%). Os respondentes destacaram preocupações como “faltam oportunidades de emprego estável” (P241) ou

⁹⁴ A sigla "P" corresponde a "participante", seguida do número identificativo atribuído a cada respondente.

“é necessário mais investimento local para evitar a saída dos jovens” (P114). Estes aspetos são essenciais para a fixação e atração populacional numa região marcada por desafios demográficos específicos (ver capítulo 4).

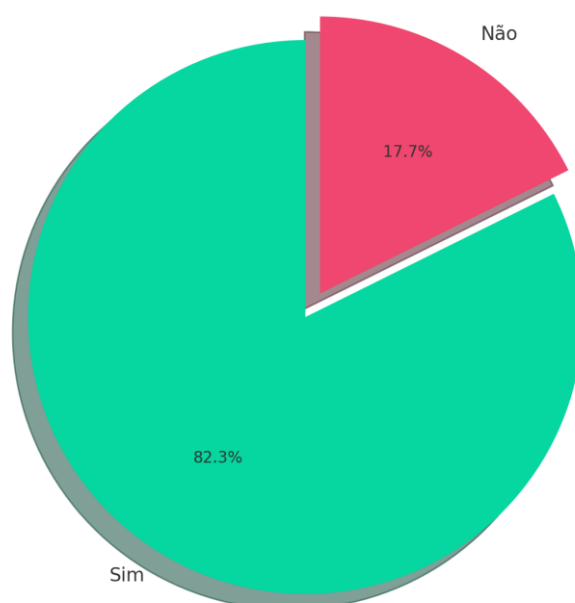
Outro tema relevante é a melhoria dos serviços de saúde locais (38 menções, 12,6%), revelando uma preocupação com a acessibilidade e qualidade dos cuidados médicos na região. Exemplos concretos incluem “há poucos médicos disponíveis” (P4) ou “precisamos urgentemente de mais especialistas na região” (P17), refletindo preocupações generalizadas alinhadas ao debate nacional sobre o estado do sistema público de saúde.

Na sua totalidade, os resultados qualitativos apresentados demonstram a diversidade das prioridades regionais, destacando preocupações económicas, sociais, culturais e ambientais essenciais para um desenvolvimento equilibrado. Ainda assim, é importante reconhecer que o número reduzido de respostas válidas limita esta análise qualitativa, representando uma oportunidade perdida para uma compreensão mais profunda das visões dos transmontanos sobre o futuro do seu território.

A maioria dos participantes (832 dos 1342 respondentes, 62%) declarou utilizar fontes de informação alternativas aos meios tradicionais (boletins paroquiais, associações locais ou informações das autarquias), enquanto 510 respondentes (38%) dependem exclusivamente dos media tradicionais (jornais locais, rádio e televisão). Estes resultados sugerem uma coexistência de diferentes formas de aceder à informação local, apontando para a relevância das fontes alternativas como complemento dos meios tradicionais. Para os media regionais, isto pode representar uma oportunidade estratégica para reforçar colaborações com canais informais e institucionais próximos das comunidades (gráfico 7 do anexo 16).

O gráfico 12 apresenta a percentagem de participantes que acompanham páginas de redes sociais ligadas a autarquias, associações ou grupos comunitários como forma de se manterem informados sobre questões locais.

Gráfico 12: Acompanhamento de autarquias e grupos comunitários nas redes sociais online



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

A vasta maioria dos respondentes (1105 respostas, cerca de 82,3%) confirmou acompanhar regularmente estas plataformas. Por outro lado, apenas 237 participantes (17,7%) responderam negativamente ("Não"), indicando um interesse menor ou preferência por outros media para obter informação. Estes resultados mostram o papel das redes sociais como fonte importante de informação comunitária, destacando a sua relevância na dinâmica informativa regional.

Os dados apresentados na tabela seguinte (tabela 4) resultam da análise qualitativa das 402 respostas válidas à pergunta aberta sobre os locais onde os participantes costumam procurar informação local. Para assegurar coerência na leitura e interpretação dos dados, foi realizada uma categorização cuidadosa com base em semelhanças funcionais e na intencionalidade comunicativa das fontes referidas. Durante este processo, as respostas foram lidas individualmente e reagrupadas segundo o tipo de plataforma, formato ou entidade a que se referiam. Por exemplo, menções como “Município de Peso da Régua” (P182) ou “Facebook da Câmara de Vimioso”(P308)

foram inseridas na categoria “*Facebook* das autarquias”, uma vez que remetem para páginas institucionais usadas como fonte de comunicação oficial e de proximidade.

Do mesmo modo, quando os participantes referiam nomes específicos de grupos, como “Somos da Bila e ponto final” (P79), foi realizada uma verificação desses nomes, com o objetivo de identificar se se tratavam de comunidades informais online. Neste caso concreto, constatou-se tratar-se de um grupo comunitário do *Facebook* com quase 12 mil subscritores, centrado na cidade de Vila Real, pelo que a resposta foi incluída na categoria “Grupos comunitários no *Facebook*”.

Esta metodologia foi igualmente aplicada a outras menções, como “A Voz de Trás-os-Montes” (P10), “Mensageiro de Bragança” (P2) ou “Universidade FM”(P124), que foram, após análise, respetivamente reclassificadas como “Jornais em papel”, “Sites de jornais regionais” e “Rádios locais”. Desta forma, garantiu-se que mesmo respostas breves ou ambíguas pudessem ser corretamente interpretadas e agrupadas, respeitando o espírito e o contexto de cada menção feita pelos respondentes.

Esta abordagem permitiu não só sistematizar a informação, como também captar nuances importantes sobre as dinâmicas informativas da população transmontana, valorizando tanto as fontes institucionais como as comunitárias e informais.

Tabela 4: Meios utilizados para aceder a informação local

Meio de informação local	% de menções
<i>Facebook</i> das autarquias	27.9
Grupos comunitários no <i>Facebook</i>	23.4
Sites e redes sociais de jornais regionais	17.9
Jornais em papel	12.9
Rádios locais	9.5
Grupos de <i>WhatsApp</i>	5.2
Passa-a-palavra (conversas com vizinhos/familiares)	3.2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342; Total de respostas válidas = 402; resposta aberta).

As fontes mais mencionadas pelos participantes são o *Facebook* das autarquias locais (112 menções, 27,9%) e os grupos comunitários nesta rede social (94 menções,

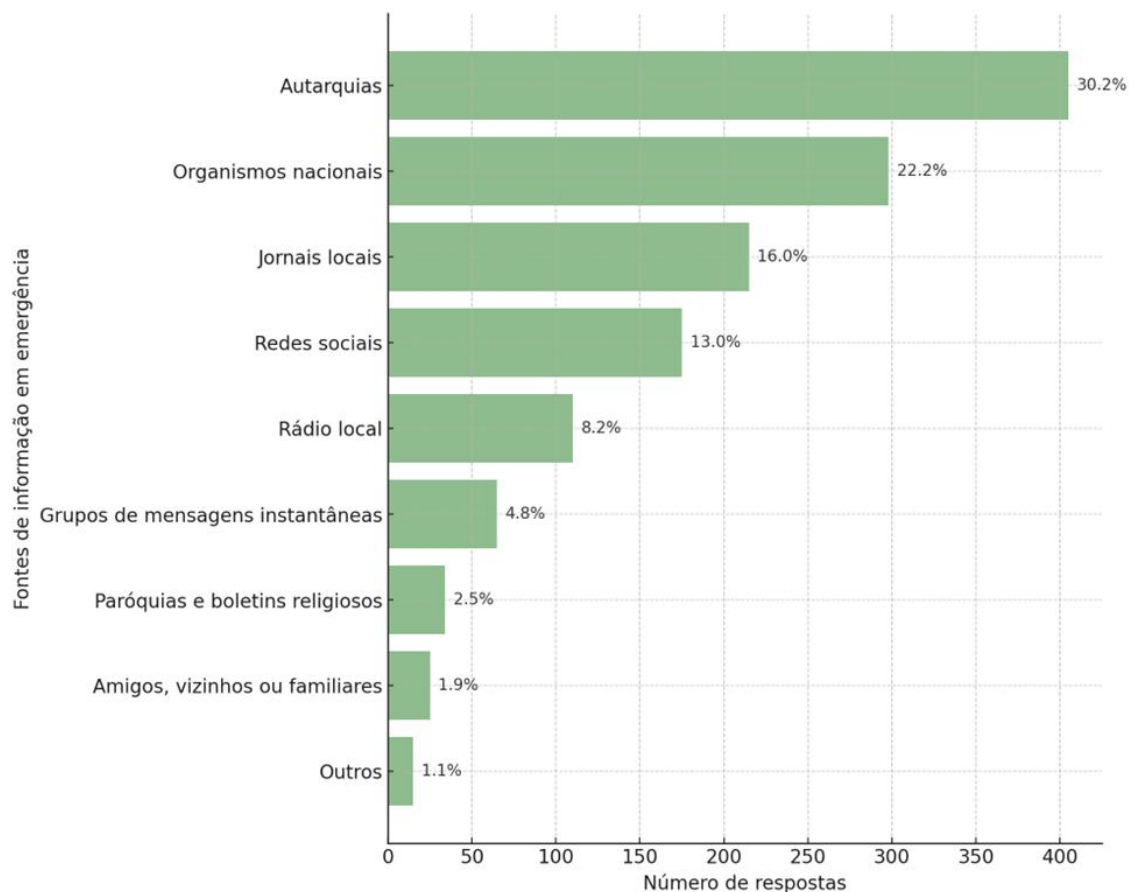
23,4%), destacando o papel do *Facebook* como canal preferencial para o acesso à informação local. Seguem-se os sites e redes sociais dos jornais regionais (72 menções, 17,9%), jornais em papel (52 menções, 12,9%) e rádios locais (38 menções, 9,5%).

Em termos analíticos, é relevante observar que o meio mais referido, o *Facebook* das autarquias locais, é um canal institucional que geralmente não oferece conteúdos jornalísticos abrangentes ou aprofundados. Este resultado indica que, para muitos respondentes, a percepção do que constitui informação local pode ir além dos media tradicionais, refletindo uma definição mais alargada e menos convencional, em que a proximidade e a comunicação direta das autarquias com os cidadãos assumem maior importância que o rigor jornalístico ou a profundidade informativa.

Apesar do potencial analítico dos dados obtidos, o número limitado de respostas válidas (402 respostas) condiciona uma análise qualitativa mais aprofundada. Uma participação mais elevada teria permitido captar melhor a diversidade das práticas informativas na região. Fica, assim, aberta a possibilidade de estudos futuros que aprofundem esta questão, explorando detalhadamente os motivos que levam à escolha dos meios digitais e a eventual redução de interesse pelos formatos tradicionais.

No gráfico seguinte (gráfico 13), apresentamos os resultados obtidos na questão sobre as fontes de informação consideradas mais confiáveis pela população dos distritos em estudo em situações de emergências.

Gráfico 13: Fontes de informação confiáveis em situações de emergência



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Destaca-se que as autarquias locais (Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia) são consideradas a fonte mais confiável, com 405 respostas (30,2%), refletindo a importância das instituições locais como canais privilegiados de comunicação em contextos críticos. Em segundo lugar surgem os organismos nacionais, como a Proteção Civil e o IPMA, com 298 respostas (22,2%), indicando confiança em fontes oficiais.

Os jornais locais aparecem na terceira posição, com 215 respostas (16%), mantendo relevância como fontes credíveis e complementares às informações oficiais. Seguem-se as redes sociais com 175 menções (13%), mostrando a sua importância na disseminação rápida de informações, embora com menor confiança face às fontes institucionais.

Outras fontes mencionadas incluem a rádio local (110 respostas, 8,2%), grupos de mensagens instantâneas (65 respostas, 4,8%), paróquias e boletins religiosos (34

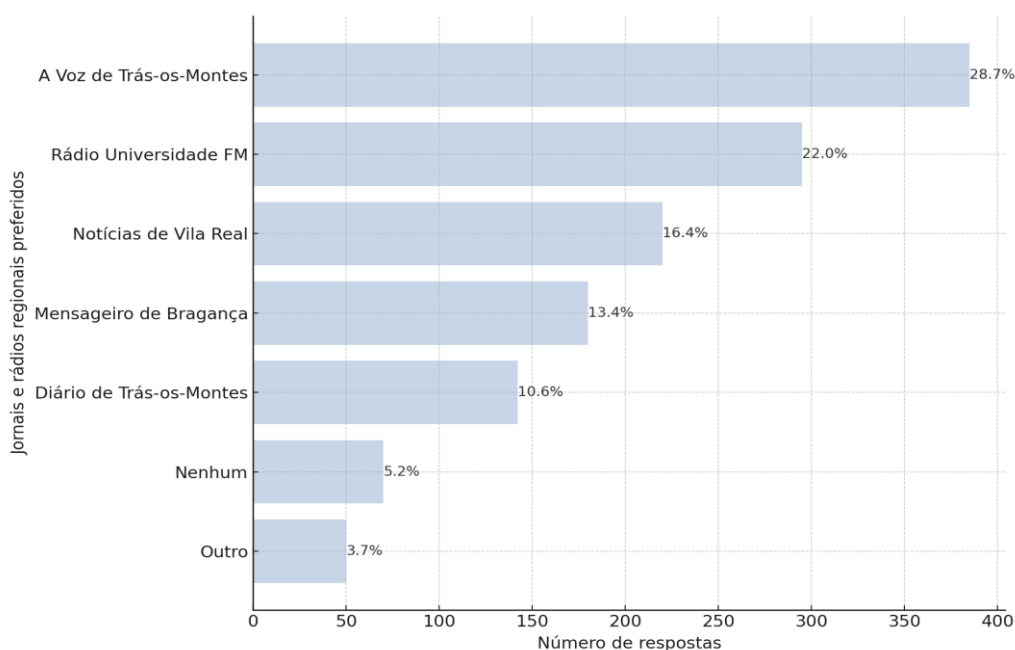
respostas, 2,5%), amigos, vizinhos ou familiares (25 respostas, 1,9%), e outras fontes diversas (15 respostas, 1,1%).

Das respostas da categoria "outras fontes", apenas duas foram consideradas válidas após análise: o jornal "Desportivo Transmontano" (P844), integrado em "jornais locais", e o grupo "Valpaços e freguesias" (P227), incluído nas "redes sociais".

Ao analisar estes resultados em articulação com os dados da Tabela 4, verifica-se coerência no comportamento dos respondentes. Quer em contextos habituais, quer em situações de emergência, a população transmontana tende a privilegiar as autarquias locais como canais institucionais de informação. Embora nesta questão não tenha sido perguntado especificamente sobre o *Facebook* das autarquias, na Tabela 4 os participantes mencionaram diretamente essa plataforma. Assim, fica evidente que as autarquias são habitualmente procuradas pela população transmontana, independentemente do contexto.

No que se refere aos jornais e rádios locais preferidos pelos respondentes (gráfico 14), destaca-se em primeiro lugar o jornal "A Voz de Trás-os-Montes", com 385 respostas (28,7%), refletindo a sua forte presença histórica na região (completará 80 anos em 2027).

Gráfico 14: Jornais e rádios locais preferidos pela população



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

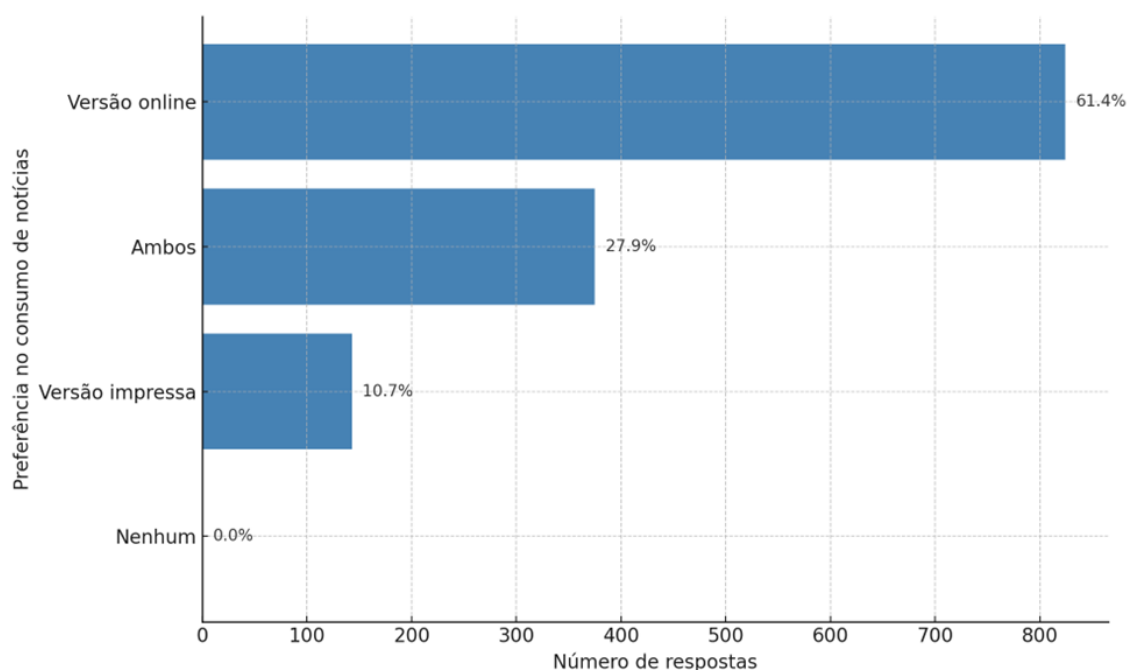
O segundo meio mais mencionado foi a "Rádio Universidade FM" (295 respostas, 22%), resultado que poderá estar relacionado com o número de jovens entre os participantes, uma vez que esta rádio tem conteúdos direcionados particularmente para esse público e é uma rádio universitária.

O jornal digital "Notícias de Vila Real" surge em terceiro lugar com 220 menções (16,4%), posição que evidencia uma preferência relevante dos participantes por este meio online específico. É ainda relevante observar que outros meios regionais, como Rádio Onda Livre, M80 Vila Real, Rádio Ansiães e Notícias de Aguiar, foram mencionados por 50 respondentes (3,7%), sugerindo diversidade na procura por informação local. Por fim, 70 participantes (5,2%) afirmaram não preferir qualquer dos meios apresentados, o que pode indicar desinteresse ou insuficiente identificação com a oferta disponível.

Este conjunto de resultados revela uma preferência variada que combina meios tradicionais, como jornais históricos ("A Voz de Trás-os-Montes"), rádios direcionadas para públicos específicos (rádio universitária), jornais locais com edições em papel e online ("Notícias de Vila Real") e jornais exclusivamente online ("Diário de Trás-os-Montes"). Este cenário reflete a diversidade de interesses do público regional transmontano, bem como a coexistência de diferentes formatos mediáticos na região.

Relativamente à preferência pelo formato de consumo de notícias (gráfico 15), a versão online foi a mais referida, com 824 respostas (61,4%). Segue-se o grupo que indicou utilizar ambos os formatos — digital e impresso — com 375 respostas (27,9%). A versão impressa, isoladamente, recolheu 143 respostas (10,7%). A opção "Nenhum" não foi assinalada por nenhum dos 1342 participantes.

Gráfico 15: Preferência pelo formato de consumo de notícias



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

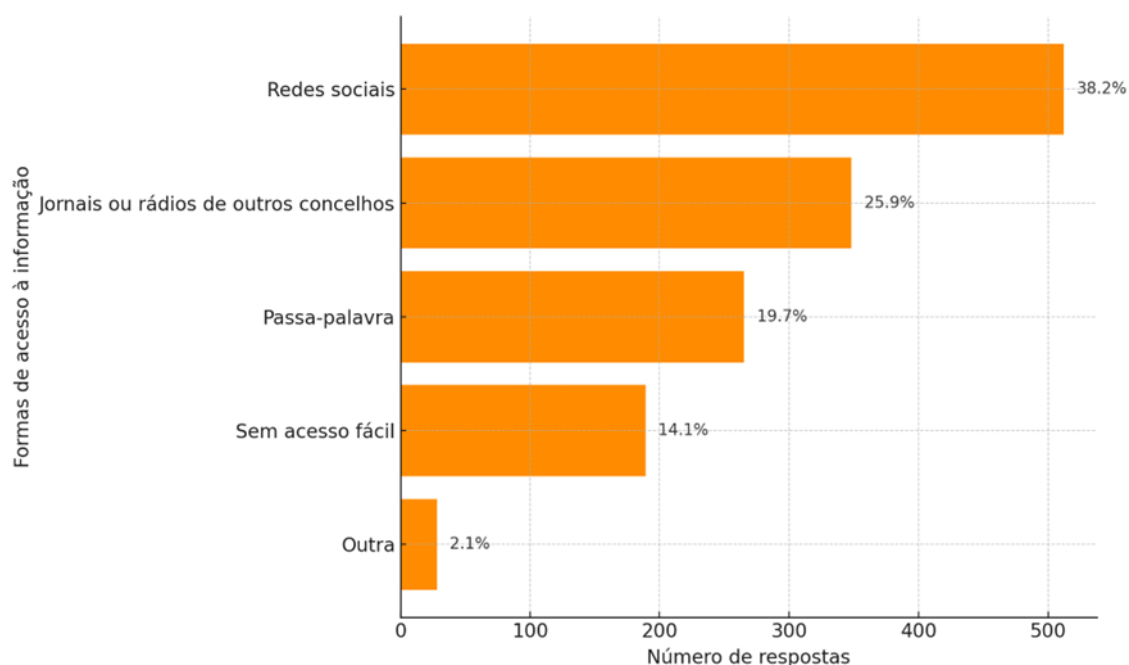
Embora circunscritos a este universo de inquiridos, estes dados sugerem uma mudança nos hábitos de consumo noticioso, marcada por uma utilização crescente dos meios digitais. A ausência de respostas na opção “Nenhum” mostra que os participantes continuam a procurar informação jornalística — sendo a principal diferença o formato em que essa procura é feita.

A reduzida adesão à versão impressa, em contraste com a preferência pela versão online ou pelo uso combinado dos dois formatos, levanta questões que vão além do suporte utilizado. Mais do que uma mudança tecnológica, está em causa a necessidade de os media regionais perceberem onde e como o seu público prefere aceder à informação. A análise desses hábitos deverá orientar eventuais ajustes nas estratégias de distribuição e presença editorial. Esta observação não aponta apenas para uma transição de formato, mas para uma exigência concreta de alinhamento entre os meios utilizados e as práticas informativas da população. Tal alinhamento terá consequências na capacidade dos media regionais assegurarem a sua sustentabilidade e pertinência.

Importa referir que a pergunta relativa ao formato de consumo de notícias não distinguia entre meios informativos específicos, como jornais ou rádios, nem especificava se a versão online referia exclusivamente jornais digitais ou incluía também plataformas digitais de rádios e outros media. Do mesmo modo, a referência à versão impressa remete diretamente apenas para publicações em papel, excluindo, por exemplo, o consumo de rádio em frequência modulada (FM). Esta limitação deve ser tida em conta na interpretação dos resultados, uma vez que poderá ter influenciado a forma como os participantes compreenderam e responderam à questão.

O gráfico 16 ajuda a compreender as estratégias adotadas pelos inquiridos para aceder à informação local em contextos onde não existem media regionais ativos. Algumas localidades transmontanas registavam, em 2022, a inexistência de qualquer meio informativo local em funcionamento (Jerónimo et al., 2022c). Neste cenário de ausência, os dados recolhidos indicam que as redes sociais são o principal meio de acesso à informação, com 512 respostas (38,2%).

Gráfico 16: Principais formas de acesso à informação sem órgãos locais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

A segunda opção mais referida foi o acompanhamento de jornais ou rádios de concelhos vizinhos (348 respostas, 25,9%), o que revela que, mesmo na ausência de media locais, há uma procura ativa por conteúdos regionais. Em terceiro lugar, surge a transmissão informal de informação — o tradicional passa-palavra — com 265 respostas (19,8%), demonstrando que esta prática continua presente.

Importa ainda destacar que 189 participantes (14,1%) indicaram não ter acesso fácil a informação relevante, sublinhando a persistência de barreiras no direito a estar informado. A opção “Outra” foi assinalada por 28 pessoas (2,1%), das quais apenas sete especificaram as formas alternativas utilizadas: três dessas respostas indicavam o padre ou as celebrações eucarísticas como forma de acesso à informação (P177, P322, P410), outras três referiam grupos comunitários no *Facebook* (P94, P228, P309) e uma mencionava mensagens diretas enviadas pela família (P13).

Na ausência de uma rede mediática estruturada, os indivíduos recorrem a soluções informais, digitais ou comunitárias, para colmatar a falta de informação local. Fica evidente a importância de canais alternativos e locais, especialmente em territórios com maior fragilidade informativa.

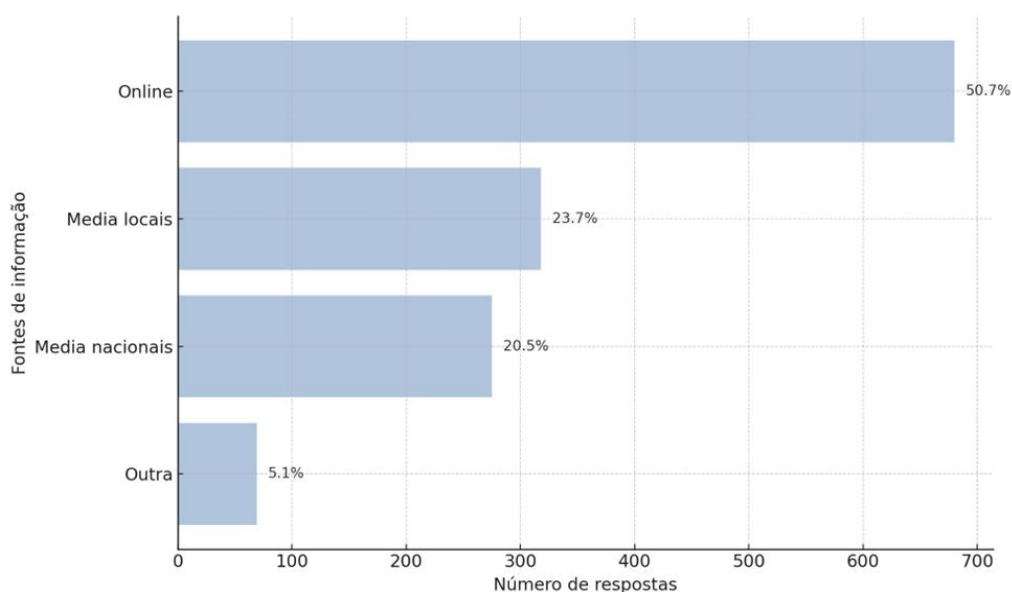
O gráfico 17 apresenta os canais através dos quais os participantes indicaram ter acesso mais rápido a notícias sobre o seu concelho. Importa salientar que esta pergunta admitia apenas uma opção de resposta, obrigando os participantes a indicar o canal que consideravam prioritário. A intenção original era perceber se a origem da informação — local ou nacional — influenciava essa perceção. No entanto, a formulação da pergunta acabou por incluir a categoria "online", além das categorias "media locais" e "media nacionais", sendo esta transversal e não permitindo distinguir claramente o âmbito geográfico do meio.

Neste contexto, a opção "online" foi a mais assinalada, com 680 respostas (50,7%). Esta preferência indica que o digital é atualmente o ponto de acesso prioritário à informação local — independentemente de esta ser veiculada por órgãos de comunicação locais ou nacionais.

Apesar de a estrutura da pergunta não permitir distinguir com precisão se os respondentes que escolheram "online" estavam a referir-se especificamente a meios

locais ou nacionais com presença digital, esta ambiguidade metodológica não compromete a validade da análise: reflete, antes, a realidade híbrida do consumo mediático contemporâneo, em que o digital funciona como uma porta de entrada comum a diferentes fontes informativas.

Gráfico 17: Fontes de acesso rápido a notícias sobre o concelho



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

A segunda opção mais referida foi a dos media locais, com 318 respostas (23,7%). Seguem-se os media nacionais, com 275 menções (20,5%). Por fim, a opção “Outra”, assinalada por 69 participantes (5,1%), incluiu respostas como grupos de mensagens instantâneas (*WhatsApp*, *Telegram*) e páginas de autarquias no *Facebook*. Estas formas informais e diretas evidenciam que, em contextos locais, os cidadãos recorrem a canais complementares e, por vezes, mais imediatos.

Ainda que a formulação da pergunta não tenha permitido identificar com exatidão a origem da informação, é possível concluir que a agilidade proporcionada pelo meio digital se sobrepõe à relevância atribuída pelos participantes à origem formal da notícia. O aspeto decisivo parece ser a rapidez e a facilidade com que os utilizadores chegam às notícias, independentemente da entidade responsável pela sua produção.

5.2. Acessibilidade, obstáculos e influência da desertificação nos hábitos mediáticos

Após termos apresentado os dados demográficos relacionados com o nosso estudo, assim como os hábitos de consumo de informação e as fontes preferenciais utilizadas pelos participantes, torna-se importante, antes de avançarmos para a análise detalhada sobre acessibilidade, obstáculos e impacto da desertificação nos hábitos mediáticos, clarificar o tipo de acessibilidade a que nos referimos neste contexto específico da região de Trás-os-Montes.

Ao falarmos em acessibilidade estamos a referir-nos a três dimensões essenciais que também influenciaram a escolha desta região para a investigação. A primeira dimensão está relacionada com a acessibilidade infraestrutural, ou seja, as condições técnicas efetivas de acesso à Internet. Pode parecer surpreendente nos dias atuais, mas em Trás-os-Montes subsistem dificuldades estruturais no que respeita ao acesso digital. Estas dificuldades manifestam-se sobretudo através da inexistência ou deficiências de rede, baixa velocidade das ligações, problemas frequentes de instabilidade ou interrupção dos serviços e até mesmo limitações geográficas decorrentes da localização isolada de várias comunidades.

A segunda dimensão de acessibilidade refere-se à facilidade de acesso aos meios informativos tradicionais impressos, como jornais e revistas. Em territórios de baixa densidade populacional e dispersão geográfica, como é o caso das aldeias transmontanas, nem sempre é fácil adquirir um jornal devido à escassez de pontos de venda próximos. Frequentemente, a única possibilidade de acesso a estes materiais ocorre apenas quando os habitantes se deslocam às vilas ou centros urbanos próximos, o que agrava a perceção de inacessibilidade.

A terceira dimensão da acessibilidade prende-se diretamente com os custos associados ao acesso à informação. Em comunidades com baixos rendimentos ou menor poder económico, como frequentemente acontece nesta região (ver capítulo 4), o preço dos jornais e revistas, bem como o custo dos serviços de Internet, pode representar um entrave adicional significativo. Este fator económico contribui para a perceção generalizada de inacessibilidade por parte da população local.

Por estas razões, optámos por introduzir uma breve análise documental sobre a infraestrutura digital disponível na região antes de interpretar os resultados do nosso inquérito. Esta opção metodológica justifica-se especialmente porque detetamos nas respostas ao inquérito bastantes respondentes a referirem já ter experienciado dificuldades em aceder a jornais online devido a problemas relacionados precisamente com infraestruturas ou custos associados. Embora a questão colocada no inquérito não tenha sido formulada diretamente como "não consegue aceder a jornais online porque não tem Internet?", ficou evidente, pela natureza das respostas obtidas, que há uma perceção generalizada destas dificuldades específicas (o detalhe destas respostas será apresentado mais abaixo).

Esta clarificação sobre o tipo de acessibilidade estudado é fundamental para interpretar corretamente os dados recolhidos, permitindo-nos compreender melhor como a ausência ou insuficiência de condições infraestruturais, a dificuldade em adquirir jornais impressos e os custos associados podem condicionar o acesso ao ciberjornalismo e à informação em geral na região transmontana.

Como vimos, parece quase impensável que, em plena era digital, o acesso à Internet ainda possa constituir uma barreira real e palpável. No entanto, esta é precisamente a realidade vivida por muitos habitantes de Trás-os-Montes, onde o processo de cobertura digital tem sido marcado por lentidão, investimentos tardios e inúmeros desafios operacionais (ANACOM, 2023; Diário de Trás-os-Montes, 2021). Esta questão é particularmente relevante numa época em que o consumo de notícias e informações migrou massivamente para plataformas digitais, condicionando profundamente o acesso ao ciberjornalismo – uma realidade com repercussões notórias em territórios isolados e rurais.

Historicamente, a introdução da banda larga e, mais recentemente, da fibra ótica, chegou com atraso significativo a Trás-os-Montes, em contraste com o litoral português, onde infraestruturas avançadas estavam já amplamente difundidas desde finais da década de 2000 (ANACOM, 2023; ECO, 2021). Este atraso não é meramente tecnológico; é sobretudo social e cultural, porque compromete o acesso pleno à informação e aprofunda desigualdades estruturais. Em várias localidades da região,

ainda hoje, as redes móveis e fixas oferecem velocidades bastante inferiores à média nacional, o que limita gravemente a utilização da Internet para aceder a conteúdos multimédia e informativos online (Diário de Trás-os-Montes, 2023).

Nas últimas décadas, embora tenha havido melhorias substanciais na infraestrutura digital disponível em Trás-os-Montes, os indicadores regionais continuam abaixo da média nacional. De acordo com a ANACOM (2023), cerca de 88,3% das famílias portuguesas já possuem acesso a serviços fixos de alta velocidade, mas a região transmontana ainda regista "zonas brancas", áreas completamente desprovidas de cobertura de redes modernas. Esta realidade levou a Secretaria de Estado da Valorização do Interior a anunciar, em 2023, um investimento de 24 milhões de euros com o objetivo específico de cobrir essas localidades até 2025, garantindo o acesso universal a serviços digitais básicos (Diário de Trás-os-Montes, 2023).

A ausência ou insuficiência de conectividade digital em Trás-os-Montes não é apenas uma questão técnica; ela afeta profundamente a vida quotidiana das comunidades locais. Na educação, por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, muitos estudantes tiveram dificuldades acrescidas por falta de acesso à internet em casa, obrigando-os a deslocar-se diariamente para pontos onde houvesse rede suficiente (Diário de Trás-os-Montes, 2021). Na economia, algumas empresas têm enfrentado dificuldades em permanecer na região devido à fraca qualidade das telecomunicações, prejudicando o desenvolvimento local e aumentando a migração de jovens para áreas melhor servidas tecnologicamente (Hernâni Dias, citado pela Lusa, 2021). Social e culturalmente, a falta de conectividade intensifica o isolamento das populações envelhecidas, dificultando-lhes o acesso a serviços essenciais online e agravando a sensação de solidão, um fenómeno que se tornou particularmente visível durante a pandemia, como ilustrado em reportagens sobre a experiência dos idosos em Portugal (Antena 1, 2025).

Por outro lado, sempre que se verificam melhorias na infraestrutura digital, os impactos positivos tornam-se evidentes rapidamente, desde a melhoria na qualidade de vida diária dos residentes até ao aumento da atratividade da região para nómadas

digitais e pequenas empresas, provando que a conectividade digital é uma condição essencial para a revitalização e desenvolvimento sustentado do Interior (Garcez, 2022).

Abordar esta problemática é sublinhar como a exclusão digital, aparentemente anacrónica num contexto nacional avançado tecnologicamente, permanece uma realidade prejudicial em Trás-os-Montes. Se não há internet ou se a internet é lenta, esta realidade passa a influenciar, naturalmente, a forma como os transmontanos acedem e interagem com o ciberjornalismo, reforçando e sugerindo a importância académica e social de investigar e documentar rigorosamente esta realidade.

A primeira questão relacionada com a acessibilidade procurou precisamente compreender qual é a perceção dos participantes relativamente à facilidade de acesso às notícias. Os resultados obtidos mostram que uma maioria considerável, composta por 68,8% dos participantes (923 pessoas), afirma que consegue aceder facilmente às notícias que considera relevantes, sugerindo que, para uma grande parte dos inquiridos, a informação está acessível e disponível sem grandes constrangimentos (gráfico 8, anexo 16).

No entanto, é importante destacar que existe uma parcela dos respondentes, correspondente a 31,2% (419 pessoas), que sente dificuldades no acesso às notícias. Embora a pergunta não tenha especificado claramente quais são estas dificuldades, podemos supor que estarão relacionadas sobretudo com custos elevados, problemas de acesso ou instabilidade da Internet, ou mesmo com a distância até locais onde é possível adquirir jornais físicos. Convém lembrar, ainda que brevemente, que esta questão deve ser interpretada tendo em conta as limitações metodológicas já destacadas no capítulo 3, particularmente no que diz respeito à exclusão de grupos sem acesso ou com acesso limitado à Internet.

Considerando a importância de aprofundar estas dificuldades, analisámos também especificamente a perceção dos participantes sobre os obstáculos concretos que sentem no acesso aos jornais, sejam eles impressos ou online, relacionados precisamente com as questões que mencionámos anteriormente (custos, distância ou problemas de infraestrutura digital). Os resultados obtidos nesta questão (gráfico 9, anexo 16) indicam que a maioria dos participantes (64,6%, correspondendo a 867

peessoas) não sente dificuldades significativas. Contudo, reforçando os dados anteriores, uma parte relevante dos inquiridos (35,4%, equivalente a 475 pessoas) continua a referir explicitamente estes constrangimentos.

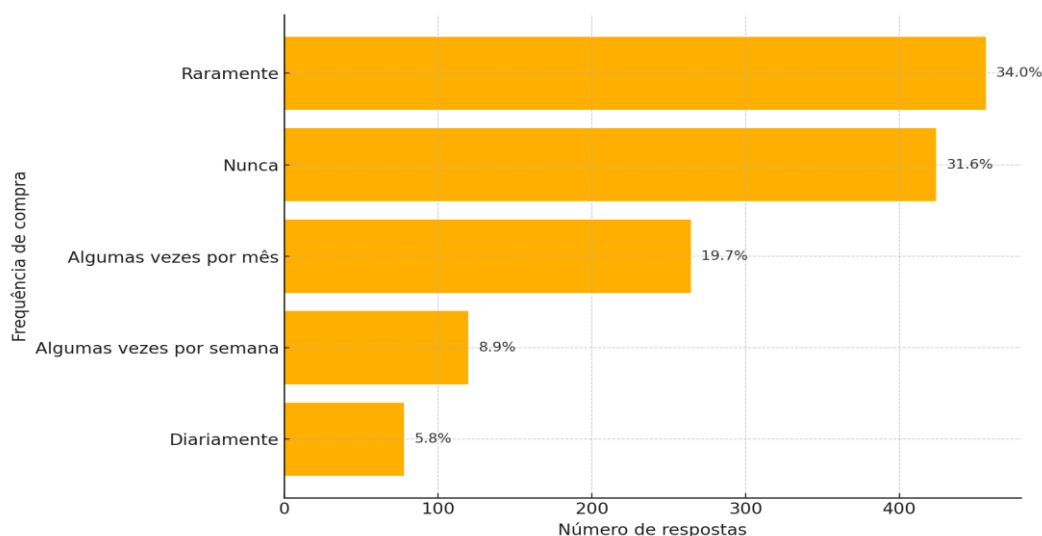
Este cenário sugere, portanto, que persistem desafios relevantes, possivelmente associados a insuficiências estruturais (como a falta de cobertura de rede ou dificuldades no acesso à Internet) e condicionantes económicas. Embora não seja possível afirmar categoricamente quais destes fatores influenciaram diretamente cada resposta, dado que a questão englobava tanto jornais impressos como online, é razoável supor, face ao contexto previamente apresentado, que tais dificuldades possam estar a condicionar estes resultados.

Tendo em consideração os desafios previamente identificados em termos de acessibilidade e infraestrutura, importa perceber especificamente com que frequência os participantes adquirem jornais regionais impressos (gráfico 18).

Ao analisar os resultados, constata-se que uma maioria dos participantes não adquire jornais regionais impressos regularmente: a resposta mais comum foi "Raramente", com 34% (455 respostas), seguida por "Nunca", indicada por 31,6% (424 respostas). Em contrapartida, apenas uma minoria afirmou comprar jornais com frequência: 8,9% (120 respostas) assinalaram "Algumas vezes por semana", enquanto 5,8% (78 respostas) indicaram "Diariamente"⁹⁵.

⁹⁵ No presente estudo, a categoria "raramente" foi utilizada para designar práticas de consumo esporádicas e não recorrentes, sem uma periodicidade identificável, distinguindo-se das categorias "algumas vezes por mês" e "algumas vezes por semana", que pressupõem uma frequência mínima de repetição ao longo do tempo. Embora semanticamente próximas, estas categorias foram operacionalizadas de forma distinta para permitir uma leitura mais fina dos padrões de consumo mediático.

Gráfico 18: Frequência de compra de jornais regionais pelos participantes



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Estes resultados evidenciam que a aquisição de jornais impressos regionais é bastante reduzida nesta amostra. É razoável supor que esta baixa frequência possa estar relacionada não apenas com fatores anteriormente identificados, como os custos associados à compra ou a distância até aos locais de aquisição, mas também com alterações mais gerais nos hábitos de consumo. Efetivamente, é reconhecida a crise do formato impresso, fenómeno do qual estes dados constituem um reflexo evidente.

Passando agora à frequência de compra dos jornais nacionais, verifica-se que os resultados obtidos não diferem substancialmente dos observados relativamente aos jornais regionais (gráfico 10, anexo 16). Novamente, predominam as respostas que indicam uma frequência reduzida: 37,3% (500 participantes) afirmam adquirir jornais nacionais "raramente", enquanto 32,3% (434 participantes) referem não os comprar "nunca". É interessante notar que o número de pessoas que afirma raramente adquirir jornais nacionais (500) é ligeiramente superior às que escolheram esta opção relativamente aos jornais regionais (455 pessoas), sugerindo que existe uma fração muito pequena dos participantes que, apesar de raramente comprarem jornais impressos, apresentam uma ligeira preferência pelo jornal regional.

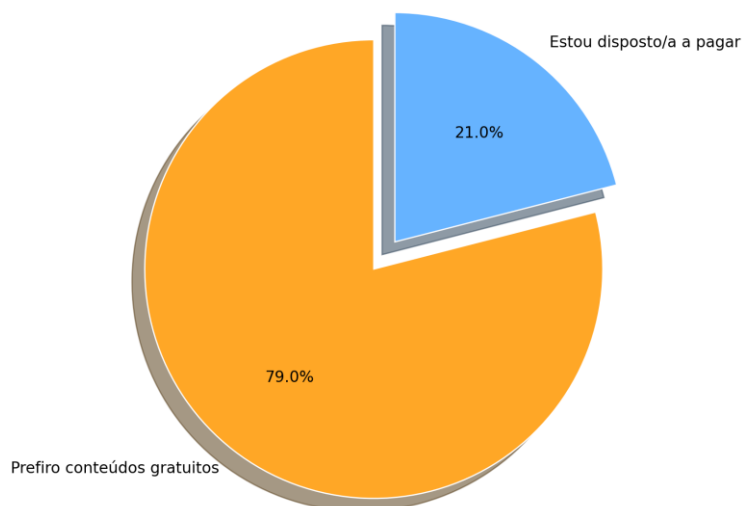
Estes números confirmam uma adesão fraca ao formato impresso também no contexto dos jornais nacionais. Em contraste, uma parcela menor indica comprá-los "algumas vezes por mês" (16,8%, correspondendo a 225 respostas), enquanto é ainda mais reduzido o número de pessoas que afirmam adquirir jornais nacionais "algumas vezes por semana" (7,3%, 98 respostas) ou "diariamente" (6,3%, apenas 85 respostas).

Observando em conjunto os resultados sobre a compra de jornais regionais e nacionais pelos transmigrantes, torna-se evidente um padrão claro: uma larga maioria dos habitantes não adquire regularmente jornais impressos, independentemente da sua origem local ou nacional. Mais do que uma simples preferência por um formato específico, estes resultados sugerem que os habitantes da região se estão a afastar progressivamente da aquisição regular de jornais impressos enquanto fonte primária de informação.

Perante este cenário, tornou-se pertinente aprofundar os resultados gerais do nosso inquérito, com o objetivo de identificar especificamente o perfil dos respondentes que assinalaram adquirir jornais impressos "raramente" ou "nunca". Os resultados obtidos não surpreenderam: foi possível verificar que estas respostas são predominantemente fornecidas pelos participantes mais jovens, enquanto os respondentes de faixas etárias mais elevadas ainda demonstram alguma adesão à compra de jornais impressos, quer regionais quer nacionais. Esta análise geracional, sem representar uma surpresa significativa, evidencia o desinteresse progressivo das gerações mais novas pelo formato impresso, refletindo tendências globais de transformação nos hábitos de consumo mediático.

O gráfico 19 revela a opinião dos participantes quanto à sua disponibilidade para pagar por um modelo de notícias *premium* centrado especificamente na sua região. Os resultados obtidos mostram uma tendência dominante: uma grande maioria dos inquiridos (1060 respostas, cerca de 79%) afirma preferir conteúdos gratuitos, indicando uma forte resistência a pagar por notícias regionais.

Gráfico 19: Disponibilidade para pagar por um modelo de notícias *premium*



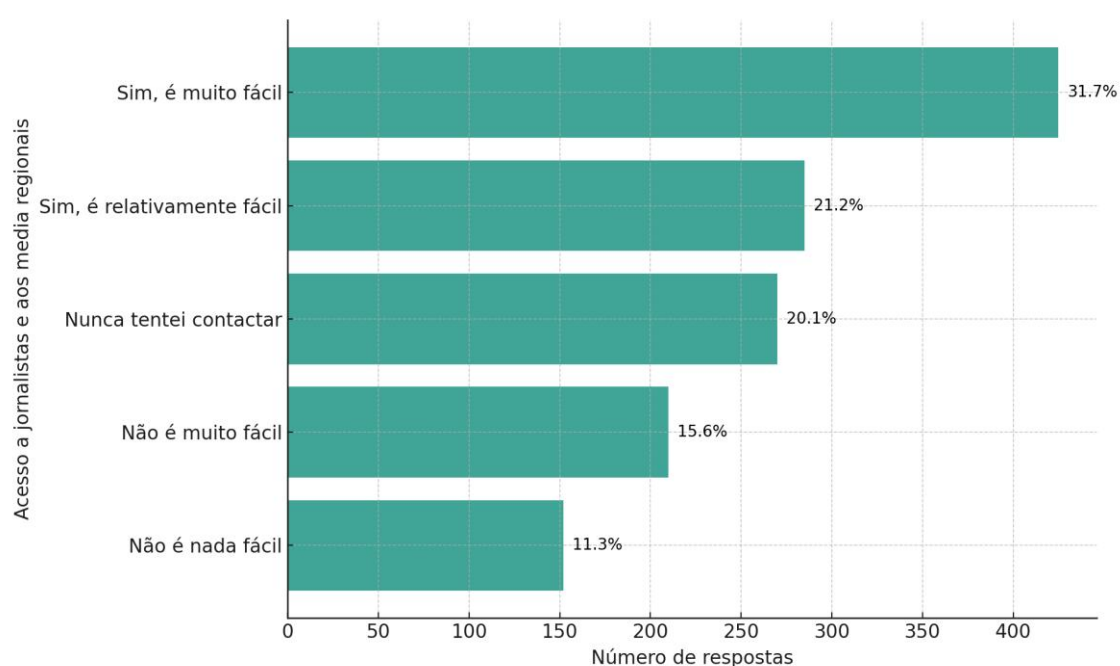
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Contudo, é também interessante notar que existe um grupo de pessoas (282 participantes, representando 21%) que admite estar disposto a pagar por um modelo de notícias *premium*. Embora não tenham sido especificadas diretamente as características desse modelo aos respondentes, este pressupõe tipicamente conteúdos exclusivos, como reportagens detalhadas, entre outros, promovidas pelos media regionais. Posteriormente, ao analisar o perfil destes participantes, constatámos existir uma diferença geracional alinhada com aquilo que são as perceções gerais sobre o tema: são sobretudo os respondentes das faixas etárias mais velhas aqueles que demonstram maior predisposição para pagar por um modelo de notícias *premium*. Este dado confirma novamente uma tendência geracional relevante no que respeita aos hábitos mediáticos da população transmontana.

O gráfico 20 ajuda-nos a compreender como os participantes percecionam a facilidade de contacto com jornalistas e media regionais. A maioria dos respondentes considera relativamente fácil este contacto ("Sim, é muito fácil", 31,7%, 425

participantes; "Sim, é relativamente fácil", 21,2%, 285 participantes), refletindo provavelmente a proximidade interpessoal característica das comunidades transmontanas. Contudo, importa notar que uma parcela relevante nunca tentou estabelecer qualquer contacto (20,1%, 270 participantes), enquanto outro grupo reporta dificuldades concretas ("Não é muito fácil", 15,6%, 210 participantes; "Não é nada fácil", 11,4%, 152 participantes).

Gráfico 20: Facilidade de acesso aos jornalistas e aos media regionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Estes resultados demonstram que, apesar do contexto geral favorável à interação direta, continuam a existir algumas barreiras pessoais ou estruturais que dificultam ou desmotivam uma parte dos habitantes de contactar diretamente com os profissionais dos media regionais. Importa ainda realçar que, entre os respondentes que nunca tentaram estabelecer contacto e aqueles que sentem dificuldades concretas, subsiste uma dúvida relevante sobre as razões que explicam a ausência de tentativas. Poderá tratar-se de um real desinteresse ou da perceção prévia de que o contacto será

difícil, pouco eficaz ou inacessível. Embora esta questão não tenha sido diretamente esclarecida no nosso estudo, merece exploração futura.

Em relação às formas preferidas para contactar jornalistas e media regionais, abordámos esta questão permitindo múltiplas respostas, o que resultou num total de 2.701 seleções efetuadas pelos 1342 participantes (gráfico 11, anexo 16). Este número sugere, desde logo, que muitas pessoas utilizam vários canais em simultâneo para estabelecer contacto com os media regionais.

A forma mais mencionada foi o e-mail, com 31,1% das seleções (840 respostas), indicando que esta continua a ser uma via amplamente consolidada e socialmente legitimada para contactar jornalistas ou redações. Em segundo lugar surge o contacto telefónico, com 23,1% (625 respostas), revelando uma preferência por formas de comunicação direta, imediata e de natureza mais pessoal.

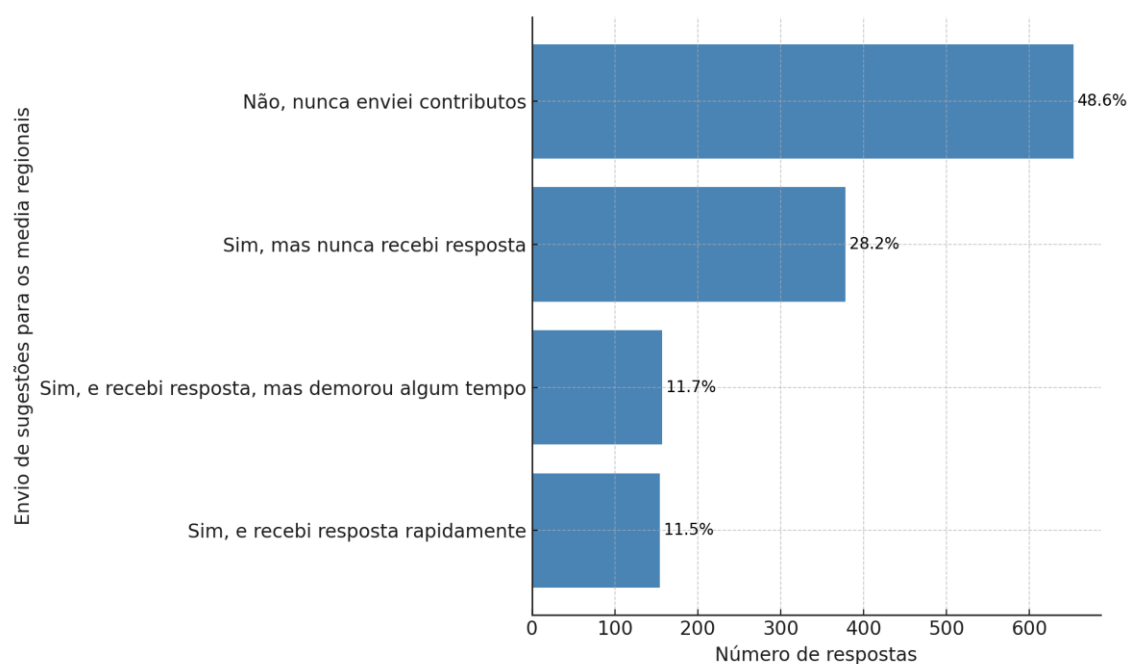
As redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* ou *Twitter /X*, somaram 19% das seleções (512 respostas), o que confirma a crescente relevância destas plataformas digitais também na relação entre a população e os media regionais. Os grupos comunitários em aplicações como *WhatsApp* ou *Telegram* também tiveram expressão significativa, com 15,3% (414 respostas), destacando a importância crescente destes canais mais informais e ágeis no contexto da proximidade local. Por fim, o contacto presencial nas redações foi referido em 11,5% das seleções (310 respostas), demonstrando que continua a existir uma faixa da população que valoriza o contacto direto e formal com os profissionais da comunicação.

Estes resultados revelam um ecossistema comunicacional diversificado, onde coexistem práticas mais tradicionais (como o e-mail e o telefone) com formas mais digitais e informais (como redes sociais e grupos de mensagens). A persistência de diferentes canais indica que os media regionais devem continuar a disponibilizar múltiplas formas de contacto, ajustadas a diferentes perfis e hábitos dos seus públicos, de forma a garantir acessibilidade, confiança e proximidade.

O gráfico 21 revela-nos algumas informações relevantes sobre o hábito dos participantes enviarem sugestões, informações ou outros contributos aos media regionais através de redes sociais, e-mails ou outras plataformas digitais. Um total de

48,6% (653 pessoas) afirma nunca ter enviado qualquer tipo de conteúdo ou sugestão aos media regionais, o que indica que uma parte significativa da população ainda não participa ativamente neste tipo de interação. Importa, contudo, esclarecer que, neste contexto, considerámos como contributos não apenas o envio de informações diretamente relacionadas com a construção de notícias, mas também críticas, reparos, comentários ou sugestões de âmbito mais geral. Embora nem todos esses contributos impliquem necessariamente a produção de conteúdos jornalísticos, representam formas de envolvimento cívico com os media regionais e refletem diferentes graus de participação dos cidadãos no ecossistema informativo local.

Gráfico 21: Envio de sugestões ou contributos para os media regionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Entre os participantes que afirmaram já ter enviado contributos aos media regionais, 28,2% (378 pessoas) referem não ter recebido qualquer tipo de resposta. Por outro lado, 11,7% (157 pessoas) indicam que obtiveram resposta com atraso e 11,5% (154 pessoas) relatam ter recebido uma resposta rápida. Embora o gráfico detalhe estas

proporções, os dados sugerem que, mesmo entre os que tentam interagir com os media regionais, nem sempre existe um retorno eficaz por parte das redações.

Estas informações demonstram, por um lado, um nível relativamente baixo de participação da comunidade no processo informativo local e, por outro, algumas dificuldades na comunicação entre cidadãos e media regionais. Estas dificuldades são evidentes tanto pela ausência de resposta em muitos casos, como pelo tempo prolongado de espera relatado por alguns respondentes.

Um estudo recente sobre o jornal A Voz de Trás-os-Montes demonstrou precisamente esta dificuldade, destacando que, apesar das plataformas digitais facilitarem tecnicamente o diálogo entre jornalistas e leitores, na prática esta comunicação acontece quase sempre de forma unilateral. São sobretudo os leitores quem comenta, sugere ou reage aos conteúdos, enquanto o meio de comunicação responde muito raramente e participa de forma mínima nestas interações. Este afastamento dos jornalistas deve-se, em parte, à sobrecarga das redações locais, que enfrentam limitações económicas e estruturais, condicionando a capacidade de resposta e reduzindo o potencial das plataformas digitais como espaços de verdadeira interação e participação cidadã (Ferrador, Zamith & Jerónimo, 2024). Consequentemente, a falta de *feedback* dos media pode levar os leitores à desmotivação, desencorajando futuros contactos e dificultando uma relação mais próxima e colaborativa entre os media e a comunidade regional (Ferrador et al., 2024).

Esta tendência, observada no estudo de caso referido, confirma também conclusões mais amplas da literatura. O artigo *Are We Close Enough? Digital Challenges to Local Journalists* (Jerónimo et al., 2022a) aborda precisamente esta problemática, evidenciando que, apesar do potencial tecnológico das plataformas digitais, persistem barreiras que limitam a comunicação bidirecional entre jornalistas locais e o seu público.

É natural que o cidadão se questione: "Se um meio de comunicação nunca responde, valerá mesmo a pena enviar sugestões de temas, informações ou contributos?" Esta dúvida ajuda a compreender melhor os dados relativos ao envio de denúncias para os media regionais (gráfico 12, anexo 16), sobretudo se colocados em

articulação com os resultados anteriores (48,6% afirmaram nunca ter enviado qualquer tipo de contributo aos media regionais).

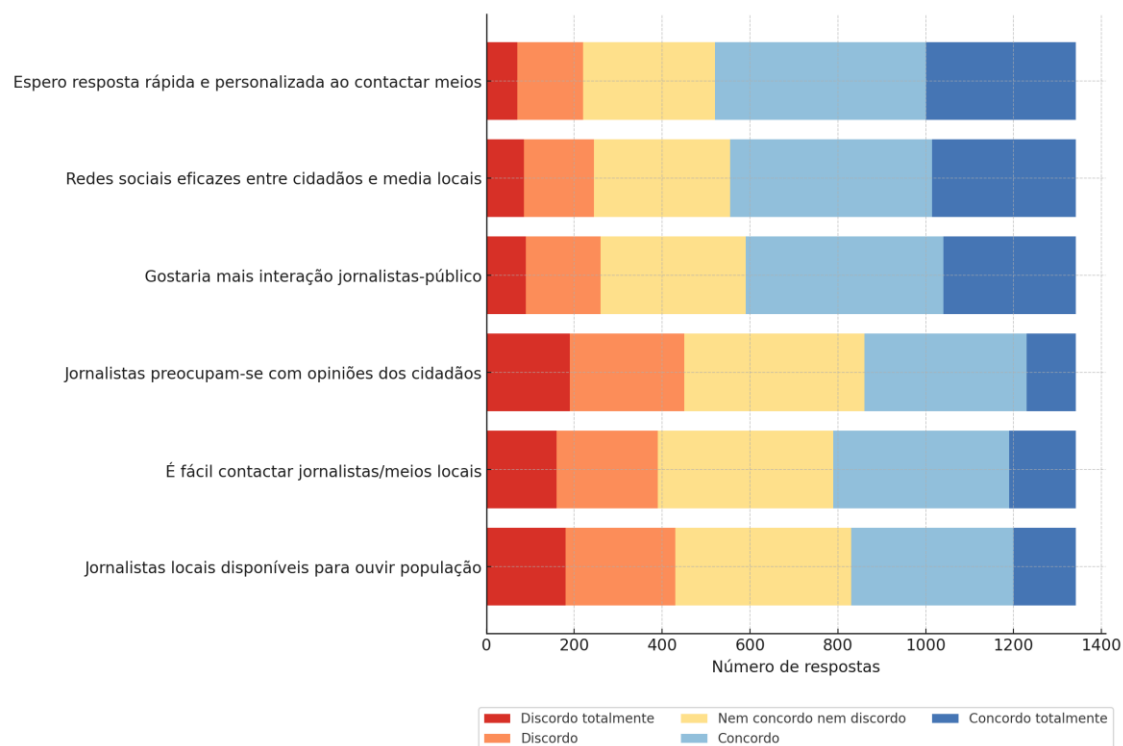
Quando a questão se dirige especificamente ao envio de denúncias — uma forma de participação mais exigente e que pressupõe uma expectativa de investigação e resposta — o número é ainda mais expressivo: 72,8% (977 participantes) indicaram nunca ter feito qualquer denúncia. Este agravamento revela um distanciamento em relação a este tipo de envolvimento cívico com os meios de comunicação.

Entre os 365 participantes que afirmaram já ter feito uma denúncia, a maioria não teve retorno claro: 10,0% (134 participantes) indicaram que a sua denúncia não foi investigada nem publicada; 9,5% (127 participantes) não souberam dizer se houve ou não seguimento; e apenas 7,7% (104 participantes) confirmaram que a sua denúncia foi averiguada e publicada. Ou seja, mais de quatro em cada cinco denúncias ficaram, na percepção do denunciante, sem desfecho visível.

Estes dados mostram que a prática da denúncia junto dos media regionais é ainda bastante limitada, tanto em termos de frequência como de eficácia. A falta de *feedback*, já identificada noutras formas de interação, parece desincentivar a participação cidadã mais ativa, como é o caso da denúncia.

A análise das respostas às afirmações constantes do gráfico 22 permite compreender de forma mais clara as percepções, expectativas e experiências dos participantes relativamente à relação com os media regionais.

Gráfico 22: Distribuição das respostas às afirmações sobre o contacto com jornalistas e media regionais



Nota: As expressões apresentadas no gráfico foram sintetizadas por razões de legibilidade. As formulações completas correspondem às afirmações do inquérito analisadas no texto.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados resultam das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

Na afirmação “Quando contacto um meio de comunicação social, espero uma resposta rápida e personalizada”, observa-se uma tendência maioritária para a concordância: 30,7% concordam (412 respostas) e 17,3% concordam totalmente (232 respostas). Ainda assim, importa assinalar a presença de respostas críticas: 15,3% discordam (205 respostas) e 13,3% discordam totalmente (178 respostas), revelando alguma desilusão ou insatisfação quanto à capacidade de resposta por parte dos meios regionais.

A perceção da eficácia das redes sociais na relação com os media regionais é expressivamente positiva. Na afirmação “As redes sociais são uma forma eficaz de comunicação entre os cidadãos e os media regionais”, 34,6% dos participantes concordam (465 respostas) e 29,4% concordam totalmente (394 respostas), o que demonstra a relevância atribuída a estas plataformas como canais de proximidade e contacto.

A afirmação “Gostaria que os jornalistas locais interagissem mais com o público” recolhe um forte consenso: 35,8% dos inquiridos concordam (480 respostas) e 28,8% concordam totalmente (387 respostas), refletindo um desejo generalizado de reforço da relação entre jornalistas e comunidade.

No que diz respeito à afirmação “Sinto que os jornalistas se preocupam com o que pensam os cidadãos da região”, os dados revelam maior dispersão de opiniões. Embora 27,6% (370 respostas) concordem e 14,3% (192 respostas) concordem totalmente, existe também um núcleo expressivo de respostas negativas: 20,5% discordam (275 respostas) e 15,6% discordam totalmente (210 respostas). Esta distribuição revela que uma parte significativa da população não reconhece nos jornalistas locais uma preocupação evidente com a opinião pública regional.

A afirmação “É fácil contactar um jornalista ou um meio de comunicação social local” apresenta igualmente uma distribuição equilibrada. Apesar de 28,7% (385 respostas) afirmarem concordar e 15,9% (213 respostas) concordarem totalmente, 18,3% (245 respostas) discordam e 14,1% (189 respostas) discordam totalmente, revelando que persistem dificuldades percebidas no acesso direto aos profissionais da comunicação local.

Por fim, a afirmação “Os jornalistas locais estão disponíveis para ouvir a população” recolhe uma concordância relevante, embora mais moderada: 27,5% (370 respostas) concordam e 13,4% (180 respostas) concordam totalmente. Ainda assim, a presença de 18,6% de respostas de discordância (250 respostas no total entre discordância parcial e total) indica que nem todos os participantes sentem essa disponibilidade.

Em conjunto, estas respostas traçam um quadro simultaneamente crítico e propositivo: os cidadãos reconhecem a importância do jornalismo local, valorizam os canais digitais de contacto e manifestam vontade de maior aproximação. Contudo, apontam também limitações persistentes — como a falta de resposta, a fraca escuta ativa e a dificuldade de acesso — que importa considerar na construção de estratégias futuras de reforço da confiança e da interação entre jornalistas e comunidade.

5.3. Relação da diáspora com a informação regional

A diáspora transmontana representa uma parcela significativa e dinâmica da população com origens na região. Em 2020, aproximadamente 5% dos transmontanos encontravam-se a residir no estrangeiro, destacando-se comunidades particularmente expressivas em países como França e Suíça (INE, 2021). Até ao momento, centramos a nossa atenção nos resultados quantitativos obtidos através de inquéritos, analisando os hábitos de consumo e as barreiras identificadas no acesso à informação regional. No capítulo 4 também foi possível verificar que a região transmontana é uma terra com uma forte tradição de emigração desde há muitas décadas e até aos dias de hoje.

Precisamente para aprofundar aspetos que escapam à rigidez dos números, importa agora complementar essa abordagem quantitativa com uma perspetiva qualitativa (retomaremos a análise dos resultados do inquérito mais adiante).

A seguir apresentam-se os principais resultados qualitativos obtidos nos dois grupos focais realizados, começando pela análise das formas predominantes como os emigrantes acedem à informação regional, abordando em seguida as suas preferências quanto aos conteúdos informativos e identificando as principais barreiras referidas no acesso às notícias locais. Por fim, apresenta-se um conjunto de sugestões propostas pelos próprios participantes para melhorar a comunicação entre os media regionais e as comunidades emigradas.

Durante a moderação das sessões, observaram-se diferenças significativas na dinâmica e participação dos grupos. O grupo dos jovens (17-36 anos) revelou inicialmente maior hesitação e respostas mais breves, exigindo um maior incentivo à participação. Em contraste, o grupo focal dos adultos (mais de 50 anos) mostrou-se desde o início mais participativo e expressivo, oferecendo intervenções que facilitaram uma exploração mais aprofundada dos temas discutidos.

A realização destes grupos focais permitiu recolher dados qualitativos importantes para os objetivos específicos da investigação. Naturalmente, reconhece-se que a dimensão reduzida da amostra não permite generalizar os resultados a toda a diáspora. No entanto, acredita-se que a riqueza qualitativa alcançada atenua esta

limitação, permitindo uma compreensão mais clara das dinâmicas estudadas, em particular no que diz respeito às preferências e barreiras sentidas pela diáspora transmontana no acesso à informação regional.

De seguida, apresenta-se a tabela 5 com a compilação dos dados gerais dos participantes que integraram os dois grupos focais realizados nesta investigação.

Tabela 5: Participantes transmontanos na diáspora (grupos focais)

Participante ^a	Faixa etária	País atual	Distrito
Participante 1	17–36 anos	França	Bragança
Participante 2	17–36 anos	França	Vila Real
Participante 3	17–36 anos	Suíça	Bragança
Participante 4	17–36 anos	Suíça	Vila Real
Participante 5	17–36 anos	Luxemburgo	Vila Real
Participante 6	17–36 anos	Espanha	Bragança
Participante 7	50 +	França	Bragança
Participante 8	50 +	Suíça	Vila Real
Participante 9	50 +	Alemanha	Bragança
Participante 10	50 +	França	Vila Real
Participante 11	50 +	Luxemburgo	Bragança
Participante 12	50 +	Suíça	Vila Real
Participante 13	50 +	França	Bragança

a) Por razões de confidencialidade e em conformidade com o Protocolo de Gestão, Armazenamento e Eliminação de Dados associado à tese (validado pela Unidade de Proteção de Dados e pela Comissão de Ética da FLUP), os nomes verdadeiros dos participantes foram substituídos por códigos anónimos ("Participante 1", "Participante 2", etc.). No corpo do texto, sempre que necessário, esses participantes serão referidos de forma abreviada, utilizando apenas a letra "P" seguida do respetivo número identificativo (por exemplo, P1, P2, P3...).

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados recolhidos nos grupos focais online realizados em março de 2025.

Procede-se agora à apresentação dos resultados qualitativos obtidos relativamente aos meios utilizados pelos emigrantes transmontanos no acesso às notícias regionais. Os dados foram extraídos das transcrições integrais dos dois grupos focais realizados com emigrantes jovens e adultos.

No grupo focal dos jovens emigrantes (17-36 anos), verificou-se uma preferência generalizada por plataformas digitais, sobretudo redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*. A escolha destes meios prende-se essencialmente com a rapidez, praticidade e proximidade emocional que proporcionam, tal como sublinha P1 (17–36, França):

"Eu é sobretudo *Instagram* e *WhatsApp* com os meus amigos de Macedo. Mas não vejo jornais, nunca recebi jornais impressos em casa, porque sinceramente para mim é mais fácil as redes sociais. Vou quase todos os dias, ver stories dos amigos, vídeos, essas cenas."

P2 (17–36, França) mencionou especificamente o site de um jornal, reforçando o valor prático desta fonte: "Às vezes vou diretamente ao site do Notícias de Vila Real, porque têm conteúdos mais locais, coisas que realmente interessam quando estou longe."

Esta preferência pelo digital é reiterada pelos restantes participantes jovens, que destacam as redes sociais como meios de comunicação privilegiados, não só pela facilidade de utilização, mas também pelo carácter emocional que estabelecem com a região de origem, como evidencia P4 (17-36, Suíça): "Ler as notícias locais aproxima-me muito. Faz-me sentir que continuo ligada, mesmo longe".

P5 (17-36, Luxemburgo), embora menos frequente, refere que também visita um jornal online: "Abro às vezes o Mensageiro de Bragança para saber as novidades antes das férias. É prático...mas depois chego lá e é só links e publicidades, um filme...".

Em contraste com os mais jovens, os emigrantes adultos (mais de 50 anos, residentes fora há mais de duas décadas) revelaram preferências por meios tradicionais como jornais impressos, telefonemas diretos e comunicação pessoal através de familiares ou amigos. P7 (50+, França) explica detalhadamente as razões por que prefere meios tradicionais:

Eu não mexo bem nestas coisas da internet, [...] acho confuso. Também sigo alguns grupos no *Facebook*, mas com dificuldade... O que realmente gosto é de telefonar diretamente para Alfândega, para familiares, e são eles que me contam as coisas, especialmente festas e coisas importantes da família [...]. Quando era mais novo recebia em casa um jornal em papel, mas agora deixei isso, não compensava, chegava atrasado...

O participante assinala um dos principais problemas da imprensa regional, sobretudo desde que os CTT foram privatizados: a morosidade na expedição dos jornais,

que tem levado muitos assinantes — especialmente os que vivem fora das regiões de origem — a desistir das subscrições em papel. Esta situação foi reconhecida pela Associação Portuguesa de Imprensa, que admitiu avançar para ações judiciais devido às falhas recorrentes na distribuição postal, prejudicando a sustentabilidade financeira dos jornais regionais (Associação Portuguesa de Imprensa, 2023). Além disso, dados da ANACOM mostram que, entre 2014 e 2019, se registou um crescimento significativo nas reclamações relacionadas com atrasos, extravios e deficiências no serviço postal, evidenciando impactos diretos no setor da comunicação social regional (ANACOM, 2020).

P13 (50+, França), apesar das dificuldades tecnológicas, revelou que com ajuda dos netos visita regularmente páginas online como o Diário de Trás-os-Montes: “Os meus netos ajudam-me a abrir o Diário de Trás-os-Montes na internet, para eu poder ler notícias mais atualizadas quando há coisas importantes. E tenho sempre tudo para ver no telemóvel...pelo *Facebook* ...já me aparece sem eu fazer nada! Ainda noutro dia lá vi o Padre Fontes...está doente”.

Além disso, foi identificado um caso específico, o de P9 (50+, Alemanha), que mantém há alguns anos uma assinatura impressa do jornal regional "A Voz de Trás-os-Montes", enfatizando a importância afetiva deste meio de comunicação tradicional:

Recebo em casa o jornal A Voz de Trás-os-Montes, não sei precisar há quanto tempo [...] É algo que mantenho sabendo que hoje em dia existem outras alternativas, porque sinto que o jornal me traz, como dizer... uma parte de Trás-os-Montes. O papel [...] ver fotos grandes das festas, ler as notícias sobre o que se passa em Carraceda ou em Bragança, é algo que eu gosto...

P12 (50+, Suíça) afirma que, embora prefira contactos pessoais, em ocasiões especiais também visita o *Facebook* do jornal "A Voz de Trás-os-Montes" porque "lá tem tudo". Acrescenta ainda que gosta particularmente de acompanhar as fotografias publicadas nas épocas festivas, como o Natal ou a Páscoa, uma vez que o jornal partilha imagens das tradições locais.

Os resultados qualitativos demonstram um contraste geracional nos meios preferidos pelos emigrantes transmontanos para acederem à informação regional, com jovens a privilegiar formatos digitais imediatos e visuais, e adultos a valorizarem formas tradicionais mais diretas e afetivas de contacto com as suas raízes culturais.

Os grupos focais realizados também revelaram preferências informativas específicas da diáspora transmontana, destacando-se conteúdos relacionados com família, eventos locais, economia regional, festas tradicionais e informações práticas, com diferenças notórias entre as gerações analisadas.

No grupo dos jovens emigrantes, verificou-se uma preferência por conteúdos visuais e interativos relacionados com eventos culturais, festas populares, desporto local e acontecimentos associados a familiares ou amigos. Este interesse sugere que, para os mais novos, os media online desempenham um papel importante na manutenção da proximidade emocional com as suas raízes regionais, funcionando como forma de conexão simbólica e imediata com a sua terra natal.

P5 (17-36, Luxemburgo) destacou o interesse em eventos festivos, revelando um vínculo emocional intenso: "Eu gosto mesmo é das festas e coisas de lazer... Quando vou no verão quero saber tudo o que vai acontecer antes de chegar lá...". P2 (17-36, França) também mencionou, numa conversa descontraída, que gosta especialmente de acompanhar eventos locais através de vídeos no *Instagram*: "Adoro quando postam vídeos curtos das festas, tipo *reels*, sabes? Parece que estou lá a viver aquilo em direto, é muito fixe".

Conteúdos relacionados com desporto e eventos escolares são importantes como pontos de referência identitários e culturais para os mais novos, ajudando-os a manter viva a sua memória afetiva. Esta ligação é exemplificada por P1 (17-36, França): "Gosto das notícias sobre desporto local e sobre escolas e amigos, claro. Gosto de saber se aconteceu alguma coisa na minha antiga escola, se o clube ganhou jogos, essas coisas. Normalmente vejo isso no Desportivo Transmontano". P3 (17-36, Suíça) acrescentou informalmente que gosta de saber também novidades económicas da sua terra: "Parece estranho, mas gosto de saber se abriu algum café ou restaurante novo em Miranda. Dá-me ideia se a terra está a evoluir ou não, e se vale a pena lá voltar".

Por outro lado, os emigrantes adultos demonstram uma preferência por notícias relacionadas com tradições religiosas e festas locais, acontecimentos familiares e comunitários, bem como informações práticas sobre serviços e economia local, tais como pensões, impostos e documentação. Este padrão informativo revela a necessidade de preservar ligações culturais e práticas com o território de origem. P8 (50+, Suíça) ilustra bem estas preferências:

Para mim, o mais importante sempre foram as festas tradicionais e as notícias da família e das pessoas conhecidas. Parece uma coisa pequena, mas para mim é fundamental [risos]. É a forma que tenho de me sentir ainda parte da vida de lá, de manter o contacto com as pessoas que foram importantes para mim na infância e juventude.

P12 (50+, Suíça) reforça particularmente a relevância das notícias práticas, que facilitam o planeamento das visitas regulares à região, como datas de eventos locais ou mudanças no comércio e restauração.

Outros participantes (P10, 50+, França; P11, 50+, Luxemburgo) mencionaram aspetos semelhantes, destacando o valor simbólico e emocional das tradições e acontecimentos comunitários locais, assim como a relevância prática das notícias que influenciam o seu quotidiano e a sua relação com o território de origem.

P6 (17-36, Espanha), numa intervenção espontânea, sugeriu que seria muito útil os media regionais apostarem em histórias de emigrantes: “Adorava ler mais histórias pessoais de quem saiu e voltou, ou mesmo dos que estão fora, para percebermos as oportunidades reais de investimento na terra. Acho que era algo que realmente nos tocava a todos”.

Estas preferências demonstram a necessidade de uma abordagem informativa diferenciada e mais especializada por parte dos media regionais, no sentido de atender aos interesses específicos da diáspora. Eventualmente não compensará uma abordagem específica para um nicho pequeno, mas só os media poderão avaliar. Nessa avaliação, é importante que os media regionais reconheçam e compreendam estes padrões e necessidades. Tal abordagem não só fortaleceria os laços emocionais e práticos dos emigrantes com a sua região de origem como também contribuiria para o reforço da

identidade transmontana, criando simultaneamente oportunidades para o regresso e investimento dos emigrantes na região.

No decorrer dos trabalhos foram, ainda, identificadas várias barreiras relevantes que dificultam o acesso à informação regional. Essas barreiras abrangem desde questões tecnológicas e linguísticas até aspetos relacionados com a qualidade e frequência da atualização dos conteúdos disponibilizados.

Entre os emigrantes mais jovens, apesar da facilidade geral com que acedem às plataformas digitais, predomina uma insatisfação relativamente à qualidade e profundidade dos conteúdos disponibilizados pelos media regionais. P3 (17-36, Suíça) ilustra esta opinião ao referir que as notícias muitas vezes carecem de atualização e profundidade, sugerindo ainda mais atenção à realidade dos emigrantes em reportagens específicas.

Esta perceção é reiterada por outros participantes (P1, 17-36, França; P6, 17-36, Espanha; P4, 17-36, Suíça), que destacaram problemas semelhantes: conteúdos superficiais, falta de atualização frequente, excesso de publicidade nos sites, e repetição constante de notícias, fatores que dificultam o acompanhamento das novidades e diminuem a ligação emocional ao território de origem. P1 resume estas dificuldades:

[...] às vezes no *Facebook* vejo uma notícia fixe, carrego para abrir, e chego lá, tem só uma frase ou duas, nem dá para perceber bem o que aconteceu. Depois aparecem montes de publicidades pelo meio, carregas numa coisa e abre outra página. É uma confusão [...]

Em contrapartida, entre os emigrantes adultos, as barreiras tecnológicas revelam-se como a principal dificuldade. Estes participantes, apesar de demonstrarem interesse genuíno em acompanhar as notícias locais, debatem-se frequentemente com dificuldades no uso das plataformas digitais e redes sociais, devido à falta de familiaridade ou à complexidade percebida dessas ferramentas.

P10 (50+, França) expressa esta dificuldade tecnológica, referindo que frequentemente precisa da ajuda dos filhos para navegar online, sugerindo uma

simplificação das plataformas digitais, especialmente dirigidas à sua geração. P7 (50+, França) complementa este ponto, destacando a lentidão anterior da internet na sua localidade de origem e sublinhando que, mesmo agora com acesso melhorado, as páginas ainda lhe parecem confusas e saturadas de publicidade.

Outros participantes adultos reforçam estas dificuldades (P11, 50+, Luxemburgo; P9, 50+, Alemanha), salientando a complexidade das interfaces digitais, a velocidade excessiva com que a informação é apresentada e a frustração causada pela falta de conteúdo nas notícias. P11 sublinha especificamente dificuldades relacionadas com o tamanho reduzido das letras, enquanto P9 critica a obrigatoriedade de visualizar publicidade antes dos vídeos. Uma citação direta mais significativa que sintetiza estas dificuldades é dada por P11:

Para mim é difícil a rapidez. A minha filha às vezes abre no telefone o *Facebook*, e lá aparecem coisas de Mogadouro. Mas aquilo anda tão depressa que nem consigo acompanhar, não percebo metade das coisas que aparecem lá. Então acabo por desistir e telefono diretamente para lá [para a aldeia]

Ainda entre as barreiras encontradas, destacam-se dificuldades linguísticas pontuais, sobretudo entre emigrantes que deixaram a região muito novos ou há bastante tempo, como mencionado por P5 (17-36, Luxemburgo). Segundo P5, a complexidade da linguagem utilizada nas notícias dificulta-lhe frequentemente o acesso e compreensão dos conteúdos.

P2 (17-36, França) acrescenta a dificuldade em localizar informação específica devido à desorganização dos sites e ao desajuste entre títulos atrativos e conteúdos vazios.

Os participantes de ambos os grupos focais (jovens e adultos) mencionaram ainda exemplos concretos que ilustram estas dificuldades. Destacam-se casos em que notícias urgentes são publicadas apenas com a indicação "Notícia em atualização", gerando ansiedade nos leitores emigrantes sobre eventuais conhecidos envolvidos. Outro exemplo mencionado refere-se à falta de resposta dos jornais às interações nas redes sociais, exemplificado pela experiência de um participante que solicitou uma

fotografia específica de uma romaria através do *Facebook*, acabando por ter que recorrer a familiares que pessoalmente fizeram o pedido no jornal.

Estas barreiras tecnológicas, linguísticas e qualitativas revelam que, apesar do evidente interesse dos emigrantes em manter vínculos informativos com as suas origens, persistem obstáculos estruturais que condicionam o seu acesso fluído às notícias locais.

Durante os grupos focais, os emigrantes transmontanos apresentaram várias sugestões para melhorar a comunicação dos media regionais com a diáspora, destacando especialmente questões relacionadas com qualidade, frequência e acessibilidade da informação.

Entre os emigrantes mais jovens sobressaiu a preferência por conteúdos visuais e interativos adaptados às redes sociais. Sugeriram especificamente o reforço da presença em plataformas como *Instagram*, *WhatsApp*, *Telegram* e *TikTok*. P1 (17-36, França) sugeriu concretamente o aumento de "lives" e vídeos curtos dirigidos a públicos mais novos. P2 (17-36, França) complementou, destacando a criação de grupos específicos em *WhatsApp* ou *Telegram* para uma comunicação mais rápida e direta. P5 (17-36, Luxemburgo) apontou ainda a simplicidade e eficácia de imagens com informações práticas nas redes sociais, bem como conteúdos adaptados ao *TikTok*.

Entre os participantes adultos, emergiu a importância de simplificar o acesso digital e preservar formatos tradicionais, especialmente o jornal impresso. P5 (50+, Luxemburgo) ilustrou esta sugestão defendendo a continuação do jornal físico e o seu envio regular para associações de emigrantes no estrangeiro. P13 (50+, França) propôs ainda boletins digitais simplificados enviados por e-mail para facilitar o acesso tecnológico aos mais velhos.

P9 (50+, Alemanha) sublinhou a necessidade de conteúdos específicos, tanto práticos (pensões, direitos, documentação) como emocionais (entrevistas e histórias de vida de emigrantes), como forma de fortalecer o vínculo afetivo e prático com a região.

Outras sugestões práticas incluíram a produção regular de vídeos curtos sobre eventos locais (P4, 17-36, Suíça), a melhoria da comunicação direta com os utilizadores nas redes sociais (P7, 50+, França) e o reforço da ligação dos jornais às associações de

emigrantes através de *newsletters* específicas enviadas diretamente a essas entidades (P6, 17-36, Espanha).

5.4. Avaliação pública da cobertura mediática regional

Retomamos as respostas obtidas através do questionário aplicado aos que habitam nos concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança. Nesta secção, a discussão vai focar-se nas estratégias que os media regionais utilizam (ou poderiam utilizar) para atrair novos públicos, na importância atribuída pelos cidadãos à interatividade e confiança nas notícias locais, e nas sugestões práticas propostas pelos próprios habitantes para melhorar a qualidade e relevância dos conteúdos jornalísticos produzidos na região.

Relativamente às estratégias dos media regionais para atrair novos públicos, perguntamos aos habitantes que nos dissessem, através da opção de escolha múltipla, qual das 9 sugestões que apresentamos poderiam ser mais viáveis (tabela 6).

Tabela 6: Estratégias sugeridas para os media regionais atraírem novos públicos

Estratégias sugeridas	Nº de seleções	% do total de seleções (2560)
Apostar mais na presença digital e redes sociais	475	18,6%
Criar conteúdos mais interativos e multimédia (vídeos, podcasts, infografias)	420	16,4%
Produzir mais reportagens aprofundadas sobre temas locais	385	15,0%
Dar maior destaque à participação da comunidade (ex: fóruns, opinião do leitor)	352	13,8%
Focar-se em temas que não são abordados pelos media nacionais	319	12,5%
Melhorar a usabilidade e acessibilidade dos sites e aplicações móveis	296	11,6%
Oferecer conteúdos exclusivos e diferenciadores para assinantes	178	7,0%
Reforçar a ligação entre os jornalistas e a população através de eventos locais	135	5,3%
Outros (especificar)	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342 participantes; 2560 seleções totais; escolha múltipla).

A análise destas estratégias evidencia os caminhos preferenciais apontados pelos participantes para que os media regionais consigam atrair novos públicos. A sugestão mais destacada foi a de apostar mais na presença digital e nas redes sociais, assinalada por 18,6% (475 seleções). Este resultado confirma a percepção generalizada de que a adaptação às dinâmicas digitais é essencial para ampliar o alcance, sobretudo junto de públicos mais jovens e conectados.

Com 16,4% (420 seleções), surge a proposta de criar conteúdos mais interativos e multimédia — como vídeos, podcasts ou infografias —, o que reflete a preferência por formatos mais envolventes, acessíveis e compatíveis com os hábitos de consumo atuais. Trata-se de uma valorização da experiência informativa, mais do que apenas do conteúdo em si.

A importância atribuída à produção de reportagens aprofundadas sobre temas locais, apontada por 15,0% (385 seleções), demonstra que, apesar do crescimento dos formatos rápidos e fragmentados, continua a haver procura por jornalismo de proximidade com profundidade e investigação.

A participação ativa da comunidade, com 13,8% (352 seleções), é também uma estratégia valorizada. Os dados sugerem que os leitores desejam ter voz no espaço público, nomeadamente através de fóruns, secções de opinião ou outros canais de interação direta com os meios de comunicação regionais.

Por sua vez, a proposta de focar em temáticas que escapam à cobertura dos media nacionais foi assinalada por 12,5% (319 seleções), revelando uma oportunidade estratégica de diferenciação editorial. O jornalismo regional poderá, assim, afirmar-se em nichos de interesse comunitário negligenciados pelas agendas mediáticas mais centralizadas.

A melhoria da usabilidade e acessibilidade dos sites e aplicações móveis foi referida por 11,6% (296 seleções), o que evidencia que persistem obstáculos técnicos que dificultam o acesso à informação digital em determinadas faixas etárias ou contextos tecnológicos.

Embora com percentagens mais reduzidas, surgem ainda duas estratégias relevantes: oferecer conteúdos exclusivos e diferenciadores para assinantes (7,0%, 178 seleções) e reforçar a ligação entre jornalistas e a comunidade através de eventos presenciais (5,3%, 135 seleções). Ambas sugerem uma valorização da proximidade — quer através de produtos informativos segmentados, quer por meio de ações de envolvimento direto com o público.

Estas respostas problematizam diretamente os atuais modelos de comunicação dos media regionais, sugerindo que é importante adaptar estratégias que privilegiem a interação digital, a diversidade de conteúdos e uma maior proximidade emocional e prática com os públicos locais. Algumas destas preferências estão, também, alinhadas, com as respostas que obtivemos dos emigrantes transmontanos (ver secção 5.3).

Quando confrontados com cinco afirmações relacionadas com as estratégias dos media regionais para atrair novos públicos, os habitantes dos dois distritos tendem a avaliar positivamente a maioria dos casos. Foi assim nas cinco tabelas que apresentamos (da tabela 7 à tabela 11):

Tabela 7: Os media regionais precisam inovar para atrair públicos mais jovens

Opinião	Frequência	% Frequência	% Frequência Acumulada
Discordo totalmente	35	2.6%	2.6%
Discordo	58	4.3%	6.9%
Nem concordo nem discordo	142	10.6%	17.5%
Concordo	450	33.5%	51.0%
Concordo totalmente	657	49.0%	100.0%
Total	1342	100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados resultam das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

Tabela 8: O uso das redes sociais pelos media regionais é essencial para alcançar mais leitores

Opinião	Frequência	% Frequência	% Frequência Acumulada
Discordo totalmente	30	2.2%	2.2%

Discordo	52	3.9%	6.1%
Nem concordo nem discordo	123	9.2%	15.3%
Concordo	412	30.7%	46.0%
Concordo totalmente	725	54.0%	100.0%
Total	1342	100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados resultam das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

Tabela 9: A população está disposta a pagar por conteúdos jornalísticos de qualidade

Opinião	Frequência	% Frequência	% Frequência Acumulada
Discordo totalmente	272	20.3%	20.3%
Discordo	315	23.5%	43.7%
Nem concordo nem discordo	390	29.1%	72.8%
Concordo	260	19.4%	92.2%
Concordo totalmente	105	7.8%	100.0%
Total	1342	100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados resultam das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

Tabela 10: A interatividade pode aumentar a credibilidade e o impacto do jornalismo local

Opinião	Frequência	% Frequência	% Frequência Acumulada
Discordo totalmente	24	1.8%	1.8%
Discordo	41	3.1%	4.8%
Nem concordo nem discordo	178	13.3%	18.1%
Concordo	542	40.4%	58.5%
Concordo totalmente	557	41.5%	100.0%
Total	1342	100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados resultam das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

Tabela 11: A colaboração entre media regionais e nacionais pode melhorar a cobertura jornalística da região

Opinião	Frequência	% Frequência	% Frequência Acumulada
Discordo totalmente	39	2.9%	2.9%

Discordo	64	4.8%	7.7%
Nem concordo nem discordo	203	15.1%	22.8%
Concordo	498	37.1%	59.9%
Concordo totalmente	538	40.1%	100.0%
Total	1342	100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados resultam das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

A partir das respostas obtidas, torna-se evidente que os cidadãos reconhecem o papel essencial da inovação e da utilização estratégica das redes sociais por parte dos media regionais, na procura por novos públicos e, particularmente, na aproximação aos mais jovens. Apesar disso, uma questão crítica emerge quando atentamos à predisposição financeira para apoiar o jornalismo local de qualidade: a resistência significativa à ideia de pagamento pelos conteúdos jornalísticos pode constituir um desafio real para a sustentabilidade futura destes media. Já numa outra questão os respondentes tinham deixado claro que não estavam dispostos a pagar por um modelo de notícias *premium* (ver secção 5.2), tornando aqui notória a sua coerência quanto a este assunto.

Esta tensão entre a valorização do jornalismo e a real disponibilidade económica da população levanta interrogações relevantes sobre os modelos económicos mais viáveis para os media regionais. Entre os contributos teóricos mais recentes, Giovanni Ramos (2025) propõe um modelo económico híbrido baseado na lógica de rede colaborativa, em que diferentes meios de comunicação regional partilham conteúdos, recursos e públicos, garantindo escala sem abdicar da identidade local. O autor defende, ainda, a diversificação das fontes de financiamento, combinando publicidade, assinaturas modulares, parcerias institucionais, patrocínios locais e eventos comunitários. A valorização da interatividade com os leitores e da colaboração entre media locais e nacionais surge, neste modelo, não apenas como estratégia editorial, mas também como mecanismo de sustentabilidade económica (Ramos, 2025).

Será necessário refletir sobre os modos de converter os reconhecimentos positivos expressos pelos cidadãos em ações concretas e sustentáveis. Neste contexto, impõe-se o desafio de repensar as formas de reinvenção económica dos media

regionais, assegurando que essa transformação não compromete o seu valor informativo e social. Face à relutância manifestada em relação ao pagamento direto pelos conteúdos jornalísticos, torna-se pertinente explorar modelos alternativos que combinem proximidade, interatividade e inovação na captação de receitas — como os que têm vindo a ser discutidos por autores como Ramos (2025).

Estas reflexões, sustentadas pelos dados empíricos recolhidos, constituem um ponto de partida relevante para investigações futuras e para a definição de políticas públicas que possam reforçar o papel do jornalismo local no ecossistema informativo regional.

A proximidade entre os media regionais e as comunidades constitui frequentemente uma das características diferenciadoras do ciberjornalismo de proximidade (ver capítulo 2). Essa proximidade pode, potencialmente, influenciar os níveis de confiança dos cidadãos relativamente aos media regionais, em função das dinâmicas de interação estabelecidas. Neste sentido, os participantes foram confrontados com diversas questões relacionadas com os temas da interatividade e da confiança.

Quando questionados (tabela 12) sobre se já tinham participado em algum evento promovido por um meio de comunicação social local, os respondentes podiam assinalar múltiplas opções, resultando num total de 1.550 seleções efetuadas pelos 1342 participantes.

Tabela 12: Participação em eventos promovidos por media regionais

Eventos promovidos pelos media regionais	Número de seleções	% do total de seleções (1550)
Nunca participei	1027	66,3%
Debates organizados por jornais ou rádios locais	187	12,1%
Sessões informativas promovidas pelos media regionais	142	9,2%
Fóruns comunitários	109	7,0%
Entrevistas ou encontros com jornalistas	85	5,5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342 participantes; 1550 seleções totais; resposta múltipla).

A análise das respostas revela um dado particularmente expressivo: 66,3% (1.027 seleções) indicaram nunca ter participado em qualquer iniciativa organizada por esses

media. Este número, à primeira vista surpreendente, parece estar menos relacionado com uma atitude de desinteresse e mais com a escassez de eventos efetivamente promovidos. Conforme se detalhará no Capítulo 8, os testemunhos recolhidos junto dos responsáveis editoriais dos media regionais apontam para uma prática muito limitada de iniciativas públicas, com raras exceções (nomeadamente algumas rádios que realizam eventos anuais). Assim, este baixo índice de participação poderá refletir, acima de tudo, uma reduzida oferta.

Entre os que reportaram alguma forma de interação direta, destacam-se os debates organizados por jornais ou rádios locais, assinalados por 12,1% (187 seleções). Seguem-se as sessões informativas promovidas pelos próprios media regionais, com 9,2% (142 seleções), e os fóruns comunitários, com 7,0% (109 seleções). A opção menos referida foi a participação em entrevistas ou encontros diretos com jornalistas, escolhida por apenas 5,5% (85 seleções).

Perante estes resultados, torna-se relevante refletir sobre as dinâmicas de aproximação entre os media regionais e o público. Será fundamental compreender não apenas a frequência e a natureza destes eventos, mas também o seu potencial para fortalecer a confiança, a proximidade e o envolvimento cívico da população com os media regionais.

Para compreender a perceção pública relativamente à importância da interatividade e da participação ativa nas práticas jornalísticas locais, foi solicitado aos respondentes que indicassem o seu grau de concordância com um conjunto de afirmações específicas (tabela 13).

Tabela 13: Síntese dos resultados da Escala Likert

Afirmação	% de concordância
Os media regionais deveriam promover mais espaços de debate e interação com os leitores/ouvintes.	85,8%
Sinto que os jornalistas locais se preocupam em abordar temas que interessam à população.	53,3%
Gostaria de mais oportunidades para sugerir temas ou participar na produção de conteúdos locais.	79,5%
A participação ativa da comunidade pode melhorar a qualidade do jornalismo regional.	89,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados são uma síntese das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

Os dados apresentados mostram que a maioria dos respondentes — 85,8% — atribui uma importância significativa à necessidade de os media regionais promoverem mais espaços de debate e interação direta com leitores e ouvintes. Esta perceção revela uma valorização do papel participativo que os media regionais podem assumir nas suas comunidades. Quando relacionados com os dados da questão anterior — em que 66,3% afirmaram nunca ter participado em qualquer evento promovido pelos media regionais —, estes resultados sugerem que a fraca participação não decorre de desinteresse, mas sim da escassez de oportunidades reais de envolvimento. Ou seja, embora a participação efetiva seja reduzida, o desejo de maior proximidade e de espaços públicos de diálogo com os media é evidente, o que sublinha a importância de repensar as estratégias de interação por parte do jornalismo regional.

Quando abordados sobre se os jornalistas locais demonstram preocupação em tratar temas relevantes para a população, verifica-se um nível de concordância mais moderado (53,3%). Esta percentagem sugere, talvez, algumas dúvidas ou reservas relativamente à sintonia existente entre os interesses reais da comunidade e as escolhas editoriais dos media regionais.

Paralelamente, torna-se interessante observar que uma parte expressiva dos participantes (79,5%) demonstra desejo por maiores oportunidades para sugerir temas ou mesmo para colaborar diretamente na produção de conteúdos locais. Este resultado parece revelar uma predisposição ativa e uma vontade dos cidadãos em participarem mais diretamente no processo jornalístico. Esta tendência fica ainda mais visível quando verificamos o elevado nível de concordância (89,7%) relativamente à ideia de que a participação comunitária ativa pode melhorar a qualidade do jornalismo regional.

Este contraste entre intenção e prática é particularmente revelador quando cruzado com os dados do gráfico 21, onde 48,6% dos participantes afirmam nunca ter enviado qualquer tipo de contributo aos media regionais, e com os dados do gráfico 12 do anexo 16, em que 72,8% referem nunca ter feito uma denúncia. Estes números sugerem que, apesar da baixa participação efetiva, existe uma vontade latente de

envolvimento, que ainda não encontrou resposta adequada nos formatos e canais atualmente disponibilizados pelos media regionais. O reconhecimento da participação como um fator de melhoria da qualidade jornalística, conjugado com a escassa prática de colaboração, pode ser lido como uma oportunidade estratégica: se adequadamente estimulada e enquadrada, a participação cidadã tem potencial para reforçar a relevância, a credibilidade e o valor público do jornalismo de proximidade.

Quanto à percepção dos participantes relativamente à fiabilidade da informação veiculada pelos media regionais (gráfico 13, anexo 16), observa-se uma distribuição tendencialmente inclinada para a confiança. A maioria dos inquiridos declara sentir-se confiante: 39,5% (530 respostas) afirmam estar “confiante” e 28,7% (385 respostas) posicionam-se num grau intermédio, como “razoavelmente confiantes”. Estes dois grupos representam, no conjunto, mais de dois terços dos participantes, o que demonstra que, apesar das transformações no ecossistema mediático, os media regionais continuam a beneficiar de um capital significativo de credibilidade junto das suas audiências.

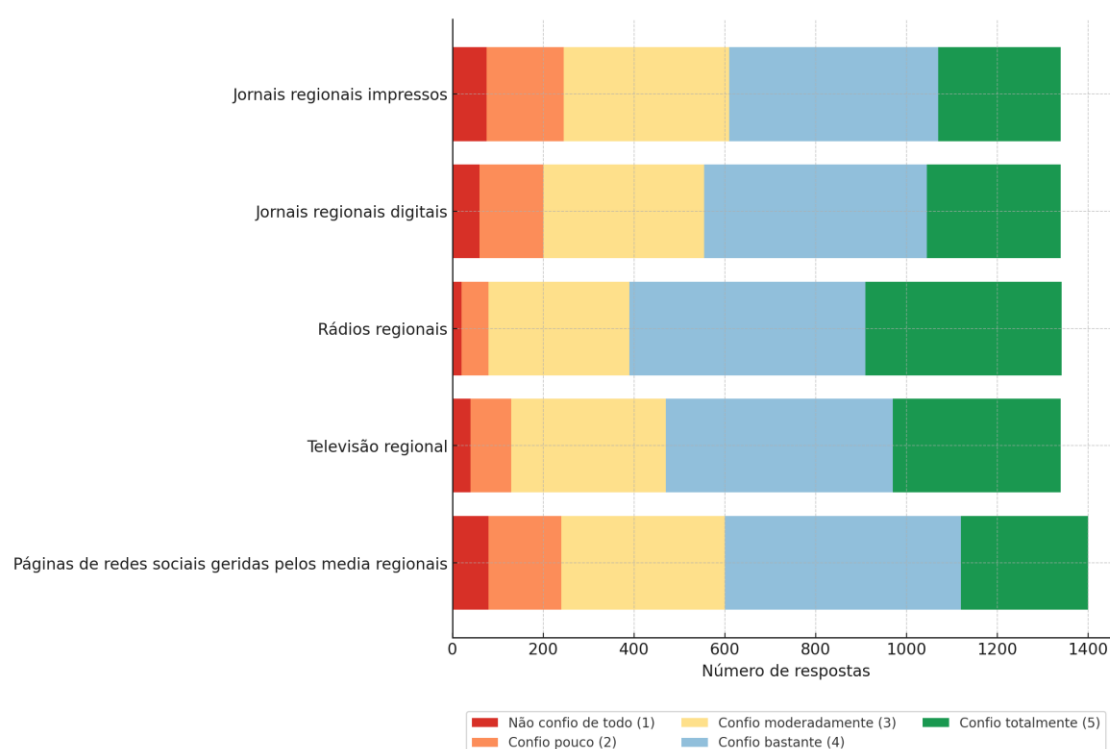
A confiança manifesta-se ainda de forma mais sólida entre 20,3% dos participantes (272 respostas), que se declaram “muito confiantes”, o que poderá sinalizar uma relação próxima e enraizada com os meios informativos locais, especialmente em contextos de maior proximidade geográfica ou social. Em contraste, 8,9% (120 respostas) afirmam sentir-se “pouco confiantes” e apenas 2,6% (35 respostas) se posicionam como “nada confiantes”. Embora minoritários, estes grupos mais céticos não devem ser desconsiderados, pois podem refletir experiências negativas, percepções de parcialidade ou distanciamento em relação ao papel desempenhado pelos media regionais.

Este padrão geral de respostas sugere, por um lado, a manutenção de uma relação de confiança entre os cidadãos e os media regionais e, por outro, a necessidade de reforçar práticas de transparência, escuta ativa e rigor jornalístico, que possam responder às expectativas e preocupações de uma parcela mais crítica da população.

A análise da confiança atribuída pelos participantes aos diferentes media regionais revela dinâmicas interessantes que ajudam a compreender as percepções

atuais sobre informação de proximidade (gráfico 23). Verifica-se que os media regionais mais tradicionais — como os jornais impressos, a rádio e a televisão — continuam a gozar de níveis elevados de confiança, com uma percentagem significativa de inquiridos a indicar que confiam bastante ou totalmente nestes canais. Esta tendência sugere que, apesar da crescente digitalização, os suportes convencionais ainda mantêm um papel relevante no ecossistema informativo das comunidades locais.

Gráfico 23: Grau de confiança nos diferentes media regionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados são uma síntese das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Não confio de todo, até 5 – Confio totalmente).

Por outro lado, plataformas mais informais como grupos de *Facebook* geridos pelos media regionais, embora muito utilizados, recolhem níveis de confiança ligeiramente mais baixos, refletindo alguma cautela por parte dos utilizadores quanto à veracidade e fiabilidade dos conteúdos ali partilhados. Estes resultados permitem inferir que, mesmo num ambiente mediático marcado pela fragmentação e rapidez, a

credibilidade continua a ser um valor essencial para os cidadãos no momento de selecionar as suas fontes de informação local.

A análise dos fatores que mais influenciam a confiança nos media regionais revela um padrão ancorado em critérios de credibilidade institucional, integridade editorial e responsabilidade jornalística (tabela 13). Em primeiro lugar, destaca-se a credibilidade construída ao longo do tempo como o fator mais valorizado pelos participantes — 19,7% (563 seleções) —, evidenciando a importância da memória coletiva e da reputação acumulada por parte dos media regionais. Esta perceção aponta para um capital simbólico sedimentado, que transcende conjunturas específicas e reforça a confiança através da persistência e consistência da prática jornalística.

Tabela 13: Principais fatores que influenciam a confiança nos media regionais

Fatores que influenciam a confiança	Nº de seleções	% do total de seleções (2851)
Credibilidade conquistada ao longo do tempo pelo meio de comunicação	563	19,7%
Rigor e verificação das notícias publicadas	540	18,9%
Independência editorial e ausência de influências políticas ou económicas	502	17,6%
Transparência das fontes e da informação publicada	455	16,0%
Capacidade de representar fielmente os interesses da população local	376	13,2%
Qualidade da escrita/reportagem e profundidade das análises	243	8,5%
Relação de proximidade com jornalistas e órgãos de comunicação social	172	6,0%
Outro (especificar)	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342 participantes; 2851 seleções totais; escolha múltipla).

Em segundo lugar, os inquiridos valorizaram o rigor e a verificação da informação publicada — 18,9% (540 seleções) —, o que demonstra uma valorização de padrões profissionais de produção noticiosa. A confiança, neste contexto, não resulta apenas da proximidade ou familiaridade com os media, mas antes do cumprimento de normas deontológicas e da perceção de compromisso com a verdade factual.

Segue-se a independência editorial e a ausência de pressões políticas ou económicas — 17,6% (502 seleções) —, um fator que sublinha a relevância da

autonomia dos media regionais face a interesses externos. Os participantes demonstram estar atentos a aspetos como a potencial instrumentalização da informação, avaliando essa ausência de pressões através, por exemplo, da pluralidade de fontes consultadas, do tratamento noticioso equilibrado, da diversidade de vozes representadas, bem como pela percepção de que os media regionais não privilegiam determinados agentes políticos ou económicos nas suas abordagens jornalísticas — fatores facilmente perceptíveis, sobretudo por um público mais atento, nos conteúdos publicados. Valorizam, por isso, a capacidade dos media em manterem uma linha editorial livre e imparcial.

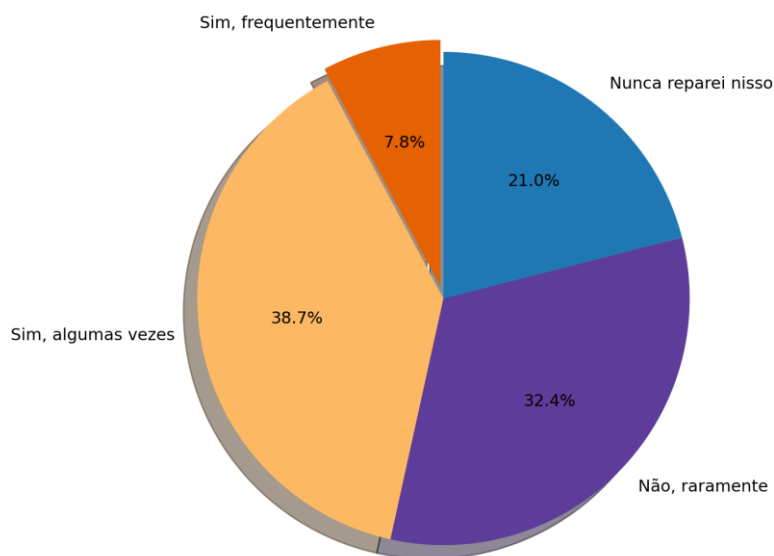
A transparência das fontes e da informação publicada — 16,0% (455 seleções) — surge também como elemento crucial, confirmando a crescente exigência do público por práticas jornalísticas acessíveis, que permitam aferir a fiabilidade dos dados apresentados. Neste mesmo plano, destaca-se a capacidade de representar os interesses da população local — 13,2% (376 seleções) —, o que reforça a ideia de que a confiança também se constrói pela identificação com os temas abordados e com a sensibilidade demonstrada para as especificidades do território.

Embora em menor escala, outros dois fatores ajudam a compor este quadro: a qualidade da escrita e a profundidade analítica — 8,5% (243 seleções) — e a relação de proximidade com os jornalistas ou media regionais — 6,0% (172 seleções). Estes elementos, ainda que menos apontados, não deixam de revelar o apreço por um jornalismo cuidado, envolvente e, simultaneamente, próximo das dinâmicas comunitárias.

No seu conjunto, estes dados permitem concluir que a confiança nos media regionais não é cega nem meramente afetiva: ela estrutura-se sobre critérios de qualidade, independência e transparência, traduzindo um público atento, informado e exigente quanto ao papel do jornalismo na construção da vida democrática local.

Ainda no domínio da confiança e da percepção pública sobre os media regionais transmontanos, o gráfico 24 oferece pistas sobre a sensibilidade da população relativamente à existência de informação tendenciosa ou incorreta.

Gráfico 24: Percepção sobre informação tendenciosa ou incorreta nos media regionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

A maioria dos inquiridos reconhece já ter-se deparado com esse tipo de situações, sendo que 38,7% (520 respostas) afirmam tê-lo notado “algumas vezes” e 7,8% (105 respostas) admitem que isso acontece “frequentemente”. Este dado reforça a ideia de que a confiança, embora elevada em muitos media, convive com momentos de dúvida e com uma percepção crítica ativa por parte do público.

Importa, no entanto, reconhecer que a pergunta formulada — ao referir situações “tendenciosas ou incorretas” — incorpora um grau elevado de sensibilidade e subjetividade. Por um lado, não é possível determinar com precisão quantos dos respondentes se referem à percepção de enviesamento editorial (tendenciosidade) e quantos apontam falhas factuais ou técnicas (incorrecção). Por outro, a própria formulação da pergunta pode ter condicionado, em parte, o tipo de resposta obtido.

Ainda assim, o facto de uma proporção considerável dos participantes indicar já ter identificado esse tipo de situação revela que o público está atento aos conteúdos publicados e não assume uma postura passiva face à informação que consome. Dada a

sensibilidade da pergunta — sobretudo no que diz respeito à perceção de tendenciosidade —, este tema será retomado no bloco analítico seguinte.

Importa sublinhar, ainda, que uma fatia significativa — 32,4% (435 respostas) — declara que “raramente” identifica esse tipo de distorção, enquanto 21,0% (282 respostas) dizem nunca ter reparado nisso, o que poderá refletir tanto uma postura de confiança mais automatizada como uma menor atenção ao detalhe informativo. Em qualquer dos casos, este retrato aponta para uma audiência que não é passiva face à informação que consome, mas que está desperta para eventuais enviesamentos, exigindo dos media regionais um compromisso contínuo com a clareza, a verificação e a integridade editorial.

Entre os 625 participantes que, na pergunta anterior, afirmaram já ter identificado conteúdos tendenciosos ou incorretos nos media regionais — respondendo “Sim, frequentemente” ou “Sim, algumas vezes” — foi colocada uma nova questão destinada a apurar as razões dessa perceção. Esta pergunta, de resposta múltipla, foi apresentada apenas a esse subconjunto de inquiridos, correspondente a 46,6% da amostra total (N = 1342). Por se tratar de uma questão com possibilidade de seleção de mais do que uma opção, o número total de respostas ascendeu a 1.928. Entre os fatores apontados, o mais referido foi a informação incompleta ou mal verificada — 22,7% (437 seleções) —, o que revela uma preocupação generalizada com a superficialidade ou a falta de validação nos conteúdos noticiosos (tabela 14).

Tabela 14: Razões pelas quais os participantes consideraram a informação tendenciosa ou incorreta

Razões para considerar a informação tendenciosa ou incorreta	Nº de seleções	% do total de seleções (N=1928)
Informação incompleta ou mal verificada	437	22,7%
Influência política ou económica no conteúdo noticioso	392	20,3%
Exagero ou dramatização dos factos	345	17,9%
Utilização de fontes pouco credíveis	284	14,7%
Sensacionalismo na forma de apresentar as notícias	401	20,8%
Outro (especificar)	69	3,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 1342; 625 participantes; 1928 seleções totais; escolha múltipla).

Logo de seguida, surge a influência política ou económica — 20,3% (392 seleções) —, um dado particularmente relevante que evidencia o olhar crítico da população sobre as possíveis pressões externas que condicionam a linha editorial dos media regionais. Esta perceção baseia-se sobretudo na identificação de conteúdos alinhados a interesses específicos de anunciantes locais ou entidades públicas, no tratamento noticioso desigual em períodos eleitorais, ou ainda na cobertura tendenciosa relativamente a determinadas figuras ou temas, o que sugere aos leitores a existência de relações de dependência económica ou política por parte destes media.

O sensacionalismo na forma de apresentar as notícias também se destacou — 20,8% (401 seleções) —, reforçando a ideia de que o estilo comunicativo e o enquadramento narrativo têm impacto na perceção de fiabilidade. O exagero ou dramatização dos factos — 17,9% (345 seleções) — e o uso de fontes pouco credíveis — 14,7% (284 seleções) —, como redes sociais não verificadas, testemunhos não identificados ou entidades sem competência específica sobre o tema abordado, foram igualmente referidos, confirmando que os públicos locais valorizam a sobriedade, a fiabilidade das fontes e o rigor jornalístico.

Por fim, embora com menor expressão, surgem 3,6% (69 seleções) na categoria “Outro (especificar)”, que refletem casos mais particulares ou experiências subjetivas nem sempre abrangidas pelas categorias pré-definidas.

Esta diversidade de motivos mostra que a confiança nos media não depende apenas do conteúdo, mas também dos processos editoriais, da forma como a informação é comunicada e da transparência com que os media se relacionam com os públicos.

As perceções dos inquiridos relativamente à imparcialidade, transparência e credibilidade dos media regionais foram aferidas através de um conjunto de afirmações avaliadas numa escala de *Likert* de cinco pontos. Os resultados (tabela 1, anexo 16) mostram uma predisposição francamente positiva face ao desempenho e à relevância dos media regionais, embora também revelem algumas nuances críticas.

Uma das afirmações mais consensuais foi a de que “os media regionais são mais fiáveis do que as redes sociais como fonte de informação”, com 41,7% (560 respostas) a

concordar e 30,7% (412 respostas) a concordar totalmente, totalizando 72,4% (972 respostas) de apreciação claramente positiva. Este dado reforça a ideia de que, apesar do avanço dos media digitais informais, o jornalismo local continua a ser reconhecido como uma fonte mais estável, responsável e confiável.

Também se destacou o nível de concordância com a afirmação “o envolvimento da população pode aumentar a credibilidade dos media regionais”: 40,4% (542 respostas) concordam e 41,5% (557 respostas) concordam totalmente. Esta resposta sugere que os cidadãos não apenas confiam nos media regionais, mas acreditam também no seu potencial transformador quando há participação ativa da comunidade, sinalizando uma percepção de coresponsabilidade e de construção coletiva da informação.

No que diz respeito à imparcialidade e justiça na cobertura jornalística, a distribuição das respostas revela igualmente um padrão positivo: 40,8% (547 respostas) concordam e 25,2% (338 respostas) concordam totalmente, em contraste com apenas 3,1% (42 respostas) que discordam totalmente e 7,7% (103 respostas) que discordam. Este resultado aponta para uma percepção generalizada de esforço ético e profissional por parte dos jornalistas locais, mesmo que nem todos os participantes se revejam plenamente nessa imparcialidade.

A afirmação “a presença de jornalistas independentes aumentaria a confiança no jornalismo local” obteve também uma aceitação expressiva: 41,2% (553 respostas) concordam e 37,1% (498 respostas) concordam totalmente. Tal resultado poderá refletir um desejo de reforço da autonomia editorial, numa perspetiva que valoriza a diversidade de vozes e a independência face a interesses instalados.

Por outro lado, a afirmação que gerou maior dispersão nas respostas foi “sinto que há uma falta de transparência na forma como algumas notícias locais são apresentadas”. Embora 37,4% (502 respostas) tenham concordado e 26,8% (360 respostas) tenham concordado totalmente, há também 24,4% (327 respostas) de respostas neutras e 11,4% (153 respostas no total) de discordância, o que mostra que esta questão divide opiniões. A leitura destes dados sugere que, embora os media

regionais gozem de confiança e reconhecimento, existem ainda percepções de opacidade informativa que não devem ser desvalorizadas.

No seu conjunto, esta tabela revela um público atento, participativo e exigente, que valoriza os princípios da imparcialidade, da independência e da transparência no jornalismo local — não apenas como práticas desejáveis, mas como pilares fundamentais para a construção da confiança.

Para além das dimensões analisadas até aqui — relativas às estratégias, confiança, interatividade e propostas de melhoria relacionadas com os media regionais transmontanos —, entendeu-se pertinente incluir nesta secção dois indicadores específicos relacionados com a influência da realidade cultural transmontana na produção jornalística. Esta abordagem ganha especial significado à luz do que já foi aprofundado no Capítulo 4, onde se refletiu sobre o valor atribuído pela população transmontana à sua cultura e identidade regionais.

Partimos da percepção — consolidada durante a análise contextual — de que a ligação dos transmontanos à sua identidade cultural é de tal ordem que, mais do que um traço de pertença, constitui uma referência viva que se projeta nas suas expectativas informativas. Pressupunha-se, assim, que os cidadãos valorizariam que essa identidade estivesse refletida nos conteúdos noticiosos produzidos pelos media regionais. Com base nesta hipótese, e com o intuito de a testar junto da população, foram formuladas duas perguntas cuja análise se apresenta de seguida.

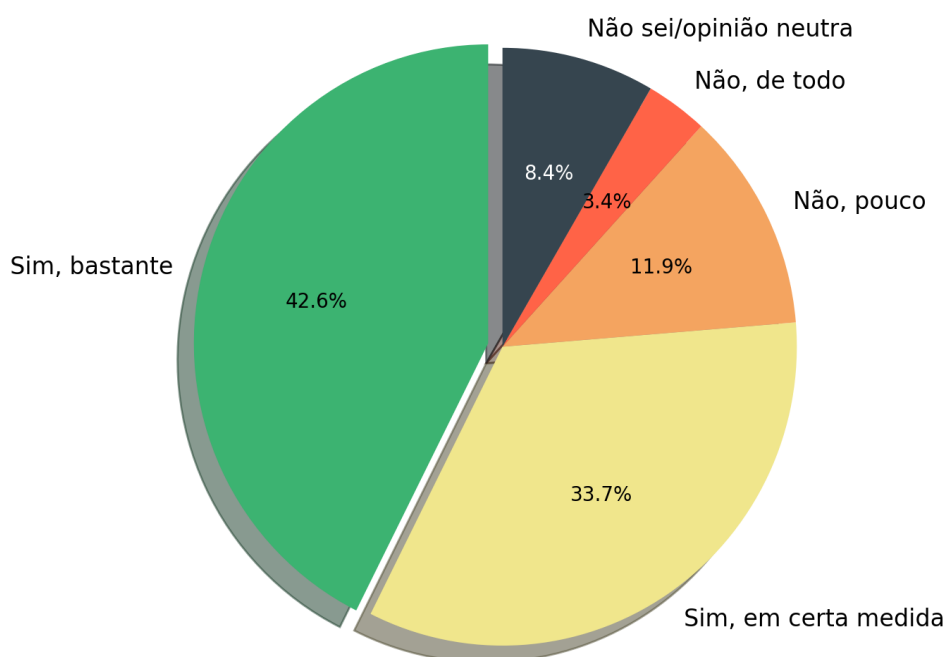
Embora estivesse inicialmente prevista uma abordagem qualitativa complementar, nomeadamente através da realização de grupos focais, optou-se por não avançar com essa fase adicional. Esta decisão foi tomada após uma análise refletida da densidade e coerência das respostas recolhidas no questionário. Com 1342 participantes, reconhece-se que a amostra, embora respeitável, não é particularmente extensa, e que uma maior taxa de participação teria certamente enriquecido a análise. Ainda assim, no que respeita às duas questões relativas à influência da cultura regional na produção jornalística local, os contributos obtidos revelaram-se elucidativos para os objetivos definidos, tornando desnecessária a criação de uma secção autónoma dedicada exclusivamente a esta dimensão. Sem desvalorizar a importância do tema,

entendeu-se que a sua integração nesta fase do estudo permitiria manter a coesão analítica e reforçar a articulação entre os dados quantitativos e o enquadramento identitário previamente delineado.

No seguimento desta reflexão, procurou-se perceber (gráfico 25) até que ponto os participantes reconhecem ou não o impacto da realidade cultural transmontana na produção jornalística dos media regionais. As respostas obtidas confirmam que esta perceção está fortemente presente entre os inquiridos. A larga maioria considera que sim — 42,6% responderam “Sim, bastante” e 33,7% “Sim, em certa medida” —, o que perfaz um total de mais de três quartos da amostra com uma perceção da influência da matriz cultural regional sobre os conteúdos jornalísticos.

Este dado é particularmente relevante quando cruzado com o contexto identitário da região, já analisado no Capítulo 4, e corrobora a hipótese de que a cultura local não é apenas um pano de fundo, mas um elemento ativo na forma como a informação é construída, selecionada e comunicada. Os participantes reconhecem, portanto, que os media regionais não funcionam numa lógica neutra ou universalista, mas são atravessados por códigos culturais, modos de vida e sensibilidades próprias da realidade transmontana.

Gráfico 25: Influência da realidade cultural transmontana no jornalismo produzido pelos media regionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Por outro lado, uma minoria dos inquiridos demonstrou uma visão mais reticente: 11,9% responderam “Não, pouco” e 3,4% “Não, de todo”, enquanto 8,4% adotaram uma posição neutra ou declararam não saber. Estas respostas, embora residuais, não deixam de ser significativas. Podem refletir experiências de consumo mediático menos atentas à dimensão cultural ou até uma perceção de que os media regionais nem sempre conseguem espelhar com clareza o universo simbólico da região.

Em termos gerais, este resultado confirma que a cultura é entendida, por grande parte dos inquiridos, como um fator estrutural da identidade informativa regional — não apenas no plano dos conteúdos, mas também na forma como os públicos se relacionam com a informação e com os seus produtores locais.

Para aprofundar a análise da relação entre a matriz cultural transmontana e o jornalismo local, propusemos no questionário um conjunto de cinco afirmações avaliadas numa escala de *Likert*, com o objetivo de captar as perceções dos inquiridos sobre a forma como os media regionais se posicionam face à identidade e às dinâmicas

socioculturais da região. Ao contrário do que foi feito em momentos anteriores, optou-se aqui por apresentar os resultados de forma descritiva e progressiva, integrando os dados num comentário interpretativo que permite destacar não apenas as percentagens, mas também as implicações simbólicas e práticas que delas decorrem.

- O jornalismo local deve adaptar-se às tradições e valores da região.
Concordam ou concordam totalmente: 83,5% (1.119 respostas)

Esta primeira afirmação recolheu bastante aceitação entre os participantes, revelando a perceção de que a missão dos media regionais não se esgota na função informativa: estende-se também à preservação e valorização da identidade coletiva. O elevado grau de concordância mostra que o público espera que os media regionais não apenas compreendam o território que servem, mas que o respeitem, que dialoguem com os seus códigos culturais e que reflitam, nos seus conteúdos, os valores que moldam a vida comunitária. Neste sentido, os dados sugerem que o jornalismo é visto como uma prática situada — enraizada num contexto específico — e não como um exercício abstrato ou indiferenciado.

- A cultura e identidade transmontana devem ter mais espaço na comunicação social regional.
Concordam ou concordam totalmente: 84,6% (1.140 respostas)

O resultado desta afirmação reforça a tendência anterior, apontando para uma vontade coletiva de visibilidade cultural. Os participantes não se limitam a desejar um jornalismo adaptado ao território: pretendem que os media regionais sejam veículos ativos de promoção da cultura transmontana, das suas tradições, da sua história e das suas expressões contemporâneas. Esta exigência traduz uma postura crítica face a modelos jornalísticos homogeneizados e revela, por parte do público, uma noção de pertença identitária, que se deseja refletida nos discursos mediáticos quotidianos.

- O público da região valoriza mais o jornalismo de proximidade do que a cobertura nacional.
Concordam ou concordam totalmente: 79,6% (1.070 respostas)

A valorização do jornalismo de proximidade emerge aqui como um fator diferenciador e estruturante da relação entre os cidadãos e os seus media regionais. Embora a cobertura nacional tenha o seu lugar, os dados demonstram que, para grande parte dos inquiridos, a relevância informativa está fortemente ligada ao que é vivido, partilhado e discutido localmente. Esta perceção valoriza não apenas a proximidade geográfica, mas também a afinidade cultural e emocional com os temas tratados, reforçando o papel dos media regionais como mediadores identitários e agentes de coesão comunitária.

- As mudanças culturais e geracionais na região exigem novos formatos de jornalismo.

Concordam ou concordam totalmente: 87,1% (1.171 respostas)

Este dado revela uma consciência de que a cultura regional, longe de ser estática, está em permanente mutação — marcada por transformações geracionais, tecnológicas e sociais. A expressiva concordância com esta afirmação sugere que os leitores reconhecem a importância de os media regionais acompanharem essas dinâmicas, adaptando linguagens, plataformas e modos de produção informativa às novas realidades. O jornalismo de proximidade é, assim, chamado a ser tanto guardião da memória como intérprete do presente e antecipador do futuro, com formatos inovadores e mais ajustados às diferentes gerações.

- O jornalismo local deve ser mais dinâmico para envolver diferentes gerações.

Concordam ou concordam totalmente: 87,8% (1.178 respostas)

A última afirmação aprofunda a anterior, trazendo para o centro da discussão a questão do dinamismo. A esmagadora maioria dos participantes manifesta a convicção de que os media regionais devem ser mais ágeis, mais criativos e mais atentos às linguagens das gerações mais jovens. Esta é, em certa medida, uma crítica construtiva: o público reconhece o valor dos media regionais, mas aponta para a necessidade de renovação — uma renovação que não abdique da identidade regional, mas que seja capaz de dialogar com públicos diversos, utilizando códigos comunicacionais contemporâneos.

Esta tendência, identificada no questionário, encontra eco nas observações recolhidas nos *focus groups* realizados com membros da diáspora transmontana, sobretudo entre os participantes mais jovens. Também aí emergiu a necessidade de maior atenção aos públicos juvenis, com propostas centradas na criação de conteúdos mais acessíveis, mais dinâmicos e ajustados aos formatos e canais de consumo atuais. Esta consonância entre os dados quantitativos e qualitativos reforça a pertinência do apelo à modernização, sem que esta signifique o abandono dos princípios de proximidade e identidade cultural que caracterizam o jornalismo local.

Estas cinco afirmações, avaliadas por todos os 1342 participantes do inquérito, oferecem um retrato articulado daquilo que os cidadãos esperam dos seus media regionais. Valorizam a identidade, mas também pedem evolução; reivindicam tradição, mas exigem inovação; defendem a memória, mas com os olhos postos no futuro. A cultura mediática local, para continuar a ser relevante, terá de ser transmontana — mas também aberta, viva e intergeracional.

Apesar de grande parte do inquérito ter sido constituída por questões de resposta fechada, foi incluída, no final, uma pergunta aberta destinada a recolher sugestões, críticas ou propostas de melhoria dirigidas aos media regionais e jornalistas locais. Tal como já foi detalhado no capítulo 3 (Metodologia), esta pergunta foi apresentada a todos os 1342 participantes, sendo de resposta obrigatória. No entanto, uma parte significativa das respostas acabou por ser invalidada, quer por conterem apenas caracteres nulos ou irrelevantes, quer por fugirem completamente ao objetivo da questão (com respostas como “sim” ou “não”).

Após uma triagem criteriosa, foram consideradas válidas 312 respostas — um número que, apesar de representar cerca de 23% da amostra total, revela uma densidade expressiva e uma diversidade de contributos que merecem atenção. Estas respostas foram agrupadas por categorias temáticas, com base numa análise de conteúdo orientada por critérios de recorrência, coerência discursiva e relevância para os objetivos do estudo. A tabela 15 sintetiza os principais eixos identificados nas sugestões dos inquiridos.

Tabela 15: Categorias temáticas identificadas nas respostas abertas sobre mudanças necessárias no jornalismo em Trás-os-Montes

Categoria temática	Exemplos de respostas dos participantes
Independência e imparcialidade jornalística	“Maior independência política e económica (P417)”; “Menor dependência das autarquias (P6)”; “Jornalismo isento e não tendencioso (P99)”
Aposta no digital e inovação tecnológica	“Apostar no digital e presença nas redes sociais (P24)”; “Websites modernos e conteúdos multimédia (P777)”
Proximidade e interação com a comunidade	“Mais proximidade com a população (P14)”; “Eventos e fóruns comunitários (P15)”; “Incentivo à participação ativa dos cidadãos (P654)”
Qualidade e profundidade jornalística	“Reportagens de fundo e jornalismo investigativo (P65)”; “Fontes credíveis e informação rigorosa (P778)”
Formação e valorização dos recursos humanos	“Aposta na qualificação dos profissionais (P1001)”; “Contratação de jornalistas especializados (P7)”
Apoio financeiro e sustentabilidade	“Maior apoio financeiro público e privado (P18)”; “Modelos de negócio sustentáveis (assinaturas, eventos) (P57)”
Representação da cultura e identidade regional	“Maior destaque à cultura transmontana e tradições locais (P419)”; “Valorizar festas e eventos regionais (P587)”
Envolvimento e captação de públicos jovens	“Aproximar-se dos jovens nas escolas e redes sociais (P21)”; “Adaptar conteúdos à compreensão dos jovens (P21)”

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342, 312 respostas válidas; resposta aberta).

As respostas abertas oferecem uma perspetiva mais densa e livre sobre a relação entre o público e os media regionais, revelando preocupações que vão para além da simples fruição informativa. A categoria mais referida foi a da independência e imparcialidade jornalística, um sinal claro de que os leitores esperam dos seus jornais e rádios locais uma distância crítica face a poderes políticos e económicos, recusando o jornalismo alinhado ou instrumentalizado. Esta exigência ética está intimamente ligada à perceção de credibilidade e à confiança no jornalismo enquanto serviço público.

Por outro lado, a presença das sugestões relativas à aposta no digital e na inovação tecnológica reforça a consciência, por parte dos inquiridos, de que o futuro dos media regionais passa por uma atualização de formatos e linguagens. Muitos dos participantes apelam à presença nas redes sociais, à produção de conteúdos multimédia

e à modernização dos websites, como forma de captar novos públicos e adaptar-se aos hábitos de consumo informativo contemporâneos.

A proximidade com a comunidade surge também como uma preocupação transversal. Os leitores não querem apenas ser informados: querem participar, interagir, sentir-se representados e ouvidos. As propostas relativas a fóruns, eventos comunitários e incentivo à participação cidadã mostram uma visão do jornalismo como elo de construção coletiva do espaço público local.

Outras categorias, como a formação dos profissionais, a sustentabilidade financeira dos media, a representação da cultura regional e o envolvimento dos públicos jovens, completam um retrato multifacetado das aspirações dos leitores. Estas respostas não se limitam à crítica: apontam caminhos, identificam lacunas e sugerem transformações estruturais que poderiam, na perspetiva dos inquiridos, reforçar a qualidade, a independência e a relevância do jornalismo local.

Este conjunto de contributos evidencia que os públicos transmontanos são exigentes, atentos e conscientes do papel vital que os media regionais podem desempenhar nas suas comunidades. A resposta aberta, ao permitir a emergência de discursos menos condicionados, revela precisamente o potencial de diálogo, de renovação e de corresponsabilização que ainda existe — e que pode, ser aproveitado, contribuir para o reforço de uma cultura mediática regional mais participativa, mais crítica e mais viva.

5.5. Síntese conclusiva dos resultados

A análise dos resultados empíricos recolhidos ao longo deste capítulo contribui para delinear um retrato do ecossistema mediático regional em Trás-os-Montes, evidenciando hábitos de consumo, perceções, críticas e expectativas dos cidadãos em relação ao (ciber)jornalismo de proximidade. Ainda que estas conclusões não permitam generalizações definitivas, os dados recolhidos oferecem pistas relevantes sobre o modo como a população se relaciona com os media regionais e o papel que lhes atribui no espaço público local.

Embora se reconheça que a amostra recolhida — 1342 respostas — representa apenas uma fração do universo populacional da região, a consistência das tendências identificadas e a densidade das respostas permitem sustentar algumas linhas de reflexão sobre os desafios e potencialidades do jornalismo regional no atual contexto.

Ao longo do estudo, sobressaem quatro grandes eixos de leitura. O primeiro diz respeito à centralidade da proximidade — geográfica, cultural e afetiva — na relação dos cidadãos com os media locais. Os dados mostram uma procura por conteúdos que reflitam a realidade imediata dos concelhos, freguesias e comunidades, com destaque para as notícias sobre o quotidiano local, os eventos culturais e os temas identitários. Esta valorização da proximidade não surge apenas como uma preferência de consumo, mas como um traço definidor da legitimidade que os públicos atribuem aos seus media regionais.

O segundo eixo refere-se à heterogeneidade sociocultural e geracional dos públicos inquiridos. A diversidade dos perfis — desde jovens com hábitos digitais consolidados até reformados com baixa literacia tecnológica; desde residentes nos centros urbanos até habitantes de concelhos mais isolados; desde cidadãos locais até membros da diáspora — permitiu captar perceções múltiplas e por vezes contrastantes. Esta pluralidade mostra a importância de um (ciber)jornalismo de proximidade capaz de dialogar com públicos diversos, com necessidades, expectativas e condições de acesso muito distintas.

Tal diversidade ficou especialmente visível nos grupos focais com emigrantes, onde as diferenças geracionais influenciam fortemente as preferências informativas. Os emigrantes mais jovens valorizam as redes sociais e conteúdos rápidos, interativos e emocionalmente apelativos, enquanto os mais velhos preferem formas tradicionais, como jornais impressos ou contactos pessoais, mostrando dificuldades de acesso e adaptação às plataformas digitais. Este contraste geracional sublinha uma divisão digital significativa e sugere que os media regionais devem ajustar as estratégias comunicativas, reforçando tanto a presença em redes sociais (como *Instagram* ou *WhatsApp*) quanto os formatos tradicionais, como jornais impressos e boletins digitais simples e acessíveis.

Emergem, também, conteúdos específicos valorizados por cada grupo geracional. Os emigrantes mais jovens têm particular interesse em eventos sociais, festas e desporto local, enquanto os mais velhos procuram conteúdos práticos, relacionados com questões administrativas, económicas, pensões, impostos, saúde e documentação.

O terceiro eixo remete para a perceção de fragilidades estruturais e oportunidades de renovação. Embora os media regionais sejam genericamente reconhecidos como credíveis e importantes para a vida comunitária, os participantes não deixam de apontar falhas, desde a escassez de cobertura sobre zonas rurais até à superficialidade de certos conteúdos.

Neste plano, a questão da acessibilidade — quer por razões infraestruturais, quer por limitações económicas ou tecnológicas — assume um peso significativo. As dificuldades de acesso à internet, a exclusão digital de parte da população e a realidade de concelhos classificados como “desertos informativos” revelam obstáculos concretos à cidadania informada.

O quarto e último eixo centra-se na importância da cultura regional como matriz informativa. A influência da identidade transmontana na produção jornalística é reconhecida pelos inquiridos, que defendem a necessidade de um jornalismo alinhado com os valores, tradições e sensibilidades locais. Esta expectativa não se traduz numa visão conservadora, mas sim num apelo à relevância e à representatividade: o público quer ver a sua realidade refletida, mas também reconhece a necessidade de adaptação aos tempos, às linguagens digitais e às exigências das novas gerações.

No seu conjunto, os resultados aqui apresentados apontam para a existência de uma procura por um (ciber)jornalismo de proximidade que seja simultaneamente enraizado e inovador, próximo e exigente, fiel à sua missão comunitária, mas atento às exigências de um ecossistema digital que parece mudar a cada dia.

Os cidadãos valorizam a identidade, mas pedem também evolução; reconhecem a importância dos media regionais, mas exigem mais ambição, mais dinamismo, mais escuta. É neste equilíbrio entre memória e futuro, entre tradição e transformação, que

se desenha o campo de possibilidades para o ciberjornalismo de proximidade em Trás-os-Montes.

Fica evidente também, especialmente através da análise qualitativa dos grupos focais com emigrantes, que o ciberjornalismo de proximidade não termina nas fronteiras geográficas dos concelhos, mas prolonga-se na memória afetiva e nas rotinas informativas da diáspora transmontana. Atender às necessidades emocionais e práticas destes públicos implica produzir conteúdos estratégicos e adotar métodos eficazes de comunicação, o que pode reforçar as relações com os emigrantes, aumentando eventualmente as assinaturas – quer sejam digitais ou em papel - e promovendo a sustentabilidade económica dos media regionais.

A diversidade das respostas recolhidas revelou muito mais do que hábitos de leitura ou de acesso à informação. Revelou também uma exigência cada vez maior sobre o papel do ciberjornalismo de proximidade na construção da vida comunitária.

Para compreendermos o ciberjornalismo — não enquanto ideia, mas enquanto realidade concreta — é preciso olhar para quem o faz e para onde ele acontece. É esse o movimento que se segue. O próximo capítulo marca uma viragem metodológica e analítica: deixamos de ouvir os públicos para nos debruçarmos sobre os meios de comunicação registados e ativos na região.

Através de um mapeamento integral dos órgãos de comunicação com registo oficial e atualizado na ERC, procuramos identificar tudo o que existe atualmente em Trás-os-Montes — independentemente da sua natureza, periodicidade, suporte ou vocação jornalística.

Este levantamento é mais do que um exercício de inventário. É o coração do diagnóstico: é ele que nos vai mostrar quais os recursos mediáticos da região e onde se concentram. Só conhecendo este panorama poderemos, mais à frente, compreender quem são os (ciber)jornalistas que nele trabalham e quais os desafios que enfrentam diariamente na produção de um ciberjornalismo de proximidade.

6. Mapeamento dos media de Trás-os-Montes

6.1. Enquadramento e relevância do mapeamento

No capítulo anterior (Capítulo 5), ficou demonstrado como os transmontanos consomem informação regional e quais são os desafios específicos que enfrentam no acesso a conteúdos mediáticos. Evidenciou-se, sobretudo, o papel essencial que os media regionais desempenham na região de Trás-os-Montes, particularmente em contextos marcados pela baixa densidade populacional e pela desertificação territorial.

De facto, como explicitado anteriormente (Capítulo 4), Trás-os-Montes caracteriza-se por uma população envelhecida e uma dispersão geográfica significativa. Estes fatores reforçam ainda mais a necessidade de assegurar um panorama mediático acessível em toda a região.

Neste contexto, ganha relevância a realização de um mapeamento detalhado dos órgãos de comunicação social atualmente ativos nos distritos de Vila Real e Bragança. Este levantamento permite conhecer o panorama mediático regional, identificando onde existem respostas informativas e onde persistem lacunas.

Este mapeamento surge num momento especialmente oportuno. Em primeiro lugar, porque nenhum estudo anterior apresentou uma análise tão detalhada e abrangente como a que aqui se propõe realizar. Em segundo lugar, porque vivemos um período de transformação mediática, marcado por uma crise estrutural nos media tradicionais, pela digitalização acelerada e pela crescente influência de algoritmos e inteligência artificial na seleção e distribuição de conteúdos (Capítulo 1). Acresce que se torna também importante revistar as situações críticas identificadas no relatório sobre desertos de notícias (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c) cujos dados sobre a nossa região de estudo se revelaram muito preocupantes.

É precisamente este contexto específico que reforça a pertinência e a relevância desta investigação, que também pretende compreender se os media online estão efetivamente a ganhar terreno face aos media tradicionais em contexto regional.

Embora existam alguns estudos prévios sobre a realidade mediática transmontana, é necessário reconhecer as suas limitações pontuais e metodológicas.

Entre os trabalhos anteriores, destacam-se o já referido relatório sobre desertos de notícias em Portugal (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c), a tese de doutoramento de Ramos (2023), que sistematiza, de forma geral, os média por distritos com base nesse mesmo relatório, a tese de mestrado de Posse (2011), que analisa genericamente e já de forma datada as potencialidades da presença online dos média regionais transmontanos, o primeiro mapeamento português das rádios comunitárias efetuado por Midões (2020), bem como os relatórios anuais da ERC (2023), que fornecem dados gerais referentes aos distritos abrangidos por esta investigação. Foi também analisado o "Mapa dos Meios Digitais Ibéricos", desenvolvido pelo OberCom/ISCTE-IUL em parceria com a Universidad de Navarra (OberCom/ISCTE-IUL & Universidad de Navarra, 2023), mas optou-se por não o considerar devido ao seu âmbito restrito aos meios exclusivamente digitais, que não responde plenamente ao objetivo desta investigação. Nenhum destes trabalhos, porém, oferece uma análise tão detalhada, sistemática e abrangente quanto a que agora se propõe realizar, contemplando simultaneamente rádios, imprensa tradicional (com ou sem presença online) e meios exclusivamente online.

A metodologia que adotamos no nosso mapeamento ficou evidente no capítulo 3 (Metodologia), no entanto, importa dar nota de que os critérios que adotamos se distinguem daqueles utilizados no relatório de Jerónimo et al. (2022c). Enquanto o referido relatório aplicou critérios específicos de exclusão, optámos por uma abordagem mais inclusiva, cujo objetivo geral é realizar um levantamento exaustivo da presença mediática na região de Trás-os-Montes.

Para efeitos deste levantamento inicial, optou-se por considerar todos os meios registados na ERC associados ao território transmontano, independentemente de apresentarem ou não características jornalísticas convencionais, incluindo boletins municipais, revistas especializadas ou rádios exclusivamente musicais⁹⁶.

⁹⁶ Reconhece-se que poderão existir iniciativas locais informais ou meios não institucionalizados, tais como blogues comunitários ou páginas nas redes sociais dedicadas a notícias locais, que não foram considerados neste mapeamento. Sublinha-se, contudo, que o âmbito deste estudo se circunscreve especificamente à análise dos órgãos oficiais e institucionalizados da região, definidos segundo critérios de periodicidade, registo formal ou reconhecimento institucional, pelo que essas fontes informais escapam deliberadamente ao escopo da investigação aqui apresentada.

Tal opção justifica-se pelo reconhecimento de que esses meios constituem importantes veículos de comunicação local, frequentemente com um público fiel, cumprindo funções sociais e culturais relevantes que vão além da mera transmissão informativa convencional.

Note-se, a título exemplificativo, a relevância das rádios regionais, especialmente aquelas dedicadas à emissão de programas interativos, como os discos pedidos, cuja popularidade é facilmente constatável, sobretudo em localidades envelhecidas e isoladas da região. Este tipo de conteúdos, frequentemente ouvido no espaço público das aldeias e vilas de Trás-os-Montes, evidencia a função social destas rádios, proporcionando companhia, sentido comunitário e uma forma singular de comunicação quotidiana, sobretudo junto das populações mais idosas.

Este critério inclusivo pretende capturar integralmente o panorama mediático, destacando a diversidade cultural e social da região, incluindo órgãos com características específicas, como os de inspiração católica, por exemplo, dada a relevância cultural que estes podem ter para as comunidades locais.

Na extração dos resultados, para as publicações periódicas, consideraram-se a data de inscrição, tipo de suporte, âmbito geográfico, tipo de conteúdo, periodicidade e concelho sede da redação. Para as rádios, os critérios adotados foram a data de inscrição, frequência atribuída, tipo de programação, área de cobertura e concelho de licenciamento.

O verdadeiro contributo científico deste mapeamento não reside apenas na descrição quantitativa dos órgãos existentes, mas sim na possibilidade de proporcionar uma reflexão sobre as implicações decorrentes da ausência ou insuficiência informativa em determinados territórios. Ao fornecer um diagnóstico concelho a concelho, este trabalho procura contribuir para uma leitura mais fina do ecossistema mediático regional, tendo em conta que nem a presença de meios assegura, por si só, a existência de jornalismo de proximidade, nem a sua ausência implica necessariamente um vazio informativo. Num país marcado por fortes assimetrias territoriais, a análise localizada de cada realidade torna-se importante para compreender os verdadeiros contornos da desertificação informativa. Neste sentido, este mapeamento poderá abrir espaço para

um debate académico e social informado sobre as estratégias necessárias para garantir uma informação regional acessível.

Este mapeamento tem uma dupla função: em primeiro lugar, possibilita uma visão global da realidade mediática transmontana, identificando o panorama geral da oferta informativa existente; em segundo lugar, estabelece uma base metodológica para a análise qualitativa e crítica dos media com presença online. Embora ainda não se apresente neste capítulo a seleção definitiva dos meios a aprofundar, o levantamento realizado permitiu aplicar, numa fase posterior dedicada aos estudos de caso, critérios específicos para identificar os projetos digitais mais relevantes, alinhados com o objetivo central da tese.

Paralelamente, este levantamento apresenta potencial para, eventualmente, informar futuras políticas públicas, estratégias empresariais e iniciativas comunitárias, ao identificar lacunas concretas no acesso à informação regional. Os resultados obtidos podem, assim, servir de base para intervenções fundamentadas por parte de decisores políticos, entidades reguladoras e organizações mediáticas. Adicionalmente, este trabalho contribui para o debate académico sobre o futuro e a sustentabilidade dos media regionais, oferecendo dados atualizados que reforçam a consistência e a oportunidade desta reflexão — em linha com os princípios e diretrizes recentemente sistematizados no âmbito do projeto *MediaTrust.Lab* (Jerónimo et al., 2025).

Com os resultados obtidos, será possível examinar individualmente cada meio digital transmontano em aspetos fundamentais, tais como antiguidade, conteúdos produzidos, estratégias editoriais, modelos de negócio adotados, distribuição geográfica e características da sua presença digital.

Estes resultados podem ser interpretados de forma mais aprofundada através do conceito de ecologia dos media ou ecossistema mediático. Segundo esta perspetiva, cada órgão de comunicação não existe isoladamente, mas relaciona-se sistemicamente com os restantes media, influenciando-se mutuamente (McLuhan, 1964; Postman, 1970; Scolari, 2012; Anderson, 2016).

O conceito de ecologia mediática defende que os meios de comunicação formam um ambiente interligado, onde alterações num elemento têm impactos significativos

em todo o sistema. Assim, fenómenos como o aparecimento de novas plataformas digitais (por exemplo, redes sociais) têm o potencial de alterar o equilíbrio dos media tradicionais, obrigando-os a adaptações constantes (Anderson, 2016; Coleman et al., 2016). Esta dinâmica é particularmente relevante para entender a realidade mediática de regiões como Trás-os-Montes, onde alterações num único órgão de comunicação podem afetar a qualidade e diversidade da informação local disponível, com impactos diretos na coesão e participação comunitária (Napoli et al., 2017; Nielsen, 2015).

Conceber o panorama mediático regional como um ecossistema reforça, assim, a importância do mapeamento realizado nesta investigação, enfatizando que os dados recolhidos não devem ser analisados isoladamente, mas sim considerando a complexidade e as interações sistémicas próprias deste ambiente informativo.

6.2.Contexto da desertificação mediática regional: situação prévia ao mapeamento (2011–2025)

Nos últimos anos, o panorama específico da imprensa regional em Portugal tem sofrido muitas transformações, evidenciando desafios relacionados com a sustentabilidade económica, a transição digital e a manutenção da proximidade informativa junto das comunidades locais. A situação tornou-se particularmente alarmante, conforme sublinhado pela presidente da ERC, Maria Helena Carvalho e Sousa, que, num recente discurso⁹⁷ proferido no Encontro Nacional de Imprensa Local e Regional em Braga (2025), destacou detalhadamente o cenário atual:

Temos já, neste momento, 83 concelhos em Portugal sem qualquer publicação periódica registada na ERC. Há 22 concelhos que têm publicações em risco, isto é, têm publicações registadas, mas não são de âmbito regional ou, sendo de informação regional, não são de informação geral ou ainda são de periodicidade muito reduzida, superior a um mês. Estamos a falar de um terço dos

⁹⁷ Discurso completo da presidente da ERC, Maria Helena Carvalho e Sousa, no Encontro Nacional de Imprensa Local e Regional, Imprensa e Digital (15 de março de 2025). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DTA-CFH7XCQ> (consultado em 24 de março de 2025).

concelhos neste país que não têm a informação que merecem e de que precisam. Porque o direito à informação é um direito absolutamente fundamental, um direito constitucional. [...] Não há desenvolvimento regional, não há melhoria do desenvolvimento destes territórios sem informação de qualidade que permita aos cidadãos fazerem escolhas esclarecidas (Carvalho e Sousa, 2025. 10:30).

As palavras da presidente da ERC reforçam uma realidade estrutural que exige atenção redobrada: mais de metade dos concelhos portugueses apresentam hoje algum grau de fragilidade informativa, seja pela ausência total de órgãos registados, seja pela existência de meios com cobertura insuficiente ou periodicidade irregular. Sinalizar estes desertos e semi-desertos informativos corresponde, como foi sublinhado, a evidenciar a limitação prática de um direito constitucional. A simples constatação deste panorama coloca em evidência uma ausência de resposta estruturada por parte do Estado, cuja responsabilidade na garantia do direito à informação continua por esclarecer em muitas destas realidades. Não está aqui em causa apenas o destino da imprensa regional, mas o acesso das populações a uma informação plural, regular e contextualizada — condição essencial para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento equilibrado do território.

O fenómeno dos desertos informativos em Portugal apresenta características próprias que merecem atenção específica. Apesar do impacto desta crise, o debate sobre desertos informativos ainda é limitado em Portugal, restringindo-se principalmente ao meio académico e às redações jornalísticas (Verza et al., 2024). A infraestrutura mediática local em Portugal apresenta um risco médio, com áreas urbanas relativamente bem cobertas e zonas suburbanas e rurais frequentemente negligenciadas ou cobertas apenas superficialmente pelos media nacionais (Verza et al., 2024).

Este alerta complementa as conclusões já reveladas anteriormente pelo relatório "Desertos de Notícias" que apresentou dados detalhados sobre a dimensão do problema a nível nacional:

Mais de metade dos concelhos em Portugal é ou está na iminência de se tornar desertos de notícias. Dos 308 concelhos existentes, 166 (53,9%) encontram-se em deserto de notícias, semi-deserto

ou estão ameaçados. Mais especificamente, 78 concelhos (25,3%) não possuem meios de comunicação com sede local, com 54 concelhos (17,5%) em deserto total e 24 (7,8%) em semi-deserto. (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c, p. 20).

Este relatório reforça, também, a preocupação já manifestada pela ERC, destacando que os desertos de notícias são mais frequentes nos distritos de Bragança, Portalegre, Vila Real, Beja e Évora, áreas caracterizadas por menor atividade económica e afastamento dos grandes centros urbanos. Os distritos de Bragança e Vila Real apresentam um cenário particularmente crítico. É precisamente neste aspeto que o referido relatório assume especial relevância para esta tese, oferecendo um enquadramento importante sobre a situação identificada em 2022. Convém reforçar, contudo, que embora o relatório sirva como referência essencial para a nossa análise, não existe a pretensão de realizar uma comparação direta, dado que optámos deliberadamente por alargar os critérios metodológicos no âmbito desta investigação, com o objetivo de efetuar um mapeamento mais abrangente do panorama mediático da região.

O relatório define as categorias usadas para classificar os concelhos relativamente à sua situação mediática. Um deserto de notícias refere-se a um concelho sem qualquer noticiário local, excluindo-se rádios que não tenham noticiário local, jornais doutrinários sem conteúdos informativos locais, e publicações (impressas ou digitais) não registadas na ERC; nesta categoria incluem-se ainda os concelhos que têm apenas um meio especializado. Considera-se semi-deserto o concelho onde existe apenas um meio disponível com noticiário local, mas cuja frequência ou qualidade é insuficiente ou insatisfatória; por exemplo, um jornal com periodicidade superior a quinzenal ou uma rádio sem jornalista local, com redação situada num concelho não limítrofe. O concelho classificado como ameaçado é aquele onde apenas um meio produz regularmente noticiário local. Por último, um concelho fora do deserto é aquele onde existem pelo menos dois meios locais que produzem notícias regularmente (Jerónimo et al., 2022c)⁹⁸.

⁹⁸ A metodologia usada neste relatório de 2022 assentou em dados disponibilizados pela ERC a 31 de maio de 2022, utilizando duas tabelas principais: publicações periódicas (impressas e digitais classificadas

A tabela 16 apresenta a classificação detalhada dos 26 concelhos da região de Trás-os-Montes segundo o relatório de 2022:

Tabela 16: Classificação mediática dos 26 concelhos que integram os distritos de Vila Real e Bragança (2022)

Distrito	Concelho⁹⁹	Classificação (2022)
Bragança	Alfândega da Fé	Deserto
	Bragança	Fora do deserto
	Carrazeda de Ansiães	Ameaçado
	Freixo de Espada à Cinta	Deserto
	Macedo de Cavaleiros	Fora do deserto
	Miranda do Douro	Deserto
	Mirandela	Fora do deserto
	Mogadouro	Deserto
	Torre de Moncorvo	Semi-deserto
	Vila Flor	Deserto
	Vimioso	Ameaçado
	Vinhais	Deserto
Vila Real	Alijó	Ameaçado
	Boticas	Fora do deserto
	Chaves	Fora do deserto
	Mesão Frio	Deserto
	Mondim de Basto	Deserto
	Montalegre	Fora do deserto
	Murça	Deserto
	Peso da Régua	Fora do deserto
	Ribeira de Pena	Deserto
	Sabrosa	Semi-deserto
	S. Marta de Penaguião	Deserto
	Valpaços	Semi-deserto
	Vila Pouca de Aguiar	Fora do deserto
	Vila Real	Fora do deserto

Fonte: Elaboração própria com base em Jerónimo, Ramos & Torre (2022c).

como regionais) e operadores de rádios locais. O critério utilizado para as publicações periódicas foi baseado no local de sede dos meios (impressos e digitais), tendo sido excluídas as publicações especializadas, doutrinárias ou propriedade de agentes públicos. Para as rádios locais, o critério de inclusão foi baseado no concelho de licenciamento das rádios, excluindo-se aquelas sem conteúdo noticioso local ou com conteúdos produzidos fora do concelho licenciado. A análise incluiu ainda contactos telefónicos e verificação através de sites e redes sociais para confirmar a existência e regularidade da produção noticiosa (Jerónimo et al., 2022c, pp. 14-17).

⁹⁹ Os concelhos estão apresentados na tabela por ordem alfabética, organizados por distrito, independentemente da categoria em que se inserem. Esta ordenação por ordem alfabética dos distritos e respetivos concelhos é utilizada ao longo de toda a tese, visando facilitar a identificação dos concelhos analisados.

No distrito de Bragança, mais da metade dos concelhos (58,3%) encontra-se em situação de deserto ou semi-deserto de notícias, especialmente na zona fronteiriça. Em seis concelhos (50%), não existe qualquer meio de comunicação social, enquanto dois concelhos estão classificados como ameaçados (16,7%). Apenas quatro concelhos (33,3%) têm meios digitais e, num deles, o meio digital é o único meio noticioso local. Destaca-se ainda que, em dois concelhos, o noticiário radiofónico é produzido à distância, a partir de concelhos não limítrofes, sendo classificados como semi-desertos (Jerónimo et al., 2022c).

No distrito de Vila Real, metade dos concelhos (50%) encontra-se em algum tipo de deserto de notícias. Cinco concelhos (35,7%) não possuem qualquer meio de comunicação social e um concelho (7,1%) está ameaçado. Apenas três concelhos (21,4%) têm meios impressos com periodicidade frequente (diários, semanais ou quinzenais), enquanto quatro concelhos (28,6%) não têm publicações impressas frequentes, mas contam com outros meios regulares. Meios digitais estão presentes em quatro concelhos (28,6%), e as rádios regionais existem em seis concelhos (42,9%). Em dois desses concelhos (14,3%), o noticiário local também é produzido remotamente, a partir de concelhos não limítrofes (Jerónimo et al., 2022c)¹⁰⁰.

Em 2022, o panorama mediático regional apresentava fragilidades significativas, mais graves no distrito de Bragança – onde metade dos concelhos se encontrava em deserto total de notícias, sobretudo em zonas fronteiriças, limitando drasticamente o acesso das populações locais a informação de proximidade. No distrito de Vila Real, por sua vez, o cenário mostrava-se um pouco mais equilibrado, beneficiando de uma presença mais sólida de rádios regionais e alguns meios digitais. Não obstante, também em Vila Real vários concelhos careciam de cobertura mediática regular. A existência de mais órgãos de periodicidade frequente nesse distrito sugeria uma situação relativamente mais robusta que a de Bragança. Em ambos os distritos, contudo, a produção de conteúdos informativos a partir de concelhos não limítrofes evidenciava problemas de proximidade e qualidade da informação oferecida às populações, sublinhando a persistência dos desertos noticiosos no interior transmontano.

¹⁰⁰ Para uma descrição visual complementar detalhada, consultar o gráfico 14, anexo 16.

Os dados a partir dos quais basearemos o nosso mapeamento foram obtidos a 1 de abril de 2025, sensivelmente três anos após a publicação do relatório anterior. É expectável que os resultados apresentados possam divergir relativamente ao relatório de 2022, não só devido à evolução natural do panorama mediático regional ao longo destes anos, mas também porque os critérios metodológicos aplicados nesta investigação são mais abrangentes.

Enquanto o relatório original realiza algumas exclusões temáticas prévias na análise dos media locais, o nosso mapeamento inclui integralmente todos os órgãos registados, independentemente da especialização ou temática. Assim, um concelho classificado originalmente como 'deserto de notícias' poderá, no nosso estudo, aparecer numa categoria diferente, como 'ameaçado', devido justamente à maior abrangência e profundidade dos critérios aqui adotados.

Iniciámos esta análise com o relatório "Deserto de Notícias" de 2022 devido à sua relevância histórica e centralidade no contexto desta investigação, proporcionando uma visão atualizada sobre a situação informativa nos distritos de Bragança e Vila Real e, também, por ter a metodologia que mais se aproxima da que será usada no mapeamento de 2025. Contudo, conforme referido anteriormente, existem outros cinco estudos que identificámos como pertinentes, apesar de representarem um período que recua até 2011. Esta abordagem temporal invertida justifica-se pela importância primordial atribuída ao relatório de 2022. De igual modo, examinamos também os restantes cinco estudos pelo potencial contributo que podem oferecer ao nosso mapeamento.

Iniciámos esta análise retrospectiva com a dissertação de mestrado de Patrícia Posse (2011), que constitui um referente histórico importante. Este estudo ofereceu um retrato detalhado do ecossistema mediático regional existente nos distritos de Bragança e Vila Real no início da década de 2010, identificando um total de 12 órgãos de comunicação social regionais. Destes, oito apresentavam uma presença online ativa (quatro em Bragança e quatro em Vila Real), enquanto os restantes quatro não tinham qualquer presença digital atualizada. Este cenário inicial é particularmente valioso como base comparativa para a análise subsequente do desenvolvimento digital na região.

Posteriormente, revisitamos o estudo conduzido por Ferrador, Zamith e Jerónimo (2019), cujo objetivo principal foi compreender a presença e composição das redações jornalísticas nos distritos de Vila Real e Bragança, dando especial atenção à existência de jornalistas profissionais, equiparados ou colaboradores sem carteira profissional. Para concretizar esta análise, os autores realizaram previamente um levantamento dos jornais existentes em 2018 nestes distritos, identificando um total de 21 jornais regionais registados. Estes órgãos variavam amplamente em termos de periodicidade, desde publicações semanais até anuais, sendo predominantemente de âmbito regional, com algumas raras exceções de âmbito nacional. Destes 21 jornais, apenas sete apresentavam simultaneamente edição impressa e presença digital ativa, tendo sido estes objeto de uma análise detalhada no estudo. Em comparação com o estudo anterior de Posse (2011), é possível notar uma redução simples de um jornal com presença online ativa, indicando uma possível retração ou reorganização do panorama digital regional entre 2011 e 2018.

Já o mapeamento efetuado por Midões (2020), que analisou especificamente as rádios comunitárias, revelou a ausência completa deste tipo de iniciativas nos nossos dois distritos de estudo, abrangendo todos os 26 concelhos de Vila Real e Bragança. O autor sublinha uma concentração evidente destas iniciativas nas zonas litorais e nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, confirmando uma situação generalizada de exclusão mediática significativa no interior do país, realidade que inclui precisamente a região de Trás-os-Montes (Midões, 2020).

Relativamente ao estudo de Ramos (2023), fomos confirmar se existia alguma atualização ou dados adicionais face ao relatório “Deserto de Notícias” de 2022. Contudo, verificou-se que o trabalho de Ramos (2023) se baseia nos dados apresentados no relatório mencionado, oferecendo uma síntese detalhada e uma análise complementar desses mesmos dados. Mesmo assim, o autor reforça que os desertos de notícias em Portugal permanecem concentrados sobretudo no interior do país, identificando explicitamente os distritos de Bragança e Vila Real como áreas particularmente afetadas. Ramos (2023) realça a persistência desta realidade, destacando que, entre 2020 e 2022, o número de concelhos classificados como desertos

ou semi-desertos aumentou de 57 para 78 em todo o país, confirmando a continuidade e agravamento desta realidade no interior norte, onde se inserem os distritos analisados nesta tese.

Finalmente, o relatório anual da ERC (2023), que é publicado todos os anos com dados gerais relevantes para o nosso âmbito de estudo, disponibilizado em agosto de 2024 com dados relativos a 2023, fornece informações atualizadas bastante relevantes para esta investigação. Em 2023, a ERC identificou um total de 26 publicações periódicas no distrito de Vila Real e 13 em Bragança. Relativamente aos operadores radiofónicos, registaram-se 20 em Vila Real e 9 em Bragança.

Os dados apresentados por estes estudos revelam um panorama mediático em constante oscilação, mas consistentemente preocupante. Revelam limitações metodológicas importantes, nomeadamente pela fragmentação na análise (focando apenas um ou outro tipo de meio), ou ainda em dados agregados ao nível distrital, sem detalhe por concelho.

6.3. Resultados principais do mapeamento

6.3.1. Publicações periódicas

Começamos pelo distrito de Bragança, onde os media regionais possuem uma longa tradição histórica. A partir do mapeamento realizado, identificaram-se as publicações periódicas registadas a 1 de abril de 2025, cujas principais características se encontram sintetizadas na tabela 17, organizadas cronologicamente pela data de inscrição. Esta organização permite observar a evolução das iniciativas editoriais, destacando-se a diversidade dos suportes adotados: exclusivamente digitais, exclusivamente impressos ou em formato híbrido.

Tabela 17: Publicações periódicas dos concelhos do distrito de Bragança

Data de inscrição	Denominação	Suporte	Âmbito	Conteúdo	Periodicidade	Concelho sede redação
18/08/1972	Mensageiro de Bragança	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Semanal	Bragança
28/03/1984	Brigantia	Papel	Regional	Informação Especializada	Bienal	Bragança
29/08/1984	Jornal Nordeste	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Semanal	Bragança
27/03/1998	O Pombal	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Mensal	Carrazeda de Ansiães
17/07/1998	Jornal O Guerra Zoelae	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Mensal	Macedo de Cavaleiros
03/07/2015	CanalN Mirandela	Online	Regional	Informação Geral	Diária	Mirandela
26/02/2016	Diário de Trás-os-Montes	Online	Regional	Informação Geral	Diária	Bragança
18/08/2017	Jornal Os Mirandenses	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Mensal	Mirandela
05/04/2019	Kapital do Nordeste	Online	Regional	Informação Geral	Diária	Bragança
24/08/2020	Terra de Miranda Notícias	Online	Regional	Informação Geral	Diária	Vimioso
07/01/2022	Jornal Os Mogadourenses	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Mensal	Mogadouro
29/08/2022	A Voz de Bragança	Online	Regional	Informação Geral	Diária (Dias úteis)	Bragança
28/08/2023	Notícias de Mirandela	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Mensal	Mirandela

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ERC disponibilizados a 1 de abril de 2025.

A partir da análise da tabela é possível observar que o distrito de Bragança apresenta um total de 13 publicações periódicas registadas. Destas, a maioria (sete publicações) opera num modelo híbrido, combinando suporte impresso e online. Em paralelo, destaca-se também a presença de publicações exclusivamente online, correspondendo a cinco títulos, refletindo uma estratégia editorial orientada para o digital. Por outro lado, verifica-se apenas um órgão que mantém o suporte exclusivamente impresso (“Brigantia”), que curiosamente é também o único dedicado a conteúdos especializados, com periodicidade bienal, sugerindo um papel distinto das restantes publicações, com uma natureza mais documental e arquivística, menos sujeita à lógica informativa diária ou semanal.

Do ponto de vista cronológico, merece destaque a existência de títulos regionais

com várias décadas de atividade, como é o caso do jornal "Mensageiro de Bragança", cujo registo oficial na ERC data apenas de 1972, apesar de a sua fundação ser significativamente anterior. Este facto evidencia uma tradição histórica relevante e uma continuidade significativa no panorama mediático regional, que ultrapassa já várias décadas. Observam-se também períodos prolongados sem novos registos – destaca-se, em particular, um hiato entre 1984 e 1998 e outro, mais recente, entre agosto de 2023 e abril de 2025. Este último período é especialmente relevante por refletir uma ausência prolongada de novas iniciativas, num contexto mediático regional onde poderia ser expectável maior dinamismo e renovação, sobretudo dada a crescente digitalização dos meios de comunicação.

A periodicidade destas publicações é bastante diversificada. Cinco títulos adotam uma publicação diária (incluindo uma com edição apenas em dias úteis), sugerindo um esforço de adaptação ao ritmo informativo acelerado exigido pelos públicos digitais urbanos, sobretudo em Bragança e Mirandela. Paralelamente, a existência de quatro publicações mensais sugere ainda a permanência de um público específico que valoriza conteúdos mais analíticos e aprofundados, menos condicionados pela pressão do imediato. Neste contexto, a presença singular da publicação bienal revela um nicho editorial peculiar, orientado para preservação histórica ou cultural.

Geograficamente, é notória a centralização jornalística no concelho de Bragança, com seis publicações aí sediadas, reforçando o papel deste território como principal agregador de recursos mediáticos e humanos da região. Mirandela surge como segundo concelho com maior presença mediática (três publicações), seguida de concelhos com menor expressão mediática como Mogadouro, Vimioso, Macedo de Cavaleiros e Carrazeda de Ansiães, cada um representado por uma única publicação.

O panorama mediático do distrito de Bragança revela-se plural e complexo, com tensões entre a tradição histórica das publicações mais antigas e o inevitável movimento de transição para formatos digitais. Não obstante, a ausência recente de novos registos pode sugerir desafios mais profundos, como a sustentabilidade financeira dos projetos jornalísticos regionais, a escassez de recursos humanos qualificados ou uma eventual saturação do mercado mediático local.

Este retrato abre caminho para a análise comparativa com o distrito de Vila Real em matéria de publicações periódicas, permitindo compreender melhor as dinâmicas próprias da região de Trás-os-Montes.

Tal como aconteceu no distrito de Bragança, os dados relativos ao distrito de Vila Real foram organizados cronologicamente (tabela 18), segundo a data de inscrição oficial das publicações periódicas. Salienta-se, contudo, a particularidade da publicação denominada Tellus, cuja data de registo não foi possível apurar no mapeamento realizado. Apesar da ausência desta informação específica, optou-se por manter a publicação no mapeamento e colocá-la no final da tabela, dada a relevância do título para o contexto mediático regional e para a compreensão completa do panorama editorial deste distrito.

Tabela 18: Publicações periódicas dos concelhos do distrito de Vila Real

Data de inscrição	Denominação	Suporte	Âmbito	Conteúdo	Periodicidade	Concelho sede redação
09/09/1972	A Voz de Trás-os-Montes	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Semanal	Vila Real
13/05/1975	Notícias do Douro	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Semanal	Peso da Régua
10/03/1978	O Arrais	Papel	Regional	Informação Geral	Quinzenal	Peso da Régua
19/03/1982	Notícias de Barroso	Papel	Regional	Informação Geral	Quinzenal	Montalegre
12/07/1990	Negócios de Valpaços	Papel	Regional	Informação Geral	Mensal	Valpaços
12/05/1992	Ecos de Boticas	Papel	Regional	Informação Geral	Mensal	Boticas
18/02/1993	A Voz do Heitorzinho	Papel	Nacional	Doutrinária	Bimestral	Peso da Régua
04/02/1999	Notícias de Vila Real	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Quadrimestral	Vila Real
04/11/2004	Motricidade	Online	Nacional	Informação Especializada	Trimestral	Vila Real
17/01/2011	Desportivo Transmontano	Online	Regional	Informação Especializada	Diária	Vila Real
20/03/2013	Alto Tâmega Canal	Online	Regional	Informação Geral	Diária	Chaves
18/10/2013	TV Barroso	Online	Regional	Informação Geral	Quinzenal	Montalegre
25/08/2014	Notícias de Aguiar	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Quadrimestral	Vila Pouca de Aguiar

14/07/2016	Planalto Barrosão	Papel	Regional	Informação Geral	Mensal	Montalegre
11/12/2017	MGF & Ciência	Online	Nacional	Informação Especializada	Semestral	Chaves
29/03/2018	Ecos de Barroso	Online	Regional	Informação Geral	Mensal	Montalegre
24/06/2021	Douro Interior Jornal	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Mensal	Vila Real
18/11/2021	Jornal de Chaves	Papel/Online	Regional	Informação Geral	Quadrimestral	Chaves
07/08/2023	Komunica Magazine	Online	Regional	Informação Geral	Diária	Chaves
—	Tellus	Papel	Regional	Informação Especializada	Bianual	Vila Real

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ERC disponibilizados a 1 de abril de 2025.

A partir da análise da tabela relativa ao distrito de Vila Real, verifica-se que estão registadas um total de 20 publicações periódicas. À semelhança do observado no distrito de Bragança, também aqui predomina o modelo híbrido (papel e online), com oito publicações. Contudo, é importante destacar que o suporte exclusivamente em papel mantém um peso relevante neste distrito, correspondendo a sete títulos. Este facto sugere uma maior resistência à transição digital comparativamente a Bragança, eventualmente relacionada com públicos tradicionais ainda presentes ou uma maior valorização do suporte físico em determinadas áreas geográficas.

Em contrapartida, existem cinco publicações exclusivamente online, refletindo também em Vila Real uma crescente, ainda que mais moderada, adaptação às tecnologias digitais e ao consumo de informação em tempo real. Curiosamente, estas publicações exclusivamente digitais surgem maioritariamente após 2010, acompanhando uma tendência global de digitalização mediática.

Relativamente à periodicidade, constata-se uma grande diversidade e distribuição. A maior parte das publicações adota uma periodicidade mensal ou quadrimestral (sete publicações no total), seguida de perto por títulos com periodicidade diária (três publicações) e quinzenal (também três publicações). Esta diversidade evidencia diferentes dinâmicas editoriais e responde a necessidades informativas variadas, desde uma informação mais imediata até conteúdos mais reflexivos e menos frequentes. Destaca-se ainda a existência de periodicidades menos comuns como a

bimestral, trimestral, semestral e bianual, sugerindo nichos específicos e públicos diferenciados.

Outro aspeto importante é o registo de três publicações na década de 1970, reforçando a ideia de uma forte tradição editorial com raízes históricas neste distrito. A análise temporal revela também períodos significativos de ausência de novos registos, por exemplo entre 1999 e 2004 e, mais recentemente, entre agosto de 2023 e abril de 2025. Estes períodos sem registos podem indicar dificuldades económicas ou de mercado, condicionando o aparecimento de novos projetos jornalísticos.

Quanto ao âmbito territorial e temático, a maioria das publicações dedica-se predominantemente à informação geral (17 publicações), refletindo uma preferência editorial por conteúdos generalistas. Contudo, é importante destacar que três publicações possuem um âmbito nacional: “A Voz do Heitorzinho” (Peso da Régua), com conteúdo doutrinário e periodicidade bimestral; “Motricidade” (Vila Real), com informação especializada trimestral; e “MGF & Ciência” (Chaves), também especializada, com periodicidade semestral. Este dado é relevante por demonstrar que, a partir de concelhos tradicionalmente associados à comunicação regional, é possível desenvolver publicações especializadas dirigidas ao país inteiro, independentemente da sua natureza jornalística específica, rompendo com as expectativas habituais relativamente ao alcance territorial dos meios regionais.

Geograficamente, os dados mostram uma distribuição relativamente equilibrada no distrito. Vila Real e Chaves destacam-se como principais polos agregadores, cada um com quatro publicações registadas, seguidos de perto por Montalegre (também com quatro publicações). Esta distribuição mais equilibrada contrasta com a concentração notória em Bragança no distrito vizinho, sugerindo uma realidade editorial menos centralizada, possivelmente relacionada com as características demográficas e económicas diferenciadas no distrito de Vila Real.

A forte prevalência do modelo híbrido (papel+online) identificada neste mapeamento reflete uma tendência já reconhecida na literatura. Jerónimo (2015) sublinha que a presença na Internet passou a ser condição *sine qua non* para que a imprensa regional portuguesa acompanhe as novas exigências do público e dos

mercados. Isto significa que um jornal local que não tenha presença digital se arrisca à irrelevância. Contudo, esta transição para o ambiente online nem sempre implicou uma efetiva inovação nos conteúdos. Jerónimo (2015) observou que o percurso inicial das publicações regionais online se caracterizou frequentemente por práticas primitivas, assentes na transposição de conteúdos do meio tradicional, revelando uma presença muito limitada de interatividade, multimédia ou hipertexto. Esta situação é explicada, sobretudo, por rotinas produtivas muito enraizadas e escassez de recursos humanos e de tempo (Jerónimo, 2015).

Assim, o ciberjornalismo de proximidade enfrenta hoje um paradoxo evidente: nunca foi tão fácil difundir notícias localmente graças às ferramentas digitais acessíveis; contudo, em muitos casos estudados na literatura existente, o produto informativo frequentemente continua aquém do potencial tecnológico disponível, limitado pelas redações exíguas, pela falta de formação especializada e por modelos de negócio frágeis (Bastos, 2023). Importa sublinhar que esta observação decorre de estudos gerais sobre o ciberjornalismo de proximidade em contexto português, não tendo ainda sido verificada exaustivamente no contexto específico dos órgãos de comunicação social transmontanos. Tal análise mais detalhada será realizada posteriormente, no último capítulo desta tese, através dos estudos de caso aprofundados aos media online regionais selecionados.

6.3.2. Rádios

Após a análise detalhada das publicações periódicas, apresenta-se agora o mapeamento relativo às rádios. Importa relembrar que foram integrados nas tabelas referentes às rádios os meios registados como exclusivamente online, dada a sua representatividade reduzida, o que não justificava uma separação autónoma desta categoria. Ainda assim, os meios exclusivamente online são claramente identificados nas tabelas seguintes, destacando-se a sua especificidade sem descurar a relevância que têm no ecossistema mediático regional (o mesmo não aconteceu na categoria das

publicações periódicas, por se ter verificado que não existem meios exclusivamente online registados na região que se enquadrem nessa categoria).

Começamos pelo distrito de Bragança. Tal como anteriormente, os dados apresentados na tabela seguinte encontram-se organizados cronologicamente pela data de inscrição oficial de cada estação, refletindo igualmente a diversidade do panorama radiofónico regional (tabela 19).

Tabela 19: Rádios dos concelhos do distrito de Bragança

Data de inscrição	Designação	Frequência	Conteúdo	Área de cobertura	Concelho de licenciamento
17/01/2001	Rádio Onda Livre Macedense	87.7	Generalista	Local	Macedo de Cavaleiros
14/11/2001	Rádio Terra Quente	105.2	Generalista	Local	Mirandela
02/12/2002	Rádio Vinhais	100.5	Generalista	Local	Vinhais
23/06/2003	Rádio Ansiães	98.1	Generalista	Local	Carraceda de Ansiães
19/03/2004	Rádio Torre de Moncorvo	95.9	Generalista	Local	Torre de Moncorvo
07/06/2005	Rádio Brigantia	97.7	Generalista	Local	Bragança
26/01/2009	M80 Bragança	89.2	Temático - Musical	Local	Bragança
06/11/2009	M80 Mogadouro	93.1	Temático - Musical	Local	Mogadouro
20/07/2011	Rádio Regional Vimioso	91.5	Generalista	Local	Vimioso
20/12/2023	Rádio Regional	Online (Registado exclusivamente)	-	-	Vinhais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ERC disponibilizados a 1 de abril de 2025.

O mapeamento das rádios no distrito de Bragança permitiu identificar um total de 10 serviços de programas de rádio registados oficialmente até à data de 1 de abril de 2025. Deste conjunto, destaca-se a predominância de rádios com conteúdo generalista (sete emissoras), sugerindo uma preferência editorial pela oferta de programação diversificada, orientada sobretudo para a informação local e regional e conteúdos variados destinados a públicos alargados. Apenas duas emissoras (“M80 Bragança” e “M80 Mogadouro”) apresentam uma programação temática musical específica, preenchendo assim um nicho distinto, associado principalmente ao entretenimento e ao público jovem e adulto contemporâneo.

A análise cronológica revela que os registos destas rádios ocorreram todos após

o ano 2000, com a maior concentração de inscrições a situar-se na primeira década deste século (2001-2009), representando um período dinâmico em termos de novos projetos radiofónicos regionais. Contudo, a existência de uma inscrição mais recente, em 2023, assume particular relevância: trata-se da “Rádio Regional”, sediada no concelho de Vinhais, registada como exclusivamente online, sem referência quanto à programação. Esta rádio distingue-se das restantes, pois, apesar de sediada num concelho interior e tradicionalmente associado à rádio local, apresenta uma cobertura potencialmente nacional e global, devido ao seu suporte exclusivamente digital. Esta realidade reflete uma adaptação inovadora às novas tecnologias e aos novos hábitos de consumo radiofónico, tratando-se de um caso pioneiro e simbólico no contexto mediático do distrito.

As restantes rádios, embora com frequências específicas associadas, poderão também dispor de transmissões online, porém mantêm a sua identidade primordialmente local, refletindo assim um modelo híbrido que caracteriza atualmente muitos órgãos regionais em Portugal.

Geograficamente, destaca-se uma distribuição equilibrada das rádios pelo distrito, com dois registos no concelho de Bragança, dois em Vinhais (um dos quais exclusivamente online) e os restantes distribuídos pelos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Mogadouro e Vimioso, cada um com uma rádio registada. Esta distribuição revela uma preocupação em garantir uma cobertura equilibrada do território regional, proporcionando diversidade e proximidade aos diferentes públicos locais.

Os dados obtidos permitem concluir que o panorama radiofónico do distrito de Bragança apresenta uma realidade predominantemente homogénea e baseada num modelo tradicional de rádio local, com frequências específicas associadas aos diferentes concelhos. Contudo, o surgimento recente de uma rádio exclusivamente online, registada em 2023 no concelho de Vinhais, representa uma exceção relevante, podendo ser interpretado como um sinal inicial de transformação tecnológica e de adaptação aos novos hábitos de consumo radiofónico.

Concluída a análise às rádios do distrito de Bragança, segue-se agora o

levantamento dos serviços de programas de rádio registados no distrito de Vila Real. Tal como nas secções anteriores, a tabela apresentada (tabela 20) organiza-se por ordem cronológica, permitindo uma leitura clara da evolução e características do panorama radiofónico deste distrito.

Tabela 20: Rádios dos concelhos do distrito de Vila Real

Data de inscrição	Designação	Frequência	Conteúdo	Área de cobertura	Concelho de licenciamento
29/08/2001	Rádio Salesiana 90.1	90.1	Generalista	Local	Alijó
13/09/2001	Alto Tâmega FM	103.9	Generalista	Local	Boticas
06/02/2002	Universidade FM	104.3	Generalista	Local	Vila Real
18/11/2002	Rádio Voz do Marão	96.3	Generalista	Local	Vila Real
27/03/2003	Rádio Montalegre	97.5	Generalista	Local	Montalegre
14/04/2004	M80 Vila Real	97.4	Temático - Musical	Local	Vila Real
13/01/2009	Rádio Clube Aguiarense	95.5	Generalista	Local	Vila Pouca de Aguiar
20/07/2011	Rádio Regional de Valpaços	100.2	Generalista	Local	Valpaços
20/07/2011	Rádio Regional Sabrosa	94.5	Generalista	Local	Sabrosa
19/05/2014	Chaves FM	93.5	Generalista	Local	Chaves
08/05/2018	Rádio Barreirinha	Online (Registado exclusivamente)	—	—	Chaves
10/11/2022	Rádio Clube Santa Marta	Online (Registado exclusivamente)	—	—	S. Marta de Penaguião
08/09/2023	Rádio Alagoas	Online (Registado exclusivamente)	—	—	Peso da Régua

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ERC disponibilizados a 1 de abril de 2025.

O mapeamento realizado permitiu identificar um total de 13 serviços de programas de rádio registados no distrito de Vila Real até à data de referência. Destes, a grande maioria (dez rádios) apresenta uma cobertura essencialmente local, assente num modelo tradicional de emissão através de frequências radiofónicas, predominantemente com conteúdos generalistas (nove rádios). Apenas um serviço com frequência atribuída, a “M80 Vila Real”, assume uma especialização temática musical,

diferenciando-se das restantes pela sua programação específica e orientada para públicos mais segmentados.

Uma análise mais profunda revela que, apesar desta predominância do modelo tradicional, existe também rádios registadas como exclusivamente online. São três as rádios registadas sem frequência atribuída e com suporte integralmente digital: “Rádio Barreirinha” (Chaves, 2018), “Rádio Clube Santa Marta” (Santa Marta de Penaguião, 2022) e “Rádio Alagoas” (Peso da Régua, 2023). Este surgimento progressivo de rádios exclusivamente online, sobretudo a partir de 2018, reflete uma tendência recente no distrito, dado que desde esse ano até à atualidade não houve novos registos de rádios com frequência atribuída, existindo uma evidente predisposição para o online em detrimento do modelo tradicional com frequência FM. Estas rádios exclusivamente digitais emitem a partir de concelhos do interior (Chaves, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua), alcançando potencialmente audiências nacionais e internacionais. Este aspeto é especialmente relevante, na medida em que demonstra a capacidade dos territórios do interior em ultrapassar as limitações tradicionais da cobertura geográfica local e em projetar conteúdos radiofónicos muito além das fronteiras regionais.

Cronologicamente, o panorama radiofónico em Vila Real apresenta um período particularmente ativo no início do século XXI, entre 2001 e 2004, durante o qual foram registadas seis rádios, refletindo uma dinâmica significativa de iniciativas locais. Este impulso coincide com uma fase mais ampla de reorganização e consolidação regulatória das rádios locais em Portugal, com destaque para as exigências técnicas e administrativas introduzidas neste período. Após um período menos dinâmico (entre 2004 e 2011), registou-se novo impulso em 2011, com dois registos simultâneos (Valpaços e Sabrosa). Contudo, é especialmente relevante notar que, desde 2011 até ao surgimento da primeira rádio exclusivamente online em 2018, apenas uma rádio tradicional com frequência atribuída (“Chaves FM”, em 2014) foi registada. Esta escassez de novos projetos radiofónicos tradicionais ao longo de vários anos pode indicar uma predisposição crescente para o formato digital, assim como eventuais dificuldades ou obstáculos económicos e técnicos que limitam o surgimento ou a manutenção de rádios com frequência FM no distrito.

A análise geográfica mostra uma dispersão equilibrada por diversos concelhos do distrito. Vila Real destaca-se como o concelho com maior concentração radiofónica, com três rádios registadas (“Universidade FM”, “Rádio Voz do Marão” e “M80 Vila Real”). Chaves segue-se com duas rádios (“Chaves FM” e “Rádio Barreirinha”, exclusivamente online). Os restantes concelhos registados (Alijó, Boticas, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar, Valpaços, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua) possuem cada um uma rádio registada, refletindo uma cobertura geográfica relativamente extensa.

Em termos de conteúdos, a predominância absoluta de rádios generalistas demonstra que o distrito continua a valorizar modelos radiofónicos tradicionais, vocacionados para oferecer uma programação diversificada e informativa de proximidade, dirigida a públicos generalizados e heterogéneos. Porém, o crescimento das rádios online, apesar de ainda minoritário, pode indicar uma tendência futura de alteração dos hábitos de consumo e estratégias editoriais.

Embora o presente mapeamento não tenha efetuado uma análise exaustiva das funcionalidades digitais específicas disponibilizadas por cada rádio transmontana, a literatura académica permite-nos antecipar algumas tendências gerais. Bonixe (2017), por exemplo, constatou que praticamente todas as rádios locais portuguesas migraram para plataformas online, embora mantendo frequentemente uma presença digital básica, como a simples retransmissão da emissão tradicional via *streaming*. Otero (2015), num estudo comparativo entre rádios locais do Norte de Portugal e da Galiza, corrobora este diagnóstico ao indicar que poucas destas rádios utilizam ferramentas multimédia avançadas, raramente explorando interatividade ou formatos narrativos próprios do digital. Considerando estes estudos, e dada a proximidade geográfica e socioeconómica, é expectável que o padrão observado nas rádios transmontanas seja semelhante – uma presença digital quase universal, mas frequentemente limitada em inovação tecnológica mais aprofundada (Bonixe & Ribeiro, 2021). Esta expectativa, contudo, deveria ser confirmada por futuros estudos específicos.

Terminada a apresentação dos resultados, importa agora avançar para uma análise comparativa mais aprofundada, onde os dados aqui descritos serão cruzados,

particularizados e confrontados com os da imprensa, permitindo uma compreensão integrada e mais precisa do panorama mediático regional.

6.4. Análise integrada dos resultados

Os dados que acabámos de apresentar correspondem, como vimos, integralmente à informação disponibilizada pela ERC, com referência à data de 1 de abril de 2025.

Neste sentido, importa realçar que não foram apresentadas outras tipologias mediáticas, como, por exemplo, Web TVs, televisões locais, órgãos dirigidos à diáspora, operadores de serviços audiovisuais, operadores de partilha de vídeos ou operadores de distribuição, pelo simples facto de não constarem atualmente no registo oficial da ERC para esta região específica.

Tal ausência não significa que estas tipologias não existam em outras regiões do país, nem exclui a possibilidade de terem existido ou virem a existir em Trás-os-Montes. O que se afirma é que, à data do levantamento realizado, esses formatos não foram identificados nesta área geográfica concreta. A configuração mediática encontrada reflete o panorama atual registado, que resulta, eventualmente, de múltiplos fatores, como a densidade populacional, o dinamismo económico, a cobertura tecnológica e as prioridades editoriais e institucionais locais.

Assim, o nosso mapeamento revelou uma realidade mediática caracterizada exclusivamente pela presença de publicações periódicas (em formato impresso, digital ou híbrido) e rádios (com frequência atribuída, em formato apenas digital e híbridos).

O objetivo principal desta secção é o de realizar uma análise integrada dos dados apresentados. Procura-se compreender, entre outros aspetos, qual o distrito e os concelhos que apresentam maior ou menor densidade mediática, quais os períodos temporais mais dinâmicos ou, pelo contrário, quais aqueles que têm ausência de novos registos e quais são, ao ano de 2025, os desertos de notícias por concelho de cada distrito, de acordo com a metodologia usada. Será igualmente efetuada uma comparação entre os diferentes suportes (impressos e online), procurando identificar

tendências predominantes ou minoritárias relativamente ao tipo de suporte utilizado e uma análise comparativa à periodicidade presente na região.

A tabela 21 apresenta a classificação atribuída a cada concelho com base no mapeamento efetuado. Optámos por utilizar as mesmas categorias nominais adotadas no relatório de Jerónimo et al. (2022c), por considerarmos que estas se revelam adequadas para descrever metodologicamente o fenómeno em análise. No entanto, os resultados obtidos nesta investigação (2025) poderão divergir daqueles apresentados no referido relatório devido a uma diferença fundamental na metodologia aplicada. Com efeito, o âmbito do nosso estudo foi deliberadamente mais abrangente, incluindo elementos que o relatório sobre desertificação mediática de 2022 optou por excluir, tais como publicações periódicas não classificadas como regionais, publicações pertencentes a entidades públicas (por exemplo, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), publicações não jornalísticas (revistas científicas, institucionais ou turísticas), publicações especializadas sem conteúdo estritamente regionalizado e ainda publicações de natureza doutrinária. Assim, esclarecemos que não é nosso objetivo realizar uma comparação direta com os resultados anteriores, uma vez que as metodologias não são coincidentes.

No âmbito da rádio, optámos igualmente por considerar operadores não incluídos no referido relatório, nomeadamente rádios exclusivamente musicais ou doutrinárias, bem como rádios exclusivamente online que têm o seu concelho de licenciamento num dos concelhos que integram os distritos abrangidos pelo nosso estudo. Esta inclusão metodológica não implica necessariamente que os concelhos aos quais estas rádios estão associadas tenham automaticamente assegurada uma presença mediática robusta, ou que estejam isentos de desertificação informativa. Contudo, consideramos que a escolha do concelho para licenciamento destas rádios dificilmente terá sido casual. Pelo contrário, a localização da sede e a própria denominação destas emissoras, muitas vezes intimamente ligadas às particularidades locais ou regionais, levam-nos a admitir uma forte possibilidade de estas rádios veicularem algum tipo de informação ou notícias relacionadas especificamente com os concelhos onde se encontram licenciadas.

O facto de as metodologias não serem coincidentes tem uma razão intencional: numa região com características tão particulares como Trás-os-Montes, um boletim municipal ou até um boletim paroquial, apesar de não serem produtos jornalísticos podem revelar-se mais relevantes para as populações locais do que um jornal tradicional, mesmo que este apresente conteúdo jornalístico rigoroso. Em localidades com acesso limitado à informação, uma revista municipal gratuita, entregue diretamente pelos CTT a pedido das autarquias, pode efetivamente ter um valor informativo mais elevado do que um jornal pago, pouco procurado ou com conteúdos de reduzido interesse local.

Esta realidade leva-nos, necessariamente, a problematizar a distinção habitual entre produtos com componente jornalística e outros que não cumprem integralmente esses critérios. Em comunidades onde não existem alternativas informativas, esta distinção perde significado prático: para muitas localidades transmontanas, qualquer conteúdo que aborde a sua realidade mais próxima—independentemente de ser elaborado por jornalistas ou cidadãos sem formação jornalística—cumpra já uma necessidade básica e fundamental: informar sobre aquilo que realmente importa no quotidiano local.

Por esse motivo, optámos por integrar na classificação de desertos de notícias de 2025 todos os registos disponíveis, independentemente da sua natureza jornalística estrita. Se, eventualmente, surgirem críticas quanto à classificação de um concelho com base em revistas especializadas, boletins municipais ou boletins diocesanos, é crucial sublinhar que, para muitas destas localidades, esses produtos representam o único acesso à informação escrita de que a população dispõe. Neste contexto, não é a profundidade ou o rigor que caracteriza o jornalismo profissional que estão em causa, mas sim a relevância prática, quotidiana e concreta dos conteúdos informativos efetivamente disponíveis para as populações locais.

Esta reflexão evidencia a importância de adaptar as metodologias às especificidades regionais e locais: não é possível estabelecer critérios únicos e aplicá-los uniformemente em todas as regiões sem considerar primeiro as características próprias de cada território. Foi exatamente com esta consciência que definimos e aplicámos a

metodologia específica deste mapeamento. Reconhecemos que outras abordagens poderão existir, mas a opção metodológica adotada nesta investigação não foi arbitrária, antes resultou precisamente da constatação de que não se pode avaliar realidades informativas tão distintas como se fossem todas iguais.

Tabela 21: Classificação dos concelhos dos distritos de Bragança e Vila Real quanto à desertificação mediática (2025)

Distrito	Concelho	Classificação (2025)
Bragança	Alfândega da Fé	Deserto
	Bragança	Fora do deserto
	Carrazeda de Ansiães	Fora do deserto
	Freixo de Espada à Cinta	Deserto
	Macedo de Cavaleiros	Fora do deserto
	Miranda do Douro	Deserto
	Mirandela	Fora do deserto
	Mogadouro	Ameaçado
	Torre de Moncorvo	Semi-deserto
	Vila Flor	Deserto
	Vimioso	Fora do deserto
	Vinhais	Fora do deserto
Vila Real	Alijó	Fora do deserto
	Boticas	Fora do deserto
	Chaves	Fora do deserto
	Mesão Frio	Deserto
	Mondim de Basto	Deserto
	Montalegre	Fora do deserto
	Murça	Deserto
	Peso da Régua	Fora do deserto
	Ribeira de Pena	Deserto
	Sabrosa	Fora do deserto
	S. Marta de Penaguião	Ameaçado
	Valpaços	Fora do deserto
	Vila Pouca de Aguiar	Fora do deserto
	Vila Real	Fora do deserto

Fonte: Elaboração própria, com base no mapeamento realizado no âmbito desta tese de doutoramento

A análise aos dados mostra oito concelhos inteiramente privados de presença mediática local, classificados como “deserto” em 2025. Concelhos como Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro e Vila Flor, no distrito de Bragança, bem como Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça e Ribeira de Pena, no distrito de Vila Real, mantêm-se totalmente “às escuras” no que ao registo de órgãos de comunicação diz respeito, sem qualquer meio que garanta - com sede e a partir desses concelhos -

regularmente a produção e difusão de conteúdos informativos locais.

Podemos, no entanto, considerar a hipótese de que as populações residentes nestes concelhos procurem informação através de jornais com sede nos concelhos centrais dos distritos, nomeadamente Bragança e Vila Real, onde títulos como o Mensageiro de Bragança e a Voz de Trás-os-Montes, com várias décadas de existência e presença consolidada na região, poderão assegurar alguma cobertura mediática. Outras hipóteses incluem o recurso a rádios licenciadas em concelhos vizinhos, cuja emissão frequentemente atravessa fronteiras locais, chegando a territórios que são classificados como desertos de notícias. De facto, dados preliminares recolhidos nas entrevistas aos responsáveis editoriais das rádios sugerem precisamente que existem localidades classificadas nesta investigação como desertos de notícias que, apesar de não terem rádios próprias registadas, conseguem captar emissões provenientes de concelhos vizinhos, beneficiando assim de algum grau de cobertura informativa local.

Paralelamente, foi possível constatar, a partir das entrevistas realizadas aos responsáveis editoriais de jornais regionais e da análise das suas plataformas digitais, que diversos jornais sediados fora dos concelhos desertificados têm procurado, ainda que de forma menos sistemática ou aprofundada, noticiar acontecimentos destas localidades sempre que possível, reduzindo parcialmente o vazio informativo aí existente.

Estas observações preliminares, que serão detalhadamente exploradas no capítulo 8 (Estudos de Caso), abrem caminho a futuras investigações académicas que visem compreender de forma mais precisa como estas populações efetivamente se informam, quais são as suas perceções relativamente à ausência de media locais próprios e que lacunas específicas identificam. Esta análise exige, necessariamente, uma abordagem empírica robusta e aprofundada que envolva diretamente as comunidades residentes nestes concelhos.

Uma análise preliminar dos resultados obtidos através do inquérito ao público realizado no âmbito deste estudo (Capítulo 5) revela um dado complementar ao fenómeno da desertificação mediática: precisamente nos concelhos classificados como "desertos" registaram-se níveis de participação particularmente baixos. Das 1342

respostas totais recebidas no nosso questionário, apenas 15,05% (202 respostas) provêm destes oito concelhos classificados como desertos. No seu todo, estes concelhos—nomeadamente Ribeira de Pena com 0,82% (11 respostas), Mesão Frio com 0,75% (10 respostas), Alfândega da Fé com 1,34% (18 respostas), Freixo de Espada à Cinta com 1,42% (19 respostas), Miranda do Douro com 2,61% (35 respostas), Vila Flor com 1,86% (25 respostas), Mondim de Basto com 3,06% (41 respostas) e Murça com 3,20% (43 respostas)—destacam-se pela reduzida adesão ao inquérito, o que pode, hipoteticamente, estar relacionado com a menor capacidade ou disponibilidade dessas populações para participarem em iniciativas online.

A triangulação destes resultados com os dados sobre desertificação mediática revela uma situação ainda mais preocupante: dos 202 respondentes provenientes destes concelhos classificados como desertos, 3,28% (44 respostas) afirmaram recorrer ao *Facebook* das autarquias, enquanto outros 0,89% (12 respostas) dependem sobretudo de grupos comunitários nesta rede social para obter informação.

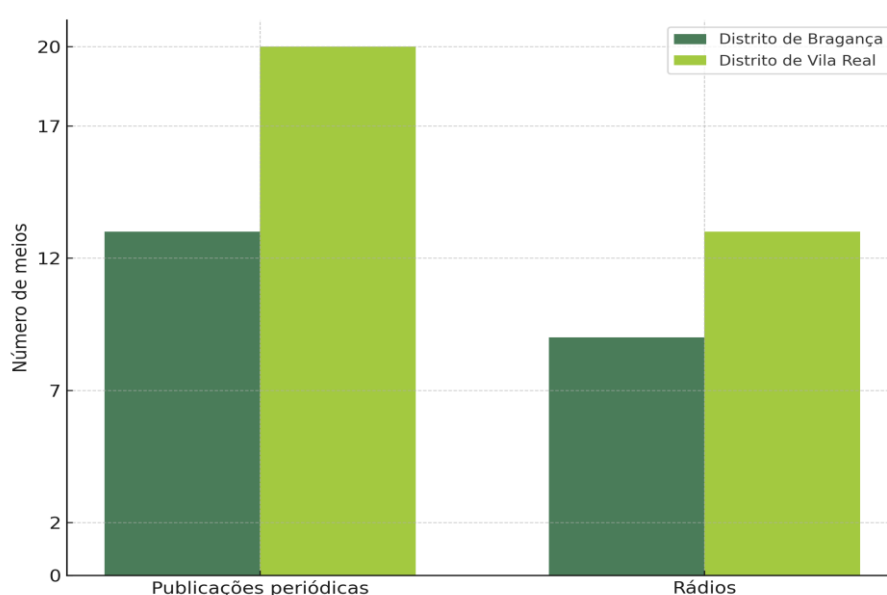
Estes dados sugerem que a ausência de meios mediáticos locais efetivos pode levar as populações a valorizar fontes institucionais ou informais, como as páginas das autarquias ou grupos comunitários online. Importa, contudo, refletir que esta valorização poderá não decorrer necessariamente de uma opção consciente ou excessiva, mas sim da falta de alternativas disponíveis. Por outras palavras, as comunidades acabam por recorrer e atribuir relevância a estes canais informativos simplesmente porque são os únicos disponíveis no seu quotidiano. Assim, esta situação não é necessariamente negativa, representando antes uma adaptação prática às limitações informativas existentes, na qual as populações retiram o máximo valor possível dos recursos de que dispõem, mesmo que estes não correspondam integralmente às suas necessidades informativas mais profundas.

Apesar da reduzida dimensão da amostra, esta triangulação inicial aponta para uma dupla exclusão: mediática e participativa. Seria desejável aprofundar ainda mais esta triangulação; contudo, dada a evidente escassez de respostas provenientes destes oito concelhos desertos, não foi possível avançar com uma análise mais pormenorizada neste momento. Considerando esta limitação, deixamos o desafio e a sugestão para

futuras investigações académicas, capazes de explorar esta linha de pesquisa com maior profundidade.

A análise comparativa entre os distritos de Bragança e Vila Real, representada graficamente, permite perceber algumas dinâmicas regionais importantes relacionadas com a presença mediática em ambos os territórios. Observando atentamente o gráfico 26, verifica-se que o distrito de Vila Real apresenta um maior número de publicações periódicas registadas (20), comparativamente a Bragança (13).

Gráfico 26: Número de publicações periódicas e rádios por distrito em abril de 2025



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da ERC

Este dado pode estar associado a múltiplos fatores, nomeadamente uma maior concentração populacional em centros urbanos mais desenvolvidos economicamente no distrito de Vila Real.

Relativamente ao panorama das rádios, Vila Real mantém igualmente uma vantagem numérica, registando 13 emissoras, face às 10 identificadas em Bragança. Esta diferença, embora menos pronunciada do que no caso das publicações periódicas, também pode sugerir diferenças estruturais e económicas entre os dois distritos. Em concreto, a existência de mais rádios no distrito de Vila Real pode estar relacionada com uma maior diversidade económica e cultural do distrito, uma maior facilidade de

captação de investimento publicitário ou ainda com uma melhor capacidade de adaptação aos desafios tecnológicos e digitais.

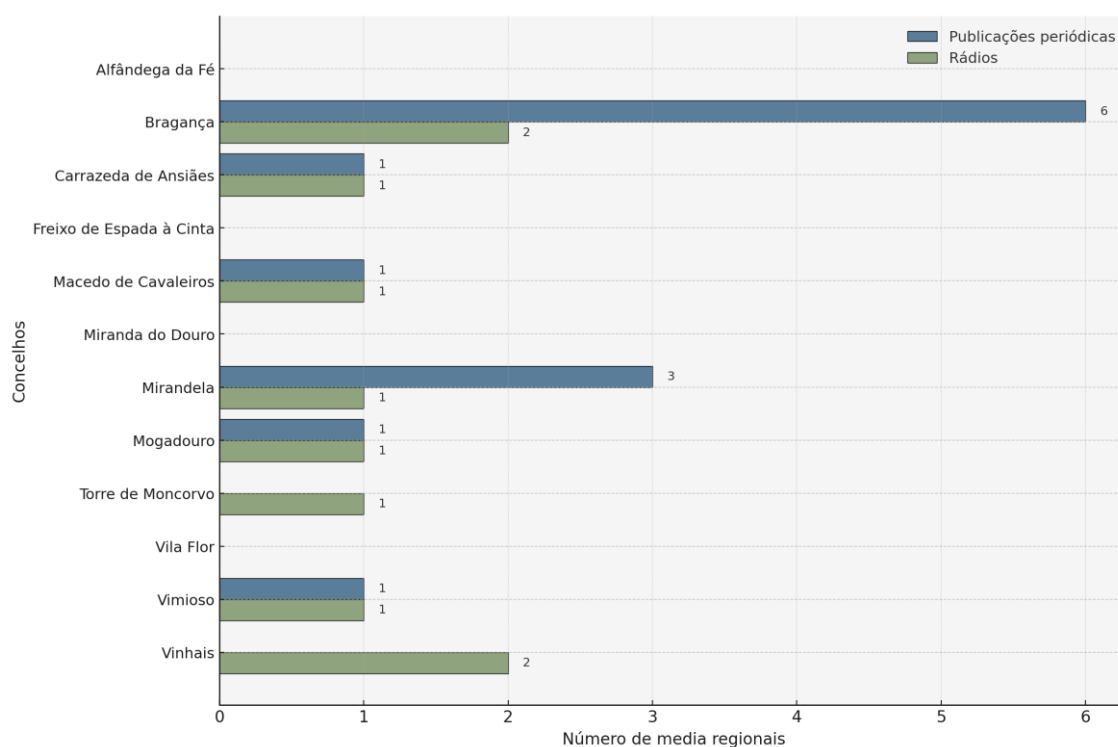
Importa problematizar estes dados na perspetiva da coesão territorial e da sustentabilidade mediática regional. A menor expressão mediática do distrito de Bragança pode traduzir dificuldades acrescidas de ordem económica e demográfica, particularmente em concelhos mais rurais ou isolados. Estes fatores têm um impacto direto na criação e manutenção de meios de comunicação locais. A ausência ou redução significativa de meios mediáticos em alguns territórios coloca em causa não apenas o direito à informação local e regional das populações, como também tem implicações diretas na qualidade da democracia local e na identidade cultural dessas comunidades.

Por outro lado, a diferença numérica também pode indicar que o distrito de Vila Real apresenta uma maior capacidade e predisposição para a digitalização, fator decisivo no contexto atual. Neste sentido, torna-se relevante compreender, através de estudos mais aprofundados como os que esta investigação propõe, não apenas quantos meios existem, mas como estes estão adaptados à realidade digital contemporânea, à competição pela atenção do público e à sustentabilidade financeira.

O gráfico 27 mostra a distribuição específica das publicações periódicas e rádios existentes em cada um dos concelhos do distrito de Bragança.

A ausência absoluta de qualquer meio mediático em determinados concelhos é visualmente evidenciada pelo espaço vazio junto às respetivas barras.

Gráfico 27: Distribuição das publicações periódicas e rádios pelos concelhos do distrito de Bragança



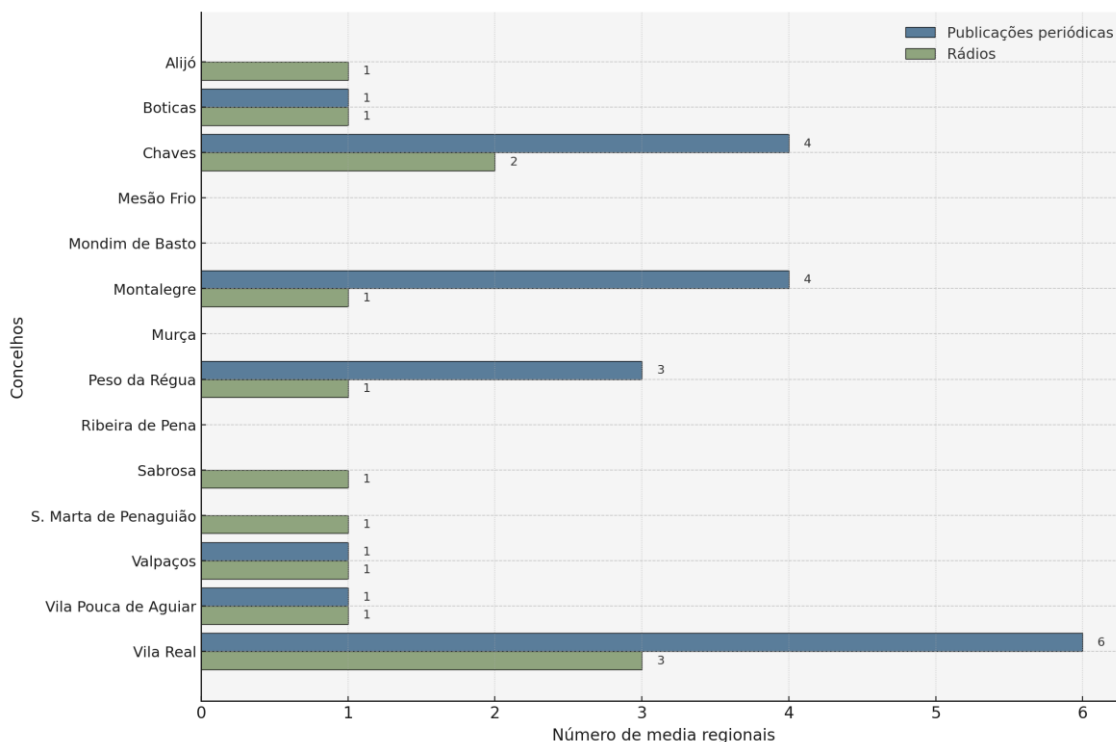
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da ERC

Destaca-se o concelho de Bragança com uma concentração significativa, contabilizando um total de seis publicações periódicas e duas rádios, sugerindo uma centralidade não só económica, mas também mediática deste concelho em relação aos restantes. É igualmente relevante a posição de Mirandela, que se destaca com três publicações periódicas e uma rádio, indicando também aqui uma presença mediática relativamente forte.

O que conseguimos visualizar são as disparidades territoriais dentro do próprio distrito, mas também as dificuldades que certos territórios enfrentam na produção e sustentação de meios mediáticos, lançando pistas importantes para futuras estratégias de intervenção mediática e políticas públicas direcionadas ao combate à desertificação informativa regional.

Nos concelhos do distrito de Vila Real (gráfico 28), também a inexistência total de media em certos concelhos se torna perceptível pela ausência de barras no gráfico.

Gráfico 28: Distribuição das publicações periódicas e rádios pelos concelhos do distrito de Vila Real



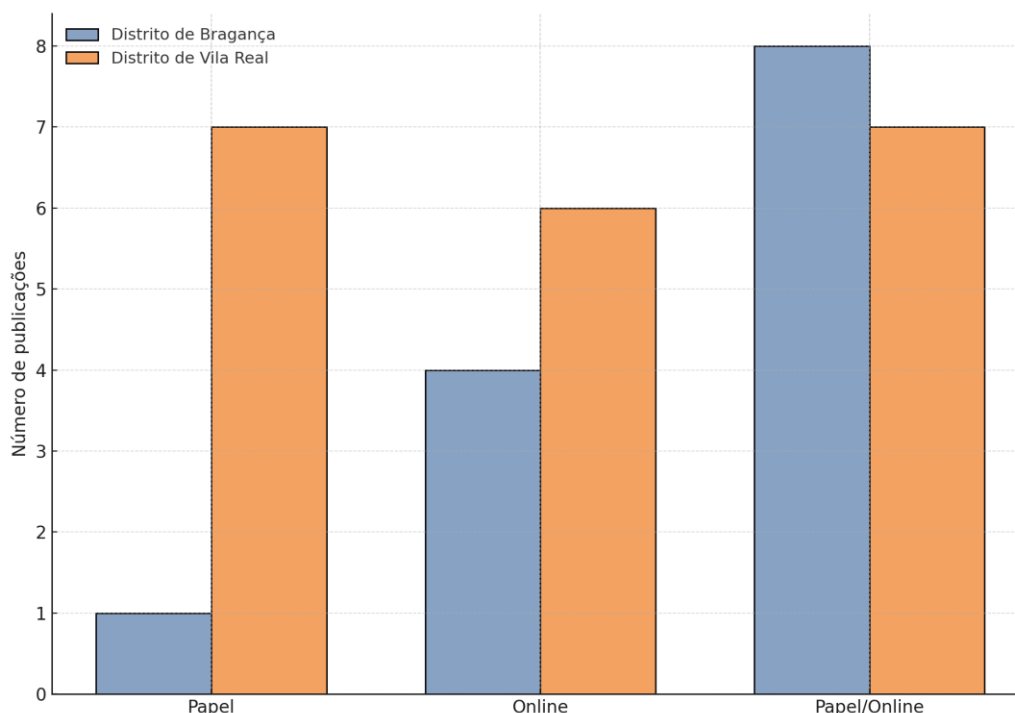
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da ERC

Destacam-se Vila Real, pela concentração mediática (seis publicações periódicas e três rádios), e Chaves, com uma presença de quatro publicações periódicas e duas rádios, refletindo a sua importância enquanto centros mediáticos regionais.

O gráfico permite ainda identificar polos secundários como Montalegre e Peso da Régua, que apresentam uma presença relativamente superior de publicações periódicas e rádios, destacando-se face à generalidade dos concelhos com menor expressão mediática.

Relativamente à distribuição das publicações periódicas segmentadas por tipo de suporte (papel, online ou híbrido, ou seja, papel/online), observa-se que o modelo híbrido (papel/online) é predominante em ambos os distritos, o que mostra uma adaptação dos meios tradicionais às novas tecnologias digitais, sem abandonar por completo o suporte físico (gráfico 29).

Gráfico 29: Distribuição das publicações periódicas segmentadas por tipo de suporte

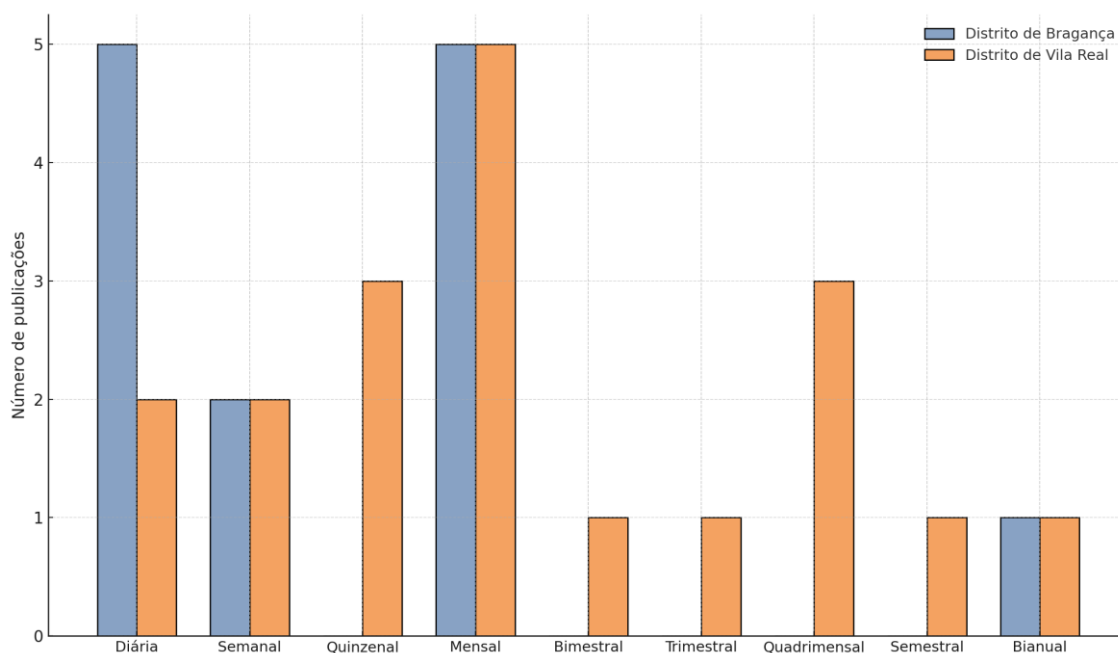


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da ERC

Destaca-se o distrito de Vila Real com uma presença significativamente superior de publicações exclusivamente em papel comparativamente a Bragança, onde este formato é residual. Por outro lado, Bragança regista uma aposta mais evidente no modelo exclusivamente online, reforçando a tendência recente de digitalização na região. Estes dados sugerem dinâmicas locais diferenciadas na forma como os meios se ajustam à transformação digital e ao perfil das suas audiências regionais.

E quanto à comparação da periodicidade das publicações periódicas, observa-se uma predominância das publicações com periodicidade diária em Bragança, enquanto Vila Real regista um equilíbrio entre publicações diárias e mensais, destacando-se ainda a presença significativa de publicações quinzenais e quadrimensais (gráfico 30).

Gráfico 30: Análise comparativa da periodicidade das publicações periódicas registadas



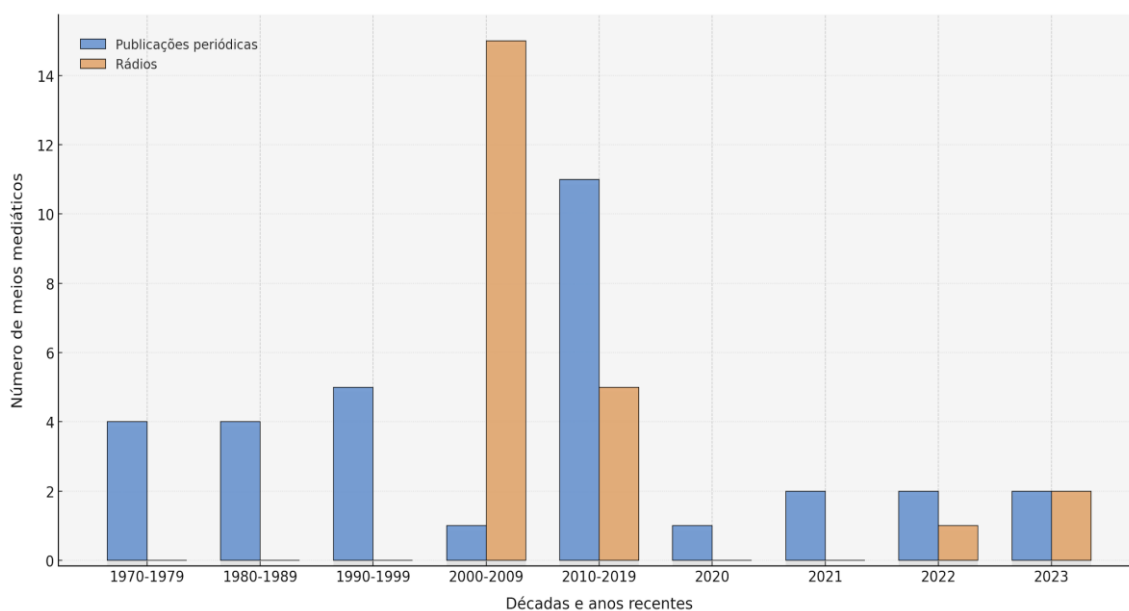
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da ERC

Em ambos os distritos, verifica-se uma menor expressão das publicações semanais, embora presentes em igual número. As periodicidades menos frequentes (bimestral, trimestral, semestral e bianual), geralmente associadas a publicações especializadas ou temáticas, surgem pontualmente e exclusivamente no distrito de Vila Real, com exceção da periodicidade bianual, presente também em Bragança. Esta realidade poderá refletir uma orientação editorial específica, dirigida a nichos de audiência ou conteúdos mais direcionados e menos dependentes do ritmo informativo imediato.

A próxima análise integrada apresenta o número de publicações periódicas e rádios (Frequência FM e Online) registadas na ERC, nos dois distritos de estudo, organizadas por ano de inscrição, desde o primeiro registo oficial em 1972 até ao último registo disponível, observável em 2025 e que reporta a 2023¹⁰¹.

¹⁰¹ A publicação periódica Tellus não foi incluída nesta análise por ausência do seu ano de inscrição nos registos oficiais da ERC.

Gráfico 31: Publicações periódicas e rádios por ano de inscrição nos distritos de Vila Real e Bragança



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da ERC

Nas décadas iniciais (1970-1989), observa-se uma predominância das publicações periódicas, acumulando um total de oito registos distribuídos uniformemente (quatro em cada década), enquanto as rádios estão completamente ausentes. Este cenário pode refletir tanto as limitações tecnológicas regionais como as preferências culturais e estruturais predominantes nesse período.

Uma mudança radical ocorre na década de 2000-2009, na qual as rádios emergem com um protagonismo significativo, registando 15 novas inscrições, ao passo que as publicações periódicas apresentam apenas uma inscrição adicional. Esta inversão pode sugerir uma resposta à crescente acessibilidade tecnológica, particularmente no domínio radiofónico, permitindo uma expansão rápida e diversificada da oferta mediática. Importa também questionar se este crescimento acelerado das rádios terá sido impulsionado exclusivamente por uma maior acessibilidade tecnológica ou se decorreu, igualmente, de mudanças regulatórias.

A década seguinte (2010-2019) apresenta uma alteração relevante nas tendências anteriores, marcada pelo crescimento das publicações periódicas, com onze novos registos. Em contraste, as rádios registam uma redução acentuada, com apenas

cinco novas inscrições. Esta inversão sugere uma possível saturação ou estabilização do mercado radiofónico após o forte crescimento anterior, refletindo ainda uma tendência pela profundidade informativa proporcionada pelas publicações periódicas. Uma hipótese complementar prende-se com a eventual necessidade administrativa e legal de regularizar o estatuto das rádios existentes, estabilizando assim os novos registos.

Nos anos mais recentes (2020-2023), verifica-se uma estabilização relativa, com uma ligeira predominância das publicações periódicas em 2021 e 2022, seguida por um equilíbrio entre os dois formatos em 2023. Este equilíbrio pode indicar uma fase de maturidade e diversificação no panorama mediático regional, com ambos os formatos a coexistirem.

De uma perspetiva global, as publicações periódicas apresentam um crescimento mais constante e sustentado, enquanto as rádios revelam um desenvolvimento marcado por períodos pontuais de intensa expansão intercalados com fases de estabilização ou retração. É particularmente relevante destacar a existência de períodos prolongados sem novos registos, refletindo as dificuldades estruturais e económicas inerentes aos territórios menos populosos, que dificultam uma dinâmica constante de renovação mediática.

É também importante reconhecer o registo relativamente tardio das rádios na ERC, comparado às publicações periódicas que iniciaram em 1972. Este atraso pode resultar da existência prévia de rádios regionais informais ou comunitárias, que só foram oficialmente reconhecidas com as exigências regulatórias impostas.

Ao concluir esta análise, é essencial reconhecer a existência de publicações periódicas muito anteriores à criação dos registos oficiais da ERC. Publicações históricas como "A Voz de Trás-os-Montes", com 75 anos de existência, ou "Mensageiro de Bragança", com 85 anos, destacam que os registos administrativos na ERC são insuficientes para captar integralmente a relevância histórica e comunitária destas publicações¹⁰².

¹⁰² As datas dos registos apresentados pela ERC, sobretudo as anteriores a 2006, não refletem necessariamente a data de fundação real das publicações ou o momento da sua efetiva inscrição numa entidade reguladora, tratando-se muitas vezes de registos administrativos efetuados retrospectivamente, sem correspondência direta com a antiguidade histórica dos órgãos de comunicação social.

Finalmente, no contexto das rádios, é fundamental lembrar o fenómeno das rádios piratas que emergiu em Portugal no final da década de 1970 e que antecedeu a liberalização formal do setor radiofónico no final dos anos 80. Entre 1977 e 1984, este movimento gerou um importante debate público sobre a relevância democrática das rádios locais, consolidando a liberdade de expressão num contexto pós-revolucionário (Bonixe, 2019; Reis, 2021).

6.5. Reflexão crítica sobre os resultados obtidos

Os resultados deste mapeamento permitem uma reflexão crítica mais ampla através do conceito de “desertos de notícias”, que identifica comunidades geográficas com pouca ou nenhuma cobertura noticiosa. Esta realidade, já abordada no Capítulo 2 (Ciberjornalismo de proximidade), emergiu na literatura internacional (Abernathy, 2020), associado a problemas como o aumento da desinformação e a diminuição do escrutínio cívico.

Em Portugal, como já vimos, o último estudo mostra que a desertificação mediática é particularmente preocupante no interior, com metade dos concelhos nacionais já classificados como desertos ou semi-desertos noticiosos (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c).

Em Trás-os-Montes, o mapeamento revelou precisamente este cenário desigual: enquanto centros urbanos (Bragança, Vila Real, Chaves) funcionam como “oásis mediáticos”, com vários media regionais ativos que asseguram uma esfera pública local dinâmica, concelhos periféricos e de baixa densidade surgem como desertos informativos, sem publicações periódicas locais regulares.

A literatura sublinha as consequências sociais deste fenómeno: perda de pluralismo, menor envolvimento cívico e risco acrescido de desinformação (Santos-Silva et al., 2025; Napoli et al., 2017). Este diagnóstico é reforçado pelos dados empíricos do nosso inquérito (Capítulo 5), que identificou precisamente nos concelhos com menos ou nenhuns órgãos de comunicação regional uma menor participação dos cidadãos na pesquisa, sugerindo apatia ou desconexão informativa.

A compreensão crítica do panorama mediático transmontano exige considerar também o processo mais vasto da transformação digital dos media regionais. Esta transformação não se limita à simples adoção de novas tecnologias, mas implica uma mudança estrutural nos modelos de negócio, nas rotinas produtivas e nas formas de distribuição e consumo dos conteúdos regionais (Franklin, 2014; Küng, 2017). Os dados obtidos neste mapeamento refletem precisamente esse cenário: jornais históricos agora também têm versões online. A literatura internacional (Williams & Harte, 2016; Nygren, 2019) destaca que esta digitalização gerou novas oportunidades de empreendedorismo jornalístico local, mas também aumentou desafios estruturais, como a concentração mediática, redução das redações e dificuldades de sustentabilidade económica (Bonixe, 2021).

Em regiões como Trás-os-Montes, marcadas pela dispersão demográfica, estas dificuldades tornam-se ainda mais acentuadas, exigindo estratégias alternativas e criativas para rentabilizar audiências digitais dispersas. Ainda assim, a transformação digital trouxe também benefícios claros à proximidade: redes sociais reforçaram a interação com o público, ferramentas digitais permitem *feedback* direto e imediato, e formatos multimédia enriquecem os conteúdos locais (Hermida, 2016; Napoli, 2019).

Assim, os fenómenos observados neste estudo – como a sobrevivência de determinados media regionais com décadas de existência e a existência de desertos de notícias – não podem ser entendidos fora do contexto da revolução digital. Reconhecer esta complexidade é fundamental para perceber como o ciberjornalismo de proximidade em Trás-os-Montes constitui um exemplo representativo dos desafios e oportunidades que os media regionais enfrentam, num equilíbrio delicado entre potencialidades tecnológicas e constrangimentos estruturais.

Os resultados do mapeamento mediático de Trás-os-Montes traçam um retrato complexo de um ecossistema informativo marcado por contrastes e dinâmicas de transição. À primeira vista, evidencia-se uma tensão latente entre a persistência de tradições enraizadas e as exigências da era digital - tensão essa que molda e é moldada pelo ecossistema mediático regional. Mesmo num país de dimensão reduzida como

Portugal, existem contextos mediáticos próprios e singulares, cuja compreensão exige uma análise situada no território.

Por um lado, a presença histórica de órgãos de comunicação com largas décadas de existência (como o Mensageiro de Bragança ou a Voz de Trás-os-Montes) atesta a resiliência do jornalismo de proximidade clássico, cuja continuidade tem garantido um fio de ligação informativo entre gerações. Por outro lado, a emergência de publicações e rádios inteiramente digitais, bem como a proliferação de projetos híbridos (imprensa em papel aliada ao online), revelam um movimento adaptativo no seio desse ecossistema – uma procura ativa de equilíbrio entre os formatos tradicionais e as novas plataformas do ciberjornalismo. Esta coexistência de suportes aponta para um período de metamorfose: os media transmontanos, tal como organismos num *habitat* em mudança, reinventam-se para sobreviver num meio marcado pela desertificação demográfica e pela conectividade em rede.

A análise dos dados reforça que a transição digital nos media regionais não ocorre de forma homogénea, antes reflete as especificidades socioeconómicas de cada sub-região. No distrito de Bragança, por exemplo, constatou-se uma aposta mais decidida no digital – com cinco títulos exclusivamente online e apenas um órgão estritamente impresso – sugerindo uma resposta talvez mais ousada (ou necessária) à erosão do modelo tradicional. Este cenário sugere que, em certos contextos, a digitalização não é apenas uma tendência global, mas também uma estratégia de sobrevivência mediática local face à escassez generalizada de recursos já identificada no capítulo 4 (nomeadamente devido à desertificação populacional, envelhecimento das comunidades locais, dispersão geográfica e, por consequência lógica, uma capacidade económica e publicitária mais limitada). Assim, num território com estas características, reduzir ou eliminar os custos associados à impressão e distribuição física pode ser uma via necessária para assegurar a continuidade da produção informativa regional.

Em contraste, no distrito de Vila Real persiste um núcleo considerável de publicações exclusivamente em papel (sete no total), sinalizando uma resistência à transição digital que merece reflexão. Tal resistência poderá dever-se a públicos ainda fortemente ligados aos suportes tradicionais – audiências envelhecidas ou mais rurais

que conferem elevado valor à materialidade do jornal impresso – mas também à própria inércia de estruturas editoriais que tardam em abraçar plenamente a cultura digital.

Este desfasamento interno, patente na comparação inter-distrital, demonstra que a adoção do ciberjornalismo de proximidade ocorre a ritmos distintos mesmo dentro da região transmontana, consoante a centralidade urbana, a literacia digital das comunidades e a visão estratégica de cada projeto mediático. Em última instância, a disparidade verificada entre a forte componente digital em Bragança e a maior adesão ao papel em Vila Real reflete diferentes caminhos de ajustamento do ecossistema mediático local às pressões contemporâneas: onde uns meios evoluem em simbiose com as novas tecnologias, outros mantêm-se ancorados em lógicas convencionais, talvez para servir nichos específicos ou por confiança na longevidade do seu público tradicional.

Outro eixo crítico de interpretação decorre do fenómeno da desertificação mediática, cujas marcas, embora atenuadas em alguns pontos, permanecem vincadas no mapa informativo da região. O levantamento de 2025 não deixa dúvidas quanto à cronicidade de certos vazios: oito concelhos transmontanos foram classificados como “deserto” informativo, completamente desprovidos de qualquer órgão noticioso local registado. Esta realidade torna-se especialmente relevante quando analisada na perspetiva da coesão territorial e da equidade no acesso à informação. Embora os dados apontem para uma aparente cobertura mediática em diversos concelhos, é fundamental questionar se essa presença dos órgãos de comunicação social representa, efetivamente, uma resposta adequada às necessidades informativas locais ou se constitui apenas um cenário de cobertura formal, sem um compromisso real com a produção e difusão regular de conteúdos relevantes para as comunidades.

Em concelhos como Vinhais ou Santa Marta de Penaguião, a presença fora dos “desertos de notícias” resulta, fundamentalmente da existência de rádios exclusivamente online no cômputo mediático. Se, por um lado, esta decisão metodológica alargada nos permite captar melhor a diversidade de meios existentes – reconhecendo que uma rádio web, ainda que focada em conteúdo musical, faz parte do circuito comunicacional local –, por outro lado, coloca a questão: em que medida a

presença de uma rádio online supre a ausência de jornalismo local regular? A mesma interrogação estende-se a publicações de âmbito não estritamente jornalístico (como boletins municipais ou revistas especializadas sediadas na região) que formalmente existem registados em determinados concelhos mas isso não significa necessariamente que essas comunidades disponham de uma cobertura jornalística de proximidade robusta. Há, pois, uma diferença qualitativa entre ter meios registados no concelho e ter efetivamente notícias locais produzidas para e sobre a comunidade. A reflexão crítica sobre os resultados exige discernir este ponto: o ecossistema mediático transmontano integra muitos elementos (digitais, institucionais, especializados), porém nem todos desempenham o mesmo papel funcional de um jornal local ou de uma rádio com redação dedicada a assuntos da terra.

Não se pretende com isto desvalorizar – pelo contrário, cada órgão identificado (seja um jornal mensal, um portal informativo diário ou uma rádio online) representa uma potencial voz adicional no mosaico mediático regional e um sinal de vitalidade do jornalismo de proximidade.

Contudo, um olhar ecológico e crítico deve também deter-se nos bolsões de estagnação que persistem e nas consequências sociais que deles decorrem. Os concelhos que permanecem “às escuras” mediaticamente em 2025 configuram verdadeiras zonas de exclusão informativa dentro do mapa transmontano. Neles, a população vê-se privada de um direito fundamental – o direito a ser regularmente informada sobre o que se passa no seu próprio meio – tendo de procurar essa informação de forma indireta ou supletiva.

A reflexão sobre os dados permite inferir algumas dessas estratégias de compensação: nos concelhos que permanecem “às escuras”, a população vê-se obrigada a recorrer a fontes informativas indiretas ou externas – seja através de meios sediados em concelhos vizinhos, seja recorrendo a canais institucionais e redes sociais-, o que apenas supre de forma limitada a falta de um órgão local dedicado.

Os resultados do inquérito por questionário aos habitantes da região (Capítulo 5) apontaram precisamente nessa direção, ao revelar que muitos residentes destes concelhos desertos mencionam as redes sociais – em especial as páginas oficiais das

câmaras municipais – como fonte de “notícias” locais. Essa dependência de fontes institucionais ou informais enfatiza uma faceta preocupante da desertificação mediática: para além de deixar os cidadãos sem jornalismo independente de proximidade, potencia uma infoesfera¹⁰³ local dominada pela comunicação oficial e por boatos ou informações não verificadas, sem o filtro crítico de profissionais isentos.

Estamos, portanto, perante um duplo défice: onde não há órgão de comunicação social local, tende também a faltar uma cidadania informativa ativa, visível até na fraca participação cívica digital (os concelhos desertos foram os que menos responderam ao nosso inquérito online). Este achado sobressai como sintoma e consequência: a ausência de media de proximidade contribui para a apatia ou desconexão dos habitantes em relação aos assuntos públicos, ao passo que a baixa literacia e participação digitais nessas comunidades compromete a viabilidade de novos projetos jornalísticos online que ali poderiam surgir. O cenário configura um círculo vicioso de exclusão, difícil de romper sem intervenções externas ou sem uma revitalização socioeconómica mais ampla do território.

Em contraste, nas localidades onde o jornalismo de proximidade tem forte implantação – nomeadamente nas cidades de Bragança, Vila Real e em centros sub-regionais como Chaves ou Mirandela – percebe-se o efeito virtuoso de um ecossistema mediático minimamente equilibrado. Nesses contextos, a pluralidade de órgãos (jornais, rádios e plataformas digitais) favorece a criação de uma esfera pública local vibrante, em que diferentes vozes competem e dialogam, enriquecendo o debate comunitário.

A centralização de meios nas sedes de distrito, embora possa reforçar assimetrias internas, acaba por funcionar como um farol informativo para toda a região: títulos como o Brigantia (no caso brigantino, apesar do seu carácter especializado) ou o Notícias de Mirandela, bem como rádios regionais cujos emissores têm alcance suficiente para ultrapassar os limites concelhios, acabam por chegar indiretamente às zonas vizinhas. Neste sentido, o ambiente mediático transmontano possui mecanismos

¹⁰³ Neste contexto, entende-se por infoesfera o ambiente informativo local onde circulam notícias, informações e conteúdos mediáticos acessíveis à comunidade.

de compensação espontânea, em que os concelhos melhor servidos mitigam parcialmente a ausência de cobertura nos territórios contíguos.

Essa interdependência, contudo, está longe de resolver o problema de fundo. A lógica da proximidade geográfica no jornalismo implica que nada substitui totalmente a vivência e a atenção quotidiana de um repórter local inserido na comunidade. Por mais que um jornal distrital cubra, por exemplo, um acontecimento em Vila Flor ou um tema de interesse em Miranda do Douro, fá-lo-á inevitavelmente com menor profundidade e frequência do que um órgão sediado nesses mesmos concelhos. Assim, os resultados obtidos convocam uma reflexão sobre a qualidade e a granularidade da cobertura informativa: a mera existência de um ou dois meios regionais abrangentes não equivale a uma rede capilar de jornalistas de proximidade atentos a cada freguesia, a cada vila. Em termos de contexto mediático, é a diferença entre um ecossistema com alta biodiversidade – muitos nichos preenchidos por espécies mediáticas diversas – e um ecossistema monotónico, onde uns poucos atores generalistas tentam cobrir todo o terreno, deixando inevitavelmente zonas de sombra.

Esta leitura crítica dos resultados do mapeamento revela simultaneamente sinais de esperança e focos de preocupação. Por um lado, constata-se que a realidade mediática transmontana não é estática nem inevitavelmente declinante: novas iniciativas surgiram na última década, a transição digital está em marcha (ainda que a diferentes velocidades) e certas lacunas informativas começaram a ser colmatadas, demonstrando que o jornalismo regional mantém capacidade de adaptação e renovação. Por outro lado, ficam patentes as fragilidades estruturais que ainda atravessam o panorama mediático local: mercados publicitários exíguos, desertos de notícias, públicos envelhecidos com baixos índices de literacia mediática, e uma forte dependência de uns quantos polos urbanos para irradiar informação.

A região apresenta-se, metaforicamente, como um tecido informativo irregular, onde áreas densas e vivas convivem com vazios preocupantes. Esta irregularidade gera tensões intrínsecas ao funcionamento da democracia regional – nem todos os cidadãos transmontanos dispõem das mesmas oportunidades de se manterem informados e envolvidos – e coloca desafios à sustentabilidade futura dos órgãos de comunicação

social. Num contexto de ciberjornalismo e plataformas globais, a proximidade terá de reinventar-se sem se diluir: a chave consiste em equilibrar a eficiência e alcance do digital com a profundidade local e o vínculo comunitário que só o jornalismo de proximidade pode oferecer.

Os dados agora analisados, quando cruzados com estes conceitos, convidam a uma compreensão mais aprofundada do fenómeno: o ecossistema mediático regional requer um olhar sistémico, onde se entenda que o desaparecimento ou aparecimento de cada órgão produz efeitos em cascata, influenciando hábitos de consumo informativo, identidades locais e até mesmo a perceção de abandono ou inclusão por parte das populações. Reconhecer estas interligações e tensões é fundamental para, no capítulo conclusivo, se poder ponderar caminhos de resposta informada e sustentável a esta desertificação mediática que, apesar de ligeiramente atenuada, teima em demarcar o interior norte de Portugal.

Estes resultados do mapeamento mediático apresentados ao longo deste capítulo permitiram identificar a realidade atual dos media da região transmontana. Este panorama, sendo essencial à compreensão do ecossistema informativo regional, necessita ainda de ser complementado por uma perspetiva mais próxima, mais humana e mais vivencial: a visão daqueles que quotidianamente produzem e difundem informação nesta região.

É precisamente por esta razão que, antes de darmos a conhecer a seleção dos media online transmontanos que serão alvo dos estudos de caso finais (capítulo 8), interrompemos agora o percurso analítico do mapeamento para nos centrarmos nos profissionais que o integram. No próximo capítulo, o foco desloca-se dos órgãos de comunicação para os seus principais protagonistas: os profissionais que exercem funções nos media transmontanos.

Seria impossível compreender integralmente o contexto mediático regional sem dar voz a quem o concretiza diariamente. Com efeito, é fundamental analisar o perfil sociodemográfico, académico e profissional dos indivíduos que exercem funções jornalísticas, bem como conhecer as condições laborais, as rotinas de produção

informativa e as percepções que têm sobre questões como a autonomia editorial, as pressões que sentem no exercício da profissão e os desafios colocados pela era digital.

A análise crítica final dos media online regionais assentou não apenas em critérios quantitativos previamente definidos, mas também na percepção da realidade profissional, sociocultural e editorial revelada pelos próprios profissionais inquiridos. Este cruzamento entre o mapeamento prévio e os dados obtidos junto destes profissionais permite uma visão integrada do ecossistema mediático online de Trás-os-Montes. É neste contexto metodológico e conceptual que se enquadra o próximo capítulo.

7. Perfil, condições laborais e desafios dos (ciber)jornalistas em Trás-os-Montes

7.1. Enquadramento e objetivos do estudo

No capítulo anterior foi apresentado o mapeamento dos media regionais transmontanos, fornecendo uma visão abrangente e sistemática sobre a situação atual dos media nesta região. Contudo, este panorama, apesar de detalhado e quantitativamente robusto, permanece limitado sem ser complementado por uma perspetiva mais próxima, humana e qualitativa. O jornalismo é fundamentalmente uma prática social e profissional desenvolvida por pessoas concretas – jornalistas e ciberjornalistas –, cujas decisões, rotinas e condições de trabalho influenciam diretamente o ambiente informativo das comunidades locais (Morais, Jerónimo & Correia, 2020). Por exemplo, ao conhecer as condições reais em que os jornalistas locais desempenham as suas funções, como a falta de meios tecnológicos adequados ou pressões externas frequentes, poderemos conseguir compreender melhor por que determinados temas são priorizados ou negligenciados na agenda mediática regional.

Atualmente, a distinção entre jornalistas e ciberjornalistas tornou-se ténue e quase irrelevante, uma vez que todos os profissionais são, na prática, jornalistas que tiveram de adaptar-se ao ambiente digital. Inicialmente, os ciberjornalistas distinguiram-se por trabalhar especificamente com conteúdos multimédia, hipertexto e interatividade no ambiente online (Bastos, 2015). Contudo, atualmente, fruto da convergência mediática e da evolução tecnológica, todos os jornalistas tiveram de desenvolver competências digitais e desempenhar funções tradicionalmente associadas ao ciberjornalismo (Deuze, 2008b). Este processo fez com que qualquer jornalista se tornasse, inevitavelmente, um ciberjornalista, embora com diferentes níveis de domínio tecnológico. Autores como Marinho (2015) e Singer (1998) já vinham sublinhando esta tendência para uma identidade profissional híbrida e multifuncional nas redações

contemporâneas, onde o jornalista tradicional praticamente desapareceu, dando lugar a um profissional polivalente e digitalmente competente (Boczkowski, 2004)¹⁰⁴.

Esta dimensão humana ganha especial relevância numa região periférica como Trás-os-Montes, frequentemente caracterizada por desafios estruturais como a desertificação populacional, baixos níveis de PIB *per capita*, envelhecimento demográfico acentuado e dispersão geográfica. Estes fatores criam condições particulares para o exercício do jornalismo local, podendo condicionar diretamente a sustentabilidade financeira dos meios de comunicação social da região, uma questão que será esclarecida através dos estudos de caso subsequentes. Situações semelhantes de vulnerabilidade dos media regionais foram documentadas em diversos contextos internacionais, como zonas rurais no Canadá (Nagel & Broersma, 2024) e comunidades locais nos Estados Unidos (Perreault et al., 2024).

A desertificação populacional, por exemplo, traduz-se numa diminuição progressiva das audiências locais, dificultando a sustentabilidade económica dos media e podendo afetar a motivação profissional dos jornalistas locais (Heiselberg & Hopmann, 2024). A escassez de recursos económicos limita diretamente a capacidade dos media regionais de investirem em tecnologia e formação, afetando a qualidade da informação produzida e as condições laborais dos profissionais.

Adicionalmente, a transição digital introduziu novas complexidades na profissão jornalística. Se por um lado as tecnologias digitais e as redes sociais permitiram alcançar audiências mais vastas e diversificadas, por outro trouxeram exigências acrescidas em competências técnicas específicas, tais como produção multimédia, gestão das redes sociais e competências avançadas em verificação de informação e jornalismo de dados (Gulyas & Hess, 2024). Estes desafios tornam-se particularmente agudos em regiões periféricas, onde as formações especializadas são menos acessíveis e os jornalistas acumulam frequentemente funções devido à reduzida dimensão das redações (Nagel & Broersma, 2024).

¹⁰⁴ Sempre que nesta secção for usada a palavra “jornalista”, deverá subentender-se que também nos referimos aos ciberjornalistas, os quais, tal como indica a literatura (Bastos, 2015; Deuze, 2008b; Marinho, 2015) e de acordo com as nossas perceções, são profissionais que atualmente exercem, salvo raras exceções, funções muito semelhantes.

Neste contexto, torna-se importante aprofundar o perfil sociodemográfico, académico e profissional dos profissionais que exercem funções jornalísticas nos distritos de Vila Real e Bragança, analisando as suas condições laborais, desde a estabilidade contratual e remuneração às cargas horárias e infraestruturas disponíveis. Esta análise é particularmente relevante nesta região devido à especificidade dos desafios estruturais mencionados, que amplificam a vulnerabilidade laboral e económica destes profissionais, comprometendo potencialmente a sustentabilidade dos meios regionais e, em última análise, a qualidade da informação fornecida à comunidade, uma vez que, através da sua prática profissional diária, contribuem diretamente para a manutenção da pluralidade informativa e da participação cívica nas suas comunidades (Morais, Jerónimo & Correia, 2020).

Uma atenção particular será dada às rotinas produtivas destes profissionais, permitindo compreender como negociam a sua autonomia editorial, como lidam com pressões internas e externas e como enfrentam os desafios impostos pela digitalização, incluindo o papel crescente das métricas digitais e das redes sociais nas decisões editoriais (Gulyas & Hess, 2024; Moraes et al., 2020). Por exemplo, serão exploradas estratégias concretas como iniciativas de formação contínua, criação de redes colaborativas entre jornalistas locais e implementação de processos internos robustos para verificação e combate à desinformação.

Ao examinar as perceções e estratégias adotadas pelos profissionais locais que exercem funções jornalísticas face a fenómenos como a desinformação, pretende-se identificar caminhos que possam fortalecer a resiliência e a sustentabilidade dos media regionais. Este contributo será determinante na preparação do capítulo seguinte, dedicado à análise crítica dos media online transmontanos através de estudos de caso específicos, assegurando assim um entendimento humanizado e integrado do ecossistema mediático da região.

A metodologia adotada nesta secção foi devidamente detalhada no capítulo 3. Recorde-se que, para concretizar os objetivos definidos no presente capítulo e obter dados sobre o perfil sociodemográfico, académico e profissional dos indivíduos que exercem funções jornalísticas na região de Trás-os-Montes, especificamente nos

distritos de Vila Real e Bragança, foi aplicado um questionário online estruturado (anexo 2).

Na apresentação dos resultados optou-se por não realizar análises comparativas por distrito, atendendo ao número reduzido de respostas em cada subgrupo, privilegiando-se uma análise integrada e global. Identifica-se apenas o concelho específico de proveniência das respostas, para verificar a correspondência com os locais onde foram identificados órgãos de comunicação social regionais no capítulo dedicado ao mapeamento (Capítulo 6).

Dada a dimensão da amostra obtida (N=53), considerada adequada para uma análise exploratória e descritiva, decidiu-se apresentar graficamente apenas os resultados centrais para os objetivos definidos neste capítulo. Destacam-se, assim, questões relacionadas com autonomia profissional, pressões editoriais, utilização de tecnologias e redes sociais, e perceções sobre desinformação, dada a sua relevância específica para a região em estudo. Os restantes dados complementares encontram-se disponíveis no anexo 16.

As demais questões serão apresentadas exclusivamente sob a forma textual, destacando percentagens, frequências e tendências relevantes. Esta opção metodológica procura evitar a proliferação excessiva de gráficos e contribui para uma análise mais aprofundada e interpretativa dos dados, garantindo clareza, eficácia comunicacional e rigor científico (Price, Jhangiani & Chiang, 2015).

Esta abordagem é aceite na literatura metodológica, sobretudo em contextos académicos com amostras relativamente pequenas, onde a apresentação exaustiva de gráficos pode não representar uma vantagem efetiva (*Queensland Government Statistician's Office*, 2015). Os critérios de seleção das questões representadas graficamente basearam-se na relevância direta para os objetivos específicos do estudo e na possibilidade objetiva de sintetizar visualmente os resultados mais importantes.

7.2. Perfil e condições socioprofissionais

Uma primeira constatação, antes de avançarmos para a análise do perfil e das condições socioprofissionais dos profissionais que exercem funções jornalísticas em Trás-os-Montes, decorre dos dados fornecidos pela CCPJ. De facto, os 66 jornalistas formalmente registados (37 em Bragança e 29 em Vila Real) representam um número ligeiramente superior, ainda que por uma margem bastante reduzida, ao total de media identificados na região no nosso mapeamento prévio (56 órgãos: 23 rádios e 33 publicações periódicas). Este dado formal sugere uma realidade inicial de recursos humanos escassos, que pode ser problemática em termos de qualidade informativa, sustentabilidade e capacidade produtiva dos media regionais.

Contudo, note-se que os resultados do nosso inquérito ultrapassam este universo formal identificado pela CCPJ, já que incluem respostas de profissionais sem vínculo formal ou sem carteira profissional, apesar de representarem um número relativamente reduzido. Recorde-se que apenas quatro participantes declararam não possuir qualquer título ou reconhecimento oficial.

Note-se, ainda, que o distrito de Bragança tem mais jornalistas com carteira profissional ativa (37 face aos 29 de Vila Real), enquanto Vila Real conta com mais publicações periódicas registadas (20 face aos 13 de Bragança). Esta disparidade sugere contextos distintos de funcionamento dos media, mas não permite concluir diretamente a existência de desafios diferenciados sem dados adicionais que aprofundem questões como precariedade laboral ou condições específicas de trabalho¹⁰⁵.

A escassez relativa de jornalistas nas redações regionais já tinha sido identificada anteriormente por Ferrador, Zamith e Jerónimo (2019), que, através da análise das fichas técnicas dos jornais regionais online de Vila Real e Bragança, constatarem um número reduzido de profissionais com carteira profissional ativa face à quantidade de publicações existentes, revelando desde então claros problemas relacionados com a densidade jornalística e a precariedade laboral nas redações transmontanas.

A caracterização do perfil dos jornalistas regionais constitui um passo essencial para compreender as condições específicas em que a profissão é exercida no contexto

¹⁰⁵ A relação entre número de jornalistas e publicações pode depender de múltiplos fatores, tais como dimensão dos órgãos, grau de formalização ou mesmo modelos de negócio adotados, aspetos não aprofundados especificamente neste inquérito

transmontano. Miranda (2018) destaca que, em Portugal prevalecem condições específicas relacionadas com estabilidade laboral, diversidade académica e situações de precariedade profissional.

Estes aspetos são também salientados no Relatório do Sindicato dos Jornalistas (2023), que identifica um cenário marcado por vulnerabilidade contratual e por uma forte tendência à multitarefa, realidade particularmente evidente nos órgãos de comunicação regionais, onde a acumulação de funções é frequente devido às limitações estruturais e financeiras existentes.

Este cenário não é exclusivo de Portugal. O relatório dos Repórteres sem Fronteiras (2025) sublinha que os jornalistas em contextos regionais enfrentam frequentemente desafios acrescidos no que respeita à estabilidade laboral, remuneração e multiplicidade de funções desempenhadas, em contraste com colegas que trabalham em meios nacionais.

O estudo de Torre et al (2023), complementa esta abordagem, destacando a diversidade académica crescente entre os jornalistas regionais portugueses e sublinhando os desafios específicos vividos por estes profissionais no exercício da sua atividade jornalística, nomeadamente na acumulação de diferentes tarefas.

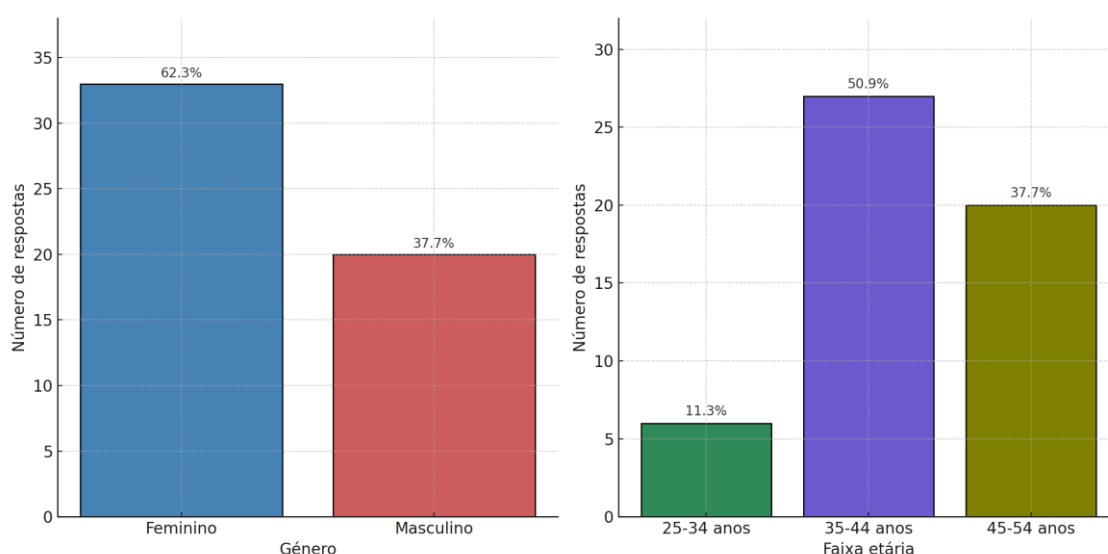
Neste sentido, sustentados pelas respostas obtidas ao nosso inquérito aos profissionais que exercem funções jornalísticas em Trás-os-Montes, procuramos de seguida contribuir para uma compreensão mais fundamentada do perfil sociodemográfico, académico e profissional destes profissionais, antes de explorarmos, nas secções subsequentes, aspetos relacionados com as rotinas, a autonomia editorial, a influência das tecnologias digitais e os desafios futuros da profissão.

O gráfico 32 apresenta a caracterização dos profissionais por género e faixa etária. Predominam as mulheres, com 62,3% (33 respostas), face a 37,7% de homens (20 respostas). A faixa etária mais representativa é a dos 35 aos 44 anos, com 50,9% (27 respostas), seguida pela faixa dos 45 aos 54 anos, com 37,7% (20 respostas). Destaca-se a reduzida presença de jovens adultos (25 a 34 anos), que representam apenas 11,3% (6 respostas). Este cenário sugere dificuldades na renovação geracional dos jornalistas na

região e indica um possível hiato geracional, sublinhando a fraca entrada de novos profissionais na carreira jornalística regional.

Esta tendência alinha-se com estudos internacionais que identificam um défice de jovens talentos nas redações locais, frequentemente associada a perceções de fracas oportunidades de progressão, salários pouco competitivos e escasso prestígio da profissão fora dos grandes centros (Jenkins & Nielsen, 2018; Borchardt et al., 2019). Em contextos mais frágeis, como o da imprensa regional de países periféricos, a precariedade das condições laborais potencia a saída dos mais experientes e desincentiva a entrada de novos profissionais, resultando num esvaziamento gradual das redações e numa crescente dificuldade de assegurar a continuidade geracional (Camarotto, 2019).

Gráfico 32: Caracterização dos profissionais dos media regionais transmontanos

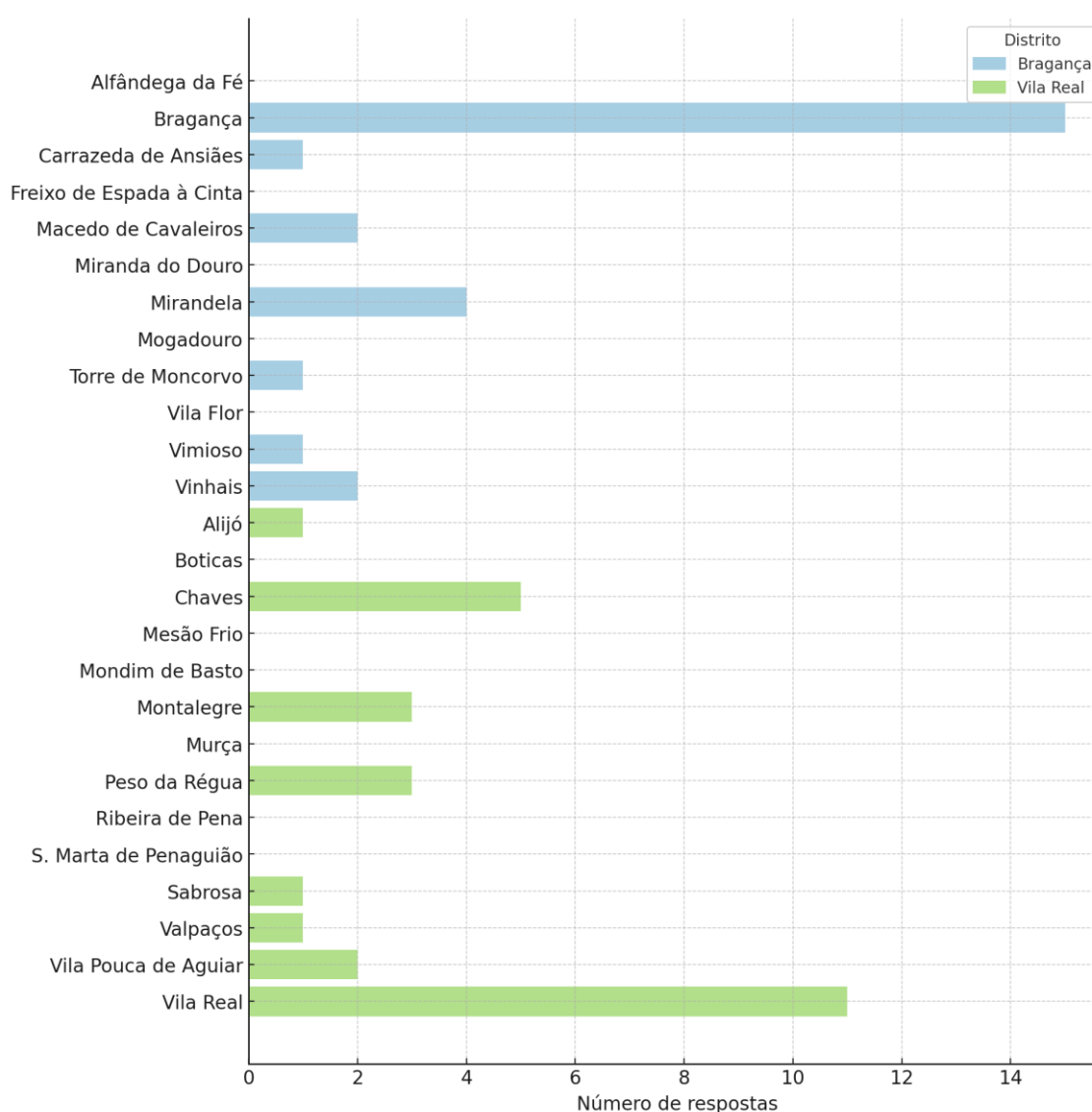


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

O gráfico 33 mostra uma distribuição desigual das respostas dos profissionais à pergunta "Em que concelho trabalha?", considerando os 26 concelhos dos distritos de Bragança e Vila Real. Destacam-se os concelhos de Bragança, com 28,3% (15 respostas), e Vila Real, com 20,8% (11 respostas), como principais centros da atividade jornalística regional. Em sentido inverso, concelhos periféricos ou com menor densidade

populacional, como Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta e Miranda do Douro, têm ausência total ou quase total de respostas. Esta assimetria está alinhada com os resultados já apresentados no capítulo anterior sobre a presença mediática regional, reforçando a centralidade das sedes distritais e polos urbanos secundários.

Gráfico 33: Distribuição das respostas à questão “Em que concelho trabalha?”, nos distritos de Bragança e Vila Real



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

Adicionalmente, destaca-se que a maioria dos inquiridos, 79,2% (42 em 53), reside no mesmo concelho onde exerce a profissão, sugerindo uma forte proximidade

entre jornalistas e os seus territórios de atuação. Os restantes 20,8% (11 respostas) residem fora do concelho em que trabalham, podendo enfrentar dificuldades acrescidas relacionadas com a fixação. No entanto, dado que o questionário não aprofundou este ponto, tal interpretação deve ser entendida como hipótese exploratória e não como conclusão definitiva.

Neste contexto, destaca-se que uma maioria expressiva dos profissionais (83%, 44 em 53) tem filhos, predominando o grupo com dois filhos, com 54,7% (29 respostas), seguido por aqueles com apenas um filho, que representam 22,6% (12 respostas). Esta realidade pode influenciar as decisões de permanência na região, sobretudo atendendo às limitações dos concelhos do interior ao nível da oferta educativa, cultural e de emprego (capítulo 4), aspetos cruciais para a estabilidade familiar e profissional. Embora o questionário não tenha explorado diretamente esta questão, a literatura indica que famílias com filhos tendem a procurar contextos que garantam melhor acesso a serviços essenciais, estabilidade laboral e qualidade de vida comunitária (Carvalho et al., 2013). Pode, portanto, inferir-se que a reduzida oferta destas condições constitui um potencial fator de repulsão para estes profissionais.

Relativamente ao perfil académico dos profissionais inquiridos, verifica-se uma predominância evidente de profissionais com formação superior (81,1%, 43 respostas em 53), destacando-se sobretudo os cursos de Ciências da Comunicação, Comunicação Social ou Jornalismo (71,7%, 38 respostas). Verifica-se, também, uma diversidade nas áreas de formação, incluindo Audiovisual e Multimédia (11,3%, 6 respostas), Fotografia (5,7%, 3 respostas), Gestão (3,8%, 2 respostas) e outras áreas menos diretamente relacionadas com o jornalismo, tais como Solicitadoria, Teatro e Artes Performativas, ou Engenharia (1,9%, 1 resposta cada), refletindo uma heterogeneidade nas competências profissionais existentes nas redações regionais.

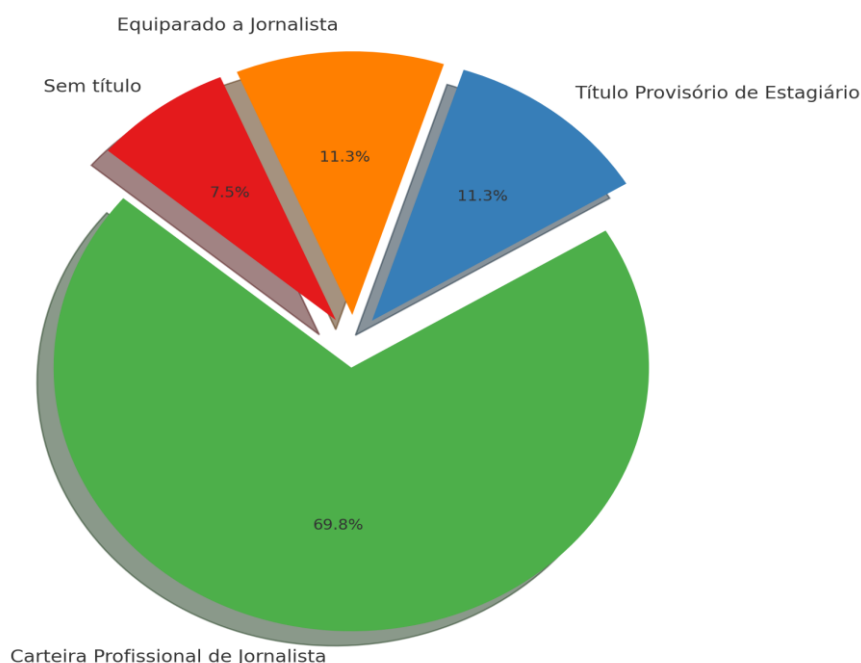
Quanto às instituições frequentadas, destaca-se a centralidade regional da UTAD (47,2%, 25 respostas em 53). Seguem-se, com menor expressão, instituições como a Universidade de Coimbra e a Universidade do Minho (11,3%, 6 respostas cada) e a Universidade do Porto (9,4%, 5 respostas).

Esta predominância da UTAD evidencia uma relação direta entre a universidade regional e o mercado profissional local, sugerindo a permanência de estudantes na região após a conclusão dos estudos. Trata-se de um dado positivo, considerando as dificuldades identificadas ao longo desta tese sobre a fixação de jovens qualificados em Trás-os-Montes. Contudo, é necessário reconhecer que persistem desafios significativos na captação e retenção sustentada destes profissionais a médio e longo prazo (Capítulo 4).

Merece uma atenção crítica o facto de 18,9% (10 respostas em 53) dos profissionais não terem frequentado qualquer instituição universitária, incluindo aqueles cuja formação académica se limita ao ensino secundário (5,7%, 3 respostas) ou ensino profissional em áreas não relacionadas com jornalismo (9,4%, 5 respostas). Este cenário sugere dificuldades no acesso à formação contínua especializada ou à atualização técnica destes profissionais, num contexto marcado pela complexidade tecnológica crescente e pelas exigências digitais do jornalismo atual. Tal situação poderá refletir-se diretamente na qualidade informativa produzida pelos meios regionais.

O gráfico 34 mostra que a maioria dos profissionais possui Carteira Profissional de Jornalista (69,8%, 37 respostas). No entanto, observa-se também uma presença relevante de profissionais com título provisório de estagiário (11,3%, 6 respostas), equiparados a jornalistas (11,3%, 6 respostas) e indivíduos sem título profissional (7,5%, 4 respostas). Estes dados revelam diversidade nos estatutos profissionais, refletindo uma realidade laboral heterogénea que poderá indicar alguma vulnerabilidade em certos casos específicos, embora sem permitir generalizações sobre informalidade generalizada.

Gráfico 34: Distribuição das respostas à questão “Que título profissional possui”?



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

Esta diversidade de títulos profissionais encontra reflexo direto nas funções efetivamente exercidas pelos profissionais inquiridos. Destaca-se que apenas 15,1% (8 respostas) desempenham exclusivamente funções de jornalista/repórter, enquanto a maioria acumula múltiplas funções (24,5%, 13 respostas), incluindo produção multimédia, fotojornalismo, edição e funções de chefia ou direção editorial.

Este resultado confirma o que diversos estudos (Bastos, 2023; Torre et al., 2023) apontam sobre o jornalismo regional: trata-se de um contexto em que os profissionais acumulam várias tarefas simultaneamente, num regime de multifuncionalidade que lhes exige versatilidade e competências diversificadas. Essa situação decorre diretamente da escassez de recursos humanos e financeiros nas redações regionais, podendo gerar problemas como sobrecarga laboral, cansaço profissional e impacto negativo na profundidade, rigor e qualidade da informação produzida.

Os dados revelam ainda outro ponto relevante: profissionais com título provisório de estagiário, equiparados ou mesmo sem título assumem funções jornalísticas ou responsabilidades editoriais que deveriam ser exclusivas de jornalistas com carteira profissional válida. Esta prática evidencia uma discrepância entre as atribuições legais dos títulos profissionais e as tarefas efetivamente desempenhadas,

podendo comprometer a qualidade da informação produzida e fragilizar o enquadramento ético e profissional desses trabalhadores.

Quanto ao tipo de meio de comunicação onde os profissionais exercem a sua atividade, predominam os jornais híbridos (impressos e online), com 54,7% (29 respostas), seguindo-se as rádios, com 24,5% (13 respostas). Estes resultados estão alinhados com o contexto regional já identificado no Capítulo 6 (mapeamento), onde prevalece este modelo híbrido. Verifica-se ainda a presença de profissionais em jornais exclusivamente online (17%, 9 respostas) e, em menor número, em meios híbridos ou digitais, como rádio com portal multimédia e televisão online (1,9%, 1 resposta cada). Embora a maioria trabalhe em meios tradicionais, alguns profissionais encontram-se já em contextos adaptados a formatos digitais, refletindo uma evolução relevante no processo de modernização tecnológica da região.

Os profissionais têm, em geral, uma experiência profissional considerável: 66% (35 respostas) trabalham na área há mais de 10 anos. Se, por um lado, esta senioridade pode representar uma vantagem em termos de experiência acumulada e estabilidade informativa, por outro, reforça preocupações discutidas anteriormente nesta tese (Capítulo 4), relacionadas com as dificuldades estruturais em captar e fixar jovens qualificados na região. Apenas 22,6% (12 respostas) dos profissionais têm cinco anos ou menos de experiência, o que sugere desafios evidentes na renovação geracional dos meios e dos quadros profissionais locais, colocando em causa a sustentabilidade futura do jornalismo regional transmontano.

Uma explicação possível reside nas limitações estruturais já identificadas: a entrada de jovens profissionais poderá ocorrer sobretudo por substituição geracional (reforma), uma vez que a escassez de novos órgãos mediáticos e a instabilidade financeira dificultam a criação de novos postos de trabalho. Tal situação condiciona o rejuvenescimento das redações, mesmo havendo necessidade de introduzir competências tecnológicas mais atualizadas, potencialmente menos presentes entre os profissionais mais experientes.

Em relação ao vínculo laboral, é relevante notar que, embora a maioria dos inquiridos tenha contrato efetivo (64,2%, 34 respostas), existe uma parcela de

profissionais sem vínculo contratual (11,3%, 6 respostas) ou com vínculos precários, como freelancers (9,4%, 5 respostas), contratos a termo (3,8%, 2 respostas) e estagiários (11,3%, 6 respostas). Estes dados evidenciam uma realidade laboral complexa, podendo comprometer a estabilidade profissional e económica dos indivíduos, com possíveis impactos na sustentabilidade dos media regionais.

Desta situação emergem duas reflexões: por um lado, existem profissionais com vínculo estável, integrados nas redações há vários anos, que asseguram estabilidade mas podem ter limitações na adaptação tecnológica e inovação; por outro, a entrada regular de jovens estagiários, frequentemente sem remuneração obrigatória regulamentada pela CCPJ, traz competências tecnológicas atualizadas e importantes para o jornalismo digital, mas constitui também uma mão-de-obra gratuita para as redações regionais.

Simultaneamente, a presença de *freelancers* evidencia uma tentativa de reduzir custos fixos mensais, já que estes profissionais são geralmente remunerados por tarefa ou projeto, com elevada instabilidade laboral. Seria interessante explorar, futuramente, se estes freelancers acumulam outras atividades profissionais para assegurar a sua subsistência económica. Finalmente, os contratos a termo demonstram uma flutuação laboral dependente das condições de mercado, da sazonalidade, da estabilidade financeira e das parcerias institucionais estabelecidas, frequentemente precárias e sujeitas a oscilações significativas.

Em síntese, os dados apresentados nesta secção permitem identificar um perfil sociodemográfico, académico e profissional diverso, marcado por tensões e desafios. A realidade laboral nos meios regionais transmontanos caracteriza-se pela coexistência de profissionais com vínculos estáveis e de outros em situação contratual precária, refletindo uma estrutura mediática regional limitada em recursos financeiros e humanos. Destacam-se questões como a multifuncionalidade dos profissionais, a discrepância entre funções exercidas e títulos profissionais detidos, dificuldades na renovação geracional e uma dependência significativa de profissionais com vínculos instáveis ou mesmo inexistentes.

Conhecido este perfil sociodemográfico, académico e profissional, importa perceber como estas características influenciam a prática profissional quotidiana e as condições efetivas de trabalho. Este aspeto, essencial para compreender a dinâmica do jornalismo regional em Trás-os-Montes, será abordado na secção seguinte.

7.3. Rotinas, autonomia e pressões editoriais

Esta secção explora as rotinas produtivas dos profissionais que trabalham nos media regionais transmontanos, abordando questões como os horários laborais, a cobertura informativa em territórios isolados ou periféricos e as deslocações frequentemente necessárias para o exercício da profissão. Serão ainda analisadas as condições específicas do trabalho jornalístico regional, com especial atenção às dificuldades associadas à proximidade comunitária, bem como às pressões internas e externas que moldam a autonomia profissional e as decisões editoriais no terreno. Estas dimensões são relevantes para entender as dinâmicas concretas que condicionam diretamente a qualidade e a liberdade da informação produzida.

A importância da análise às rotinas e às condições de autonomia dos jornalistas é reconhecida na literatura recente, quer em contexto nacional quer internacional. Alguns estudos recentes confirmam que o jornalismo local enfrenta frequentemente dificuldades estruturais acrescidas, incluindo precariedade laboral, multifuncionalidade profissional e escassez de recursos humanos e económicos, condicionando a prática diária dos profissionais (Neves, 2023; Olsen & Mathisen, 2023; Miranda, 2018). Em Portugal, especificamente, os jornalistas regionais têm de lidar com realidades laborais marcadas por uma elevada carga horária, desempenhando frequentemente múltiplas funções, desde a reportagem e edição até tarefas técnicas e gestão de conteúdos digitais (Sindicato dos Jornalistas, 2023; Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023).

Estas rotinas multifacetadas são destacadas como traços estruturais que agravam as dificuldades de autonomia editorial, frequentemente sob pressão económica e política local (Sindicato dos Jornalistas, 2023; Repórteres Sem Fronteiras, 2025). Os profissionais locais são particularmente vulneráveis a interferências externas devido à dependência económica dos media regionais face a entidades locais, como

autarquias ou empresas, o que afeta diretamente a independência e integridade da informação produzida (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023; Taylan, 2025; Miranda, 2018; Morais, Jerónimo & Correia, 2020).

Paralelamente, fenómenos como a desinformação e as exigências digitais vieram intensificar a complexidade das rotinas jornalísticas regionais, obrigando os profissionais a constantes atualizações técnicas e a uma maior exigência na verificação factual, embora nem sempre disponham do tempo ou dos recursos necessários (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023; Rodríguez & Jiménez, 2021). Em consequência, reforçar as práticas de *fact-checking* e adaptar-se às exigências multiplataforma tornaram-se necessidades urgentes, mas difíceis de alcançar em redações já bastante depauperadas e multifuncionais (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023; Neves, 2023).

Em regiões isoladas e periféricas como o são alguns concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança, estes desafios estruturais são ainda mais profundos, dada a menor dimensão populacional, o isolamento geográfico e as dificuldades acrescidas na fixação de profissionais qualificados, elementos que amplificam as pressões económicas e editoriais enfrentadas pelos jornalistas locais (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c; Olsen & Mathisen, 2023).

É precisamente a partir deste enquadramento que se torna importante analisar as condições concretas em que decorre o trabalho jornalístico nesta região, permitindo compreender o impacto das rotinas, das pressões editoriais e da autonomia profissional na qualidade, no rigor e na independência da informação produzida.

A análise do quotidiano dos profissionais que trabalham nos media regionais transmontanos permite compreender os desafios e especificidades das suas rotinas laborais. A maioria trabalha entre oito (18,9%, 10 respostas) e nove horas diárias (43,4%, 23 respostas), refletindo uma carga horária habitual na profissão. Contudo, uma parte ultrapassa esta média: 9,4% (5 respostas) trabalham até dez horas e 11,3% (6 respostas) atingem as doze horas diárias, indicando sobrecarga laboral com potenciais impactos negativos na vida pessoal e familiar.

A flexibilidade horária é uma característica dominante: 41,5% (22 respostas) indicaram horário flexível e 30,2% (16 respostas) têm isenção total de horário, permitindo adaptação às necessidades editoriais e operacionais. Apenas 11,3% (6 respostas) têm horários rígidos, mostrando diferentes realidades organizacionais na região. Essa flexibilidade, embora facilite a resposta às exigências informativas, pode implicar disponibilidade permanente, gerando um regime de trabalho "sempre ligado", reconhecido na literatura como fator associado ao desgaste profissional e burnout (Kim & Chon, 2022).

A divisão sobre o respeito pelo horário de trabalho, sobretudo durante o fim de semana, é praticamente equitativa: 50,9% (27 respostas) afirmam que o seu horário é respeitado pela chefia, enquanto 49,1% (26 respostas) indicam que não. Esta divisão sugere potenciais conflitos internos em torno dos limites laborais, com possíveis impactos no bem-estar, motivação e produtividade dos profissionais.

Quanto à atividade prática no terreno, a maioria dos profissionais desloca-se várias vezes por semana (54,7%, 29 respostas), enquanto 26,4% (14 respostas) afirmam sair diariamente. Embora a presença regular no terreno sublinhe a relevância atribuída à proximidade com os acontecimentos locais, o facto de não haver saídas diárias poderá ter duas explicações possíveis: favorecer práticas como o jornalismo de secretária, levando a uma gestão superficial dos conteúdos, ou refletir a dinâmica regional, onde a frequência e o volume dos acontecimentos podem não justificar deslocações diárias constantes.

A decisão sobre quais eventos devem ser acompanhados apresenta uma dispersão entre autonomia individual (41,5%, 22 respostas), decisões editoriais conjuntas (24,5%, 13 respostas), orientações diretas das chefias (22,6%, 12 respostas) e outros casos pontuais (11,3%, 6 respostas). O facto de muitos profissionais decidirem autonomamente sugere uma valorização da autonomia profissional e uma cultura editorial descentralizada.

Quanto ao trabalho realizado no terreno, verifica-se que 84,9% (45 respostas) raramente ou nunca trabalham acompanhados, enquanto apenas 15,1% (8 respostas) indicam trabalhar normalmente ou sempre em equipa. Este cenário pode resultar

diretamente da limitação de recursos humanos e financeiros, representando também uma potencial restrição ao desenvolvimento de reportagens mais completas e diversificadas, o que poderá comprometer a profundidade informativa.

Quanto aos meios de deslocação utilizados, predomina o recurso a veículos das empresas (58,5%, 31 respostas), embora um número significativo utilize veículos próprios (22,6%, 12 respostas) ou dependa exclusivamente destes (15,1%, 8 respostas). A utilização reduzida dos transportes públicos (3,8%, 2 respostas) não permite conclusões definitivas sobre dificuldades generalizadas na mobilidade. Estes casos poderão relacionar-se com circunstâncias específicas, como a falta de acesso dos estagiários aos veículos das empresas ou preferências pessoais dos profissionais, exigindo mais dados para aprofundar esta análise e evitar generalizações precipitadas.

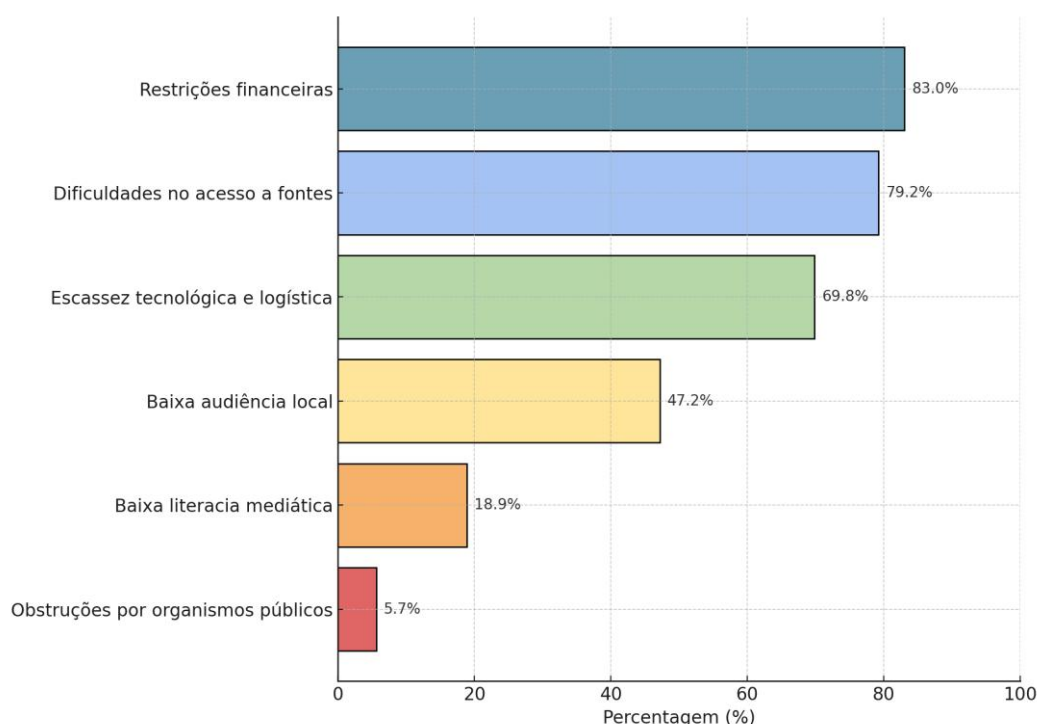
As questões de mobilidade tornam-se especialmente relevantes na cobertura jornalística de áreas isoladas. Neste contexto, a maioria dos profissionais (69,8%, 37 respostas) refere sentir dificuldades específicas, enquanto uma minoria (30,2%, 16 respostas) não identifica esses constrangimentos (gráfico 15, anexo 16). Esta situação levanta questões concretas relacionadas com o acesso a fontes primárias, a confirmação presencial de factos ou a recolha direta de testemunhos locais. Eventos em aldeias remotas ou situações críticas em locais de difícil acesso poderão não ser devidamente cobertos, conduzindo eventualmente a uma dependência excessiva de fontes secundárias ou de informações não totalmente verificadas.

Complementarmente às dificuldades práticas já identificadas, os profissionais foram convidados a indicar, numa pergunta de resposta múltipla, quais os desafios mais frequentes na cobertura jornalística em territórios de baixa densidade populacional. O gráfico 35 apresenta as categorias mais destacadas, com particular relevo para as restrições financeiras e orçamentais (83%, 44 menções), dificuldades no acesso a fontes (79,2%, 42 menções) e escassez de recursos tecnológicos e logísticos (69,8%, 37 menções). Destaca-se também a referência à baixa audiência local (47,2%, 25 menções), sublinhando dificuldades na captação e fidelização do público regional. Menos frequentes, mas ainda assim relevantes, são os desafios identificados pelos profissionais no campo aberto para especificar outras dificuldades. As respostas dadas permitiram

agrupá-los em duas categorias principais: baixa literacia mediática (18,9%, 10 respostas) e obstruções por organismos públicos (5,7%, 3 respostas).

Entre estas condicionantes destacam-se as financeiras e o acesso a fontes, sublinhando a transversalidade destas limitações. Estes resultados enfatizam não apenas a complexidade operacional dos contextos de interioridade, mas também a necessidade de estratégias específicas, incluindo ações orientadas para a capacitação tecnológica e financeira das redações, fortalecimento das competências no contacto com fontes primárias e iniciativas de envolvimento e literacia mediática das comunidades locais.

Gráfico 35: Principais desafios sentidos pelos profissionais na cobertura jornalística em territórios de baixa densidade populacional



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53, resposta múltipla).

A proximidade entre os profissionais dos media regionais transmontanos e as comunidades locais revela-se um fator central para compreender as práticas

jornalísticas e as dinâmicas editoriais nestes territórios. Uma ampla maioria dos profissionais (64,2%, 34 respostas) admite que essa proximidade influencia frequentemente a abordagem ou imparcialidade das notícias produzidas. Outros 30,2% (16 respostas) indicam sentir essa influência apenas ocasionalmente, sugerindo variações relacionadas com contextos pessoais específicos. Assim, no total, 94,4% reconhecem algum grau de influência da proximidade no seu trabalho, enquanto apenas 5,7% (3 respostas) referem não sofrer qualquer influência, representando uma perspectiva minoritária.

Por outro lado, a adequação dos recursos tecnológicos e logísticos às necessidades jornalísticas regionais constitui uma preocupação relevante. A maioria dos profissionais (49,1%, 26 respostas) considera que, apesar de existirem recursos, estes têm limitações que afetam o desempenho das funções. No entanto, 41,5% (22 respostas) vai mais longe, indicando que os recursos são insuficientes. Apenas 9,4% (5 respostas) consideram os recursos plenamente adequados, sugerindo que esta é uma situação rara no contexto regional. Esta perceção dominante de insuficiência ou limitação tecnológica levanta preocupações quanto à capacidade efetiva das redações regionais acompanharem exigências contemporâneas, tais como produção multimédia avançada, reportagem em tempo real ou cobertura eficaz de eventos complexos.

Outro aspeto relevante prende-se com a influência das características do público na produção jornalística. A grande maioria dos profissionais (94,3%, 50 respostas) considera que o perfil das audiências locais influencia significativamente os conteúdos produzidos, sendo que 56,6% (30 respostas) descrevem essa influência como muito intensa. Este dado sugere que os profissionais regionais adaptam frequentemente as suas abordagens jornalísticas às expectativas, interesses ou necessidades específicas das comunidades locais, resultando numa cobertura personalizada, mas também eventualmente condicionada pelas preferências do público.

Contudo, esta orientação para o público pode também representar uma vantagem importante. Como discutido no Capítulo 5, o público afirmou explicitamente valorizar um jornalismo próximo e orientado às suas necessidades e realidades concretas. Neste sentido, verifica-se aqui uma convergência entre as expectativas das

audiências e as práticas jornalísticas locais, representando uma oportunidade para fortalecer relações de confiança e aumentar a relevância social dos conteúdos produzidos.

O contacto direto e a interação com o público são dinâmicas relevantes no quotidiano profissional destes media regionais. A maioria dos profissionais (75,5%, 40 respostas) indica receber frequentemente *feedback* direto das audiências sobre as notícias publicadas, sugerindo um jornalismo interativo, característico de territórios de baixa densidade. Contudo, esta perceção dos jornalistas contrasta com estudos anteriores, que evidenciaram que, embora existam mecanismos tecnológicos que teoricamente facilitam a interação entre jornalistas e público, na prática, os jornalistas mostram-se pouco disponíveis para estabelecer uma comunicação efetiva e sistemática com as audiências, resultando numa proximidade mais retórica do que concreta (Jerónimo et al., 2022a).

Do ponto de vista do público, também surgem dificuldades significativas na construção colaborativa de agendas mediáticas, uma vez que este demonstra frequentemente pouca disponibilidade ou interesse real em participar ativamente, mantendo-se muitas vezes passivo perante mecanismos de participação (Correia et al., 2014). Este desfasamento entre as intenções manifestas e as práticas efetivas de interação, quer por parte dos jornalistas, quer do próprio público, coloca desafios adicionais ao conceito de jornalismo de proximidade.

Embora o envolvimento regular referido pelos jornalistas possa fortalecer relações de confiança com o público, pode igualmente gerar pressões adicionais, condicionando potencialmente a independência editorial. Apenas uma minoria (5,7%, 3 respostas) refere não receber feedback algum, constituindo uma exceção que poderá relacionar-se com a ausência de presença em redes sociais, plataformas atualmente essenciais para essa interação.

Uma análise crítica desta realidade levanta questões pertinentes para investigações futuras sobre a natureza e eficácia desse *feedback*, sendo essencial avaliar até que ponto é unidirecional ou efetivamente bidirecional, promovendo o diálogo entre jornalistas e público.

Tal como explorado anteriormente no capítulo 5, importa recordar o estudo de Ferrador et al. (2024), que analisou especificamente o maior jornal regional de Trás-os-Montes, evidenciando um nível quase inexistente de interatividade nas caixas de comentários online. Este resultado vem reforçar as conclusões anteriormente referidas, sublinhando que, apesar da disponibilidade tecnológica para promover uma maior proximidade com o público, a interação entre jornalistas e audiências permanece, na prática, muito limitada.

Embora esta constatação não possa ser generalizada para todos os meios da região, levanta reservas importantes sobre a qualidade e reciprocidade da interação mencionada pelos profissionais, sublinhando a necessidade de análises mais detalhadas que esclareçam efetivamente como este feedback é utilizado e integrado no processo jornalístico. Esta questão assume particular relevância ao considerarmos os resultados obtidos no capítulo 5 sobre as perceções do público: entre os participantes que já enviaram contributos aos meios regionais (54,9%), 378 mencionaram nunca ter recebido qualquer tipo de resposta. Este dado poderá sugerir não só um eventual desinteresse, mas também uma real dificuldade dos media regionais em dar seguimento eficaz ao contacto estabelecido pela população, contribuindo para uma potencial perceção negativa sobre a qualidade e reciprocidade da interação promovida por estes meios.

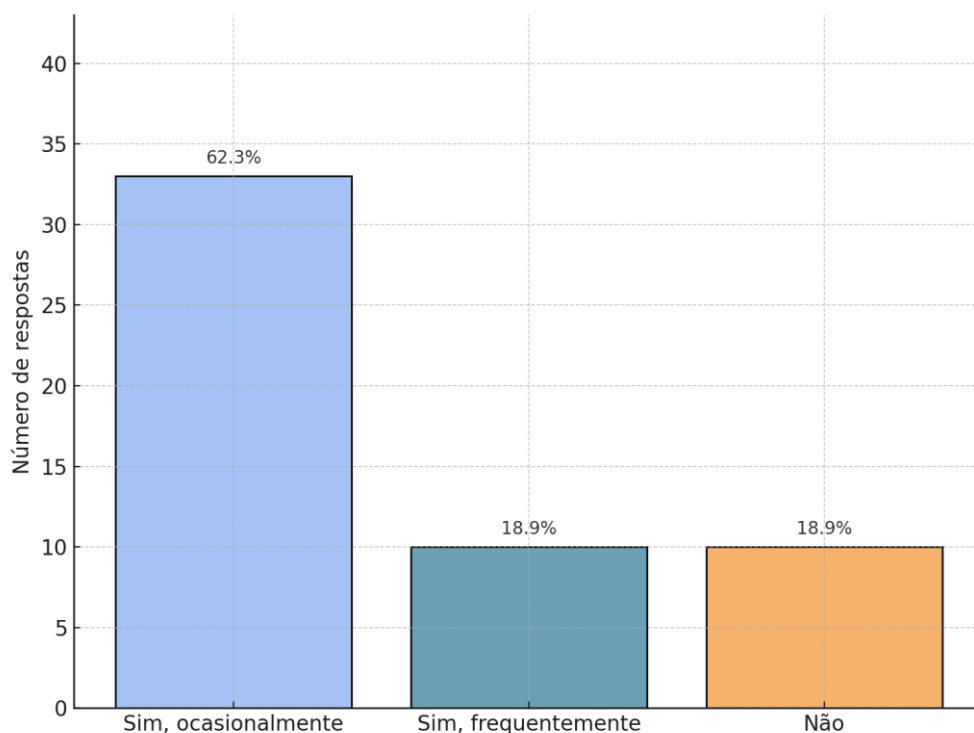
Uma questão sensível no jornalismo regional relaciona-se com a dificuldade em criticar instituições locais devido à proximidade social. A maioria dos respondentes, 71,7% (38 respostas), considera ser mais difícil fazer críticas abertas a estas entidades, sugerindo que a proximidade pode limitar a função crítica dos jornalistas. Em contrapartida, 22,6% (12 respostas) afirmam que essa proximidade não interfere significativamente, enquanto apenas 5,7% (3 respostas) consideram que facilita a crítica. Estes resultados sublinham desafios concretos à independência editorial em contextos regionais, marcados por relações pessoais e dependências sociais potencialmente condicionantes da capacidade crítica dos media locais.

Tal constatação é corroborada pelo estudo de Limão (2018), que evidencia como a proximidade social gera uma pressão subtil sobre jornalistas regionais, fomentando

uma “espiral do silêncio” (Noelle-Neumann, 1974) que resulta numa cobertura acrítica e na omissão de debates potencialmente conflituosos. Além disso, o autor destaca que a dependência económica dos meios locais relativamente a entidades públicas locais limita ainda mais a autonomia editorial e inibe críticas explícitas, podendo originar represálias informais e dificultar o acesso a fontes de informação essenciais. Neste contexto específico do jornalismo regional, a teoria da espiral do silêncio explica como o receio de retaliação e isolamento social pode impedir ou dificultar significativamente uma abordagem crítica e aberta por parte dos jornalistas. Complementando esta perspetiva, Leupold, Klinger e Jarren (2018) identificaram uma tendência semelhante em contextos internacionais, sublinhando que o jornalismo local frequentemente adota um estilo acrítico e positivo, privilegiando fontes habituais e evitando situações de confronto, devido precisamente às relações próximas de lealdade e dependência estabelecidas com atores locais influentes.

Se a proximidade social já constitui um constrangimento à independência editorial dos jornalistas regionais, a existência de pressões internas e externas reforça a complexidade deste cenário. O gráfico 36 ilustra este fenómeno, mostrando que a maioria dos profissionais, 62,3% (33 respostas), admite já ter tomado decisões editoriais influenciadas por pressões, embora com frequências distintas. O objetivo aqui não é identificar a origem específica destas pressões, sejam superiores hierárquicos ou interesses económicos externos, mas sim constatar a sua existência efetiva. Este resultado sugere que as limitações à autonomia editorial vão além das relações comunitárias locais, envolvendo outras dinâmicas próprias das redações.

Gráfico 36: Influência de superiores ou interesses externos nas escolhas editoriais



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

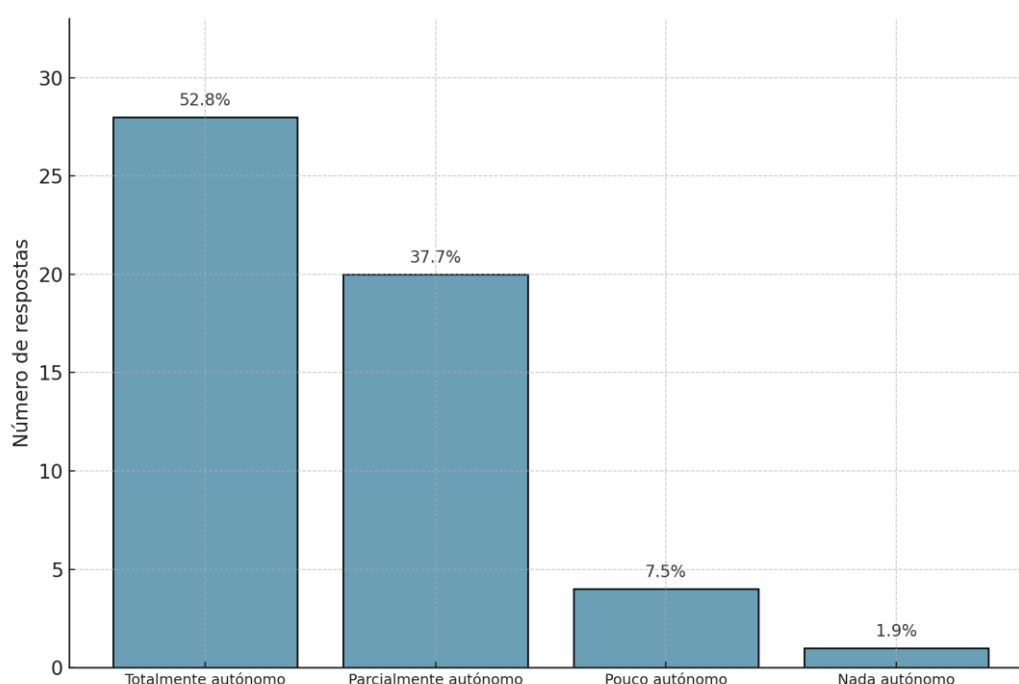
Quando questionados diretamente sobre se já tinham enfrentado restrições editoriais que comprometessem a imparcialidade das suas reportagens, a maioria dos jornalistas regionais, 71,7% (38 respostas), afirmou que "não". Contudo, 22,6% (12 respostas) confirmou ter experienciado tais restrições, enquanto 5,7% (3 respostas) manifestou dúvidas sobre como classificar essas situações. Embora a maioria não reconheça explicitamente limitações à imparcialidade editorial, os casos afirmativos reforçam a existência das pressões identificadas anteriormente, independentemente de serem internas ou externas, apontando para uma realidade editorial por vezes ambígua.¹⁰⁶

Por outro lado, quando questionados sobre a perceção de autonomia na decisão do formato e abordagem das suas peças jornalísticas (gráfico 37), a maioria dos respondentes, 52,8% (28 respostas), afirma sentir-se "totalmente autónomo". No

¹⁰⁶ Embora a maioria negue restrições, não se pode descartar algum enviesamento de resposta, dado o potencial receio em admitir tais pressões.

entanto, 37,7% (20 respostas) classificam essa autonomia como "parcial", sugerindo condicionantes ocasionais às decisões editoriais. Quatro jornalistas (7,5%) indicam ter "pouca autonomia" e apenas um profissional (1,9%) refere não ter "qualquer autonomia". Embora prevaleça uma percepção geral de autonomia, continuam a existir limitações relevantes à liberdade editorial dos jornalistas regionais.

Gráfico 37: Autonomia dos jornalistas na decisão sobre formato e abordagem das peças



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

Em relação à pressão exercida por entidades externas (ex.: governo, empresas, autarquias) para alterar ou moldar o conteúdo das notícias (gráfico 16, anexo 16), a maioria dos respondentes, 75,5% (40 respostas), admitiu já ter recebido tais pressões de forma ocasional. Um grupo menor, 7,5% (4 respostas), afirmou experienciá-las frequentemente, enquanto 17,0% (9 respostas) declarou nunca ter sido alvo desse tipo de pressão. Estes dados evidenciam a vulnerabilidade dos jornalistas regionais face a influências externas.

A análise conjunta das questões sobre a proteção da liberdade editorial nos media regionais transmontanos e a influência das métricas de audiência nas decisões editoriais revela algumas contradições no jornalismo regional. Por um lado, a maioria dos profissionais afirma que os seus meios protegem frequentemente, 52,8% (28 respostas), ou sempre, 35,8% (19 respostas), a liberdade editorial, embora uma minoria considere essa proteção rara, 9,4% (5 respostas), ou inexistente, 1,9% (1 resposta). Por outro lado, quanto à influência das métricas de audiência, 49,1% (26 respostas) reconhecem uma influência ocasional e 24,5% (13 respostas) admitem uma influência frequente, sendo que apenas 26,4% (14 respostas) negam qualquer impacto destas métricas. Apesar da perceção maioritária positiva relativamente à autonomia profissional, na prática os jornalistas enfrentam pressões implícitas associadas ao peso atribuído aos indicadores digitais.

Concluída a análise às rotinas produtivas e condições laborais nos media regionais transmontanos, identificou-se um cenário marcado por desafios à autonomia profissional, independência editorial e qualidade informativa. Além das limitações práticas, como a elevada carga horária e insuficiências tecnológicas e logísticas, os jornalistas regionais enfrentam pressões internas e externas, reforçadas pela proximidade social com as audiências locais. Esta proximidade é valorizada pelas comunidades, mas constitui frequentemente um fator limitativo à função crítica dos media, gerando uma ambivalência entre a perceção geral positiva sobre a autonomia editorial e as pressões subtis ou explícitas relatadas pelos profissionais. Acresce ainda que a dependência económica dos media regionais face a entidades públicas e privadas intensifica esses condicionamentos editoriais. Fenómenos como as exigências digitais e o combate à desinformação ampliam a complexidade deste contexto, evidenciando a necessidade de reforçar recursos, competências e estratégias.

Após esta reflexão, importa agora examinar a influência da utilização tecnológica no exercício jornalístico e as perceções dos profissionais sobre a desinformação. Ambos os aspetos são particularmente relevantes por condicionarem diretamente a credibilidade, eficácia e sustentabilidade futura do jornalismo regional em Trás-os-Montes, justificando a análise detalhada que se segue.

7.4. Utilização de tecnologia e perceção da desinformação

A presente secção centra-se na análise das condições laborais práticas, perceções profissionais e práticas editoriais dos profissionais dos media da região de Trás-os-Montes no que respeita ao uso da tecnologia digital, da internet e das redes sociais no exercício quotidiano da profissão, assim como na forma como percebem o fenómeno da desinformação, nomeadamente no ecossistema digital. Os dados que a seguir se apresentam visam compreender, de forma integrada, em que medida a infraestrutura tecnológica existente condiciona o trabalho jornalístico, como são operacionalizadas as práticas editoriais ligadas aos meios digitais e às redes sociais, e qual é a perceção dos profissionais acerca da crescente presença de conteúdos falsos ou enganosos no espaço público.

Já não é novidade que nas últimas duas décadas, o jornalismo foi transformado pela digitalização das redações, a diversificação dos canais informativos e a integração de tecnologias emergentes, incluindo ferramentas de inteligência artificial, sistemas de gestão de conteúdos e plataformas de análise de audiências (Royal, 2017; Simon, 2024). A profissão exige hoje domínio técnico e adaptabilidade, pois os jornalistas operam em ambientes caracterizados por ciclos noticiosos contínuos, múltiplos canais de publicação e fluxos de trabalho mediados por plataformas digitais (Deuze, 2007; Elsheikh, Jackson & Jebril, 2024). Em Portugal, esta transição ocorre num contexto de fragilidade estrutural das redações, marcada por escassez de recursos materiais, precariedade contratual e exigências crescentes de produtividade (Silva, 2023).

A crescente centralidade das redes sociais alterou as práticas editoriais e as relações entre jornalistas e audiências. As redes são hoje instrumentos de trabalho indispensáveis — utilizadas para monitorização informativa, promoção de conteúdos, recolha de testemunhos e interação com leitores — ao mesmo tempo que impõem novos riscos, como o assédio digital, a erosão da autonomia editorial e a pressão das métricas (Gottfried et al., 2022; OberCom, 2017; Burns, 2022). Estas plataformas reconfiguram o papel do jornalista, que se vê confrontado com a necessidade de manter uma identidade digital ativa e de gerir comunidades online sem descuidar os critérios de

verificação e rigor que sustentam a credibilidade da profissão (Brandtzaeg, Følstad & Chaparro-Domínguez, 2017).

Neste ambiente altamente conectado, o fenómeno da desinformação tornou-se uma das principais ameaças identificadas pelos próprios jornalistas. Alguns estudos recentes (Çela, 2023; Edgerly & Brown, 2022; Hinnant, Young & Len-Ríos, 2024) apontam para um consenso alargado entre os profissionais sobre a gravidade do problema, relacionando-o diretamente com as dinâmicas algorítmicas das plataformas digitais e com a rápida proliferação de conteúdos virais não verificados. Muitos jornalistas encaram as redes sociais como os principais vetores de disseminação das *fake news*, reconhecendo, contudo, o papel central que estas plataformas podem desempenhar no combate à desinformação através de práticas reforçadas de *fact-checking*, contextualização e promoção da literacia mediática (EU DisinfoLab, 2023; Hinnant et al., 2024).

Em Portugal, embora a incidência de campanhas organizadas de desinformação seja ainda relativamente limitada, os conteúdos falsos circulam nas redes sociais, alimentando narrativas transnacionais. Os jornalistas identificam carências estruturais importantes – como falta de formação adequada, escassez de recursos e limitações de tempo – que dificultam significativamente o exercício eficaz do jornalismo de verificação (EU DisinfoLab, 2023; Silva, 2023). Um relatório recente do OberCom e MediaLab/ISCTE (2025) confirma estas dificuldades, destacando como as campanhas eleitorais de 2024 e 2025 evidenciaram um aumento significativo na sofisticação tecnológica utilizada para produzir e disseminar desinformação, reforçando a necessidade de mais formação especializada e recursos adequados para o jornalismo de verificação.

Para os jornalistas regionais, a desinformação representa uma ameaça real e quotidiana, que desafia diretamente as práticas profissionais e a autoridade do jornalismo local. Torre et al (2023) destacam que, apesar do uso crescente das redes sociais como fontes e canais de disseminação informativa, muitos profissionais enfrentam dificuldades estruturais específicas, como a escassez de tempo, formação insuficiente e equipas reduzidas, o que compromete frequentemente a capacidade de realizar uma verificação dos conteúdos, potenciando a propagação inadvertida de

informação falsa ou manipulada. Miranda *et al.* (2023) identificaram que 96% dos inquiridos consideram a desinformação um problema relevante em Portugal, manifestando, no entanto, descrença em relação à eficácia da legislação e aos atuais mecanismos de autorregulação existentes. Esta perceção crítica reflete-se, por isso, na crescente valorização da transparência editorial e da responsabilização como estratégias fundamentais para reforçar a confiança pública e mitigar os efeitos da desinformação nos media regionais (Torre *et al.*, 2023).

A secção 7.4 propõe-se, assim, a mapear como os profissionais que trabalham nos media transmontanos experienciam, operacionalizam e refletem criticamente sobre estas dinâmicas. Ao fazê-lo, oferece um retrato da profissão jornalística contemporânea nos seus pontos de contacto com a tecnologia e a verdade factual, duas dimensões cuja articulação é decisiva para o futuro do jornalismo enquanto garante da informação de interesse público.

A análise inicial às condições laborais dos profissionais dos media transmontanos revela um cenário ambivalente, marcado por contradições estruturais. A maioria dos respondentes mostra-se satisfeita, 47,2% (25 respostas), ou muito satisfeita, 9,4% (5 respostas), com as condições físicas do local de trabalho, mas existe uma minoria relevante, 24,5% (13 respostas), que manifesta insatisfação ou forte desagrado. Esta ambivalência estende-se à realidade salarial: uma grande parte dos profissionais, 47,2% (25 respostas), aufera entre 750 e 1000 euros mensais, e a maioria expressiva, 84,9% (45 respostas), classifica o salário como inadequado, refletindo uma perceção generalizada de precariedade económica. Esta situação pode justificar que cerca de um terço dos jornalistas acumule funções noutros órgãos de comunicação, 34% (18 respostas), ou mesmo noutras áreas profissionais, também 34% (18 respostas), numa tentativa de complementar o seu rendimento.

A instabilidade laboral constitui uma realidade reconhecida por 88,7% (47 respostas), o que pode explicar o abandono de projetos jornalísticos anteriores referido por 28,3% (15 respostas). Esta instabilidade, associada à precariedade financeira, influencia diretamente a perceção do prestígio profissional: embora a maioria, 52,8% (28 respostas), classifique o prestígio como moderado, apenas 34,0% (18 respostas) o

considera elevado ou muito elevado. Por outro lado, 13,2% (7 respostas) avaliam-no como baixo ou muito baixo. Estes resultados colocam questões críticas relativamente à motivação profissional e à atratividade futura da profissão.

A formação profissional surge como outra dimensão relevante. Embora a maioria dos profissionais, 71,7% (38 respostas), refira ter acesso frequente ou ocasional a oportunidades internas de formação, verifica-se que 28,3% (15 respostas) não beneficia de qualquer tipo de formação interna. Este cenário poderá agravar as dificuldades técnicas já existentes, sobretudo perante as crescentes exigências digitais.

Salienta-se ainda a perceção negativa quanto à eficácia das estruturas sindicais na proteção dos profissionais: a maioria, 77,4% (41 respostas), considera que o sindicato não protege devidamente os seus interesses, acentuando um sentimento de vulnerabilidade. Este dado torna-se crítico num contexto em que a maioria dos jornalistas, 75,5% (40 respostas), utiliza equipamentos tecnológicos fornecidos pelas empresas, mas 24,5% (13 respostas), ainda dependem de equipamentos pessoais. Permanece por esclarecer se essa utilização decorre de uma preferência prática dos profissionais ou se resulta diretamente das limitações financeiras das empresas para equiparem adequadamente todos os colaboradores.

As práticas editoriais dos jornalistas dos media regionais transmontanos revelam algumas tendências nas escolhas temáticas e formatos jornalísticos. Numa questão de seleção múltipla, os profissionais destacaram sobretudo as secções de "Sociedade", com 75,5% (40 respostas), seguida por "Cultura", com 66,0% (35 respostas), "Redes Sociais", com 56,6% (30 respostas) e "Agenda", com 52,8% (28 respostas). Áreas tradicionais como "Economia", com 45,3% (24 respostas), "Política", com 41,5% (22 respostas) e "Desporto", com 37,7% (20 respostas), também têm relevância, embora menos expressiva. Relativamente aos formatos mais utilizados, igualmente numa questão de seleção múltipla, destacam-se as notícias, com 90,6% (48 respostas), e a fotografia, com 66,0% (35 respostas), seguidas pela reportagem, com 56,6% (30 respostas), e entrevista, com 41,5% (22 respostas). Formatos mais complexos, como vídeo, com 22,6% (12 respostas), ou investigação, com 15,1% (8 respostas), são produzidos com menor frequência.

A predominância da secção "Sociedade" e a menor incidência de temas como "Política" ou formatos como "Investigação" sugerem uma preferência editorial por assuntos mais generalistas e menos conflituais. Este cenário poderá refletir tanto a prudência face à crítica direta ao poder local, quanto a escassez de recursos para a realização de trabalhos jornalísticos mais aprofundados.

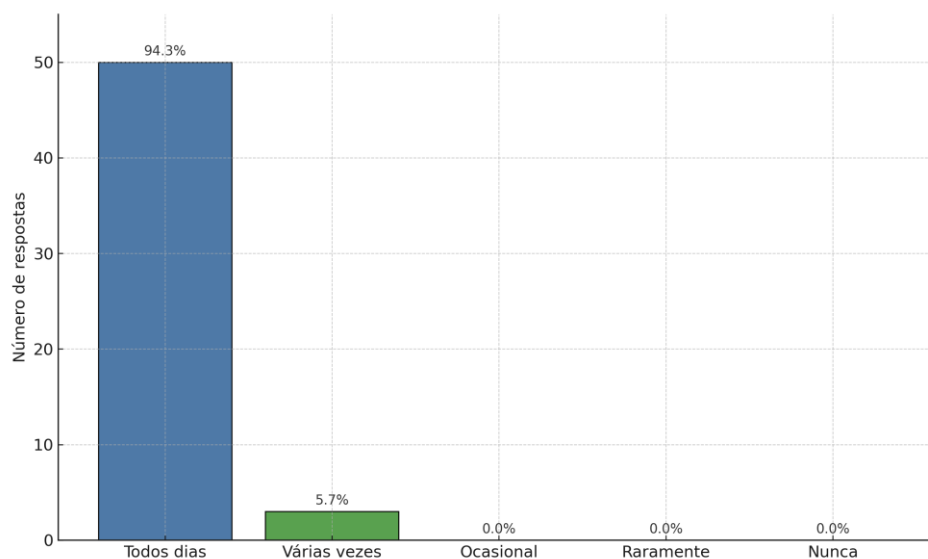
No contexto digital, destaca-se que, embora as redes sociais sejam plataformas centrais para divulgação de conteúdos (utilizadas por todos os respondentes, 53 respostas), a interação direta com as audiências através destas plataformas é limitada. A maioria dos profissionais admite responder raramente, 41,5% (22 respostas), ou ocasionalmente, 28,3% (15 respostas), aos comentários, sendo poucos, 11,3% (6 respostas), os que o fazem frequentemente, um cenário alinhado com Ferrador et al (2024). Contudo, a influência das redes sociais surge de forma mais subtil através das métricas digitais: uma maioria dos jornalistas reconhece que likes e reações do público influenciam ocasionalmente, 47,2% (25 respostas), ou frequentemente, 18,9% (10 respostas), as suas decisões editoriais, embora 60,4% (32 respostas) neguem sentir pressão direta dessas métricas.

O uso de *press releases* revela uma dinâmica editorial pragmática. A maioria dos jornalistas utiliza-os como referência complementar, 47,2% (25 respostas), enquanto outros preferem realizar uma reescrita substancial, 37,7% (20 respostas). Uma minoria admite ignorá-los completamente, 11,3% (6 respostas), ou utilizá-los na íntegra, 1,9% (1 resposta). Relativamente à frequência, os *press releases* são usados sobretudo de forma ocasional, 56,6% (30 respostas), ou rara, 28,3% (15 respostas), refletindo um equilíbrio entre conteúdos prontos e informação jornalística original, apesar das limitações estruturais já identificadas. Este resultado é consistente com a literatura académica que atribui a utilização pragmática dos *press releases* a condicionantes estruturais, como a escassez de recursos, pressão temporal e redução de custos, impulsionando práticas de jornalismo sentado. Embora operacionalmente eficaz, esta tendência pode implicar riscos, como a diminuição da originalidade jornalística e o enfraquecimento do papel crítico e investigativo dos media (Fidalgo, 2021; Saridou, Spyridou & Veglis, 2017).

Atentemos, então, aos próximos dados em análise, que aprofundam o modo como a utilização da internet, o recurso a dispositivos tecnológicos e o impacto das redes sociais moldam atualmente a prática jornalística. Estes elementos, profundamente interligados, são importantes para compreender as dinâmicas e os desafios específicos do ciberjornalismo de proximidade transmontano, tema central desta investigação. Com efeito, o ciberjornalismo só é possível devido à existência da internet e às múltiplas possibilidades comunicativas e informativas que esta proporciona.

O gráfico 38 evidencia a importância da internet no quotidiano profissional dos jornalistas regionais transmontanos. A quase totalidade dos respondentes, 94,3% (50 respostas), utiliza diariamente a internet, enquanto apenas uma minoria, 5,7% (3 respostas), o faz com menor frequência. Estes resultados confirmam a internet como recurso indispensável para o exercício do jornalismo contemporâneo.

Gráfico 38: Frequência de utilização da internet no trabalho diário



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

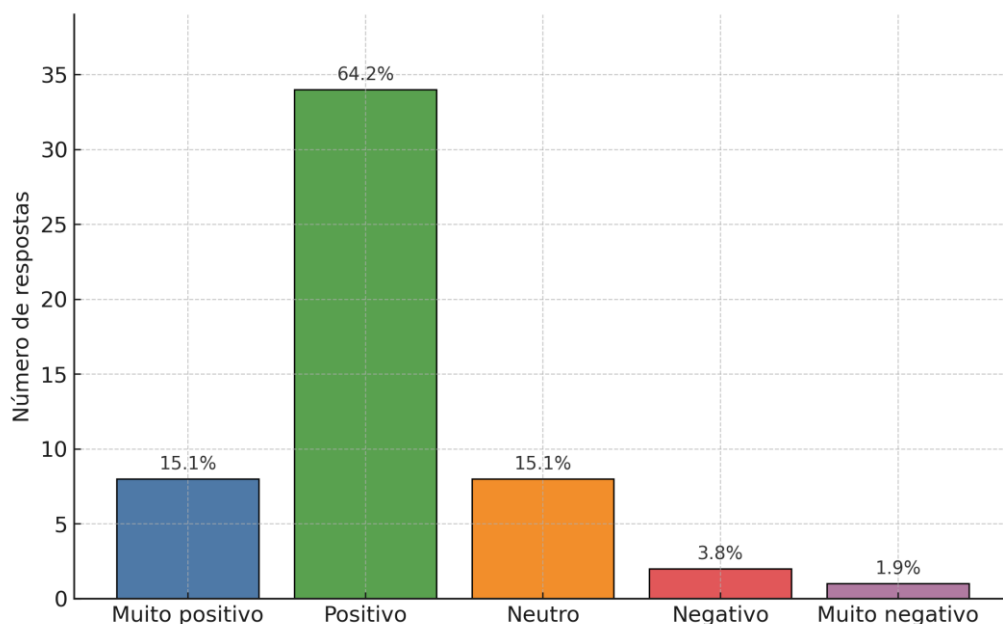
Na sequência desta utilização intensiva da internet, importa perceber os dispositivos preferidos pelos profissionais dos media regionais transmontanos. A

combinação portátil e smartphone é a mais referida, com 37,7% (20 respostas), sugerindo uma preferência por equipamentos que permitam mobilidade e adaptabilidade às exigências imediatas da profissão. O portátil isolado também é bastante utilizado, com 28,3% (15 respostas), enquanto o computador de mesa, sozinho ou combinado com smartphone (11,3%, 6 respostas) ou portátil (3,8%, 2 respostas), surge com menor expressão. Apenas dois profissionais (3,8%) usam exclusivamente o smartphone, indicando uma preferência geral por ambientes de trabalho mais completos e versáteis.

Relativamente à utilização da internet no quotidiano profissional (questão de seleção múltipla), verifica-se que todos os jornalistas recorrem à pesquisa (100%, 53 respostas), destacando-se ainda a publicação de conteúdos (90,6%, 48 respostas) e o contacto com fontes (84,9%, 45 respostas). Frequentemente, os profissionais também consultam bases de dados (75,5%, 40 respostas) e realizam monitorização de conteúdos externos (66,0%, 35 respostas). Estes resultados confirmam a centralidade da internet no jornalismo regional contemporâneo, funcionando não só como suporte, mas como recurso estruturante em todo o processo informativo.

Na análise dos benefícios das redes sociais na rotina dos jornalistas regionais transmontanos (gráfico 39), verifica-se que apenas uma minoria, 15,1% (8 respostas), classifica o impacto como "muito positivo". A maioria dos respondentes, 64,2% (34 respostas), considera-o apenas "positivo", refletindo uma postura cautelosa relativamente aos efeitos práticos destas plataformas. Estes resultados sugerem que, apesar de reconhecerem vantagens na divulgação da informação, os jornalistas não assumem uma posição excessivamente otimista quanto ao papel das redes sociais no exercício profissional.

Gráfico 39: Avaliação dos benefícios das redes sociais



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

Esta perceção crítica sobre o papel das redes sociais torna-se ainda mais evidente ao analisar as opiniões dos jornalistas sobre o impacto geral da digitalização na qualidade da informação regional. As respostas mostram uma divisão significativa: enquanto 37,7% (20 respostas) acreditam que a digitalização melhora a qualidade informativa, 22,6% (12 respostas) consideram que pode prejudicá-la. Destaca-se, contudo, a incerteza expressa por uma parte relevante dos respondentes, 39,6% (21 respostas), refletindo dúvidas genuínas quanto às consequências da transição digital para o jornalismo regional a longo prazo. Esta ambivalência sugere que, apesar dos benefícios tecnológicos evidentes, subsiste entre os profissionais uma legítima cautela relativamente aos desafios que o ambiente digital pode colocar à credibilidade, profundidade e rigor da informação produzida.

A ambivalência revelada pelos jornalistas quanto à digitalização e ao fenómeno da desinformação levanta questões importantes sobre a capacidade real dos profissionais e das comunidades locais em lidarem eficazmente com estes desafios. A

análise dos dados da tabela 22 permite perceber que, apesar de existir uma consciência sobre o impacto negativo das redes sociais na disseminação da desinformação (média de concordância de 4,2), é particularmente significativo que os jornalistas considerem que estas plataformas dificultam o trabalho jornalístico (4,5). Por outro lado, os profissionais acreditam que o fenómeno é menos grave na sua região (4,3) do que a nível nacional, o que sugere uma eventual confiança excessiva na proximidade como fator protetor.

Outro aspeto crítico está relacionado com os recursos e competências disponíveis para combater a desinformação. Embora os jornalistas reconheçam que o jornalismo de proximidade pode ter um papel relevante na verificação de informação (4,4), admitem igualmente que esta vantagem pode ser prejudicada pelas limitações estruturais existentes (4,1). Tal situação pode ampliar riscos associados à desinformação involuntária ou induzida por pressões externas, ameaçando a credibilidade dos meios regionais.

Finalmente, destaca-se a questão da literacia mediática das audiências locais. Os jornalistas transmontanos mostram reservas moderadas (2,9) sobre a capacidade dos cidadãos em distinguir conteúdos falsos dos verdadeiros, o que, combinado com os desafios internos das redações, pode dificultar a função esclarecedora do jornalismo regional. Mais do que quantificar a concordância, importa refletir sobre como esta conjugação de fatores — proximidade, recursos limitados e competências insuficientes — condiciona a capacidade dos media regionais em lidarem eficazmente com a desinformação, sugerindo a necessidade de reforço formativo e técnico nas redações locais.

Tabela 22: Perceções dos profissionais sobre os impactos da desinformação no jornalismo regional (médias de concordância)

Afirmação	Média geral
A desinformação é um problema maior a nível nacional do que regional.	4,3
Os jornalistas locais estão menos expostos a pressões para divulgar informações falsas do que os nacionais.	2,2
O jornalismo regional em Trás-os-Montes contribui para combater a desinformação, oferecendo conteúdos mais próximos da realidade das comunidades.	4,4

Os recursos limitados dos meios de comunicação locais dificultam a verificação rigorosa das informações antes da publicação.	4,1
A disseminação de desinformação nas redes sociais dificulta o trabalho dos jornalistas na região.	4,5
Os jornalistas da região têm formação suficiente para identificar e combater desinformação.	3,4
Os cidadãos de Trás-os-Montes têm capacidade para distinguir notícias credíveis de desinformação.	2,9
A dependência de redes sociais como fonte de informação contribui para o aumento da desinformação na região.	4,2

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53). Médias calculadas numa escala de concordância de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Ao aprofundar as perceções dos jornalistas sobre os desafios concretos da desinformação no contexto regional, verifica-se que as situações problemáticas são comuns, embora variem em frequência e intensidade. A maioria dos profissionais afirma encontrar ocasionalmente notícias locais baseadas em informações não verificadas, 47,2% (25 respostas), existindo ainda um grupo, 15,1% (8 respostas), que considera esta situação frequente. Por outro lado, a pressão externa para publicar conteúdos sem verificação rigorosa é classificada maioritariamente como rara, 56,6% (30 respostas), ainda que não deixe de ocorrer com frequência significativa para 30,2% dos respondentes (16 respostas, das quais 6 frequentemente e 10 ocasionalmente). Estes resultados sugerem que, apesar de menos explícita, a pressão externa continua presente no quotidiano jornalístico regional, ampliando os riscos associados à desinformação.

Os desafios mais complexos surgem associados à circulação de desinformação nas redes sociais e ao contacto direto entre cidadãos. A maioria dos jornalistas (71,7%, 38 respostas entre frequentemente e ocasionalmente) refere enfrentar dificuldades em corrigir a desinformação já difundida, reconhecendo também o impacto negativo destas situações na vida dos cidadãos (64,2%, 34 respostas entre frequentemente e ocasionalmente). Adicionalmente, a necessidade de desmentir informações falsas, sejam estas disseminadas através das redes sociais ou do contacto direto entre cidadãos, constitui uma realidade constante para grande parte dos profissionais (75,5%, 40 respostas entre sempre, frequentemente e ocasionalmente). Estes resultados

sublinham, mais uma vez, a relevância da literacia mediática e a necessidade de estratégias eficazes para combater a desinformação a nível local.

Na prática diária, os profissionais sentem-se confrontados não só com limitações de recursos que dificultam o trabalho de verificação, mas também com uma dinâmica imprevisível das redes sociais, onde a informação não verificada pode rapidamente tornar-se dominante. Neste contexto exigente, ganha força a ideia de que é fundamental dotar os profissionais de competências específicas e ferramentas concretas para lidarem eficazmente com os desafios da desinformação. Só assim será possível reforçar a confiança pública e proteger a credibilidade e a qualidade do jornalismo que se produz em Trás-os-Montes.

Esta necessidade torna-se ainda mais evidente ao analisar os fatores concretos que os profissionais identificam como causas da disseminação da desinformação na região (tabela 23). Numa questão de seleção múltipla, os jornalistas destacaram, de forma quase unânime, a dependência excessiva das redes sociais como fonte informativa (84,9%, 45 respostas) e a falta generalizada de literacia mediática entre os cidadãos (75,5%, 40 respostas), dois elementos que agravam este fenómeno. São também relevantes fatores relacionados com a falta de meios e recursos para garantir uma verificação rigorosa dos factos (62,3%, 33 respostas) e as pressões políticas e económicas sentidas pelos jornalistas regionais (56,6%, 30 respostas). Acrescem ainda a ausência de mecanismos eficazes de regulação e controlo (47,2%, 25 respostas) e a escassez de jornalistas especializados em *fact-checking* (37,7%, 20 respostas). Em menor número surgiram ainda referências adicionais, tais como a circulação de informação falsa por via do boca-a-boca e ligada à política local (9,4%, 5 respostas). Estes resultados, articulados com a reflexão anterior, confirmam que o combate eficaz à desinformação implica adotar medidas em múltiplas áreas, desde a capacitação técnica dos profissionais até ao investimento na literacia mediática da comunidade regional.

Tabela 23: Principais fatores identificados pelos profissionais para a disseminação de desinformação em Trás-os-Montes

Principais fatores que contribuem para a disseminação de desinformação na região (resposta múltipla)	N.º respostas	%
Dependência excessiva de redes sociais como fonte de informação	45	84,9%
Falta de literacia mediática dos cidadãos	40	75,5%
Falta de meios e recursos para uma verificação rigorosa dos factos	33	62,3%
Pressões políticas ou económicas sobre os meios de comunicação	30	56,6%
Ausência de mecanismos eficazes de regulação e controlo da desinformação	25	47,2%
Falta de jornalistas especializados em <i>fact-checking</i> na região	20	37,7%
Outro (boca-a-boca, política local)	5	9,4%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53, resposta múltipla)

A análise efetuada ao longo desta secção deixa claro que, embora a internet e as redes sociais sejam hoje fundamentais para a rotina diária dos jornalistas, estes não deixam de manifestar reservas e preocupações legítimas quanto às implicações que o ambiente digital traz para o jornalismo regional.

As vantagens da tecnologia são reconhecidas pela grande maioria dos profissionais: rapidez na divulgação de conteúdos, maior mobilidade, facilidade na pesquisa e proximidade às audiências são benefícios incontestáveis. Contudo, os profissionais assumem também uma atitude crítica, consciente de que esta nova realidade digital trouxe consigo vulnerabilidades importantes. Entre estas destacam-se, sobretudo, a dependência excessiva das redes sociais enquanto fontes informativas e as limitações estruturais severas, como a falta de recursos e a insuficiente formação específica, que dificultam a verificação rigorosa dos factos e a gestão eficaz da desinformação. A combinação destes fatores gera um ambiente profissional complexo, em que a informação não verificada pode rapidamente assumir destaque público, condicionando a qualidade e a credibilidade do jornalismo praticado.

Esta complexidade explica ainda a ambivalência que muitos profissionais revelaram perante o impacto global da digitalização: apesar de reconhecerem as potencialidades e oportunidades oferecidas pelo digital, muitos mantêm dúvidas sinceras sobre os seus reais efeitos na qualidade da informação regional produzida e na própria sustentabilidade do jornalismo como profissão.

Por isso mesmo, os dados analisados apontam para uma necessidade de reforçar as condições materiais e técnicas dos jornalistas, investir decisivamente em formação

especializada e promover estratégias eficazes de literacia mediática junto das comunidades locais. Só assim será possível capacitar os profissionais e o público para enfrentarem, de forma mais eficaz, os desafios contemporâneos colocados pela desinformação e pela intensa digitalização das práticas jornalísticas.

E perante estes desafios concretos identificados, faz todo o sentido prosseguir esta reflexão olhando especificamente para o futuro da profissão. É precisamente isso que se pretende abordar na secção seguinte, na qual se discutem as oportunidades, os desafios específicos e as condições futuras que moldarão o jornalismo em territórios de baixa densidade, com particular destaque para Trás-os-Montes. Esta análise será importante para compreender as expectativas dos profissionais quanto à sua continuidade na profissão, a forma como perspetivam o papel futuro das redes sociais na atividade jornalística e como encaram as oportunidades e limitações práticas que enfrentarão nos próximos anos.

7.5.Oportunidades, desafios e futuro da profissão

De seguida abordamos, então, as perspetivas futuras do jornalismo em Trás-os-Montes, concentrando-nos nas oportunidades, desafios específicos e condições futuras da profissão jornalística. Este enfoque inclui uma análise crítica do uso crescente das redes sociais no exercício jornalístico, das relações com instituições locais e regionais, das condições laborais precárias e da eventual intenção dos profissionais abandonarem a profissão.

Este cenário encontra sustentação académica em diversos autores que analisam a realidade atual do jornalismo regional. Mota (2023), por exemplo, identifica uma erosão significativa da proximidade tradicional entre jornalistas e comunidades locais, causada principalmente pela perda de meios locais e pela concorrência das plataformas digitais, o que dificulta a sustentabilidade económica e profissional das redações. Este afastamento agrava-se devido à resistência em integrar o público no processo jornalístico, resultando numa perceção de perda de relevância social das redações perante as próprias comunidades que servem. Em consonância com esta análise, Rodelo, Montes e Rivera Lugo (2024) alertam para um acentuado agravamento da

precariedade laboral dos jornalistas locais, caracterizada por salários baixos, jornadas extensas e contratos instáveis, realidade que impulsiona tanto o abandono da profissão como a acumulação de múltiplas funções para garantir sobrevivência financeira.

Neste contexto, gera-se inevitavelmente um ciclo vicioso, em que jornalistas qualificados optam frequentemente por abandonar as áreas rurais à procura de melhores oportunidades profissionais nos centros urbanos, enfraquecendo ainda mais a qualidade e diversidade informativa nas regiões periféricas. Este fenómeno já havia sido destacado anteriormente no capítulo 5 desta investigação, onde vários especialistas entrevistados salientaram que muitos jovens abandonam frequentemente as instituições de ensino superior locais rumo ao litoral, por considerarem que a região não oferece condições suficientes de atratividade profissional e pessoal. Associando esta tendência geral à precariedade específica da profissão jornalística, fica evidente que a decisão de abandonar a região se torna quase inevitável para os profissionais qualificados nesta área, levando-os a procurar melhores condições noutras regiões do país.

Nagel e Broersma (2024) oferecem, no entanto, uma visão alternativa e potencialmente mais otimista sobre o futuro do jornalismo em áreas rurais. Ao conceberem o jornalista local como um mediador de informação (*broker*), estes autores identificam uma oportunidade para fortalecer o papel do jornalismo enquanto elemento central na coesão social e cultural das comunidades locais. Para que este papel se concretize, porém, são necessárias competências especializadas que permitam aos jornalistas estabelecer ligações eficazes entre diferentes grupos sociais, exigindo-se-lhes não apenas as capacidades comunicativas tradicionais, mas também competências interpessoais e culturais aprofundadas. Esta perspetiva coloca os jornalistas locais na posição de agentes ativos capazes de criar pontes eficazes entre instituições e cidadãos, reforçando simultaneamente a sua relevância profissional e comunitária.

Contudo, não é possível ignorar as dificuldades laborais e institucionais que permanecem persistentes e significativas no quotidiano dos profissionais. Erdem (2025) assinala, inclusive, uma crescente intenção de abandono da profissão jornalística devido às condições laborais adversas, tais como a sobrecarga de trabalho, as frequentes

interferências externas e as reduzidas possibilidades de progressão profissional, dificuldades estas particularmente evidentes no jornalismo regional. Acresce ainda uma dimensão adicional, de género, neste fenómeno: mulheres jornalistas relatam níveis significativamente mais elevados de desgaste profissional e maior intenção de abandonar a profissão, refletindo desigualdades estruturais profundamente enraizadas. Em resposta a estes desafios, Salamon (2024) sublinha que a mobilização sindical tem tido um papel crucial na tentativa de mitigar ou reverter estas dificuldades, destacando a importância da reivindicação de condições laborais dignas como fator indispensável para um futuro sustentável do jornalismo local. No entanto, Salamon reconhece também que persiste o desafio significativo de os sindicatos conseguirem equilibrar eficazmente as reivindicações laborais com as preocupações empresariais, sem comprometer a sustentabilidade económica das redações regionais.

Esta secção analisa criticamente os desafios que se colocam à profissão jornalística em territórios como Trás-os-Montes. Esses desafios são muitos e complexos, sendo impossível abarcar todos na sua totalidade, embora se reconheça a importância da sua discussão no contexto mais amplo do jornalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, procuramos identificar e refletir sobre possíveis oportunidades que poderão moldar positivamente o futuro próximo dos jornalistas da região.

Compreender os desafios futuros do jornalismo regional implica, inevitavelmente, analisar a presença e utilização das redes sociais na rotina profissional dos jornalistas transmontanos. Quase todos os profissionais têm presença ativa nestas plataformas (questão de seleção múltipla), destacando-se particularmente o *Facebook* (94,3%, 50 respostas). Esta predominância levanta questões importantes que serão confirmadas no próximo capítulo (capítulo 8), dedicado aos estudos de caso, nomeadamente, se os próprios media regionais transmontanos assumem o *Facebook* como plataforma preferencial e têm consciência da sua importância estratégica para captar e fidelizar audiências locais. Paralelamente, outras redes sociais são também utilizadas pelos jornalistas, como o *Instagram* (84,9%, 45 respostas), *LinkedIn* (79,2%, 42 respostas) e *Twitter /X* (66,0%, 35 respostas), verificando-se ainda uma presença crescente no *TikTok* (37,7%, 20 respostas).

Além desta presença significativa, o uso das redes sociais para contactar fontes tornou-se uma prática comum para a maioria dos jornalistas transmontanos. Com efeito, 47,2% (25 respostas) recorrem frequentemente às redes sociais para esta finalidade e 34,0% (18 respostas) fazem-no ocasionalmente, destacando-se assim a importância destas plataformas como canais privilegiados para interação direta e recolha de informação no quotidiano jornalístico. Contudo, verifica-se que alguns profissionais utilizam raramente, 15,1% (8 respostas), ou nunca, 3,8% (2 respostas), estas plataformas para contactar fontes, sugerindo a permanência de certas práticas tradicionais ou preferências individuais num ambiente profissional cada vez mais digitalizado.

A gestão da identidade profissional dos jornalistas regionais nas redes sociais evidencia uma diversidade significativa de estratégias. Uma parte relevante identifica-se como jornalista em todas as suas contas, pessoais e profissionais, 41,5% (22 respostas), enquanto outros o fazem apenas em contas estritamente profissionais, 34,0% (18 respostas). Alguns profissionais preferem separar totalmente a identidade profissional da pessoal, 18,9% (10 respostas), ou não revelar a profissão por motivos relacionados com segurança ou privacidade, 5,7% (3 respostas). Entre os que optam por assumir explicitamente a identidade profissional online, destacam-se razões como a transparência perante fontes e leitores, referida por 26,4% (14 respostas), a possibilidade de receber propostas profissionais, 17,0% (9 respostas), e o reforço da credibilidade junto das audiências, 15,1% (8 respostas). Estes resultados refletem diferentes posicionamentos individuais quanto ao uso estratégico das redes sociais no contexto jornalístico regional.

No que respeita ao uso das redes sociais como fonte direta para produção noticiosa, os jornalistas transmontanos revelam uma utilização predominantemente moderada. A maioria, 56,6% (30 respostas), indica recorrer ocasionalmente a estas plataformas, enquanto apenas uma minoria, 24,5% (13 respostas), o faz regularmente ou diariamente. Somente dois profissionais (3,8%) afirmaram nunca utilizar as redes sociais para este efeito, traduzindo uma postura geral de cautela, possivelmente relacionada com a preocupação quanto à fiabilidade da informação recolhida. De facto,

esta preocupação reflete-se numa prática consistente de verificação dos conteúdos obtidos nas redes sociais: a maioria dos jornalistas declara fazê-lo sempre (47,2%, 25 respostas) ou frequentemente (28,3%, 15 respostas). No entanto, uma pequena minoria admite uma verificação ocasional (15,1%, 8 respostas), rara (5,7%, 3 respostas) ou inexistente (3,8%, 2 respostas), indicando uma vulnerabilidade relevante na rotina profissional destes profissionais.

No que se refere à frequência com que os órgãos de comunicação regionais utilizam conteúdos provenientes das redes sociais como base para publicação de notícias, 41,5% (22 respostas) dos profissionais afirma fazê-lo frequentemente e 28,3% (15 respostas) ocasionalmente. Apenas uma minoria, 9,4% (5 respostas), indica fazê-lo sempre. Por outro lado, 15,1% (8 respostas) dizem recorrer raramente a estas fontes digitais e 5,7% (3 respostas) nunca o fazem. Estes resultados mostram uma heterogeneidade nas práticas editoriais dos media regionais transmontanos, refletindo diferentes critérios e estratégias editoriais no uso das redes sociais como fonte noticiosa.

A análise integrada destes dados reforça a perceção de que as redes sociais são hoje uma realidade incontornável no contexto do jornalismo regional. Estas plataformas impõem desafios evidentes relacionados com a verificação e fiabilidade informativa, mas proporcionam também oportunidades valiosas para reforçar a interação, proximidade e confiança junto do público local.

A relação dos jornalistas regionais transmontanos com as instituições locais, bem como a perceção sobre as suas condições profissionais, evidencia desafios importantes. Destaca-se o facto de uma maioria, 60,4% (32 respostas), já ter ponderado abandonar a profissão, número superior aos que nunca consideraram essa possibilidade (39,6%, 21 respostas). Entre os motivos apresentados predomina o fator económico, com 52,8% (28 respostas) a indicarem o baixo salário como razão principal para uma eventual saída da profissão, sugerindo uma situação de precariedade financeira e insatisfação económica entre os profissionais.

A relação dos jornalistas com as instituições locais é percecionada como predominantemente positiva: a maioria classifica-a como "boa" (52,8%, 28 respostas)

ou "muito boa" (9,4%, 5 respostas). No entanto, alguns profissionais expressam reservas ou críticas explícitas, descrevendo essa relação como "regular" (28,3%, 15 respostas), "má" (7,5%, 4 respostas) ou mesmo "muito má" (1,9%, 1 resposta). Estes resultados sugerem que, embora geralmente positiva, a interação entre jornalistas regionais e instituições locais inclui tensões ou dificuldades pontuais.

Esta ambivalência torna-se ainda mais evidente quando se questiona diretamente os profissionais sobre a liberdade para criticar abertamente as instituições locais. A maioria, 66,0% (35 respostas), afirma que essa liberdade depende da instituição em causa, sugerindo limites informais ou condicionantes específicas relacionadas com entidades ou contextos locais. Apenas 18,9% (10 respostas) sentem plena liberdade para exercer essa função crítica, enquanto 15,1% (8 respostas) indicam não possuir liberdade para fazê-lo, refletindo assim um constrangimento claro à independência jornalística.

Diretamente relacionada com esta questão, a experiência de pressões externas para moldar a cobertura jornalística revela-se um fenómeno presente no quotidiano dos jornalistas regionais, com 15,1% (8 respostas) a afirmarem enfrentá-las frequentemente e 56,6% (30 respostas) ocasionalmente. Embora 28,3% (15 respostas) classifiquem essas pressões como raras, os resultados sublinham uma realidade evidente de interferências externas nas decisões editoriais.

No questionário foi incluído um conjunto de afirmações com o objetivo de captar as perceções comparativas dos profissionais sobre o exercício da profissão em territórios de baixa densidade. Os respondentes avaliaram o seu grau de concordância com cada afirmação através de uma escala *Likert* de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). A tabela 24 apresenta as médias obtidas nas respostas.

Tabela 24: Perceções sobre desafios e oportunidades do jornalismo em territórios de baixa densidade

Afirmações	Média
OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS E DE CARREIRA	
Os jornalistas dos grandes centros urbanos têm mais oportunidades de progressão na carreira.	4,5
Maior diversidade de funções jornalísticas em meios urbanos.	4,5
Número superior de ofertas de emprego em grandes cidades.	4,6

ACESSO A RECURSOS E INFRAESTRUTURAS	
Mais acesso a tecnologias avançadas em grandes centros urbanos.	4,4
Formação profissional mais acessível em grandes cidades.	4,4
Infraestruturas mais desenvolvidas em grandes centros urbanos.	4,5
FONTES E REDES DE CONTACTOS	
Maior facilidade em estabelecer contactos institucionais e políticos relevantes em centros urbanos.	4,7
Maior acesso a informações exclusivas em redações de Lisboa ou Porto.	4,3
Dificuldades dos jornalistas regionais em entrevistar figuras públicas nacionais.	4,1
Mais oportunidades de cobrir eventos importantes em centros urbanos.	4,4
CONDIÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS	
Melhores salários em grandes cidades.	3,9
Mais segurança laboral devido ao investimento publicitário nos grandes meios.	4,1
Dificuldades financeiras maiores no jornalismo regional.	4,3
PRESTÍGIO E RECONHECIMENTO	
Mais possibilidades de reconhecimento nacional e internacional em grandes meios.	4,6
Menor visibilidade do jornalismo regional no panorama nacional.	4,3
Mais oportunidades de prémios e distinções para jornalistas urbanos.	4,2
SEGURANÇA E AUTONOMIA EDITORIAL	
Maior independência editorial em grandes cidades.	3,7
Maior dependência de fontes locais no jornalismo regional.	3,9
Mais pressões políticas e económicas no jornalismo regional.	4,0
Mais mecanismos de proteção em casos de ameaças nos meios urbanos.	4,0
DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO	
Maior acesso a novas tecnologias (IA, dados) nos centros urbanos.	4,5
Menos preparados para jornalismo digital nos meios regionais.	4,3
Mais oportunidades para formatos inovadores em centros urbanos.	4,2
PROXIMIDADE COM AS COMUNIDADES	
Maior proximidade das comunidades locais no jornalismo regional.	4,7
Jornalismo regional mais humanizado e focado nas necessidades locais.	4,8
Proximidade facilita acesso a fontes diretas no jornalismo regional.	4,7
Jornalismo regional preserva identidade e cultura locais.	4,8
IMPACTO NA VIDA DAS PESSOAS	
Impacto mais visível do jornalismo local na vida dos cidadãos.	4,6
Cobertura regional mais valorizada pelas populações locais.	4,4
Efeito concreto do jornalismo regional na comunidade.	4,6
Papel fundamental dos meios locais na defesa dos interesses regionais.	4,7
ATENÇÃO ÀS QUESTÕES LOCAIS E REGIONAIS	
Mais liberdade para cobrir temas ignorados pelos meios nacionais.	4,2
Jornalismo de proximidade dá voz a problemas locais.	4,7
Agenda nacional raramente reflete desafios das regiões do interior.	4,5

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53). Médias calculadas numa escala *Likert* de concordância de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

A análise global às respostas revela uma percepção marcada por significativas desigualdades entre o jornalismo regional e o praticado nas grandes cidades. São especialmente acentuados os contrastes no acesso a oportunidades profissionais, diversidade de funções, recursos tecnológicos e infraestruturas disponíveis, sublinhando uma assimetria estrutural e reiterada ao longo das diferentes dimensões avaliadas.

Particularmente críticas surgem as questões económicas e financeiras: os (ciber)jornalistas regionais reconhecem que enfrentam maiores dificuldades financeiras, salários mais baixos e menor segurança laboral em comparação com colegas das grandes cidades, fatores que constituem, em conjunto, um risco efetivo à continuidade da profissão e à sustentabilidade das redações locais. Simultaneamente, as respostas evidenciam a percepção de maiores pressões políticas e económicas no jornalismo regional, indicando vulnerabilidades editoriais e ameaças potenciais à independência e integridade informativa.

No entanto, é precisamente nos fatores distintivos relacionados com a proximidade às comunidades locais que o jornalismo regional encontra a sua maior força e legitimidade. As respostas revelam de forma inequívoca que os (ciber)jornalistas reconhecem e valorizam profundamente a relação próxima com as populações locais, destacando o jornalismo regional como particularmente humanizado, centrado nas necessidades específicas das comunidades, e com um impacto direto, visível e valorizado no quotidiano dos cidadãos.

Merece também realce a percepção dos (ciber)jornalistas de que os temas tratados pelos meios nacionais raramente refletem adequadamente as questões e desafios específicos das regiões do interior, sublinhando ainda mais a relevância e a necessidade do jornalismo regional como contraponto essencial, oferecendo voz e visibilidade a realidades frequentemente negligenciadas. Este reconhecimento, porém, traz consigo um desafio adicional: garantir que esta legitimidade local e proximidade às comunidades se transformem efetivamente em sustentabilidade económica, profissional e tecnológica das redações regionais, condição fundamental para o futuro do jornalismo de proximidade em territórios como Trás-os-Montes.

No final do questionário quantitativo foi incluída uma questão aberta obrigatória, pedindo aos profissionais que, com base na sua experiência profissional, indicassem os principais desafios e oportunidades que o jornalismo enfrentará nos próximos anos, especialmente em territórios de baixa densidade populacional. Das 53 respostas obtidas, duas foram consideradas inválidas por não cumprirem os critérios mínimos definidos, pelo que a análise apresentada a seguir tem por base 51 respostas válidas. Procedeu-se então a uma análise qualitativa de conteúdo, identificando áreas temáticas centrais recorrentes nas respostas fornecidas pelos profissionais.

Entre os principais desafios identificados, destacaram-se problemas estruturais relacionados com a sustentabilidade financeira. Os jornalistas referem, de forma reiterada, dificuldades na obtenção de publicidade sustentável, financiamento independente e investimento privado como ameaças importantes ao futuro da atividade jornalística regional. De acordo com os participantes, estas dificuldades económicas estão diretamente relacionadas com a perda gradual de leitores e assinantes tradicionais, consequência do envelhecimento populacional, e com as dificuldades crescentes em renovar os públicos, sobretudo os mais jovens. Como sublinhado por um dos participantes, “o grande desafio é garantir leitores mais jovens e apostar em formatos digitais apelativos” (P16).

Esta preocupação com a sustentabilidade financeira e renovação de público conduz naturalmente a outro desafio relevante apontado pelos jornalistas, relacionado com a escassez de recursos humanos, sobretudo a falta de profissionais jovens capacitados e com formação digital adequada, essencial para assegurar a modernização tecnológica e editorial dos meios regionais. Como reforça outro participante, “faltam jornalistas jovens e capacitados para inovar na região” (P4).

Esta limitação de recursos humanos qualificados conecta-se diretamente a outro desafio frequentemente salientado pelos jornalistas: o da digitalização, sobretudo na adaptação às plataformas digitais, na utilização eficaz das redes sociais e na criação de novos formatos digitais mais apelativos, como podcasts e conteúdos audiovisuais. Um dos profissionais destaca este ponto ao afirmar que “é necessário apostar na formação

digital dos jornalistas locais, que ainda têm dificuldades em acompanhar a evolução tecnológica” (P6).

Os profissionais reconhecem ainda que as populações locais apresentam baixos níveis de literacia digital, exigindo esforços adicionais na formação dos cidadãos para que estes valorizem e consumam conteúdos jornalísticos digitais. Esta preocupação é acompanhada pela identificação da necessidade de formação contínua dos próprios jornalistas regionais, especialmente em áreas tecnológicas e de verificação de factos, consideradas fundamentais para enfrentar os desafios da desinformação e garantir credibilidade editorial. Como reforça um outro participante, “os próximos anos serão decisivos para que o jornalismo regional consiga equilibrar-se entre os desafios da digitalização, a sustentabilidade financeira e a fidelização de um novo público” (P27).

Além dos desafios associados à digitalização e formação técnica, um terceiro aspeto crítico identificado pelos profissionais relaciona-se com as pressões políticas e económicas locais, que podem colocar em risco a independência e a transparência editorial. Vários participantes apontam que estas pressões tendem a aumentar, agravando-se com a dependência financeira dos meios locais relativamente às instituições próximas e entidades privadas, colocando em causa a capacidade dos jornalistas de exercer uma crítica efetiva e independente sobre questões locais relevantes.

Contudo, apesar da complexidade destes desafios críticos, as respostas abertas revelaram também uma forte consciência sobre as oportunidades únicas que o jornalismo regional possui junto das comunidades locais. Muitos profissionais sublinham que a proximidade, autenticidade e ligação direta às comunidades são vantagens distintivas do jornalismo praticado em territórios de baixa densidade, permitindo que estes meios desempenhem um papel importante na preservação e valorização das tradições, cultura e identidade regional. Como mencionado por um profissional, trata-se de “uma oportunidade para o jornalismo local criar uma ligação mais próxima com as comunidades através de histórias reais e humanas” (P2).

Foi referido ainda que o jornalismo local pode ter um papel determinante na luta contra fenómenos negativos como a desertificação populacional, destacando iniciativas

positivas e histórias de sucesso regionais, contribuindo assim para uma maior coesão comunitária. Outro profissional realça este papel positivo afirmando que “o jornalismo regional pode ser uma poderosa ferramenta para combater a desertificação populacional, através da visibilidade de iniciativas positivas e histórias de sucesso regionais” (P28). Entre as oportunidades identificadas está ainda o potencial da adoção de novos modelos de colaboração e financiamento, tais como o financiamento colaborativo, parcerias inter-regionais para partilha de custos e recursos, e o desenvolvimento de uma cultura de subscrição paga para conteúdos jornalísticos digitais. Os jornalistas apontaram também que é necessário apostar na transparência editorial e nas boas práticas jornalísticas como formas importantes de recuperar a confiança e fidelização dos públicos regionais.

Em suma, as perceções qualitativas expressas pelos profissionais que exercem funções na região transmontana complementam a análise quantitativa já apresentada, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos desafios específicos que o jornalismo regional enfrenta atualmente. Estas perceções destacam igualmente as oportunidades que podem assegurar um futuro sustentável e relevante para esta atividade jornalística, essencial para os territórios de baixa densidade.

Globalmente, as respostas dos profissionais evidenciam um cenário equilibrado entre aspetos positivos — como a proximidade, autenticidade e ligação às comunidades locais — e aspetos negativos — como precariedade laboral, pressões editoriais e desafios financeiros. Deste modo, os profissionais traçam um quadro complexo e desafiador para o futuro da profissão, cuja análise crítica e problematização serão abordadas detalhadamente na secção seguinte.

7.6. Síntese crítica e conclusões principais

Os dados analisados permitem delinear uma síntese crítica: por um lado, constata-se fragilidades estruturais persistentes, nomeadamente escassez de recursos humanos, precariedade laboral e assimetrias face aos grandes centros urbanos; por outro, evidencia-se a resiliência e relevância sociocultural do (ciber)jornalismo de proximidade, ancorado numa forte ligação às comunidades locais. Estes profissionais

demonstram compromisso e adaptação num contexto adverso, mas enfrentam condições que ameaçam a sustentabilidade futura da profissão na região.

Um dos aspetos centrais que emergem é a reduzida dimensão dos quadros profissionais nas redações locais, indicadora de fragilidade. Conforme já apontado por Ferrador et al. (2019), existem poucos jornalistas profissionalizados a cobrir os distritos de Vila Real e Bragança, o que resulta numa baixa “densidade jornalística”, dificultando uma cobertura noticiosa abrangente da região. Esta realidade é confirmada pelos nossos dados e por uma comunicação pessoal da ERC, que indica existirem 66 jornalistas formalmente registados. Ainda assim, face aos 56 órgãos regionais identificados no capítulo 6, permanece evidente uma escassez significativa de recursos humanos (uma média inferior a dois profissionais por órgão). Importa salientar que, na nossa amostra, responderam 53 profissionais, dos quais 49 possuem título formal. Embora só tenhamos identificado quatro profissionais sem carteira profissional no nosso estudo, é provável que o número real de colaboradores informais ou sem vínculo formal seja superior, conforme já observado noutros contextos (Radsch, 2020). Esta situação reflete um cenário de informalidade e vulnerabilidade laboral que, mesmo não plenamente captado pela nossa amostra, permanece relevante para o ecossistema mediático regional.

Esta vulnerabilidade identificada na região transmontana não é isolada, antes reflete tendências preocupantes já confirmadas a nível nacional, como demonstra o estudo mais recente do Sindicato dos Jornalistas (2023). A comparação crítica desses resultados nacionais com os dados específicos de Trás-os-Montes permite aprofundar esta reflexão. Enquanto o estudo nacional sublinha que uma parte significativa dos jornalistas portugueses trabalha regularmente acima das 40 horas semanais, em Trás-os-Montes também se constata jornadas laborais diárias muito extensas, sugerindo condições semelhantes ou até mais exigentes. A dificuldade na conciliação entre vida pessoal e profissional, identificada a nível nacional, manifesta-se qualitativamente também nesta região, embora o perfil familiar dos jornalistas transmontanos se revele diferente: são maioritariamente profissionais com filhos, o que pode colocar desafios adicionais de fixação e permanência numa região caracterizada pela escassez de

recursos e serviços essenciais. A nível salarial, a situação regional parece ainda mais preocupante do que a nacional, com uma ampla maioria dos profissionais a considerar as suas remunerações inadequadas, levando frequentemente à acumulação de outras atividades para complementar rendimentos. A precariedade laboral, tema central do relatório nacional, é igualmente preocupante em Trás-os-Montes, onde uma parte relevante dos jornalistas está sujeita a vínculos precários ou mesmo à ausência formal de contrato. As dificuldades relacionadas com a renovação geracional surgem com maior evidência na região transmontana, onde se verifica uma reduzida presença de jornalistas mais jovens.

Esta realidade confirma tendências identificadas também noutros estudos nacionais: Miranda (2018) destaca que o jornalismo português – sobretudo em contextos regionais – é marcado pela instabilidade contratual e por trajetórias profissionais atípicas, com grande diversidade de formações académicas e frequentes situações de trabalho não formalizado. O perfil do (ciber)jornalista transmontano típico distancia-se do ideário tradicional do repórter vinculado a uma redação estável; ao invés, tende a ser um profissional multifacetado, muitas vezes jovem adulto de meia-idade, com formação variada e laços precários à profissão.

Como vimos, as condições laborais emergem, neste estudo, como um fator problemático. Os profissionais regionais revelam enfrentar salários baixos, insegurança no emprego e cargas horárias extensas. A multitarefa é praticamente uma norma nas redações locais: limitados em pessoal e recursos, estes profissionais acumulam funções que vão da reportagem à edição, da fotografia à gestão de conteúdos online, confirmando diagnósticos anteriores sobre a polivalência forçada no jornalismo do interior (Morais et al., 2020; Miranda, 2018). Esta sobrecarga funcional, associada à escassez de meios, pode comprometer a especialização e a profundidade do trabalho jornalístico, tornando mais difícil a investigação aprofundada de temas ou a verificação exaustiva de factos.

Alguns estudos internacionais mostram que essa realidade não é exclusiva de Portugal: repórteres regionais em diversos países lidam com desafios adicionais de estabilidade, remuneração e acumulação de tarefas quando comparados a jornalistas

de grandes redações nacionais (Repórteres Sem Fronteiras, 2025; Olsen & Mathisen, 2023). Dados semelhantes têm sido reportados noutras investigações sobre jornalismo regional, sublinhando que a escassez de recursos e as exigências acrescidas geram condições especialmente adversas nas redações locais (Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2023). Como já discutido, tais condições adversas têm conduzido a desgaste e intenção de abandono da carreira (Erdem, 2025), fenómeno especialmente evidenciado no jornalismo regional.

Vale mencionar que este desgaste não é neutro em termos de género: (ciber)jornalistas mulheres tendem a reportar níveis superiores de exaustão e insatisfação, dadas as desigualdades estruturais que ainda persistem nas redações (Erdem, 2025). O nosso inquérito, ao revelar uma maioria de profissionais do sexo feminino na região, sugere a necessidade de atenção a estas dinâmicas de género, pois a feminização da profissão poderá implicar vulnerabilidades acrescidas num contexto já de si precário.

Neste cenário, ganha relevo a questão das pressões editoriais e da autonomia profissional. Os dados apontam que os profissionais transmontanos sentem, de forma particularmente aguda, pressões no exercício do seu trabalho diário. A proximidade das redações a poderes locais – autarquias, empresas regionais, elites políticas – cria um ambiente em que a dependência financeira dos media em relação a anunciantes ou apoios institucionais pode, em certos casos, limitar a liberdade editorial.

Os profissionais inquiridos reconhecem explicitamente esta vulnerabilidade: a independência e integridade da informação nem sempre estarão plenamente asseguradas, dada a possibilidade de interferências externas condicionarem a agenda noticiosa. Este resultado insere-se num quadro já discutido por diversos autores, segundo os quais pequenos órgãos regionais, pela sua fragilidade económica, ficam particularmente expostos a influências indevidas (Jerónimo & Sánchez Esparza, 2023; Miranda, 2018).

Quando um jornal depende fortemente de publicidade de uma câmara municipal ou de patrocínios de empresas da região, torna-se difícil publicar matérias que possam desagradar a essas entidades, sob pena de comprometer a sobrevivência financeira do

projeto. Assim, a autonomia jornalística pode ficar comprometida no jornalismo de proximidade, não por falta de ética dos profissionais, mas por condicionamentos estruturais do meio em que operam.

A tensão entre proximidade e independência constitui, pois, um dilema central: se, por um lado, estar inserido na comunidade confere legitimidade e acesso privilegiado à informação local, por outro, essa inserção pode implicar laços pessoais e económicos que dificultam a distância crítica necessária ao jornalismo. Os nossos resultados sublinham esta tensão, mas também indicam que os profissionais estão conscientes dela e a encaram como um desafio a superar – um sinal de maturidade profissional que merece reconhecimento.

Outro eixo crítico da nossa análise reside na transformação digital e nas competências tecnológicas dos (ciber)jornalistas regionais. Como debatido na literatura, a digitalização do jornalismo nos últimos anos obrigou todos os profissionais a adaptarem-se a novas ferramentas, ritmos produtivos e formatos de distribuição (Deuze, 2007; Royal, 2017). Trás-os-Montes não é exceção: até mesmo os repórteres veteranos tiveram de se converter em “ciberjornalistas”, adquirindo competências em redes sociais, publicação online, multimédia e análise de métricas, confirmando a observação de Deuze (2008b) de que a linha que separava o jornalista tradicional do jornalista digital se tornou virtualmente inexistente.

Contudo, esta transição tecnológica ocorre, na região, sob constrangimentos particularmente significativos. Os profissionais locais operam frequentemente com infraestruturas técnicas obsoletas ou insuficientes, por falta de investimento dos media fragilizados financeiramente. Acresce que, a formação especializada em áreas emergentes – como jornalismo de dados, verificação digital de factos ou uso de inteligência artificial – é escassa ou inexistente neste contexto periférico, tornando mais difícil aos profissionais locais acompanhar as exigências emergentes da profissão (Gulyás & Hess, 2024).

Os nossos inquiridos confirmam sentir essa dificuldade: embora usem rotineiramente ferramentas digitais e as redes sociais, fazem-no muitas vezes de forma autodidata e limitados pela falta de tempo e apoio institucional. Torre et al (2023)

assinalam precisamente que, apesar da adoção crescente das redes sociais pelos jornalistas regionais, persistem dificuldades estruturais – equipas reduzidas, escassez de tempo para formação, ausência de apoio técnico – que impedem uma plena integração das tecnologias no fluxo de trabalho.

Este desfasamento gera um paradoxo preocupante: ao mesmo tempo que se espera que o (ciber)jornalista regional seja polivalente e digitalmente proficiente, não se lhe fornecem os recursos e condições necessários para efetivar essa proficiência. Em consequência, algumas oportunidades trazidas pela era digital – como o alcance potencialmente global via internet ou a interatividade com audiências dispersas – acabam subaproveitadas pelos media transmontanos, que carecem de estratégia e pessoal dedicados para inovar nestas frentes.

A centralidade das redes sociais merece aqui particular atenção. Ficou patente que plataformas como o *Facebook* são hoje ferramentas de trabalho incontornáveis para os (ciber)jornalistas do interior, servindo tanto para a distribuição de notícias como para a obtenção de feedback do público. No entanto, esta dependência das redes levanta novos desafios: os profissionais sentem a pressão das métricas digitais (gostos, partilhas, visualizações) na definição dos temas, ainda que muitos procurem equilibrar essa pressão com critérios jornalísticos tradicionais. As redes sociais são terreno fértil para a desinformação, apontada unanimemente pelos (ciber)jornalistas inquiridos como um dos grandes desafios atuais. De acordo com estudos recentes, os jornalistas em diversos países partilham desta preocupação, identificando a proliferação de notícias falsas e rumores online como uma ameaça séria à credibilidade da imprensa e ao direito a uma informação fidedigna (Edgerly & Brown, 2022; Çela, 2023).

Em Trás-os-Montes, os profissionais que trabalham nos media regionais sentem-se na linha da frente do combate à desinformação nas suas comunidades, mas nem sempre dispõem de ferramentas ou apoio necessários para tal empreitada. Ressalta das respostas a percepção de que falta formação específica em *fact-checking*, sobram tarefas e faltam horas no dia para monitorizar e desmentir boatos virais.

Esta dificuldade não surpreende: investigações sobre o jornalismo local em Portugal notam insuficiências em termos de literacia mediática e preparação técnica

para lidar com conteúdos enganosos (Silva, 2023; EU DisinfoLab, 2023). Apesar de o nosso país ainda não ter enfrentado campanhas maciças de desinformação direcionadas às regiões do interior, circulam nas redes sociais narrativas falsas globais que inevitavelmente penetram nas comunidades locais. Os profissionais transmuntanos, cientes disso, procuram agir como barreira de contenção contra a desinformação, clarificando factos e oferecendo contextualização informativa.

Porém, fazê-lo de forma sistemática é um luxo difícil de alcançar em redações depauperadas. Aqui, novamente, evidencia-se um paradoxo: as comunidades locais confiam nos seus jornais e rádios para obter informação fiável e próxima da sua realidade, o que colocaria estes meios em posição privilegiada para travar rumores nocivos; contudo, se esses meios não tiverem recursos para investigar e esclarecer de forma célere, a sua capacidade de atuar contra a desinformação fica diminuída. Garantir credibilidade e rigor informativo, nestas circunstâncias, torna-se uma missão tão essencial quanto desafiadora para os profissionais locais.

Perante este conjunto de constrangimentos – precariedade laboral, pressões editoriais, exigências de polivalência digital e combate à desinformação –, poder-se-ia traçar um cenário pessimista para o jornalismo em Trás-os-Montes. De facto, muitos indicadores convergem no sentido de uma erosão da viabilidade da imprensa regional se nada for feito.

A contínua desertificação populacional da região implica audiências cada vez menores e envelhecidas, reduzindo as bases de apoio aos media regionais e até a motivação dos próprios (ciber)jornalistas, como também observado por Heiselberg e Hopmann (2024) em contextos rurais semelhantes. Some-se a isso a tendência de êxodo de profissionais qualificados: em face de remunerações reduzidas e oportunidades limitadas, muitos (ciber)jornalistas talentosos poderão sentir-se compelidos a deixar Trás-os-Montes em busca de carreiras mais estáveis em centros urbanos.

Esta fuga de cérebros jornalísticos constitui já uma preocupação real – “quase inevitável”, conforme descrito por alguns inquiridos –, levantando o espectro de redações ainda mais fragilizadas no futuro próximo. Importa enfatizar que o declínio do jornalismo regional não acarretaria apenas a perda de postos de trabalho ou de projetos

mediáticos, mas também um empobrecimento significativo da esfera pública regional. Sem jornalismo de proximidade, as comunidades de baixa densidade ficam suscetíveis de se tornarem “desertos noticiosos”, onde assuntos de interesse público local deixam de ser investigados e noticiados com regularidade.

As implicações disso para a cidadania são profundas: a ausência de escrutínio ao poder local, a falta de visibilidade para problemas e iniciativas da região e a redução da pluralidade de vozes no espaço público podem enfraquecer a participação cívica e a coesão social. Em última instância, como lembram Morais et al. (2020), são os jornalistas, através do seu trabalho diário, que mantêm viva a pluralidade informativa e estimulam o envolvimento das comunidades nos assuntos coletivos. Logo, a perda de vigor do jornalismo regional equivale a um enfraquecimento do próprio tecido democrático local.

No entanto, ao lado deste diagnóstico, é preciso reconhecer pontos de força e possíveis oportunidades para revitalizar o jornalismo transmontano. Em primeiro lugar, a ligação intrínseca às comunidades – frequentemente apontada pelos (ciber)jornalistas como o maior trunfo do jornalismo regional – constitui um capital simbólico valioso. A proximidade permite conhecer em profundidade as questões locais, dar voz a quem normalmente não a tem nos meios nacionais e produzir conteúdos de alto impacto social junto do público próximo.

Os profissionais transmontanos orgulham-se, com razão, do carácter humanizado e útil do seu trabalho, que consideram fazer diferença direta no dia a dia dos cidadãos. Esta legitimidade local, alicerçada na confiança e empatia construídas com as audiências, é algo que os grandes media dificilmente conseguem replicar (Jerónimo, Ramos & Torre, 2022c). Diversos autores argumentam que, num mundo saturado de informação global e algorítmica, o jornalismo de proximidade pode funcionar como elemento aglutinador das comunidades, reforçando identidades locais e favorecendo a coesão social (Nagel & Broersma, 2024; Perreault et al., 2024).

A figura do jornalista local, neste sentido, é recaracterizada não como um profissional menor em relação aos repórteres nacionais, mas sim como um mediador de informação (“information broker”) estratégico: alguém capaz de ligar instituições e

cidadãos, de traduzir assuntos globais para o contexto local e vice-versa, e de mobilizar as pessoas em torno de questões comuns (Nagel & Broersma, 2024).

Esta visão otimista sugere que há um futuro possível de reinvenção para o jornalismo regional – um futuro em que os (ciber)jornalistas do interior assumem um papel central na ecologia informativa, precisamente pela sua proximidade, conhecimento local e versatilidade. Todavia, para que tal potencial se concretize, é imprescindível colmatar as lacunas de competências e recursos atualmente existentes.

Os (ciber)jornalistas transmontanos terão de ser apoiados no desenvolvimento de competências especializadas (por exemplo, formação em literacia mediática, *fact-checking*, ferramentas digitais avançadas), de modo a poderem desempenhar esse papel de “agentes de ligação” de forma eficaz. Além disso, a sustentabilidade económica dos media regionais precisa de ser encarada: sem modelos de negócio inovadores ou apoios institucionais que permitam condições dignas de trabalho, mesmo os profissionais mais dedicados encontrarão enormes obstáculos para prosseguir a sua missão.

Observa-se, também, uma falha na rede de proteção profissional: a maioria dos inquiridos manifesta sentir-se desprotegida pelos sindicatos, o que agrava o sentimento de vulnerabilidade e requer atenção das estruturas de classe. A intervenção de organizações de classe e entidades reguladoras pode ser crucial. Salamon (2024) destaca o papel que os sindicatos e associações de jornalistas podem ter na luta por condições mais equitativas – pressionando por contratos estáveis, remuneração justa e medidas de conciliação que reduzam o desgaste profissional. Ainda assim, persiste o desafio de equilibrar essas justas reivindicações laborais com a frágil saúde financeira dos pequenos media (Salamon, 2024). Ou seja, a busca de melhores condições não pode ignorar a realidade de que os media regionais operam com orçamentos exíguos; qualquer solução requer, pois, negociações criativas que aliem a sobrevivência económica com a dignificação do trabalho jornalístico.

Os desafios e oportunidades identificados na questão aberta complementam e reforçam os resultados quantitativos já analisados neste capítulo. Com efeito, os profissionais salientaram dificuldades estruturais já referidas – como sustentabilidade financeira, escassez de recursos humanos qualificados e pressões locais à independência

editorial – destacando ainda desafios emergentes, como a necessidade urgente de adaptação tecnológica e de melhoria das competências digitais das redações e dos públicos locais.

As respostas abertas revelaram igualmente que os jornalistas regionais reconhecem explicitamente as oportunidades únicas proporcionadas pela proximidade às comunidades locais, encarando essa ligação direta como um ativo crucial para a sustentabilidade futura do jornalismo transmontano. Esta dimensão qualitativa reforça a complexidade do cenário traçado e sublinha a importância de considerar as vozes dos próprios jornalistas na definição de estratégias para enfrentar os desafios identificados.

Em jeito de conclusão, sublinha-se que os desafios identificados neste estudo estão longe de esgotar a discussão sobre o jornalismo regional, oferecendo, contudo, um contributo relevante para compreender a encruzilhada em que se encontra o jornalismo em Trás-os-Montes. Os contrastes aqui evidenciados, entre vocação profissional e precariedade laboral, entre proximidade comunitária e vulnerabilidade institucional, e entre a necessidade de modernização digital e as limitações estruturais, exigem uma análise cuidadosa e multifacetada.

Reconhece-se que a presente análise quantitativa das condições laborais, do perfil profissional e das dificuldades enfrentadas pelos profissionais dos media transmontanos se baseia numa amostra limitada e geograficamente circunscrita. Apesar disso, fornece indicadores valiosos sobre um território ainda pouco estudado, servindo como base empírica relevante para futuras investigações.

Importa ainda salientar que, apesar das vantagens metodológicas do questionário aplicado, este método quantitativo não permitiu captar algumas nuances subjetivas importantes, razão pela qual a investigação foi complementada com estudos qualitativos específicos (Capítulo 8).

A investigação realizada em torno desta matéria evidencia uma realidade simultaneamente preocupante e esperançosa. Preocupante, porque confirma a existência de obstáculos sistémicos, da instabilidade contratual à carência de meios técnicos, que ameaçam a qualidade e a continuidade do jornalismo regional. Esperançosa, porque revela também a existência de ativos intangíveis – compromisso

ético, conhecimento local, relação de confiança com o público – que podem ser catalisadores de inovação e resiliência.

Em última análise, assegurar o futuro do (ciber)jornalismo de proximidade em regiões do interior exigirá um olhar renovado sobre estas problemáticas, aliando o rigor da investigação académica a ações concretas por parte de profissionais, organizações e decisores públicos. Somente através desse esforço concertado será possível transformar a reconhecida legitimidade comunitária, de que o jornalismo transmontano goza em condições materiais e institucionais que estejam à altura da importância social que este desempenha.

Terminada a análise quantitativa, avança-se agora para uma abordagem qualitativa complementar, focada em estudos de caso específicos. O Capítulo 8 concretiza precisamente esta análise, incidindo sobre um conjunto selecionado de órgãos de comunicação social online da região. Através de uma análise crítica transversal às rádios e aos jornais com presença digital, complementada com as perspetivas dos seus responsáveis editoriais e com uma observação sistemática, diária e pontual das plataformas online mais representativas destes meios, pretende-se aqui consolidar uma visão integrada sobre a realidade analisada, proporcionando uma compreensão mais profunda do fenómeno em estudo.

8. Estudos de caso: análise crítica dos media online transmontanos

8.1. Justificação metodológica dos casos selecionados e operacionalização analítica

A decisão de realizar estudos de caso sobre os media online transmontanos decorre diretamente do trabalho empírico e da análise detalhada efetuada nos capítulos anteriores desta tese. Este estudo é particularmente pertinente porque constitui um dos objetivos centrais desta investigação, permitindo uma compreensão mais abrangente sobre a forma como os media regionais de Trás-os-Montes se adaptaram às exigências e oportunidades trazidas pelo ambiente digital.

Com efeito, realizar um mapeamento completo dos órgãos regionais e depois não analisar concretamente em que plataformas digitais estes estão presentes, que conteúdos produzem, qual a sua qualidade editorial, para quem dirigem a sua mensagem, ou mesmo quando migraram para o ambiente digital, deixaria esta investigação incompleta e desequilibrada. Na verdade, um dos grandes propósitos desta tese é precisamente culminar o percurso investigativo com a análise dos media selecionados, avaliando a sua presença digital. Sem esta análise dos casos escolhidos, a investigação ficaria inevitavelmente fragilizada, perdendo profundidade e pertinência.

Apesar de a metodologia geral já ter sido detalhada no Capítulo 3, importa esclarecer que, naquele momento, não foi possível apresentar os media regionais transmontanos específicos selecionados para análise, devido ao desconhecimento prévio sobre quais os órgãos efetivamente existentes. Nesse momento inicial, definimos com rigor apenas os critérios gerais de seleção, mas sem ainda ter condições para nomear explicitamente os órgãos mediáticos. Só após a conclusão do mapeamento apresentado no Capítulo 6 é que foi possível concretizar essa seleção, razão pela qual se justifica a apresentação desses dados detalhados apenas agora, neste capítulo.

Foram selecionadas 17 rádios regionais (9 do distrito de Vila Real e 8 do distrito de Bragança), o que representa aproximadamente 74% do universo total identificado (23 rádios).

Foram excluídas 6 rádios da análise: 3 delas registadas na ERC com conteúdos exclusivamente temático-musicais (M80 Bragança, M80 Mogadouro e M80 Vila Real). Estas rádios foram excluídas dado que possuem uma função informativa muito limitada, predominantemente comercial, não alinhada com os objetivos investigativos desta tese. As outras 3 rádios excluídas estão registadas na ERC como exclusivamente online, todas do distrito de Vila Real (Rádio Barreirinha, Rádio Clube Santa Marta e Rádio Alagoas). Após uma verificação manual dos seus websites e redes sociais, confirmou-se que estas 3 rádios se assumem como meios de entretenimento e música, pelo que também foram excluídas da análise. Esta verificação manual foi necessária porque a ERC não disponibiliza informação detalhada sobre o conteúdo das rádios registadas exclusivamente como online. Pelo mesmo método, foi ainda analisada uma quarta rádio online, a Rádio Regional (distrito de Bragança), que foi incluída na análise por ter sido confirmada manualmente como rádio de conteúdo generalista. Reconhecemos que seria academicamente enriquecedor incluir estas rádios exclusivamente online na análise, considerando o contexto regional predominantemente composto por rádios com frequência FM. Contudo, a sua exclusão decorreu dos critérios editoriais e metodológicos previamente definidos, garantindo assim a coerência e o rigor deste estudo. A tabela 25 apresenta as 17 rádios objeto de análise.

Tabela 25: Rádios com presença online selecionadas para análise nos estudos de caso

Distrito	Rádio	Concelho de licenciamento	Registo oficial (ERC)
Vila Real	Rádio Salesiana 90.1	Alijó	Frequência FM
	Alto Tâmega FM	Boticas	Frequência FM
	Universidade FM	Vila Real	Frequência FM
	Rádio Voz do Marão	Vila Real	Frequência FM
	Rádio Montalegre	Montalegre	Frequência FM
	Rádio Clube Aguiarense	Vila Pouca de Aguiar	Frequência FM
	Rádio Regional de Valpaços	Valpaços	Frequência FM
	Rádio Regional Sabrosa	Sabrosa	Frequência FM
	Chaves FM	Chaves	Frequência FM
Bragança	Rádio Onda Livre Macedense	Macedo de Cavaleiros	Frequência FM

	Rádio Terra Quente	Mirandela	Frequência FM
	Rádio Vinhais	Vinhais	Frequência FM
	Rádio Ansiães	Carrazeda de Ansiães	Frequência FM
	Rádio Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Frequência FM
	Rádio Brigantia	Bragança	Frequência FM
	Rádio Regional Vimioso	Vimioso	Frequência FM
	Rádio Regional	Vinhais	Online ^a

a) Rádio registada na ERC na categoria “Serviços de programas distribuídos exclusivamente por internet”

Fonte: Elaboração própria

A decisão de incluir na análise não apenas a Rádio Regional, que distribui os seus programas exclusivamente pela internet, mas também as rádios registadas pela ERC exclusivamente com frequência FM, prende-se diretamente com uma questão metodológica central desta investigação: garantir a validade, abrangência e representatividade real do estudo. Com efeito, se fossem analisadas apenas as rádios online – que no caso desta região apenas uma cumpre os critérios específicos de análise –, a investigação ficaria comprometida pela reduzida dimensão e pouca representatividade desse universo. Na prática, a grande maioria das rádios transmontanas encontra-se registada formalmente apenas com frequência FM, embora exista uma forte suspeita, fundamentada no senso comum e na experiência prévia, de que muitas delas possuem presença digital ativa através de websites próprios ou de transmissões online.

Por esta razão, adotou-se um procedimento analítico específico e complementar: verificar individualmente se as rádios oficialmente registadas como FM possuíam efetivamente uma presença online ativa. Para isso, efetuou-se previamente uma pesquisa manual exaustiva, para confirmar se estas rádios com frequência FM cumpriam, ou não, o critério essencial de possuírem conteúdos ou transmissões online. Com a presença digital confirmada, esses órgãos foram integrados na análise detalhada subsequente.

Importa sublinhar que este primeiro passo teve como finalidade apenas confirmar a existência ou inexistência da presença online destas rádios. A análise que será apresentada posteriormente neste estudo aprofunda esse primeiro momento de verificação, avaliando, agora sim, a profundidade, relevância e qualidade editorial dos

conteúdos disponibilizados online. Deste modo, assegura-se um quadro analítico coerente: primeiro confirma-se a existência da presença digital; depois, avalia-se a efetiva pertinência e qualidade dessa presença, para compreender o seu contributo real para o panorama mediático digital da região.

Com o objetivo de clarificar e sistematizar a operacionalização dos critérios definidos, apresenta-se, de forma integrada, a tabela 26, que reúne os critérios específicos de análise adotados nos estudos de caso das rádios transmontanas, bem como os respetivos instrumentos metodológicos utilizados.

Esta organização, que combina critérios avaliados por observação direta (pontual ou diária) com outros analisados através das entrevistas realizadas junto dos responsáveis editoriais, permite uma visualização global e simplificada dos critérios adotados, facilitando o acompanhamento da exposição dos resultados empíricos que se segue.

Tabela 26: Critérios específicos de análise adotados nos estudos de caso das rádios transmontanas, instrumentos de operacionalização e métodos utilizados

N.º	Critério de análise	Instrumento utilizado	Período/frequência ou Perguntas
1	Presença digital efetiva (existência de website próprio e/ou presença em redes sociais ou outras plataformas digitais)	Grelha de análise 1 (anexo 17)	Observação pontual (verificação única em maio 2025)
2	Rede social ou canal online mais representativo (onde têm maior audiência/interação visível)	Grelha de análise 1 (anexo 17)	Observação pontual (verificação única em maio 2025)
3	Frequência e periodicidade da atualização dos conteúdos publicados (observada na plataforma digital mais representativa identificada anteriormente)	Grelha de análise 2 (anexo 18)	Observação diária (1 a 17 de maio 2025)
4	Tipos, formatos e diversidade temática de conteúdos publicados (textos, vídeos, áudio/podcasts, fotos, conteúdos multimédia)	Grelha de análise 2 (anexo 18)	Observação diária (1 a 17 de maio 2025)
5	Qualidade dos conteúdos publicados (avaliada qualitativamente como alta, média ou baixa)	Grelha de análise 3 (anexo 19)	Observação diária (1 a 17 de maio 2025)
6	Evidências visíveis de interação com o público nas redes sociais (comentários, gostos, partilhas, envolvimento do público)	Grelha de análise 4 (anexo 20)	Observação diária (1 a 17 de maio 2025)
7	Ano real de fundação, existência prévia como rádio pirata, momento, razões e dificuldades na migração para o ambiente online	Guião entrevista rádios (anexo 4)	Perguntas 1, 2, 3 e 4
8	Sustentabilidade financeira, principais fontes de receita e modelo económico atual	Guião entrevista rádios (anexo 4)	Perguntas 5 e 6

9	Abrangência territorial real e impacto das limitações infraestruturais locais no alcance digital	Guião entrevista rádios (anexo 4)	Perguntas 7 e 8
10	Tamanho da redação, condições laborais e organização interna (acumulação ou especialização de funções, dimensão da equipa)	Guião entrevista rádios (anexo 4)	Perguntas 9 e 10
11	Natureza jurídica, propriedade institucional e mecanismos formais ou informais para garantir independência e imparcialidade editorial	Guião entrevista rádios (anexo 4)	Perguntas 11 e 14
12	Estratégias editoriais e conteúdos específicos dirigidos a públicos seniores ou isolados na região e à diáspora transmontana (emigrantes)	Guião entrevista rádios (anexo 4)	Perguntas 12 e 13

Fonte Elaboração própria

É a partir desta tabela integrada que se estruturou a apresentação dos resultados relativos às rádios online analisadas.

Os critérios definidos incluíram uma análise qualitativa detalhada sobre a visão estratégica dos responsáveis editoriais das rádios transmontanas relativamente aos desafios e oportunidades enfrentados no contexto digital e regional atual. Esta análise decorreu de um conjunto específico de questões colocadas nas entrevistas, com o intuito de captar uma reflexão abrangente sobre o setor na sua globalidade.

Pretendeu-se, em concreto, compreender criticamente, através das perceções dos diretores, os principais desafios identificados pelas rádios regionais, as oportunidades e vantagens competitivas perspetivadas, bem como outras reflexões complementares relevantes. Desta forma, foi possível desenvolver, posteriormente, uma discussão crítica e integrada sobre o panorama geral dos media regionais online em Trás-os-Montes.

A eficácia desta análise dependeu da colaboração dos responsáveis editoriais das rádios selecionadas. Efetivamente, vários critérios essenciais constantes na tabela—como as razões e momento da migração digital, sustentabilidade financeira, fontes de receita, modelos de negócio adotados, autonomia editorial, condições laborais e limitações infraestruturais locais—apenas podiam ser esclarecidos através da colaboração direta destes responsáveis.

Todas as rádios selecionadas foram convidadas a participar nesta etapa qualitativa da investigação. Nos casos em que não foi possível obter entrevista, a análise

dos critérios dependentes desta colaboração ficou limitada às informações eventualmente disponíveis através da observação direta ou análise documental. Quando tais informações não estavam acessíveis por estas vias alternativas, não foi possível realizar a análise devido à ausência inevitável de dados.

A coluna "Instrumento utilizado" clarificou os métodos pelos quais cada critério foi avaliado, fosse por grelhas estruturadas de análise de conteúdos ou por um guião detalhado de entrevista.

Para os critérios mais dinâmicos—frequência e periodicidade de atualização dos conteúdos, formatos publicados, qualidade e diversidade temática, bem como interação com o público nas redes sociais—realizou-se uma verificação diária entre 1 e 17 de maio de 2025, com recurso a grelhas de análise específicas. Este período permitiu recolher informação consistente, avaliar padrões e dinâmicas de publicação e compreender o desempenho quotidiano destes meios digitais regionais.

Nos critérios menos dinâmicos, cuja avaliação dependia da confirmação objetiva da presença digital efetiva e identificação do canal online mais representativo, efetuou-se uma observação pontual durante maio de 2025. Reconheceu-se, contudo, que esta observação pontual poderá não ter captado plenamente eventuais variações sazonais ou circunstanciais, ainda que se considere que os resultados obtidos refletiram com rigor o desempenho digital destes meios no período analisado.

Importa esclarecer que, nas rádios cuja presença digital no website se limitou exclusivamente à transmissão em *streaming* da emissão FM, sem disponibilizarem conteúdos adicionais ou informativos, a análise crítica do site não foi aprofundada. Nesses casos, efetuou-se uma verificação complementar das respetivas redes sociais. Sempre que estas plataformas digitais (*Facebook*, *Instagram* ou outras) apresentassem conteúdos adicionais relevantes, a análise crítica foi então aprofundada com base nesses canais alternativos. Caso contrário, a análise terminou nesse ponto, dada a ausência de elementos adicionais para aprofundamento crítico.

Este critério decorreu diretamente dos objetivos específicos desta investigação, centrados na análise detalhada das estratégias digitais, editoriais e comunitárias dos media regionais transmontanos no contexto online. É, contudo, fundamental esclarecer

que o conceito de "presença digital" adotado não se restringe à existência exclusiva de um site próprio. Para esta investigação, a presença digital significativa contemplou qualquer plataforma ou canal online (sites, redes sociais ou plataformas de vídeo) onde ocorresse uma produção regular e ativa de conteúdos informativos. Assim, rádios com presença exclusivamente numa rede social foram analisadas com o mesmo rigor e profundidade crítica que as que dispunham apenas de site próprio, sendo-lhes aplicada sistematicamente a mesma grelha analítica, independentemente da plataforma utilizada.

Relativamente à observação diária de critérios como frequência e periodicidade da atualização, tipos e formatos de conteúdos publicados, qualidade, robustez e diversidade temática, bem como interatividade com o público, foi essencial definir qual a plataforma digital analisada, uma vez que os meios podem ter presença simultânea em várias plataformas online (website e redes sociais, por exemplo). Nos casos em que foi identificada mais do que uma plataforma digital ativa, selecionou-se apenas a plataforma considerada mais representativa para cada rádio. Esta seleção baseou-se numa observação preliminar, avaliando objetivamente critérios como regularidade das publicações, diversidade informativa, nível de interação com o público e alcance aparente (seguidores, visualizações ou reações dos utilizadores).

Esta escolha preliminar visou assegurar uma análise rigorosa e fundamentada, garantindo a relevância e validade dos resultados obtidos. Reconhece-se, contudo, que esta opção poderá ter omitido conteúdos disponíveis noutras plataformas secundárias, privilegiando-se intencionalmente a plataforma principal para preservar o foco e a coerência metodológica da investigação.

De seguida, apresenta-se detalhadamente a metodologia específica utilizada para a análise dos jornais transmontanos com presença online.

À semelhança do procedimento adotado para as rádios regionais, a seleção dos jornais transmontanos decorreu diretamente dos objetivos centrais desta tese, orientados para o mapeamento e análise crítica dos media regionais com presença digital ativa. Contudo, importa destacar uma diferença metodológica essencial entre ambos os processos. No caso das rádios, foi necessário verificar individualmente a

existência efetiva de uma presença digital ativa, visto que os registos oficiais disponibilizados pela ERC apenas confirmavam a existência de frequência FM, não indicando explicitamente se estas tinham presença digital. Já para os jornais, esta etapa preliminar revelou-se desnecessária, dado que a sua presença online ativa estava formalmente confirmada nesses mesmos registos.

Esta delimitação metodológica não implicou qualquer desvalorização dos jornais exclusivamente impressos, resultando antes diretamente do âmbito específico desta investigação, centrado na análise crítica dos ambientes digitais.

Em seguida, serão identificados os jornais transmontanos selecionados para análise nos estudos de caso (tabela 27) seguindo-se a apresentação dos critérios específicos de análise e respetivos instrumentos metodológicos utilizados para a sua operacionalização.

Tabela 27: Jornais com presença online selecionados para análise nos estudos de caso

Distrito	Nome do meio	Tipo de meio	Periodicidade	Âmbito	Conteúdo	Presença
Bragança	Mensagem de Bragança	Publicação periódica	Semanal	Regional	Informação geral	Online
	Jornal Nordeste	Publicação periódica	Semanal	Regional	Informação geral	Online
	CanalN Mirandela	Publicação periódica	Diária	Regional	Informação geral	Online
	Diário de Trás-os-Montes	Publicação periódica	Diária	Regional	Informação geral	Online
	Kapital do Nordeste	Publicação periódica	Diária	Regional	Informação geral	Online
	Terra de Miranda Notícias	Publicação periódica	Diária	Regional	Informação geral	Online
	A Voz de Bragança	Publicação periódica	Diária (dias úteis)	Regional	Informação geral	Online
Vila Real	A Voz de Trás-os-Montes	Publicação periódica	Semanal	Regional	Informação geral	Online
	Notícias do Douro	Publicação periódica	Semanal	Regional	Informação geral	Online
	Desportivo transmontano	Publicação periódica	Diária	Regional	Informação especializada	Online
	Alto Tâmega Canal	Publicação periódica	Diária	Regional	Informação geral	Online
	Komunica Magazine	Publicação periódica	Diária	Regional	Informação geral	Online

Fonte: Elaboração própria

Recorda-se, de forma breve e sintética, que os critérios gerais utilizados para a seleção das publicações periódicas foram já devidamente explicitados na tabela 1 do Capítulo 3 (Metodologia). Assim, relembra-se que foram consideradas exclusivamente publicações que disponibilizam conteúdos informativos generalistas e especializados, excluindo-se intencionalmente publicações doutrinárias, confessionais ou institucionais. Destaca-se ainda a inclusão da informação especializada diária, representada unicamente pelo “Desportivo Transmontano”, cuja periodicidade quotidiana constitui um indicador adicional da relevância informativa junto da comunidade regional, devido à oferta constante e regular de conteúdos específicos relacionados com o desporto.

Além dos critérios relacionados com os conteúdos, recorda-se também que se consideraram apenas publicações com âmbito estritamente regional, excluindo-se aquelas com abrangência distinta, nomeadamente nacional, em linha com o objetivo da investigação centrada nas dinâmicas informativas regionais. A periodicidade constituiu outro critério fundamental, privilegiando-se publicações diárias, semanais ou quinzenais, consideradas capazes de assegurar uma atualização informativa consistente e dinâmica, com impacto imediato no público regional.

Importa salientar que foi efetuada uma análise manual rigorosa a todos os órgãos inicialmente selecionados com base nos registos oficiais da ERC, prevalecendo sempre esta observação empírica sobre os dados registados na entidade reguladora. Foi precisamente através deste procedimento que se identificou desde logo a exclusão da “TV Barroso” (distrito de Vila Real). Embora estivesse registada na ERC como publicação periódica, a análise manual evidenciou que a mesma se apresenta, na realidade, como uma “empresa de produção de filmes, vídeos e transmissão via internet”, não correspondendo ao conceito metodologicamente definido para “jornal” e, por isso, não podendo integrar os nossos estudos de caso. Adicionalmente, a periodicidade quinzenal inicialmente identificada nos registos da ERC revelou-se, após observação direta, mensal, reforçando ainda mais a decisão definitiva da sua exclusão.

Foram identificados dois meios que cumprem os critérios de inclusão para os estudos de caso cuja denominação incluía termos como “TV” ou “Canal”—

concretamente, o "Canal N Mirandela" e o "Alto Tâmega Canal". Estes dois casos, devido à especificidade dos seus nomes, exigiram uma análise ainda mais atenta para confirmar se correspondiam ao conceito metodológico definido para "jornal". À semelhança do que aconteceu com todos os restantes media analisados, prevaleceu também aqui uma observação manual detalhada sobre os registos oficiais da ERC. Esta análise revelou que, apesar de adotarem designações habitualmente associadas a plataformas audiovisuais, ambos cumprem integralmente uma função jornalística, correspondendo sem reservas aos critérios metodológicos definidos para este estudo. Mais especificamente, verificou-se que, além de adotarem os princípios básicos do jornalismo, estes dois media destacam-se pela utilização regular do vídeo como forma de transmissão e ampliação da informação jornalística (como veremos na análise detalhada ao conteúdo das suas plataformas online mais representativas) justificando-se, assim, a sua inclusão como jornais no corpus final da investigação. Todos os restantes órgãos online incluídos na seleção não suscitaram qualquer ambiguidade ou necessidade de esclarecimento adicional. Por esta razão, não se considerou necessário detalhar a sua análise individualmente, uma vez que, desde o início, cumpriram inequivocamente todos os critérios metodológicos.

Foram selecionados 12 jornais online, 7 do distrito de Bragança e 5 do distrito de Vila Real, correspondendo a 36,4% do universo total das publicações periódicas (33) identificadas no mapeamento apresentado no capítulo 6. Embora esta percentagem possa parecer relativamente reduzida à primeira vista, é fundamental lembrar que a exclusão das restantes publicações se deve a critérios metodológicos específicos: algumas dessas publicações não selecionadas têm âmbito nacional, periodicidade superior a quinzenal, ou ainda conteúdos predominantemente doutrinários, confessionais ou institucionais, que fogem aos objetivos desta investigação. Assim, os 36,4% alcançados representam, efetivamente, a quase totalidade dos media regionais transmontanos que disponibilizam conteúdos informativos generalistas ou especializados relevantes, atualizados regularmente e direcionados especificamente às comunidades locais.

Agregando as rádios regionais, das quais foram incluídas 17 (9 do distrito de Vila Real e 8 de Bragança), o estudo final incidiu num universo total de 15 media regionais em Bragança e 14 em Vila Real, o que constituiu uma distribuição equilibrada entre os dois distritos. Esta composição evidenciou que, apesar da aparente disparidade inicial na seleção das publicações periódicas (36,4%), o resultado global do estudo refletiu, na realidade, um panorama representativo das dinâmicas informativas regionais transmontanas.

À semelhança do procedimento adotado para as rádios, e com o objetivo de clarificar e sistematizar também a operacionalização dos critérios específicos adotados na análise dos jornais transmontanos online, apresentam-se na tabela 28 os critérios adotados e os respetivos instrumentos metodológicos utilizados.

Tabela 28: Critérios específicos de análise adotados nos estudos de caso dos jornais transmontanos, instrumentos de operacionalização e métodos utilizados

N.º	Critério de análise	Instrumento utilizado	Período, frequência ou perguntas
1	Presença digital efetiva: confirmação objetiva de website próprio e/ou redes sociais associadas; identificação da plataforma digital mais representativa (com maior audiência/interação visível)	Grelha de análise 5 (anexo 21)	Observação pontual (maio de 2025)
2	Frequência e periodicidade da atualização dos conteúdos: regularidade diária ou semanal das publicações na plataforma mais representativa	Grelha de análise 6 (anexo 22)	Observação diária (1–17 maio 2025)
3	Tipos e formatos de conteúdos publicados: identificação dos formatos predominantes (textos, vídeos, áudio/podcasts, fotos); identificação dos tipos de conteúdos mais frequentes por temas (ex.: sociedade, política, economia, opinião, cultura, desporto)	Grelha de análise 6 (anexo 22)	Observação diária (1–17 maio 2025)
4	Qualidade dos conteúdos publicados: avaliação qualitativa (Alta / Média / Baixa) quanto à profundidade informativa, diversidade temática e originalidade dos conteúdos	Grelha de análise 7 (anexo 23)	Observação diária (1–17 maio 2025)
5	Interações e envolvimento editorial com o público: número de gostos, comentários, partilhas; práticas explícitas de interação visível (respostas aos leitores, caixas de participação ou perguntas ao público)	Grelha de análise 8 (anexo 24)	Observação diária (1–17 maio 2025)
6	Ano real de fundação, formato original do jornal (papel, online ou simultâneo) e contexto de inscrição oficial na ERC	Guião entrevista jornais (anexo 3)	Perguntas 1 e 2
7	Momento, razões e dificuldades associadas à migração digital do jornal	Guião entrevista	Perguntas 3 e 4

		jornais (anexo 3)	
8	Independência editorial: existência formal de mecanismos específicos e perceção sobre pressões externas e seu impacto editorial	Guião entrevista jornais (anexo 3)	Perguntas 5 e 6
9	Condições laborais nas redações: dimensão da equipa editorial e estabilidade ou precariedade das condições de trabalho	Guião entrevista jornais (anexo 3)	Perguntas 7 e 8
10	Sustentabilidade financeira atual, principais fontes de receita e modelo económico adotado	Guião entrevista jornais (anexo 3)	Perguntas 9 e 10
11	Natureza jurídica do jornal e respetivo impacto percebido sobre a autonomia editorial	Guião entrevista jornais (anexo 3)	Perguntas 11 e 12
12	Limitações infraestruturais locais (internet lenta/instável) e impacto no alcance digital percebido pelos responsáveis editoriais	Guião entrevista jornais (anexo 3)	Perguntas 13 e 14
13	Papel do jornal na valorização da identidade cultural transmontana: perceção dos responsáveis e exemplos concretos	Guião entrevista jornais (anexo 3)	Perguntas 15 e 16

Fonte: Elaboração própria

Será ainda realizada, em secção própria deste capítulo, uma análise qualitativa sobre a visão estratégica dos responsáveis editoriais dos jornais transmontanos relativamente aos desafios específicos, oportunidades emergentes e perspetivas futuras para o setor dos média regionais online. Esta análise decorrerá a partir de um conjunto complementar e específico de questões colocadas nas entrevistas (anexos 3 e 4), as quais serão posteriormente integradas numa reflexão abrangente que incluirá, também, as respostas obtidas junto dos responsáveis editoriais das rádios regionais. Serão abordados temas centrais como os principais desafios enfrentados atualmente e as perspetivas futuras, as vantagens competitivas no contexto digital e regional, bem como a perceção sobre sustentabilidade económica e independência editorial.

Além disso, será discutida criticamente a perceção dos diretores sobre a eficácia dos jornais online na resposta às necessidades informativas específicas das comunidades locais e da diáspora, incorporando também sugestões e comentários adicionais fornecidos pelos entrevistados. Desta forma, pretende-se assegurar uma

discussão crítica, integrada e fundamentada sobre o panorama atual e as perspectivas de evolução do jornalismo regional digital em Trás-os-Montes.

A observação realizada, tanto diária como pontual, baseou-se igualmente em grelhas de análise organizadas. Estas grelhas foram sendo preenchidas ao longo do período indicado, assegurando a consistência da recolha de dados e originando um conjunto de dados empíricos, cuja apresentação será agora feita detalhadamente nos segmentos seguintes.

As opções metodológicas tomadas garantiram que a análise realizada fosse simultaneamente qualitativa e quantitativa, seguindo as recomendações metodológicas para estudos de caso exploratórios. O recurso a instrumentos diversificados — nomeadamente, grelhas específicas para observação direta diária e pontual, guiões estruturados de entrevista aos responsáveis editoriais, e análise documental — procurou assegurar uma triangulação metodológica adequada. A inclusão de avaliações qualitativas simplificadas (Alta, Média, Baixa) para medir a qualidade, robustez e diversidade temática dos conteúdos favoreceu a objetividade da análise, tornando os resultados facilmente compreensíveis.

A seleção dos aspetos analisados, tais como a presença digital efetiva, a frequência e periodicidade da atualização, os tipos e formatos predominantes de conteúdos publicados, a qualidade e profundidade informativa, as práticas explícitas de interação editorial com o público, bem como critérios obtidos através das entrevistas (como a sustentabilidade financeira, autonomia editorial, condições laborais, impacto das limitações infraestruturais regionais, e o papel na valorização comunitária e cultural da região), refletiu diretamente as dinâmicas informativas e sociais específicas da região transmontana, foco central desta investigação.

Embora os critérios definidos para a análise dos jornais regionais online sejam próximos dos utilizados para as rádios regionais, existem diferenças metodológicas intencionais justificadas pelas características específicas destes dois tipos de media. No caso das rádios, valorizaram-se aspetos como o contexto histórico de fundação (existência prévia como rádios piratas), a propriedade institucional (frequentemente municipal ou associativa) e questões específicas relacionadas com o alcance territorial e

infraestruturas técnicas locais. Por outro lado, na análise dos jornais regionais online deu-se maior ênfase à presença digital efetiva, à regularidade de atualização e às estratégias editoriais concretas de interação e envolvimento quotidiano com os leitores. Esta diferença decorre naturalmente da natureza própria dos jornais digitais, cujo modelo informativo, mais orientado para conteúdos interativos e multimédia (textos, vídeos próprios, galerias fotográficas, podcasts, infografias e transmissões em direto), exigiu uma análise mais detalhada e contínua das práticas digitais e das dinâmicas de interação direta e diária com a audiência regional e local.

À semelhança do que foi já decidido e explicitado relativamente às rádios, todos os responsáveis editoriais dos jornais regionais selecionados para análise foram convidados formalmente a participar através da realização de entrevistas estruturadas.

É importante ainda dar nota de que os critérios metodológicos definidos refletiram diretamente as questões críticas previamente identificadas ao longo desta tese. Com efeito, foram operacionalizadas questões como o impacto das limitações infraestruturais regionais, as estratégias editoriais para públicos seniores e diáspora, a sustentabilidade financeira dos órgãos, a independência editorial e as condições laborais dos jornalistas, aspetos identificados especificamente nos capítulos anteriores (capítulos 4, 5, 6 e 7). Assim, a análise empírica realizada nos estudos de caso pretendeu não só descrever a realidade mediática transmontana, mas também responder concretamente aos desafios identificados, assegurando uma investigação integrada. Reconhecem-se, contudo, limitações naturais à obtenção de informação qualitativa detalhada, como constrangimentos de colaboração por parte dos responsáveis editoriais. Ainda assim, foram adotados procedimentos metodológicos (observação direta e entrevistas) preparados para minimizar esses constrangimentos, assegurando resultados esclarecedores.

Em seguida, os resultados empíricos serão apresentados de forma estruturada e segmentada: primeiro, serão analisados os resultados transversais obtidos para as rádios online, iniciando-se pelos dados recolhidos através da observação diária e pontual, seguindo-se a análise qualitativa das entrevistas aos responsáveis editoriais. Posteriormente, será adotada a mesma estrutura na apresentação dos resultados

empíricos relativos aos jornais online. Por questões relacionadas com a extensão desta tese, optou-se por apresentar no corpo principal apenas as informações essenciais devidamente sintetizadas e acompanhadas por análises interpretativas.

8.2. Resultados empíricos da análise transversal das rádios online

Antes de avançarmos para a análise detalhada às rádios transmontanas, importa salientar que a investigação académica dedicada especificamente às rádios dos distritos de Vila Real e Bragança é escassa. Os estudos existentes, embora relevantes, não são particularmente atuais nem detalhados.

Os trabalhos académicos identificados centram-se sobretudo em aspetos pontuais. Por exemplo, Vinhais (2018), ao estudar a Rádio Terra Quente FM de Mirandela, sublinhou especificamente que “as rádios locais apresentam-se como importantes ferramentas sociais dentro das comunidades envolventes. Para além de preservarem hábitos e costumes, promoverem a identidade local e desenvolverem o sentimento de pertença, são veículos de informação de proximidade e tratam os ouvintes como família, resultando numa familiaridade com o público” (p. 4). A autora enfatizou ainda que “o público da Rádio Terra Quente FM é, maioritariamente, a população idosa, acabando por ser esta, ao mesmo tempo, o público-alvo da emissora” (p. 4). Estas observações encontram eco direto na nossa própria análise desenvolvida no capítulo 4, onde salientamos que os distritos estudados são precisamente aqueles com mais idosos em situação de isolamento e a viverem sozinhos, realidade confirmada pelos dados mais recentes de 2024. É interessante constatar que esta situação já era evidente em 2018, sendo corroborada agora pelos dados atualizados de 2025.

Outro estudo relevante, conduzido por Mota (2013) sobre a Rádio Universidade FM, sublinhou de forma particular as diferenças na programação musical e jornalística face às emissoras nacionais, evidenciando como esta rádio universitária promove uma identidade local própria e específica através de conteúdos académicos e culturais fortemente ligados à região de Vila Real.

Por seu turno, Santana (2009), numa análise histórica e comparativa, chamou a atenção para as dificuldades financeiras crónicas das rádios locais transmontanas,

sublinhando especialmente o peso da dependência de publicidade local e as limitações resultantes da fraca densidade populacional e económica da região. Este estudo destacou particularmente que muitas rádios locais enfrentavam, já na altura, problemas de sustentabilidade financeira agravados pela escassez de anunciantes locais, situação especialmente evidente em pequenos concelhos do interior como Vimioso e Mogadouro. Santana também enfatizou o impacto negativo da migração jovem para centros urbanos maiores, realidade que reduz significativamente o público-alvo das rádios locais e, conseqüentemente, limita ainda mais as suas receitas potenciais.

Curiosamente, muitos destes desafios apontados em 2009 mantêm-se notavelmente atuais e são também discutidos no capítulo 4 desta tese (a região), dedicado à caracterização da região transmontana em 2025, que embora elaborado em 2025, utiliza dados referentes a anos anteriores, os mais recentes disponíveis. O estudo realçou ainda a importância histórica das rádios pirata, que proliferaram em Trás-os-Montes na década de 1980, salientando o seu papel crucial na afirmação das atuais rádios locais licenciadas, particularmente na criação de uma identidade regional distintiva e no reforço do sentido comunitário entre os ouvintes locais.

Questões estruturais relevantes, como a sustentabilidade financeira, a precariedade das condições laborais e os modelos de gestão das rádios comunitárias e cooperativas, surgem pontualmente na literatura académica existente, mas carecem de aprofundamento específico para os contextos locais dos distritos de Vila Real e Bragança. Por exemplo - como já referido anteriormente nesta tese-, Midões (2020) abordou as rádios comunitárias a nível nacional, destacando especificamente a falta de um enquadramento legal adequado em Portugal, o que dificulta a sua sustentabilidade e crescimento sem, contudo, detalhar especificamente as rádios comunitárias transmontanas. Esta lacuna é preocupante, dado o potencial de intervenção social e cultural destas rádios em territórios de baixa densidade, onde a rádio pode ter um papel crítico na promoção da cidadania ativa e do desenvolvimento comunitário.

Relatórios institucionais, como os da ERC (2009) e do OberCom (2018), fornecem informações quantitativas úteis sobre audiências gerais e caracterização do setor, mas tendem a não descer ao detalhe local específico, limitando a compreensão dos

contextos singulares dos concelhos transmontanos. Como já destacado no capítulo 6, dedicado ao mapeamento dos media locais, a recente problemática dos "desertos informativos" (Jerónimo et al., 2022c), reforça a relevância das rádios locais em concelhos sem outros meios de comunicação, um cenário especialmente crítico em Trás-os-Montes, onde muitas vezes estas emissoras assumem papel único na informação local.

Apesar da pertinência dos contributos identificados, a literatura académica sobre as rádios transmontanas permanece reduzida e fragmentada, assinalando a necessidade de investigações futuras mais abrangentes e aprofundadas, sobretudo sobre rádios universitárias, comunitárias e cooperativas. A compreensão desta natureza jurídica e dos modelos de propriedade das emissoras é essencial para situar adequadamente o conteúdo produzido. Tendo em conta estas limitações, prosseguimos agora com a análise específica das rádios em estudo, procurando contribuir para colmatar, ainda que parcialmente, estas lacunas identificadas na investigação académica existente. Propomos uma análise transversal que revele dados ainda pouco explorados, com potencial para orientar estudos futuros.

A tabela 29 apresenta os resultados obtidos para os critérios específicos 1 e 2 (tabela 26) definidos na metodologia deste estudo de caso sobre as rádios regionais selecionadas para análise. Estes dois critérios foram operacionalizados através de uma observação pontual, realizada durante o mês de maio de 2025, recorrendo à respetiva grelha de análise (grelha de análise 1, anexo 17). Os resultados apresentados permitem uma identificação rápida da presença digital efetiva de cada rádio (existência de website e redes sociais), bem como a determinação objetiva do canal online mais representativo, destacando-se o número de seguidores como indicador quantitativo da relevância digital das plataformas observadas.

Tabela 29: Presença digital efetiva e canal online mais representativo das rádios transmontanas

Distrito	Rádio	Websit e ^a	Tipo de Website	Faceboo k	Outro canal digital	Canal mais representativ o	Nº Seguidore s
Vila Real	Rádio Salesiana 90.1	Sim	Institucion al	Sim	LinkedIn, YouTube, Instagram	Facebook	9,1 mil
	Alto Tâmega FM	Sim	Jornalístico	Sim	Instagram	Facebook	6,7 mil
	Universidade FM	Sim	Jornalístico	Sim	X, Instagram	Facebook	63 mil
	Rádio Voz do Marão	Sim	Apenas streaming	Sim	Não	Facebook	6,4 mil
	Rádio Montalegre	Sim	Apenas streaming	Sim	Instagram	Facebook	50 mil
	Rádio Clube Aguiarense	Sim	Jornalístico	Sim	Spotify, Instagram	Facebook	7,8 mil
	Rádio Regional de Valpaços	Sim	Jornalístico	Sim	X, Instagram	Facebook	20 mil
	Rádio Regional Sabrosa	Sim	Jornalístico	Sim	X, Instagram	Facebook	20 mil
	Chaves FM	Sim	Apenas streaming	Sim	Não	Facebook	4,4 mil
Braganç a	Rádio Onda Livre Macedense	Sim	Jornalístico	Sim	YouTube, Instagram	Facebook	21 mil
	Rádio Terra Quente	Sim	Apenas streaming	Sim	Não	Facebook	25 mil
	Rádio Vinhais	Sim	Apenas streaming	Sim	Não	Facebook	2,3 mil
	Rádio Ansiães	Sim	Jornalístico	Sim	Não	Facebook	14 mil
	Rádio Torre de Moncorvo	Sim	Apenas streaming	Sim	Não	Facebook	1,3 mil
	Rádio Brigantia	Sim	Jornalístico	Sim	X, YouTube, Instagram	Facebook	30 mil
	Rádio Regional Vimioso	Sim	Jornalístico	Sim	X, Instagram	Facebook	20 mil
	Rádio Regional (Vinhais)	Sim	Jornalístico	Sim	X, Instagram	Facebook	20 mil

a) A lista completa com os endereços eletrónicos do site e do Facebook de cada jornal (se aplicável) pode ser consultada no anexo 6.

Fonte: Elaboração própria

Verificou-se que todas as rádios analisadas possuem presença digital efetiva, através de websites próprios, embora nem todos sejam igualmente relevantes do ponto de vista jornalístico. Alguns destes websites têm conteúdo mais sólido e atualizado frequentemente (caso das rádios classificadas como “Jornalístico/conteúdos”), enquanto outros se limitam ao *streaming* da emissão ou possuem conteúdos institucionais básicos, sem uma forte componente informativa. Nestes últimos casos, o conteúdo jornalístico está presente sobretudo nas redes sociais, especialmente no *Facebook*.

De facto, a rede social *Facebook* destacou-se como o canal mais representativo em todas as rádios observadas, sendo a plataforma preferencial para publicação diária de conteúdos informativos, atualizações frequentes e interação regular com a audiência local e regional. É também através desta rede social que as rádios apresentam os números mais expressivos de seguidores. Neste contexto, destaca-se a Universidade FM (Vila Real), com 63 mil seguidores, assumindo-se como a rádio com maior alcance digital entre as analisadas. Seguem-se com destaque a Rádio Montalegre (50 mil seguidores) e a Rádio Brigantia (30 mil seguidores), ambas com audiências digitais bastante significativas.

Os resultados sugerem uma possível relação entre o número mais elevado de seguidores e o investimento na qualidade jornalística dos conteúdos disponibilizados online. Por exemplo, a Universidade FM, que apresenta a audiência digital mais expressiva (63 mil seguidores), é precisamente uma das rádios classificadas como oferecendo conteúdos jornalísticos mais robustos. Este dado parece sugerir que as audiências locais valorizam, de facto, conteúdos jornalísticos mais consistentes e frequentes, um aspeto relevante a explorar em análises futuras.

Ao analisar separadamente os resultados dos distritos de Vila Real e Bragança, não se verificam disparidades significativas entre as duas regiões quanto à presença digital ou ao tipo predominante de conteúdos disponibilizados. Contudo, nota-se uma ligeira predominância no número de seguidores no distrito de Vila Real, impulsionada sobretudo pelo desempenho digital da Universidade FM. Não podemos deixar de considerar que este dado poderá estar relacionado com a presença da UTAD em Vila

Real, uma vez que esta rádio está diretamente associada aos estudantes e ao ambiente académico local. Em contraste, apesar da existência do Instituto Politécnico em Bragança, não foi identificada nesta cidade uma rádio equivalente ou explicitamente dedicada à comunidade estudantil. Esta particularidade poderá justificar parcialmente as diferenças registadas e merece uma análise mais aprofundada noutras etapas deste estudo.

Observa-se ainda uma situação particular relevante: quatro rádios distintas (Rádio Regional de Valpaços, Rádio Regional Sabrosa, Rádio Regional Vimioso e Rádio Regional de Vinhais) remetem para o mesmo website e para a mesma página no *Facebook*, indiciando pertencerem ao mesmo grupo editorial. Este aspeto pode ter implicações na diversidade temática e na pluralidade informativa oferecida às comunidades locais abrangidas por estas rádios.

Quanto às outras redes sociais, o *Instagram* revela uma presença relativamente transversal, estando quase sempre associado às rádios que possuem uma presença forte no *Facebook*, embora apresente níveis de interação e números de seguidores muito inferiores, com atualizações geralmente esporádicas e conteúdo replicado. A rede social *X* (antigo *Twitter*) surge em algumas rádios, sobretudo naquelas que apresentam websites com uma maior robustez jornalística, sugerindo uma estratégia editorial orientada para a atualidade noticiosa mais imediata. Esta presença na rede *X* pode também indicar um interesse específico na captação de um público mais segmentado, que privilegia conteúdos breves, concisos e informativos, ajustados ao formato característico desta plataforma, onde o espaço de comunicação é limitado por um número reduzido de caracteres. Contudo, importa destacar que, apesar desta segmentação, a expressão da rede *X* permanece bastante limitada quando comparada ao alcance mais amplo e generalista do *Facebook*. Já o *LinkedIn* aparece apenas uma vez, no caso da Rádio Salesiana 90.1, e com uma expressão residual, praticamente inexistente.

É também relevante destacar que, em quase todos os casos analisados, os nomes utilizados nas redes sociais coincidem exatamente com o nome oficial das rádios. A única exceção é a Rádio Salesiana 90.1, cujas redes sociais aparecem identificadas

genericamente como “Salesianos”, sem uma referência direta à rádio, o que pode indicar uma estratégia editorial digital mais institucional, focada numa identidade mais ampla do que propriamente na rádio em si.

A predominância do *Facebook* como principal plataforma digital utilizada pelas rádios estudadas pode levantar preocupações relativamente à dependência excessiva desta rede social. As mudanças frequentes nas políticas internas e nos algoritmos da plataforma poderão afetar negativamente o alcance futuro destes meios locais, implicando riscos estratégicos importantes.

De seguida, na tabela 30, são apresentados os resultados dos critérios específicos 3 e 4 (tabela 26), referentes à frequência, periodicidade e diversidade temática predominante das publicações realizadas pelas rádios regionais em observação. A análise decorreu entre os dias 1 e 17 de maio de 2025 (grelha de análise 2, anexo 18).

Para efeitos de clareza metodológica e aprofundamento individualizado dos resultados, optou-se por apresentar, em primeiro lugar, os dados técnicos devidamente agregados e sintetizados numa tabela, com separação rádio a rádio. Em seguida, e no final dessa mesma tabela, são apresentadas observações descritivas complementares, também devidamente identificadas rádio a rádio, resultantes do período global de monitorização diária efetuado.

Convém clarificar que, nesta análise, o termo frequência se refere ao número relativo de publicações efetuadas (alta, média ou baixa), enquanto a periodicidade diz respeito ao padrão ou ritmo das publicações (diária, quase diária, regular ou esporádica).

Importa ainda salientar que os resultados apresentados são exclusivos do período específico em análise, pelo que outros períodos observados poderiam levar a conclusões diferentes. Deste modo, uma rádio com baixa frequência de publicação neste intervalo não implica necessariamente um comportamento semelhante noutros períodos, dado que estes resultados dependem de múltiplos fatores circunstanciais e editoriais.

Tabela 30: Características das rádios transmontanas

Nº	Distrito	Rádio	Frequência	Periodicidade	Formato predominante	Formatos adicionais relevantes	Secção temática predominante
1	Vila Real	Rádio Salesiana 90.1	Média	Regular (não diária)	Texto + Imagem	Vídeo, Link externo	Sociedade / Institucional / Religioso
2		Alto Tâmega FM	Alta	Quase diária	Texto + Imagem	Links externos	Sociedade / Informação local / Meteorologia
3		Universidade FM	Alta	Diária	Texto + Imagem	Áudio/Podcast, Vídeo	Sociedade / Académico / Informação local
4		Rádio Voz do Marão	Alta	Quase diária	Texto + Imagem	Vídeo	Sociedade / Eventos locais / Desporto
5		Rádio Montalegre	Alta	Diária	Texto + Link + Imagem	Vídeo (transmissões ao vivo)	Sociedade / Informação local / Eventos
6		Rádio Clube Aguiarense	Média	Regular (não diária)	Texto + Imagem + Link	Áudio/Podcast	Política / Sociedade / Desporto
7		Rádio Regional de Valpaços / Rádio Regional Sabrosa ^a	Alta	Diária	Texto + Imagem + Link	Vídeo (transmissões ao vivo)	Política / Sociedade / Desporto
8		Rádio Chaves FM	Alta	Quase diária	Texto + Imagem	Vídeo	Sociedade / Cultura / Desporto
9	Bragança	Rádio Onda Livre Macedense	Baixa	Esporádica	Texto + Link + Imagem	Vídeo, Áudio externo	Sociedade / Cultura / Institucional
10		Rádio Terra Quente FM	Alta	Diária	Texto + Imagem	Vídeo	Sociedade / Política local / Desporto
11		Rádio Vinhais	—	—	—	—	—
12		Rádio Ansiães	Alta	Quase diária	Texto + Imagem	Vídeo (transmissões ao vivo), Áudio	Sociedade / Eventos locais / Informação

1 3		Rádio Torre de Moncorvo	Média	Regular (não diária)	Texto + Imagem	–	Sociedade / Eventos locais / Cultura
1 4		Rádio Brigantia	Alta	Quase diária	Texto + Imagem + Link	Vídeo (transmissões ao vivo), Áudio	Sociedade / Eventos locais / Informação
1 5		Rádio Regional de Vimioso / Rádio Regional ^b	Alta	Diária	Texto + Imagem + Link	Vídeo (transmissões ao vivo)	Política / Sociedade / Desporto

a) Os resultados apresentados dizem respeito ao mesmo perfil de *Facebook* ("Rádio Regional"), que engloba ambas as rádios Valpaços, Sabrosa, Vimioso e Regional.

b) Os resultados apresentados dizem respeito ao mesmo perfil de *Facebook* ("Rádio Regional"), que engloba ambas as rádios Valpaços, Sabrosa, Vimioso e Regional.

Fonte: Elaboração própria

Observações relevantes:

(1) **Rádio Salesiana 90.1:** conteúdos orientados para datas comemorativas e eventos especiais da comunidade salesiana, sobretudo ligados à espiritualidade e à juventude. Publicações destacadas por mensagens reflexivas e devocionais acompanhadas de imagens religiosas e familiares. Estratégia editorial focada em promover interação com a comunidade educativa e religiosa, com publicações espaçadas e relacionadas a ocasiões específicas, como o mês mariano, Dia da Mãe, Dia da Família e eventos juvenis em Fátima. Não houve utilização direta de áudio/podcasts apesar da associação à rádio, preferindo o recurso visual (imagem e vídeo) para envolver a audiência.

(2) **Alto Tâmega FM:** forte consistência nas publicações em dias úteis, destacando-se pela regularidade nas previsões meteorológicas com gráficos detalhados e informativos. Notável ausência de atividade aos fins de semana e feriados, refletindo uma estratégia editorial direcionada para a rotina diária dos seguidores. Conteúdos essencialmente visuais, simples e diretos, com poucos formatos multimédia diversificados (ausência de vídeos e áudio). Notícias locais frequentemente acompanhadas de links externos para o site da rádio ou parceiros locais, garantindo um serviço informativo útil e direto à comunidade local.

(3) **Universidade FM:** dinâmica editorial consistente, com publicações diárias e múltiplas atualizações por dia, incluindo fins de semana. Destaque especial para cobertura exhaustiva de eventos académicos (como a Queima das Fitas e Cortejo Académico) e locais, enriquecida por fotos atrativas e reportagens audiovisuais ocasionais. Forte aposta na publicação diária de podcasts, nomeadamente o "Notícias UFM" e a rubrica de opinião "Reparo do Dia", demonstrando um compromisso claro com a produção jornalística diária e conteúdos de qualidade que apelam tanto à comunidade académica como ao público geral.

(4) **Rádio Voz do Marão:** atualizações frequentes e consistentes, com conteúdo praticamente diário, inclusive aos fins de semana para cobertura de eventos desportivos

locais. Predominam *posts* de imagens ilustrativas de eventos comunitários e culturais, proporcionando boa visibilidade às atividades regionais. Uso pontual, mas significativo, de vídeos com grande alcance visual e apelo emotivo (curiosidades sobre animais e cobertura especial). Publicações puramente textuais ou de áudio não foram comuns, indicando preferência por conteúdos visuais que garantem interação e proximidade com a comunidade local.

(5) **Rádio Montalegre:** dinâmica regular, com conteúdo diário sem qualquer interrupção durante o período analisado. Frequente utilização de links externos para notícias detalhadas no website, enriquecidos por imagens ilustrativas. Destaque especial para o uso significativo e regular de vídeos, principalmente transmissões ao vivo, que alcançaram dezenas de milhares de visualizações, evidenciando forte interação comunitária. Não foram publicados conteúdos exclusivamente em áudio, privilegiando uma estratégia multimídia robusta e envolvente com forte enfoque em eventos e informações municipais.

(6) **Rádio Clube Aguiarense:** estratégia de publicação concentrada em eventos específicos e cobertura política local, com várias atualizações semanais mas não diárias. Utilização consistente do formato de texto informativo associado a imagens ilustrativas e links para conteúdos mais aprofundados no site próprio. Presença significativa de divulgação de programas de áudio externos, nomeadamente podcasts sobre política ("Visão Ampla") e desporto ("Linha de Ataque"), destacando-se pela qualidade dos conteúdos de comentário e análise. Ausência notória de vídeo ou transmissões ao vivo durante o período analisado.

(7) **Rádio Regional de Valpaços / Rádio Regional Sabrosa:** elevada dinâmica de publicação, com múltiplos conteúdos diários, destacando-se a cobertura consistente e diversificada de notícias regionais, nacionais e eventos desportivos com transmissões ao vivo frequentes. Conteúdos maioritariamente partilhados em formato texto com imagem e links para artigos detalhados.

(8) **Rádio Chaves FM:** frequência regular e quase diária, com publicações consistentes durante a semana e pausas pontuais aos fins de semana. Destaque para o uso abundante e eficaz de imagens promocionais e informativas relacionadas a eventos culturais e desportivos locais. Utilização frequente e impactante de vídeos curtos para cobertura noticiosa e eventos especiais, resultando em visualizações elevadas e forte envolvimento comunitário. Ausência de conteúdos exclusivamente em áudio ou uso de links externos, demonstrando preferência por conteúdo multimídia diretamente inserido na plataforma *Facebook*.

(9) **Rádio Onda Livre Macedense:** publicações irregulares e pouco frequentes, aproximadamente duas a três vezes por semana, com vários dias consecutivos sem atividade. Predomínio claro de conteúdos informativos breves com links externos para o site oficial da rádio. Uso pontual de vídeos, incluindo conteúdos próprios como reportagens locais no segmento "Onda Livre TV". Ausência de áudio direto ou podcasts publicados nativamente no *Facebook*, embora alguns *posts* encaminhem os utilizadores para conteúdos áudio no site oficial. Estratégia editorial focada em eventos locais e

datas comemorativas, refletindo uma comunicação de carácter comunitário e institucional.

(10) **Rádio Terra Quente FM:** frequência elevada com publicações praticamente diárias, sobretudo nos dias úteis, mantendo forte regularidade editorial com poucas interrupções. Predomínio claro do formato texto com imagens ilustrativas, abordando principalmente temas relacionados com a vida política local, eventos comunitários e notícias desportivas. Uso estratégico e ocasional de vídeos curtos para comunicação urgente ou informativa (por exemplo, avisos meteorológicos). Ausência de conteúdos exclusivamente áudio ou podcasts diretamente publicados na plataforma, preferindo uma abordagem visual e direta para comunicar com a comunidade local.

(11) **Rádio Vinhais:** não foi registada qualquer publicação no *Facebook* entre 1 e 17 de maio de 2025. Na verdade, a última publicação disponível datava de 16 de abril. O website oficial encontrava-se em manutenção, impossibilitando o acesso a qualquer tipo de conteúdo adicional ou recente neste período, indicando uma ausência total de atividade digital relevante.

(12) **Rádio Ansiães:** forte regularidade nas publicações, mantendo um ritmo quase diário especialmente em dias úteis, com conteúdos informativos frequentes e abrangentes. Estratégia multimédia dinâmica, destacando-se o uso recorrente de transmissões ao vivo e vídeos gravados em eventos comunitários e desportivos locais, frequentemente atingindo grande audiência. Áudio menos presente, embora ocasionalmente partilhado através de podcasts disponíveis no site oficial da rádio. Em geral, conteúdo rico e diversificado, com predominância de temas comunitários e noticiosos, evidenciando uma aproximação consistente à comunidade local.

(13) **Rádio Torre de Moncorvo:** estratégia editorial centrada em eventos pontuais e datas comemorativas locais, com publicações regulares, mas não diárias. Predomínio absoluto do formato imagem acompanhada por texto, principalmente para divulgação de eventos como a Feira Medieval e iniciativas culturais comunitárias. Não houve utilização de vídeos, transmissões ao vivo ou conteúdos áudio diretamente no *Facebook* neste período. A atividade digital da rádio foi orientada por ocasiões especiais e iniciativas culturais, apresentando lacunas em dias sem eventos específicos.

(14) **Rádio Brigantia:** forte dinâmica editorial com atualizações quase diárias, incluindo atividade frequente nos fins de semana. A rádio privilegiou a publicação de notícias regionais acompanhadas por imagens ilustrativas e links para conteúdos detalhados no seu website. Destacou-se também pelo uso pontual mas relevante de vídeos em transmissões ao vivo de eventos locais importantes, com significativo envolvimento do público. O uso de áudio/podcast ocorreu ocasionalmente, destacando-se a rubrica humorística "Tio Aurélio", indicando uma estratégia diversificada para cativar diferentes segmentos da audiência.

(15) **Rádio Regional de Vimioso / Rádio Regional:** elevada dinâmica de publicação, com múltiplos conteúdos diários, destacando-se a cobertura consistente e diversificada de notícias regionais, nacionais e eventos desportivos com transmissões ao vivo frequentes. Conteúdos maioritariamente partilhados em formato texto com imagem e links para artigos detalhados.

Apresenta-se, seguida, na tabela 31 a avaliação qualitativa atribuída aos conteúdos publicados pelas rádios em análise no período compreendido entre 1 e 17 de maio de 2025 (critério 5, tabela 26).

Para facilitar a leitura e interpretação da tabela, esclarece-se que, para avaliar a qualidade dos conteúdos publicados, existem vários critérios que podem ser considerados, não se esgotando nos escolhidos para este estudo. Optámos pelos critérios que, no nosso entender, se revelaram mais adequados ao contexto específico desta investigação, mas outros critérios poderiam igualmente ser válidos numa avaliação semelhante.

Os conteúdos classificados como “alta” qualidade correspondem a publicações diversificadas, originais, regularmente atualizadas e com uma profundidade informativa significativa, revelando um esforço das rádios em fornecer conteúdos enriquecidos. Já a classificação de “média” indica conteúdos com qualidade geral satisfatória, embora se registem limitações em termos de diversidade temática ou regularidade nas atualizações. Por fim, os conteúdos classificados com “baixa” qualidade revelam-se menos diversificados, superficialmente abordados e com reduzida originalidade ou profundidade (grelha de análise 3, anexo 19).

Tabela 31: Qualidade dos conteúdos publicados pelas rádios transmontanas

Distrito	Rádio	Qualidade dos conteúdos
Vila Real	Rádio Salesiana 90.1	Média
	Alto Tâmega FM	Média
	Universidade FM	Alta
	Rádio Voz do Marão	Média
	Rádio Montalegre	Alta
	Rádio Clube Aguiarense	Alta
	Rádio Regional de Valpaços / Sabrosa ^a	Alta
	Chaves FM	Média
Bragança	Rádio Onda Livre Macedense	Alta
	Rádio Terra Quente FM	Alta
	Rádio Vinhais	— ^b
	Rádio Ansiães	Alta
	Rádio Torre de Moncorvo	Média
	Rádio Brigantia	Média /Alta
	Rádio Regional de Vimioso / Rádio Regional ^c	Alta

- a) Resultados agregados das rádios pertencentes ao grupo Rádio Regional, devido à partilha integral de conteúdos.
- b) Não foi possível avaliar devido à ausência de publicações no período analisado.
- c) Resultados agregados das rádios pertencentes ao grupo Rádio Regional, devido à partilha integral de conteúdos.

Fonte: Elaboração própria

Entre as rádios com avaliação qualitativa alta destaca-se, por exemplo, a Universidade FM, que apresentou conteúdos originais e robustos, com uma diversidade temática significativa, incluindo reportagens aprofundadas sobre eventos académicos como a Queima das Fitas e o Cortejo Académico, entrevistas políticas relevantes e conteúdos desportivos detalhados, enriquecidos com produção própria e podcasts exclusivos.

Igualmente assinalável pela sua qualidade é a Rádio Montalegre, com cobertura e transmissões ao vivo de eventos locais, tais como provas desportivas e iniciativas culturais. Um exemplo é a transmissão integral do "Trail Running" local, evidenciando amplitude informativa e interesse comunitário.

Outra rádio com avaliação alta foi a Rádio Regional (Valpaços, Sabrosa, Vimioso), que apresentou conteúdos variados como transmissões em direto de jogos de futebol locais e nacionais, complementados com análises detalhadas e entrevistas exclusivas, garantindo elevada profundidade e originalidade.

Entre as rádios com classificação média encontra-se a Alto Tâmega FM, que apesar de manter uma boa regularidade informativa com temas variados como eventos locais e notícias desportivas, apresentou conteúdos menos aprofundados e mais sucintos.

Também com classificação média está a Rádio Voz do Marão, que apresentou variedade temática, mas frequentemente limitada a conteúdos breves e informativos, sem maior desenvolvimento analítico ou entrevistas detalhadas.

A Rádio Brigantia obteve uma avaliação média /alta, destacando-se pela diversidade temática, abordando assuntos relevantes como segurança pública, economia regional e questões ambientais, embora com conteúdo habitualmente breve devido ao formato típico das redes sociais.

Em termos gerais, verifica-se que todas as rádios analisadas, independentemente da frequência ou volume de publicações, demonstram um esforço claro em captar a atenção do público através de conteúdos sempre acompanhados por imagens ou links, procurando oferecer publicações completas e visualmente apelativas. Predomina o recurso a pequenos textos introdutórios, seguidos de hiperligações para os respetivos websites, onde se encontra a notícia completa.

De facto, grande parte do conteúdo publicado no *Facebook* corresponde diretamente ao alojado nos sites oficiais das rádios, revelando-se essencialmente uma plataforma dinâmica de partilha dos conteúdos originais. Apenas excecionalmente, como nas transmissões ao vivo de jogos de futebol, o conteúdo é exclusivo da rede social. Observa-se ainda que algumas notícias são reproduzidas por várias rádios com ligeiras variações de título ou enquadramento, evidenciando uma linha editorial semelhante em determinados dias.

Não se registaram formatos particularmente inovadores ou diferenciados, sendo o conteúdo essencialmente local, com uma ampla variedade temática que inclui desde questões sociais, políticas e desportivas até assuntos relacionados com câmaras municipais, igrejas, associações e iniciativas solidárias. A utilização frequente de títulos em maiúsculas é visivelmente uma estratégia para captar atenção imediata do público.

A seguir apresentam-se os resultados sintetizados do critério 6 (tabela 26) avaliados qualitativamente com base na frequência de comentários, gostos e partilhas observados nas publicações das rádios regionais (grelha de análise 4, anexo 20). Dado o elevado volume de dados, optou-se por uma apresentação sintética que destaca as principais tendências gerais identificadas e os conteúdos mais relevantes em termos de envolvimento.

Para a análise específica das interações do público nas redes sociais, partimos das secções temáticas predominantes previamente identificadas na tabela 30.

Para aprofundar a compreensão sobre quais os conteúdos específicos que geraram maior interação por parte dos utilizadores, procedeu-se a uma subdivisão das secções temáticas predominantes em subsecções mais específicas. Esta subdivisão teve por base as três publicações que registaram maior envolvimento em cada rádio, dentro

das secções temáticas predominantes durante o período analisado. Assim, para cada uma das rádios analisadas, os três conteúdos que mais interação suscitaram foram classificados dentro destas subsecções específicas, reconhecendo-se, naturalmente, que secções mais amplas como, por exemplo, "sociedade", comportam uma diversidade significativa de conteúdos, diferenciáveis em domínios temáticos específicos.

Na tabela 32, é possível observar como foram estruturadas estas subsecções temáticas específicas identificadas, enquanto no gráfico 40 as percentagens ilustram diretamente a frequência relativa de cada subsecção, considerando, então, três conteúdos por cada rádio. Optou-se deliberadamente por não separar os resultados por distrito, contrariamente ao procedimento adotado nos critérios anteriores. Esta decisão foi intencional, fundamentada pela percepção de que, para este critério específico, essa divisão não traria ganhos analíticos significativos.

Tabela 32: Relação entre as secções temáticas predominantes e as subsecções temáticas específicas com base nos três conteúdos de maior interação

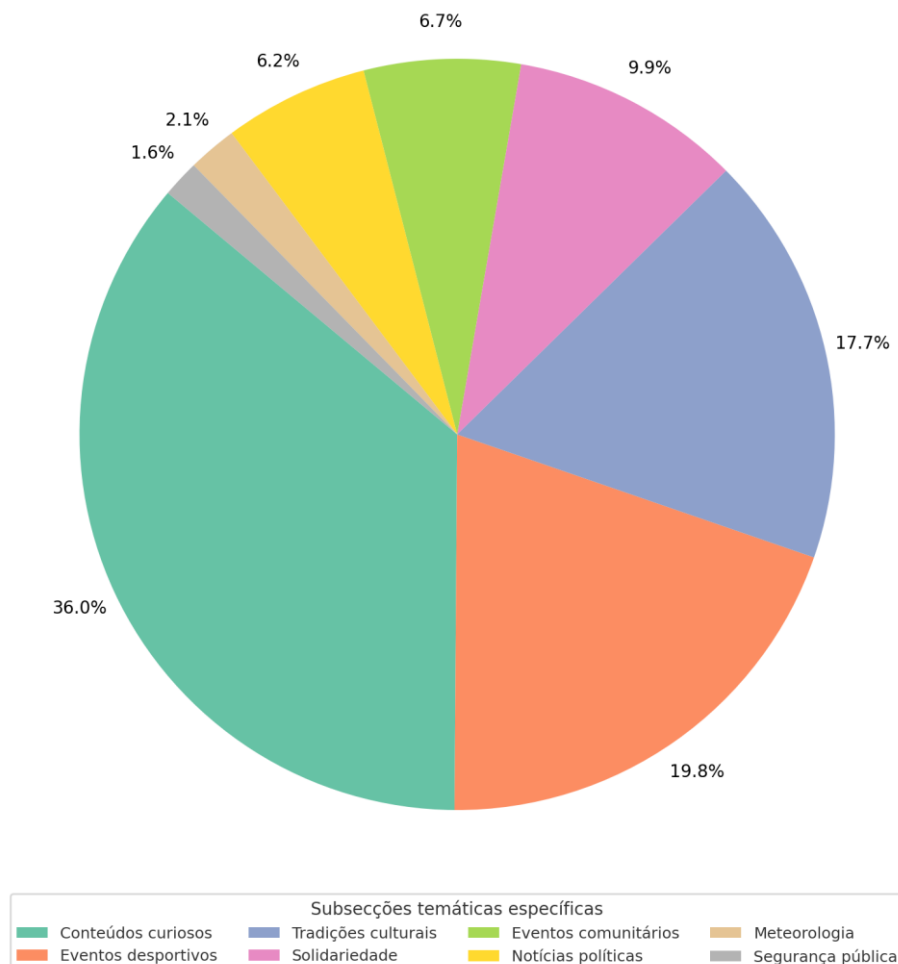
Secções temáticas predominantes <i>(de acordo com a tabela 30)^a</i>	Subsecções temáticas específicas
• Sociedade	- Campanhas sociais e solidárias - Conteúdos curiosos ou de interesse geral comunitário
• Eventos	- Eventos de interesse geral da comunidade ^b
• Informação • Política • Institucional • Informação local	- Notícias políticas e institucionais locais - Ocorrências policiais e de segurança pública
• Cultura • Religioso	- Tradições culturais ou religiosas
• Desporto	- Eventos desportivos e conquistas desportivas locais
• Meteorologia	- Fenómenos meteorológicos ou condições climáticas

a) Para efeitos de clareza metodológica e de apresentação visual simplificada, algumas secções temáticas predominantes foram agrupadas sempre que partilhavam subsecções temáticas específicas semelhantes ou idênticas, evitando, desta forma, redundâncias ou repetições desnecessárias na apresentação dos resultados.

b) Para efeitos desta categorização, entendeu-se por "Eventos de interesse geral da comunidade" aqueles que não têm uma ligação explícita a tradições culturais ou religiosas específicas, correspondendo sobretudo a acontecimentos sociais pontuais ou não periódicos. Pelo contrário, a subsecção "Tradições culturais ou religiosas" refere-se explicitamente a eventos periódicos ou recorrentes que estão ligados a tradições culturais, religiosas ou populares estabelecidas e reconhecidas localmente.

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 40: Distribuição percentual das subsecções temáticas específicas dos conteúdos com maior interação nas rádios transmontanas



Nota: para efeitos de clareza visual do gráfico, adotaram-se designações sintéticas relativamente às subsecções temáticas específicas originalmente apresentadas na tabela 32. Assim:

"Conteúdos curiosos" corresponde à subsecção temática específica "Conteúdos curiosos ou de interesse geral comunitário";

"Eventos desportivos" refere-se a "Eventos desportivos e conquistas desportivas locais";

"Tradições culturais" corresponde à subsecção "Tradições culturais ou religiosas";

"Solidariedade" refere-se especificamente a "Campanhas sociais e solidárias";

"Eventos comunitários" corresponde a "Eventos de interesse geral da comunidade";

"Notícias políticas" refere-se a "Notícias políticas e institucionais locais";

"Meteorologia" corresponde a "Fenómenos meteorológicos ou condições climáticas";

"Segurança pública" diz respeito à subsecção "Ocorrências policiais e de segurança pública".

Fonte: Elaboração própria

A análise detalhada dos dados apresentados no gráfico revela que, no conjunto dos conteúdos que suscitaram maior interação por parte dos utilizadores nas rádios analisadas, predominam os conteúdos curiosos ou de interesse geral comunitário, seguindo-se eventos desportivos locais e tradições culturais ou religiosas. Em destaque encontram-se ainda as campanhas sociais e solidárias e eventos comunitários gerais. Os conteúdos relacionados com notícias políticas locais, meteorologia e ocorrências policiais ou de segurança pública também constam entre os que geraram mais interação, embora com percentagens mais baixas relativamente aos anteriores.

Entre alguns exemplos concretos destaca-se a transmissão ao vivo da "IV Meia Maratona das Cantarinhas", realizada pela Rádio Brigantia, com mais de 47 mil visualizações, e o apelo solidário para a menina Luana, diagnosticada com leucemia, que se tornou viral localmente devido à forte repercussão emocional, evidenciada por múltiplas partilhas e comentários de apoio e solidariedade.

A Rádio Terra Quente FM obteve grande envolvimento com a notícia sobre a presidência temporária da Câmara de Mirandela, gerando intensas discussões locais. Outro conteúdo de enorme sucesso nesta rádio foi o título nacional conquistado pelo atleta mirandense Rui Borges, com aproximadamente 2,1 mil gostos e 95 partilhas, mostrando o orgulho e a identificação da comunidade com os feitos dos seus conterrâneos.

Na Rádio Clube Aguiarense, o *post* sobre os peregrinos de Vila Pouca de Aguiar a caminho de Fátima destacou-se pelo seu forte apelo comunitário e emocional, recebendo cerca de 100 gostos, 20 comentários e 15 partilhas, demonstrando o envolvimento profundo dos habitantes locais com tradições religiosas e culturais (capítulo 4). A transmissão em direto do jogo entre Sabroso e Pedras Salgadas gerou vários comentários e partilhas, confirmando o interesse da comunidade em eventos desportivos locais (capítulo 5).

A Universidade FM teve também um elevado envolvimento através da celebração do Sporting Campeão em Vila Real, refletindo a relevância do desporto enquanto elemento mobilizador.

Por outro lado, a Rádio Alto Tâmega FM evidenciou um bom envolvimento com notícias desportivas locais, como a convocatória ou jogos do GD Chaves, com várias dezenas de gostos, comentários encorajadores e partilhas, mostrando a preferência da comunidade por assuntos desportivos e conquistas regionais.

A Rádio Onda Livre Macedense obteve destaque com a cobertura da "XV Feira do Vinho & Morangos" em São Pedro Velho, revelando interesse comunitário com várias partilhas que difundiram amplamente este evento tradicional.

Destaca-se também a Rádio Regional, Valpaços, Sabrosa e Vimioso, com uma matéria de interesse regional sobre uma investigação policial em Bragança que envolveu muitas reações devido à preocupação local sobre temas de segurança e justiça.

Estas interações demonstram que os conteúdos capazes de gerar maior envolvimento são predominantemente aqueles relacionados com acontecimentos locais significativos, desporto regional e causas comunitárias ou solidárias, reforçando a identidade local e o sentimento de proximidade com as populações abrangidas pelas rádios. Os resultados sugerem que quanto mais próximos e emocionalmente relevantes são os temas para a comunidade, maior tende a ser a resposta e o envolvimento por parte dos utilizadores nas redes sociais. Esta forte ligação emocional aos temas locais evidencia precisamente aquilo que destacámos na abertura desta secção: o papel fundamental das rádios enquanto agentes ativos na construção e na manutenção do sentimento de pertença comunitária e da identidade regional.

Confirma-se o que já havia sido identificado no capítulo 5 (consumo mediático em Trás-os-Montes), onde o público expressou uma preferência por conteúdos que refletissem a proximidade, os rostos conhecidos, as tradições e as realidades das suas próprias terras. Neste capítulo, verifica-se que as rádios regionais procuram corresponder a esta preferência do público através de conteúdos centrados na comunidade, embora se perceba que a exigência do público pode ser, muitas vezes, não apenas por uma maior frequência deste tipo de publicações, mas também por conteúdos de qualidade mais elevada, mais aprofundados e diversificados. Ainda assim, é essencial destacar que existe, efetivamente, um esforço evidente por parte das rádios em satisfazer esta expectativa de proximidade e relevância local.

Importa deixar a nota, ainda que breve: embora o foco central desta investigação não contemple, de forma direta e detalhada, a análise às dinâmicas interativas entre os meios regionais e o seu público, emergiu um ponto relevante na observação realizada ao critério número 6. Durante a análise dos conteúdos com maior envolvimento por parte das audiências, constatámos que praticamente não existem respostas, *feedback* ou iniciativas concretas das rádios regionais dirigidas às manifestações e expressões emocionais dos seus públicos. Esta ausência de interação — que já havia sido evidenciada no capítulo 5 sobre consumo mediático, através das declarações dos habitantes da região, ao afirmarem que frequentemente não recebiam retorno das suas interações — volta agora a confirmar-se. De forma geral, as rádios parecem “deixar o público a falar sozinho”, negligenciando a oportunidade de estabelecer diálogos produtivos e relacionamentos sólidos com as comunidades locais.

Esta ausência de resposta e interação não pode ser atribuída a limitações técnicas ou à natureza da plataforma em análise, uma vez que o critério número 6 incide especificamente sobre o *Facebook* — uma rede social que oferece condições ideais para uma comunicação quase instantânea e contínua, permitindo respostas rápidas, fluídas e imediatas aos comentários e interações dos utilizadores. Diferente do que poderia ocorrer, por exemplo, em websites institucionais ou noutros canais digitais, que por vezes apresentam limitações técnicas na velocidade e na dinâmica de interação, o *Facebook* apresenta uma infraestrutura perfeitamente adequada para potenciar este diálogo permanente. Deste modo, existe aqui um evidente subaproveitamento das potencialidades desta rede social por parte dos meios regionais, sugerindo uma área que merece atenção especial em investigações futuras e que poderia contribuir significativamente para o reforço da proximidade e envolvimento entre as rádios transmontanas e as suas comunidades.

Outra leitura possível remete-nos para algo já identificado pelos jornalistas e discutido no capítulo 7 desta investigação: a escassez de recursos humanos nas redações regionais. Tal como foi referido, os jornalistas encontram-se frequentemente sobrecarregados, desempenhando múltiplas funções ao mesmo tempo, o que poderá explicar, em parte, esta ausência de interação com o público. Assim, podemos

considerar, de uma forma genérica, que provavelmente não restam tempo nem recursos suficientes nas equipas regionais para responder e acompanhar o público nas plataformas digitais. Esta reflexão, ainda que preliminar, reforça a relevância de se investigar mais aprofundadamente como a limitação estrutural nas redações pode impactar a capacidade dos meios regionais de gerirem e potencializarem relações interativas com as suas audiências.

De seguida, apresentam-se os dados que emergiram das entrevistas realizadas aos responsáveis editoriais das rádios que participaram neste estudo. No total, foram colocadas 17 questões (anexo 4) aos responsáveis editoriais das rádios analisadas. Nesta secção, optámos por apresentar inicialmente as respostas dadas às primeiras 14 questões (tabela 26), que têm um carácter mais específico. Quanto às três últimas perguntas, abordá-las-emos numa secção própria, uma vez que, como referido anteriormente, têm um âmbito mais amplo e justificam uma reflexão enquadrada numa visão geral dos atuais desafios do setor e das perspetivas futuras.

Estas 14 questões iniciais foram formuladas tendo em conta a dificuldade de obtenção destes dados por outros métodos que não através das entrevistas diretas, sendo convicção desta investigação que a inclusão e análise destas respostas enriquecem o estudo.

A tabela 32 apresenta, de forma sintética, as respostas recolhidas relativamente ao critério 7 e parte do critério 11 definidos na tabela 26. Dado o grande volume de informação recebida, privilegiou-se uma apresentação concisa, destacando-se todos os pontos questionados, embora a análise mais pormenorizada destes conteúdos seja realizada posteriormente fora da tabela.

É possível observar aspetos importantes como o ano real de fundação, a existência anterior como rádio pirata, o ano em que se iniciou a presença online, as razões e dificuldades enfrentadas durante essa transição e a sua natureza jurídica.

Tabela 32 – Características das rádios dos distritos de Vila Real e Bragança (parte 2)

Distrito	Rádio	Ano real fundação	Existia como rádio pirata ?	Ano início presença online	Razões e dificuldades na transição para o online	Natureza jurídica e propriedade institucional
Vila Real	Rádio Salesiana 90.1	2001 (desde 2020 com este nome)	Sim	2021	Migração do público, transição pacífica	Confessional Católica
	Alto Tâmega FM ^a	-	-	-	-	Associação Recreativa e Cultural
	Universidade FM	1986	Sim	2000	Modernização tecnológica, tendência geral, dificuldades técnicas iniciais	Cooperativa
	Rádio Voz do Marão	1986	Sim	2008	Emigrantes, ausência de receita	Sociedade por quotas
	Rádio Montalegre	1994	Não	2000	Tendência geral, transição tranquila	Cooperativa
	Rádio Clube Aguiarense ^a	1988	-	-	-	Cooperativa
	Rádio Regional de Valpaços	1989	Não	2004	Multiplataforma, alcance emigrantes, transição pacífica	Privada/Comercial
	Rádio Regional Sabrosa	2001	Não	2003	Multiplataforma, alcance emigrantes, transição pacífica	Privada/Comercial
	Chaves FM	1987	Sim	2010	Emigrantes, ausência de receita	Sociedade por quotas
Bragança	Rádio Onda Livre Macedense ^a	1986	-	-	Emigrantes	Cooperativa de informação e cultura
	Rádio Terra Quente	1990	Não	1997	Modernização tecnológica, transição pacífica	Privado/Comercial
	Rádio Vinhais	1992	Sim	2025 (em desenvolvimento)	Modernização tecnológica, tendência geral, instabilidade inicial	Cooperativa Cultural

	Rádio Ansiães	1987	Sim	2005	Alcance emigrantes/regional, pressão tecnológica, implementação fácil	Cooperativa por Responsabilidade Limitada
	Rádio Torre de Moncorvo	1989	Sim	2018	Obrigações legais, modernização tecnológica, dificuldades financeiras	Associação cultural
	Rádio Brigantia	1986	Sim	2004	Modernização tecnológica, fácil no início, problemas de sustentabilidade mais tarde	Cooperativa de serviços
	Rádio Regional Vimioso	2000	Não	2003	Multiplataforma, alcance emigrantes, transição pacífica	Privada/Comercial
	Rádio Regional	2023	Não	2023 (rádio registada como online. Nunca operou em FM)	-	Privada/Comercial

a) Os dados relativos à Rádio Alto Tâmega FM, Rádio Clube Aguiarense e Rádio Onda Livre Macedense foram obtidos exclusivamente por análise documental dos respetivos sites oficiais. A informação não disponível através deste método está identificada com um travessão (–) e não é considerada na análise comparativa subsequente.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas realizadas junto dos responsáveis editoriais e, quando necessário, complementada com análise documental aos sites oficiais das rádios estudadas.

A maioria dos responsáveis editoriais afirmou que as emissoras operavam como rádios piratas antes do seu registo formal na ERC, indicando que as datas registadas refletem frequentemente a formalização legal das emissões e não o início efetivo da atividade das rádios. Algumas destas rádios foram fundadas antes de 1990, ano em que entrou em funcionamento a Alta Autoridade para a Comunicação Social, entidade reguladora anterior à ERC. Algumas rádios permaneceram a operar como piratas até obterem o seu registo oficial junto destas entidades e outras além disso.

Um exemplo desta situação é fornecido pelo responsável editorial Vítor Fernandes, que apresentou documentação demonstrando que o ano real de fundação

do grupo Rádio Regional é significativamente mais antigo do que a data registada na ERC¹⁰⁷.

A análise às respostas sobre o ano real de fundação das rádios revela que a maioria foi fundada entre as décadas de 1980 e 1990, destacando-se particularmente o ano de 1986, em que várias rádios iniciaram atividade, tais como a Universidade FM, a Rádio Voz do Marão, a Rádio Onda Livre Macedense e a Rádio Brigantia. A rádio mais antiga mencionada na tabela é a Universidade FM, fundada em 1986, enquanto a Rádio Regional é a mais jovem, com a sua fundação em 2023, sendo a única rádio exclusivamente online objeto de análise que, segundo Vítor Fernandes (comunicação pessoal, 2025), seu responsável editorial, “foi criada com o propósito de ser 100% online e nunca teve frequência FM”.

É interessante notar uma possível relação entre o crescimento das rádios transmontanas e o contexto político pós-25 de abril de 1974, marcado pela democratização e liberalização do país, o que poderá ter favorecido a proliferação destes meios de comunicação regionais. Apesar da existência de várias rádios em Portugal antes do 25 de Abril, a região transmontana não tinha qualquer emissora ativa dentre as rádios analisadas neste estudo, acentuando-se o isolamento e silêncio mediático desta área antes da revolução.

Observa-se também que, apesar da tendência global de digitalização dos media, apenas uma rádio analisada optou por ser exclusivamente online, indicando que os proprietários continuam a ver vantagens na combinação do FM com o digital.

Outro aspeto relevante prende-se com a Universidade FM, rádio universitária mais antiga da região, fundada exatamente no mesmo ano (1986) em que a UTAD foi formalmente constituída como universidade, embora tenha começado a ser idealizada já em 1973. Esta coincidência sugere um papel ativo e pioneiro da UTAD no dinamismo regional, já identificado no Capítulo 4 desta investigação, contribuindo também para o desenvolvimento do setor da comunicação e aproximação da rádio às populações locais.

Na comparação entre distritos, Vila Real e Bragança apresentam uma evolução bastante equiparada no que respeita ao início da atividade radiofónica, uma vez que

¹⁰⁷ Documentação armazenada.

ambas começaram a ter rádios em funcionamento precisamente no mesmo ano, 1986. A partir desse ano inaugural comum, as rádios foram surgindo em ambos os distritos com intervalos relativamente próximos, indicando uma dinâmica semelhante na expansão das emissões radiofónicas regionais.

No contexto histórico das rádios transmontanas, é importante destacar a criação da Cadeia de Informação Regional (CIR), fundada formalmente em 1998 e que atualmente conta com 27 anos de existência. A CIR continua ativa, envolvendo seis rádios que integram diretamente os nossos estudos de caso e que continuam a emitir os conteúdos desta cadeia noticiosa: Brigantia, Terra Quente, Ansiães, Onda Livre, Universidade FM e Montalegre. De acordo com os responsáveis editoriais das 5 rádios que participaram neste estudo, a CIR constitui “um elemento essencial no panorama mediático regional”. Esta iniciativa surgiu da necessidade estratégica de “unir esforços e recursos das rádios locais”, permitindo uma cobertura noticiosa regional mais abrangente e eficaz, numa altura em que as limitações técnicas e humanas dificultavam um relato informativo completo e representativo da região (Filipe de Carvalho, Paulo Afonso, Maria José Afonso, Manuel Rodrigues da Silva, Luís Mendonça, comunicação pessoal, 2025).

O início da presença digital das rádios transmontanas concentrou-se especialmente entre os anos de 2000 e 2010, refletindo um período de adaptação tecnológica no início do século XXI. Neste processo de transição para o ambiente online, destacam-se particularmente os anos de 2000, 2003 e 2004, cruciais para várias rádios, tanto do distrito de Vila Real como de Bragança. No distrito de Bragança, a primeira rádio a estabelecer presença online foi a Rádio Terra Quente, já em 1997, antecipando uma tendência que se generalizaria poucos anos depois. Já no distrito de Vila Real, as rádios pioneiras na presença online foram a Universidade FM e a Rádio Montalegre, ambas no ano 2000, evidenciando também uma forte dinâmica de adaptação tecnológica logo no início do século XXI.

Contudo, observa-se que o percurso dos dois distritos foi relativamente semelhante, com diferenças pontuais e ligeiras entre as rádios. No extremo oposto encontra-se a Rádio Vinhais (Bragança), que apenas em 2025 começou a investir

significativamente no seu ambiente online tendo atualmente em curso o projeto de desenvolvimento do seu futuro site. Esta transição tardia resulta, segundo Amândio Rodrigues, de “dificuldades internas sucessivas e limitações financeiras e operacionais” que atrasaram a rádio na sua estratégia digital comparativamente às restantes da região (comunicação pessoal, 2025).

Através da análise dos dados apresentados na tabela, percebe-se que a criação dos sites institucionais das rádios com emissão tradicional em FM não se limitou exclusivamente à retransmissão online da emissão convencional, mas procurou desde cedo diversificar conteúdos e potenciar novas estratégias comunicacionais como, aliás, já tínhamos dado nota quando fizemos a análise de conteúdo.

A tabela resume as principais razões e dificuldades associadas ao processo de entrada das rádios transmontanas no ambiente online, destacando como fatores determinantes a necessidade de modernização tecnológica, a pressão competitiva do setor mediático e, de forma particularmente expressiva, a vontade de alcançar os públicos na diáspora transmontana, ampliando assim o seu alcance regional e internacional. Porém, uma análise mais aprofundada das respostas dos responsáveis editoriais revela uma diversidade de motivações e estratégias específicas, que merecem ser destacadas e detalhadas, a título exemplificativo, pela sua relevância

Filipe de Carvalho, da Rádio Ansiães, salienta que a transição para o ambiente online, em 2005, visava sobretudo “chegar a mais ouvintes, nomeadamente no estrangeiro”, complementando a cobertura territorial limitada pelo FM. A decisão foi ainda influenciada pela necessidade estratégica de acompanhar a pressão competitiva do setor mediático regional. Carvalho enfatiza que, naquela época, a aposta digital era um investimento estratégico no futuro, numa altura em que o FM ainda era “Rei e Senhor”. A implementação foi facilitada por uma parceria com a Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR), que disponibilizou inicialmente um sistema “chave na mão”, simplificando assim o processo.

Vítor Fernandes, do Grupo de Rádios Regional (Regional Vimioso, Sabrosa e Valpaços), destaca que a entrada destas rádios no online, entre 2003 e 2004, não se tratou propriamente de uma transição tecnológica, mas sim de uma “extensão de oferta

numa lógica multiplataforma”. Estas rádios foram pioneiras nesta abordagem e representaram um significativo “game changer” no conceito geográfico da rádio, permitindo alcançar emigrantes “nos quatro cantos do mundo”. Contudo, Fernandes esclarece que esta extensão “nunca teve objetivos financeiros diretos significativos”.

Paulo Afonso, responsável editorial da Rádio Brigantia, reconhece que a transição inicial foi relativamente simples, motivada pela necessidade de “acompanhar a tendência e poder chegar aos transmontanos noutras partes do país e do mundo”. Contudo, destaca um ponto crítico: após começarem a publicar regularmente notícias online e, mais tarde, com a introdução das redes sociais, “alimentar as redes começou a ser um peso”, uma vez que, apesar da visibilidade obtida, “nunca significou acréscimo de receitas, tendo em conta o que era necessário em termos de recursos humanos”.

Luís Mendonça, da Universidade FM, destaca a experiência pioneira desta rádio, cuja presença online remonta a uma emissão internacional especial contra o racismo em 1998. Consolidando esta presença a partir de 2000, Mendonça refere dificuldades técnicas iniciais, nomeadamente que “por vezes a energia falhava e a emissão era suspensa por não haver quem voltasse a iniciar o processo, nomeadamente nos fins de semana ou à noite”. Esta rádio representou, segundo Mendonça, um movimento significativo na modernização tecnológica e na expansão regional e global da rádio universitária.

Manuel Ribeiro, representando a Rádio Voz do Marão e Chaves FM, sublinha uma abordagem clara e exclusiva: “a possibilidade de quem está fora da zona de abrangência dos emissores, em Portugal, e mais tarde no resto do mundo, poder ouvir as emissões da sua terra” (comunicação pessoal, 2025). Para Ribeiro, nunca houve intenção financeira direta com a aposta online, afirmando que “não dá para ganhar dinheiro” com esta presença. Acrescenta ainda que esta lógica continua fortemente presente, uma vez que “ainda hoje recebemos muitas chamadas dos estrangeiros”, reforçando a importância contínua dos emigrantes para a rádio.

É particularmente relevante sublinhar a importância atribuída pelos responsáveis editoriais à comunidade transmontana emigrada, como fator decisivo para a expansão das rádios ao ambiente online. Sendo esta uma região com uma significativa

expressão da diáspora, conforme já demonstrado no Capítulo 4 desta tese, a transição digital das rádios foi a impulsionada pelo desejo de tornar audível a região no mundo, permitindo que os emigrantes mantivessem uma ligação emocional e identitária com as suas origens. Esta constatação reforça, uma vez mais, o papel crucial da diáspora transmontana na dinâmica social, cultural e mediática da região.

Quanto à natureza jurídica e propriedade institucional, as rádios analisadas apresentam uma diversidade de estruturas organizacionais. Predominam as cooperativas e as entidades privadas comerciais, com algumas particularidades, como é o caso da Rádio Salesiana 90.1, que possui uma natureza confessional católica. A comparação entre distritos não revela diferenças marcantes, mostrando uma relativa uniformidade na tipologia jurídica adotada pelas rádios transmontanas. Importa referir ainda que este critério específico foi analisado de forma integrada em todas as rádios objeto de estudo, incluindo aquelas que não participaram diretamente na investigação (Alto Tâmega FM, Rádio Clube Aguiarense e Rádio Onda Livre Macedense), cujas informações relativas à natureza jurídica foram obtidas através de uma análise pontual aos seus respetivos sites, sendo este o único critério para o qual se obteve informação completa de todas as rádios.

A prevalência das rádios cooperativas na região revela um forte alinhamento com o contexto social e cultural transmontano, como já foi demonstrado em várias análises anteriores nesta tese, particularmente no Capítulo 4. Este modelo cooperativo, que pressupõe uma gestão comunitária e uma programação voltada para os interesses locais e o envolvimento social, apresenta vantagens para a região ao fortalecer a coesão territorial e o sentimento identitário. Efetivamente, os conteúdos analisados nos sites das rádios, bem como o evidente espírito comunitário e identitário refletido nesses conteúdos, reforçam esta conclusão.

No critério 11 (tabela 26) perguntava-se ainda se as rádios adotam mecanismos formais ou informais para garantir independência e imparcialidade editorial. Este critério não está explicitado na tabela por questões de economia visual, mas importa salientar que as respostas dos responsáveis editoriais foram unânimes em confirmar a

existência desses mecanismos, excetuando a Universidade FM, que admite não ter mecanismos específicos para garantir independência e imparcialidade editorial.

Entre as rádios que afirmaram possuir tais mecanismos, destacam-se algumas respostas. Vítor Fernandes, do Grupo Rádio Regional, esclarece que “a garantia de imparcialidade é assegurada, ora por força da Lei da Rádio, ora por força ética e deontológica pelo Diretor de Informação”, referindo-se concretamente à obrigação prevista na alínea b) do artigo 12 da Lei da Rádio. Paulo Afonso, da Rádio Brigantia, destaca o papel do “estatuto editorial e do livro de estilo, que determina quais as linhas orientadoras de independência editorial”. Porfírio Evangelista, da Rádio Torre de Moncorvo, acrescenta uma perspetiva distinta e rigorosa, sublinhando que, para garantir esta independência, exigiu que os membros da direção e assembleia da associação abandonassem quaisquer ligações políticas, esclarecendo que essa medida foi adotada “para não haver esse tipo de conflitos e garantir precisamente a independência e a imparcialidade”.

De seguida, a tabela 33 apresenta os resultados referentes aos critérios 8 e 9 da tabela de critérios específicos (tabela 26). Estes critérios visaram compreender os modelos económicos adotados pelas rádios estudadas, identificando as principais fontes de receita e avaliando a respetiva sustentabilidade financeira, bem como caracterizar a sua abrangência territorial efetiva através das emissões em Frequência Modulada (FM).

Tabela 33: Receitas, sustentabilidade financeira, alcance geográfico e infraestrutura nas rádios transmontanas

Distrito	Rádio ^a	Fontes de receita predominantes	Modelo económico atual (sustentabilidade financeira)	Abrangência territorial efetiva (FM)	Impacto das limitações infraestruturais locais
Vila Real	Rádio Salesiana 90.1	Apoio da Instituidora	Com sérias dificuldades financeiras	Peso da Régua, Murça	Não afetam significativamente
	Universidade FM	Contrato com UTAD (60%), publicidade	Com dificuldades, mas sustentável	Sul Vila Real/Bragança, Norte Viseu (limitações em Montalegre e Mondim)	Afetam significativamente

	Rádio Voz do Marão	Publicidade e contratos de prestação de serviços	Com dificuldades financeiras	Vila Real, zonas pontuais Porto/Braga/Bragança/Espanha	Afetam significativamente (rede lenta e instável)
	Rádio Montalegre	Publicidade	Com sérias dificuldades financeiras	Montalegre, Chaves, Valpaços, Vila Pouca, Boticas, Galiza	Afetam significativamente
	Rádio Regional de Valpaços	Publicidade e infraestrutura	Estável (ecossistema familiar)	Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu, Braga, zonas Espanha	Não afetam significativamente
	Rádio Regional Sabrosa	Publicidade e infraestrutura	Estável (ecossistema familiar)	Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu, Braga, zonas Espanha	Não afetam significativamente
	Chaves FM	Publicidade e contratos de prestação de serviços	Com dificuldades financeiras	Chaves, Alto Tâmega, Vila Real, Bragança, zonas Porto/Braga	Afetam significativamente (rede lenta e instável)
Bragança	Rádio Terra Quente	Publicidade	Estável	Bragança, parte Vila Real	Afetam moderadamente
	Rádio Vinhais	Publicidade, apoios autárquicos, subsídios estatais	Com dificuldades, sustentável, dependente de apoios externos	Vinhais (limitada; prevista expansão Bragança/Vila Real)	Afetam significativamente
	Rádio Ansiães	Publicidade	Com dificuldades financeiras	Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda (exclui cidade Bragança)	Não afetam significativamente
	Rádio Torre de Moncorvo	Publicidade, donativos, atividades e eventos	Com sérias dificuldades financeiras, dependente de apoios externos	Torre Moncorvo, V.N. Foz Côa, Vila Flor, Carrazeda, Guarda (Mêda), Vila Real	Não afetam significativamente
	Rádio Brigantia	Publicidade e eventos próprios	Com dificuldades, mas sustentável	Bragança, Este Vila Real, Nordeste Viseu, Norte Guarda	Afetam moderadamente (idade e infraestrutura)
	Rádio Regional Vimioso	Publicidade e infraestrutura	Estável (ecossistema familiar)	Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu, Braga, zonas de Espanha	Não afetam significativamente
	Rádio Regional	Publicidade e infraestrutura	Estável (ecossistema familiar)	^b	Não afetam significativamente

a) Para a Alto Tâmega FM, Rádio Clube Aguiarense e Rádio Onda Livre Macedense não foi possível obter respostas aos critérios específicos em causa, nem através das entrevistas realizadas, nem na análise documental efetuada. Por essa razão, estes critérios não são objeto de análise integrada na presente tabela e por não ter sido conseguido responder a, pelo menos, 1 critério, as 3 rádios foram eliminadas desta tabela.

b) Na Rádio Regional, sendo exclusivamente online desde a sua criação, não é possível analisar o critério da abrangência territorial efetiva (FM). A transmissão via internet possibilita a receção em qualquer ponto do mundo, pelo que este critério não é aplicável especificamente a esta rádio.

Fonte: Elaboração própria, com base em entrevistas realizadas junto dos responsáveis editoriais das rádios analisadas.

A sustentabilidade financeira das rádios regionais analisadas revela-se, de forma geral, delicada, com a maioria dos responsáveis editoriais a destacar diversas dificuldades estruturais e económicas no seu conjunto, não exclusivamente no ambiente online. Filipe de Carvalho (Rádio Ansiães) classifica a situação financeira como “com dificuldades financeiras”, sublinhando uma luta contínua pela sobrevivência devido à concorrência das “redes sociais gratuitas” e ao reduzido interesse das empresas em investir em publicidade tradicional. Uma perspetiva semelhante é dada por Porfírio Evangelista (Rádio Torre de Moncorvo), que assume que a rádio enfrenta “sérias dificuldades financeiras e dependência de apoios externos”, particularmente pelo modelo associativo adotado que não visa o lucro direto e que lhes permite receber apoios indiretos da Câmara Municipal através de outras secções culturais e desportivas da associação (comunicação pessoal, 2025).

Paulo Afonso (Rádio Brigantia) considera a situação “com dificuldades, mas sustentável”, realçando a dependência exclusiva da “publicidade e eventos próprios”, criticando abertamente as práticas ilegais de financiamento indireto pelas autarquias em rádios mais pequenas, denominando-as como “mascaradas”.

Manuel Ribeiro (Rádio Voz do Marão e Chaves FM) expressa pragmatismo ao admitir que, se tivesse “juízo, já tinha vendido”, sugerindo instabilidade financeira, sustentada parcialmente por contratos publicitários estabelecidos com municípios, explicitando que “não é apoio autárquico” direto, mas sim contratos formais enquadrados como prestação de serviços de publicidade.

A dependência institucional mostra-se na Universidade FM, onde Luís Mendonça refere que cerca de “60% da receita provém do contrato com a UTAD”, sendo essa verba essencial para assegurar a viabilidade da rádio, já que a receita comercial “não chega para todas as despesas”. Luís Miguel Henriques (Rádio Salesiana) confirma igualmente sérias dificuldades, indicando o “apoio da Instituidora” como fonte quase exclusiva e crítica para manter a rádio em funcionamento (comunicação pessoal, 2025).

Contrariamente, Vítor Fernandes, representante da Rádio Regional e associadas, apresenta uma realidade financeira robusta e sustentável, sustentada num modelo económico “estável graças a um ecossistema de negócios sob domínio familiar dos donos do grupo”. Manuel Rodrigues da Silva (Rádio Terra Quente) também descreve a situação financeira como “estável”, indicando, porém, exclusivamente a “publicidade” como principal fonte de receita.

Amândio Rodrigues (Rádio Vinhais) destaca uma situação mista de dificuldades e sustentabilidade, realçando explicitamente uma forte “dependência de apoios externos”, nomeadamente através de “publicidade, apoios autárquicos e subsídios estatais”, reconhecendo assim uma vulnerabilidade e necessidade constante desses apoios para sobrevivência.

Os depoimentos mostram um panorama global marcado por profundas dificuldades financeiras e uma dependência constante de apoios pontuais do Estado e das autarquias. Ainda assim, estas rádios prosseguem a sua atividade movidas essencialmente pela paixão e resiliência das equipas que as gerem e operam, bem como pelo amor à sua história, à sua terra e às suas comunidades, numa realidade que oscila continuamente entre a paixão pelo jornalismo local e a precariedade económica num território frequentemente esquecido em termos de apoio institucional efetivo.

A abrangência territorial das rádios regionais analisadas confirma-se, regra geral, alinhada com as obrigações legais vigentes em Portugal, segundo as quais cada rádio é obrigada a assegurar emissão pelo menos no concelho para o qual está licenciada. Contudo, verifica-se que muitas destas rádios expandem significativamente a sua cobertura para além do concelho licenciado, alcançando áreas limítrofes ou mesmo concelhos distantes graças à localização estratégica dos seus emissores, embora algumas tenham revelado sinal mais forte nuns concelhos do que noutros e, pontualmente, algumas interferências.

Ao analisar especificamente os desertos noticiosos identificados no capítulo 6 da nossa investigação (Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Vila Flor, Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça e Ribeira de Pena), verificamos que, em geral, estes concelhos são abrangidos, ainda que parcialmente, pelas rádios analisadas. Por

exemplo, Murça é diretamente contemplada pela Rádio Salesiana, enquanto Vila Flor é explicitamente abrangida pela Rádio Torre de Moncorvo. Ribeira de Pena e Mondim de Basto são mencionados pela Universidade FM como tendo dificuldades de captação, mas mantendo alguma cobertura efetiva.

A Rádio Ansiães afirma que cobre totalmente os distritos de Bragança e Vila Real, enquanto Paulo Afonso (Rádio Brigantia) sublinha que o distrito de Bragança, parte este do distrito de Vila Real e a região nordeste são amplamente abrangidos. A Rádio Voz do Marão e Chaves FM indica também uma abrangência quase total do distrito de Vila Real. Reforçando esta perspetiva, Vítor Fernandes destaca que as rádios do seu grupo têm uma abrangência geral sobre praticamente todos os concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança. Por sua vez, a Rádio Terra Quente refere especificamente a cobertura completa do distrito de Bragança e parcial do distrito de Vila Real.

Esta análise leva-nos a concluir que, apesar de alguns desertos noticiosos poderem não ter uma oferta alargada de rádios regionais específicas, todos têm acesso, através da frequência FM ou da transmissão online, a conteúdos radiofónicos provenientes das rádios regionais analisadas, permitindo-lhes ter acesso, no mínimo, a algum conteúdo sobre a região onde se inserem. Embora não haja evidência específica sobre a percentagem exata de conteúdos relativos a cada concelho ou freguesia, esta presença pontual de informação regional já contribui para reduzir o isolamento informativo. Uma perspetiva interessante para futuras investigações seria determinar precisamente esta percentagem de conteúdos locais disponíveis nas rádios não licenciadas diretamente para esses concelhos específicos. A análise de conteúdo das rádios online objeto deste estudo (capítulo 8) indicou uma boa abrangência de conteúdos de proximidade, sobretudo provenientes de todos os concelhos que integram os dois distritos objeto de estudo, com menor densidade em alguns casos, mas sempre com conteúdos pontuais relativos a todos os concelhos da região, contribuindo assim para mitigar parcialmente o seu isolamento informativo.

Quanto às limitações relacionadas com a infraestrutura de internet na região transmontana, o objetivo desta análise foi perceber se a lentidão já identificada ou mesmo a inexistência de internet em algumas zonas coloca problemas adicionais às

rádios que utilizam o online como recurso complementar às emissões tradicionais. Alguns responsáveis, como Manuel Ribeiro (Rádio Voz do Marão e Chaves FM), apontam problemas estruturais sérios, sublinhando que a internet na região é frequentemente lenta ou instável, prejudicando significativamente transmissões online e coberturas de eventos em direto ou produção de vídeos para as redes sociais, especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos. Ribeiro critica explicitamente as afirmações da ANACOM sobre cobertura total, classificando-as como “mentira” e atribuindo a falta de investimento à baixa densidade populacional.

Maria José Afonso (Rádio Montalegre) reforça esta visão ao afirmar que as limitações infraestruturais locais da internet afetam “muito” negativamente o alcance digital da rádio, constituindo uma barreira significativa para a transmissão eficaz e regular dos conteúdos radiofónicos online.

Manuel Rodrigues da Silva (Rádio Terra Quente) reconhece que estas limitações afetam “moderadamente” o alcance digital da rádio, posição que encontra eco em Luís Mendonça (Universidade FM), que também admite um impacto grave. Em contraste, responsáveis como Vítor Fernandes (Grupo Rádio Regional) e Luís Miguel Henriques (Rádio Salesiana) consideram que tais dificuldades já foram superadas devido à expansão recente das redes móveis e fixas ou que não afetam significativamente o alcance digital. Esta discrepância nas respostas pode refletir diferenças significativas na qualidade e estabilidade da infraestrutura local de internet, dependendo das localizações específicas das rádios.

A tabela 34 sintetiza os últimos dados técnicos obtidos através das entrevistas realizadas aos responsáveis editoriais das rádios analisadas. Apresentam-se nesta tabela as informações relacionadas diretamente com a organização interna das redações e as estratégias editoriais específicas destinadas a públicos-alvo particulares, tais como idosos e a diáspora transmontana. A síntese apresentada visa responder aos critérios 10 e 12 (tabela 26).

Tabela 34: Organização da redação e estratégias editoriais específicas nas rádios transmontanas

Distrito	Rádio	Equip a total	Jornalista s	Organização interna	Conteúdos para seniores	Conteúdos para diáspora transmontana
Vila Real	Rádio Salesiana 90.1	4	2	Acumulação	Sim, programação específica	Não
	Universidade FM	4	3	Especialização	Sim, iniciativas pontuais	Não
	Rádio Voz do Marão	4	1	Acumulação	Sim, missas e proximidade social	Sim, programação online específica
	Rádio Montalegre	3	1	Acumulação	Sim, programação inclusiva	Não
	Rádio Regional de Valpaços/Sabrosa	10	4	Especialização	Não	Sim, conteúdo generalizado
	Chaves FM	3	1	Acumulação	Sim, proximidade e transmissões locais	Sim, transmissão desportiva online
Bragança	Rádio Terra Quente	5	2	Acumulação	Sim, interação direta	Sim, ocasionalmente
	Rádio Vinhais	5	1	Especialização e acumulação	Não, mas prevista	Não, mas prevista
	Rádio Ansiães	3	1	Acumulação	Sim, participação social direta	Não
	Rádio Torre de Moncorvo	6	2	Acumulação	Sim, rubricas diárias específicas	Não, em preparação
	Rádio Brigantia	7	4	Especialização	Sim, programa popular específico	Sim, programas interativos
	Rádio Regional Vimioso/Rádio Regional	10	4	Especialização	Não	Sim, conteúdo generalizado

Nota 1: Os valores mencionados de 10 elementos, incluindo 4 jornalistas, referentes às rádios Regional de Valpaços e Regional de Sabrosa do distrito de Vila Real, são comuns às rádios Regional e Rádio Regional de Vimioso do distrito de Bragança, por integrarem todas o mesmo grupo e partilharem a mesma equipa. Optou-se por não as juntar devido à opção de separação por distritos. A análise integrada teve este dado em conta.

Nota 2: Especialização- jornalistas exclusivamente dedicados ao jornalismo / Acumulação - equipa acumula funções jornalísticas e não jornalísticas.

Nota 3: Para a Alto Tâmega FM, Rádio Clube Aguiarense e Rádio Onda Livre Macedense não foi possível obter respostas aos critérios específicos em causa, nem através das entrevistas realizadas, nem na análise documental efetuada. Por essa razão, estes critérios não são objeto de análise integrada na presente tabela e por não ter sido conseguido responder a, pelo menos, 1 critério, as 3 rádios foram eliminadas desta tabela.

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas aos responsáveis editoriais das rádios analisadas

A acumulação de funções pelos jornalistas constitui um tema central, frequentemente identificado pelos próprios profissionais como um desafio estrutural significativo à qualidade do trabalho jornalístico (Capítulo 7). Este aspeto foi confrontado diretamente com os responsáveis editoriais das rádios analisadas, permitindo compreender melhor as causas desta realidade.

A análise detalhada às equipas das rádios dos distritos de Vila Real e Bragança evidencia, desde logo, redações de dimensão reduzida, frequentemente compostas por três a cinco elementos, com poucos jornalistas devidamente credenciados. Observa-se, por exemplo, que muitas das rádios analisadas têm apenas um jornalista com carteira profissional (Voz do Marão, Montalegre, Chaves FM, Ansiães e Vinhais), enquanto outras contam com dois (Salesiana e Terra Quente) ou, em casos mais raros, chegam a três ou quatro profissionais (Universidade FM e Brigantia). No caso específico das rádios Regional, Regional de Valpaços, Regional de Vimioso e Regional de Sabrosa, verifica-se uma equipa composta por 10 pessoas, com quatro jornalistas, mas estes profissionais são partilhados por todo o grupo, resultando numa média de apenas um jornalista por rádio.

Esta configuração evidencia uma limitação em termos de recursos humanos especializados, validando as preocupações expressas pelos 49 jornalistas detentores de título profissional que participaram no inquérito analisado no Capítulo 7. Estes profissionais manifestaram sentir-se frequentemente sobrecarregados pela necessidade constante de acumular funções, situação que encontra confirmação nestes resultados.

Vários responsáveis editoriais reconheceram a existência desta polivalência obrigatória, sublinhando que resulta diretamente das limitações financeiras e estruturais das rádios regionais. Manuel Ribeiro (Rádio Voz do Marão e Chaves FM), por

exemplo, sublinha que “o jornalista não faz só jornalismo, faz o que for preciso. Infelizmente, não somos uma grande estação nacional. Era bom, mas aqui todos têm que pôr mãos à obra”, destacando a impossibilidade financeira e logística em especializar funções numa estação pequena.

Esta realidade é ainda mais explícita na Rádio Torre de Moncorvo, onde Porfírio Evangelista admite que os jornalistas realizam tarefas muito distantes da sua formação profissional: “até serviço de sangria, se for preciso. Há dias fizemos uma feira medieval e tivemos uma barraquinha também”. Luís Miguel Henriques, da Rádio Salesiana, reforça igualmente que a reduzida dimensão da equipa impõe que “como somos apenas dois, temos que fazer um pouco de tudo”.

Outras rádios, como a Rádio Ansiães, através de Filipe de Carvalho, reiteram esta condição sem grandes especificidades, afirmando apenas que “por vezes é necessária a realização de funções extra à função principal”. Uma situação semelhante ocorre na Rádio Terra Quente, cujo responsável, Manuel Rodrigues da Silva, refere sucintamente que a equipa “faz um pouco de tudo”.

Contudo, algumas estações mantêm uma delimitação funcional mais clara, frequentemente associada a estruturas um pouco maiores ou comercialmente mais sólidas. Paulo Afonso (Rádio Brigantia), por exemplo, afirma que “os jornalistas só fazem jornalismo”, deixando outras funções comerciais e técnicas para os restantes profissionais. Do mesmo modo, Vítor Fernandes, responsável pelas rádios Regional, Regional de Valpaços, Regional de Sabrosa e Rádio Vimioso, esclarece que os “jornalistas ou equiparados só fazem jornalismo” e “outros profissionais é que tratam de assuntos de natureza comercial e/ou técnica”.

Este contraste entre a polivalência e a delimitação funcional parece diretamente ligado à sustentabilidade económica das rádios. Enquanto rádios como a Brigantia ou o grupo liderado por Vítor Fernandes conseguem manter uma separação das funções jornalísticas, a maioria das rádios enfrenta restrições económicas significativas que obrigam os jornalistas a desempenhar múltiplas funções, frequentemente em detrimento do tempo dedicado exclusivamente ao trabalho jornalístico.

Esta análise das configurações específicas das redações, aliada às respostas obtidas junto dos responsáveis editoriais, confirma e esclarece as queixas anteriormente registadas pelos jornalistas no Capítulo 7. A acumulação de funções decorre não apenas da dimensão reduzida das equipas, mas sobretudo das dificuldades financeiras e estruturais enfrentadas pelas rádios regionais, colocando desafios consideráveis à especialização profissional e afetando, inevitavelmente, a qualidade e profundidade do jornalismo regional.

No capítulo 4 desta investigação, destacamos a forte tradição emigratória de Trás-os-Montes e sublinhámos a importância significativa dos emigrantes na dinâmica social e económica da região. Esta realidade levou-nos, no capítulo 5, a incluir especificamente a diáspora transmontana na análise do consumo mediático, obtendo resultados que demonstraram uma relação estreita e emocional destes públicos com os media locais. Paralelamente, Trás-os-Montes é também uma das regiões portuguesas com maior incidência de idosos que vivem sozinhos, facto sublinhado em 2024 pela GNR, como também já demos nota no capítulo 4, revelando um desafio social relevante.

Diante destes cenários, considerámos importante dialogar diretamente com os responsáveis editoriais das rádios, com o intuito de compreender se e como estes grupos sociais são considerados nas suas estratégias de produção de conteúdos. Optámos por esta abordagem em vez de incluir a análise de conteúdo devido à possibilidade de equívocos, pois considerámos mais fiável confirmar diretamente com os media estas estratégias específicas, garantindo maior rigor na identificação das intenções comunicativas.

Várias rádios revelaram estratégias conscientes e específicas para envolver o público mais sénior. A Rádio Ansiães, pela voz de Filipe de Carvalho, ilustra uma preocupação ativa e emocionalmente próxima:

Queremos que se aproximem as mais sozinhas, que não têm ninguém em casa. Desafiamo-las a participarem. Como se fosse um processo de identificação de 'pessoas que vivem sozinhas'. Com o tempo, ganhamos a confiança, elas ligam mais vezes e saem da solidão e tristeza. Pela experiência conseguimos identificar e acompanhar as melhorias.

Da mesma forma, Paulo Afonso, da Rádio Brigantia, apresenta um exemplo marcante, o programa "Bom dia Tio João", dedicado especialmente à população rural sénior, exibido diariamente, reforçando esta ligação emocional com os idosos.

A Rádio Torre de Moncorvo destaca a diversidade temática como estratégia para apoiar este público. Porfírio Evangelista exemplifica com rubricas diárias sobre questões essenciais e práticas, como o bom uso do gás e a literacia financeira, afirmando: "Temos na ordem de seis rubricas diárias em que nos preocupamos especificamente com este público."

Outras estações, como a Rádio Voz do Marão e Chaves FM, assumem a proximidade comunitária como ponto-chave da relação com o público sénior. Manuel Ribeiro refere que "transmitimos, por exemplo, as missas para chegar a este público mais velho. São pessoas muito sociais, têm uma grande proximidade com a rádio e sentem-nos quase como parte da família."

A Universidade FM apresenta abordagens mais pontuais, mas igualmente afetivas, descritas por Luís Mendonça: "no Dia dos Namorados visitamos um lar para conversar com elas, perceber como era no seu tempo e como comemoram o dia atualmente. Anualmente, no Dia da Rádio, convidamos grupos de idosos à rádio, mostrando-lhes como e onde se faz rádio."

Relativamente aos conteúdos dirigidos à diáspora transmontana, identificámos estratégias mais pontuais e menos consistentes. Contudo, merecem destaque os esforços da Rádio Brigantia, que mantém "vários programas aos transmontanos emigrados pelo mundo, que participam por telefone e por mensagem vídeo e áudio", como sublinha Paulo Afonso. Também a Rádio Terra Quente, segundo Manuel Rodrigues da Silva, produz conteúdos para emigrantes, ainda que "apenas ocasionalmente". A Rádio Voz do Marão e Chaves FM também reforça esta ligação com os emigrantes, com Manuel Ribeiro destacando o impacto das transmissões desportivas junto dos emigrantes: "No caso de Vila Real, sentimos especialmente o impacto da nossa emissão junto da diáspora através do futebol. Recebemos muitas vezes feedback direto de pessoas que estão emigradas".

Estes testemunhos demonstram que, apesar dos desafios estruturais e económicos enfrentados pelas rádios regionais, existe uma consciência social quanto à importância de manter laços estreitos e afetivos com os idosos e com a diáspora transmontana, grupos centrais na dinâmica social desta região.

8.3. Resultados empíricos da análise transversal dos jornais online

Antes de avançarmos para a análise específica dos jornais transmontanos selecionados, importa esclarecer uma questão terminológica relevante: no capítulo dedicado ao mapeamento (capítulo 6) foi utilizada a designação oficial de "publicações periódicas", adotando-se integralmente a terminologia utilizada pela ERC. Após a análise empírica que já demos nota, confirmou-se que os média selecionados, que cumpriam os critérios metodológicos definidos para esta tese específica, se revelaram todos, objetivamente, como jornais. Assim, e em função desta confirmação inequívoca, passaremos a designá-los exclusivamente como "jornais" ao longo da análise e apresentação dos resultados seguintes.

Os estudos académicos centrados especificamente nos jornais dos distritos de Vila Real e Bragança são escassos, dispersos e frequentemente desatualizados. Os trabalhos existentes, embora importantes, abordam frequentemente aspetos pontuais ou históricos, revelando uma lacuna no campo das Ciências da Comunicação aplicada a esta região.

O trabalho mais atualizado é o de Ferrador et al (2024), focado especificamente no jornal “A Voz de Trás-os-Montes”, um dos jornais selecionados para a nossa análise nesta tese. Os autores analisaram o uso de ferramentas digitais e práticas de interação, bem como o seu potencial na promoção do exercício da cidadania e participação cívica dos leitores transmontanos. Este estudo evidencia a relevância das plataformas digitais na criação de espaços participativos e democráticos, apesar das limitações tecnológicas e estruturais enfrentadas pelo jornal. No entanto, a análise de várias publicações revelou que os jornalistas praticamente não interagem com o público. Segundo os autores, este comportamento mostra uma limitação no aproveitamento das potencialidades destas plataformas digitais, traduzindo-se numa oportunidade perdida

para fortalecer o papel do jornal enquanto espaço democrático, participativo e dinamizador de cidadania ativa.

Ferrador, Zamith e Jerónimo já tinham, também, em 2019, contribuído para compreender a precariedade laboral vivida nas redações transmontanhas, apontando especificamente para a escassez de jornalistas profissionais com carteira e uma dependência considerável de colaboradores não profissionais. O estudo confirmou a situação precária das redações regionais transmontadas e destacou o risco potencial que isto representa para a qualidade da informação disponibilizada aos cidadãos dos distritos de Vila Real e Bragança.

Salgado (1999), embora datado, fornece um olhar histórico valioso sobre o papel dos jornais regionais de Bragança no início do século XX, destacando como estes jornais influenciavam ativamente as dinâmicas migratórias e as questões sociais locais. Este estudo, juntamente com o de Cepeda (2021), demonstra a importância histórica dos órgãos de comunicação social regionais, especialmente pela sua longevidade e capacidade singular de documentar e preservar transformações importantes da comunidade ao longo do tempo. Cepeda (2021), em particular, realizou uma análise histórica detalhada da cidade de Bragança utilizando sobretudo o jornal "Mensageiro de Bragança" - outro jornal selecionado para nossa análise -, como fonte principal, sublinhando o valor crucial deste jornal como repositório da memória comunitária. De facto, este jornal, de acordo com o nosso mapeamento (capítulo 6) é um dos mais antigos – registados oficialmente - do distrito de Bragança.

Sampaio (2014) focou o seu estudo especificamente no semanário "Notícias de Vila Real", analisando todas as notícias da secção "Região" entre janeiro e março de 2014. Através da metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977/2011), concluiu que o jornal privilegiava conteúdos regionais, esforçando-se por abranger não apenas a sede concelhia de Vila Real, mas também as localidades vizinhas do distrito. Este jornal continua ativo nos dias de hoje (ver Capítulo 5 desta tese), mas não foi selecionado para a nossa análise por apresentar atualmente uma periodicidade quadrimestral. Esta alteração na frequência de publicação implica que, em 2025, a metodologia adotada por Sampaio, que consistia na análise detalhada das notícias num

período de três meses, já não poderia ser replicada. Regista-se, de forma meramente simbólica, esta alteração no panorama mediático regional transmontano desde 2014, relacionada com mudanças na periodicidade das publicações.

Do ponto de vista institucional, os relatórios da ERC (2010) e do OberCom (2018) oferecem informação útil sobre os desafios estruturais e económicos enfrentados pela imprensa regional portuguesa, incluindo alguns dados específicos relativos a Vila Real e Bragança. O relatório da ERC descreve problemas de sustentabilidade financeira, forte dependência de publicidade local e dificuldades na transição digital dos jornais regionais destes distritos. Já o relatório do OberCom (2018) enfatiza a resiliência dos jornais regionais, destacando que, apesar de dificuldades generalizadas, estes títulos mantêm uma ligação afetiva com os leitores locais, algo particularmente evidente nas comunidades transmontanas – dados que, no caso das rádios, assim se verificou em 2025.

Apesar destes contributos, a investigação académica sobre questões mediáticas em Trás-os-Montes permanece relativamente limitada. Destaca-se, contudo, um estudo particularmente relevante que merece uma atenção mais detalhada. Embora realizado há já alguns anos, o estudo de Posse (2011) mantém importância devido ao tratamento rigoroso que oferece sobre a presença online dos jornais transmontanos naquela altura.

Posse apresenta dados concretos sobre a realidade digital regional em 2011, incluindo informações essenciais como o ano de fundação de cada jornal, a data da respetiva entrada online, periodicidade e estimativas de visitas mensais registadas naquele ano.

Estes elementos tornam-se particularmente úteis quando pretendemos compreender e comparar a situação atual dos jornais regionais, possibilitando a identificação de continuidades ou ruturas significativas no panorama mediático digital transmontano. Dos oito títulos analisados por Posse, seis continuam ativos em 2025, facto confirmado através do nosso mapeamento realizado para este estudo (capítulo 6). Apenas dois jornais – Notícias do Nordeste e Terra Quente – cessaram a sua atividade digital. Esta inatividade foi confirmada por observação direta dos respetivos websites e redes sociais: no caso do Terra Quente, a última publicação no *Facebook* data de 2 de

abril de 2015, enquanto o site do Notícias do Nordeste está inativo desde março de 2024.

A tabela 35 apresenta, de forma sintética, uma visão comparativa entre a situação observada por Posse em 2011 e aquela que identificamos no nosso mapeamento de 2025.

Tabela 35: Jornais regionais transmontanos analisados por Posse (2011)

Distrito	Jornal	Ano de fundação	Ano de entrada online	Periodicidade	Visitas mensais em 2011 (estimativa)	Consta do mapeamento 2025?
Vila Real	A Voz de Trás-os-Montes	1947	2006	Semanário	20000	Sim
	Desportivo Transmontano	2011	2011	Semanário	25000	Sim
	Notícias do Douro	1934	2005	Semanário	27000	Sim
	Notícias de Vila Real	1998	2000	Quinzenário	30000	Sim
Bragança	Mensageiro de Bragança	1940	2004	Semanário	36000	Sim
	Jornal Nordeste	1993	2003	Semanário	33000	Sim
	Notícias do Nordeste	2005	2005	Diário (online)	6000	Não
	Terra Quente	1989	2007	Quinzenário	400	Não

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Posse (2011).

Esta contextualização é importante para enquadrar os resultados específicos que serão apresentados nos estudos de caso, aprofundando o conhecimento sobre as dinâmicas evolutivas da imprensa digital regional em Trás-os-Montes. Além disso, os dados recolhidos por Posse (2011) foram úteis porque permitiram estabelecer comparações adicionais ou suprir lacunas informativas que surgiram durante a investigação.

Um exemplo é a informação relativa ao ano de entrada online dos jornais regionais, um dado que procurámos ativamente neste estudo por ser crucial para compreender o momento específico de transição destes meios para a internet. Como

nem sempre foi possível confirmar documentalmente esta informação, incluímos especificamente este tópico nas entrevistas realizadas aos responsáveis editoriais, adotando assim um método duplo de operacionalização: recorreremos prioritariamente aos dados disponibilizados por Posse (2011), nomeadamente no que respeita ao ano de fundação e ao ano de entrada online; sempre que os dados de Posse não se revelaram suficientes ou se mostraram indisponíveis relativamente a determinado meio em análise, complementámo-los com as respostas obtidas diretamente nas entrevistas.

Foi igualmente considerado o ano de fundação dos jornais regionais, o que permitiu calcular a longevidade destes meios transmontanos.

Na tabela 36, apresentam-se os resultados relativos ao critério específico 1 (tabela 28), aplicados à análise dos jornais regionais selecionados neste estudo de caso. A operacionalização deste critério envolveu uma observação direta, pontual, realizada ao longo do mês de maio de 2025, e estruturada pela grelha de análise 5 (anexo 21). Os dados aqui expostos permitem aferir qual é o grau efetivo de presença digital destes jornais locais, evidenciando não apenas a existência formal de websites e redes sociais, mas também indicando qual o canal digital com maior impacto junto do público. Neste contexto, o número de seguidores destaca-se como métrica objetiva para avaliar o nível de relevância e impacto destas plataformas online no contexto regional.

Tabela 36: Presença digital efetiva e canal online mais representativo dos jornais locais transmontanos

Distrito	Jornal	Website ^a	Facebook	Outro canal digital	Canal mais representativo	Nº Seguidores
Bragança	Mensageiro de Bragança	Sim	Sim	<i>YouTube, Instagram</i>	<i>Facebook</i>	36 mil
	Jornal Nordeste	Sim	Sim	<i>Instagram</i>	<i>Facebook</i>	10 mil
	Canal N Mirandela	Sim	Sim (Canal NTV)	<i>YouTube, Instagram</i>	<i>Facebook</i>	37 mil
	Diário de Trás-os-Montes	Sim	Sim	<i>YouTube, X, Instagram, Telegram</i>	<i>Facebook</i>	39 mil
	Kapital do Nordeste	Sim	Sim	<i>YouTube, Instagram</i>	<i>Facebook</i>	13 mil
	Terra de Miranda Notícias	Sim	Sim	<i>LinkedIn, Instagram</i>	<i>Facebook</i>	10 mil

	A Voz de Bragança	Sim	Não (inativo desde 2024)	Não	Website	Informação não disponível
Vila Real	A Voz de Trás-os-Montes	Sim	Sim	YouTube, Instagram, X, LinkedIn, Telegram, WhatsApp, Spotify, APP	Facebook	95 mil
	Notícias do Douro	Sim	Sim (Portugal SOS)	LinkedIn, YouTube	Website	Informação não disponível
	Desportivo Transmontano	Sim	Sim (926 seguidores)	Spotify, YouTube	Website	Informação não disponível
	Alto Tâmega Canal	Sim	Sim (Canal Alto Tâmega)	YouTube, Instagram	Facebook	26 mil
	Komunica Magazine	Sim	Sim	YouTube, Instagram	Facebook	7,7 mil

a) A lista completa com os endereços eletrónicos do site e do *Facebook* de cada jornal (se aplicável) pode ser consultada no anexo 6.

Fonte: Elaboração própria

Todos os jornais possuem websites próprios, funcionando como "casa-mãe" dos jornais, onde estão acessíveis informações essenciais como a ficha técnica, estatuto editorial, contactos, hiperligações para redes sociais e outras informações relevantes que não são geralmente encontradas nas redes sociais.

De forma geral, os jornais regionais evidenciam uma aposta no digital, especialmente através do *Facebook*, identificado na maioria dos casos como o canal mais representativo em função do elevado número de seguidores e dinamismo na interação com o público.

Contudo, surgem algumas particularidades relevantes. É o caso do jornal Canal N Mirandela, cujo nome no *Facebook* surge alterado para Canal NTV. Esta discrepância nominal pode gerar alguma confusão ou fragmentação de identidade digital, ainda que apresente um número significativo de seguidores (37 mil).

Outra situação similar verifica-se no Notícias do Douro, cujo *Facebook* identificado como Portugal SOS revelou-se, na prática, pouco relacionado diretamente com o jornal. A análise pontual permitiu perceber que esta plataforma digital se dirige principalmente aos transmontanos espalhados pelo mundo, apresentando conteúdos

esporádicos, desatualizados e sem ligação evidente ao jornal. Por esta razão, optou-se por considerar o website como canal digital mais representativo, ainda que sem dados disponíveis sobre o número de seguidores.

Uma terceira particularidade registou-se no jornal Desportivo Transmontano, cujo *Facebook* apresenta uma expressão bastante residual, contando apenas com 926 seguidores, número significativamente reduzido comparado com os jornais generalistas da região. Este paradoxo torna-se relevante considerando a especialização temática (desporto), habitualmente atrativa para uma audiência online. Esta situação pode decorrer da frequência reduzida das publicações, da baixa diversidade nos formatos de conteúdo ou da limitada interação com a comunidade desportiva local—fatores tradicionalmente fundamentais para estimular um maior envolvimento digital. Assim, optou-se por considerar o website como canal digital mais representativo, por ser o espaço onde efetivamente se concentram, com maior frequência e regularidade, as publicações relevantes do jornal, apesar de não se dispor de dados sobre o número total de seguidores.

Ainda em relação ao dinamismo, destaca-se o caso do jornal A Voz de Bragança, cujo *Facebook* se encontra inativo desde 2024, impossibilitando a escolha desta rede social como canal representativo. Neste contexto, o website foi considerado o principal canal digital deste jornal, embora também sem dados quantitativos de audiência disponíveis.

Por outro lado, verifica-se uma tendência generalizada dos jornais regionais analisados em manterem múltiplos canais digitais ativos, ainda que com níveis de interação distintos. Em geral, estas plataformas secundárias acabam por funcionar maioritariamente como repositórios dos conteúdos já publicados no site ou no *Facebook*, o que reduz significativamente a sua relevância enquanto canais autónomos.

Uma exceção é o jornal A Voz de Trás-os-Montes, o mais representativo em termos de alcance digital, com 95 mil seguidores no *Facebook*. Este jornal aposta ativamente numa estratégia multiplataforma diversificada, incluindo uma aplicação móvel própria e presença dinâmica em canais como *WhatsApp*, *Telegram*, *Instagram* e *Spotify*, permitindo uma interação mais direta com o público.

Embora o *Facebook* seja, predominantemente, o canal digital mais representativo dos jornais locais analisados, verifica-se que os websites permanecem como o núcleo central da produção jornalística. Esta complementaridade estratégica entre site e redes sociais revela-se essencial, especialmente porque as redes sociais— com destaque evidente para o *Facebook* —assumem um papel fundamental ao potenciar a interação com o público, apesar de identificadas inconsistências pontuais na gestão da identidade digital de alguns jornais.

A análise apresentada confirma, de forma geral, a importância estratégica atribuída ao *Facebook* pelos jornais regionais de Trás-os-Montes, coincidindo com as conclusões anteriormente discutidas nos capítulos 5 e 7, onde jornalistas locais e o público identificaram esta rede social como a plataforma digital preferencial para captar e manter audiências. Ainda assim, registaram-se algumas situações pontuais de inconsistência ou menor dinamismo, o que poderá sugerir ajustes futuros na gestão digital de alguns jornais específicos, sem comprometer, contudo, a validade geral da estratégia digital adotada pela maioria dos jornais analisados.

É necessário sublinhar, contudo, que os dados apresentados limitam-se principalmente às redes sociais, sobretudo ao *Facebook*, uma vez que não foi possível aceder às estatísticas internas dos websites, por serem exclusivas dos proprietários dos jornais. Não integrou o âmbito desta tese a solicitação formal desses dados, reconhecendo-se, no entanto, a relevância desta informação para futuras investigações.

A disponibilização das estatísticas internas, recorrendo a ferramentas como o *Google Analytics*, permitiria a realização de estudos mais aprofundados, nomeadamente através de análises comparativas rigorosas entre as audiências dos sites e das redes sociais. Esta abordagem possibilitaria não só identificar quais plataformas digitais atraem maior tráfego, mas também explorar especificamente o comportamento digital do público regional transmontano, uma vez que o *Google Analytics* fornece dados baseados na localização dos utilizadores. Desta forma, seria possível compreender com maior precisão os padrões específicos deste público, segmentado territorialmente.

Na tabela 37 são agora apresentados os resultados relativos aos critérios específicos 2 e 3 (tabela 28), referentes à frequência, periodicidade, formatos e tipos

predominantes dos conteúdos publicados pelos jornais regionais em análise, cuja monitorização decorreu diariamente entre os dias 1 e 17 de maio de 2025 (grelha de análise 6, anexo 22).

À semelhança do procedimento adotado anteriormente na análise das rádios, optou-se por apresentar, em primeiro lugar, os dados técnicos devidamente agregados e organizados por jornal numa tabela síntese. Complementarmente, logo após essa tabela, são apresentadas observações descritivas adicionais, identificadas também individualmente para cada jornal, decorrentes do período integral de observação.

Para efeitos de rigor conceptual nesta análise dos jornais regionais, relembra-se que o termo frequência se refere ao número relativo de publicações efetuadas (alta, muito alta, média ou baixa), enquanto periodicidade corresponde ao ritmo ou padrão dessas mesmas publicações (diária, quase diária, regular ou esporádica).

Salienta-se ainda que os resultados obtidos dizem respeito exclusivamente ao período temporal considerado, pelo que outros períodos poderiam revelar dinâmicas diferentes, devido a fatores editoriais ou circunstanciais específicos. Assim, a baixa frequência registada num determinado jornal durante este intervalo não implica necessariamente um comportamento semelhante noutras circunstâncias.

Tabela 37: Caracterização dos jornais transmontanos (parte 1)

N ^o	Distrito	Jornal	Frequência	Periodicidade	Formato predominante	Formatos adicionais relevantes	Secção temática predominante
1	Bragança	Mensagem de Bragança	Alta	Quase diária	Texto + Imagem (fotos e thumbnails de links)	Vídeos curtos, Links externos	Sociedade / Eventos locais / Desporto
2		Jornal Nordeste	Alta	Quase diária	Texto + Imagem (links com imagem prévia)	Imagens avulsas, Links externos	Sociedade / Eventos locais / Cultura
3		Canal N Mirandela	Muito Alta	Diária	Texto + Imagem (links notícias)	Vídeos próprios, Infográficos, Links externos	Sociedade / Eventos locais / Cultura
4		Diário de Trás-os-Montes	Alta	Diária	Texto + Imagem	Álbuns fotográficos, Links externos	Sociedade / Eventos locais / Cultura

					(links notícias)		
5		Kapital do Nordeste	Média	Quase diária (dias úteis)	Texto + Imagem (links notícias)	Fotos individuais ilustrativas	Sociedade / Política local / Economia
6		Terra de Miranda – Notícias	Alta	Quase diária (dias úteis)	Texto + Imagem (links notícias)	Fotos ilustrativas/capturas	Sociedade / Eventos locais / Política
7		A Voz de Bragança	Alta	Regular (dias úteis)	Texto + Imagem (notícias breves)	Fotos ilustrativas	Sociedade / Eventos locais / Desporto
8	Vila Real	Voz de Trás-os-Montes	Muito Alta	Diária	Texto + Imagem (links notícias)	Vídeos ocasionais, Links externos	Sociedade / Eventos locais / Desporto
9		Notícias do Douro	Alta	Quase diária (dias úteis)	Texto + Imagem (notícias e opinião)	Fotos ilustrativas	Sociedade / Eventos locais / Opinião
10		Desportivo Transmontano	Muito Alta	Diária	Texto + Imagem (notícias desportivas)	Podcast externo (<i>Spotify</i>)	Desporto Regional (futebol/futsal/modalidades)
11		Alto Tâmega Canal	Alta	Diária	Texto + Imagem (fotos, links notícias)	Vídeos curtos	Sociedade / Eventos locais / Cultura
12		Komunica Magazine	Alta	Quase diária (irregular, picos semanais)	Texto + Imagem (links notícias/fotos)	Vídeos curtos	Sociedade / Eventos locais / Cultura

Fonte: Elaboração própria

Observações relevantes:

(1) **Mensageiro de Bragança:** atividade regular e frequente, com *posts* quase diários, por vezes múltiplos, refletindo prontidão em cobrir temas locais. Predominam publicações visuais, frequentemente com links externos para artigos detalhados no site. Conteúdos diversificados, sobretudo de eventos comunitários, desporto regional (ex.: vitória do SC Mirandela na Taça Distrital) e tradições culturais e religiosas locais (ex.: Feira das Cantarinhas e festividades marianas). Temas políticos e económicos surgem pontualmente, geralmente integrados noutros assuntos. A profundidade dos *posts* é média (resumos breves, complementados pelos links), diversidade temática alta e originalidade média, devido à abordagem convencional nas redes sociais. Cumpre bem o papel informativo regional, com ampla cobertura temática local.

(2) **Jornal Nordeste:** atividade frequente e regular, praticamente diária, ajustada conforme atualidade (ex.: notícia de última hora ao sábado sobre falecimento de líder local). Conteúdos predominantemente visuais, com links para notícias completas no site, acompanhados de imagens ilustrativas ou cartazes informativos (ex.: Semana Académica de Bragança 2025). Não foram publicados vídeos ou áudio. Tematicamente destaca-se a cobertura constante de assuntos comunitários imediatos (ex.: acidente fatal em Mogadouro e tempestade de granizo), eventos culturais e académicos importantes na região e eventos desportivos (ex.: VI Volta ao Nordeste em Bicicleta). Política local surge pontualmente, economia raramente, e artigos de opinião são escassos e com menor envolvimento. Profundidade informativa média (resumos com link), diversidade temática elevada e originalidade média, pela abordagem convencional nas redes sociais. Desempenha eficientemente o papel informativo local com enfoque em sociedade, cultura e desporto.

(3) **Canal N Mirandela:** publicações múltiplas diárias, incluindo fins de semana, com cobertura constante e atualizada (ex.: vários *posts* no dia 16 sobre eventos simultâneos). Predomina conteúdo visual com links diretos para notícias no site; frequência significativa de vídeos próprios (reportagens e entrevistas) e imagens ilustrativas (ex.: resultados eleitorais e infográficos). Grande diversidade temática: destaque para sociedade (ex.: colisão rodoviária em Mogadouro, Dia da Família em Torre de Moncorvo), cultura regional (ex.: Feira Medieval em Moncorvo, encenações históricas em Miranda do Douro) e desporto local/regional (ex.: treinador transmontano campeão nacional). Temas políticos e económicos surgiram pontualmente (ex.: resultados eleitorais distritais), e conteúdos de opinião foram raros. Profundidade informativa média (resumos curtos com links), diversidade temática alta e originalidade média, devido à abordagem jornalística convencional. Oferece um serviço noticioso dinâmico, variado e contínuo, orientado para sociedade, cultura e desporto regional.

(4) **Diário de Trás-os-Montes:** frequência diária constante (1 a 3 *posts*/dia), sem hiatos significativos, acompanhando acontecimentos quase em tempo real (ex.: incidente de violência numa escola em Vila Real). Formato padrão: *posts* com imagem ilustrativa e texto introdutório direcionando para o site; sem vídeos ou conteúdos puramente áudio. Predomínio de temas de sociedade/comunidade (ex.: segurança, campanhas comunitárias), cultura regional (festivais gastronómicos, feiras tradicionais), e desporto (ex.: resultados do Desportivo de Chaves). Política local abordada principalmente devido às eleições legislativas (declarações e análises políticas regionais), enquanto economia surgiu pontualmente associada a iniciativas locais (ex.: investimentos hospitalares). Conteúdos opinativos foram escassos. Profundidade informativa média (*posts* resumidos com links), diversidade temática alta, e originalidade média pela abordagem jornalística convencional. A página cumpre eficazmente o papel informativo regional, destacando-se nos conteúdos sociais e culturais mais relevantes para a comunidade.

(5) **Kapital do Nordeste:** atividade regular (~8 publicações em 17 dias), concentrada em dias úteis, com pausas aos fins de semana e alguns dias da semana (ex.: sem publicações em 4, 6, 11, 14–17 maio). *Posts* essencialmente em formato de links para notícias no site, acompanhados por texto breve e imagem ilustrativa, sem vídeos ou conteúdos em áudio. Tematicamente diversificado, com maior incidência em sociedade (ex.: fórum

internacional em Alfândega da Fé, detenções policiais em Bragança), política local (ex.: reeleição líder JSD, convívio militantes socialistas) e economia local (ex.: feira de stocks com 40 expositores regionais). Cultura teve presença pontual (ex.: 30 anos Tuna Académica do ISLA), enquanto desporto e conteúdos de opinião estiveram ausentes neste período. Profundidade média (resumos com links), diversidade temática moderada e originalidade média, com abordagem jornalística tradicional. Mantém serviço informativo regular e diversificado, com foco acentuado em temas locais e comunitários.

(6) **Terra de Miranda – Notícias:** atividade regular e constante nos dias úteis (~12 dias com publicações em 17), sem *posts* aos domingos. Publicações diárias de 1 a 2 notícias, com destaque para eventos locais e atualizações importantes (ex.: Feira das Cantarinhas em Bragança, encontro intergeracional em Sendim). Formato principal com links para notícias no site, acompanhadas de texto breve e foto ilustrativa, sem vídeos nem áudio. Forte ênfase em temas locais de sociedade/cultura (ex.: curso de burel em Miranda) e política regional devido às eleições legislativas antecipadas (ex.: apelo da Igreja sobre programas eleitorais, campanha eleitoral do Dia da Europa). Economia nacional (ex.: projeções do PIB) e desporto local (ex.: futsal mirandês) tiveram presença pontual, enquanto artigos de opinião não foram publicados no período. Profundidade informativa média (resumos com links), diversidade temática alta e originalidade média pela abordagem tradicional. Cumpre bem o papel informativo regional, cobrindo múltiplos interesses locais com consistência.

(7) **A Voz de Bragança:** publicação consistente em dias úteis (segunda a sexta), média 1–3 posts/dia, sem conteúdos novos aos fins de semana e feriados (ex.: ausência no Dia do Trabalhador, 1/05). Predominam notícias breves com imagens ilustrativas, sem recurso a vídeos, áudio ou formatos multimédia interativos (ex.: cobertura do Torneio Regional de Natação em Bragança). Forte incidência em temas locais de sociedade/comunidade (ex.: avisos de trânsito, iluminação simbólica do castelo no Dia da Cruz Vermelha) e desporto regional (ex.: rally 4x4, competições locais de futebol). Política e economia surgiram pontualmente (ex.: visita institucional do IEFP, candidatura local a prémio regional), cultura/tradições teve mínima presença (ex.: anúncio da Feira das Cantarinhas), e opinião limitou-se a uma coluna (em 13/05 sobre política distrital). Oferece cobertura noticiosa regular e eficiente, com claro foco em assuntos de interesse imediato e direto da comunidade local.

(8) **Voz de Trás-os-Montes:** publicações praticamente diárias, distribuídas regularmente, predominantemente em horário diurno (manhã/tarde). Predominância de conteúdos em formato link com imagem para o site do jornal, complementados pontualmente por vídeos (ex.: transmissão do debate eleitoral a 2/maio com ~3,9 mil visualizações). Não se verificaram conteúdos exclusivamente em texto ou áudio. Tematicamente, forte incidência em sociedade/comunidade (ex.: abertura da loja de "encomendas perdidas" em Vila Real), desporto local (ex.: celebração da vitória do GD Chaves B no campeonato) e eventos culturais/tradicionais (ex.: anúncio da Feira Medieval em Torre de Moncorvo). Política regional e ocorrências policiais surgiram

ocasionalmente, com menor frequência e interação moderada. Mantém serviço informativo dinâmico e variado, com ênfase nos temas de maior proximidade e interesse imediato da comunidade regional.

(9) **Notícias do Douro:** atividade regular e frequente em dias úteis, com múltiplas publicações em vários dias (ex.: cobertura do UTAD International Day e debates locais). Menos atualizações aos fins de semana. Predominância absoluta do formato textual acompanhado de imagens ilustrativas, sem utilização de vídeos ou áudios no período analisado. Tematicamente, há predominância de notícias locais e sociais (ex.: eventos comunitários, iniciativas da UTAD, debates sobre justiça em Lamego) acompanhadas por colunas regulares de opinião sobre assuntos variados (ex.: crónica “Solidão” sobre isolamento de idosos). Temas culturais apareceram pontualmente (ex.: lançamento de livros infantis em Murça) e a economia foi abordada ocasionalmente (ex.: análise sobre mercado imobiliário turístico). Desporto surgiu esporadicamente, em eventos regionais específicos (ex.: WRC Rally de Portugal 2025). Mantém um serviço informativo consistente e diversificado, com forte ênfase em sociedade, eventos locais e opinião regional.

(10) **Desportivo Transmontano:** publicação diária e intensa, frequentemente com vários artigos no mesmo dia, especialmente após fins de semana desportivos (ex.: múltiplas notícias a 7 de maio sobre futebol distrital). Predomina formato tradicional de texto com fotos ilustrativas, sem vídeos ou conteúdos multimédia diretamente incorporados nos artigos. Apesar disso, o jornal divulga externamente um podcast regional sobre desporto, acessível via *Spotify*. Cobertura temática exclusivamente centrada no desporto regional, destacando-se o futebol distrital/nacional (ex.: campeonatos AF Vila Real), futsal, e outras modalidades como atletismo/ciclismo (ex.: meia-maratona das Cantarinhas, Douro *Granfondo*) e desportos motorizados (ex.: Rampa da Falperra). Possui também secção regular de opinião desportiva (ex.: crónicas sobre dérbis locais e Taça de Portugal). Cumpre bem a função informativa especializada, abrangendo de forma ampla e detalhada o panorama desportivo transmontano.

(11) **Alto Tâmega Canal:** publicação com presença regular e constante, sem períodos significativos de inatividade. Predomínio claro do formato visual (texto com fotos ilustrativas ou pré-visualizações de links), complementado ocasionalmente por vídeos curtos de eventos locais (ex.: celebração do Dia do Bombeiro em Vidago, festival internacional de cinema “Entre Curtas” em Chaves). Áudio exclusivo ausente. Forte enfoque em conteúdos comunitários e sociais, abrangendo eventos locais, campanhas solidárias e fenómenos meteorológicos regionais. Relevância a temas culturais e eventos tradicionais (ex.: festival “Entre Curtas”) e conquistas desportivas regionais (ex.: qualificação do Vidago FC para a Taça de Portugal). Conteúdos de política local (ex.: cobertura eleitoral de 2025 em Vila Real) e segurança pública (ex.: acidente fatal com trator em Vilela do Tâmega) surgiram pontualmente, enquanto temas económicos e artigos de opinião estiveram ausentes. Fornece um serviço informativo regional consistente e variado, com foco em sociedade, cultura e desporto locais.

(12) **Komunica Magazine**: publicação frequente (~26 *posts* em 17 dias, média ≈1,5/dia), com atividade concentrada em dias específicos (ex.: até 5 *posts* em 5 e 7 de maio), intercalando alguns dias sem *posts* (ex.: 1, 4, 6, 13 e 17 maio). Predomina o formato visual com textos e imagens ilustrativas, complementado ocasionalmente por vídeos curtos com bom alcance (ex.: vídeo sobre o Festival do Bacalhau de Chaves, ~3 mil visualizações). Não foram identificados conteúdos exclusivamente textuais nem em áudio. Tematicamente diversificado, destacando-se especialmente sociedade/comunidade (ex.: detenção por posse ilegal de arma em Chaves, hasta pública municipal), eventos culturais (ex.: Festival Gastronómico do Bacalhau, exposição artística na biblioteca municipal, foliar gigante de Boticas) e conteúdos desportivos locais (ex.: debate público sobre desporto em Chaves, medalhas obtidas por atletas flavienses em ciclismo). Política local e segurança pública surgiram pontualmente; economia esteve praticamente ausente, e opinião foi representada por pelo menos um artigo ("O tempo voa"). Mantém uma cobertura variada e dinâmica, centrada na comunidade local e na cultura regional.

A análise qualitativa dos jornais (grelha 7, anexo 23), realizada segundo o critério de análise 4 (tabela 28), permitiu identificar um padrão geral de qualidade informativa média, embora com diferenças entre os títulos estudados, resumidas sinteticamente na tabela 38. Optou-se por apresentar os resultados de forma breve e clara, de modo a facilitar uma leitura interpretativa imediata dos dados e a proporcionar uma visão integrada, destacando os aspetos críticos e diferenciadores mais relevantes para a compreensão global do desempenho jornalístico.

Tabela 38: Qualidade dos conteúdos publicados pelos jornais transmontanos

Distrito	Jornal	Profundidade informativa	Diversidade temática	Originalidade dos conteúdos	Classificação final ^a
Bragança	Mensageiro de Bragança	Média	Alta	Média	Média
	Jornal Nordeste	Média	Alta	Média	Média
	Canal N Mirandela (Canal NTV)	Média	Alta	Média	Média
	Diário de Trás-os-Montes	Média	Alta	Média	Média
	Kapital do Nordeste	Média	Alta	Média	Média
	Terra de Miranda Notícias	Alta	Alta	Média	Média
	A Voz de Bragança	Média	Alta	Baixa	Média
Vila Real	A Voz de Trás-os-Montes	Média	Alta	Média	Alta

	Notícias do Douro	Baixa	Média	Baixa	Baixa
	Desportivo Transmontano	Média	Baixa	Moderada	Média
	Alto Tâmega Canal	Média	Alta	Média	Média
	Komunica Magazine	Média	Alta	Alta	Alta

a) A classificação final resulta da análise conjunta dos três aspetos avaliados: profundidade informativa, diversidade temática e originalidade dos conteúdos. Para atribuir a classificação final, utiliza-se o seguinte critério: Alta: Pelo menos dois dos três aspetos avaliados obtêm classificação “Alta”, sem nenhuma classificação “Baixa”; Média/Alta: Um aspeto avaliado é classificado como “Alta” e os restantes dois como “Média”, sem nenhuma classificação “Baixa”; Média: Pelo menos dois aspetos avaliados obtêm classificação “Média”, podendo existir um aspeto “Baixa”, desde que não haja mais do que um; Baixa: Dois ou mais aspetos avaliados obtêm classificação “Baixa”; Não Avaliado (–): Quando não existem dados suficientes para avaliação dos aspetos considerados.

Fonte: Elaboração própria

A diversidade temática destacou-se como o principal ponto forte da maioria dos jornais, refletindo uma preocupação evidente em abranger múltiplos interesses comunitários e sociais. O Mensageiro de Bragança, por exemplo, abordou desde desporto e cultura até iniciativas comunitárias e questões sociais, como a caminhada contra a obesidade infantil ou apelos à participação em eventos turísticos locais. De forma semelhante, o Jornal Nordeste conseguiu captar a atenção do público com uma variedade ampla de conteúdos, desde notícias policiais e campanhas solidárias até eventos culturais como a Volta ao Nordeste em Bicicleta.

Apesar da diversidade de temas, notou-se uma profundidade informativa limitada em quase todos os jornais analisados, condicionada sobretudo pelo formato das publicações nas redes sociais. A maioria dos jornais optou por conteúdos breves, objetivos e diretos, frequentemente limitados a manchetes e resumos breves, com o objetivo claro de encaminhar os leitores para os seus websites. Este formato foi exemplificado pelo Diário de Trás-os-Montes, que ao noticiar um alerta meteorológico mencionou apenas as localidades afetadas, deixando uma análise mais ampla disponível apenas no site. Este resultado confirma as preferências anteriormente manifestadas pelo público, que indicou uma predileção por conteúdos digitais rápidos e acessíveis nas redes sociais (ver capítulo 5).

A originalidade dos conteúdos revelou-se o critério mais variável e crítico. Enquanto alguns jornais demonstraram uma boa produção original e autêntica de conteúdos locais, como o Terra de Miranda Notícias, que mostrou cuidado editorial ao contextualizar temas como a greve da função pública, outros revelaram limitações significativas nesta área. A Voz de Bragança destacou-se negativamente pela baixa originalidade, recorrendo frequentemente a comunicados oficiais, como notas da Câmara Municipal ou da GNR, sem adições editoriais significativas. Por outro lado, jornais como o Komunica Magazine distinguiram-se positivamente com uma forte produção original, criando reportagens próprias sobre eventos locais únicos, como o folar gigante de Boticas, enriquecidas por fotografias exclusivas e crónicas assinadas por autores locais.

O Notícias do Douro evidenciou-se pela negativa, com uma qualidade informativa global baixa, destacando-se por uma dependência excessiva de fontes externas e uma escassa investigação própria. Exemplos como a reprodução integral de notas de imprensa sobre eventos da UTAD ou debates municipais mostraram que a redação se limita, frequentemente, à reprodução de conteúdo pré-formatado, comprometendo significativamente a profundidade e originalidade editorial.

O caso do Desportivo Transmontano merece uma referência especial pela sua natureza especializada, apresentando uma qualidade média, porém limitada pela baixa diversidade temática, focando exclusivamente o universo desportivo. Apesar disso, a sua abordagem local e original ao destacar atletas transmontanos envolvidos em competições nacionais demonstra o seu compromisso com o jornalismo regional.

Globalmente, estes jornais locais cumprem de forma satisfatória a missão básica de informar as comunidades regionais sobre acontecimentos locais, oferecendo uma diversidade temática considerável e conteúdos relevantes. No entanto, as limitações em termos de profundidade informativa e originalidade apontam para uma necessidade de evolução estratégica, especialmente na criação de conteúdos investigativos e criativos que possam destacar-se num ambiente digital competitivo. Estas limitações refletem diretamente as dificuldades práticas destacadas pelos jornalistas locais, como escassez de recursos financeiros, equipas reduzidas e falta de tempo para desenvolver conteúdos

aprofundados e inovadores (capítulo 7). O Komunica Magazine surge, neste contexto, como um exemplo positivo e referencial, mostrando que é possível aliar diversidade, profundidade contextual adequada e originalidade criativa num formato adaptado às redes sociais.

A seguir (tabela 39) apresentam-se os resultados sintetizados do critério 5, devidamente explicitado na tabela 28 (Interações e envolvimento editorial com o público), avaliados qualitativamente através da frequência de comentários, gostos e partilhas observados nas publicações dos jornais locais (grelha 8, anexo 24).

Devido ao elevado volume de informação recolhida através da observação diária, optou-se por uma apresentação mais sintética dos resultados. Esta síntese destaca as principais tendências gerais identificadas e os conteúdos que se mostraram mais relevantes em termos de envolvimento do público.

Inicialmente, previa-se também incluir na tabela uma coluna específica para avaliar se os jornais interagiam diretamente com o público, ou seja, se respondiam ou comentavam nas caixas de participação dos leitores. Contudo, após a observação minuciosa, constatou-se que, ao longo de todos os dias analisados, nenhum dos jornais respondeu ou interagiu diretamente com o público. Assim, decidiu-se retirar essa coluna da tabela final para melhorar a clareza visual e facilitar a leitura. Este resultado está, aliás, alinhado com as conclusões já antecipadas no capítulo 7, em que os profissionais que exercem funções nos media transmontanos justificaram a ausência de interação direta com o público pela sobrecarga de tarefas, falta de recursos humanos nas redações e escassez de tempo para esta atividade específica.

Tal constatação vai também ao encontro do estudo de Jerónimo, Correia e Gradim (2022a), que revelou precisamente uma escassa utilização das redes sociais pelos jornalistas dos media regionais portugueses, evidenciando uma postura pouco interativa e de reduzido diálogo com as audiências.

Acresce ainda que, no capítulo 5 desta investigação, o público também confirmou raramente receber resposta direta dos jornais, reforçando um padrão consolidado de ausência de interação editorial.

Tabela 39: Análise das interações do público com os jornais locais transmontanos

Distrito	Jornal	Nº de conteúdos com interação significativa (1–17 maio)^a	Conteúdos de maior interação (Top 3)	Temáticas específicas (subcategorias)
Bragança	Mensageiro de Bragança	22	1. Miranda do Douro finalista em prémio nacional de turismo gastronómico 2. SC Mirandela vence Taça Distrital ("dobradinha") 3. IV Caminhada Contra a Obesidade Infantil	Eventos locais (orgulho comunitário) Eventos desportivos locais Campanhas sociais e solidárias
	Jornal Nordeste	21	1. Semana Académica de Bragança 2025 2. Família pede ajuda para filha com leucemia 3. VI Volta ao Nordeste em Bicicleta	Eventos culturais locais Campanhas sociais e solidárias Eventos desportivos locais
	Canal N Mirandela	28	1. De Mirandela para o Marquês: Sporting Campeão Nacional 2. Comemoração do Dia da Família em Torre de Moncorvo 3. Feira Medieval de Torre de Moncorvo (2–4 de maio)	Eventos desportivos locais Eventos sociais e comunitários Eventos culturais locais
	Diário de Trás-os-Montes	20	1. Chuva não roubou brilho à estreia do Lés-a-Lés Classic! 2. Festival dos Espargos Selvagens na Vilarça 3. Aluna de 15 anos agredida em Vila Real (vídeo divulgado)	Eventos locais (interesse comunitário) Eventos culturais e gastronómicos locais Ocorrências policiais e segurança pública
	Kapital do Nordeste	6	1. Feira dos Stocks do Comércio Local em Bragança 2. Emigrante encontrado morto em estação de serviço 3. Detenção por violência doméstica em Mirandela	Eventos económicos locais (interesse comunitário) Ocorrências policiais e segurança pública Ocorrências policiais e segurança pública
	Terra de Miranda – Notícias	13	1. 1.º de maio: "São Bento em Família" 2. Miranda do Douro: "Guerra do Mirandum" 3. Futsal: Mirandeses iniciam playoff de acesso à III Divisão	Eventos locais de interesse geral comunitário Eventos culturais locais (recriações históricas) Eventos desportivos locais
Vila Real	Voz de Trás-os-Montes	27	1. "Encomendas perdidas" chegam a Vila Real 2. Chaves B recebe Taça de Campeão	Conteúdos curiosos/interesse geral comunitário

			3. Feira Medieval regressa a Moncorvo	Eventos desportivos locais Eventos culturais e tradicionais locais
	Alto Tâmega Canal	19	1. Celebração do Dia do Bombeiro em Vidago 2. Vitória do Vidago FC – apuramento para a Taça de Portugal 3. Anúncio do Festival de Cinema “Entre Curtas” em Chaves	Eventos locais (interesse comunitário) Eventos desportivos locais Eventos culturais locais
	Komunica Magazine	18	1. Boticas: Folar gigante de 170m 2. Atletas do BTT Chaves sobem ao pódio 3. Concurso Gastronómico do Bacalhau em Chaves	Eventos locais (interesse comunitário/tradição) Eventos desportivos locais Eventos culturais locais (gastronomia)

a) Os números apresentados nesta coluna correspondem exclusivamente às publicações que registaram interação significativa, ou seja, que suscitaram reações (gostos, comentários ou partilhas) relevantes. Não refletem a totalidade dos conteúdos publicados durante o período analisado. Os números globais de publicações que resultaram na respetiva avaliação qualitativa da frequência (alta, muito alta, média ou baixa), foram já devidamente apresentados na tabela 37. Salienta-se ainda que, apesar da frequência elevada de publicações, nem todos os conteúdos suscitaram reação do público ou tiveram envolvimento significativo. Por exemplo, conteúdos com apenas um gosto ou uma única partilha não foram considerados relevantes nesta análise quantitativa.

Nota: Os jornais A Voz de Bragança, Notícias do Douro e Desportivo Transmontano não puderam ser avaliados quanto ao critério 5 (“Interações e envolvimento editorial com o público”), por se ter analisado, nestes casos específicos, o *website* de cada jornal em substituição da sua página de *Facebook*, devido à indisponibilidade ou ausência desta rede social, conforme já demos nota. Como os websites não dispõem de ferramentas que permitam avaliar interações diretas com o público (gostos, comentários ou partilhas), os três jornais foram eliminados da tabela.

Fonte: Elaboração própria

A análise dos resultados permite verificar que, também nos jornais regionais predominam conteúdos de proximidade, semelhante ao que já havia sido constatado na análise às rádios. Estas publicações, com forte enfoque local e regional, destacam-se geralmente pela componente emocional, orgulho comunitário e valorização das tradições locais. Temas relacionados com eventos culturais regionais (como a Feira Medieval de Torre de Moncorvo), conquistas desportivas locais (ex.: o apuramento do Vidago FC para a Taça de Portugal e a vitória do GD Chaves B no campeonato distrital), iniciativas sociais (como a IV Caminhada Contra a Obesidade Infantil em Bragança) e conteúdos curiosos com forte identidade local (como o Folar gigante de 170 metros em

Boticas) são aqueles que consistentemente geram maior volume de gostos, comentários e partilhas.

Esta tendência corrobora diretamente as expectativas manifestadas pelo público, conforme analisado no capítulo 5. Os leitores afirmaram preferir conteúdos que reflitam diretamente a sua realidade quotidiana, interesses e preocupações específicas das suas comunidades. No entanto, o público revelou também desejar mais diversidade e frequência na oferta desses conteúdos. Neste sentido, os jornais locais demonstraram estar atentos a estas preferências, oferecendo regularmente publicações capazes de mobilizar significativamente o seu público, embora ainda exista espaço para ampliar e diversificar esta abordagem editorial.

Por outro lado, destaca-se a baixa relevância de conteúdos de âmbito nacional entre os mais interativos. Mesmo quando surgem, estes conteúdos ganham relevância sobretudo devido a ligações locais específicas ou ao forte apelo emocional e mobilizador que certos temas nacionais possuem, como exemplificado pela celebração da vitória do Sporting Clube de Portugal, liderado por um treinador natural de Mirandela. Este exemplo sugere que, embora a proximidade geográfica e emocional seja essencial para geral envolvimento, alguns temas nacionais conseguem captar interesse significativo quando revestidos de grande carga emotiva e identificação comunitária.

Ao longo do período de observação, sobretudo no que respeita aos jornais, foi-se consolidando a perceção de que os jornais locais continuam a desempenhar um papel absolutamente central na vida das comunidades que servem.

São eles que olham para as realidades mais próximas — eventos, tradições, pequenos acontecimentos quotidianos — e as transformam em notícia, atribuindo-lhes visibilidade e significado. Sem estes meios, muitas destas informações não teriam lugar no espaço público, já que os jornais nacionais, com uma lógica editorial mais distante e centralizada, não têm capacidade (nem vocação) para cobrir estas dinâmicas locais com o mesmo detalhe e continuidade. Apesar de poderem existir lacunas ao nível da cobertura ultralocal — por vezes faltando chegar a pequenas aldeias ou freguesias mais periféricas —, os dados observados mostram que os jornais regionais continuam a captar e a devolver à comunidade aquilo que ela reconhece como seu.

As interações registadas neste período reforçam essa ligação: o público envolve-se, comenta, partilha, reconhece pessoas e eventos. Há uma profundidade e densidade emocional nos conteúdos noticiosos que aqui circulam — desde uma festa de aldeia a uma conquista desportiva — que não se verifica com igual intensidade nas rádios nem noutras formas de media regional.

O envolvimento mais intenso com os jornais, particularmente quando estes partilham fotografias ou conteúdos visualmente apelativos, sublinha ainda o valor afetivo que os leitores atribuem ao que é da sua terra. Em última instância, esta observação empírica comprova o papel estratégico que os jornais desempenham — sejam em formato online ou impresso — na construção do tecido informativo regional, dando visibilidade a temas que, de outro modo, permaneceriam invisíveis no panorama mediático nacional.

De seguida, são apresentados os dados técnicos obtidos através das entrevistas realizadas aos responsáveis editoriais dos jornais que integram este estudo.

No conjunto das entrevistas efetuadas aos jornais analisados, foram formuladas 21 questões aos respetivos responsáveis editoriais. Aqui, apresentaremos os resultados relativos às primeiras 16 perguntas, por abordarem aspetos mais técnicos e específicos da gestão e funcionamento dos jornais (tabela 28). As últimas cinco perguntas serão analisadas numa secção posterior, considerando o seu carácter mais abrangente e reflexivo, relacionado diretamente com os atuais desafios e perspetivas futuras do setor da imprensa regional (anexo 3).

Importa sublinhar que, tal como já referido anteriormente, os critérios adotados na análise dos jornais apresentam algumas divergências relativamente à análise efetuada às rádios. Esta opção metodológica resulta diretamente das especificidades contextuais e estruturais próprias dos jornais, da profundidade e riqueza que já obtivemos através da análise de conteúdo prévia e, sobretudo, do interesse acrescido em explorar certas dinâmicas particulares que emergiram durante o processo.

Os dados apresentados em seguida na tabela 40 têm como base o importante trabalho previamente desenvolvido por Posse (2011). Considerando o objetivo de assegurar uma análise rigorosa e atualizada, procedeu-se a uma verificação cuidadosa

das informações originais, através da confirmação direta junto dos responsáveis editoriais dos jornais analisados. Neste processo, aproveitou-se não só para atualizar e complementar os dados originalmente recolhidos por Posse, especialmente os referentes à idade e ao ano de migração online dos jornais, como também para acrescentar novas informações relativas aos jornais surgidos após 2011, que não integravam a análise original, mas fazem parte do conjunto analisado nos estudos de caso desta investigação (critérios 6 e 7, tabela 28).

Uma comparação transversal entre os dados de 2011 e 2025 revela que a alteração mais significativa ocorreu com o jornal Desportivo Transmontano, que, embora inicialmente registado como híbrido (papel e online), abandonou entretanto o formato papel, estando atualmente apenas online.

Tabela 40: Caracterização dos jornais transmontanos (parte 2)

Distrito	Jornal	Idade em 2025	Formato inicial (papel ou online)?	Ano de migração online	Motivos para migração online	Dificuldades enfrentadas no processo de migração
Bragança	Mensageiro de Bragança	85 anos	Papel	2004	Modernização e alcance	Transição pacífica
	Jornal Nordeste	32 anos	Papel	2003	Ampliação leitores	Desenvolvimento informático e custos adicionais
	Diário de Trás-os-Montes	26 anos	Online	1999	Pioneirismo e alcance	Desafios tecnológicos para criação de software específico
Vila Real	A Voz de Trás-os-Montes	78 anos	Papel	1998	Modernização tecnológica	Transição pacífica
	Notícias do Douro	91 anos	Papel	2005	Modernização e alcance	Algumas dificuldades iniciais
	Desportivo Transmontano	14 anos	Simultâneo (atualmente só online)	2011	Redução custos e alcance	Sem dificuldades
	Alto Tâmega Canal	12 anos	Simultâneo	2013	Modernização e alcance	Transição pacífica
	Komunica Magazine	2 anos	Online	2023	Alcance e custos operacionais	Transição pacífica

Nota: Os jornais online Canal N Mirandela, Kapital do Nordeste, Terra de Miranda Notícias e A Voz de Bragança não foram incluídos na presente tabela, uma vez que não foi possível reunir as informações necessárias para realizar uma análise integrada dos critérios avaliados. Esta ausência de dados resultou quer da impossibilidade de obtenção dos mesmos junto dos responsáveis editoriais destes jornais, quer da insuficiência dos elementos disponíveis através da análise documental efetuada. Por este motivo, optou-se pela sua exclusão desta etapa específica da análise.

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas junto dos responsáveis editoriais dos jornais transmontanos

A análise da tabela permite-nos, desde logo, perceber a diversidade dos contextos históricos dos jornais analisados, refletida na sua idade. Destacam-se, em particular, jornais quase centenários, como o Notícias do Douro com 91 anos e A Voz de Trás-os-Montes com 78 anos, ambos do distrito de Vila Real, e o Mensageiro de Bragança, com 85 anos, representando Bragança. Estas idades sublinham não apenas o valor histórico destes jornais, mas também um certo equilíbrio regional, com Vila Real a contar com dois jornais muito relevantes e históricos, enquanto Bragança se mantém representado por um título particularmente resiliente e com uma longa trajetória. A longevidade destes jornais merece, por isso mesmo, um estudo mais aprofundado para explorar como as dinâmicas históricas do país, incluindo períodos marcantes como o Estado Novo e o 25 de Abril de 1974, influenciaram e moldaram estes órgãos de comunicação social.

Estes jornais mais antigos carregam, certamente, consigo inúmeras histórias sobre as comunidades, as equipas jornalísticas, as estratégias editoriais, e sobre como resistiram e se adaptaram ao longo dos anos, contribuindo decisivamente para a construção da identidade regional e para o reforço da memória coletiva de Trás-os-Montes.

Contrastando com estes títulos históricos, emergem também jornais mais recentes, fruto de contextos sociais e tecnológicos distintos. A análise ao formato inicial dos jornais evidencia, precisamente, esta mudança geracional: enquanto os jornais mais antigos tiveram início exclusivamente em papel, os mais recentes já surgem frequentemente em formato híbrido ou exclusivamente digital desde a sua criação. Contudo, é particularmente importante destacar que, independentemente do formato inicial, todos os jornais analisados reconheceram a importância estratégica do ambiente digital. Hoje em dia, todos os jornais presentes neste estudo estão disponíveis online,

refletindo a perceção generalizada de que é indispensável estar presente onde a audiência está, acompanhando o mundo digital em que todos vivemos atualmente.

Um olhar mais atento ao ano da migração digital dos jornais revela que a transição massiva para o ambiente online ocorre principalmente nos primeiros anos do século XXI. Este período coincide com a realidade observada nas rádios regionais, reforçando a ideia de uma dinâmica transversal de digitalização dos meios de comunicação locais e regionais. Curiosamente, verifica-se que os jornais mais antigos não foram necessariamente os primeiros a adotar o online, possivelmente devido a alguma resistência inicial. Por exemplo, o Mensageiro de Bragança, apesar de já ser na época um jornal histórico e consolidado, só migrou em 2004, enquanto o Diário de Trás-os-Montes, mais recente, já estava no digital desde 1999. O mesmo acontece com A Voz de Trás-os-Montes, também com longa história, que só transitou em 1998.

Mas o que é, de facto, interessante verificar – e o que constituiu uma parte essencial da conversa com os responsáveis editoriais – foram os motivos que levaram os jornais regionais a migrar para o ambiente digital e as principais dificuldades enfrentadas durante o processo. A migração dos jornais regionais de Trás-os-Montes para o ambiente digital resultou sobretudo de uma conjugação complexa de fatores económicos, tecnológicos e estratégicos, alinhados com tendências mais amplas do setor jornalístico. Entre estes, destaca-se a necessidade de reduzir custos, uma preocupação ilustrada por Luís Roçadas, do Desportivo Transmontano: “Primeiro, devido à redução de custos, visto que em papel carece de um custo elevado a nível de impressão do jornal. Segundo, devido ao alcance e visibilidade do jornal” (comunicação pessoal, 2025).

Contudo, não se tratou apenas de uma questão económica. António Pereira, do Diário de Trás-os-Montes, enfatizou razões estratégicas ligadas à identidade regional e proximidade com os leitores: “A necessidade de agregar notícias da região, criar e perseguir uma identidade própria e garantir proximidade foram determinantes. Além disso, pesaram fatores como a migração dos leitores para o digital, o maior alcance e visibilidade do jornal, a redução de custos operacionais e também o facto de querermos ser inovadores nesta área” (comunicação pessoal, 2025).

Esta ideia de ampliar o alcance e chegar a novos públicos foi também sublinhada por Paulo Afonso, do Jornal O Nordeste: “A necessidade de existir online foi a possibilidade de chegar a mais pessoas, alargando o espectro de leitores, mediante assinatura digital.” Complementarmente, António Rodrigues, do Mensageiro de Bragança, destacou uma motivação tecnológica e de alinhamento com as tendências gerais: “Os principais motivos foram a modernização tecnológica, o maior alcance e visibilidade do jornal e a tendência geral no setor.”

Apesar das vantagens, o processo de migração digital enfrentou desafios significativos, que variaram consoante o momento e as condições específicas de cada jornal. António Pereira relatou dificuldades particulares, típicas da época inicial da internet em 1999: “O maior desafio foi adequar o software existente na época aos automatismos necessários para a publicação online, que não existiam naquele tempo. Foi preciso criar programas próprios.” Paulo Afonso acrescentou que os obstáculos técnicos se traduziram também num aumento de despesas: “As principais dificuldades foram o desenvolvimento informático e a necessidade de mais recursos, o que aumentou a despesa.”

Armando Mansilha, do Notícias do Douro, reforçou a ideia de que esta transição não foi livre de constrangimentos, embora estes fossem comuns numa fase inicial: “A migração digital trouxe algumas dificuldades iniciais”, admitiu.

Estas experiências demonstram que, embora as motivações para a migração digital sejam frequentemente semelhantes – custos, visibilidade e adaptação às tendências do setor –, os desafios concretos enfrentados por cada jornal regional refletiram sobretudo as condições tecnológicas e financeiras do período específico em que ocorreu a transição.

A tabela seguinte (tabela 41) apresenta uma análise sucinta sobre a independência editorial e natureza jurídica dos jornais transmontanos, bem como o impacto das limitações infraestruturais locais e o seu papel na valorização da identidade cultural regional (critérios 8,11,12 e 13, tabela 28). Verificou-se que todos os jornais cumprem formalmente os requisitos legais no que diz respeito à existência de um estatuto editorial explicitamente escrito. Embora a profundidade e visibilidade destes

mecanismos variem entre órgãos, todos assumem formalmente tê-los implementados.

Tabela 41: Características dos jornais transmontanos (parte 3)

Distrito	Jornal	Independência editorial (existência formal de mecanismos)	Natureza jurídica	Impacto sobre a autonomia editorial	Limitações infraestruturais locais	Papel na valorização da identidade cultural transmontana
Bragança	Mensageiro de Bragança	Sim, formalmente escrito	Fundação	Garantida pela Diocese	Mais relacionada com iliteracia da população	Sim, frequentemente e de forma explícita.
	Jornal Nordeste	Sim, formal com depósito na ERC	Sociedade comercial (Lda.)	Sim, maior liberdade editorial por não ter apoios externos	Não afetam o alcance	Sim, definitivamente, foco regional explícito e voz ao povo.
	Canal N Mirandela	Sim	Privada de natureza comercial	-	-	-
	Diário de Trás-os-Montes	Sim, formalmente escrito e aceite pela ERC	Privada e comercial	Independência salvaguardada	Sim, afetam significativamente, sobretudo inicialmente	Sim, forte ligação e conteúdo exclusivamente regional
	Kapital do Nordeste	Sim	Privada e comercial	-	-	-
	Terra de Miranda Notícias	Sim	-	-	-	-
	A Voz de Bragança	Sim	Sociedade por quotas	-	-	-
Vila Real	A Voz de Trás-os-Montes	Sim	Comercial	Nenhum impacto	Atualmente, não afetam significativamente	Sim, frequentemente e de forma explícita.
	Notícias do Douro	Sim, formalmente escrito	Privada	Não, de todo	Sim, afetam moderadamente.	Sim, frequentemente e de forma explícita.

	Desportivo Transmontano	Sim, formalmente escrito	Privada ou comercial	Sem pressões exteriores	Sim, afetam significativamente.	Não especialmente, devido a ser um jornal desportivo.
	Alto Tâmega Canal	Sim, formalmente escrito	Privada ou comercial	NS/NR	Sim, afetam moderadamente.	Sim, frequentemente e de forma explícita.
	Komunica Magazine	Sim, formalmente escrito	Privada ou comercial	Sim, independente e em temas mediáticos	Sim, afetam moderadamente.	Sim, frequentemente e de forma explícita.

Nota 1: Para os jornais Canal N Mirandela, Kapital do Nordeste, Terra de Miranda Notícias e A Voz de Bragança, não foi possível realizar uma análise integrada de todos os aspetos pretendidos. Foram incluídos apenas dados obtidos através de pesquisa documental, nomeadamente relativos à independência editorial e à natureza jurídica.

Nota 2: NS/NR = “Não sabe ou não responde”.

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas dos responsáveis editoriais dos jornais transmontanos

Quanto à natureza jurídica, verifica-se que a maioria dos jornais são entidades privadas ou comerciais, com exceção destacada do Mensageiro de Bragança, jornal ligado a uma fundação pertencente à Diocese local, o que confere um enquadramento particular em termos de autonomia editorial e sustentabilidade financeira.

Outro aspeto relevante é a generalizada afirmação da ausência de pressões externas, sendo comum o entendimento de que essas pressões não afetam a autonomia editorial. No entanto, uma futura investigação poderia ser interessante para analisar, na prática, se esta perceção se reflete efetivamente na independência editorial quotidiana dos jornais. Tal estudo implicaria uma análise detalhada e transversal às fontes de financiamento, publicidade, conteúdos publicados e práticas editoriais concretas.

Esta questão das pressões externas foi abordada diretamente pelos responsáveis editoriais entrevistados, refletindo diferentes perspetivas sobre um tema que permanece sensível e incontornável na prática jornalística local. De facto, já no capítulo 7, quando ouvimos os profissionais que trabalham nos media transmontanos, alguns referiram a existência destas pressões externas, salientando que, embora lhes fizessem frequentemente “ouvidos moucos”, elas existem e são uma realidade quotidiana. Assim, devido precisamente a essas respostas obtidas no capítulo 7, quisemos aprofundar o

tema, ouvindo diretamente os responsáveis editoriais para compreender melhor como lidam com este desafio.

Luís Roçadas (Diário Transmontano) garante que o seu jornal nunca sentiu restrições explícitas: “Nunca tivemos pressões externas relativamente ao nosso conteúdo”. Contudo, António Pereira, do Diário de Trás-os-Montes, assume que estas pressões existem, ainda que num plano mais subtil, associado sobretudo à questão financeira: “Existem pressões sim. Normalmente as pressões são económicas, retiradas de publicidade”, clarificando de seguida: “Somos completamente independentes. Não dependemos de ninguém”. Reforça ainda que “a independência editorial não é suscetível de abalar por nada”.

António Rodrigues, responsável pelo Mensageiro de Bragança, apresenta uma visão pragmática e algo mais abrangente sobre este tema: “As pressões externas são comuns no jornalismo (não que seja uma situação normal, mas é comum). Cabe-nos a nós, jornalistas e responsáveis editoriais, lidarmos com elas e não nos deixarmos pressionar”. Esta ideia é corroborada por Paulo Afonso (Jornal O Nordeste), que detalha mais claramente as origens dessas pressões: “As pressões externas acontecem, naturalmente, porque há pessoas ou instituições que muitas vezes são visadas em notícias menos abonatórias, ou também há pressões para fazermos notícia de acontecimentos que manifestamente poderão beneficiar ou promover pessoas, empresas ou instituições”. Acrescenta, no entanto, um princípio orientador claro: “Encaramos com naturalidade essas pressões, às quais respondemos sempre com isenção e rigor, não sendo permeáveis às mesmas”.

Por sua vez, Cátia Portela (Komunica Magazine) refere-se a este assunto sobretudo através da garantia da independência prática do jornal, não mencionando diretamente pressões externas, mas enfatizando uma postura editorial autónoma: “Somos um órgão de comunicação social independente, que apesar dos apoios institucionais consegue ter liberdade de atuação em assuntos mais mediáticos” (comunicação pessoal, 2025).

Estas diferentes perspetivas permitem compreender as nuances da gestão editorial em contextos de proximidade, mostrando estratégias comuns de resistência e

integridade jornalística perante pressões que, embora reconhecidas como frequentes, não são consideradas impeditivas da autonomia editorial.

A análise às limitações infraestruturais no acesso à informação digital em Trás-os-Montes tornou-se pertinente a partir das evidências recolhidas no capítulo 4, onde se assinalaram várias zonas do território como carentes de cobertura de internet estável ou sequer existente — as chamadas zonas brancas. Esta realidade levanta preocupações adicionais quando estamos a estudar jornais de base online, cuja distribuição e receção dependem quase exclusivamente de uma ligação eficaz à rede.

Com esse ponto de partida, procuramos aferir junto dos responsáveis editoriais até que ponto esta realidade se verifica no seu dia a dia e se tem, de facto, impacto na circulação de conteúdos jornalísticos regionais. As respostas obtidas revelam que, em muitos casos, as limitações tecnológicas continuam a ser um entrave real à missão informativa dos órgãos de comunicação social locais.

Cátia Portela (Komunica Magazine) é direta ao exemplificar os constrangimentos sentidos em trabalho de campo: “Em certas freguesias do concelho, quando estamos no terreno e queremos publicar algo, por vezes torna-se difícil apanhar internet ou mesmo rede de telemóvel.” A mesma preocupação é partilhada por António Pereira (Diário de Trás-os-Montes), que alerta para o facto de a precariedade da cobertura comprometer o desempenho digital do jornal: “O facto de em muitas localidades da nossa região praticamente não terem acesso à internet, devido a cortes regulares, faz com que o alcance do nosso jornal não seja o mais desejável.”

No entanto, António Rodrigues (Mensajeiro de Bragança) introduz um elemento diferenciador na análise ao destacar que, mais do que as limitações infraestruturais, o principal entrave à disseminação da informação online é de natureza cultural: “Mais do que as limitações infraestruturais, o principal problema reside na iliteracia da população. Caminhamos a passos largos para que cada vez uma maior franja da população não leia [jornais e afins]” (comunicação pessoal, 2025).

Já Paulo Afonso (Jornal O Nordeste) traz à luz um problema inesperado, mas igualmente revelador do estado da circulação da informação: a distribuição deficiente dos CTT. Ainda que o foco da investigação recaia sobre os constrangimentos digitais, o

diretor chama a atenção para uma realidade persistente no acesso à versão impressa do jornal: “O único problema grave é a deficiente distribuição dos CTT pelos nossos assinantes, problema que se agrava em Trás-os-Montes, tendo em conta que nas áreas rurais chega a haver distribuição apenas uma vez por semana. Muitas vezes recebem o jornal semanal 15 dias depois, o que faz com que as pessoas percam o interesse em manter a assinatura do jornal.” Este testemunho mostra que, independentemente do suporte — digital ou impresso —, a chegada da informação aos leitores da região continua marcada por constrangimentos logísticos e estruturais que colocam em causa o princípio da igualdade no acesso à informação.

Neste sentido, as limitações infraestruturais não são apenas um problema técnico: são, também, um obstáculo à plena integração digital e ao exercício de uma cidadania informada, especialmente em territórios de baixa densidade como Trás-os-Montes.

Quando realizamos a análise de conteúdo às secções informativas mais representativas dos jornais e rádios incluídos neste estudo, foi possível constatar que todos os meios analisados revelavam um esforço consistente na valorização da sua missão de proximidade. A maioria dos conteúdos identificados dizia respeito à região, às suas tradições, às suas gentes e aos seus rostos, confirmando que estes órgãos de comunicação cumprem o seu papel na representação do território. Ainda assim, e para além dessa constatação empírica, quisemos confrontar diretamente os responsáveis editoriais com esta questão, de modo a compreender as suas perceções, motivações e práticas neste domínio.

Confirmou-se durante as entrevistas aquilo que já havia sido evidenciado na análise de conteúdo: uma preocupação com a missão de proximidade e com a valorização da identidade regional, tanto ao nível das tradições e do património como das histórias humanas que atravessam o território transmontano.

Paulo Afonso (Jornal O Nordeste) sintetiza esta orientação: “Tudo é feito tendo em conta a nossa região, as suas características, dificuldades, assimetrias, tradições, cultura e, naturalmente, dar voz ao povo.” A par desta afirmação, destaca-se também a intencionalidade na escolha dos conteúdos e na criação de rubricas dedicadas ao

universo simbólico local: “Temos diversos conteúdos como por exemplo uma página semanal dedicada à segunda língua oficial de Portugal, o mirandês, que é feita pela Associação da Língua Mirandesa. Temos também uma página semanal dedicada à parte popular das tradições e saberes de Trás-os-Montes, a partir do programa de rádio mais ouvido no interior norte, que é a Página do Tio João.”

Também António Rodrigues (Mensageiro de Bragança) sublinha o papel do jornal na valorização da identidade regional, não apenas como missão implícita, mas como linha editorial: “Mesmo o conteúdo editorial prima pela divulgação da identidade cultural transmontana através de notícias e reportagens.” Como exemplo concreto, destaca: “Por exemplo, uma rubrica semanal em língua mirandesa (de humor).” Esta referência à língua mirandesa, cuja sobrevivência se encontra ameaçada, é particularmente relevante, pois trata-se de uma expressão identitária única no mundo e específica desta região. Já no capítulo 4, os especialistas haviam sublinhado a importância da preservação deste património imaterial, e fica agora evidente que os média de proximidade assumem, de facto, um papel essencial na sua salvaguarda. São, por vezes, os únicos a garantir que tradições como esta, em risco de extinção, não desapareçam do espaço público e da memória coletiva.

No caso do Diário de Trás-os-Montes, a ligação à região é apresentada como um princípio fundador: “Somos um jornal com forte ligação aos transmontanos em todo o mundo. Só publicamos notícias sobre a região. Em 26 anos, nunca publicámos uma notícia que não tenha origem na região, ou que não afete a região, ou que não seja feita por transmontanos ou afete transmontanos.” António Pereira reforça ainda que “os nossos comentadores são todos transmontanos ou com forte ligação à região. É um princípio de que não abdicamos.” E dá exemplos concretos dessa missão: “Um exemplo paradigmático é a cobertura que fazemos de todos os eventos dos Caretos de Podence e máscaras de Trás-os-Montes. A nossa secção de reportagens é praticamente só cultura e património da região. Fizemos também uma série de entrevistas sobre bandas musicais da região.”

É particularmente interessante que esta preocupação esteja aqui tão explícita, sobretudo porque, no capítulo 4, ao ouvirmos os especialistas sobre a identidade

transmontana, já havia sido sublinhado que os media regionais desempenham um papel fundamental na divulgação das tradições e da cultura local. As declarações agora recolhidas nas entrevistas vêm, assim, confirmar essa perceção e reforçar a ideia de que, do lado dos próprios órgãos de comunicação, existe plena consciência dessa missão de representação cultural.

João Vilela (A Voz de Trás-os-Montes) reforça esta perspetiva. Como exemplos concretos refere: "Temos regularmente conteúdos de cariz cultural que representam as tradições transmontanas e o património cultural. Destaco os conteúdos publicados referentes ao Carnaval de Agarez, em Vila Real, às Marchas Populares de Vila Real, ao congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes..." (comunicação pessoal, 2025).

Estes exemplos confirmam, uma vez mais, o compromisso dos media regionais na valorização das manifestações culturais mais representativas da identidade regional.

Cátia Portela (Komunica Magazine) vai no mesmo sentido, ao afirmar: "Temos particular atenção aos eventos tradicionais que tentam preservar o seu património cultural, como é o caso das feiras do fumeiro, a festa do bolo podre ou do ciclo do linho."

Estas afirmações demonstram que os media regionais de Trás-os-Montes não apenas reconhecem o seu papel na valorização da identidade cultural local, como o colocam no centro da sua prática editorial quotidiana. Ao mesmo tempo, respondem a uma expectativa do público que foi expressa no capítulo 5, onde muitos inquiridos sublinharam a importância dos conteúdos de proximidade e a valorização daquilo que é da terra. Verifica-se, assim, uma sintonia entre aquilo que a população procura e aquilo que os media regionais oferecem.

Isto mostra que a região não está sozinha. Ainda há rostos na terra que asseguram que Trás-os-Montes continue a ter presença, com todas as dificuldades, mas também com notável resiliência. Há quem esteja à frente destes media que não deixa morrer as tradições, os gostos do público, nem o nome de Trás-os-Montes, que continua a circular pelo mundo através destes meios.

Por fim, importa apresentar os critérios 9 e 10 (tabela 28), relativos às condições laborais das redações, à dimensão das equipas editoriais e às principais fontes de receita dos jornais regionais online analisados.

No que respeita às condições laborais e à dimensão das equipas, optou-se por uma exposição textual mais breve e sintética, dada a natureza qualitativa das respostas obtidas, que apontam para uma realidade bastante homogénea entre os jornais. De facto, a maioria dos responsáveis descreve as condições laborais como moderadamente estáveis, embora a precariedade seja frequentemente mencionada (Alto Tâmega Canal; Komunica Magazine). Salientam-se, contudo, duas situações particularmente frágeis, classificadas como “altamente precárias” (Diário de Trás-os-Montes; Notícias do Douro), refletindo dificuldades financeiras profundas. Destaque-se ainda o caso específico do Desportivo Transmontano, cuja equipa editorial é composta exclusivamente pelos fundadores e colaboradores voluntários, sem remuneração.

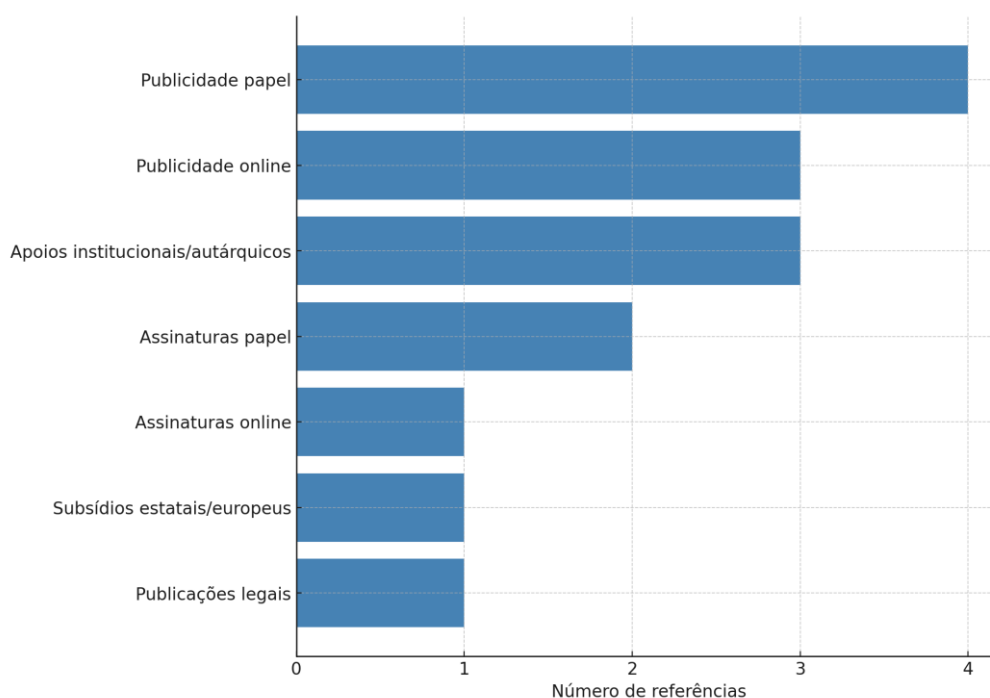
Quanto à dimensão das equipas, as redações são, em geral, pequenas, variando entre um e cinco elementos. Destacam-se, por possuírem equipas ligeiramente maiores, o Notícias do Douro e o Mensageiro de Bragança, ambos jornais com longa tradição na região, cada um com cinco elementos. Já o jornal A Voz de Trás-os-Montes, igualmente com significativa tradição na região, informou ter uma equipa editorial composta por três elementos. No extremo oposto está o Komunica Magazine, que declarou ter apenas um elemento assegurando todo o funcionamento editorial. Este cenário de equipas reduzidas reforça a necessidade constante de multitarefas, limitando frequentemente a capacidade operacional destes meios.

Não se pode ignorar, a propósito, a informação transmitida telefonicamente pelo jornal Terra de Miranda Notícias, cujo colaborador justificou a impossibilidade de participação no estudo com a sobrecarga decorrente de trabalhar sozinho. Este exemplo ilustra bem as dificuldades operacionais relacionadas com a dimensão reduzida das equipas.

A sustentabilidade financeira é apresentada com maior detalhe através da representação gráfica (gráfico 41), uma vez que as fontes de receita são mais

diversificadas e permitem uma análise quantitativa e visual mais completa dos dados recolhidos.

Gráfico 41: Principais fontes de receita dos jornais transmontanos



Fonte: Elaboração própria, com base no número de menções dos responsáveis editoriais dos jornais online analisados que participaram na entrevista.

Confirma-se o cenário de dificuldades já antecipado para os jornais online analisados, com a maioria a referir dificuldades financeiras significativas. Destaca-se, como forma de sobrevivência económica, um equilíbrio entre receitas provenientes do ambiente online (Desportivo Transmontano, Diário de Trás-os-Montes, Komunica Magazine) e as receitas tradicionais associadas ao papel (Alto Tâmega Canal, Jornal Nordeste, Mensageiro de Bragança, A Voz de Trás-os-Montes).

Salienta-se particularmente a relevância persistente da publicidade em papel, que ainda supera nesta região a publicidade online, refletindo uma resistência ou preferência regional pela edição impressa. Esta constatação é igualmente reforçada pelas assinaturas em papel, que superam as assinaturas digitais, surgindo estas últimas apenas como opção secundária e muito menos expressiva.

Chama especialmente a atenção o caso do jornal A Voz de Trás-os-Montes, um dos jornais mais antigos e consolidados da região, que admite obter receitas das assinaturas online, mas sublinha que estas se encontram em posição bastante secundária face às receitas provenientes da publicidade e das assinaturas do formato em papel. Este facto ilustra a importância decisiva que o formato impresso continua a ter para a sobrevivência económica dos meios regionais nesta região específica.

Releva-se ainda a importância dos apoios institucionais e autárquicos (Alto Tâmega Canal, Komunika Magazine, Notícias do Douro) como fontes de receita importantes, bem como o papel estratégico e complementar, ainda que residual, das publicações legais (Jornal Nordeste).

Chegados aqui, esta realidade não nos parece surpreendente, relativa à vulnerabilidade económica destes media regionais, que são dependentes de fontes de receita frágeis e instáveis. Tal fragilidade deve ser mote para uma reflexão crítica sobre a sustentabilidade futura destes órgãos e sublinha a possibilidade de se equacionarem novos modelos económicos que possam garantir maior estabilidade financeira a longo prazo. Neste âmbito, destaca-se a proposta de Ramos (2025), que defende a formação de redes colaborativas entre os meios de comunicação regionais, partilhando recursos e estratégias, como alternativa para fortalecer a sustentabilidade financeira e a relevância mediática destes órgãos locais.

8.4. Perspetivas críticas dos diretores dos media regionais online

O que pretendemos detalhar de seguida assume muita relevância na presente investigação, ao conferir voz direta aos responsáveis editoriais dos media analisados nos estudos de caso. O objetivo desta secção foi auscultar qual a reflexão estratégica e prospetiva daqueles que assumem a tomada de decisão editorial, complementando, assim, as perspetivas já abordadas anteriormente, provenientes dos públicos e dos jornalistas.

Embora já tenhamos ouvido os responsáveis editoriais relativamente a aspetos técnicos específicos, cujos resultados foram apresentados nas secções anteriores, considerou-se importante dar-lhes espaço para uma reflexão mais abrangente. Esta

secção completa, desta forma, o conjunto das perspetivas estruturantes à investigação, garantindo que estejam disponíveis todos os elementos necessários para a futura triangulação analítica das visões dos públicos, dos jornalistas e dos responsáveis editoriais.

De facto, não os auscultar nesta fase do estudo representaria uma lacuna na investigação, deixando incompleta a compreensão das dinâmicas editoriais e estratégicas dos media regionais. É particularmente relevante perceber como os responsáveis editoriais interpretam os desafios específicos do setor, condicionados pelas particularidades económicas, sociais e culturais da região em que operam.

Ouvir diretamente estes atores permite-nos captar o seu sentimento, motivação e perceção atual relativamente ao contexto mediático regional, oferecendo à investigação uma visão contemporânea sobre as perspetivas de desenvolvimento futuro do jornalismo regional online, especialmente num contexto atual marcado por profundas transformações digitais.

Os responsáveis editoriais dos 29 órgãos de comunicação social analisados foram convidados a participar nesta reflexão estratégica, podendo optar livremente pelo método de entrevista mais adequado às suas circunstâncias específicas (presencial, contacto telefónico com transcrição áudio, ou resposta escrita por correio eletrónico).

Esta flexibilidade metodológica justifica-se pela dimensão do universo estudado, pelo significativo volume de informação a recolher e analisar, e pela necessidade prática de garantir economia de tempo e eficiência na gestão logística do processo investigativo. Adicionalmente, foi também preocupação central desta opção metodológica garantir o conforto e a conveniência dos entrevistados, respeitando as suas preferências, circunstâncias pessoais e profissionais, assegurando simultaneamente que todas as modalidades de recolha garantissem uma análise qualitativa rigorosa.

Obtivemos respostas representativas de um total de 21 órgãos de comunicação social, correspondendo a cerca de 72,4% do universo total analisado, traduzindo uma taxa de participação expressiva dada a natureza deste estudo. Esta percentagem distribui-se entre jornais e rádios da seguinte forma: 7 jornais em 12 analisados e 14

rádios em 17 analisadas, refletindo uma cobertura equilibrada e particularmente forte no setor das rádios.

Importa reconhecer que a intenção inicial era obter uma resposta integral por parte dos 29 media, objetivo esse não atingido por circunstâncias que transcendem o controlo da autora.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por realizar uma análise transversal e integrada das respostas obtidas, embora tenham sido colocadas questões ligeiramente diferenciadas aos responsáveis das rádios e dos jornais online, respeitando assim as especificidades próprias destes meios.

Se até aqui na investigação optámos sempre por dividir os meios por distrito e por tipologia (jornais e rádios), desta vez tomámos intencionalmente uma decisão metodológica distinta. Nesta secção não faremos comparações por distrito nem por tipologia de meio, embora detalhemos a visão específica dos diretores dos jornais e das rádios. Esta opção justifica-se pelo facto de pretendermos apresentar uma análise abrangente do panorama regional do ciberjornalismo transmontano, valorizando as dinâmicas comuns e os desafios partilhados pelos media online como um todo, em detrimento da divisão por distritos específicos.

A análise das entrevistas revela uma visão enraizada nas dificuldades quotidianas, mas também marcada por consciência crítica, resiliência e apelos à transformação. A leitura integrada dos testemunhos permite identificar linhas de força comuns e pontos de fratura que atravessam o setor. Estes discursos ajudam a compreender como os próprios protagonistas leem a sua realidade, os seus limites e as possibilidades de futuro. O texto que se segue está organizado em torno de seis eixos centrais, que emergem dos dados: sustentabilidade económica, transformação digital, relação com os públicos, desinformação, função cívica e perspetivas de futuro.

Entre todos, destaca-se desde logo a sustentabilidade financeira como o tema mais transversal entre os responsáveis editoriais dos media regionais transmontanos, tanto da imprensa como das rádios regionais. As dificuldades são referidas com frequência, objetividade e, por vezes, com desabafo. Muitos entrevistados sublinham a

quebra drástica da publicidade regional, a escassez de apoios institucionais e a ausência de modelos de negócio funcionais adaptados à realidade do interior.

Paulo Afonso, do jornal *O Nordeste*, aprofunda este cenário, destacando o envelhecimento populacional como fator estrutural que condiciona a sustentabilidade económica dos media regionais, afirmando: “Sem investimento publicitário, não é possível manter os projetos funcionais e independentes. Os números não enganam. A par do desinteresse generalizado em investir em publicidade nestes órgãos, pelo simples facto de os investimentos terem migrado para as redes sociais, cerca de 60% da população de Trás-os-Montes tem mais de 60 anos. Esta população está identificada nas agências de publicidade como população não ativa, que não consome tecnologia, automóveis e muito fechada aos produtos novidade, o que os torna fora do *target* comercial”.

Luís Roçadas, do Desportivo Transmontano, resume a situação de forma direta: “Dificuldades financeiras. Fraco investimento publicitário regional.” A mesma queixa é expressa por Cátia Portela, da Komunica Magazine, que aponta também a erosão provocada pela concorrência digital: “Concorrência das redes sociais.” António Rodrigues, do Mensageiro de Bragança, acrescenta um diagnóstico mais detalhado: “As receitas são insuficientes e os custos altos, para além de não haver uma cultura de pagamento pelos conteúdos online por parte dos leitores.”

Nas rádios, o cenário não difere substancialmente. Luís Miguel Henriques, da Rádio Salesiana 90.1, sintetiza a principal preocupação da sua estação: “O problema principal [...] é a questão financeira.” Maria José Afonso, da Rádio Montalegre, destaca o impacto disso na gestão de recursos humanos: “Fixar trabalhadores e conferir-lhes condições de trabalho.” Vários entrevistados identificam, assim, uma fragilidade sistémica, transversal aos formatos, que coloca em causa a continuidade do serviço jornalístico e o cumprimento da missão pública.

Contudo, há quem procure soluções dentro deste cenário adverso. Luís Mendonça (Universidade FM) defende a necessidade de apoio estatal direto e de uma revisão das políticas públicas de financiamento: “As rádios locais têm de ser apoiadas

pelo Estado português. [...] Só as rádios nacionais e regionais como a TSF e M80 têm direito aos tempos de antena.”

Esta crítica é também partilhada por Filipe de Carvalho, da Rádio Ansiães, que denuncia a exclusão das rádios locais da maioria dos processos eleitorais formais: “No caso de Tempos de Antena, por exemplo, em que somos completamente discriminados. Só nas Autárquicas somos contemplados.” A sua observação sublinha que, com exceção das eleições autárquicas, as rádios locais são sistematicamente ignoradas nos períodos eleitorais, o que limita não apenas a sua viabilidade económica nesses momentos-chave, mas também o seu papel democrático enquanto plataformas de proximidade. Recentemente, nas eleições legislativas de 2025, as rádios transmontanas integradas na CIR – Rádio Brigantia, Onda Livre FM, Rádio Ansiães, Terra Quente, Universidade FM e Rádio Montalegre – anunciaram um boicote à cobertura da campanha em protesto contra a discriminação na atribuição dos tempos de antena. Este gesto reivindicativo, que a APR (Associação Portuguesa de Radiodifusão) já promoveu anteriormente — nomeadamente nas eleições europeias e legislativas de 2019 e 2024 —, foi novamente confirmado em maio de 2025, com cerca de 70 rádios do país a aderirem, como forma de protesto contra a persistente exclusão nas campanhas eleitorais (APR/Lusa, 2025).

Também António Pereira, do Diário de Trás-os-Montes, aponta a injustiça estrutural no acesso a fundos europeus: “As regiões do interior são espoliadas, senão roubadas pelos grandes *players*¹⁰⁸.”

Este conjunto de vozes revela que a sustentabilidade é, neste contexto, não apenas um problema económico, mas uma questão política e territorial, que obriga à reavaliação dos critérios de financiamento do jornalismo local. Há uma perceção generalizada de invisibilidade institucional dos órgãos regionais, acompanhada de um apelo à equidade no acesso a apoios.

¹⁰⁸ Sobre este tema, recorda-se ainda a recente aprovação governamental (Decreto-Lei n.º 31/2024, de 8 de maio) da obrigatoriedade de publicação dos fundos europeus nos media regionais. No entanto, essa medida não resolve totalmente as dificuldades estruturais de acesso por parte das regiões do interior, conforme sublinhado pelo entrevistado. Decreto-Lei n.º 31/2024, 2024 disponível para consulta em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/31-2024-864060322>

Este défice de apoio e financiamento compromete, aliás, a capacidade dos meios regionais para responderem aos desafios colocados pela transformação digital — um domínio onde o potencial e a frustração coexistem.

A relação dos media regionais com o digital é marcada por tensão e ambivalência. Por um lado, reconhece-se o potencial de ampliação de audiência e de ligação à diáspora; por outro, denunciam-se limitações tecnológicas, dificuldades na adaptação e uma incapacidade de competir com as lógicas de mercado das plataformas globais.

Paulo Afonso, da Rádio Brigantia, é taxativo quanto à erosão da sua base de receita tradicional: “A publicidade migrou em grande escala para o meio digital [...]. Não conseguimos competir com o ‘skroll’ das redes sociais.” O mesmo entrevistado denuncia a submissão forçada às plataformas: “Somos apenas mais um cliente da META que a usa para fornecer notícias e conteúdos de borla, à troca de visibilidade.”

Já António Rodrigues (Mensageiro de Bragança) oferece uma leitura técnica da dificuldade de monetização digital: “Atualmente pouco mais vantagens existem para além da promoção da marca junto de potenciais leitores.” A presença online, embora inevitável, não tem sido rentável — é percebida como obrigatória, mas de retorno incerto.

Vários entrevistados, contudo, sublinham iniciativas de inovação. Luís Mendonça menciona a tecnologia DTS AutoStage, que permite a transição automática entre rádio analógica e digital em viaturas: “O futuro vai passar pela rádio híbrida.” Trata-se de uma tentativa de integração funcional das duas lógicas, permitindo manter o alcance territorial do FM, ao mesmo tempo que se explora a flexibilidade do digital.

A este respeito, Vítor Fernandes (Rádio Regional) sublinha que a principal mais-valia do digital está na convergência de formatos: “A maior vantagem competitiva é a oferta de conteúdos em multiplataforma (analógica do FM e online), embora não se traduza, por enquanto, em receitas ainda relevantes.” Esta citação traduz o reconhecimento do potencial técnico, mas também a constatação do seu fraco retorno económico, o que fragiliza o modelo. Na mesma linha, Paulo Afonso (Jornal *O Nordeste*) enfatiza vantagens adicionais do digital, destacando particularmente a redução

significativa dos custos operacionais e a instantaneidade da comunicação com os leitores: “Dispensam os custos de impressão, que significam quase 40% da despesa de um jornal. Além disso, podem chegar às pessoas instantaneamente, sem precisar dias ou semanas para chegar a casa do leitor.” A reflexão conjunta reforça o reconhecimento generalizado das oportunidades do digital, ainda que permaneça a dificuldade em converter essas vantagens técnicas em sustentabilidade financeira efetiva. A este respeito, é importante ter também em conta que os atrasos mencionados pelos entrevistados estão igualmente associados às limitações e dificuldades do serviço nacional de distribuição postal (CTT), que já demos nota.

Alguns responsáveis enfatizam também as limitações tecnológicas do território. Manuel Ferreira (Alto Tâmega Canal) refere: “Limitações tecnológicas e de infraestruturas” (comunicação pessoal, 2025). Esta carência é frequentemente associada à interioridade, à baixa densidade populacional e à dificuldade de atrair quadros técnicos qualificados. A assimetria de acesso à inovação impede a plena digitalização dos projetos e reforça a dependência de modelos tradicionais.

Neste quadro, a transição digital surge como obrigatória, mas desigual: quem tem recursos adapta-se; quem não tem, resiste como pode — entre a necessidade de manter a presença online e a dificuldade em tirar dela qualquer retorno económico concreto.

É precisamente neste ponto de instabilidade que os media regionais recuperam o seu valor mais distintivo: a confiança das comunidades locais.

Quase todos os entrevistados referem a relação de confiança com o público local como um dos maiores ativos dos seus projetos. A ideia de que os media regionais ainda mantêm uma ligação afetiva, enraizada e credível junto das suas comunidades surge de forma repetida.

Paulo Afonso (Rádio Brigantia) enfatiza esse ponto ao distinguir as rádios regionais dos grandes grupos: “A vantagem é a linguagem de proximidade que nos diferencia dos órgãos nacionais. [...] As pessoas ainda depositam mais confiança em nós.” O mesmo é sugerido por Manuel Ribeiro (Rádio Voz do Marão): “Se no *Facebook*

ou na rádio disserem é isto, eles dizem, não, não, o pessoal da rádio disse isto.” A confiança é, aqui, um marcador de legitimidade — muitas vezes, o único.

Além disso, vários diretores destacam o papel do jornalismo local na ligação com a diáspora transmontana, que consome conteúdos através das plataformas digitais. António Rodrigues refere este aspeto de forma implícita ao defender o alargamento do alcance online; já Luís Mendonça quantifica esta realidade, referindo que a sua rádio tem mais ouvintes em Guimarães, Penafiel e Fafe do que na sua própria cidade, graças à tecnologia híbrida.

Para Fernandes (Rádio Regional), um dos raros elementos que verdadeiramente se destaca como vantagem no contexto digital regional é a capacidade de internacionalizar a cultura local: “A única grande vantagem é mesmo levar a imagem, história e cultura transmontana a todo o mundo (leia-se ‘mercado da saudade’) [...] fora isso, muito honestamente não vejo outra.” Esta visão é corroborada por Paulo Afonso (Jornal *O Nordeste*), que sugere aprofundar essa ligação afetiva com a diáspora, apostando numa abordagem editorial diferenciada e ligada à identidade regional:

Se orientarem a sua opção editorial pela diferença, promovendo a identidade transmontana e valorizando a memória coletiva, poderão aumentar de forma significativa as assinaturas online ou subscrições junto da diáspora, tendo em conta que temos cerca de 1 milhão de emigrantes transmontanos pelo mundo, mais do dobro dos que cá residem.

A combinação destas duas perspetivas aponta para um caminho possível, assente na valorização cultural e emocional das comunidades, sobretudo das que se encontram fora da região.

No entanto, esta relação não é homogénea. Alguns entrevistados reconhecem a existência de uma clivagem geracional no consumo mediático. Amândio Rodrigues (Rádio Vinhais) salienta que “a população bastante idosa continua a usar o rádio de uma forma tradicional”, enquanto Porfírio Evangelista (Rádio Torre de Moncorvo) observa que os jovens “não querem estar à espera de ouvir aquilo que querem ouvir, se eles podem escolher no *Spotify* .”

Perante este cenário, as rádios e jornais locais procuram reaproximar-se das novas gerações, por exemplo, através de atividades educativas. Evangelista descreve a iniciativa da sua rádio com entusiasmo: “No Dia Internacional da Rádio, abrimos antenas especialmente para a comunidade escolar. [...] Muitos miúdos achavam aquilo irrelevante, até perceberem que estavam a ser ouvidos nos Estados Unidos.” Esta prática revela uma tentativa de reposicionar a rádio como serviço público cultural, com capacidade de formar e envolver o público jovem.

A relação com o público, portanto, mantém-se como um dos pilares da identidade dos media regionais — mas requer adaptação, novas linguagens, e, sobretudo, estratégias que equilibrem o enraizamento tradicional com as exigências contemporâneas de segmentação e interatividade.

Essa exigência de adaptação é agravada por um ambiente informativo onde o ruído, a desinformação e as falsas narrativas ganham terreno, enfraquecendo o papel social dos media locais.

A desinformação foi diretamente abordada por alguns dos entrevistados, sendo interpretada como um fator destabilizador do ecossistema informativo regional. Sobre este assunto, Paulo Afonso (Jornal *O Nordeste*) deixa um alerta incisivo e preocupante, chamando a atenção para o crescente risco de instrumentalização do jornalismo regional: “Os meios online que proclamam fazer jornalismo só existem por motivações políticas e ideológicas, o que deita por terra qualquer possibilidade de isenção ou missão jornalística. Procuram tendenciar opiniões, manipular ou até servirem de armas de arremesso. Como não é uma atividade rentável, nem economicamente viável, logo insustentável, só pode servir outros propósitos a que já neste momento devemos estar muito atentos.” A sua visão crítica alerta, assim, para um perigo real e latente no panorama informativo regional, que merece ser considerado com atenção.

Manuel Rodrigues da Silva, da Rádio Terra Quente, expressou de forma particularmente contundente a gravidade da situação: “Perspetivo grandes dificuldades, dado o crescimento brutal do fenómeno das *fake news* nas redes sociais que atiram o jornalismo [...] para um autêntico ‘lamaçal’.” Esta expressão ilustra a

percepção de que o jornalismo sério, feito em contexto local, está a ser sufocado por um ambiente de ruído e desinformação, onde o conteúdo partilhado pelo “cidadão comum” concorre, sem regulação, com o trabalho profissional.

No caso das rádios, esta preocupação sobrepõe-se a outra igualmente crítica: a concorrência desleal de emissores não licenciados. Filipe de Carvalho (Rádio Ansiães) resume a situação de forma clara: “Pode angariar publicidade, tocar músicas e tudo que quiser utilizar [...] sem nenhuma regulação nem obrigações.” Já Vítor Fernandes, que dirige várias rádios regionais — uma das quais formalmente registada como rádio online e incluída no presente estudo —, corrobora esta crítica com particular veemência: “No meio online as rádios licenciadas estão injustamente em pé de igualdade com as rádios piratas na internet. [...] Mais de 90% das rádios online são simplesmente piratas que, além de toda a ilegalidade, constituem verdadeiros casos de polícia perante a falta de resposta das autoridades.” A sua visão denuncia não apenas uma lacuna regulatória, mas uma sensação de injustiça institucional vivida por quem cumpre a lei e opera legalmente no espaço digital.

A falta de regulação eficaz no espaço digital é, assim, identificada como um problema estrutural. Porfírio Evangelista alerta para outro tipo de concorrência: a atenção juvenil desviada para plataformas como o *Spotify* ou *YouTube*, que oferecem consumo personalizado e imediato. A rádio, com a sua lógica linear, perde atratividade, e esse desfasamento é interpretado como uma fragilidade estrutural que ameaça o futuro da escuta coletiva.

Este eixo evidencia uma dimensão ética e institucional da crise dos media regionais: não basta produzir bom jornalismo se o ecossistema que o rodeia privilegia a desinformação e penaliza o rigor. As rádios e jornais de proximidade sentem-se, em muitos casos, abandonados por um sistema que não diferencia qualidade de ruído — e esta percepção compromete, também, a sua motivação e capacidade de inovação.

Ainda assim, é precisamente nesse contexto adverso que os diretores reafirmam, com clareza, o valor cívico e social do seu trabalho.

Apesar das dificuldades materiais e tecnológicas, os entrevistados continuam a afirmar, com convicção, a importância do seu trabalho como serviço público de

proximidade. Em particular nas rádios, a função cívica, educativa e de companhia surge repetidamente como central. Luís Mendonça (Universidade FM) é explícito: “Ficou provado que, para além da emissão digital, as rádios de proximidade vão ter que continuar no ambiente analógico [...]. Elas podem ser o elo fundamental em situações de catástrofe.” Refere-se ao “apagão” de 28 de abril de 2025¹⁰⁹ como exemplo da resiliência do FM, quando outras formas de comunicação falharam.

Vítor Fernandes reforça esta dimensão ao recordar a resiliência da rádio em contextos extremos: “Em cenário de catástrofe, acidente ou guerras, a rádio mostrou que quando tudo falha é o mais eficiente meio de comunicação que salva vidas.” A frase revela uma perceção do valor social e de segurança pública da rádio FM — sobretudo num território como Trás-os-Montes, onde a rádio ainda desempenha funções de aviso e companhia essenciais.

A ideia de serviço à comunidade também aparece nos testemunhos de forma menos institucional, mas igualmente relevante. Manuel Ribeiro (Rádio Voz do Marão e Chaves FM) fala de um público envelhecido que continua a visitar fisicamente a rádio: “Vão à rádio. Literalmente à rádio.” Esta presença concreta reforça a ideia de que a rádio local é, em muitos contextos, mais do que um canal — é um espaço social e simbólico da comunidade.

Porfírio Evangelista, ao relatar a abertura da rádio às escolas no Dia Mundial da Rádio, vai mais longe: “Era importante mostrar que a rádio é um serviço público, ok? Ouvir música não é um serviço público. [...] Ter acesso à informação e por aí fora, isso é.” Esta distinção entre entretenimento comercial e serviço público informativo evidencia uma visão ética do papel da rádio local, não como produto de consumo, mas como instrumento de coesão e formação cívica.

No caso da imprensa online, o discurso é mais contido, mas igualmente orientado para a missão social. Cátia Portela (Komunica Magazine) e Manuel Ferreira (Alto Tâmega Canal) referem a ligação aos leitores locais como forma de criar confiança e relevância. Já António Rodrigues (Mensageiro de Bragança) enfatiza que, apesar das

¹⁰⁹ No dia 28 de abril de 2025 ocorreu um corte generalizado de energia elétrica em diversas regiões de Portugal e Espanha, que afetou também as comunicações digitais durante várias horas.

limitações, os jornais regionais “continuarão a ter lugar” — mas será necessário “acertar”, isto é, reconfigurar o modelo sem perder a ligação social que justifica a sua existência.

Mas o modo como essa reconfiguração é encarada varia significativamente entre os entrevistados — e é nas perspectivas sobre o futuro que essa clivagem mais se acentua.

As percepções sobre o futuro são marcadas por uma divergência profunda entre os entrevistados. Alguns exprimem confiança na reinvenção do setor, outros descrevem o caminho para a extinção progressiva das estruturas de informação regional.

Entre os mais realistas, António Rodrigues (Mensageiro de Bragança) identifica três fatores que, conjugados, poderão conduzir à dissolução dos jornais locais: “Perda de recursos humanos, a reboque da perda de leitores [...] e forte influência das potencialidades que a Inteligência Artificial Generativa virá trazer à produção de conteúdos.” Já António Pereira (Diário de Trás-os-Montes) afirma com dureza: “O papel está no fim. [...] As regiões do interior são espoliadas, senão roubadas pelos grandes *players*.” O tom é de desilusão com o sistema, e a expectativa de reversão é mínima.

A mesma sensação de desalento é partilhada por Armando Mansilha (Notícias do Douro), que aponta diretamente responsabilidades políticas no declínio da imprensa regional: “Na minha opinião, os jornais na região e não só estão condenados ao encerramento mantendo-se a maneira de ser, agir e pensar dos políticos locais.” A sua crítica não se limita à escala local: “Foi o Partido Socialista pelas mãos de Santos Silva, que aniquilou os jornais regionais em papel” (comunicação pessoal, 2025). Apesar do tom severo, esta declaração expõe uma convicção que surge em várias das entrevistas realizadas: o declínio do jornalismo local é consequência não só de fragilidades estruturais, mas também de opções políticas deliberadas.

Paulo Afonso (*Jornal O Nordeste*) também não acredita num futuro otimista, sublinhando a impossibilidade de uma sustentabilidade económica autónoma: “Não acredito ser possível [a sustentabilidade económica e independência editorial]. Os jornais que resistirão serão os que têm fontes de rendimento artificiais ou não relacionadas diretamente com a edição.” Estas observações ajudam a compreender

melhor a complexidade das perspectivas futuras, revelando que a independência e a viabilidade financeira dos meios regionais permanecem ameaçadas por fatores externos e estruturais que parecem longe de ser ultrapassados.

Por contraste, Luís Mendonça aposta na inovação tecnológica como chave de futuro, falando de rádio híbrida e novos sistemas de medição de audiência. E mesmo quem denuncia dificuldades admite que haverá lugar para a comunicação local, embora com menos estrutura, menos meios e novas formas. Como sintetiza António Rodrigues: “Continuará a haver lugar para a comunicação social local em Trás-os-Montes [...] mas com acertos.”

Esta ideia de reconfiguração inevitável é também acompanhada, nalguns casos, por um diagnóstico mais dramático sobre o vazio profissional que se aproxima. Como sublinha Luís Roçadas, do Desportivo Transmontano: “Penso que o futuro vai ser muito complicado, pois não existem jornalistas nesta área com disponibilidade em abraçar este tipo de projetos.” A falta de renovação geracional e a escassa atratividade das redações regionais revelam uma crise que ultrapassa os modelos de negócio — é, no fundo, uma crise de sucessão e de vocação.

No universo das rádios, a visão de futuro está muitas vezes condicionada pela escassez de recursos. Vários entrevistados admitem que “muitas vão acabar”, como afirmou Manuel Ribeiro. Ainda assim, subsiste uma resistência cultural e simbólica, onde a rádio sobrevive menos por condições de mercado e mais por convicção e resiliência das equipas locais.

As falas revelam, assim, um campo dividido: há quem veja no futuro um desfecho anunciado, e há quem o veja como uma tarefa em aberto, dependente de escolhas estratégicas, políticas públicas e vontade coletiva. A única certeza, talvez, é que o modelo atual está em rutura — e que manter tudo como está não é uma opção viável.

É neste cenário em mutação — marcado por contrastes, dúvidas e convicções — que se desenha a visão dos próprios protagonistas.

Os diretores dos media regionais de Trás-os-Montes mostram ter plena consciência dos desafios que enfrentam. Não idealizam o setor, mas também não o abandonam. Falam com franqueza, com cansaço em alguns casos, mas também com um

forte sentido de responsabilidade. O jornalismo local que descrevem é frágil, sim — mas é sobretudo necessário. A sua visão estratégica não é apenas técnica ou empresarial: é, acima de tudo, uma visão ética e territorial. Os media de proximidade existem porque são precisos. E os seus diretores sabem-no melhor do que ninguém.

8.5. Discussão crítica integrada dos resultados obtidos

Este ponto propõe uma reflexão crítica sobre os principais resultados obtidos na análise às rádios e jornais online transmontanos e nas perspetivas dos seus diretores. Avançamos para uma interpretação integrada, problematizando os desafios estruturais e práticos enfrentados pelos media transmontanos.

Será dada atenção à forma como rádios e jornais online lidam com questões essenciais como sustentabilidade financeira, limitações infraestruturais e gestão dos recursos humanos, fatores que condicionam a qualidade da informação produzida. Será igualmente explorada a relação entre estes meios regionais e as suas comunidades, avaliando o aproveitamento real do potencial interativo das plataformas digitais.

Reconhece-se que, apesar das dificuldades estruturais evidentes, estes media têm um papel decisivo na construção da identidade regional e na mitigação do isolamento informativo das comunidades locais. A discussão pretende, por isso, equacionar as estratégias seguidas por estes media, confrontando práticas observadas com as narrativas e intenções declaradas pelos diretores.

Assim, avança-se para uma reflexão crítica sobre a realidade mediática transmontana, base para discutir o futuro próximo destes meios e a sua relevância comunitária.

Tendo estabelecido o quadro geral e as linhas críticas desta reflexão, importa agora avançar para uma análise integrada e detalhada dos resultados obtidos na avaliação das rádios e dos jornais online transmontanos, identificando os pontos de convergência e as diferenças essenciais entre ambos os tipos de media.

Ambos apostam fortemente numa presença digital centrada quase exclusivamente no *Facebook*. Esta plataforma é encarada pelas rádios e jornais como

essencial para a sua estratégia de interação com o público, apesar do reconhecimento expresso dos riscos estratégicos associados à dependência excessiva desta rede social, como demonstram os casos da Universidade FM, Rádio Brigantia e do jornal Voz de Trás-os-Montes.

Outro ponto comum relevante diz respeito à preferência do público por conteúdos que reflitam proximidade e relevância local, com forte componente emocional e comunitária. Eventos desportivos locais, festas comunitárias e campanhas solidárias geram forte interação, reforçando o seu valor editorial.

Também se observa uma utilização diferenciada, mas complementar, dos websites e das redes sociais. Os sites próprios das rádios e jornais funcionam sobretudo como plataformas detalhadas para conteúdos jornalísticos mais aprofundados, enquanto as redes sociais assumem o papel de facilitadoras rápidas e dinâmicas para o acesso inicial ao conteúdo informativo.

Apesar destas convergências, registam-se algumas diferenças. As rádios exploram o formato das transmissões ao vivo, aproveitando as potencialidades multimédia da internet para proporcionar uma interação imediata e apelativa ao público, sendo a Rádio Montalegre e Rádio Brigantia exemplos concretos dessa prática. Por outro lado, os jornais destacam-se por apresentar uma diversidade temática consideravelmente maior e por utilizarem com maior frequência ligações externas, o que permite oferecer conteúdos mais detalhados e contextualizados, estratégia visível em jornais como o Mensageiro de Bragança e o Diário de Trás-os-Montes.

Embora partilhem estratégias e desafios comuns, rádios e jornais mantêm especificidades editoriais claras, que influenciam a sua relação com as comunidades locais e determinam o tipo de envolvimento e a qualidade da informação disponibilizada.

Estas semelhanças e diferenças observadas nas estratégias digitais apontam para uma realidade complexa, marcada por desafios estruturais comuns, cuja análise aprofundada se impõe para compreender melhor as dificuldades práticas enfrentadas pelos meios regionais transmontanos. Destaca-se a problemática da sustentabilidade financeira e a forte dependência económica destes meios. Muitos media regionais

enfrentam dificuldades financeiras e dependem de publicidade local e apoios pontuais. Esta situação precária limita não apenas a capacidade de investimento em recursos humanos e tecnológicos, mas também a própria autonomia editorial, criando um cenário de vulnerabilidade constante, como ilustram os casos da Rádio Voz do Marão e do Notícias do Douro.

Além dos constrangimentos financeiros, outro desafio relevante prende-se com as limitações infraestruturais regionais, sobretudo relacionadas com a qualidade e estabilidade da internet. Em muitas zonas de Trás-os-Montes, a fraca cobertura ou instabilidade das ligações digitais impede ou condiciona fortemente a capacidade destes media em manter uma presença digital robusta e eficaz. Esta situação é particularmente evidente nas rádios regionais, que dependem de transmissões ao vivo e streaming, como a Rádio Montalegre, que frequentemente enfrenta problemas técnicos relacionados com a infraestrutura disponível, limitando o alcance e a qualidade das suas transmissões.

O desafio das condições de trabalho e da qualidade jornalística surge como um fator crítico adicional. A maioria das redações tem equipas reduzidas, onde os jornalistas acumulam múltiplas funções. Esta realidade é comum tanto às rádios como aos jornais. Exemplos concretos como a Rádio Torre de Moncorvo e o Desportivo Transmontano ilustram esta situação, evidenciando as consequências práticas desta sobrecarga estrutural e da falta de especialização nas redações.

Estes desafios de natureza financeira, infraestrutural e laboral, interligam-se de forma crítica e comprometem a capacidade destes media regionais em desempenhar plenamente o seu papel fundamental junto das comunidades locais.

Os desafios anteriormente mencionados têm consequências diretas na relação que os media regionais estabelecem com o seu público, particularmente na interação direta através das plataformas digitais, frequentemente limitada ou ausente. Esta situação merece agora uma análise mais atenta e crítica, permitindo compreender melhor as implicações práticas desta relação condicionada. Apesar do uso intenso do *Facebook*, rádios e jornais raramente aproveitam plenamente o seu potencial interativo. A comunicação desenvolvida caracteriza-se sobretudo por um fluxo unidirecional,

limitando-se frequentemente a publicações informativas ou promocionais, sem que exista um diálogo efetivo ou respostas diretas às manifestações dos utilizadores.

Este subaproveitamento da capacidade interativa traduz-se numa oportunidade perdida para reforçar a ligação emocional com as comunidades locais. De facto, eventos regionais, conquistas desportivas, festas comunitárias e campanhas solidárias são regularmente destacados e recebem forte interação por parte do público, comprovando a existência de uma procura ativa por conteúdos próximos e emocionalmente significativos. Contudo, os media raramente correspondem a essa expectativa ao nível da reciprocidade comunicacional, resultando numa perceção de isolamento e abandono manifestada por vários utilizadores, já anteriormente identificada noutros momentos deste estudo.

Esta ausência de interação direta não pode ser atribuída exclusivamente a limitações técnicas, dado que as plataformas utilizadas (como o *Facebook*) oferecem todas as condições necessárias para uma comunicação fluida e instantânea. Pelo contrário, uma explicação mais plausível reside na limitação estrutural das próprias redações, caracterizadas por equipas reduzidas. Este cenário dificulta a capacidade dos profissionais em gerir adequadamente uma interação constante e imediata com o público, levando à negligência involuntária desta componente crucial para uma estratégia digital eficaz e sustentável.

Neste contexto, seria oportuno repensar a abordagem editorial dos media locais, integrando mais ativamente o feedback das audiências e reconhecendo a importância estratégica da interação como um elemento central para fortalecer os laços com as comunidades e ampliar o impacto e a relevância dos conteúdos produzidos.

A interação limitada identificada entre media e público é reconhecida implicitamente pelos diretores dos órgãos estudados, cujas perspetivas estratégicas frequentemente abordam estas dificuldades. Ao mesmo tempo, os responsáveis editoriais sublinham repetidamente a importância da independência editorial, garantindo que dispõem de mecanismos formais que asseguram a autonomia jornalística. Importa agora analisar criticamente em que medida estas perspetivas e intenções traduzem, ou não, a realidade prática das redações. Exemplo disso é o Diário

de Trás-os-Montes, cujos diretores afirmam que, apesar das pressões externas, sobretudo económicas relacionadas com a publicidade, mantêm uma linha editorial independente e intransigente.

Os responsáveis editoriais reconhecem, de facto, que existem pressões externas, especialmente económicas, relacionadas com publicidade local e apoios institucionais pontuais. Contudo, é importante salientar que todos eles afirmam saber gerir essas pressões, mantendo uma separação entre interesses comerciais e decisões editoriais. Esta gestão, segundo os próprios diretores, é fundamental para garantir que nenhum interesse externo interfira na dinâmica editorial, como exemplificado pelas afirmações do Jornal Nordeste, que reconhece as pressões existentes, mas assegura lidar com elas de forma transparente e profissional, salvaguardando sempre a autonomia jornalística.

Contudo, este estudo não aferiu empiricamente até que ponto esta gestão é realmente tão independente como afirmam os diretores. Uma análise mais profunda, com outras abordagens metodológicas, poderia ajudar a compreender melhor em que medida estas pressões influenciam ou não, ainda que indiretamente, a autonomia editorial real das redações.

Outro aspeto relevante destacado pelos diretores prende-se com a necessidade estratégica da presença online para alcançar maior visibilidade e audiência, especialmente junto dos emigrantes transmontanos. No entanto, também aqui se verificam dificuldades práticas significativas, sobretudo relacionadas com limitações tecnológicas e infraestruturais, que muitas vezes impedem uma implementação plena das estratégias idealizadas. Exemplo disso são as dificuldades enfrentadas pela Rádio Montalegre na realização de transmissões ao vivo, condicionadas pela instabilidade da rede digital na região, contrastando com as ambições editoriais manifestadas pelos seus responsáveis.

Estas dificuldades não são apenas resultado de limitações financeiras ou tecnológicas; refletem também os desafios estruturais que condicionam as condições de trabalho das equipas jornalísticas, frequentemente sobrecarregadas e obrigadas a acumular funções. Esta realidade limita inevitavelmente a capacidade prática das redações em cumprir as suas próprias expectativas editoriais. A Rádio Torre de

Moncorvo ilustra bem esta situação, ao reconhecer explicitamente que os seus jornalistas desempenham frequentemente tarefas fora da sua esfera profissional específica, comprometendo objetivamente a profundidade e a qualidade do trabalho jornalístico.

Deste modo, a análise crítica das perspetivas estratégicas dos diretores sugere a necessidade de reconhecer e abordar de forma realista os desafios práticos enfrentados diariamente, de modo a garantir maior coerência e eficácia na concretização das suas intenções declaradas.

Após esta reflexão crítica sobre as declarações e desafios identificados pelos próprios diretores, os resultados obtidos confirmam o papel insubstituível dos media regionais de Trás-os-Montes na vida quotidiana e na preservação da identidade cultural das comunidades locais. Torna-se assim importante sintetizar os principais resultados e indicar caminhos concretos para melhorar o impacto e garantir a sustentabilidade futura destes meios.

Apesar das dificuldades estruturais, económicas e tecnológicas evidentes, estes meios persistem na sua missão de proximidade e de reforço da identidade regional, mostrando uma notável resiliência num contexto marcado por adversidades constantes.

É, contudo, evidente um significativo contraste entre o potencial oferecido pelas plataformas digitais e as limitações práticas sentidas no terreno, sugerindo a necessidade urgente de ajustes na abordagem estratégica digital e na gestão de recursos. Estes ajustamentos passam por reforçar imediatamente a interação direta com o público nas redes sociais, aumentando o envolvimento comunitário e a fidelização das audiências. No caso específico das rádios, embora utilizem frequentemente transmissões ao vivo e sejam bastante dinâmicas nas redes sociais, muitas limitam-se a disponibilizar no seu website apenas o *streaming* das emissões. Estas poderiam beneficiar significativamente se reutilisassem e dinamizassem também no website os conteúdos produzidos para as redes sociais, alcançando públicos que não utilizam estas plataformas digitais.

Para os jornais, além de garantir uma gestão coerente e consistente da sua identidade digital, a atenção poderá focar-se também na captação de assinaturas

digitais, explorando a forte presença da diáspora transmontana, que representa atualmente um público potencial significativo. Estima-se haver mais transmontanos fora da região do que residentes nela, representando uma oportunidade para fortalecer a sustentabilidade destes meios.

Um desafio adicional crítico enfrentado pelos media regionais é a mitigação dos desertos de notícias, especialmente em zonas rurais e isoladas, onde a infraestrutura digital é frágil e a população reduzida. Tanto rádios quanto jornais fazem um esforço significativo para chegar a estes locais remotos. No caso das rádios, apesar das dificuldades técnicas que resultam em sinais fracos e instáveis, há um esforço claro em garantir uma cobertura mais abrangente possível através das antenas. Já os jornais enfrentam a ineficiência dos serviços de distribuição postal, muitas vezes levando a atrasos consideráveis na entrega das edições impressas às localidades mais isoladas, comprometendo o acesso a notícias atualizadas. Neste contexto, a informação circula frequentemente por vias alternativas e informais, como juntas de freguesia, câmaras municipais, igrejas, bombeiros e comerciantes locais, criando uma rede informal que complementa a distribuição formal dos media regionais.

Embora não sejam o nosso foco, os atrasos na distribuição dos jornais impressos têm consequências importantes nas comunidades isoladas. Para além do evidente atraso informativo, reforça-se o isolamento cultural e social destas populações, limitando o seu acesso a informação atualizada e relevante. A situação acentua a perceção de abandono e pode comprometer a confiança das comunidades locais na capacidade dos media regionais em responder às suas necessidades informativas.

Não obstante, a captação de publicidade local permanece uma atividade de elevada dificuldade devido às circunstâncias económicas regionais. Os jornais existentes demonstram uma enorme resiliência, embora alguns deles subsistam com condições extremamente precárias, com casos em que não existem jornalistas profissionais, equipas mínimas ou mesmo pessoas suficientes nas redações, o que afeta inevitavelmente a qualidade e continuidade do trabalho jornalístico. Enfrentar estas limitações de forma realista e estratégica será determinante para garantir o futuro sustentável e relevante destes órgãos regionais.

Fica claro que assegurar a viabilidade e relevância futura dos media regionais transmontanos exige soluções estratégicas ajustadas e realistas, adaptadas às condições específicas da região. Desde o início desta investigação, tivemos a convicção de que as particularidades de Trás-os-Montes moldariam os resultados, formando um ecossistema que apenas poderia ser compreendido numa abordagem integrada. Foi com essa perspetiva que estruturamos o capítulo 4 como híbrido, atualizando os dados a 2025 e colocando no centro da discussão as características regionais que influenciam diretamente as práticas e decisões editoriais.

A inclusão dos profissionais dos media regionais (capítulo 7) reflete precisamente a complexidade das redações, nas quais os jornalistas acumulam múltiplas funções, independentemente de possuírem ou não carteira profissional. Este cenário reforça que o requisito formal de carteira profissional nem sempre corresponde às necessidades reais das pequenas redações.

Igualmente relevante foi integrar as vozes das comunidades emigrantes (capítulo 5), demonstrando que os media regionais frequentemente direcionam estratégias específicas para este público. Este grupo representa uma oportunidade importante para o futuro dos media transmontanos, desde que aproveitada de forma estratégica.

Por fim, destaca-se o papel do público local (capítulo 5), que influencia diretamente as decisões editoriais dos media regionais. Parece existir sintonia entre as preferências do público e os conteúdos oferecidos pelos media, refletindo o esforço dos profissionais para satisfazer estas expectativas.

Deste modo, reforçar a sustentabilidade económica, melhorar a interação digital com os públicos e mitigar os desertos informativos devem estar no centro das prioridades futuras.

Conclusão

Esta conclusão apresenta uma síntese crítica dos principais resultados obtidos ao longo desta investigação sobre o ciberjornalismo de proximidade na região de Trás-os-Montes, abrangendo integralmente os distritos de Bragança e Vila Real.

Num contexto globalizado, marcado por fluxos massivos de informação, o jornalismo de proximidade desempenha um papel crucial na coesão social e na vitalidade democrática local. Procurou-se, através de um mapeamento atualizado em abril de 2025, caracterizar o ecossistema mediático regional com base em 56 registos existentes na ERC (rádios e publicações periódicas), selecionando-se para análise 12 jornais e 17 rádios (51,8% do universo total) com presença digital efetiva e periodicidade regular.

Esta análise realizou-se com recurso a uma metodologia mista que envolveu análise de conteúdo qualitativa e quantitativa, questionários e *focus groups* à população residente e à diáspora transmontana, e entrevistas a responsáveis editoriais, com uma adesão de 72,4% (17 responsáveis editoriais em representação de 21 dos 29 media selecionados).

Participaram na investigação 1342 residentes na região de Trás-os-Montes, que responderam ao inquérito online sobre hábitos de consumo mediático, aos quais se somaram dois *focus groups* específicos com emigrantes transmontanos, envolvendo no total 13 participantes (seis num grupo e sete no outro). Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a dois grupos distintos, escolhidos por amostragem intencional pela sua relevância para os objetivos da investigação: um grupo constituído por sete especialistas, com reconhecida experiência nos domínios socioculturais da região, que atuaram como informantes-chave especialmente no Capítulo 4, e outro grupo envolvendo 17 responsáveis editoriais de órgãos de comunicação social regional (jornais e rádios). Por fim, o estudo inclui ainda as respostas de um grupo adicional de 53 profissionais (jornalistas, editores, técnicos e colaboradores diversos dos média regionais), que responderam a um questionário específico sobre as condições e características da sua atividade profissional. Neste universo de 53 respondentes encontram-se tanto detentores de carteira profissional como colaboradores sem esse

registo formal. Contudo, mais do que a titularidade da carteira, destaca-se sobretudo a polivalência funcional que caracteriza o exercício jornalístico na região: redigir, editar, filmar, publicar, gerir redes sociais – frequentemente concentrados na mesma pessoa. A escassez de recursos humanos e materiais transforma essa versatilidade numa competência essencial à sobrevivência dos projetos mediáticos locais, relegando a certificação profissional para um plano secundário.

Entre os principais resultados destacam-se a predominância do *Facebook* como principal canal digital em toda a região e a forte preferência dos públicos por conteúdos de proximidade. Não obstante os avanços registados, a investigação detetou a persistência de um desafio estrutural preocupante: em 2025, oito (30,8%) dos 26 concelhos analisados mantêm-se como desertos de notícias – Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro e Vila Flor no distrito de Bragança, e Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça e Ribeira de Pena no distrito de Vila Real –, permanecendo sem qualquer meio local de comunicação social que assegure regularmente a produção e difusão de conteúdos informativos. Contudo, esta investigação verificou também que, apesar dessa ausência formal, existe um esforço significativo por parte do ecossistema mediático regional para atenuar essa situação. Na prática, observou-se que alguns meios situados em concelhos vizinhos procuram cobrir estas áreas deficitárias através das suas emissões radiofónicas, cujo sinal alcança territórios próximos que não possuem meios próprios, bem como através de jornais regionais que, com maior ou menor regularidade e profundidade, tentam assegurar que informação relevante sobre estas localidades chegue às respetivas populações. Este fenómeno representa uma importante dinâmica compensatória, demonstrando uma adaptação do sistema mediático regional que mitiga parcialmente o impacto negativo dos desertos informativos identificados.

De seguida, será apresentada uma síntese crítica global dos resultados, os contributos científicos desta investigação, implicações práticas, limitações metodológicas e sugestões para futuras investigações.

Síntese crítica global dos resultados da tese

O estudo realizado sobre o ciberjornalismo de proximidade em Trás-os-Montes permitiu compreender várias dimensões, tanto ao nível teórico como empírico. Desde logo, tornou-se evidente que a transição para o digital não corresponde apenas a uma mudança tecnológica, mas implica transformações nas práticas jornalísticas, influenciando o trabalho quotidiano dos jornalistas e as suas condições laborais. Esta nova realidade trouxe desafios significativos: exigiu uma maior polivalência dos profissionais, o domínio de ferramentas técnicas inovadoras, mas também reforçou o risco de precariedade laboral e sobrecarga profissional.

A partir do conceito de “glocalização”, foi possível entender como realidades locais ganham relevância global através dos media digitais e como fenómenos globais são reinterpretados localmente, refletindo-se numa dinâmica nova para os media regionais. Todavia, apesar das grandes expectativas quanto à digitalização, esta revelou-se em muitos casos tardia, superficial e desigual na região estudada, muito condicionada por dificuldades financeiras, estruturais e tecnológicas persistentes.

Metodologicamente, optou-se por uma abordagem mista que combinou técnicas qualitativas e quantitativas, permitindo uma visão integrada das diversas realidades em análise. A utilização da triangulação metodológica e o mapeamento dos media regionais reforçaram a fiabilidade dos resultados obtidos.

Ao analisar-se o contexto regional específico de Trás-os-Montes, emergiram fatores críticos que influenciam a atividade mediática local: o isolamento histórico e geográfico condiciona o desenvolvimento regional, enquanto o envelhecimento populacional e o despovoamento reduzem o público disponível e criam desafios adicionais de sustentabilidade económica para os media regionais. Ainda assim, a forte identidade cultural da região, exemplificada pelas tradições como os Caretos de Podence ou os Pauliteiros de Miranda, ou mesmo pela língua mirandesa, representa uma potencialidade para o desenvolvimento de conteúdos diferenciados, capazes de reforçar o sentido comunitário e identidade regional.

Ao nível empírico, confirmou-se que os cidadãos de Trás-os-Montes valorizam profundamente conteúdos de proximidade, como notícias locais, eventos culturais e

tradições específicas, aspetos essenciais para a legitimidade dos media regionais. Os resultados revelam uma heterogeneidade nas preferências mediáticas, com os mais jovens e a diáspora a privilegiarem o digital e conteúdos interativos, enquanto as gerações mais velhas continuam ligadas aos formatos tradicionais. Os participantes destacaram ainda a importância de um jornalismo de proximidade que, embora enraizado na cultura transmontana, saiba adaptar-se às novas linguagens digitais e às necessidades das diversas gerações, incluindo os emigrantes. Contudo, persistem barreiras estruturais significativas, como a insuficiente cobertura mediática das áreas rurais e dificuldades persistentes de acesso, relacionadas sobretudo com limitações tecnológicas e exclusão digital, fatores que dificultam a cidadania informada em muitos concelhos da região.

A análise do panorama mediático regional revelou uma persistente desertificação informativa em vários concelhos, reforçando contrastes internos preocupantes: media concentrados nas sedes distritais e em concelhos intermédios, enquanto áreas periféricas permanecem desprovidas de media regionais regulares.

Os estudos de caso realizados evidenciaram uma transição digital muito heterogénea entre os media analisados: alguns conseguiram explorar potencialidades digitais e interativas, enquanto outros se limitaram a reproduzir conteúdos tradicionais com pouca inovação real, condicionados por limitações financeiras e técnicas significativas. Tal como antecipado teoricamente no capítulo 2 (Ciberjornalismo de proximidade), confirmou-se empiricamente a fragilidade económica dos media regionais, especialmente marcada por uma excessiva dependência financeira da publicidade local e apoios institucionais, condicionando a qualidade editorial e a capacidade efetiva de inovação dos media estudados. Esta realidade é agravada por deficiências infraestruturais da região, sobretudo ao nível da instabilidade e insuficiência das ligações digitais, e pela escassez crónica de recursos humanos nas redações, onde os jornalistas acumulam frequentemente múltiplas funções. Estes constrangimentos estruturais prejudicam a interação digital e limitam a utilização eficaz das plataformas digitais.

A situação laboral dos profissionais que exercem funções nos media

transmontanos revelou-se precária, marcada por baixos salários, instabilidade contratual e constante sobrecarga de tarefas, refletindo uma realidade de vulnerabilidade estrutural. Adicionalmente, enfrentam pressões internas e externas, condicionadas pela proximidade das fontes locais e pela dependência financeira de publicidade local e apoios institucionais, comprometendo assim a autonomia editorial e a capacidade investigativa dos jornalistas.

Esta proximidade comunitária, embora constitua uma vantagem editorial para legitimar os media regionais, representa também uma limitação crítica, dificultando o distanciamento necessário para assegurar uma prática jornalística verdadeiramente independente. Estes profissionais demonstram ainda consciência da ameaça representada pela desinformação, tal como antecipado teoricamente no capítulo 1 (Ciberjornalismo e Ciberjornalistas), que alertou para os desafios éticos e tecnológicos resultantes do uso intensivo de plataformas digitais e algoritmos. Esta antecipação teórica foi empiricamente confirmada pelos profissionais dos media transmontanos, que relataram dificuldades na implementação eficaz dos mecanismos de verificação factual exigidos pela prática ciberjornalística, agravadas por limitações técnicas e falta de formação específica.

Na sua globalidade, os resultados obtidos mostram um panorama desafiante, marcado pela assimetria digital, precariedade profissional e dificuldades estruturais, mas apontam igualmente oportunidades para os media regionais através da aposta em conteúdos próximos e culturalmente relevantes, estratégias digitais inovadoras e um ainda maior envolvimento com a comunidade e diáspora transmontanas.

Principais contributos científicos e originalidade da investigação

Esta investigação apresenta alguns contributos científicos que enriquecem o conhecimento sobre o ciberjornalismo de proximidade e as particularidades do contexto regional transmontano.

Do ponto de vista conceptual e teórico, esta investigação permitiu robustecer e consolidar o conceito de ciberjornalismo, reafirmando-o como o termo mais adequado

para descrever a atividade jornalística desenvolvida em ambiente digital. O estudo aprofundou particularmente o conceito de ciberjornalismo de proximidade, explicitando as suas dimensões essenciais – geográfica (território específico), identitária (vínculo emocional e cultural com a comunidade) e funcional (missão informativa local) –, mas sem implicar necessariamente a sua redefinição.

Quanto ao conceito mais recente e crítico de "desertos de notícias", a tese alargou-o significativamente, demonstrando que em comunidades privadas de media regionais estruturados, são atores sociais não-jornalísticos ou formas informais de informação que preenchem o vazio deixado pela ausência de jornalismo convencional, destacando a relevância da confiança interpessoal e da proximidade imediata na comunicação local. Esta abordagem não limita o conceito de "desertos de notícias" ao estritamente jornalístico, mas amplia-o, reconhecendo que informar comunidades pode ocorrer eficazmente para lá dos meios formais tradicionais. Deste modo, o principal contributo desta investigação não é rever ou redefinir rigidamente estes conceitos-chave, mas sim enriquecê-los e aprofundá-los, evidenciando as suas nuances num território até agora pouco explorado de forma empírica.

Metodologicamente, a investigação destaca-se pela abordagem mista, articulando técnicas qualitativas e quantitativas num só estudo, adaptados à complexidade e particularidades das regiões periféricas. Um contributo relevante desta investigação consistiu na adoção de uma metodologia original de mapeamento mediático regional, que procurou traçar pela primeira vez o ecossistema informativo de Trás-os-Montes na sua globalidade. Foram considerados todos os registos disponíveis na ERC com presença territorial na região, independentemente da especialização temática ou natureza estritamente jornalística. Esta abordagem permitiu compreender, com maior precisão, o conjunto de produtos comunicacionais formalmente acessíveis à população, antes de se proceder à seleção daqueles que apresentavam características jornalísticas consolidadas e presença digital ativa. Este procedimento, oferece simultaneamente uma referência sólida para futuras investigações que poderão, adicionalmente, considerar iniciativas informais ou comunitárias que operam fora dos registos oficiais.

A integração sistemática dos dados históricos disponíveis (desde 2011 até 2025) permitiu uma compreensão mais abrangente das dinâmicas evolutivas do panorama mediático regional.

Outro contributo importante reside na contextualização multidimensional da região estudada. Através da análise das dimensões históricas, sociais, económicas e culturais de Trás-os-Montes, enriquecida por entrevistas a especialistas regionais, foi possível identificar como fatores estruturais, tais como o isolamento geográfico, despovoamento e dificuldades económicas influenciam a realidade mediática regional, tornando este modelo metodológico replicável para estudos futuros noutras regiões semelhantes.

Ao nível empírico, destacam-se como originais duas contribuições concretas. Em primeiro lugar, a caracterização multidimensional dos hábitos de consumo mediático da população residente e da diáspora transmontana, através de um estudo alargado com 1342 participantes, incluindo grupos focais com emigrantes. Esta abordagem permitiu identificar diferenças geracionais nas preferências mediáticas, contribuindo para uma compreensão mais precisa das necessidades específicas das audiências regionais e emigrantes.

Adicionalmente, o estudo apresenta uma caracterização sistemática das condições socioprofissionais e laborais dos profissionais que exercem funções nos regionais – jornalistas e outros - um tema até agora pouco explorado academicamente nesta região. Aqui foi relevante a análise crítica da proximidade social entre jornalistas e comunidades, identificando-se como essa proximidade condiciona a autonomia editorial e a capacidade crítica dos profissionais regionais. A avaliação integrada da percepção dos profissionais face à digitalização e à desinformação constitui também um contributo relevante para compreender como estes desafios tecnológicos e éticos influenciam o dia a dia das redações regionais.

Embora seja possível argumentar que algumas conclusões sobre os jornalistas regionais transmontanos possam alinhar-se parcialmente com resultados identificados em estudos nacionais anteriores, a presente investigação distingue-se pela sua profundidade analítica, abordagem integrada e originalidade metodológica. Com efeito,

mesmo que se extraíssem isoladamente dados relativos aos distritos de Vila Real e Bragança a partir de estudos nacionais mais amplos, dificilmente se alcançaria a especificidade e a densidade obtidos através deste estudo. Acresce que esta análise integra, pela primeira vez, dados empíricos sobre os profissionais da comunicação social regional, articulando-os diretamente com informações detalhadas sobre os hábitos mediáticos do público local e da diáspora, bem como com um mapeamento extensivo realizado especificamente para Trás-os-Montes. Esta abordagem proporciona uma compreensão significativamente mais profunda, contextualizada e crítica da realidade regional, indo muito além de comparações estatísticas isoladas com dados nacionais.

Os estudos de caso realizados trouxeram contribuições relevantes ao campo académico através de uma metodologia específica, que combinou observação diária às ferramentas digitais mais representativas de cada media analisado e entrevistas estruturadas a responsáveis editoriais. Este método permitiu uma análise das dinâmicas internas dos media regionais transmontanos, particularmente das estratégias editoriais específicas dirigidas à proximidade comunitária, à população idosa e aos emigrantes, revelando como questões sociais e demográficas condicionam as práticas jornalísticas concretas na região.

Outro aspeto que pode ser visto como original nesta investigação prende-se com o facto de não se ter analisado a região transmontana apenas como um todo homogéneo. Ao contrário, ao longo do estudo, optou-se por realizar uma análise abrangendo os 26 concelhos que constituem os distritos de Bragança e Vila Real. Esta escolha metodológica permitiu um conhecimento mais próximo das especificidades locais, ultrapassando uma abordagem exclusivamente generalista ou agregada.

Procurou-se manter sempre uma atenção à divisão entre rádios e jornais regionais, analisando-os separadamente nas etapas mais detalhadas da investigação e reunindo-os apenas na fase de análise crítica abrangente. Reconhece-se, contudo, que a presença de meios exclusivamente digitais mereceria, à partida, uma análise autónoma. No entanto, optou-se por não o fazer, justamente porque, no contexto específico de Trás-os-Montes, esses meios são ainda muito reduzidos e não apresentam suficiente representatividade que justificasse uma análise separada dos meios

tradicionais que migraram para o digital. Esta investigação, centrada no ciberjornalismo, privilegiou, por isso, analisar como os media regionais que têm presença online (sobretudo jornais e rádios com frequências FM, por força da realidade regional) se adaptaram e trabalham especificamente no ambiente digital. Embora quase todos estejam presentes na internet por imperativo das circunstâncias atuais, a maioria mantém simultaneamente suportes tradicionais. Esta distinção foi evidenciada na análise integrada dos resultados. Ainda assim, o contributo metodológico original deste estudo reside justamente na decisão consciente de analisar aquilo que os media regionais realmente publicam online, independentemente de serem exclusivamente digitais ou conjugarem essa presença com suportes tradicionais. Ao respeitar e adaptar-se à realidade específica da região estudada, esta abordagem permitiu obter resultados mais representativos do verdadeiro ecossistema mediático regional, ultrapassando uma visão redutora que eventualmente derivaria de uma análise exclusivamente focada nos meios exclusivamente online.

Por outro lado, a realização de entrevistas a responsáveis editoriais (abrangendo diretamente 21 media regionais, 17 responsáveis editoriais) revelou-se importante para identificar problemas transversais aos diversos media, bem como especificidades próprias das rádios ou jornais regionais. O volume significativo de informação obtido, apesar de desafiante em termos de gestão, revelou-se muito valioso para cruzar diferentes perspetivas, pensamentos e críticas, ajudando a consolidar as conclusões finais da investigação. Esta abordagem, aliada à diversidade e representatividade dos entrevistados, constitui um contributo desta tese, ao abordar a realidade mediática de Trás-os-Montes com um nível de detalhe e especificidade pouco frequente em estudos anteriores.

No geral, este estudo procurou, de forma humilde, reunir diferentes perspetivas (região, públicos locais e emigrantes, media regionais, jornalistas e estudos de caso específicos) para proporcionar uma compreensão abrangente da realidade mediática em Trás-os-Montes. Ao tentar integrar e cruzar diferentes níveis de análise, procurou-se apresentar um panorama o mais fiel possível desta região específica, refletindo sobre os desafios identificados ao longo do processo investigativo. Neste sentido, considera-

se que a originalidade do contributo reside não apenas nos elementos teóricos e metodológicos individuais, mas sobretudo nesta abordagem integrada, que procura compreender e sugerir soluções concretas para as dificuldades estruturais identificadas. Estas contribuições procuram, ainda, dar um pequeno contributo para um melhor conhecimento sobre o ciberjornalismo de proximidade, abrindo caminho para que outros investigadores se interessem pela realidade mediática de territórios periféricos e explorem estes contextos com novas abordagens e metodologias.

Implicações práticas e recomendações para o setor dos media

As conclusões desta investigação permitem apontar algumas sugestões e recomendações práticas que poderão ser úteis ao setor dos media regionais, particularmente em territórios periféricos como Trás-os-Montes. É importante sublinhar que estas recomendações não têm uma intenção prescritiva, mas pretendem apenas sugerir caminhos possíveis para responder a desafios concretos identificados ao longo do estudo.

Desde logo, parece importante sublinhar a necessidade de os media regionais transmontanos explorarem estratégias alternativas e diversificadas de financiamento. Face às dificuldades económicas existentes e à dependência crescente de plataformas digitais globais, como o *Facebook*, os media regionais poderão beneficiar do desenvolvimento de modelos económicos mistos, incluindo *paywalls*, *crowdfunding*, eventos comunitários e parcerias estratégicas com instituições locais e regionais, tal como propõe Ramos (2025). Esta diversificação visa garantir a sustentabilidade económica e autonomia editorial dos media regionais, reduzindo a dependência excessiva da publicidade tradicional, ainda dominante nos modelos de negócio estudados.

A aposta no ciberjornalismo de proximidade surge igualmente como uma recomendação. Embora o estudo tenha demonstrado que os media regionais já apostam em conteúdos próximos das suas comunidades, sugere-se aqui que façam um esforço adicional para intensificar ainda mais o grau de proximidade dos conteúdos que

produzem. Propõe-se um aprofundamento concreto, indo do nível concelhio ao nível da freguesia, da freguesia à aldeia, da aldeia às ruas e das ruas às travessas, procurando refletir com maior profundidade as realidades locais. Esta estratégia poderá reforçar a ligação afetiva dos públicos residentes e emigrantes à região, permitindo-lhes reconhecerem-se nos conteúdos publicados e, ao identificarem tradições, lugares e práticas culturais específicas das suas origens, darem às audiências razões adicionais para recorrer aos media regionais.

Tendo em consideração as características demográficas da região, especialmente o envelhecimento populacional, parece útil recomendar aos media regionais que adaptem as suas estratégias digitais às necessidades específicas das populações mais idosas, que frequentemente enfrentam limitações de literacia digital. Reconhece-se, no entanto, uma realidade difícil identificada pelos próprios responsáveis editoriais: em locais onde existem poucas pessoas, onde a população existente tem baixos níveis de literacia digital ou pouco interesse nestes temas, torna-se particularmente difícil garantir a sustentabilidade económica. Apesar desta limitação reconhecida, parece importante continuar a procurar formas de chegar sustentavelmente a esses públicos. Ao mesmo tempo, atendendo ao interesse claro de jovens e emigrantes pela comunicação digital, é igualmente necessário investir em formatos digitais inovadores, multimédia e adaptados às redes sociais, criando produtos informativos específicos para a diáspora jovem e adulta (um *Tik Tok*, por exemplo).

Uma recomendação adicional prende-se com a necessidade urgente – reforça-se urgente – de melhorar as infraestruturas tecnológicas da região, sobretudo no que respeita ao acesso à internet. Reconhece-se que os próprios media regionais não têm responsabilidade direta pelo facto de ainda existirem, em várias zonas de Trás-os-Montes, limitações no acesso à internet. Tanto os responsáveis editoriais como os próprios cidadãos transmontanos sublinharam que, em certas áreas da região, a lentidão e a instabilidade da internet tornam qualquer tentativa de aceder ou produzir conteúdos digitais extremamente frustrante. Esta realidade não é apenas um obstáculo tecnológico, mas constitui uma séria violação do direito constitucional à informação, resultando num sentimento profundo e generalizado de abandono e negligência por

parte do Estado. A constatação empírica deste problema no terreno revelou-se particularmente impactante, já que ultrapassa percepções gerais e mostra, concretamente, como a falta de infraestruturas adequadas perpetua situações de subdesenvolvimento mediático e social.

Esta situação já é particularmente preocupante em zonas de baixa densidade populacional, onde as dificuldades económicas são acrescidas, e onde o investimento em infraestruturas é frequentemente adiado ou considerado economicamente inviável pelas entidades responsáveis. Contudo, este raciocínio acaba por criar um círculo vicioso: enquanto as entidades responsáveis pela gestão das infraestruturas tecnológicas olharem para estas regiões periféricas com desinteresse ou hesitação, será difícil romper com esta situação de desigualdade estrutural. Sem uma melhoria significativa nas infraestruturas tecnológicas, especialmente no acesso à internet, continuará a ser extremamente difícil mitigar os desertos de notícias e garantir um acesso verdadeiramente democrático à informação. É essencial, portanto, que as entidades regionais e nacionais responsáveis encarem esta questão com sentido de urgência e justiça, equiparando finalmente Trás-os-Montes a outras regiões do país no que respeita ao acesso digital.

Em termos laborais e profissionais, sugere-se uma atenção particular à necessidade de melhorar as condições laborais dos jornalistas e outros profissionais que trabalham nos media regionais. Ao longo desta investigação, ficou claro que os jornalistas se sentem cansados, desgastados pela exiguidade das redações e pela acumulação constante de tarefas que, muitas vezes, ultrapassam as suas funções jornalísticas propriamente ditas. Embora se compreenda perfeitamente que estas redações reduzidas resultem diretamente das dificuldades de sustentabilidade económica dos media regionais, torna-se necessário fazer um esforço adicional para separar claramente as funções jornalísticas das funções comerciais ou administrativas, distinguindo quem produz conteúdos jornalísticos daqueles que vendem publicidade ou tratam de tarefas administrativas.

Para além disso, será também essencial reforçar as equipas com mais profissionais, dotá-las de materiais e equipamentos mais modernos, e promover

formação especializada e contínua, sobretudo em competências digitais, produção multimédia, verificação de factos e combate à desinformação. Reconhece-se que estas mudanças implicam investimento e que, numa situação já de si difícil, poderão parecer desafiantes. No entanto, se não se criar condições básicas que permitam aos profissionais exercer o jornalismo com qualidade e profundidade, corre-se o risco de comprometer irreversivelmente a credibilidade dos conteúdos produzidos. Redações excessivamente pequenas e sobrecarregadas acabam por não conseguir garantir a qualidade exigida pelos leitores, conduzindo inevitavelmente à perda de confiança por parte do público e agravando ainda mais a sustentabilidade destes media. Por isso, apesar das dificuldades, recomenda-se que as redações sejam adequadamente apoiadas, garantindo que os jornalistas possam exercer as suas funções com qualidade e sem sobrecarga excessiva, potenciando assim o desenvolvimento sustentável dos media regionais.

Finalmente, uma recomendação transversal passa pela valorização estratégica da proximidade comunitária, que constitui um valor editorial distintivo dos media regionais. Recomenda-se que os media regionais potenciem, de forma estruturada, a sua relação privilegiada com as comunidades locais, aproveitando mais o potencial de interação direta proporcionado pelas plataformas digitais. Ao longo do estudo, ficou evidente que o público transmontano valoriza especialmente essa interação e considera que a mesma ainda é insuficiente ou limitada. Ainda que se reconheça que esta limitação decorre frequentemente da escassez de jornalistas nas redações e da dificuldade natural em responder a todos os comentários e solicitações dos utilizadores.

Apesar destas dificuldades reconhecidas, sugere-se que um esforço adicional nesse sentido poderá trazer benefícios muito claros, tanto na fidelização das audiências como na participação cívica ativa das comunidades, permitindo aos próprios media regionais definir agendas locais mais próximas das necessidades e interesses concretos do público.

No seu conjunto, estas recomendações práticas não pretendem ser soluções absolutas nem universais, mas procuram oferecer orientações possíveis para ajudar os media regionais a enfrentar desafios complexos num contexto particularmente exigente

e marcado por muitas dificuldades. Espera-se, com estas sugestões, poder contribuir de forma modesta para o fortalecimento sustentável do ciberjornalismo regional.

Limitações identificadas durante a investigação

Ao longo desta investigação identificaram-se algumas limitações que devem ser consideradas ao analisar e interpretar os resultados obtidos.

Em primeiro lugar, destaca-se o contexto específico da região estudada, com fatores que condicionaram os resultados alcançados. As infraestruturas tecnológicas apresentam desigualdades marcantes, particularmente em áreas rurais, onde o acesso limitado ou instável à internet condiciona diretamente as práticas de ciberjornalismo. Acresce a fragilidade económica da região, com dificuldades financeiras das empresas locais que reduzem substancialmente as possibilidades de investimento em inovação tecnológica e editorial. A região enfrenta, ainda, problemas na atração e retenção de profissionais jovens e qualificados, o que inevitavelmente condiciona a qualidade e o desenvolvimento das equipas jornalísticas regionais. Importa ainda referir o perfil demográfico da região, caracterizado por um elevado número de idosos, muitos dos quais vivem isolados ou sozinhos. Para estes indivíduos, frequentemente com níveis baixos de literacia digital ou sem interesse em utilizar a internet, o acesso a conteúdos noticiosos aprofundados pode não despertar interesse. Em muitos casos, estas pessoas preferem conteúdos mais simples e acessíveis, como folhetins paroquiais ou jornais tradicionais regionais, adaptados às características sociais e culturais específicas da região.

Em termos metodológicos, é necessário reconhecer que a amostra utilizada, embora numericamente significativa, representou uma percentagem reduzida da população total da região, limitando a generalização dos resultados obtidos. Acrescenta-se a esta questão as dificuldades práticas enfrentadas durante a investigação, particularmente nas zonas menos populosas, restringindo a profundidade e o detalhe da análise em alguns concelhos específicos. No que diz respeito aos emigrantes transmontanos, reconhece-se igualmente que a amostra foi relativamente reduzida e

circunscrita a países europeus, sendo desejável incluir também emigrantes residentes em países fora da Europa, com forte tradição migratória transmontana. Diversas limitações logísticas, relacionadas com horários, agendas e disponibilidade dos participantes, impediram a expansão desta dimensão da investigação, condicionando a generalização das conclusões sobre os hábitos mediáticos e as necessidades específicas deste grupo, que poderiam diferir significativamente em contextos migratórios mais amplos.

Outra limitação relevante diz respeito à participação dos profissionais dos media regionais. Embora tenham sido obtidas respostas de uma proporção significativa dos jornalistas locais face ao número total registado pela ERC, verifica-se que muitos destes profissionais acumulam múltiplas funções, não desempenhando exclusivamente atividades jornalísticas. Esta realidade condicionou o alcance e a profundidade dos dados específicos sobre as condições laborais e os desafios profissionais do exercício exclusivo do jornalismo na região. Por outro lado, embora o convite tenha sido feito a todos os responsáveis editoriais dos media analisados, a ausência de algumas respostas limitou parcialmente a análise mais detalhada e completa desses meios específicos. O estudo teria beneficiado significativamente com uma participação plena destes intervenientes. Acrescenta-se ainda que o formato digital utilizado nos questionários e entrevistas pode ter limitado a profundidade das respostas qualitativas, dada a ausência de interação pessoal direta. Importa salientar que o uso de instrumentos digitais também constitui uma limitação adicional, pois tende a excluir determinados grupos da população, como pessoas com baixa literacia digital, indivíduos sem acesso à internet, pessoas invisuais ou aquelas com dificuldades específicas de leitura, limitando assim o alcance efetivo dos questionários e entrevistas.

Reconhece-se, ainda, que este estudo se limitou aos registos oficiais da ERC, não abrangendo iniciativas mediáticas informais, cidadãos ou comunitárias que podem desempenhar um papel importante na mitigação dos "desertos de notícias".

É igualmente necessário mencionar constrangimentos pessoais e globais que influenciaram o desenrolar da investigação. Este estudo decorreu num período particularmente complexo, marcado por desafios pessoais e profissionais relevantes

que, conjugados com os impactos da pandemia de Covid-19, cujas restrições sociais e sanitárias limitaram significativamente o acesso ao terreno, atrasaram inevitavelmente o ritmo da investigação. Tais condicionantes influenciaram etapas importantes da recolha de dados e o contacto próximo com as fontes.

Na análise detalhada dos media regionais, foi adotada uma metodologia inclusiva que pode ter inflacionado ligeiramente a representatividade positiva de alguns concelhos. Por exemplo, a inclusão de boletins municipais ou rádios exclusivamente musicais pode ter dado uma perceção mais otimista de cobertura mediática do que a realmente existente em certos locais. Contudo, importa esclarecer que esta metodologia inclusiva foi utilizada especificamente na fase inicial de mapeamento. Nos estudos de caso subsequentes, optou-se por uma abordagem mais restritiva, excluindo estes meios menos representativos, garantindo assim uma análise mais realista e fundamentada.

Por fim, verificou-se uma forte dependência dos media regionais relativamente às redes sociais, especialmente ao *Facebook*, o que representa uma vulnerabilidade adicional, considerando que alterações nas políticas ou algoritmos destas plataformas podem impactar negativamente o alcance dos conteúdos.

Estas limitações não retiram valor aos resultados alcançados, mas ajudam a compreender melhor os desafios enfrentados e sublinham a importância de prudência na interpretação das conclusões obtidas. Reconhecer estas limitações é importante para aprofundar futuras investigações com maior rigor e compreensão das complexidades específicas da realidade mediática nos territórios periféricos.

Sugestões para investigações futuras

Com base nos resultados e limitações identificados nesta investigação, surgem algumas sugestões que poderão ser úteis para futuros estudos interessados no ciberjornalismo de proximidade e nas particularidades de regiões periféricas como Trás-os-Montes.

Um tema que parece merecer atenção futura relaciona-se com o impacto que as

tecnologias emergentes, especialmente a Inteligência Artificial (IA), terão no jornalismo de proximidade. Será interessante analisar como a introdução destas tecnologias poderá alterar as rotinas profissionais, os processos editoriais e a própria qualidade jornalística dos media regionais.

Da mesma forma, recomenda-se que futuros investigadores explorem o papel e as consequências da utilização de algoritmos nas plataformas digitais, nomeadamente no que toca à personalização da informação e ao seu efeito na diversidade informativa regional. Este tipo de investigação pode ajudar a compreender melhor como estas práticas tecnológicas podem ser aplicadas de forma equilibrada em contextos regionais.

Em termos metodológicos, sugere-se que futuros estudos adotem abordagens comparativas mais abrangentes, quer a nível nacional quer internacional, para avaliar se as conclusões obtidas nesta investigação sobre Trás-os-Montes se aplicam ou divergem noutras regiões periféricas. Todavia, é fundamental reconhecer que, apesar da importância das abordagens nacionais, o presente estudo evidencia a necessidade de análises detalhadas, aprofundadas e específicas em cada contexto regional. Com efeito, esta investigação representa um passo em frente relativamente aos estudos gerais sobre os "desertos de notícias" realizados anteriormente, demonstrando que o país não pode ser tratado como uma realidade uniforme. O facto de esta tese ter sido concluída após o mapeamento nacional realizado em 2022 beneficiou a investigação, permitindo evidenciar constrangimentos específicos de Trás-os-Montes que dificilmente seriam percecionados sem uma análise localizada. Recomenda-se ainda a realização de estudos longitudinais que possam acompanhar ao longo do tempo as mudanças nos hábitos de consumo mediático, nas condições laborais dos jornalistas regionais (estabilidade contratual, remuneração, sobrecarga horária e acesso a tecnologias adequadas) e no impacto real das estratégias digitais adotadas pelos media regionais.

Dado que a presente investigação se limitou aos registos oficiais da ERC, recomenda-se que futuros estudos complementem este trabalho com levantamentos adicionais que identifiquem iniciativas informais, comunitárias ou cidadãos.

Ao nível económico, recomenda-se aprofundar o estudo de modelos de negócio mais sustentáveis e adaptados às realidades locais, tais como o jornalismo colaborativo,

o financiamento comunitário e a cooperação inter-redações. Estes modelos poderão oferecer pistas importantes sobre como garantir a viabilidade financeira dos media regionais, reduzindo a dependência da publicidade tradicional e de apoios institucionais.

Recomenda-se a realização de estudos concretos que avaliem criticamente os resultados e eficácia de políticas públicas específicas já implementadas na região (ex.: programas de apoio ao acesso digital ou iniciativas de valorização territorial), permitindo compreender exatamente onde estas políticas têm sucesso e onde falham.

Sugere-se igualmente que sejam realizadas investigações qualitativas mais aprofundadas sobre as condições laborais específicas dos jornalistas regionais, nomeadamente através de entrevistas aprofundadas ou grupos focais que permitam captar detalhadamente os dilemas específicos, as experiências concretas e as estratégias práticas utilizadas pelos profissionais para gerir a precariedade laboral e as pressões económicas, políticas e sociais identificadas neste estudo.

Particular atenção deve ser dada ao impacto da proximidade com as fontes locais na autonomia editorial, aprofundando especificamente as tensões e dependências financeiras e institucionais identificadas entre os jornalistas regionais e as instituições locais. Paralelamente, recomenda-se uma análise detalhada das estratégias concretas que as redações regionais adotam para combater fenómenos como a desinformação, identificando as barreiras operacionais que os profissionais locais enfrentam na verificação de conteúdos e na mitigação de notícias falsas ou enganosas nas comunidades regionais.

No âmbito das práticas culturais e identitárias, pode ser relevante desenvolver investigações comparativas que analisem como a promoção e preservação ativa das tradições culturais e linguísticas influencia as audiências locais e emigrantes, avaliando em que medida estas estratégias ajudam a fortalecer a identidade regional e a fidelizar o público.

Face aos desafios estruturais enfrentados pelos media regionais, recomenda-se que futuros estudos se debrucem sobre o impacto real dessas limitações económicas e tecnológicas na qualidade editorial, permitindo compreender melhor de que forma estes constrangimentos condicionam o funcionamento quotidiano das redações.

Finalmente, recomenda-se que futuras investigações estudem especificamente a articulação (ou falta dela) entre os órgãos de comunicação nacionais e o território de Trás-os-Montes. Seria pertinente analisar se os media nacionais mantêm correspondentes ou delegações nestas regiões, que tipo de cobertura asseguram, quais os critérios editoriais utilizados e em que medida as notícias publicadas são fruto de trabalho próprio ou resultam de apropriação de conteúdos previamente produzidos pelos meios regionais. Tal investigação ajudaria a esclarecer as dinâmicas de mediação territorial e a visibilidade mediática atribuída às regiões periféricas.

Em jeito de balanço final, e retomando explicitamente a dupla pergunta inicial desta investigação — sobre qual é o panorama atual dos media online regionais em Trás-os-Montes e de que forma cumprem a sua missão de proximidade na era digital — conclui-se que a região apresenta um panorama mediático diversificado, embora profundamente condicionado por desafios estruturais relacionados com a precariedade financeira, as limitações tecnológicas e a escassez de recursos humanos, bem como pelos próprios condicionalismos da região e das pessoas que nela habitam. Apesar destes obstáculos significativos, os media regionais transmontanos continuam a desempenhar diariamente um papel crucial na promoção da coesão territorial e comunitária, esforçando-se continuamente para mitigar os "desertos de notícias" e levar a melhor informação possível às suas comunidades. Este compromisso diário, frequentemente adaptado às necessidades e realidades locais, evidencia a importância e relevância do ciberjornalismo de proximidade, mesmo perante as dificuldades persistentes para garantir sustentabilidade financeira e estabilidade operacional.

Referências bibliográficas

- A Voz de Trás-os-Montes. (2017, 22 de março). Casa Transmontana de Lisboa renasce aos 112 anos. <https://www.avozdetrasosmontes.pt/casa-transmontana-de-lisboa-renasce-aos-112-anos/>
- A Voz de Trás-os-Montes. (2022, 10 de novembro). Debate “Imprensa regional e os desafios do futuro”: Comemorações dos 75 anos de A Voz de Trás-os-Montes [Vídeo]. Facebook. <https://www.facebook.com/share/v/1JQnnYz6QJ/>
- Abernathy, P. M. (2018). *The expanding news desert*. Center for Innovation and Sustainability in Local Media, University of North Carolina at Chapel Hill. https://www.cislm.org/wp-content/uploads/2018/10/The-Expanding-News-Desert-10_14-Web.pdf
- Abernathy, P. M. (2020). *News deserts and ghost newspapers: Will local news survive?* Center for Innovation and Sustainability in Local Media, University of North Carolina at Chapel Hill. <http://usnewsdeserts.com>
- Afonso, A. M., & Gaspar, D. (Coords.). (2002). *A construção de uma identidade: Trás-os-Montes e Alto-Douro*. Arquivo Distrital de Bragança.
- Aguiar, S. (2019). O conceito de escala geográfica nos estudos de mídia regional. Em S. V. Moreira et al. (Orgs.), *O percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil: 10 anos* (pp. 117–144). Intercom.
- Allan, S., & Thorsen, E. (Eds.). (2009). *Citizen journalism: Global perspectives*. Peter Lang. <https://www.peterlang.com/document/1106131>
- Álvarez Marcos, J. (2003). El periodismo ante la tecnología hipertextual. En J. Díaz Noci & R. Salaverría (Eds.), *Manual de redacción ciberperiodística* (pp. 231–259). Barcelona: Ariel.
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2.ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaral, I., Simões, R. B., Jerónimo, P., & Fidalgo, M. (2020). Facebook y periodismo de proximidad: Estudio de caso de los incendios en Portugal de 2017. En C. Costa-Sánchez (Ed.), *Comunicación y Emergencias: Experiencias y Desafíos* (pp. 123–136). Sevilla: Editorial Comunicación Social.
- Anacom. (2020). *Relatório de reclamações no setor postal 2014–2019*. Autoridade Nacional de Comunicações. https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/1/2022_01_0317_0368.pdf
- Anacom. (2023). *Relatório sobre cobertura e desempenho de redes móveis e fixas em Portugal*. Autoridade Nacional de Comunicações. <https://www.anacom.pt>
- Anderson, C. W. (2016). News ecosystems. In T. Witschge, C. W. Anderson, D. Domingo, & A. Hermida (Eds.), *The SAGE Handbook of Digital Journalism* (pp. 410–428). SAGE. <https://doi.org/10.4135/9781473957909>
- Antena 1. (2025, 28 de janeiro). A1 Doc: “O insustentável peso da solidão”. RTP. <https://antena1.rtp.pt/politica-sociedade/a1-doc-o-insustentavel-peso-da-solidao/>
- Apr/Lusa. (2025, 2 de maio). Rádios locais anunciam boicote à campanha por não terem tempos de antena. *Rádio Renascença*.

- <https://rr.pt/noticia/politica/2025/05/02/radios-locais-anunciam-boicote-a-campanha-por-nao-terem-tempos-de-antena/423774/>
- Ardia, D. S., Ringel, E., Ekstrand, V., & Fox, A. (2020). Addressing the decline of local news, the rise of platforms, and the spread of mis- and disinformation online: A summary of current research and policy proposals (UNC Legal Studies Research Paper No. 3765576). <https://doi.org/10.2139/ssrn.3765576>
- Aruguete, N., Calvo, E., & Ventura, T. (2021). *News sharing, gatekeeping, and polarization: A study of the #Bolsonaro election*. *Digital Journalism*, 9(1), 1–23. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1852094>
- Azariadis, C., & Stachurski, J. (2005). Poverty traps. In P. Aghion & S. Durlauf (Eds.), *Handbook of Economic Growth* (Vol. 1A, pp. 295–384). Elsevier.
- Babbie, E. (2005). *The Basics of Social Research* (3.^a ed.). Belmont, CA: Thomson Wadsworth.
- Barbosa, S. (2002). A informação de proximidade no jornalismo online. *Contracampo*, 7, 47–64. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-proximidade-online.pdf>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (Edição revista e atualizada). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Barreto, A. (1978). *Agricultura e mudança: Estudos de sociologia rural transmontana*. Presença.
- Barrett, C. B., Carter, M. R., & Chavas, J.-P. (Eds.). (2019). *The economics of poverty traps*. University of Chicago Press. <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/E/bo28559644.html>
- Bastos, H. (2000). *Jornalismo electrónico: Internet e reconfiguração de práticas nas redacções*. Minerva Editora
- Bastos, H. (2005). *Ciberjornalismo e narrativa hipermedia*. Universidade do Porto. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/bastos-helder-ciberjornalismo-e-narrativa-hipermedia.pdf>
- Bastos, H. (2010). *Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal: Os primeiros quinze anos (1995–2010)*. Edições Afrontamento.
- Bastos, H. (2011). *Ciberjornalismo em Portugal: Práticas, papéis e ética*. Livros Horizonte.
- Bastos, H. (2012). A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), 284–298. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p284>
- Bastos, H. (2015). *Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal: Os primeiros vinte anos (1995-2015)*. Edições Afrontamento.
- Bastos, H. (2018). *Os ciberjornalistas portugueses em 2016: Uma aproximação a práticas e papéis*. LabCom – Univ. da Beira Interior. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/bastos-helder-2018-ciberjornalistas-portugueses.pdf>
- Bastos, H. (2023). *História do ciberjornalismo em Portugal: Os primeiros vinte e cinco anos*. LabCom – LabCom CA/Universidade da Beira Interior. <https://labcomca.ubi.pt>
- Bastos, H., Lima, H., & Moutinho, N. (2012). A influência da Internet na imprensa portuguesa. In Bastos, H., & Zamith, F. (Eds.), *Ciberjornalismo: Modelos de*

- negócio e redes sociais. (pp. 69-82). Porto: CETAC.Media - Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação.
- Bastos, H., & Zamith, F. (Eds.) (2012). *Ciberjornalismo: Modelos de negócio e redes sociais*. Edições Afrontamento.
- Bastos, H., Zamith, F., Reis, A. I., & Jerónimo, P. (2013). Convergência jornalística nos media em Portugal – Um estudo exploratório. In A. I. Reis, F. Zamith, H. Bastos & P. Jerónimo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional de Ciberjornalismo* (pp. 4–37). Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber). <https://hdl.handle.net/10216/79696>
- Beck, U. (1994). *The reinvention of politics: Towards a theory of reflexive modernization*. Polity Press.
- Bennett, W. L., & Livingston, S. (2018). The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, 33(2), 122–139. <https://doi.org/10.1177/0267323118760317>
- Bennis, I., & Mouwafaq, S. (2025). Advancing AI-driven thematic analysis in qualitative research: A comparative study of nine generative models on cutaneous leishmaniasis data. *BMC Medical Informatics and Decision Making*, 25, Article 124. <https://doi.org/10.1186/s12911-025-02961-5>
- Berry, R. (2016). Podcasting: Considering the evolution of the medium and its association with the word “radio”. *Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, 14(1), 7–22. https://doi.org/10.1386/rjao.14.1.7_1
- Boczkowski, P. J. (2004). *Digitizing the news: Innovation in online newspapers*. MIT Press.
- Bonixe, L. (2017). As rádios locais portuguesas na transição para a Internet. In P. Jerónimo (Ed.), *Media e jornalismo de proximidade na era digital* (pp. 47–86). Livros LabCom. <http://labcom-ifp.ubi.pt/book/298>.
- Bonixe, L. (2019). *As rádios locais em Portugal - da génese ao online: Contexto e prática do jornalismo de proximidade*. (Livros ICNOVA). ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova. <https://coleccionicnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/issue/view/21>
- Bonixe, L. (2021). Resiliência e crise – a rádio portuguesa na pandemia do novo coronavírus. *Estudos em Comunicação*, (32), 69–93. <https://doi.org/10.25768/21.04.03.32.04>
- Bonixe, L., & Ribeiro, F. (2021). Boundaries of distance. Local media relevance for citizens: Measuring consumption, digital extensions and information levels. *Online Journal of Communication and Media Technologies*, 11(3), e202115. <https://doi.org/10.30935/ojcmt/11108>
- Borchardt, A., Lück, J., Kieslich, S., & Stoll, J. (2019). *Are journalists today’s coal miners? The struggle for talent and diversity in modern newsrooms – A study on journalists in Germany, Sweden and the United Kingdom*. Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-07/Talent-and-Diversity-in-the-Media-Report_0.pdf

- Bowen, G. A. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. DOI: 10.3316/QRJ0902027
- Brandtzaeg, P. B., Følstad, A., & Chaparro-Domínguez, M. Á. (2017). How Journalists and Social Media Users Perceive Online Fact-Checking and Verification Services. *Journalism Practice*, 12(9), 1109–1129. <https://doi.org/10.1080/17512786.2017.1363657>
- Bradshaw, P. (2017). *The online journalism handbook: Skills to survive and thrive in the digital age* (2.^a ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315761428>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
- Brinca, P. (2012). Jornalismo de proximidade e participação. Por uma dieta equilibrada de informação, contra uma informação rápida. In J. C. Correia (Org.), *Ágora – Jornalismo de proximidade: Limites, desafios e oportunidades* (pp. 31–34). LabCom.IFP.
- Broussard, M. (2018). *Artificial unintelligence: How computers misunderstand the world*. MIT Press.
- Buarque, D., & Miraglia, P. (2024). *Jornalismo e inteligência artificial: Impacto para publishers brasileiros*. Momentum – Journalism and Tech Task Force. https://momentumnewsandtech.org/wp-content/uploads/2024/11/Momentum_JornalismoAI_Portugues.pdf
- Burns, G. (2022). *Journalists Give Thumbs Down to Social Media*. Local News Initiative – Medill, Northwestern University. <https://localnewsinitiative.northwestern.edu/posts/2022/02/09/medill-social-media-survey/>
- Cagé, J. (2020). Media competition, information provision and political participation: Evidence from French local newspapers and elections, 1944–2014. *Journal of Public Economics*, 185, 104077. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2019.104077>
- Câmara Municipal de Bragança (s.d). *Caracterização do concelho de Bragança*. <https://www.cm-braganca.pt>
- Câmara Municipal de Miranda do Douro (s.d). Protocolo com INCM e criação da EMPLM. *Diário da República / comunicado oficial*. <https://www.cm-mdouro.pt>
- Câmara Municipal de Vila Real (s.d). *Caracterização do concelho de Vila Real*. <https://www.cm-vilareal.pt>
- Camargo, C. A., Nonato, C., Pachi Filho, F. F., & Lelo, T. V. (2023). Jornalismo financiado por plataformas: análise dos apoios concedidos aos arranjos alternativos às corporações de mídia. *E-Compós*, 26. <https://doi.org/10.30962/ec.2821>
- Camarotto, M. (2019). *Local media in Brazil: Draining the newsrooms in the country's poorest region*. Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-10/Journalist_Fellow_paper_MURILLO_CAMAROTTO.pdf
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade: Rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva

- Camponez, C. (2012). Jornalismo regional: proximidade e distâncias. In J. C. Correia (Org.), *Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades* (pp. 35–48). Covilhã: Livros LabCom.
- Camponez, C. (2017). *Proposta de novos pactos comunicacionais na era do hiperlocal*. In P. Jerónimo (Org.), *Media e jornalismo de proximidade na era digital* (pp. 11–26). Covilhã: LabCom Books, Universidade da Beira Interior.
- Canavilhas, J. (2003). *Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na Web*. Em A. Fidalgo & P. Serra (Orgs.), *Informação e Comunicação Online: Jornalismo Online* (pp. 63–73). Covilhã, Portugal: Livros LabCom. <http://bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.html>
- Canavilhas, J. (2005). *Os jornalistas online em Portugal* [Artigo em repositório online]. Covilhã, Portugal: BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. <http://bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalistas-online.pdf>
- Canavilhas, J. (2006). *Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada* Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>
- Canavilhas, J. (2007). *Webnoticia: propuesta de modelo periodístico para la WWW* [Tese de doutoramento, Universidad de Salamanca]. Covilhã, Portugal: Livros LabCom. <https://pt.scribd.com/doc/153299187/Webnoticia-Propuesta-de-Modelo-Periodistico-Para-La-WWW>
- Canavilhas, J. (2008). *Cinco Ws e um H para o jornalismo na web*. *Prisma.com*, (7), 153–172. https://www.researchgate.net/publication/242742422_Cinco_Ws_e_um_H_para_o_jornalismo_na_web
- Canavilhas, J. (2010). *O novo ecossistema mediático*. BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>
- Canavilhas, J. (2014). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom.
- Canavilhas, J. (2021). Epistemology of mobile journalism: A review. *Profesional de la Información*, 30(1), Artigo e300103. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.ene.03>
- Canavilhas, J., & Rodrigues, C. (Eds.). (2017). *Jornalismo móvel: Linguagem, géneros e modelos de negócio*. Covilhã: LabCom.IFP – Comunicação, Filosofia e Humanidades. <https://labcom.ubi.pt/jornalismo-movel-linguagem-generos-e-modelos-de-negocio/>
- Canavilhas, J., Rodrigues, C., & Giacomelli, F. (Eds.). (2019). *Narrativas jornalísticas para dispositivos móveis*. Covilhã: LabCom.IFP. <https://labcom.ubi.pt/narrativas-journalisticas-para-dispositivos-moveis>
- Cardoso, G., Espanha, R., & Araújo, V. (2009). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.
- Cardoso, G., Mendonça, S., Quintanilha, T. L., Paisana, M., & Pais, P. C. (2017). *A Imprensa em Portugal: desempenho e indicadores de gestão (2008–2016)*. Observatório da Comunicação (OberCom).

- Cardoso, J. (2020, 20 de outubro). Grupo Global Media vende *Jornal do Fundão* e outras publicações regionais. *Público*.
<https://www.publico.pt/2020/10/20/media/noticia/grupo-global-media-vende-jornal-fundao-outras-publicacoes-regionais-1936035>
- Cardoso, R. (2008). *Pelas linhas da nostalgia: Passeios a pé nas vias férreas abandonadas*. Edições Afrontamento.
- Carlson, M., & Lewis, S. C. (Eds.). (2015). *Boundaries of Journalism: Professionalism, Practices and Participation*. New York: Routledge.
<https://www.routledge.com/Boundaries-of-Journalism-Professionalism-Practices-and-Participation/Carlson-Lewis/p/book/9781138020672>
- Carona, L. A. P. (2023). *A feminização do jornalismo regional em contexto português: o caso dos jornais centenários* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/114361>
- Carvajal, M., García-Avilés, J. A., & González, J. L. (2012). Financiamento coletivo e mídia sem fins lucrativos: A emergência de novos modelos para o jornalismo de interesse público. *Journalism Practice*, 6(5–6), 638–647.
<https://doi.org/10.1080/17512786.2012.667267>
- Carvalho e Sousa, M. H. (2025, 15 de março). *Discurso no Encontro Nacional de Imprensa Local e Regional, Impressa e Digital* [Vídeo]. YouTube.
<https://www.YouTube.com/watch?v=DTA-CFH7XCQ>
- Carvalho, P. G., Castro, E. A., Marques, J. L., & Batista, P. R. L. (2013). *Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas (DEMOSPIN)*. Universidade de Aveiro.
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81707/1/Regresso%20de%20uma%20geracao%20preparada.pdf>
- Castells, M. (1996). *A ascensão da sociedade em rede*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Cattani, D., & Frias, P. (2017). Snap-Expresso: um estudo de caso sobre o jornal português Expresso. In A. I. Reis, F. Zamith, H. Bastos & P. Jerónimo (Eds.), *Ciberjornalistas 3.0 – Atas do V Congresso Internacional de Ciberjornalismo* (pp. 77–87). Observatório do Ciberjornalismo.
https://cobciber5.files.wordpress.com/2017/05/atas_5cobciber.pdf
- Çela, E. (2023). *Examining Journalists’ Perception of Fake News and their Attitude Toward Debunking Disinformation*. *Studies in Media and Communication*, 11(6), 385–397.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295–316). Petrópolis: Vozes.
- Center for Innovation and Sustainability in Local Media. (2023). *Local News Burnout Report*. CISLM.
<https://www.cislm.org/research/localnewsburnout/report/cislm.org+2cislm.org+2cislm.org+2>
- Cepeda, F. T. (2021). *Bragança no Século XX através da Imprensa Regional*. Bragança: Edição do Autor. CEPESE.

- Christou, P. A. (2023). How to use artificial intelligence (AI) as a resource, methodological and analysis tool in qualitative research? *The Qualitative Report*, 28(7), 1968–1980. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2023.6406>
- Coelho, P. (2004) A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público – Um estudo sobre a situação portuguesa. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- Coelho, P., Teles, F., Barriga, P., & Oliveira, I. (Orgs.). (2024). *5.º Congresso dos Jornalistas* [e-book]. LabCom/UBI. ISBN 978-989-9229-14-3. <https://labcom.ubi.pt/5-o-congresso-dos-jornalistas/>
- Coleman, S., Thumim, N., Birchall, C., Firmstone, J., Moss, G., Parry, K., Stamper, J., & Blumler, J. G. (2016). *The mediated city: The news in a post-industrial context*. Zed Books.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N]. (2018). *FAO declara região do Barroso património agrícola mundial*. <https://www.ccdr-n.pt/noticia/regiao-norte/fao-declara-regiao-do-barroso-patrimonio-agricola-mundial-1186>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N]. (2021). *Norte 2030 – Programa Regional do Norte 2021-2027*. <https://www.ccdr-n.pt/pagina/norte2030>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N]. (2022a). *Relatório NORCYL 21-27 – Diagnóstico territorial: população e cooperação transfronteiriça*. https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/uploaded-files/NorCyL_Coop21-27_Relatorio_Final_VF_PT_2022.pdf
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N]. (2022b). *Plano de Desenvolvimento Regional do Norte 2030: diagnóstico socioeconómico e demográfico das sub-regiões [incluído no PDF “NORTE 2030 – Da Estratégia ao Programa Regional”]*. <https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/uploaded-files/NORTE%202030%20-%20Da%20Estrategia%20ao%20Programa%20Regional.pdf>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N]. (2024). *Organização administrativa e dinâmicas territoriais na região Norte: distritos, CIM e municípios* (Relatório anual CCDR-N/2024). <https://www.ccdr-n.pt>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N]. (2023). *Incentivos do Estado à Comunicação Social Regional e Local*. <https://www.ccdr-n.pt/pagina/servicos/incentivos-comunicacao-social>
- Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso [CIMAT]. (s.d). *Caracterização da região do Alto Tâmega e Barroso*. <https://cimat.pt>
- Comunidade Intermunicipal do Ave [CIM Ave]. (s.d). *Caracterização da região do Ave*. <https://www.cim-ave.pt>
- Comunidade Intermunicipal do Douro [CIM Douro]. (s.d). *Caracterização da região do Douro*. <https://www.cimdouro.pt>
- Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes [CIM-TTM]. (s.d.). *Caracterização territorial e municipal da CIM-TTM*. <https://www.cim-ttm.pt/>

- Correia, J. C., Canavilhas, J., Carvalheiro, J. R., Ferreira, G. B., Morais, R., & Sousa, J. C. (2014). *Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses*. Covilhã: LabCom Books.
- Correia, J. C., Jerónimo, P., & Gradim, A. (2021). Jornalistas da mídia local e o desafio digital. *Redes*, 26. <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.16507>
- Correia, J. C., & Jerónimo, P. (2020). Sentimentos contraditórios: Quanto os jornalistas gostam da intervenção dos públicos? Em M. C. Antunes (Ed.), *Repensar a Imprensa no Ecosistema Digital* (pp. 81–96). Braga: Axioma.
- Correia, J. C., Jerónimo, P., & Gradim, A. (2019). *Fake news: Emotion, belief and reason in selective sharing in contexts of proximity*. *Brazilian Journalism Research*, 15(3), 590–613. <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1219>
- Couto, P. F. (2010). *Ciberjornalismo regional: Aproveitamento das potencialidades da web dos nove jornais regionais com maior audiência do distrito do Porto* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4.^a ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2018). *Designing and Conducting Mixed Methods Research* (3.^a ed.). Los Angeles, CA: Sage.
- Dailey, L., Demo, L., & Spillman, M. (2005). The convergence continuum: A model for studying collaboration between media newsrooms. *Atlantic Journal of Communication*, 13(3), 150–168. https://doi.org/10.1207/s15456889ajc1303_2
- Dave, D. C. dos S., Rocha, P. M., & André, H. A. (2023). Webjornalismo, jornalismo digital, jornalismo online, convergência jornalística: A trajetória científica brasileira nos últimos 30 anos. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, (154), 139–158.
- De Vicente Domínguez, A. M., & Sierra Sánchez, J. (Eds.). (2020). *Aproximación periodística y educacional al fenómeno de las redes sociales*. Madrid: McGraw-Hill Interamericana de España.
- de-Lima-Santos, M.-F., Mesquita, L., de Melo Peixoto, J. G., & Camargo, I. (2024). *Digital news business models in the age of Industry 4.0: Digital Brazilian news players find in technology new ways to bring revenue and competitive advantage*. *Digital Journalism*, 12(9), 1304–1328. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2037444>
- Denzin, N. K. (2012). Triangulation 2.0. *Journal of Mixed Methods Research*, 6(2), 80–88. <https://doi.org/10.1177/1558689812437186>
- Deuze, M. (2001). Online journalism: Modelling the first generation of news media on the World Wide Web. *First Monday*, 6(10). <https://doi.org/10.5210/fm.v6i10.893>
- Deuze, M. (2007). *Media Work*. Cambridge: Polity Press.
- Deuze, M. (2008a). The changing context of news work: Liquid journalism and monitorial citizenship. *International Journal of Communication*, 2, 848–865. https://www.researchgate.net/publication/281390400_The_Changing_Context_of_News_Work_Liquid_Journalism_and_Monitorial_Citizenship

- Deuze, M. (2008b). The professional identity of journalists in the context of convergence culture. *Observatório (OBS) Journal*, 2(4), 103–117. <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/216>
- Deuze, M. (2025). *What makes you happy also makes you sick: Mental health and well-being in media work*. *International Journal of Communication*, 19, 501–521.
- Deuze, M., & Witschge, T. (2017). Além do jornalismo: Teorizando a transformação do jornalismo. *Jornalismo*, 19 (2), 165–181. <https://doi.org/10.1177/1464884916688550>
- Deuze, M., Neuberger, C., & Paulussen, S. (2004). Journalism education and online journalists in Belgium, Germany, and The Netherlands. *Journalism Studies*, 5(1), 19–29. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1461670032000174710>
- Diakopoulos, N. (2019). *Automating the news: How algorithms are rewriting the media*. Harvard University Press. <https://www.hup.harvard.edu/books/9780674976986>
- Diário da República. (2020, 27 de março). Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020 – Revisão do Programa de Valorização do Interior. *Diário da República*, 1.ª série(62), 16–32. <https://dre.pt>
- Diário de Trás-os-Montes. (2021, 23 de junho). Anacom fez diagnóstico que atesta o que a população de Miranda do Douro já sabe. <https://www.diariodetrasmontes.com/noticia/anacom-fez-diagnostico-que-atesta-o-que-a-populacao-de-miranda-do-douro-ja-sabe>
- Diário de Trás-os-Montes. (2023, 15 de fevereiro). Governo prevê investimento de 24 ME em banda larga para Trás-os Montes. <https://www.diariodetrasmontes.com/noticia/governo-preve-investimento-de-24-me-em-banda-larga-para-tras-os-montes>
- Dias, J. (1984). *Rio de Onor: Comunitarismo agro-pastoril* (3.ª ed.). Editorial Presença. (Trabalho original publicado em 1953).
- Díaz Noci, J., & Salaverría, R. (2003). *Manual de redacción ciberperiodística*. Barcelona: Ariel.
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (s.d.). *Comissão Europeia – Pastel de Chaves IGP*. Ministério da Agricultura e da Alimentação. <https://www.dgadr.gov.pt/pt/destaques/424-comissao-europeia-pastel-de-chaves-igp>
- Direção-Geral do Território (DGT). (s.d.). Enquadramento histórico-geográfico da região de Trás-os-Montes e Alto Douro. <https://www.dgterritorio.gov.pt>
- Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN). (s.d.). Caracterização do património histórico-cultural de Trás-os-Montes. <https://arquivo.pt/wayback/20231214135805/https://culturanorte.gov.pt/?>
- Domingo, D. (2006). *Inventing online journalism: Development of the internet as a news medium in four Catalan online newsrooms* [Tese de doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona]. <http://www.tdx.cat/TDX-1219106-153347cv>
- Domingo, D. (2008). Interactivity in the daily routines of online newsrooms: Dealing with an uncomfortable myth. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(3), 680–704. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2008.00415.x>

- Domingo, D., & Heinonen, A. (2008). Weblogs and journalism: A typology to explore the blurring boundaries. *Nordic Journal of Digital Literacy*, 3(1), 19–39.
- Domingo, D. (2024). *Social media and journalism: A research agenda to vindicate civic participation in the era of disinformation and online harassment*. In F. Zamith, H. Bastos, A. I. Reis, & P. Jerónimo (Coords.), *Ciberjornalismo: Cidadania, novas formas de participação e novos desafios* (pp. 9–16). CITCEM. <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-77-0/cib>
- Dornelles, B. (2010). Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários. *Comunicação & Inovação*, 9(16). <https://doi.org/10.13037/ci.vol9n16.688>
- ECO. (2021, 17 de maio). Cobertura digital do território do interior custa 400 milhões de euros. <https://eco.sapo.pt/2021/05/17/cobertura-digital-do-territorio-do-interior-custa-400-milhoes-de-euros/>
- Edgerly, S., & Brown, D. K. (2022). Medill Media Industry Survey. Medill Northwestern University.
- Editorial Enciclopédia. (s.d.). Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Vol. 32). Editorial Enciclopédia Limitada.
- Eldridge II, S. A., & Franklin, B. (Eds.). (2018). *The Routledge Handbook of Developments in Digital Journalism Studies*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315270449>
- Elsheikh, D., Jackson, D., & Jebril, N. (2024). *The Power of Numbers: Four Ways Metrics are Transforming the News*. *Digital Journalism*, 12(8), 1165–1183.
- Erc – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2025). *Listagem de registos de órgãos de comunicação social*. <https://www.erc.pt/pt/registo-de-ocs/listagem-de-registos->
- Erc – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2009). *Relatório de Regulação 2009*. ERC. <https://www.erc.pt/pt/estudos/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2009-/>
- Erc - Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2022, 12 de janeiro). 2496 registos na ERC no fim de 2021. ERC. <https://www.erc.pt/pt/a-erc/noticias/2496-registos-na-erc-no-fim-de-2021/>
- Erc- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2010). *A imprensa local e regional em Portugal*. Lisboa: ERC. <https://jornaldascaldas.pt/2010/07/07/estudo-sobre-imprensa-regional-apresentado-pela-erc/>
- Erc- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2010). *Panorama dos media regionais em Portugal: Relatório anual 2010*. ERC. <https://www.erc.pt/pt/estudos/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2010-/>
- Erc- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2023). *Relatório de Regulação 2023*. ERC. <https://www.erc.pt/pt/estudos/relatorios-de-regulacao/relatorio-de-regulacao-2023-/>
- Erdem, A. T. (2025). Can we talk about journalistic attrition? *Kültür ve İletişim*, 28(1), 254–275. DOI: 10.18691/kulturveiletisim.1613166
- Eu DisinfoLab. (2023). *The disinformation landscape in Portugal* (Fact-sheet). Bruxelas.

- Evans, R., J. D., & Murphy, J. (2023). *Google News and machine gatekeepers: Algorithmic personalisation and news diversity in online news search*. *Digital Journalism*, 11(9), 1682–1700. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2055596>
- Everstijn, C. R. (2022). Local journalism in the age of uncertainty: The case of Youngstown, Ohio's *The Vindicator*. *International Journal of Communication*, 16, 3898–3910. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/15618>
- Ewart, J. (2000). Capturing the heart of the region – How regional media define a community. *Transformations*, 1(September), 1–14. (Número especial)
- Fao. (2018). Região do Barroso é declarada património agrícola mundial pela FAO. *FAO Portugal News*. <https://www.fao.org/portugal>
- Faustino, P. (2013). O papel dos meios de comunicação social local e regionais: desafios atuais e futuros. *Apresentação* realizada na Assembleia da República, Lisboa, Portugal.
- Ferrador, S; Zamith, F; Jerónimo, P. (2019). *Precariedade no ciberjornalismo: o caso dos jornais transmontanos*. In P. Jerónimo (Ed.), *Ameaças ao Ciberjornalismo – Atas do VI Congresso Internacional do Ciberjornalismo* (pp. 328–341). Porto: Observatório do Ciberjornalismo. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19843.pdf>
- Ferrador, S., Zamith, F., & Jerónimo, P. (2024). *Ciberjornalismo de proximidade: O exercício da cidadania nas ferramentas de interação de notícias do jornal A Voz de Trás-os-Montes*. In F. Zamith, H. Bastos, A. I. Reis, & P. Jerónimo (Coords.), *Ciberjornalismo: Cidadania, novas formas de participação e novos desafios* (pp. 41–58). CITCEM. <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-77-0/cib>
- Ferrão, J. (1996). *Três décadas de consolidação do Portugal demográfico "moderno"*. In A. Barreto (Org.), *A situação social em Portugal, 1960–1995* (pp. 165–190). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Fidalgo, J. (2021). Portugal: Impoverished media struggling for survival. In *Media for Democracy Monitor 2021: How leading news media survive digital transformation* (Vol. 1, pp. 297–352). Gothenburg: Nordicom. DOI: 10.48335/9789188855404-7
- Firmstone, J., & Coleman, S. (2015). Rethinking local communicative spaces: Reflecting on the implications of digital media and citizen journalism for the role of local journalism in engaging citizens. Em R. K. Nielsen (Ed.), *Local Journalism: The decline of newspapers and the rise of digital media* (pp. 117–140). Londres: I.B. Tauris. https://www.researchgate.net/publication/337510997_Rethinking_Local_Communicative_Spaces_Implications_of_Digital_Media_and_Citizen_Journalism_for_the_Role_of_Local_Journalism_in_Engaging_Citizens
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3.ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Franklin, B. (2014). The future of journalism: In an age of digital media and economic uncertainty. *Journalism Studies*, 15(5), 481–499. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.930254>

- Franklin, B. (Ed.). (1998). *Local Journalism and Local Media: Making the Local News* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203980392>
- Franklin, B., & Eldridge II, S. A. (Eds.). (2016). *The Routledge Companion to Digital Journalism Studies*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315713793>
- Franklin, B., & Murphy, D. (1991). *What News? The Market, Politics and the Local Press*. London: Routledge.
- Freeman, J. (2020). Differentiating distance in local and hyperlocal news. *Journalism*, 21(4), 524–540.
- Ft Strategies. (2025). *2025 Journalism Predictions x FT Strategies*. Reuters Institute & Financial Times. (*Relatório de previsões do jornalismo*)
- Garcez, A. C. S. (2022). *Nomadismo digital: O caso de estudo das Terras de Trás-os-Montes* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo]. Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Bragança.
- García Avilés, J. A., & González Esteban, J. L. (2021). Cibermedios nativos españoles: explorando modelos de rentabilidad. *Trípodos*, (30), 153–167.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4.ª ed.). Celta Editora.
- Gibson, W. (1984). *Neuromancer*. Ace Books.
- Giddens, A. (1995). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Gillmor, D. (2006). *We the media: Grassroots journalism by the people, for the people*. O'Reilly Media. <https://archive.org/details/wethemediagillmor>
- Gnr - Guarda Nacional Republicana. (2024). Balanço da Operação Censos Sénior 2024. <https://www.gnr.pt/noticias.aspx>
- Gonçalves, A., Grupillo, A., & Melo, P. V. (2024). Participação e confiança na comunicação comunitária: Os casos do Vela Notícias e do Jornal da Aldeia. *Comunicação e Sociedade*, 45, e024004. [https://doi.org/10.17231/comsoc.45\(2024\).4813](https://doi.org/10.17231/comsoc.45(2024).4813)
- Gottfried, J., Mitchell, A., Jurkowitz, M., & Liedke, J. (2022). *Journalists Sense Turmoil in Their Industry Amid Continued Passion for Their Work* (Reportagem “Many journalists say social media helps at work, but most decry its impact on journalism”). Pew Research Center.
- Governo de Portugal. (2023). Despacho n.º 11732/2023: *Montante global dos apoios à comunicação social regional e local para o ano de 2023*. *Diário da República*, 2.ª série, N.º 224. <https://dre.pt>
- Governo de Portugal. (2024a). Ministro Adjunto e da Coesão Territorial anuncia reforço de apoios às empresas no interior. *Portal do Governo*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=ministro-adjunto-e-da-coesao-territorial-anuncia-reforco-de-apoios-as-empresas-no-interior>
- Governo de Portugal. (2024b). *Plano de Ação para a Comunicação Social*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=plano-de-acao-para-a-comunicacao-social>
- Granado, A. (2002). *Os media portugueses na internet*. <https://web.archive.org/web/20051220190129/http://ciberjornalismo.com/mediaportugueses.htm>

- Graves, L., & Cherubini, F. (2016). *The rise of fact-checking sites in Europe*. Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/research/files/The%20Rise%20of%20Fact-Checking%20Sites%20in%20Europe.pdf>
- Gulyas, A., & Baines, D. (Eds.). (2020). *The Routledge Companion to Local Media and Journalism*. New York: Routledge.
- Gulyas, A., & Hess, K. (2024). *The three “Cs” of digital local journalism: Community, commitment and continuity*. *Digital Journalism*, 12(1), 6–12. <https://doi.org/10.1080/21670811.2023.2211639>
- Haim, M., Graefe, A., & Brosius, H-B. (2018). *Burst of the filter bubble? Effects of personalization on the diversity of Google News*. *Digital Journalism*, 6(3), 330–343. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1338145>
- Harte, D., Howells, R., & Williams, A. (2019). *Hyperlocal journalism: The decline of local newspapers and the rise of online community news*. London: Routledge.
- Heiselberg, L., & Hopmann, D. N. (2024). Local journalism and its audience. *Journalism*, 25(12), 2433–2453. <https://doi.org/10.1177/14648849231173226>
- Helberger, N. (2019). On the democratic role of news recommenders. *Digital Journalism*, 7(8), 993–1012. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1623700>
- Hermida, A. (2016). Ambient news: Harnessing the power of ubiquitous social media. *Digital Journalism*, 4(1), 1–18. <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1093271>
- Hermida, A., & Thurman, N. (2008). A clash of cultures: The integration of user-generated content within professional journalistic frameworks at British newspaper websites. *Journalism Practice*, 2(3), 343–356. <https://doi.org/10.1080/17512780802054538>
- Hess, K., & Waller, L. (2017). *Local Journalism in a Digital World: Theory and Practice in the Digital Age*. London: Palgrave Macmillan.
- Hess, K., & Waller, L. (2020). Moral compass: How a small-town newspaper used silence in a hyper-charged controversy. *Journalism*, 21(4), 574–590. <https://doi.org/10.1177/1464884919886441>
- Hill, M. M., & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hindman, M. (2015). Stickier News: Online News and its Geographies. *Digital Journalism*, 9(1), 34–50. <https://shorensteincenter.org/stickier-news-matthew-hindman/>
- Hindman, M. (2018). *The Internet trap: How the digital economy builds monopolies and undermines democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Hinnant, A., Young, R., & Len-Ríos, M. E. (2024). *How journalists address misinformation from official sources* (Survey of Health Journalists). Reynolds Journalism Institute, University of Missouri.
- Infraestruturas de Portugal (IP). (s.d.). Documentos históricos sobre vias rodoviárias e ferroviárias. <https://www.infraestruturasdeportugal.pt>

- Instituto da Segurança Social [ISS]. (2024). *Estatísticas sobre proteção social – distritos de Vila Real e Bragança* (dados recolhidos entre fevereiro e julho de 2024). <https://www.seg-social.pt>
- Instituto do Emprego e Formação Profissional [IEFP]. (2022). *Estatísticas mensais do mercado de emprego e desemprego registado por região – 2022*. IEFP. <https://www.iefp.pt>
- Instituto do Emprego e Formação Profissional [IEFP]. (2024). *Dados estatísticos sobre emprego e mercado de trabalho – distritos de Vila Real e Bragança* <https://www.iefp.pt>
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2019). *Anuário estatístico – Distrito de Bragança*. INE/GEE.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2022). *Censos 2021*. <https://www.ine.pt/xurl/pub/585126119>
- Janowitz, M. (1952). *The Community Press in an Urban Setting*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York: University Press. https://archive.org/details/isbn_9780814742815
- Jenkins, J., & Jerónimo, P. (2021). Changing the beat? Local online newsmaking in Finland, France, Germany, Portugal, and the UK. *Journalism Practice*, 15(9), 1222–1239. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1913626>
- Jenkins, J., & Nielsen, R. K. (2018). *The digital transition of local news*. Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/digital-transition-local-news>
- Jerónimo, P. (2010). Da imprensa aos media locais digitais: O caso do distrito de Leiria. *Estudos em Comunicação*, 7, 97–123. <https://www.ec.ubi.pt/ec/07/pdf/jeronimo-da-imprensa.pdf>
- Jerónimo, P. (2014). *Ciberjornalismo de proximidade: A construção de notícias online na imprensa regional em Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/72808>
- Jerónimo, P. (2015). *Ciberjornalismo de proximidade: redações, jornalistas e notícias online*. Covilhã: LabCom.IFP.
- Jerónimo, P. (2022). *Verificação cidadã: Quando os não-jornalistas participam no fact-checking* [Comunicação]. VII Congresso Internacional de Ciberjornalismo – “Públicos e audiências do ciberjornalismo”, Universidade do Porto, Portugal.
- Jerónimo, P., & Correia, J. C. (Eds.). (2020). *O pulsar da proximidade nos media e no jornalismo*. Covilhã: Livros LabCom.
- Jerónimo, P., & Sánchez Esparza, M. (2022d). Disinformation at a local level: An emerging discussion. *Publications*, 10(2), 15. <https://doi.org/10.3390/publications10020015>
- Jerónimo, P., & Sánchez Esparza, M. (2023). Jornalistas Locais e *Fact-Checking*: Um Estudo Exploratório em Portugal e Espanha. *Comunicação E Sociedade*, 44, e023016. [https://doi.org/10.17231/comsoc.44\(2023\).4553](https://doi.org/10.17231/comsoc.44(2023).4553)

- Jerónimo, P., Amaral, I., Brites, M.J., Dourado, T., Morais, R. & Torre, L. (2025). Jornalismo de Proximidade, Jornalistas e Audiências: Propostas MediaTrust.Lab para Políticas Públicas. MediaTrust.Lab / LabCom. <https://mediatrust.ubi.pt/outputs/>
- Jerónimo, P., Ballesteros, C., Sá, S., & Morais, R. (2022b). Jornalistas locais e condições laborais sob um olhar de género. *ex æquo*, 45, 157–175. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.45.11>
- Jerónimo, P., Correia, J. C., & Gradim, A. (2022a). Are we close enough? Digital challenges to local journalists. *Journalism Practice*, 16(5), 813–827. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1818607>
- Jerónimo, P., Ramos, G., & Torre, L. (2022c). *Desertos de notícias Europa 2022: Relatório de Portugal*. LabCom, Universidade da Beira Interior. <https://labcom.ubi.pt/desertos-de-noticias-europa-2022-relatorio-de-portugal/>
- Jorge, T. de M., & Brito Batista, P. C. (2021). Rádio local sem fronteiras: a experiência de uma pequena emissora portuguesa na internet. *Brazilian Journalism Research*, 17 (2), 376–401. <https://doi.org/10.25200/BJR.v17n2.2021.1324>
- Jornal Económico. (2024, 9 de outubro). *Associação de Imprensa Regional diz que Plano para a Comunicação do Governo é bem-vindo*. Jornal Económico. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/associacao-de-imprensa-regional-diz-que-plano-para-a-comunicacao-do-governo-e-bem-vindo/>
- Kawamoto, K. (2003). *Digital journalism: Emerging media and the changing horizons of journalism*. Rowman & Littlefield Publishers. https://archive.org/details/digitaljournalis0000unse_a2u3/page/n17/mode/2up
- Kim, K. H., & Chon, M.-G. (2022). When work and life boundaries are blurred: The effect of after-hours work communication through communication technologies on employees' burnout and extra-role behaviors. *Journal of Communication Management*, 26(4), 386–400. <https://doi.org/10.1108/JCOM-06-2022-0073>
- Kitzinger, J. (1995). Qualitative research: Introducing *focus groups*. *BMJ*, 311(7000), 299–302. <https://doi.org/10.1136/bmj.311.7000.299>
- Kochhann, L. E. (2013). *A proximidade como valor no jornalismo local: Estudo dos jornais Diário Popular, A Razão e Diário da Manhã*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2009). *Focus groups: A practical guide for applied research* (4th ed.). SAGE Publications.
- Kümpel, A. S., Karnowski, V., & Keyling, T. (2015). News sharing in social media: A review of current research on news sharing users, content, and networks. *Social Media + Society*, 1(2), 1–14. <https://doi.org/10.1177/2056305115610141>
- Küng, L. (2017). *Going digital: A roadmap for organisational transformation*. Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford.
- Kvale, S. (2007). *Doing interviews*. Sage.
- Laranjeira, A. H. C., & Aguiar, S. (2024). Cartografias jornalísticas: Apontamentos para uma agenda de pesquisa no campo da Comunicação e nos Estudos de

- Jornalismo. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, 12(23), 31–48. <https://doi.org/10.4013/qt.2024.1223.05>
- Leal, J. (2000). *Etnografias portuguesas (1870–1970): Cultura popular e identidade nacional*. Dom Quixote.
- Leupold, A., Klinger, U., & Jarren, O. (2018). Imagining the city: How local journalism depicts social cohesion. *Journalism Studies*, 19(7), 960–982. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1245111>
- Lévy, P. (1997). *O que é o virtual?* Editora 34.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura* (C. I. da Costa, Trad.). Editora 34. <https://mundonativodigital.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>
- Lewin, K. (1947). Fronteiras em Dinâmica de Grupo: II. Canais da Vida em Grupo; Planejamento Social e Pesquisa-Ação. *Relações Humanas*, 1 (2), 143–153. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/001872674700100201>
- Limão, J. P. (2018). “Os orçamentos participativos na imprensa regional: um estudo de caso.” *Estudos em Comunicação*, nº 26 (vol. 2), pp. 93–104. <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/ec/issue/view/21>
- Liuzzi, Á. (2024). *La revolución de la IA en el periodismo*. Telecom. <https://institucional.telecom.com.ar/prensa/redacciones/periodismo-ia>
- López-García, X. (1999). La información de proximidad en la sociedad global. Estrategias de comunicación local en la era global o como mantener la identidad en un mundo glocal. *Revista Latina De Comunicación Social*, (54), 6–9. <https://doi.org/10.4185/RLCS-1999/02>
- López-García, X. (2008). *Ciberperiodismo en la proximidad*. Comunicación Social Ediciones y Publicaciones. https://books.google.pt/books/about/Ciberperiodismo_en_la_proximidad.html?id=S3SFme8YTqEC&redir_esc=y
- López-García, X. (2024). (Re)imaginar el periodismo inteligente. *Anuario ThinkEPI*, 18(1), e18e01. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9496145>
- López-García, X., Negreira-Rey, M.-C., & Rodríguez-Vázquez, A.-I. (2016). Cibermedios hiperlocales ibéricos: El nacimiento de una nueva red de proximidad. *Cuadernos.info*, (39), 225–240. <https://doi.org/10.7764/cdi.39.966>
- López-García, X., Pereira, X., & Toural, C. (2008). *La participación ciudadana en los diarios digitales: Similitudes y diferencias entre los cibermedios europeos e brasileños* [Comunicação]. I Congresso Internacional de Ciberjornalismo, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Lourenço, N. (2014). Globalização e glocalização: O difícil diálogo entre o global e o local. *Mulemba*, 4(8), 17–31. <https://doi.org/10.4000/mulemba.203>
- Lowan-Trudeau, G. (2021). Mapping (as) resistance: Decolonizing↔indigenizing journalistic cartography. *Media+Environment*, 3(1). <https://doi.org/10.1525/001c.26089>
- Lusa. (2020, 5 de janeiro). Incêndios na Austrália preocupam emigrantes portugueses. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/mundo/incendios-na-australia-preocupam-emigrantes-portugueses-11675609.html>

- Magasic, M., Hess, K., & Freeman, J. (2023). Examining the social, civic, and political impact of local newspaper closure in outback Australia. *Media and Communication*, 11(3), 220–231. <https://doi.org/10.17645/mac.v11i3.6697>
- Marconi, F. (2020). *Newsmakers: Artificial Intelligence and the Future of Journalism*. New York: Columbia University Press.
- Marinho, S. (2015). *Jornalismo e formação em mudança: Modelos e construções na análise do caso português*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/39990>
- Martins, J. P., Brion, M., Sousa, M. de, Levy, M., & Amorim, Ó. (1996). *O caminho de ferro revisitado: O caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996*. Caminhos de Ferro Portugueses.
- Mattos, F. S. de. (2023). Plataformização das notícias: análise dos níveis de presença plataformizada dos media jornalísticos portugueses. *Contratexto*, 39, 23–49. <https://doi.org/10.26439/contratexto2023.n39.6011>
- McGonagle, T., & van Eijk, N. (2014). *The Role of Regional Media as a Tool for Building Participatory Democracy*. Amsterdam: Institute for Information Law (IViR), University of Amsterdam
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. McGraw-Hill. <https://archive.org/details/understandingmed0000mclu>
- McNair, B. (2006). News from a small country: The media in Scotland. Em B. Franklin (Ed.), *Local Journalism and Local Media: Making the Local News* (pp. 37–48). London: Routledge.
- Meireles, C. & Zamith, F. (2025). Ciberjornalismo em Portugal - Relatório ObCiber 2025. ObCiber/CITCEM. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/20731.pdf>
- Melo, D. (2006). Aquém do Marão: O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50, 67–87.
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Metzgar, E. T., Kurpius, D. D., & Rowley, K. M. (2011). *Defining hyperlocal media: Proposing a framework for discussion*. *New Media & Society*, 13(5), 772–787. <https://doi.org/10.1177/1461444810385095>
- Midões, M. (2020). *O terceiro setor de radiodifusão em Portugal: Mapeamento e caracterização das rádios comunitárias* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra.
- Mielniczuk, L. (2003). *Jornalismo na web: Uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual* [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia]. <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6057>
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Ministério da Coesão Territorial. (2021). *Relatório anual de coesão territorial*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/area-de-governo/coesaoterritorial/documentos-oficiais>

- Miranda, J. M. S. (2018). O papel dos jornalistas na regulação da informação: Caracterização socioprofissional, accountability e modelos de regulação em Portugal e na Europa. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.)
- Molina, M. D., Sundar, S. S., Le, T., & Lee, D. (2021). “Fake news” is not simply false information: A concept explication and taxonomy of online misinformation. *American Behavioral Scientist*, 65(2), 180–212. <https://doi.org/10.1177/0002764219878224>
- Monteiro, A. (1993). *Guerra Junqueiro: Poeta e pensador*. Edições Colibri.
- Monzer, C., Möller, J., Helberger, N., & Eskens, S. (2020). User perspectives on the news personalisation process: Agency, trust and utility as building blocks. *Digital Journalism*, 8(9), 1142–1162. <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1773291>
- Morais, R., & Jerónimo, P. (2023). “Plataformização de Notícias”, Autoria e Conteúdo Não Verificado: Percepções em torno da Mídia Local. *Ciências Sociais*, 12 (4), 200. <https://doi.org/10.3390/socsci12040200>
- Morais, R., Jerónimo, P., & Correia, J. C. (2020). *Jornalismo na Região Centro: Trabalho, tecnologia e negócio*. Covilhã: LabCom.IFP – Comunicação, Filosofia e Humanidades. <https://labcom.ubi.pt/livro/jornalismo-na-regiao-centro-trabalho-tecnologia-e-negocio/>
- Morgan, D. L. (1997). *Focus groups as qualitative research* (2nd ed.). Sage Publications.
- Morgan, D. L. (2023). Exploring the use of artificial intelligence for qualitative data analysis: The case of ChatGPT. *International Journal of Qualitative Methods*, 22, Article 16094069231211248. <https://doi.org/10.1177/16094069231211248>
- Mota, A. S. S. (2013). *Comparação entre rádios locais e rádios nacionais: Rádio Universidade FM* (Dissertação de mestrado). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. <https://repositorio.utad.pt/entities/publication/a500f505-4f6e-48e9-8440-35c2a87073d9>
- Mota, D. (2023). A erosão da proximidade: questões e desafios do jornalismo local na sociedade contemporânea. *Comunicação e Sociedade*, 44, 1–19. <https://journals.openedition.org/cs/10854>
- Mourão, P. (2006). Tendências de concentração regional no interior português – O caso de Trás-os-Montes e Alto Douro. *Regional and Sectoral Economic Studies*, 6(1), 108–126.
- Mourão, P. (2020). Economia do esquecimento: Rasgando o Estreito de Magalhães. UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.12>
- Nagel, T. W. S., & Broersma, M. (2024). Local journalists as brokers: Conceptualizing information relationships in rural communities. *Journalism Studies*, 25(10), 1205–1227. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2024.2366349>
- Napoli, P. M. (2019). *Social media and the public interest: Media regulation in the disinformation age*. Columbia University Press.
- Napoli, P. M., Stonbely, S., McCollough, K., & Renninger, B. (2017). Local journalism and the information needs of local communities: Toward a scalable assessment approach. *Journalism Practice*, 11(4), 373–395. <https://doi.org/10.1080/17512786.2016.1146625>

- Negreira-Rey, M. C., Amigo, L., & Jerónimo, P. (2022). Transformation of local journalism: Media landscapes and proximity to the public in Spain, France and Portugal. Em J. Vázquez-Herrero et al. (Eds.), *Total Journalism: Models, Techniques and Challenges* (pp. 153–167). Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-88028-6_12
- Negreira-Rey, M.-C., & López-García, X. (2021). A Decade of Research on Hyperlocal Media: An International Approach to a New Media Model. *Online Journal of Communication and Media Technologies*, 11(3), e202111. <https://doi.org/10.30935/ojcm/t/11082>
- Negreira-Rey, M.-C., López-García, X. & Rodríguez Vázquez, A. (2018). Los cibermedios locales e hiperlocales en España y Portugal. La fase de búsqueda de modelos. 7. 50-63. https://www.researchgate.net/publication/331649270_Los_cibermedios_locales_e_hiperlocales_en_Espana_y_Portugal_La_fase_de_busqueda_de_modelos
- Neves, N. M. (2023, Maio 1). *Jornalismo regional precisa de mais apoios e mais profissionais*. Açoriano Oriental.
- Newman, N., Fletcher, R., Eddy, K., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K. (2023). Reuters Institute Digital News Report 2023. Reuters Institute for the Study of Journalism. <https://doi.org/10.60625/risj-p6es-hb13>
- Nieborg, D. B. & Poell, T. (2018). “The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity”. *New Media & Society*, 20(11), 4275–4292
- Nielsen, J. (1995). *Multimedia and hypertext: The Internet and beyond*. Academic Press.
- Nielsen, R. K. e Ganter, S. A. (2022). *The Power of Platforms: Shaping Media and Society*. <https://academic.oup.com/book/41831?login=false>
- Nielsen, R. K. (2015). Introduction: The uncertain future of local journalism. Em R. K. Nielsen (Ed.), *Local Journalism: The decline of newspapers and the rise of digital media* (pp. 1–26). London: I.B. Tauris.
- Nobre Correia, J. M. (2019, 21 de março). *Media regionais têm melhores perspectivas de futuro* [Entrevista]. *O MIRANTE*. <https://omirante.pt/semanario/2019-03-21/sociedade/2019-03-20-Media-regionais-tem-melhores-perspectivas-de-futuro>
- Noelle-Neumann, E. (1974). *The spiral of silence: A theory of public opinion*. *Journal of Communication*, 24(2), 43–51. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x>
- Nordeste. (2021, 13 de abril). Aldeias envelhecidas e despovoadas são retrato da realidade demográfica regional. <https://jornalnordeste.com/noticia/aldeias-envelhecidas-e-despovoadas-sao-retrato-da-realidade-demografica-regional>
- Notícias ao Minuto. (2023, 11 de janeiro). *Governo quer novos apoios para media locais e regionais em 2024* [incluindo aumento de 12,5 % nos apoios]. Notícias ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/pais/2150001/governo-quer-novos-apoios-para-media-locais-e-regionais-em-2024>
- Novaes, A. R. (2014). Favelas and the divided city: Mapping silences and calculations in Rio de Janeiro’s journalistic cartography. *Social & Cultural Geography*, 15(2), 201–225. <https://doi.org/10.1080/14649365.2013.873364>

- Nunes, A. J. (2022). *Congressos transmontanos (1920–2020): Um século de luta por Trás-os-Montes*. Lema d'Origem.
- Nunes, A. J. (2023, 30 de novembro). A importância política da ferrovia para Trás-os-Montes e Norte. Diário de Trás-os-Montes. <https://www.diariodetrasmontes.com/cronica/importancia-politica-da-ferrovia-para-tras-os-montes-e-norte>
- Nygren, G. (2019). Local media ecologies. In S. A. Eldridge II & B. Franklin (Eds.), *The Routledge handbook of developments in digital journalism studies* (pp. 277–290). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315270449>
- Nygren, G. (2023). Local journalism with state support. *Media and Communication*, 11(3), 277–280. <https://doi.org/10.17645/mac.v11i3.7503>
- ObCiber (2024). *Integrar inovação, enfrentar desafios...; Plataformas e desinformação...; Jornalismo na era da plataformação... – Notícias VIII Congresso Internacional de Ciberjornalismo*. <https://obciber.com/noticias/>
- OberCom – Observatório da Comunicação (2017). *Jornalistas e Condições Laborais: Retrato de uma Profissão em Mudança* (Relatório de pesquisa CIES-IUL/SJ). OberCom.
- OberCom – Observatório da Comunicação (2018). *Jornais regionais: A posição no mercado e interpretação de perfis de utilização*. OberCom. <https://www.obercom.pt/jornais-regionais-a-analise-de-perfis-de-utilizacao-actividade-desafios-e-politicas-publicas-para-o-sector/>
- OberCom & MediaLab CIES-ISCTE. (2025). *Legislativas 2025 – Informação e Desinformação nas Redes Sociais*. Observatório da Comunicação (OberCom). <https://www.obercom.pt/legislativas-2025-informacao-e-desinformacao-nas-redes-sociais/>
- OberCom/ISCTE-IUL & Universidad de Navarra. (2023). *Mapa dos Meios Digitais Ibéricos*. Iberifier. <https://map.iberifier.eu>
- Oliveira, J. J. S. (2008). *História dos caminhos-de-ferro portugueses*. Edições Vulgata.
- Olsen, R. K., & Mathisen, B. R. (2023). *Deserted Local News: Exploring News Deserts from a Journalistic Recruitment Perspective*. *Media and Communication*, 11(3), 390–400.
- Otero, T. (2015). Innovación y radio: Las ciberrádios locales en Galicia y el Norte de Portugal. *Revista Internacional de Comunicación Audiovisual, Publicidad y Estudios Culturales*, 2(4), 139–156.
- Palacios, M., & Díaz Noci (eds.) (2009). *Jornalismo online: métodos de pesquisa. Uma abordagem multidisciplinar em perspectiva comparada*. Bilbao: Serviço Editorial da Universidade do País Vasco, p. 67-89. ISBN: 978-84-9860-191-6
- Palacios, M., & Machado, E. (Orgs.). (2003). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra / Grupo de Jornalismo On-Line (GJOL). <https://www.google.com/url?Sa=i&url=https%3A%2F%2Fgjol.net%2Fwp-content%2Fuploads%2F2012%2F12%2Fbook-modelos-jornalismo.pdf&psig=aovvaw2b151hk7zu7kp49lau8aa1&ust=1747866130221000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0cayqrpomahckewj4mu77ironaxuaaaaahqaaaaaqba>

- Papafina, C. (2025, 10 de junho). *Entre o desprezo político e o silêncio institucional*. Canal Alentejo. <https://canalalentejo.sapo.pt/opiniaio-entre-o-desprezo-politico-e-o-silencio-institucional/>
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the internet is hiding from you*. Edições Penguin.
- Pascoaes, T. (1913). *A arte de ser português*. Renascença Portuguesa.
- Pascoal, I. (1996) Os jornalistas da imprensa regional e os condicionalismos ao exercício da profissão. Artigo apresentado no III Congresso Português de Sociologia – Práticas e Processos de Mudança Social. https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4926a435d94a4_1.pdf
- Patton, M. Q. (1999). Enhancing the quality and credibility of qualitative analysis. *Health Services Research*, 34(5), 1189–1208.
- Pavlik, J. V. (2000). The Impact of Technology on Journalism. *Journalism Studies*, 1(2), 229–237. <https://shre.ink/e3yT>
- Pavlik, J. V. (2001). *Journalism and new media*. Columbia University Press.
- Pavlik, J. V. (2005). *El periodismo y los nuevos medios de comunicación*. Edições Paidós.
- Pavlik, J. V. (2023). *Collaborating with ChatGPT: Considering the implications of generative artificial intelligence for journalism and media education*. *Journalism & Mass Communication Educator*, 78(1), 84–93. <https://doi.org/10.1177/10776958221149577>
- Pedro, M. V. (2024). *O uso da web para disseminar desinformação: Análise das lives de Jair Bolsonaro em 2020 sobre a covid-19*. In F. Zamith, H. Bastos, A. I. Reis, & P. Jerónimo (Coords.), *Ciberjornalismo: Cidadania, novas formas de participação e novos desafios* (pp. 17–40). CITCEM. <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-77-0/cib>
- Pereira, C. E. G., & Seemann, J. (2014). Apresentações cartográficas do espaço municipal: Mapas artísticos em deriva da geografia escolar. *Geografares*(17), 48–65. <https://doi.org/10.7147/GEO17.14401>
- Pereira, V. (2010). Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios, de Dulce Freire, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (coords.). *Análise Social*, 45(196), 589–593. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2010196.10>
- Pereiro, X. (2019). *Património, turismo e identidade: Desafios e perspectivas contemporâneas em Trás-os-Montes*. UTAD Edições.
- Perreault, M. F., Walsh, J., Lincoln, L., & Perreault, G. (2024). “Everything else is public relations”: How rural journalists draw the boundary between journalism and public relations in rural communities. *Mass Communication and Society*, 27(2), 332–359. <https://doi.org/10.1080/15205436.2023.2243920>
- Peruzzo, C. (2005). *Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências*. *Comunicação & Sociedade*, 26(43), 67–84. <https://www.passeidireto.com/arquivo/2454869/midia-regional-e-local-aspectos-conceituais-e-tendencias-cicilia-m-krohling-peru>
- Pew Research Center. (2019). *For local news, Americans embrace digital but still want strong community connection*. <https://www.pewresearch.org/journalism>

- Pickard, V. (2022). *Can journalism survive in the age of platform monopolies? Confronting Facebook's negative externalities*. In T. Flew & F. R. Martin (Eds.), *Digital Platform Regulation: Global Perspectives on Internet Governance* (pp. 23–41). Cham: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-95220-4_2
- Pinto, M., & Sousa, H. (2007). *Casos em que o jornalismo foi notícia*. Campo das Letras. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42068>
- Pordata. (2023). *Base de dados estatísticas sobre demografia e indicadores sociais – distritos de Vila Real e Bragança*. <https://www.pordata.pt>
- Posse, A. P. F. (2011). *Ciberjornalismo à escala regional: Aproveitamento das potencialidades da Internet nos oito jornais com presença online ativa dos distritos de Bragança e Vila Real* [Dissertação de mestrado, Universidade do] <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67077>
- Postman, N. (1970). The Reformed English Curriculum. In A. C. Eurich (Ed.), *High school 1980: The shape of the future in American secondary education* (pp. 160–168). Pitman.
- Price, P. C., Jhangiani, R., & Chiang, I. A. (2015). *Research Methods in Psychology* (2^a ed.). BCcampus/University of British Columbia. <https://opentextbc.ca/researchmethods/>
- Quandt, T. (2023). Twenty-five years of digital journalism (research): A critical discussion of the current state and future of the field. *Journalism*, Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/14648849231192789>
- Ouakrat, A., Paterson, C., Rebillard, F., Surm, J., & Moreira-Cesar, C. (2023). Platformização do fluxo internacional de informações. *Sobre Jornalismo*, 12(1), 138–143. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v12.n1.2023.532>
- Qu, S. Q., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(3), 238–264.
- Queensland Government Statistician's Office. (2015). *Presenting survey results: Report writing*. Brisbane: Queensland Treasury. <https://www.qgso.qld.gov.au/about-statistics/presenting-data>
- Radcliffe, D. (2013). *Here and now: UK hyperlocal media today*. Nesta.
- Radsch, C. C. (2020). *Freelance journalists risk lives and livelihoods amid COVID-19 pandemic*. Committee to Protect Journalists. <https://cpj.org/2020/04/freelance-journalists-risk-lives-and-livelihoods-a/>
- Ramos, G. (2021). Deserto de notícias: panorama da crise do jornalismo regional em Portugal. *Estudos de Jornalismo*, (13), 30–51.
- Ramos, G. (2023). *Jornalismo de proximidade em rede: Proposta para criação de modelos de negócios* (Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior). Repositório UBI. <https://ubibliorum.ubi.pt/entities/publication/6b7b5c2f-c766-452c-81e4-1c70bf46a761>
- Ramos, G. (2025). *Jornalismo de proximidade em rede*. Covilhã: LabCom – Universidade da Beira Interior.
- Reconquista. (2025, 11 de março). *Imprensa regional: Governo duplica apoios do porte pago*. *Reconquista*. <https://www.reconquista.pt/articles/imprensa-regional-governo-duplica-apoios-do-porte-pago>

- Reis, A. I. (2021). *A formação e ensino de rádio na década de 80: O contributo das rádios piratas*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/133380>
- Reis, A. I., Jerónimo, P., Zamith, F., & Bastos, H. (Eds.) (2019). *Ameaças ao ciberjornalismo – Atas do VI Congresso Internacional de Ciberjornalismo*. Observatório do Ciberjornalismo.
- Reis, A. I., Zamith, F., Bastos, H., & Jerónimo, P. (Eds.) (2015). *Qualidade e credibilidade no ciberjornalismo – Livro de atas do IV Congresso Internacional de Ciberjornalismo*. Observatório do Ciberjornalismo.
- Reis, A. I., Zamith, F., Bastos, H., & Jerónimo, P. (Eds.) (2017). *Ciberjornalistas 3.0 – Atas do V Congresso Internacional de Ciberjornalismo*. Observatório do Ciberjornalismo.
- Repórteres sem Fronteiras. (2025). *A liberdade de imprensa no mundo em 2025* [Relatório]. Paris: RSF. <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-rsf-2025-enfraquecimento-econ%C3%B4mico-dos-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-uma-das-principais>
- República portuguesa. (1999). Lei n.º 7/99. *Diário da República, Série I-A* (24/1999). <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/7-1999-552397>
- Ribeiro, J. (2010). *A imprensa regional e as comunidades locais: Jornal Alvorada: Caracterização de um quinquenário local do concelho da Lourinhã* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/3969>
- Ribeiro, O. (1987). *Opúsculos geográficos: Províncias portuguesas*. Sá da Costa editora.
- Rivas-de-Roca, R. (2022). Calidad y modelos de negocio en los medios de proximidad. Estudio de casos en Alemania, España y Portugal. *Estudos em Comunicação*, 34, 81–96. <https://doi.org/10.25768/1646-4979n34-07>
- Robertson, R. (1995). Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. Em M. Featherstone, S. Lash & R. Robertson (Eds.), *Global modernities* (pp. 25–44). Sage.
- Rodelo, F. V., Montes, M. M., & Rivera Lugo, N. (2024). Precariedad en el empleo periodístico: dimensiones y factores predictores. *Revista Latina de Comunicación Social*, 82. <https://doi.org/10.4185/rlcs-2024-2233>
- Rodríguez, N. M., & Jiménez, A. G. (2021). Perceptions of Journalists about Disinformation and Professional Routines in the Digital Age. *Revista General de Informação e Documentação*, 31, 1-22.
- Ross, K. (2006). Open source? Hearing voices in the local press. Em B. Franklin (Ed.), *Local Journalism and Local Media: Making the Local News* (pp. 232–244). London: Routledge.
- Royal, C. (2017). *Managing Digital Products in a Newsroom Context*. *ISOJ Journal*, 7(1), 45–66.
- Rtp Notícias. (2020, 9 de janeiro). Comunidade portuguesa na Austrália vive momento dramático devido aos incêndios. *RTP Notícias*. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/comunidade-portuguesa-na-australia-vive-momento-dramatico-devido-aos-incendios_v1196760

- Salamon, E. (2024). Communicating a local journalism crisis online: How media workers frame industry changes. *Digital Journalism*. Publicação antecipada online. <https://doi.org/10.1080/21670811.2024.2434917>
- Salaverría, R. (2015). Los labs como fórmula de innovación en los medios. *El Profesional de la Información*, 24(4), 397–404. <https://doi.org/10.3145/epi.2015.jul.06>
- Salaverría, R. (2016). *Ciberperiodismo en Iberoamérica: Evolución y tendencias*. Fundación Telefónica. https://www.researchgate.net/publication/295616456_Ciberperiodismo_en_Iberoamerica
- Salaverría, R. (2019). Digital journalism: 25 years of research. *Profesional de la Información*, 28(1), e280105. <https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.01>
- Salaverría, R. (2023). *Prólogo*. Em S. Tejedor (Dir.), *La inteligencia artificial en el periodismo: Mapping de conceptos, casos y recomendaciones*. Editorial UOC. <https://abrir.link/Vqvlb>
- Salaverría, R., & Martínez-Costa, M. P. (Coords.) (2021). *Medios nativos digitales en España: Caracterización y tendencias*. Comunicación Social Ediciones y Publicaciones. <https://doi.org/10.52495/c1.emcs.7.p92>
- Salaverría, R., (coord.) (2005) *Cibermedios. O impacto da Internet nos meios de comunicação da Espanha*. Sevilha: Comunicação Social Edições e Publicações. <https://dadun.unav.edu/entities/publication/f2e08517-b2f6-46b6-8fbc-090b9e16e080>
- Salgado, M. C. C. (1999). *A emigração portuguesa para o Brasil no contexto das grandes migrações europeias: o caso do distrito de Bragança (1850–1911)*.
- Salovaara-Moring, I. (2016). Participatory maps: Digital cartographies and new ecology of journalism. *Digital Journalism*, 4(7), 827–837. <https://doi.org/10.1080/21670811.2016.1168704>
- Sampaio, S. M. C. V. (2014). *Conteúdos abordados num jornal regional: o caso do “Notícias de Vila Real”*. Trabalho académico, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. https://www.academia.edu/12091641/Conte%C3%BAdos_abordados_num_jornal_regional_o_caso_do_Not%C3%ADcias_de_Vila_Real
- Sanches, M. J. (1997). *Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro: O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sánchez-García, P., Díez-Gracia, A., Mayorga, I. R., & Jerónimo, P. (2025). *Media self-regulation in the use of AI: Limitation of multimodal generative content and ethical commitments to transparency and verification*. *Journalism and Media*, 6(1), 29. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/journalmedia6010029ResearchGate+2MDPI+2MDPI+2>
- Santana, M. J. T. (2009). *As rádios locais no Norte de Portugal e na Galiza: Um estudo comparativo* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral - Repositório da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13489>

- Santi, V. J. (2010). *O desafio da apuração jornalística no ciberespaço*. Revista FAMECOS, 15(24). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/9023>
- Santos Silva, D., Baptista, C., Bonixe, L., Martins, L. O., & Caneira, P. (2024). *Local Media for Democracy – Country Focus: Portugal*.
- Santos Silva, M., Gonçalves, A., & Morais, R. (2025). Tecnologia, inovação e modelos de negócio nos jornais regionais portugueses. *Texto Livre*, 18, e55812. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/55812>
- Santos, R., Azevedo, J., & Pedro, L. (2016). *Literacia(s) digital(ais): Definições, perspectivas e desafios*. *Media & Jornalismo*, 15(27), 17–44. https://doi.org/10.14195/2183-5462_27_1
- Santos-Silva, D., Baptista, C., Bonixe, L., Oliveira Martins, L., & Caneira, P. (2025). Risks and opportunities for local and community media in Europe: The Portuguese case. In P. Jerónimo & I. Amaral (Eds.), *Building media trust* (pp. 81–102). LabCom – Universidade da Beira Interior. <https://doi.org/10.25768/9229-26-6>
- Saridou, T., Spyridou, L.-P., & Veglis, A. (2017). Churnalism on the rise? Assessing convergence effects on editorial practices. *Digital Journalism*, 5(8), 1006–1024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1342209>
- Savenhago, I. (2012). *Jornalismo regional: Estratégias de sobrevivência em meio às transformações*. Paco Editorial. <https://books.google.pt/books?id=ZwWKBAQAQBAJ>
- Schapals, A. K., & Porlezza, C. (2020). *Assistance or resistance? Evaluating the intersection of automated journalism and journalistic role conceptions*. *Media and Communication*, 8(3), 16–26. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i3.3054>
- Schudson, M. (2019). Where we are and whither we are tending: Reflections on the state of journalism. *Journalism*, 20(1), 77–79. <https://doi.org/10.1177/1464884918809247>
- Schwingel, C. (2012). *Ciberjornalismo*. Paulinas. https://books.google.pt/books/about/Ciberjornalismo.html?id=FveODwAAQBAJ&redir_esc=y
- Scolari, C. A. (2012). Media ecology: Exploring the metaphor to expand the theory. *Communication Theory*, 22(2), 204–225. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2012.01404.x>
- Señor, J., & Sriram, J. (Eds.). (2022). *Innovation in News Media World Report 2022*. WAN-IFRA. <https://wan-ifra.org/insight/innovation-in-news-media-world-report-2022/>
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). (2022). *Relatório estatístico anual 2021: População estrangeira residente em Portugal*. <https://sefstat.sef.pt>
- Siiman, L. A., Rannastu-Avalos, M., Pöysä-Tarhonen, J., Häkkinen, P., & Pedaste, M. (2023). Opportunities and challenges for AI-assisted qualitative data analysis: An example from collaborative problem-solving discourse data. In Y.-M. Huang & T. Rocha (Eds.), *Innovative technologies and learning* (pp. 87–96). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-40113-8_9

- Silva, M. S. (2023). *“Não tenho as condições”: Como os jornalistas de televisão e rádio avaliam a qualidade do jornalismo em Portugal*. *Comunicação e Sociedade*, 44, 1–19.
- Silva, M. S., Gonçalves, A., & Morais, R. (2025). *Tecnologia, inovação e modelos de negócio nos jornais regionais portugueses*. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, 18(4), 1–14. <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2025.55812>
- Simon, F. M. (2024). *Artificial Intelligence in the News: How AI Retools, Rationalizes, and Reshapes Journalism and the Public Arena* (Tow Center Report). Columbia Journalism School.
- Sindicato dos Jornalistas (2023). *Inquérito nacional às condições de vida e de trabalho dos jornalistas em Portugal*. Sindicato dos Jornalistas. <https://jornalistas.eu/wp-content/uploads/2023/11/Inquerito-Nacional-as-Condicoes-de-Vida-e-de-Trabalho-dos-Jornalistas-em-Portugal-03-11-2023-c.pdf>
- Singer, J. B. (1998). Online journalists: Foundations for research into their changing roles. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 4(1). <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.1998.tb00088.x>
- Singer, J. B. (2011). Journalism and digital technologies. In W. Lowrey & P. J. Gade (Eds.), *Changing the news: The forces shaping journalism in uncertain times* (pp. 213–229). New York: Routledge.
- Singer, J. B., Domingo, D., Heinonen, A., Hermida, A., Paulussen, S., Quandt, T., & Vujnovic, M. (2011). *Participatory journalism: Guarding open gates at online newspapers*. Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Soares, M. L. C. (2011). Trás-os-Montes na produção literária de Teixeira de Pascoaes. Em H. M. Gonçalves (Ed.), *Vozes transmontano-durienses* (pp. 41–60). Centro de Formação Contínua de Professores/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Sousa, F. (1997). Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá. *População e Sociedade*, 3, 359–388.
- Sousa, F. (Coord.). (2013). *Bragança na época contemporânea (1820–2012)*. CEPESE: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/braganca-na-epoca-contemporanea-1820-2012>
- Sousa, F., & Rocha, R. (2011). *O distrito de Bragança (1835–2011)*. CEPESE.
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: SAGE. <https://archive.org/details/artofcasestudyre0000stak>
- Sunstein, C. R. (2017). *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press.
- Tandoc, E. C., Jr. (2024, 26 de outubro). Journalism studies in the age of AI [Comunicação oral]. VIII Congresso Internacional de Ciberjornalismo do Observatório do Ciberjornalismo, Universidade do Porto, Portugal.
- Taylan, S. (2025). *Local journalism: Pursuing truth under pressure*. Bianet – Bağimsız İletişim Ağı.
- Terras da Guarda. (2025, 9 de maio). *Ministro Castro Almeida reconhece que a imprensa regional “é essencial para a coesão territorial”*. Terras da Guarda.

- <https://terrasdaguarda.sapo.pt/noticias/ministro-castro-almeida-reconhece-que-a-imprensa-regional-e-essencial-para-a-coesao-territorial-1747322491>
- Teves, V. H. (2007). *RTP: 50 anos de história (1957–2007)*. Lisboa: Rádio e Televisão de Portugal.
- Thurman, N., Dörr, K. N., & Kunert, J. (2017). When reporters get hands-on with robo-writing: Professionals consider automated journalism’s capabilities and consequences. *Digital Journalism*, 5(10), 1240–1259. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1289819>
- Torga, M. (1950). *Portugal*. Coimbra Editora.
- Torre, L., & Jerónimo, P. (2023). Esfera pública e desinformação em contexto local. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, 16, e41881. <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2023.41881>
- Torre, L., Jerónimo, P. & Miranda, J. (2023). *Media regionais e desinformação: Perceções das/dos jornalistas em Portugal*. LabCom – Comunicação e Artes. <https://doi.org/10.25768/654-948-0>
- Torre, L., Ramos, G., Noronha, M., & Jerónimo, P. (2024). Sourcing local information in news deserts. *Journalism and Media*, 5(3), 1228–1243. <https://doi.org/10.3390/journalmedia5030078>
- Unesco. (2015). *Reserva da biosfera transfronteiriça Meseta Ibérica*. <https://en.unesco.org/biosphere/eu-na/meseta-iberica>
- Unesco. (2019). *Winter festivities – Carnival of Podence*. <https://www.unesco.org/archives/multimedia/document-4944-eng-2>
- Unesco. (2022). *Journalism is a public good: World trends in freedom of expression and media development (Global Report 2021/2022)*. UNESCO.
- Valcarce, D. P., & Marcos, J. Á. (2004). Ciberperiodismo: Periodismo especializado. Síntesis.
- Van Dalen, A. (2023). *Algorithmic gatekeeping for professional communicators: Power, trust, and legitimacy*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003375258>
- Verza, S., Blagojev, T., Borges, D., Kermer, J., Trevisan, M., & Reviglio, U. (2024). Uncovering news deserts in Europe: Risks and opportunities for local and community media in the EU. Centre for Media Pluralism and Media Freedom (CMPF). https://cmpf.eui.eu/wp-content/uploads/2024/02/CMPF_Uncovering-news-deserts-in-Europe_LM4D-final-report.pdf
- Vieira, S. C. (2014). *Jornalismo de proximidade e elites locais* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/14456>
- Vinhais, P. A. S. (2018). *A importância das rádios locais para a população idosa – O caso da Rádio Terra Quente FM* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro]. Repositório da UTAD. <https://repositorio.utad.pt/entities/publication/8866defd-da3d-48f1-bb0e-136d251abead>
- Vizeu, A. (2005). Jornalismo comunitário em cidades do interior _ Beatriz Dornelles. *Brazilian Journalism Research*. 1. 221-222. 10.25200/BJR.v1n1.2005.46

- Vos, T & Thomas, R. (2018). The discursive construction of journalistic authority in a post-truth age. *Journalism Studies*, 19, 1-10. [10.1080/1461670X.2018.1492879](https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1492879)
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe.
- Wehrholdt, E. C., & Bronosky, M. E. (2022). Mapeamento das mídias jornalísticas do Paraná: A presença do jornalismo impresso e digital no estado entre 2018 e 2019. *Emancipação*, 22, 1-11. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2218230.010>
- Westlund, O. (2024, 26 de outubro). Journalism amid the age of platformization [Comunicação oral]. VIII Congresso Internacional de Ciberjornalismo do Observatório do Ciberjornalismo, Universidade do Porto, Portugal.
- White, D. M. (1950). The "gate keeper": A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383-390. <https://doi.org/10.1177/107769905002700403>
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Wiles, R. (2013). *What are qualitative research ethics?* Bloomsbury.
- Williams, A., & Harte, D. (2016). Hyperlocal news. In R. K. Nielsen (Ed.), *Local journalism: The decline of newspapers and the rise of digital media* (pp. 282-294). Routledge.
- Wu, S. (2024). *Journalists as individual users of artificial intelligence: Examining journalists' "value-motivated use" of ChatGPT and other AI tools within and without the newsroom*. Journalism. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/14648849241303047>
- Yin, R. K. (2014). *Case study research: Design and methods* (5ª ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Young, M. L., & Hermida, A. (2024). *People, power, platforms and the business of journalism*. *Digital Journalism*, 12(9), 1250-1260. <https://doi.org/10.1080/21670811.2023.2273523>
- Yousef, A. M. F., Alshamy, A., Tlili, A. & Metwally, A. H. S. (2025). *Demystifying the new dilemma of brain rot in the digital era: A review*. *Brain Sciences*, 15(283). <https://doi.org/10.3390/brainsci15030283>
- Zamith, F. (2007). *Uma proposta metodológica para analisar o aproveitamento das potencialidades ciberjornalísticas da Internet* [Comunicação apresentada no 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM]. Braga, Portugal. https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=76086
- Zamith, F. (2008). *Ciberjornalismo: As potencialidades da Internet nos sites noticiosos portugueses*. Porto: Edições Afrontamento.
- Zamith, F. (2011). A contextualização no ciberjornalismo [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/57280>
- Zamith, F. (2012). Online news: Where is the promised context? [Apresentação em conferência]. III Congresso Internacional de Ciberjornalismo, Universidade do

- Porto, Portugal.
https://sigarra.up.pt/feup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=77437
- Zamith, F. (2014). *Qualidade do ciberjornalismo profissional e amador: Estudo comparativo* [Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional de Ciberjornalismo]. Porto, Portugal.
https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=101244
- Zamith, F. (2015a). Em busca de uma certificação de qualidade do ciberjornalismo. *Media & Jornalismo*, (Número especial), 73–92.
<http://cidigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/revista-media-jornalismo-cidadania-e-democracia-na-era-digital-numero-especial/>
- Zamith, F. (2015b). Qualidade do ciberjornalismo profissional e amador: Estudo comparativo. Livro de Atas do IV COBCIBER. 21-35.
https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=101244
- Zamith, F. (2017). Cibermeios portugueses: 10 anos de lenta evolução. In A. I. Reis, F. Zamith, H. Bastos, & P. Jerónimo (Eds.), Livro de atas do V Congresso Internacional de Ciberjornalismo: Ciberjornalistas 3.0 (pp. 8–15). Observatório do Ciberjornalismo.
https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=190201
- Zamith, F., Reis, I., Jerónimo, P., Osório, C., Pereira Fariña, X., Limia, M., Lopes Évora, S., Vaz Joanguete, C., & Demeneck, B.-H. (2013). *Ciberjornalismo na lusofonia: Contributo para um mapeamento* [Comunicação apresentada na Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia]. Braga, Portugal.
https://www.academia.edu/6966921/Ciberjornalismo_na_lusofonia_Contributo_para_um_mapeamento
- Zamith, F., Bastos, H., & Reis, A. I. (Eds.). (2013). *A convergência: Livro de atas do III Congresso Internacional de Ciberjornalismo*. Observatório do Ciberjornalismo; CETAC.MEDIA.
<https://cobciber3.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/03/livro-de-atas-iii-cobciber-integral.pdf>
- Zamith, F., Bastos, H., Azevedo, J., & Novais, R. (Eds.). (2009). *Jornalismo 3G: Atas do I Congresso Internacional de Ciberjornalismo*. Observatório do Ciberjornalismo.
- Zamith, F. (2024). “Patrocinado por uma bebida qualquer”: Quando o jornalista se “esquece” que não pode fazer publicidade. In F. Zamith, H. Bastos, A. I. Reis, & P. Jerónimo (Coords.), *Ciberjornalismo: Cidadania, novas formas de participação e novos desafios* (pp. 69–86). CITCEM.
<https://doi.org/10.21747/978-989-8970-77-0/cib>
- Zamith, F., Bastos, H., Reis, A. I., Azevedo, J., & Novais, R. (Eds.). (2010). *Número especial – II Congresso Internacional de Ciberjornalismo*. Prisma.com, (12).
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/issue/view/158>
- Zamith, F., Fonseca, A. d. A., Botão, A., Ramos, A., Reis, A. I., Demeneck, B., Dantas, D., E., Saad Corrêa, E., Bastos, H., Lima, H., Amaral, I., Neiva Santos, I., Galvão, J., Pinho Mallmann, J., Vieira Pedro, M., Baldessar, M. J., Alcântara, M., Frias, P., & de Souza Filho, W. J. (2019). O clickbait no jornalismo português e brasileiro: o caso português. In *Ameaças ao Ciberjornalismo: Atas do VI Congresso*

Internacional de Ciberjornalismo. Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CIC.Digital Porto.

<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/130312>

Zhang, H., Wu, C., Xie, J., Lyu, Y., Cai, J., & Carroll, J. M. (2023). Redefining qualitative analysis in the AI era: Utilizing ChatGPT for efficient thematic analysis. *arXiv preprint*. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2309.10771>

Anexos

ANEXO 1

Inquérito sobre o consumo de Informação nos Distritos de Vila Real e Bragança

O questionário encontra-se implementado numa conta Google abrangida pela licença subscrita pela Universidade do Porto. Ao longo do inquérito, não será solicitada informação que permita identificá-lo(a). Os dados recolhidos serão tratados de forma confidencial e utilizados apenas para o contexto académico.

Este questionário integra uma investigação académica desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento intitulada "Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos", realizada no contexto do programa de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais ministrado nas Universidades do Porto e Aveiro, da autoria de Susana Ferrador, sob orientação dos Professores Doutores Fernando Zamith e Pedro Jerónimo. O projeto conta com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo-lhe sido atribuído uma Bolsa de Investigação (referência nº 2020.08380.BD).

Este questionário tem como objetivo recolher informações detalhadas sobre os hábitos de consumo de informação da população nos distritos de Vila Real e Bragança, explorando as suas preferências, fontes de informação e a relação com os meios de comunicação locais. Os resultados deste estudo serão analisados para sugerir melhores estratégias de comunicação social e reforçar o papel do jornalismo regional.

Todas as respostas recolhidas são anónimas e confidenciais, sendo utilizadas exclusivamente para fins científicos. Não será possível identificar individualmente os participantes, garantindo-se o total respeito pela privacidade e proteção de dados.

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas os respondentes podem enviar um e-mail para up201709619@g.uporto.pt.

A sua participação é essencial para aprofundar o conhecimento sobre a realidade informativa da região. Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade e colaboração.

Secção 1: Dados Demográficos

1. Qual é a sua faixa etária?

(Escolha uma opção)

2. Qual é o seu género?

(Escolha uma opção)

- Masculino
- Feminino

3. Em que concelho reside?

(Escolha uma opção)

- **Distrito de Bragança:**
 - Alfândega da Fé
 - Bragança
 - Carrazeda de Ansiães
 - Freixo de Espada à Cinta
 - Macedo de Cavaleiros
 - Miranda do Douro
 - Mirandela
 - Mogadouro
 - Torre de Moncorvo
 - Vila Flor
 - Vimioso
 - Vinhais
- **Distrito de Vila Real:**
 - Alijó
 - Boticas
 - Chaves
 - Mesão Frio
 - Mondim de Basto
 - Montalegre
 - Murça
 - Peso da Régua
 - Ribeira de Pena
 - Sabrosa
 - Santa Marta de Penaguião
 - Valpaços
 - Vila Pouca de Aguiar
 - Vila Real

4. Qual é o seu nível de escolaridade?

(Escolha uma opção)

- Ensino básico
- Ensino secundário
- Ensino profissional
- Ensino superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento)
- Outro: *(caixa de texto para especificar)*

5. Qual é a sua ocupação principal?

(Escolha uma opção)

- Estudante
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador por conta própria
- Reformado
- Desempregado
- Outro: *(caixa de texto para especificar)*

Secção 2: Hábitos de Consumo de Informação

6. Que tipos de conteúdos costuma procurar nos meios de comunicação locais?

(Escolha múltipla – pode selecionar mais do que uma opção)

- Notícias do meu concelho ou freguesia
- Reportagens sobre temas regionais
- Entrevistas a figuras locais
- Opiniões e crónicas sobre temas da região
- Eventos e agenda cultural
- Debates e fóruns sobre a atualidade local
- Informação sobre negócios e oportunidades económicas na região
- Desporto
- Outros (especificar)

7. Com que frequência procura informações específicas sobre o seu concelho ou freguesia?

(Escolha uma opção)

- Diariamente
- Algumas vezes por semana
- Algumas vezes por mês
- Raramente
- Nunca

8. Valorizaria mais notícias de proximidade sobre a sua freguesia ou localidade?

(Escolha uma opção)

- Sim
- Não
- Talvez

9. Considera que há uma boa cobertura mediática sobre os problemas e oportunidades nas zonas rurais?

(Escolha uma opção)

- Sim
- Não
- Não tenho opinião

10. Quais considera serem os temas mais relevantes para a sua região?

(Resposta aberta)

Secção 3: Fontes de Informação

11. Costuma utilizar outras fontes de informação além de meios de comunicação tradicionais?

(ex.: boletins paroquiais, associações locais, autarquias)

(Escolha uma opção)

- Sim
- Não

12. Acompanha páginas de redes sociais de autarquias, associações ou grupos comunitários para se manter informado?

(Escolha uma opção)

- Sim
- Não

13. Qual é a sua principal fonte de notícias locais?

(Resposta aberta)

14. Em situações de emergência, qual é a fonte de informação mais confiável para si?

(Escolha uma opção)

- Autarquias (Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia)
- Jornais locais (impressos ou digitais)
- Redes sociais (ex.: Facebook, Twitter, Instagram)
- Rádio local
- Grupos de mensagens instantâneas (ex.: WhatsApp, Telegram)
- Paróquias ou boletins religiosos
- Organismos nacionais (ex.: Proteção Civil, IPMA)
- Amigos, vizinhos ou familiares (passa-palavra)
- Outros: *(caixa de texto para especificar)*

15. Qual é o jornal ou rádio de Vila Real ou Bragança que mais gosta de ler ou ouvir?

(Escolha uma opção)

- A Voz de Trás-os-Montes
- Diário de Trás-os-Montes
- Notícias de Vila Real
- Jornal Nordeste
- Mensageiro de Bragança
- Rádio Brigantia
- Rádio Universidade FM
- Outro: *(caixa de texto para especificar)*
- Nenhum

16. Prefere consumir notícias na versão online ou impressa?

(Escolha uma opção)

- Versão online
- Versão impressa
- Ambos
- Nenhum

17. Quais são as principais formas de acesso à informação em locais sem órgãos de comunicação local?

(Escolha uma opção)

- Através de redes sociais
- Por passa-palavra (amigos, vizinhos ou familiares)
- Acompanhando jornais ou rádios de outros concelhos
- Não têm acesso fácil a informações relevantes
- Outros: *(caixa de texto para especificar)*

18. Sabe mais rapidamente uma notícia sobre o seu concelho pelos media locais ou pelos media nacionais?

(Escolha uma opção)

- Media locais
- Media nacionais
- Online
- Outros: *(caixa de texto para especificar)*

Secção 4: Acessibilidade e Obstáculos

19. Sente que tem acesso às notícias que são relevantes para si?

(Escolha uma opção)

- Sim
- Não

20. Já sentiu dificuldades em aceder a jornais impressos ou online devido a falta de infraestrutura ou custos?

(Escolha uma opção)

- Sim
- Não

21. Com que frequência compra um jornal regional?

(Escolha uma opção)

- Diariamente
- Algumas vezes por semana
- Algumas vezes por mês
- Raramente
- Nunca

22. Com que frequência compra um jornal nacional?

(Escolha uma opção)

- Diariamente
- Algumas vezes por semana
- Algumas vezes por mês
- Raramente
- Nunca

23. Estaria disposto/a a pagar por um modelo de notícias premium focado na sua região?

*(Exemplos de conteúdos premium: acesso exclusivo a reportagens detalhadas, análises regionais aprofundadas, alertas em tempo real e eventos organizados por meios de comunicação locais.)

(Escolha uma opção)

- Prefiro conteúdos gratuitos
- Estou disposto/a a pagar

24. Considera que tem fácil acesso aos jornalistas ou ao órgão de comunicação social local caso queira entrar em contacto? *(Escolha uma opção)*

- Sim, é muito fácil
- Sim, é relativamente fácil
- Não é muito fácil
- Não é nada fácil
- Nunca tentei contactar

25. Se quisesse entrar em contacto com um jornalista ou um meio de comunicação social local, qual seria a forma mais provável de o fazer? (Escolha múltipla – pode seleccionar mais do que uma opção)

- Presencialmente na redação do meio de comunicação social
- Através do e-mail do jornalista ou do órgão de comunicação
- Por telefone
- Por mensagem ou comentário em redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter/X, etc.)
- Outro (especificar)

26. Alguma vez enviou sugestões de temas, informações ou contributos para um meio de comunicação local através das redes sociais, e-mail ou outro meio digital? (Escolha uma opção)

- Sim, e recebi resposta rapidamente
- Sim, e recebi resposta, mas demorou algum tempo
- Sim, mas nunca recebi resposta
- Não, nunca enviei contributos

27. Alguma vez fez uma denúncia sobre uma situação relevante para um meio de comunicação local? (Escolha uma opção)

- Sim, e a denúncia foi averiguada e publicada
- Sim, mas não sei se a denúncia foi averiguada ou publicada
- Sim, mas não foi investigada nem publicada
- Não, nunca fiz uma denúncia

28. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações? (Escala de Likert: 1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

- Os jornalistas locais estão disponíveis para ouvir a população.
- É fácil contactar um jornalista ou um meio de comunicação social local.
- Sinto que os jornalistas se preocupam com o que pensam os cidadãos da região.
- Gostaria que os jornalistas locais interagissem mais com o público.
- As redes sociais são uma forma eficaz de comunicação entre os cidadãos e os meios de comunicação locais.
- Quando contacto um meio de comunicação social, espero uma resposta rápida e personalizada.

Secção 5: Estratégias dos meios de comunicação locais para atrair novos públicos

29. Que estratégias deveriam adotar os meios de comunicação locais para atrair mais público? (Escolha múltipla – pode selecionar mais do que uma opção)

- Criar conteúdos mais interativos e multimédia (vídeos, podcasts, infografias)
- Apostar mais na presença digital e redes sociais
- Produzir mais reportagens aprofundadas sobre temas locais
- Dar maior destaque à participação da comunidade (ex: fóruns, opinião do leitor)
- Focar-se em temas que não são abordados pelos meios nacionais
- Oferecer conteúdos exclusivos e diferenciadores para assinantes
- Reforçar a ligação entre os jornalistas e a população através de eventos locais
- Melhorar a usabilidade e acessibilidade dos sites e aplicações móveis
- Outros (especificar)

30. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações? (Escala de Likert: 1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

- Os meios de comunicação locais precisam de inovar para atrair públicos mais jovens.
- O uso das redes sociais pelos meios de comunicação locais é essencial para alcançar mais leitores.
- A população da região está disposta a pagar por conteúdos jornalísticos de qualidade.
- A interatividade com o público pode aumentar a credibilidade e o impacto do jornalismo local.
- A colaboração entre os meios de comunicação locais e nacionais pode melhorar a cobertura jornalística da região.

Secção 6: Interatividade e Confiança

31. Já participou em algum evento promovido por um meio de comunicação social local?

(Pode selecionar mais de uma opção)

- Fóruns comunitários
- Debates organizados por jornais ou rádios locais
- Entrevistas ou encontros com jornalistas
- Sessões informativas promovidas por meios de comunicação locais
- Nunca participei

32. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações? (Escala de Likert: 1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

Os meios de comunicação locais deveriam promover mais espaços de debate e interação com os leitores/ouvintes.

Sinto que os jornalistas locais se preocupam em abordar os temas que realmente interessam à população.

Gostaria de ter mais oportunidades para sugerir temas ou participar na produção de conteúdos jornalísticos locais.

Acredito que a participação ativa da comunidade pode melhorar a qualidade do jornalismo regional.

33. Em que grau confia na informação publicada pelos meios de comunicação locais?

(Escolha uma opção numa escala de 1 a 5, sendo 1 'Nada confiante' e 5 'Muito confiante')

(Escolha uma opção)

34. Em que medida confia na informação divulgada pelos seguintes meios de comunicação locais? (Escala de Likert: 1 - Não confio de todo | 2 - Confio pouco | 3 - Confio moderadamente | 4 - Confio bastante | 5 - Confio totalmente)

- Jornais locais impressos
- Jornais locais digitais
- Rádios locais
- Televisão local/regional
- Páginas de redes sociais geridas pelos media regionais

35. Quais são os principais fatores que influenciam a sua confiança nos meios de comunicação locais? (Escolha múltipla – pode selecionar mais do que uma opção)

- Transparência das fontes e da informação publicada
- Independência editorial e ausência de influências políticas ou económicas
- Rigor e verificação das notícias publicadas
- Capacidade de representar fielmente os interesses e preocupações da população local
- Relação de proximidade com os jornalistas e órgãos de comunicação social
- Qualidade da escrita/reportagem e profundidade das análises
- Credibilidade conquistada ao longo do tempo pelo meio de comunicação
- Outro (especificar)

36. Alguma vez sentiu que um meio de comunicação local divulgou informação tendenciosa ou incorreta? (Escolha uma opção)

- Sim, frequentemente
- Sim, algumas vezes

- Não, raramente
- Nunca reparei nisso

37. Caso tenha respondido "Sim" à pergunta anterior, quais foram as razões pelas quais considerou a informação tendenciosa ou incorreta? (Escolha múltipla – pode seleccionar mais do que uma opção)

- Informação incompleta ou mal verificada
- Influência política ou económica no conteúdo noticioso
- Exagero ou dramatização dos factos
- Utilização de fontes pouco credíveis
- Sensacionalismo na forma de apresentar as notícias
- Outro (especificar)

38. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações? (Escala de Likert: 1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

- Acredito que os jornalistas locais tentam ser imparciais e justos na cobertura das notícias.
- Sinto que há uma falta de transparência na forma como algumas notícias locais são apresentadas.
- Os meios de comunicação locais são mais fiáveis do que as redes sociais como fonte de informação.
- A presença de jornalistas independentes na região aumentaria a confiança no jornalismo local.
- O envolvimento da população no jornalismo local (através de comentários, participação em debates, envio de sugestões) pode contribuir para aumentar a credibilidade dos meios de comunicação.

Secção 7: Influência da Realidade Cultural na Produção Jornalística

39. Acha que a realidade cultural da região transmontana condiciona o tipo de trabalhos jornalísticos produzidos pelos meios locais? (Escolha uma opção)

- Sim, bastante
- Sim, em certa medida
- Não, pouco
- Não, de todo
- Não sei/opinião neutra

40. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações? (Escala de Likert: 1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

- O jornalismo local deve adaptar-se às tradições e valores da região.

- A cultura e identidade transmontana devem ter mais espaço na comunicação social regional.
- O público da região valoriza mais o jornalismo de proximidade do que a cobertura nacional.
- As mudanças culturais e geracionais na região exigem novos formatos de jornalismo.
- O jornalismo local deve ser mais dinâmico para envolver diferentes gerações.

41. Na sua opinião, que mudanças ou melhorias deveriam ser feitas no jornalismo local em Trás-os-Montes para que este tenha um futuro mais forte e relevante para a comunidade? *(Pergunta aberta)*

ANEXO 2

Inquérito aos profissionais que exercem funções nos media dos Distritos de Vila Real e Bragança

O questionário encontra-se implementado numa conta Google abrangida pela licença subscrita pela Universidade do Porto. Ao longo do inquérito, não será solicitada informação que permita identificá-lo(a). Os dados recolhidos serão tratados de forma confidencial e utilizados apenas para o contexto académico.

Este questionário integra uma investigação académica desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento intitulada "Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos", realizada no contexto do programa de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais ministrado nas Universidades do Porto e Aveiro, da autoria de Susana Ferrador, sob orientação dos Professores Doutores Fernando Zamith e Pedro Jerónimo. O projeto conta com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo-lhe sido atribuído uma Bolsa de Investigação (referência nº 2020.08380.BD).

Este questionário tem o propósito de analisar o perfil profissional, as condições laborais e as perceções dos profissionais que exercem funções nos media dos distritos de Vila Real e Bragança. Todas as respostas recolhidas são anónimas e confidenciais, sendo utilizadas exclusivamente para fins científicos. Não será possível identificar individualmente os participantes, garantindo-se o total respeito pela privacidade e proteção de dados.

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas os respondentes podem enviar um e-mail para up201709619@g.uporto.pt. A sua participação é essencial para aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos profissionais que trabalham nos órgãos de comunicação social da região.

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade e colaboração.

Secção 1: Informações Gerais

1. Qual a sua faixa etária?

- Menos de 18 anos
- 18-24 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65 anos ou mais

2. Qual o seu género?

- Masculino
- Feminino

3. Em que concelho trabalha? (Possibilidade de resposta múltipla. Obrigatória)

- Distrito de Vila Real

Alijó
Boticas
Chaves
Mesão Frio
Mondim de Basto
Montalegre
Murça
Peso da Régua
Ribeira de Pena
Sabrosa
Santa Marta de Penaguião
Valpaços
Vila Pouca de Aguiar
Vila Real

- Distrito de Bragança

Alfândega da Fé
Bragança
Carrazeda de Ansiães
Freixo de Espada à Cinta
Macedo de Cavaleiros
Miranda do Douro
Mirandela
Mogadouro
Torre de Moncorvo
Vila Flor
Vimioso
Vinhais

4. Reside no mesmo concelho onde exerce a sua profissão?

- Sim
- Não

5. Qual o seu nível de escolaridade?

- Ensino Secundário
- Ensino profissional (especializado em jornalismo)
- Ensino profissional (áreas que não jornalismo)
- Ensino superior
- Outro

6. Quantos filhos tem?

- Nenhum
- 1
- 2
- 3 ou mais

7. Possui título profissional?

- Carteira Profissional de Jornalista
- Título provisório de Estagiário
- Cartão de Identificação de Equiparado a Jornalista
- Cartão de Identificação de Colaborador
- Não tenho título profissional

Secção 2: Formação Académica

8. Em que instituição/universidade ou politécnico realizou a sua formação?

- Resposta curta

9. Qual é a sua área de formação?

- Ciências da Comunicação/Comunicação Social/Jornalismo
- Audiovisual e Multimédia
- Direito
- Engenharias
- Educação
- Ação Social
- Artes/Arquitetura/Design
- História
- Línguas e Literaturas
- Relações internacionais
- Filosofia/Psicologia
- Outros. Qual?

Secção 3: Carreira Profissional em Territórios de Baixa Densidade

10. Qual é a sua função atual no órgão de comunicação social?

- Jornalista
- Repórter
- Editor(a)
- Chefe de redação
- Diretor(a) de informação
- Membro da direção
- Produtor(a) de conteúdos multimédia
- Fotojornalista
- Operador(a) de câmara/vídeo
- Locutor(a) de rádio
- Apresentador(a) de televisão
- Colunista/cronista
- Comentador(a)
- Designer gráfico/editor(a) de imagem
- Gestor(a) de redes sociais
- Técnico(a) de produção audiovisual
- Colaborador(a) permanente
- Estagiário(a)
- Outro (especificar):

11. Em que tipo de meio trabalha?

- Jornal impresso
- Jornal online
- Portal multimédia online
- Rádio
- Rádio online
- Televisão online
- Outros: *(campo para especificar)*

12. Há quanto tempo trabalha neste órgão de comunicação social?

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

13. Qual o total de anos de experiência que possui na área do jornalismo?

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

14. Qual o tipo de vínculo contratual que possui atualmente?

- Contrato efetivo
- Contrato a termo
- Estagiário
- Freelancer
- Avença mensal
- Trabalho subcontratado
- Não tenho vínculo contratual
- Outro

15. Em média, quantas horas trabalha por dia?

- Resposta curta

16. Possui um horário de trabalho rígido ou flexível?

- Rígido
- Flexível
- Tenho isenção de horário
- Escolho o meu horário em função da salvaguarda de serviço

17. O seu horário de trabalho é respeitado pela chefia, nomeadamente ao fim de semana?

- Sim
- Não

18. Com que frequência sai da redação para cobrir eventos no terreno?

- Diariamente
- Várias vezes por semana
- Apenas ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

19. Quem decide os eventos que devem ser cobertos no terreno?

- Eu próprio(a)
- Editor/Chefe de redação
- Equipa editorial
- Outro: *(campo para especificar)*

20. No terreno, realiza o trabalho sozinho ou acompanhado de outros profissionais?

- Sempre sozinho

- Normalmente sozinho
- Normalmente acompanhado
- Sempre acompanhado

21. Como se desloca habitualmente para realizar reportagens?

- Veículo próprio
- Veículo da empresa
- Transportes públicos
- Outro: *(campo para especificar)*

22. Sente constrangimentos ou dificuldades na cobertura de eventos em áreas mais isoladas?

- Sim
- Não
- Comentários: *(campo opcional para resposta curta)*

23. Que desafios específicos identifica na cobertura jornalística em territórios de baixa densidade populacional?

- Dificuldade no acesso a fontes de informação
- Escassez de recursos tecnológicos e logísticos
- Restrições financeiras e orçamentais
- Baixa audiência local
- Outros: *(campo para especificar)*

24. Considera que a proximidade com o público em localidades pequenas influencia a sua abordagem e/ou imparcialidade jornalística?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Não

25. Os recursos tecnológicos e logísticos disponíveis na região são adequados às exigências do trabalho jornalístico?

- Sim, plenamente adequados
- Sim, mas com limitações
- Não, são insuficientes

26. Acredita que as características específicas do público em territórios de baixa densidade influenciam o tipo de conteúdos produzidos?

- Sim, muito
- Sim, moderadamente

- Não

27. Recebe feedback direto do público sobre as notícias que publica?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Não

28. Acha que é mais fácil ou mais difícil criticar instituições locais (ex. autarquias, empresas) devido à proximidade com a comunidade?

- Mais fácil
- Mais difícil
- Não faz diferença

Secção 4: Autonomia Profissional

29. Já fez escolhas na seleção das matérias ou temas a cobrir por influência de superiores ou interesses externos?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Não

30. Alguma vez enfrentou restrições editoriais que comprometessem a imparcialidade de suas reportagens?

- Sim
- Não
- Não tenho certeza

31. Sente que tem autonomia para decidir o formato e abordagem das peças jornalísticas que produz?

- Totalmente autónomo
- Parcialmente autónomo
- Pouco autónomo
- Nada autónomo

32. Já recebeu pressão de entidades externas (governo, empresas, autarquias) para alterar ou moldar o conteúdo de uma notícia?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente

- Não

33. Considera que o seu órgão de comunicação social protege a liberdade editorial dos jornalistas?

- Sim, sempre
- Sim, na maioria das vezes
- Raramente
- Nunca

34. Acha que as métricas de audiência (número de visualizações, likes, etc.) influenciam as decisões editoriais?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Não

Secção 5: Condições Laborais

35. Qual o grau de satisfação geral com as condições físicas e infraestruturas no local de trabalho?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Neutro
- Insatisfeito
- Muito insatisfeito

36. Recebe formação ou workshops internos promovidos pelo órgão de comunicação social onde trabalha (ex.: técnica, ética, digital, etc.)?

- Sim, regularmente
- Sim, ocasionalmente
- Não

37. Qual o seu rendimento mensal bruto?

- Menos de 750€
- 750€ a 1.000€
- 1.000€ a 1.500€
- Mais de 1.500€

38. Considera o seu salário adequado às responsabilidades da função que desempenha?

- Sim
- Não

39. Trabalha em mais de um órgão de comunicação social?

- Sim
- Não

40. Já abandonou projetos jornalísticos devido a más condições laborais?

- Sim
- Não

41. O seu local de trabalho fornece os equipamentos necessários ou utiliza os seus próprios?

- Sim, a empresa fornece
- Não, utilizo os meus equipamentos pessoais

42. Considera a profissão de jornalista instável ao ponto de dificultar o planeamento de vida a longo prazo?

- Sim
- Não

43. Qual a sua perceção sobre o prestígio da profissão de jornalista na sua região?

- Muito elevado
- Elevado
- Moderado
- Baixo
- Muito baixo

44. Acredita que o sindicato dos jornalistas protege os profissionais ou os deixa desprotegidos em termos de condições de trabalho?

- Protege
- Deixa desprotegidos

45. Trabalha em part-time noutros empregos para complementar o salário?

- Sim
- Não

Secção 6: Áreas e Conteúdos

46. Em que secções trabalha com maior frequência? (Seleção múltipla)

- Política
- Economia
- Cultura
- Desporto
- Sociedade
- Ciência e Tecnologia
- Agenda
- Redes sociais
- Outra(s): *(campo para especificar)*

47. Que tipo de conteúdos produz com maior frequência? (Seleção múltipla)

- Notícias
- Reportagens
- Entrevistas
- Opinião/Crónicas
- Fotografia
- Vídeo
- Outros: *(campo para especificar)*

48. No órgão onde trabalha, é prática comum responder a comentários nas redes sociais?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Não, raramente
- Nunca

49. O número de likes influencia os conteúdos publicados nas redes sociais?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Não, raramente
- Nunca

50. Sente pressão para produzir notícias que obtenham mais likes?

- Sim, muita pressão
- Sim, alguma pressão
- Não sinto pressão

51. Onde é que o órgão de comunicação social onde trabalha partilha o jornalismo que produz?

- Redes sociais
- Website próprio
- Publicações impressas
- Rádio
- Televisão
- Outro: *(campo para especificar)*

52. Como utiliza os press releases recebidos pela redação?

- Publica o conteúdo tal como recebido
- Reescreve ou adapta o conteúdo
- Usa apenas como fonte de referência
- Ignora grande parte dos press releases
- Outro: *(campo para especificar)*

53. Com que frequência as suas notícias têm base em press releases?

- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

Secção 7: Internet e Tecnologia

54. Com que frequência utiliza a internet no seu trabalho diário?

- Todos os dias
- Várias vezes por semana
- Apenas ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

55. Qual é o principal dispositivo que utiliza para aceder à internet no trabalho?

- Computador de mesa
- Computador portátil
- Smartphone
- Tablet
- Outro: *(campo para especificar)*

56. Para que utiliza a internet no desempenho das suas funções? (Seleção múltipla)

- Pesquisa de informação
- Comunicação com fontes
- Acesso a bases de dados
- Publicação de conteúdos
- Monitorização de tendências nas redes sociais
- Outro: *(campo para especificar)*

57. Como avalia os benefícios apresentados pelas redes sociais na divulgação de matéria informativa no seu dia a dia?

- Muito positivo
- Positivo
- Neutro
- Negativo
- Muito negativo

58. Acha que a crescente digitalização do jornalismo está a melhorar ou a prejudicar a qualidade da informação regional?

- Melhorar
- Prejudicar
- Não sei

Secção 8: Uso das Redes Sociais no Exercício do Jornalismo

59. Possui conta ativa em alguma rede social? (Seleção múltipla)

- Sim, no **Facebook**
- Sim, no **Twitter/X**
- Sim, no **Instagram**
- Sim, no **LinkedIn**
- Sim, no **TikTok**
- Sim, em outra rede social (especificar)
- Não possui conta em redes sociais

60. Costuma contactar fontes através das redes sociais? (Escolha uma opção)

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

61. Identifica-se como jornalista nas suas redes sociais profissionais/pessoais?

(Escolha uma opção)

- Sim, em todas as minhas contas
- Sim, mas apenas nas contas que utilizo para fins profissionais
- Não, prefiro manter a minha identidade profissional separada das redes sociais
- Não, por razões de segurança ou privacidade

62. Se respondeu “Sim” à questão anterior, porque considera importante identificar-se como jornalista nas redes sociais? *(Resposta aberta)*

63. Com que frequência escreve uma notícia com base no que lê nas redes sociais?

(Escolha uma opção)

- Diariamente
- Várias vezes por semana
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

64. Com que frequência emprega procedimentos para verificar as informações recolhidas nas redes sociais antes de as utilizar em conteúdos jornalísticos? *(Escolha uma opção)*

- Sempre
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

65. Com que frequência o órgão de comunicação social onde trabalha utiliza conteúdos das redes sociais como base para a publicação de notícias? *(Escolha uma opção)*

- Sempre
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

Secção 9: Relação com Instituições

66. Alguma vez ponderou abandonar a profissão de jornalista?

- Sim
- Não

67. Se respondeu "Sim", qual foi o principal motivo?

- Baixo salário
- Falta de reconhecimento
- Sobrecarga de trabalho
- Pressões editoriais ou éticas
- Dificuldades financeiras do setor
- Outro: *(campo para especificar)*

68. Como classifica a relação entre o jornalismo e as instituições locais?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Má
- Muito má

69. Sente que há liberdade para criticar instituições locais no meio onde trabalha?

- Sim
- Não
- Depende da instituição

70. Já recebeu pressões externas para moldar a cobertura jornalística?

- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente

Secção 10: Percepção dos Jornalistas sobre a Desinformação

71. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

1. Escala de Likert (1 a 5: 1 - Discordo totalmente / 5 - Concordo totalmente)

- A desinformação é um problema maior a nível nacional do que regional.
- Os jornalistas locais estão menos expostos a pressões para divulgar informações falsas do que os jornalistas nacionais.
- O jornalismo regional em Trás-os-Montes contribui para combater a desinformação, ao oferecer conteúdos mais próximos da realidade das comunidades.
- Os recursos limitados dos meios de comunicação locais dificultam a verificação rigorosa das informações antes da publicação.
- A disseminação de desinformação nas redes sociais dificulta o trabalho dos jornalistas na região.

- Os jornalistas da região têm formação suficiente para identificar e combater desinformação.
- Os cidadãos de Trás-os-Montes têm capacidade para distinguir notícias credíveis de desinformação.
- A dependência de redes sociais como fonte de informação contribui para o aumento da desinformação na região.

72. Com que frequência se depara com as seguintes situações no exercício da sua profissão? (*Opções: Sempre / Frequentemente / Ocasionalmente / Raramente / Nunca*)

- Notícias regionais baseadas em informações não verificadas.
- Pressões externas para publicar informações sem confirmação rigorosa.
- Desafios em corrigir desinformação disseminada nas redes sociais.
- Casos de desinformação que impactam a vida dos cidadãos na sua região.
- A necessidade de desmentir informações falsas difundidas nas redes sociais ou no boca-a-boca.

73. Na sua opinião, quais são os principais fatores que contribuem para a disseminação de desinformação na sua região? (*Pode selecionar mais do que uma opção*)

- Falta de meios e recursos para uma verificação rigorosa dos factos.
- Dependência excessiva de redes sociais como fonte de informação.
- Pressões políticas ou económicas sobre os meios de comunicação.
- Falta de literacia mediática dos cidadãos.
- Ausência de mecanismos eficazes de regulação e controlo da desinformação.
- Falta de jornalistas especializados em fact-checking na região.
- Outro (especificar).

Secção 11: Oportunidades do exercício da profissão em territórios de baixa densidade

74. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações?

(*Escala de resposta: 1 - Discordo totalmente / 2 - Discordo / 3 - Nem concordo nem discordo / 4 - Concordo / 5 - Concordo totalmente*)

Oportunidades Profissionais e de Carreira

- Os jornalistas que trabalham em grandes centros urbanos têm mais oportunidades de progressão na carreira do que os jornalistas regionais e locais.
- Há mais diversidade de funções jornalísticas disponíveis nos grandes meios de comunicação social urbanos.
- O número de ofertas de emprego para jornalistas é muito superior nas grandes cidades em comparação com o interior do país.

Acesso a Recursos e Infraestruturas

- Os jornalistas que trabalham em grandes centros urbanos têm mais acesso a tecnologias avançadas para produção jornalística.
- A formação profissional e os workshops especializados são mais acessíveis para jornalistas em grandes cidades do que para aqueles que trabalham a nível regional/local.
- As infraestruturas disponíveis para o jornalismo são mais desenvolvidas nos grandes centros urbanos.

Fontes e Redes de Contactos

- Os jornalistas dos grandes centros urbanos têm maior facilidade em estabelecer contactos com fontes institucionais e políticas relevantes.
- Trabalhar numa redação em Lisboa ou Porto permite um maior acesso a informações exclusivas.
- Os jornalistas regionais enfrentam mais dificuldades em conseguir entrevistas com figuras públicas de relevo nacional.
- Nos grandes centros urbanos, os jornalistas têm mais oportunidades de cobrir eventos importantes e conferências de imprensa de grande impacto mediático.

Condições Económicas e Financeiras

- O jornalismo praticado em grandes cidades proporciona, em geral, melhores salários do que o jornalismo local ou regional.
- Os grandes meios de comunicação social têm mais investimento publicitário, garantindo maior segurança laboral aos jornalistas.
- Os jornalistas que trabalham a nível regional enfrentam maiores dificuldades financeiras para sustentar os seus projetos jornalísticos.

Prestígio e Reconhecimento

- Os jornalistas que trabalham em grandes meios de comunicação social têm mais possibilidades de alcançar reconhecimento a nível nacional e internacional.
- O jornalismo praticado a nível local e regional tem menor visibilidade no panorama mediático nacional.

- Os jornalistas de meios urbanos têm mais oportunidades de concorrer a prêmios e distinções na área do jornalismo.

Segurança e Autonomia Editorial

- Os jornalistas das grandes cidades têm mais independência editorial, pois trabalham em redações mais estruturadas.
- No jornalismo local, há maior dependência de fontes locais que podem exercer influência sobre os conteúdos publicados.
- Os jornalistas regionais enfrentam mais desafios relacionados com pressões políticas e económicas do que os jornalistas dos grandes meios urbanos.
- O jornalismo urbano dispõe de mais mecanismos de proteção para jornalistas em casos de ameaças ou intimidações.

Digitalização e Inovação

- Os jornalistas que trabalham em grandes centros urbanos têm maior acesso a novas tecnologias aplicadas ao jornalismo, como inteligência artificial e jornalismo de dados.
- Os meios de comunicação social regionais estão menos preparados para acompanhar as tendências emergentes do jornalismo digital.
- Os jornalistas urbanos têm mais oportunidades de experimentar novos formatos jornalísticos inovadores.

Proximidade com as Comunidades

- Os jornalistas regionais têm uma maior proximidade com as comunidades locais do que os jornalistas que trabalham em grandes centros urbanos.
- A relação próxima entre jornalistas e cidadãos permite um jornalismo mais humanizado e focado nas necessidades locais.
- A proximidade com o público facilita o acesso a fontes de informação e testemunhos diretos sobre acontecimentos regionais.
- O jornalismo regional desempenha um papel essencial na preservação da identidade e cultura locais.

Impacto na Vida das Pessoas

- O jornalismo local e regional tem um impacto mais direto e visível na vida dos cidadãos do que o jornalismo nacional.
- A cobertura jornalística regional é mais valorizada pelas populações locais do que os temas abordados pelos meios de comunicação nacionais.
- Os jornalistas que trabalham a nível regional sentem que o seu trabalho tem um efeito concreto na vida da comunidade.
- Os meios de comunicação locais desempenham um papel fundamental na defesa dos interesses da população da sua região.

Atenção às Questões Locais e Regionais

- Os jornalistas regionais têm mais liberdade para cobrir temas que são frequentemente ignorados pelos meios de comunicação nacionais.
- O jornalismo de proximidade permite dar voz a problemas e iniciativas que não teriam destaque nos grandes meios de comunicação social.
- A agenda mediática nacional raramente reflete as preocupações e desafios das regiões do interior.

75. Na sua opinião, quais são os principais desafios e oportunidades que o jornalismo enfrentará nos próximos anos, especialmente em territórios de baixa densidade populacional? *(Pergunta aberta)*

Guião estruturado para entrevista aos responsáveis editoriais dos jornais transmontanos

Este guião foi aplicado nas entrevistas aos responsáveis editoriais dos jornais regionais de Trás-os-Montes, com o objetivo de compreender o contexto atual, as práticas jornalísticas e as perspetivas de futuro relativamente à sustentabilidade e desafios do jornalismo digital regional.

Parte 1 – Dados técnicos específicos

1. O jornal já existia antes da data oficial da inscrição na ERC?
2. No caso do seu jornal existir atualmente em formato híbrido (papel e online), qual foi o formato que surgiu primeiro?
3. Quais foram os principais motivos que levaram à decisão de publicar o jornal em formato online?
4. Em que ano ocorreu aproximadamente essa migração para o ambiente digital? A transição foi pacífica ou enfrentaram dificuldades significativas? Pode explicar brevemente esses desafios?
5. O vosso jornal tem formalmente um estatuto editorial ou outros mecanismos explícitos para garantir a independência e imparcialidade?
6. Deseja acrescentar algum comentário breve sobre a existência ou ausência de pressões externas?
7. Como descreveria brevemente as condições laborais atuais da equipa do jornal?
8. Quantas pessoas fazem parte atualmente da equipa editorial/jornalística (independentemente da ausência de carteira profissional)?
9. Como caracteriza brevemente a atual situação financeira do jornal?
10. Quais são as principais fontes de receita?
11. Qual é a natureza jurídica/institucional do vosso jornal?
12. Na sua opinião, este enquadramento jurídico tem impacto direto sobre a independência editorial do jornal? Pode explicar brevemente?
13. Considera que as limitações infraestruturais locais prejudicam o alcance digital dos vossos conteúdos junto dos leitores?
14. Pode acrescentar um breve comentário ou exemplo sobre esta situação?
15. Na sua opinião, o jornal desempenha um papel relevante na valorização da identidade cultural transmontana?
16. Pode indicar um breve exemplo de conteúdos ou iniciativas que o jornal tenha realizado neste sentido?

Parte 2 – Debate qualitativo

Perguntas adicionais sobre a visão estratégica do futuro dos jornais online em Trás-os-Montes:

17. Na sua opinião, quais são atualmente os principais desafios enfrentados pelos jornais regionais online em Trás-os-Montes e que poderão persistir ou intensificar-se no futuro próximo?
18. Quais são as principais oportunidades ou vantagens que identifica atualmente para os jornais regionais transmontanos no contexto digital?
19. Considera que os jornais regionais online terão condições para se manter economicamente sustentáveis e editorialmente independentes no futuro próximo (próximos 5 a 10 anos)? Porquê?
20. Na sua perspetiva, os jornais regionais online têm sido eficazes a responder às necessidades informativas específicas das comunidades locais e da diáspora? Como poderão melhorar?
21. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão sobre o futuro do jornalismo regional online em Trás-os-Montes? (Opcional)

Guião estruturado para entrevista aos responsáveis editoriais das rádios transmontanas

Este guião foi aplicado nas entrevistas aos responsáveis editoriais das rádios regionais de Trás-os-Montes, com o objetivo de compreender o contexto atual, as práticas radiofónicas e as perspetivas de futuro relativamente à sustentabilidade e desafios da rádio digital regional.

Parte 1 – Dados técnicos específicos

1. Qual é o ano real de fundação da rádio?
2. A rádio existia previamente como rádio pirata antes da inscrição oficial na ERC?
3. Quais foram os principais motivos que levaram a rádio a migrar para o ambiente online?
4. Em que ano ocorreu aproximadamente a migração para o ambiente online? Porque é que quis ter presença online? Teve dificuldades no início ou foi uma transição pacífica?
5. Como caracteriza atualmente a sustentabilidade financeira da rádio?
6. Quais são as principais fontes de receita da rádio?
7. Pode indicar concretamente em que concelhos ou distritos a rádio é efetivamente ouvida (abrangência real ou aproximada)? Há algum concelho em Bragança ou Vila Real onde esta rádio não chegue?
8. Considerando especificamente a transmissão online, sente que limitações infraestruturais locais (como locais onde a internet é lenta ou instável em Trás-os-Montes) afetam negativamente o alcance digital da rádio junto do público?
9. Por quantas pessoas é composta a equipa da rádio no total? Destas pessoas, quantas exercem funções jornalísticas (com ou sem carteira profissional)?
10. Os jornalistas ou a restante equipa fazem um pouco de tudo na rádio ou cada um só faz uma função?
11. Qual é a natureza jurídica ou institucional da rádio?
12. Há muitos idosos a viverem sozinhos e alguns bastante isolados na região transmontana. A rádio tem uma preocupação específica com estas pessoas quando produz e coloca conteúdos no ar?
13. A rádio produz conteúdos específicos dirigidos à diáspora transmontana (emigrantes)?
14. A rádio adota formalmente mecanismos específicos para garantir independência e imparcialidade editorial?

Parte 2 – Debate qualitativo

Perguntas adicionais sobre a visão estratégica do futuro das rádios online em Trás-os-Montes:

15. Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios que as rádios regionais enfrentam atualmente e no futuro próximo no ambiente digital?
16. Quais são as principais oportunidades e vantagens competitivas que identifica para as rádios no atual contexto digital e regional de Trás-os-Montes?
17. Espaço para outros comentários (Opcional).

ANEXO 5

Participantes nas entrevistas aos representantes dos media online transmontanos objeto dos estudos de caso: meios representados e método de contacto

Nº	Entrevistado	Meio(s) Representado(s)	Método de contacto escolhido
1	Vítor Fernandes	Rádio Regional, Rádio Regional de Valpaços, Rádio Regional de Sabrosa, Rádio Vimioso	Email + telefone
2	Filipe de Carvalho	Rádio Ansiães	Email
3	Paulo Afonso	Rádio Brigantia Jornal Nordeste	Email + telefone
4	Maria José Afonso	Rádio Montalegre	Email
5	Luís Miguel Henriques	Rádio Salesiana 90.1	Email
6	Manuel Rodrigues da Silva	Rádio Terra Quente	Email
7	Luís Mendonça	Universidade FM	Email + telefone
8	Amândio Rodrigues	Rádio Vinhais	Email
9	Manuel Ribeiro	Rádio Voz do Marão e Chaves FM	Telefone
10	Porfírio Evangelista	Rádio Torre de Moncorvo	Telefone
11	Manuel Ferreira	Alto Tâmega Canal	Email
12	Luís Roçadas	Desportivo Transmontano	Email
13	António Pereira	Diário de Trás-os-Montes	Email
14	Cátia Portela	Komunica Magazine	Email
15	António Rodrigues	Mensageiro de Bragança	Email
16	Armando Mansilha	Notícias do Douro	Email
17	João Vilela	A Voz de Trás-os-Montes	E-mail

ANEXO 6

Lista completa com os endereços eletrónicos (websites e páginas de Facebook, quando aplicável) dos media regionais analisados

Distrito	Tipo	Nome do órgão
Vila Real	Rádio	Rádio Salesiana 90.1
		Website: https://www.radio.salesianos.pt
		Facebook: https://www.facebook.com/SalesianosPT
	Rádio	Alto Tâmega FM
		Website: http://www.altotamegafm.pt
		Facebook: https://www.facebook.com/radioaltotamegafm/
	Rádio	Universidade FM
		Website: https://www.universidade.fm/
		Facebook: https://www.facebook.com/Universidade.FM
	Rádio	Rádio Voz do Marão
		Website: https://www.radiovozdomarao.com/
		Facebook: https://www.facebook.com/radiovozdomarao
	Rádio	Rádio Montalegre
		Website: https://www.radiomontalegre.net/
		Facebook: https://www.facebook.com/radiomontalegre
Bragança	Rádio	Rádio Clube Aguiarense
		Website: https://rcaguiarense.sapo.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/RCAguiarense
	Rádio	Rádio Regional de Valpaços
		Website: https://www.radioregional.pt
		Facebook: https://www.facebook.com/radioregional.pt
	Rádio	Rádio Regional Sabrosa
		Website: https://www.radioregional.pt
		Facebook: https://www.facebook.com/radioregional.pt
	Rádio	Chaves FM
		Website: http://www.chavesfm.com/
		Facebook: https://www.facebook.com/ChavesFM
	Rádio	Rádio Onda Livre Macedense
		Website: https://ondalivrefm.net/
		Facebook: https://www.facebook.com/RadioOndaLivre
	Rádio	Rádio Terra Quente
		Website: http://www.terraquentefm.net/
		Facebook: https://www.facebook.com/radioterraquente
	Rádio	Rádio Vinhais
		Website: https://www.radiovinhais.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/radiovinhais
	Rádio	Rádio Ansiães
		Website: https://radioansiaes.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/radioansiaes98.1
	Rádio	Rádio Torre de Moncorvo
		Website: https://rtmoncorvo.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/rtm95.9
	Rádio	Rádio Brigantia

Bragança		Website: https://www.brigantia.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/radiobrigantia
	Rádio	Rádio Regional Vimioso
		Website: https://www.radioregional.pt
		Facebook: https://www.facebook.com/radioregional.pt
	Rádio	Rádio Regional (Vinhais)
		Website: https://www.radioregional.pt
		Facebook: https://www.facebook.com/radioregional.pt
	Jornal	Mensageiro de Bragança
		Website: https://www.mdb.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/Jornaldiocesano
	Jornal	Jornal Nordeste
		Website: https://www.jornalnordeste.com/
		Facebook: https://www.facebook.com/jornalnordestebraganca
	Jornal	Canal N Mirandela
		Website: https://www.canaln.tv/
		Facebook: https://www.facebook.com/www.canaln.tv
	Jornal	Diário de Trás-os-Montes
Vila Real		Website: https://www.diariodetrasosmontes.com/
		Facebook: https://www.facebook.com/diario.tm
	Jornal	Kapital do Nordeste
		Website: https://www.kapitaldonordeste.pt
		Facebook: https://www.facebook.com/kapitaldonordestE
	Jornal	Terra de Miranda Notícias
		Website: https://terrademirandanoticias.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/terrademirandanoticias.pt
	Jornal	A Voz de Bragança
		Website: https://avozdebraganca.sapo.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/profile.php?id=100086022110276
	Jornal	A Voz de Trás-os-Montes
		Website: https://www.avozdetrasosmontes.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/jornalvtm
	Jornal	Notícias do Douro
		Website: https://www.noticiasdodouro.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/profile.php?id=100065545567752
	Jornal	Desportivo Transmontano
		Website: https://desportivotransmontano.sapo.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/desportivotransmont
	Jornal	Alto Tâmega Canal
		Website: https://canalaltotamega.pt/
		Facebook: https://www.facebook.com/CanalAltoTamega
	Jornal	Komunica Magazine
		Website: https://komunicamagazine.com/
		Facebook: https://www.facebook.com/komunicamagazine

Guião do Grupo Focal (Adultos emigrantes transmontanos)

Moderadora:

Susana Ferrador

(Universidade do Porto/Aveiro - Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais)

Participantes adultos emigrantes:

- Participante 1 (+ 50 anos, França)
- Participante 2 (+ 50 anos, Suíça)
- Participante 3 (+ 50 anos, Alemanha)
- Participante 4 (+ 50 anos, França)
- Participante 5 (+ 50 anos, Luxemburgo)
- Participante 6 (+ 50 anos, Suíça)
- Participante 7 (+ 50 anos, França)

Contexto e objetivos:

Perceber as práticas informativas dos emigrantes transmontanos adultos (+50 anos) e compreender preferências, meios utilizados, barreiras e sugestões práticas para melhorar a comunicação regional.

Duração:

30 minutos (via Zoom, gravação áudio apenas)

Introdução da moderadora (5 min.):

- Apresentação breve da investigadora e objetivos da sessão;
- Informação sobre gravação áudio e envio posterior de consentimento informado;
- Instruções sobre não falar simultaneamente e informalidade das respostas.

Perguntas/temas do guião (20-25 min.):

I. Introdução pessoal breve:

- Nome, idade, país atual, concelho de origem, anos de emigração, visitas regulares à região.

II. Meios preferidos de acesso às notícias regionais:

- Como têm acesso atualmente às notícias regionais da vossa terra? (jornais impressos, telefonemas, contacto pessoal com familiares ou amigos, internet...)
- Por que preferem esses meios específicos?

III. Subscrições de jornais impressos:

- Alguém mantém ou já manteve assinaturas impressas de jornais locais?
- Por que preferem ou preferiram o formato impresso ao digital? Quais as vantagens ou desvantagens sentidas?

IV. Conteúdos específicos preferidos pela diáspora adulta:

- Que tipo de notícias ou conteúdos procuram preferencialmente? (eventos tradicionais, festas religiosas, notícias económicas, vida quotidiana das aldeias, saúde local, serviços públicos, informações práticas sobre pensões e documentos...)
- O que sentem mais falta nos conteúdos informativos regionais disponíveis atualmente?

IV. Barreiras no acesso às notícias regionais:

- Sentem dificuldades específicas para aceder às notícias regionais, especialmente online? (ex: barreiras tecnológicas, dificuldades linguísticas, atualização, complexidade das plataformas digitais...)
- Podem dar exemplos concretos dessas dificuldades?

V. Sugestões práticas de melhoria:

- Que sugestões práticas fariam aos jornais e plataformas digitais regionais para melhorar a proximidade à diáspora? (ex: conteúdos específicos sobre emigrantes, simplificação tecnológica, distribuição de jornais impressos às associações de emigrantes, vídeos explicativos, letras maiores nas notícias...)
- Que tipo de conteúdos gostariam de ver mais frequentemente produzidos especialmente para vocês, emigrantes adultos?

Guião do Grupo Focal (Jovens emigrantes transmontanos)

Moderadora:

Susana Ferrador

(Universidade do Porto/Aveiro - Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais)

Participantes:

- Participante 1 (17-36, França)
- Participante 2 (17-36, França)
- Participante 3 (17-36, Suíça)
- Participante 4 (17-36, Suíça)
- Participante 5 (17-36, Luxemburgo)
- Participante 6 (17-36, Espanha)

Contexto e objetivos:

Explorar a relação dos jovens emigrantes (17-36 anos) com as notícias locais transmontanas e compreender preferências, meios utilizados, barreiras e sugestões práticas para melhorar a comunicação regional.

Duração:

30 minutos (via Zoom, gravação áudio apenas)

Introdução da moderadora (5 min.):

- Apresentação breve da investigadora e objetivos da sessão;
- Informação sobre gravação áudio e envio posterior de consentimento informado;
- Instruções sobre não falar simultaneamente e informalidade das respostas.

Perguntas/temas do guião (20-25 min.):

I. Introdução pessoal breve:

- Nome, idade, país atual, concelho de origem, anos de emigração, visitas regulares à região.

II. Acesso às notícias regionais:

- Costumam procurar notícias da região de origem estando longe? Porquê?
- Como costumam aceder às notícias regionais? (plataformas digitais, jornais online, redes sociais, WhatsApp...)

II. Preferências informativas específicas:

- Que tipo de notícias preferem ver sobre Trás-os-Montes? (família, festas locais, eventos culturais, economia local, desporto, escolas...)
- Sentem falta de algum conteúdo específico? Quais?

III. Subscrições e formato impresso vs digital:

- Algum de vocês recebe ou já recebeu jornais regionais impressos em casa?
- Preferem jornais impressos ou digitais? Porquê?

IV. Frequência da procura de notícias locais:

- Com que frequência procuram notícias sobre Trás-os-Montes estando fora? (diária, semanal, mensal, ocasional...)
- Em que momentos específicos sentem maior necessidade ou vontade de procurar notícias regionais?

IV. Barreiras ao acesso às notícias regionais:

- Sentem dificuldades específicas ao procurar informação online sobre a região? (tecnológicas, linguísticas, atualização...)
- O que poderia ser feito pelos jornais regionais para melhorar o vosso acesso às notícias?

V. Sugestões práticas de melhoria:

- Que sugestões concretas dariam aos media regionais para melhorar a proximidade à diáspora jovem?

Guião estruturado para entrevista a António Carneiro – Presidente da Casa do Careto

Este guião foi aplicado na entrevista a António Carneiro, com o objetivo de compreender a importância dos Caretos de Podence na preservação da identidade cultural transmontana, os impactos do reconhecimento da UNESCO e os desafios contemporâneos relacionados com esta tradição.

1. Como descreve o papel dos Caretos de Podence na preservação e transmissão da identidade cultural transmontana às gerações mais novas?
2. De que forma o reconhecimento da UNESCO influenciou a dinâmica comunitária e a perceção externa da tradição dos Caretos?
3. Que desafios atuais identifica para a continuidade e sustentabilidade da tradição dos Caretos em contexto contemporâneo?
4. Na sua opinião, porque é que as tradições associadas ao ciclo de inverno continuam a reforçar fortemente o sentimento de pertença regional em Trás-os-Montes?
5. Considera que a imigração tem tido um papel relevante na preservação e promoção desta tradição? De que forma?
6. Na sua perspetiva, qual é o impacto da comunicação social, em particular dos media regionais, na promoção e valorização da tradição dos Caretos?
7. Considera que as escolas da região têm feito o suficiente para promover e preservar esta tradição junto das gerações mais jovens? Porquê?
8. Quais são as principais estratégias utilizadas atualmente pela Casa do Careto para assegurar a transmissão intergeracional desta tradição?
9. Na sua opinião, a pandemia de Covid-19 teve algum impacto particular sobre a tradição dos Caretos? Em que medida?
10. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão sobre a importância das tradições culturais transmontanas ou sobre os desafios futuros que estas enfrentam? (Opcional)

Guião estruturado para entrevista ao Professor Doutor António Bárbolo Alves – Investigador e especialista em língua mirandesa

Este guião foi aplicado na entrevista ao Professor Doutor António Bárbolo Alves, com o objetivo de compreender a importância da língua mirandesa para a identidade cultural transmontana, os desafios atuais enfrentados na sua preservação e promoção, e o papel dos meios digitais na valorização desta língua minoritária.

1. Que importância atribui ao ensino e promoção da língua mirandesa em contexto escolar e comunitário para a valorização da identidade cultural local?
2. Quais os principais desafios atuais enfrentados na preservação e promoção do mirandês junto das novas gerações?
3. Na sua opinião, como pode o ciberjornalismo ou os meios digitais influenciar o uso, a divulgação e a valorização da língua mirandesa atualmente?
4. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão sobre a situação atual ou futuro da língua mirandesa em contexto digital e regional? (Opcional)

Guião estruturado para entrevista a Mário Correia – Investigador e etnomusicólogo

Este guião foi aplicado na entrevista a Mário Correia, com o objetivo de compreender o papel das tradições musicais mirandesas e dos Pauliteiros de Miranda na construção e manutenção da identidade cultural transmontana, os desafios enfrentados na sua transmissão às novas gerações e os possíveis impactos de um reconhecimento internacional pela UNESCO.

1. Que papel desempenham os Pauliteiros de Miranda na preservação da identidade cultural mirandesa e transmontana?
2. Quais são os principais desafios atuais na transmissão das tradições musicais e danças dos Pauliteiros às novas gerações?
3. Como avalia o impacto que teria um eventual reconhecimento da tradição dos Pauliteiros pela UNESCO, à semelhança do ocorrido com os Caretos de Podence?
4. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão relevante para o estudo sobre as tradições musicais mirandesas e transmontanas em contexto digital e regional? (Opcional)

Guião estruturado para entrevista ao Professor Doutor Pedro Pereira – Antropólogo, especialista em religião e cultura

Este guião foi aplicado na entrevista ao Professor Doutor Pedro Pereira, com o objetivo de compreender o papel das tradições religiosas e festividades na construção e manutenção da identidade cultural transmontana, o impacto destas práticas nas comunidades locais e possíveis relações entre religiosidade e consumo mediático.

1. Descreve, de alguma forma, a influência das festividades religiosas na construção e manutenção da identidade cultural transmontana?
2. De que forma as romarias e peregrinações em Trás-os-Montes contribuem para a coesão social e o fortalecimento dos laços comunitários na região?
3. Considerando as profundas mudanças socioculturais contemporâneas, incluindo um afastamento generalizado das instituições religiosas em muitos países, considera que em Trás-os-Montes, devido à forte ligação histórica e cultural à religião, este fenómeno será mais lento ou menos evidente? O envelhecer da população transmontana desempenha algum papel relevante nesta eventual resistência à mudança?
4. Na sua opinião, as crenças religiosas e as práticas devocionais em Trás-os-Montes influenciam de alguma forma os hábitos de consumo mediático dos habitantes da região? Identifica alguma relação entre religiosidade e preferências pelos conteúdos mediáticos locais?
5. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão relevante sobre o papel da religião e das práticas devocionais em contexto cultural e mediático na região transmontana? (Opcional)

Guião estruturado para entrevista ao Professor Doutor Paulo Reis Mourão – Especialista em economia regional e coesão territorial

Este guião foi aplicado na entrevista ao Professor Doutor Paulo Reis Mourão, com o objetivo de compreender as dinâmicas demográficas e socioeconómicas atuais de Trás-os-Montes, desafios do despovoamento, políticas regionais de desenvolvimento e questões relacionadas com o abandono e desvalorização territorial.

1. Na sua perspetiva, como evoluíram as dinâmicas de despovoamento e desertificação das áreas rurais periféricas de Trás-os-Montes desde os seus estudos realizados em 2006 até ao momento atual (2025)?
2. Continua a observar o fenómeno da migração interna que favorece principalmente as cidades regionais, mantendo-se os desequilíbrios demográficos no território transmontano? Poderia comentar essa evolução?
3. Mantém-se a sua ideia de que o estatuto urbano, por si só, não garante a preservação demográfica em municípios como Valpaços ou Peso da Régua? Quais fatores considera atualmente decisivos para promover o desenvolvimento sustentável e a atratividade populacional?
4. Em 2006 defendeu a necessidade de estratégias regionais integradas que ultrapassassem uma lógica concorrencial entre localidades. Considera que a região conseguiu avançar nesse sentido? Que aspetos positivos e negativos destacaria relativamente à evolução das políticas regionais dos últimos anos?
5. Identifica algum impacto significativo das políticas públicas recentes, como o Programa de Valorização do Interior, sobre a dinâmica regional? Estas políticas têm sido suficientes e eficazes?
6. Considera que existem preconceitos culturais ou sociais persistentes relativamente às regiões do interior, nomeadamente Trás-os-Montes? Como esses preconceitos afetam o desenvolvimento e a valorização da região?
7. Como interpreta a relação entre valorização social e económica dos espaços rurais e as atuais dinâmicas populacionais?
8. Em relação à sustentabilidade a longo prazo da região, quais são, na sua opinião, os principais desafios que Trás-os-Montes enfrentará nos próximos anos?
9. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão relevante sobre o futuro socioeconómico e demográfico da região transmontana? (Opcional)

**Guião estruturado para entrevista ao Professor Doutor J. Cadima Ribeiro
– Especialista em economia regional e desenvolvimento económico**

Este guião foi aplicado na entrevista ao Professor Doutor J. Cadima Ribeiro, com o objetivo de compreender as dinâmicas económicas e demográficas específicas de Trás-os-Montes, os desafios estruturais no mercado de trabalho, bem como a relevância dos media digitais regionais no desenvolvimento local.

1. Como caracteriza atualmente o mercado de trabalho em Trás-os-Montes? Quais considera serem os principais desafios económicos estruturais que esta região enfrenta, em especial na atração e fixação de emprego qualificado?
2. Que fatores identificaria como determinantes para explicar o facto de Trás-os-Montes apresentar persistentemente um PIB per capita cerca de 20% abaixo da média nacional, bem como baixos salários e uma fraca taxa de atividade económica?
3. Que estratégias económicas ou políticas públicas considera essenciais para inverter ou atenuar a contínua saída de jovens formados da região transmontana?
4. Identifica oportunidades concretas que poderiam ser aproveitadas para impulsionar o desenvolvimento económico sustentável nesta região, especialmente ao nível da valorização dos recursos locais?
5. Como vê o papel dos media regionais, especialmente dos meios digitais (jornais online, redes sociais locais), na promoção do desenvolvimento económico e social das regiões interiores como Trás-os-Montes? Considera que têm sido eficazes na valorização económica, cultural e territorial?
6. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão relevante sobre os desafios económicos, demográficos e mediáticos que a região transmontana enfrenta? (Opcional)

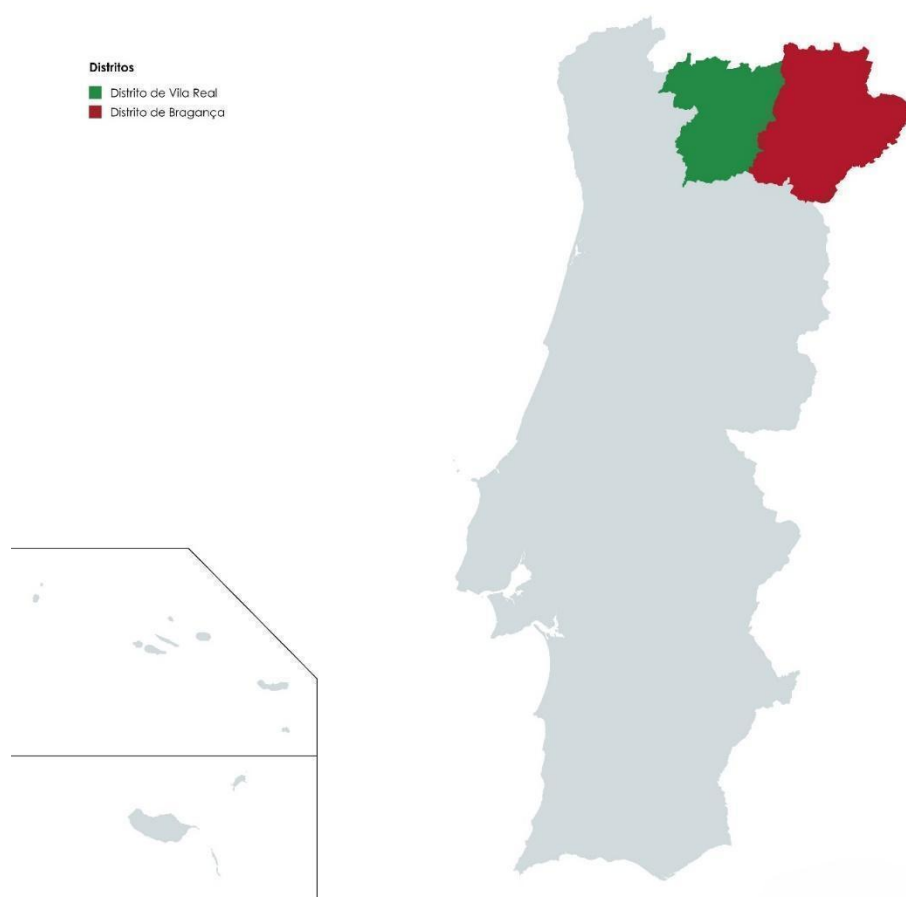
Guião estruturado para entrevista ao Professor Doutor Fernando de Sousa – Historiador e investigador, Presidente do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Este guião foi aplicado na entrevista ao Professor Doutor Fernando de Sousa, com o objetivo de compreender os impactos históricos do isolamento geográfico na identidade e desenvolvimento económico-social de Trás-os-Montes, bem como o papel dos media digitais na valorização do património regional.

1. De que forma o isolamento geográfico moldou o desenvolvimento histórico e económico de Trás-os-Montes, especialmente durante o Antigo Regime?
2. Que papel tiveram as barreiras naturais e as dificuldades de comunicação nas decisões políticas e na estrutura social tradicional da região transmontana?
3. Identifica aspetos positivos neste isolamento histórico, nomeadamente na preservação das tradições, património cultural e identidade das comunidades transmontanas? Se sim, quais destacaria?
4. Como vê o potencial dos meios digitais, nomeadamente do ciberjornalismo e plataformas online regionais, na preservação, valorização e divulgação da história e património cultural de Trás-os-Montes?
5. Como avalia o impacto das melhorias nas infraestruturas de transporte (estradas, caminhos de ferro) na região transmontana? Estas melhorias contribuíram para fixar ou, pelo contrário, potenciaram o despovoamento?
6. Considera que o ensino superior (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Politécnico de Bragança) tem conseguido desempenhar um papel relevante na fixação dos jovens qualificados na região? Porquê?
7. Qual é a sua perceção sobre as causas profundas do contínuo despovoamento e envelhecimento populacional em Trás-os-Montes?
8. Considera que as políticas públicas atuais são adequadas para inverter os desafios demográficos e económicos da região? Que medidas específicas sugere?
9. Que papel atribui à imprensa regional na valorização da cultura, tradições e história transmontanas? Considera preocupante a sustentabilidade atual desses media?
10. Na sua perspetiva, qual é o futuro socioeconómico e cultural da região transmontana se as tendências atuais persistirem?
11. Deseja acrescentar mais algum comentário ou reflexão relevante sobre os temas abordados na entrevista? (Opcional)

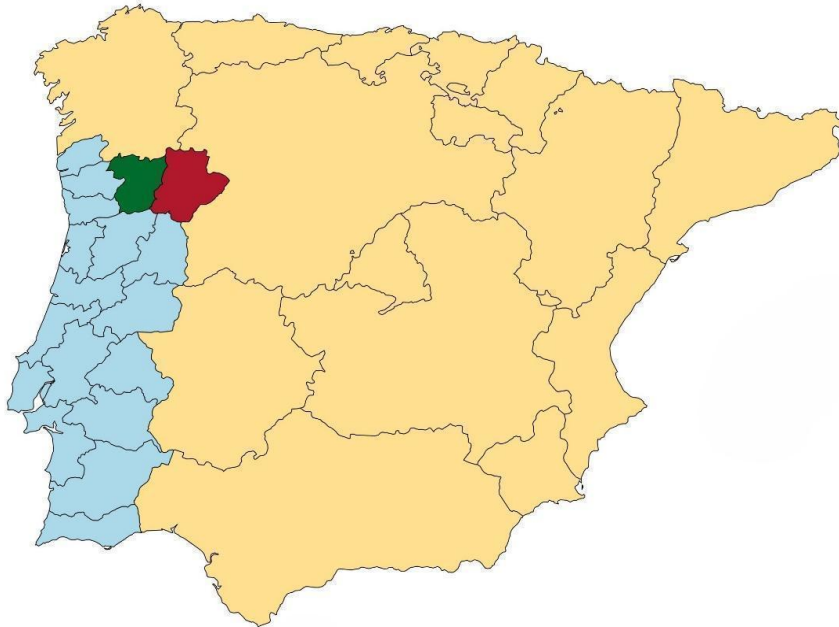
ANEXO 16

Figura 1 – Representação gráfica da posição geográfica e administrativa dos distritos de Vila Real e Bragança no contexto territorial português



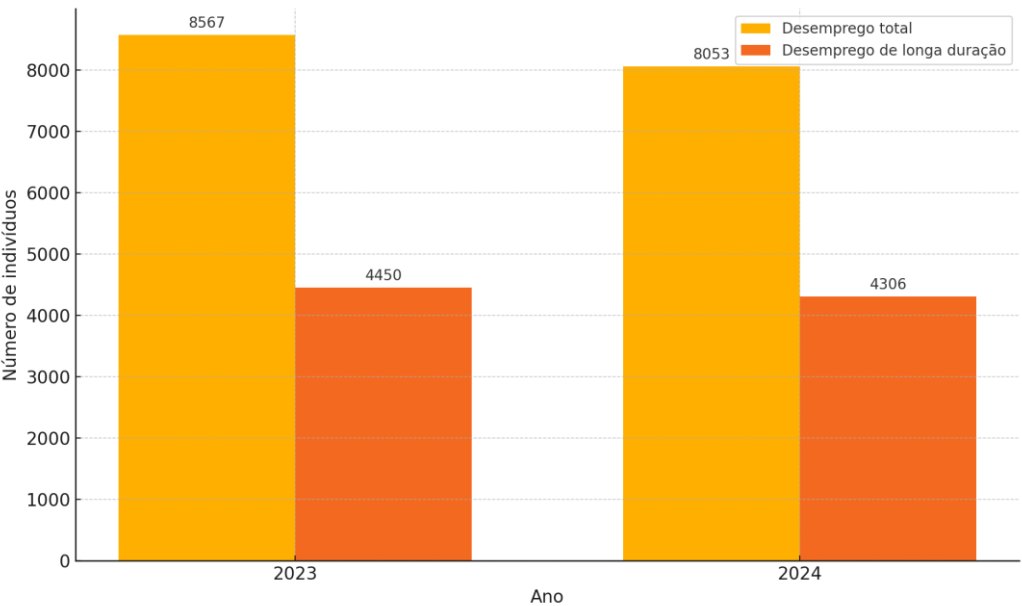
Fonte: Elaboração própria com o apoio do mapchart.net

Figura 2 – Representação gráfica da localização dos distritos transmontanos no contexto peninsular ibérico (excluindo os arquipélagos dos Açores, Madeira, Baleares e Canárias), salientando a sua proximidade com as regiões espanholas adjacentes.



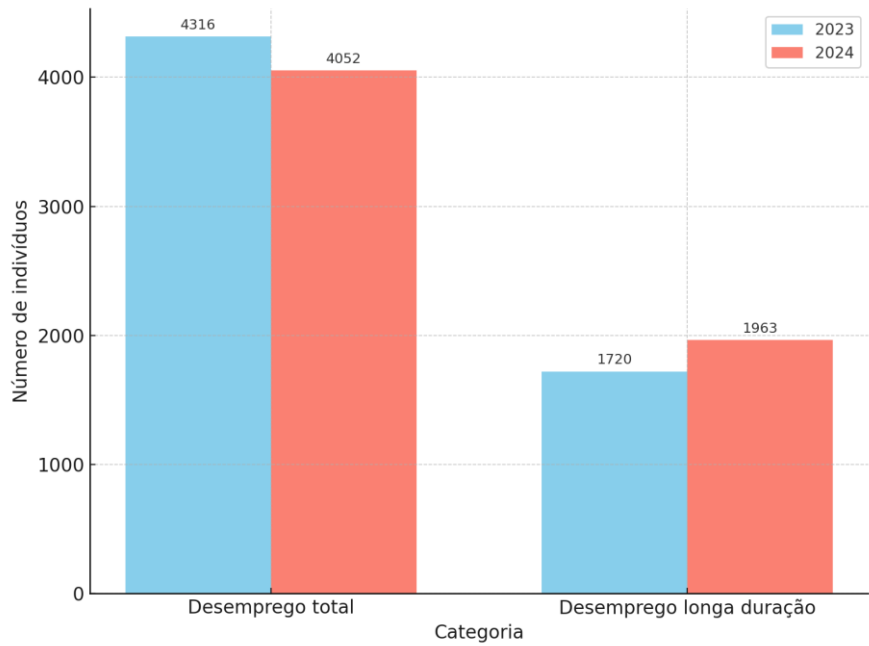
Fonte: elaboração própria com o apoio do *mapchart.net*

Gráfico 1: Desemprego total e desemprego de longa duração no distrito de Vila Real (2023 e 2024)



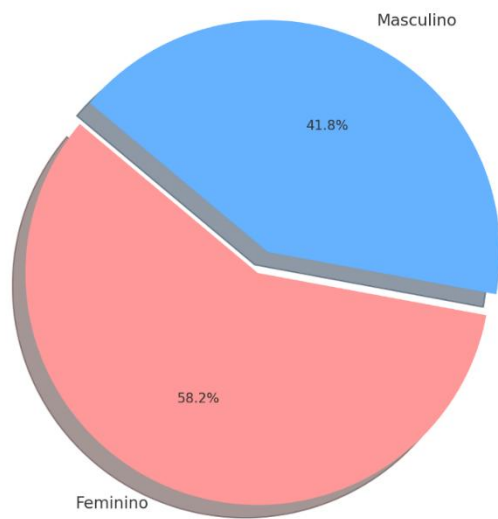
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata, Instituto da Segurança Social (ISS) e Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), consultados em março de 2025 e relativos aos anos de 2023 e 2024.

Gráfico 2: Desemprego total e desemprego de longa duração no distrito de Bragança (2023 e 2024).



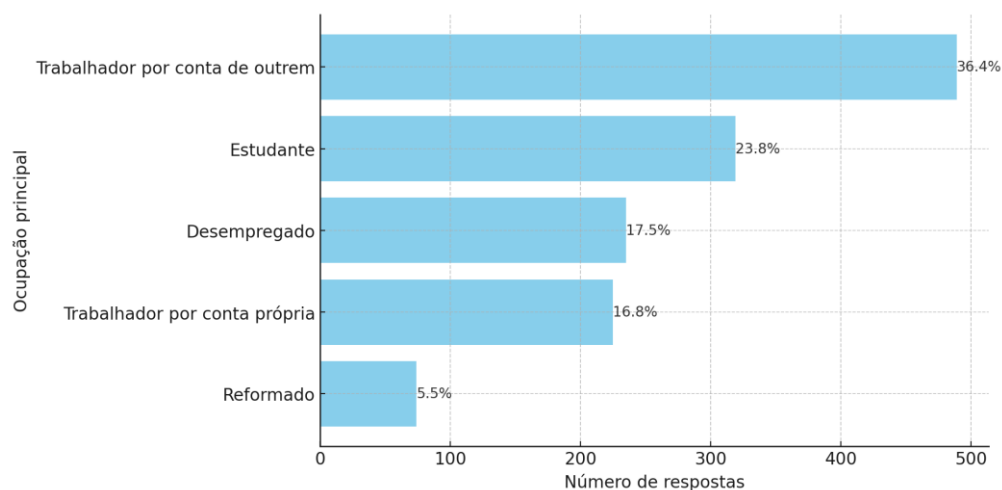
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata, Instituto da Segurança Social (ISS) e Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), disponíveis em março de 2025 e relativos aos anos de 2023 e 2024.

Gráfico 3: Distribuição dos participantes por género



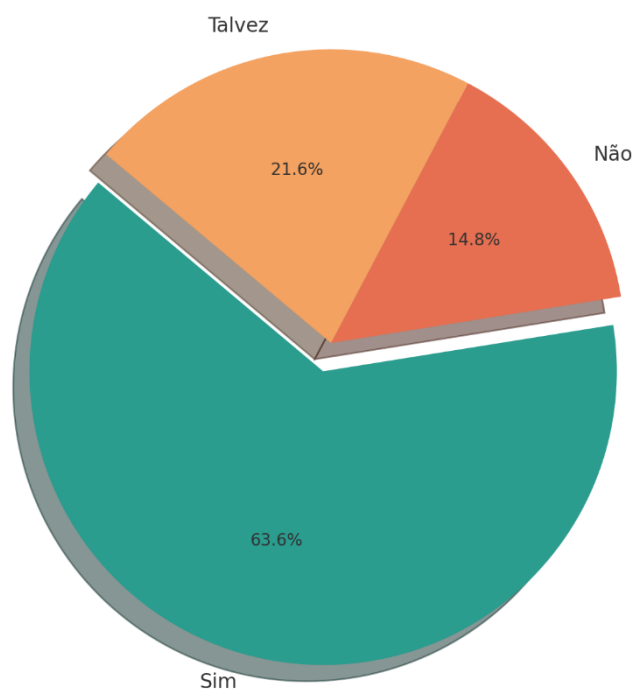
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 4: Distribuição dos participantes por ocupação principal



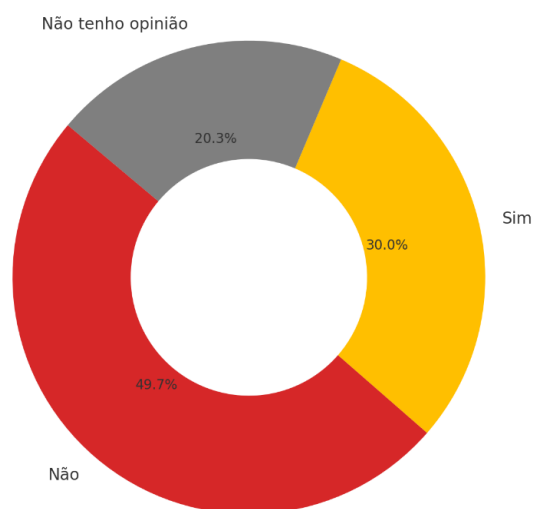
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 5: Valorização das notícias de proximidade pelos participantes



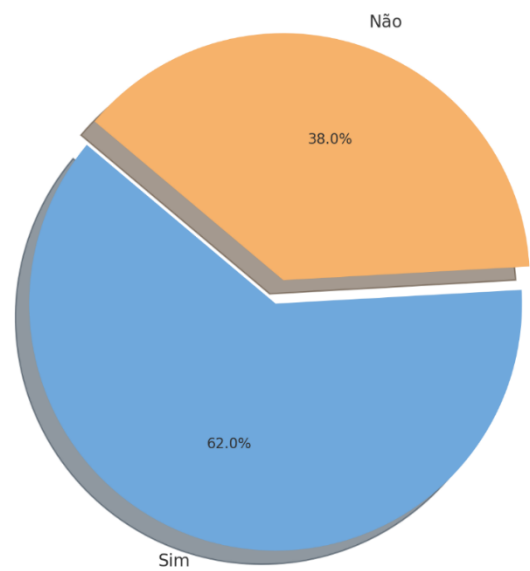
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 6: Avaliação da cobertura mediática sobre zonas rurais



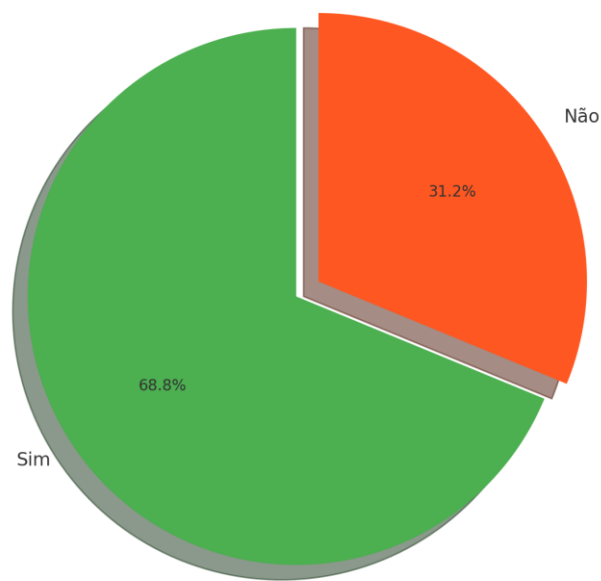
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 7: Utilização de outras fontes de informação além dos meios tradicionais



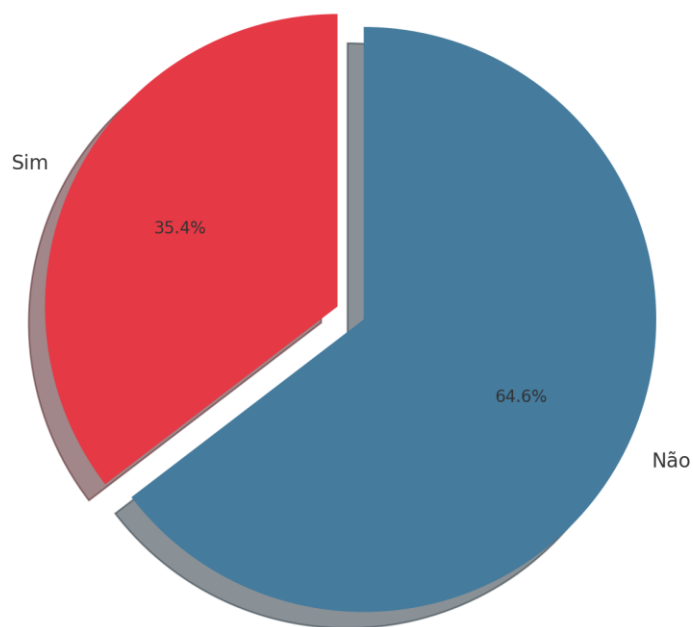
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 8: Percepção sobre a facilidade de acesso às notícias



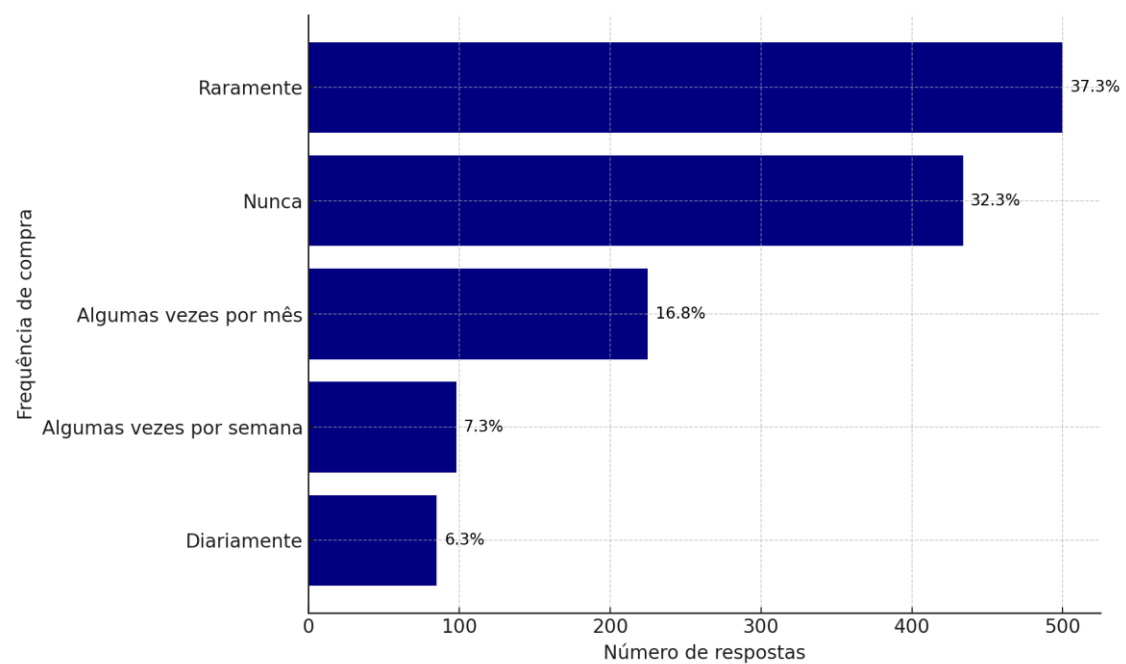
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 9: Dificuldades no acesso a jornais impressos ou online



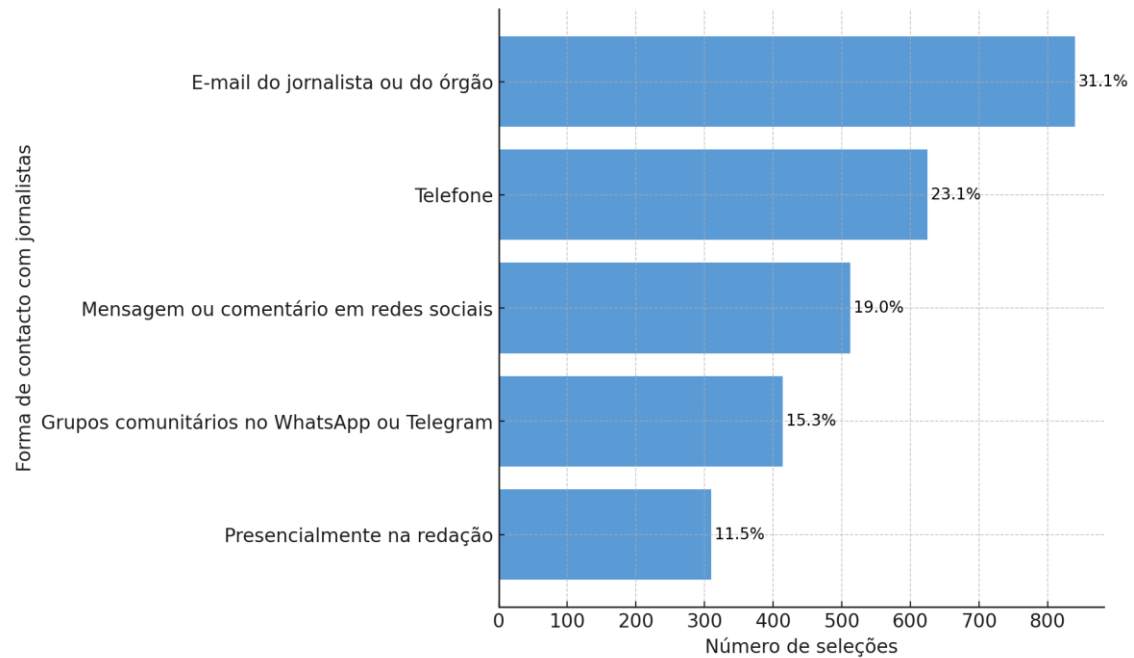
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 10: Frequência de compra de jornais nacionais pelos participantes



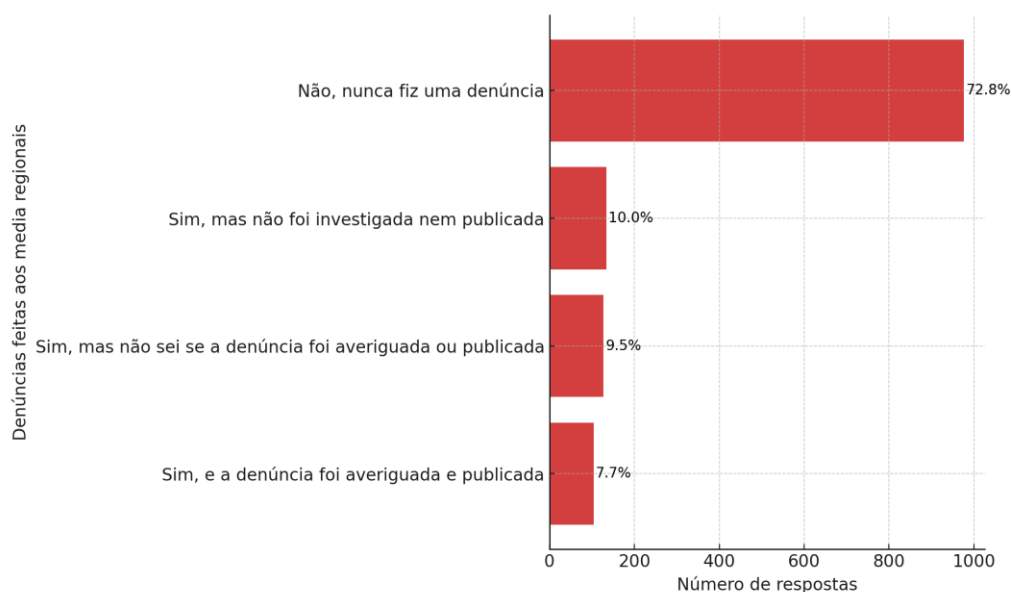
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 11: Formas preferidas de contacto com jornalistas e media regionais



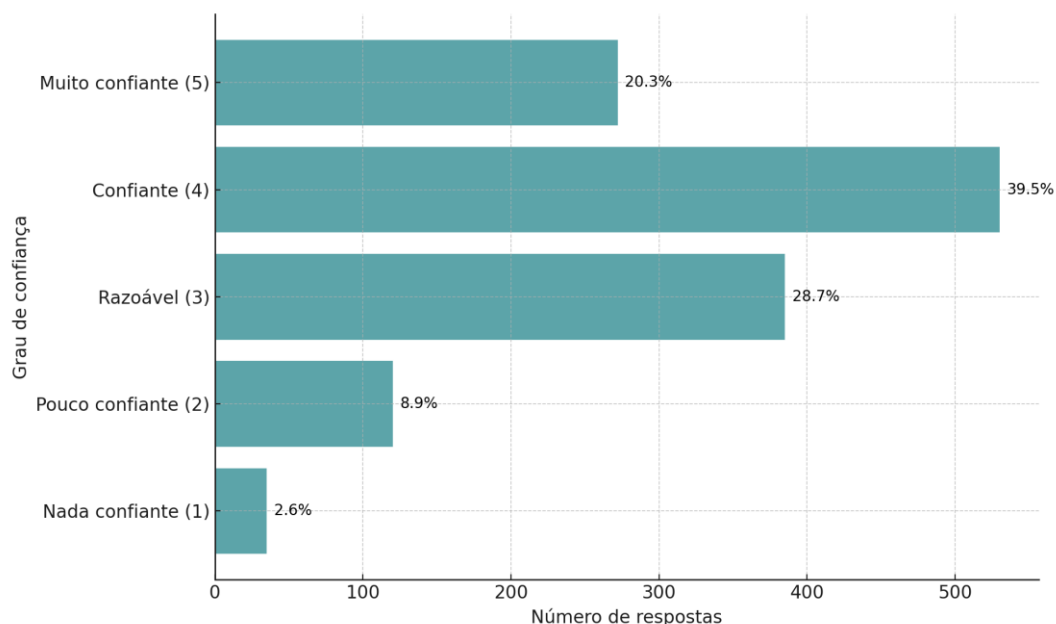
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (escolha múltipla; N=1342 participantes; 2701 seleções totais).

Gráfico 12: Denúncias feitas aos media regionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342).

Gráfico 13: Grau de confiança na informação publicada pelos media regionais



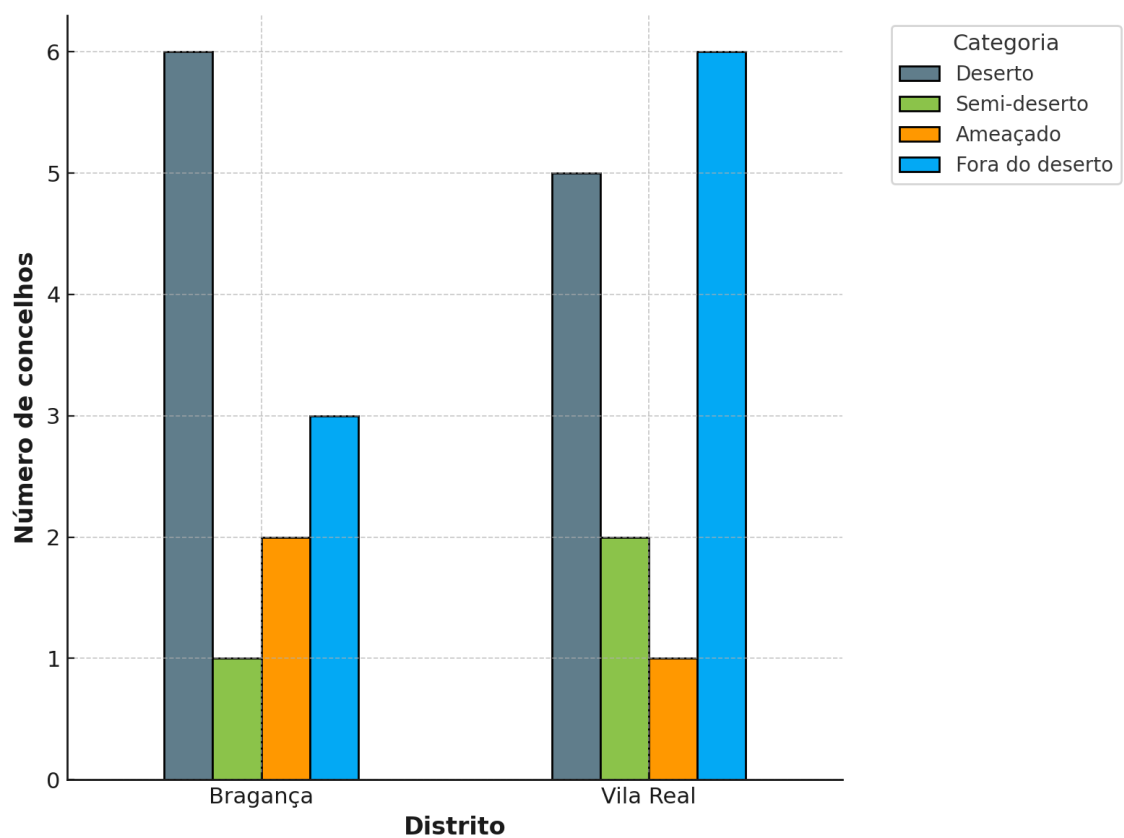
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados são uma síntese das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Nada confiante, até 5 – Muito confiante).

Tabela 1: Percepções sobre imparcialidade, transparência e credibilidade nos media regionais

Afirmações	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Nem concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
Os jornalistas locais tentam ser imparciais e justos na cobertura das notícias.	42	103	312	547	338
Sinto que há uma falta de transparência na forma como algumas notícias locais são apresentadas.	38	115	327	502	360
Os media regionais são mais fiáveis do que as redes sociais como fonte de informação.	33	74	263	560	412
A presença de jornalistas independentes aumentaria a confiança no jornalismo local.	18	48	225	553	498
O envolvimento da população pode aumentar a credibilidade dos media regionais.	12	36	195	542	557

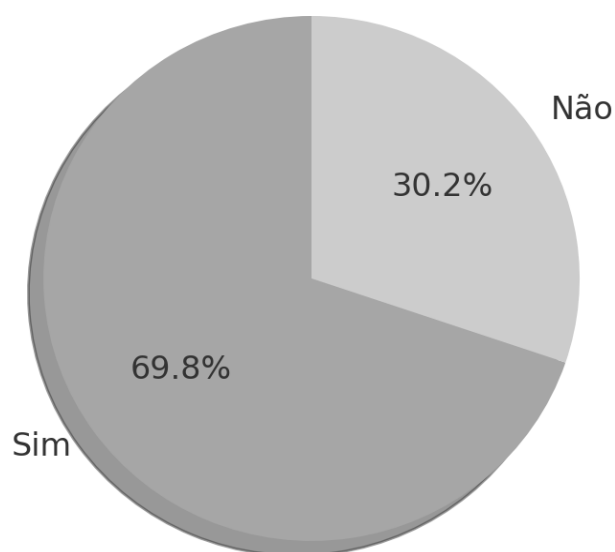
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado à população dos distritos de Vila Real e Bragança (N=1342). Os dados apresentados são uma síntese das respostas obtidas através de uma escala de *Likert* (de 1 – Discordo totalmente, até 5 – Concordo totalmente).

Gráfico 14: Classificação dos concelhos por distrito (Bragança e Vila Real).



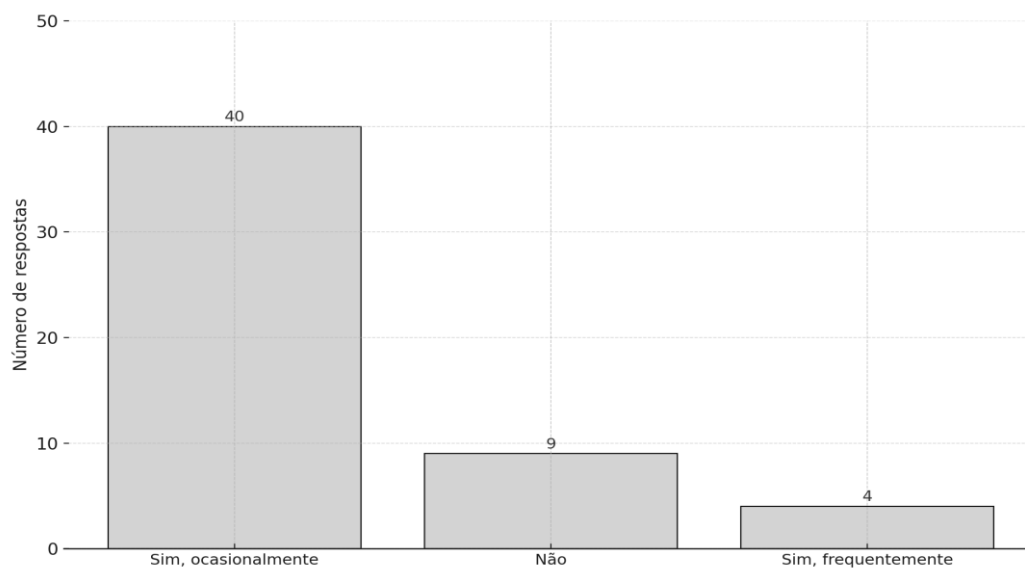
Fonte: Elaboração própria com base em Jerónimo, Ramos & Torre (2022c).

Gráfico 15: Jornalistas que sentem constrangimentos na cobertura de eventos em áreas isoladas



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

Gráfico 16: Pressão externa sobre o conteúdo noticioso



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos através do questionário aplicado aos profissionais dos media regionais dos distritos de Vila Real e Bragança (N = 53)

ANEXO 17

Grelha de análise 1

(Presença digital e canal mais representativo)

Período de observação: Verificação pontual única realizada em maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Distrito	Vila Real / Bragança	
	Concelho	Nome do concelho de licenciamento da rádio	
	Nome da rádio	Nome completo e oficial da rádio	
Presença digital	Website oficial	Sim; Não	URL completo:
	Função principal do website	Apenas streaming; Jornalístico/conteúdos; Institucional/estático	Pequena nota (se aplicável):
	Página oficial no Facebook	Sim; Não	URL completo:
	Página oficial no Instagram	Sim; Não	URL completo:
	Canal oficial no YouTube	Sim; Não	URL completo:
	Outras plataformas digitais oficiais relevantes	Sim; Não	Nome da plataforma + URL:
Interação/Audiência	Canal online com maior audiência/interação	Website oficial; Facebook; Instagram; YouTube; Outra (indicar qual)	Nota breve sobre evidências observadas:
	Número total de seguidores no canal mais representativo	Número exato de seguidores (à data da observação)	

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 18

Grelha de análise 2

(Frequência, periodicidade e formatos dos conteúdos publicados pelas rádios transmontanas)

Período de observação: Observação diária realizada entre 1 e 17 de maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Distrito	Vila Real / Bragança	
	Rádio analisada		
	Endereço online analisado		(ex.: link do Facebook)
Frequência e periodicidade	Frequência geral	Alta (diária ou quase diária); Média (regular mas não diária); Baixa (ocasional ou esporádica)	
	Periodicidade específica	Diária; Quase diária; Regular; Esporádica	
			Dias com publicações:
			Dias sem publicações:
			Observações adicionais detalhadas (exemplos reais):
Formatos dos conteúdos	Formato predominante	Texto puro; Texto + Imagem; Texto + Vídeo; Texto + Link externo; Vídeo (direto/gravação); Áudio/Podcast	Exemplos concretos do formato predominante (datas):
	Formatos adicionais relevantes	Texto puro; Texto + Imagem; Vídeo (direto/gravação); Áudio/Podcast; Link externo; Galeria; Outro	Exemplos concretos dos formatos adicionais (datas):
	Formatos especiais ou multimédia interativa	Sim; Não observada	Exemplos detalhados (enquetes, stories, infográficos):
Secções temáticas	Temática predominante	Política; Sociedade/Comunidade local; Cultura; Desporto;	Exemplos temáticos predominantes

		Economia; Educação; Eventos locais; Institucional; Outra	(breve descrição com datas):
Observações qualitativas complementares			Comentários detalhados, notas contextuais e exemplos relevantes:

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 19

Grelha de análise 3

(Avaliação qualitativa da qualidade dos conteúdos publicados pelas rádios transmontanas)

Período de observação: Observação diária realizada entre 1 e 17 de maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Distrito	Vila Real / Bragança	
	Rádio analisada		
	Endereço online analisado		(ex.: link do Facebook)
Profundidade informativa	Capacidade informativa	Alta; Média; Baixa	Alta: explicações completas, contexto adequado, fontes claras, equilibrado. Média: explicações suficientes, incompletas ou com falhas pontuais. Baixa: superficial, informação limitada, contexto insuficiente.
Originalidade e carácter inspirador	Criatividade e originalidade	Alta; Média; Baixa	Alta: distintivo, original, inspirador. Média: elementos ocasionais originais, convencionais. Baixa: previsível, repetitivo, pouco original.
Diversidade temática	Abrangência dos temas abordados	Alta; Média; Baixa	Alta: ampla diversidade temática. Média: boa diversidade, mas predomina um tema. Baixa: limitada, pouca diversidade.
Regularidade e atualização	Frequência e regularidade das publicações	Alta; Média; Baixa	Alta: publicações diárias ou quase diárias. Média: regularidade satisfatória com intervalos pontuais. Baixa: esporádico, irregular.
Rigor e correção	Qualidade da escrita e rigor factual	Alta; Média; Baixa	Alta: escrita rigorosa, sem erros ou raros, boa precisão. Média: correta com erros pontuais que não comprometem compreensão. Baixa: frequentes erros e imprecisões, comprometem clareza e rigor.
Avaliação global	Classificação final qualitativa	Alta; Média; Baixa	Alta: maioria dos critérios alta. Média: equilíbrio entre alta e média. Baixa: maioria dos critérios baixa.
Observações qualitativas complementares	Comentários e notas adicionais		Comentários qualitativos, notas adicionais relevantes.

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 20

Grelha de análise 4

(Evidências visíveis de interação com o público nas redes sociais)

Período de observação: Observação diária realizada entre 1 e 17 de maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Plataforma mais representativa	Rede social (Facebook, Instagram, YouTube, etc.)	
	Data da observação		
	Título ou descrição da publicação		
	URL ou link direto (se aplicável)		
Interação quantitativa	Indicadores numéricos	Gostos; Comentários; Partilhas; Visualizações (se aplicável)	Números exatos observados:
Temática dos conteúdos	Categoria temática predominante	Sociedade; Cultura; Eventos locais; Informação local; Institucional; Desporto; Académico; Religioso; Meteorologia; Política; Outros	
	Subcategoria temática específica	Campanhas sociais e solidárias; Eventos culturais/religiosos; Eventos desportivos locais; Notícias políticas locais; Ocorrências policiais; Conteúdos curiosos; Outros	
Interação qualitativa com o público	Resposta direta ao público	Sim; Não	Exemplos concretos (tipo de resposta):
Seleção dos conteúdos mais populares	Três conteúdos com maior interação	Título ou descrição breve (1, 2, 3)	Observações adicionais detalhadas:
Observações qualitativas complementares	Comentários adicionais gerais		Comentários qualitativos relevantes, contexto e outras notas adicionais

Nota metodológica: Esta grelha foi desenhada para registo diário das publicações efetuadas por cada rádio analisada, permitindo posteriormente identificar e justificar os três conteúdos com maior interação.

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 21

Grelha de análise 5

(Presença digital efetiva e canal online mais representativo)

Período de observação: Verificação pontual única realizada em maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Distrito	Vila Real / Bragança	
	Jornal analisado	Nome completo do jornal	
Presença digital efetiva	Existência formal de Website próprio	Sim; Não	Nota adicional (ex.: inativo ou ativo):
	Existência formal de Facebook oficial	Sim; Não	Nota adicional (ex.: seguidores, atividade):
	Existência formal de outros canais digitais	YouTube; Instagram; X (Twitter); LinkedIn; Telegram; WhatsApp; Spotify; App	Identificação específica das plataformas adicionais:
Canal digital mais representativo	Plataforma com maior audiência/interação	Facebook; Website; Instagram; YouTube; Outro	Número exato de seguidores (se disponível):
	Observação qualitativa adicional		Comentários sobre estado de atividade, limitações ou destaques específicos:
Observações qualitativas complementares	Notas adicionais gerais		Comentários qualitativos e contexto adicional relevante:

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 22

Grelha de análise 6

(Frequência, periodicidade e formatos dos conteúdos publicados)

Período de observação: Observação diária realizada entre 1 e 17 de maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Distrito	Vila Real / Bragança	
	Jornal analisado	Nome completo do jornal	
Frequência das publicações	Frequência geral	Alta; Média; Baixa	Alta (publicações diárias ou quase diárias) Média (publicações regulares mas não diárias) Baixa (publicações ocasionais ou esporádicas)
Periodicidade específica das publicações	Regularidade específica observada	Diária; Quase diária; Dias úteis; Semanal; Esporádica; Irregular	Exemplos concretos (ex.: "média 1–3 posts/dia, sem publicações aos fins de semana e feriados")
Tipos e formatos dos conteúdos publicados	Formato predominante	Texto puro; Texto + Imagem; Texto + Vídeo; Vídeo; Áudio/podcast; Fotos; Links externos	Exemplos concretos (breve descrição com datas):
	Formatos adicionais relevantes	Texto puro; Texto + Imagem; Texto + Vídeo; Vídeo; Áudio/podcast; Fotos; Links externos; Outros	Exemplos adicionais relevantes (breve descrição com datas):
Secções temáticas	Temática predominante	Sociedade; Política; Economia; Opinião; Cultura; Desporto; Eventos locais; Outros	Exemplos temáticos concretos (breve descrição com datas):
Observações qualitativas complementares	Comentários adicionais gerais		Comentários qualitativos, contexto e notas adicionais relevantes:- Profundidade informativa (alta, média, baixa)- Diversidade temática (alta, média, baixa)- Originalidade dos conteúdos (alta, média, baixa)

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 23

Grelha de análise 7

(Qualidade dos conteúdos publicados)

Período de observação: Observação diária realizada entre 1 e 17 de maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Distrito	Vila Real / Bragança	
	Jornal analisado	Nome completo do jornal	
Qualidade dos conteúdos publicados	Profundidade informativa	Alta (conteúdos completos, detalhados e contextualizados); Média (conteúdos com boa informação, mas com lacunas); Baixa (conteúdos superficiais ou incompletos)	Exemplos concretos observados (descrição breve):
	Diversidade temática	Alta (grande variedade de temas); Média (diversidade moderada, com algumas repetições); Baixa (temas limitados ou repetitivos)	Exemplos concretos observados (descrição breve):
	Originalidade dos conteúdos	Alta (conteúdos distintivos e criativos); Média (conteúdos com elementos originais ocasionais); Baixa (conteúdos previsíveis e repetitivos)	Exemplos concretos observados (descrição breve): Tipos de conteúdos observados: texto só com foto e título, textos isolados, textos com vídeos, textos com galerias de imagens, outros formatos relevantes
Classificação final qualitativa global	Avaliação global	Alta: pelo menos dois critérios classificados como Alta, sem nenhum Baixa; Média/Alta: um critério Alta e dois Média, sem nenhum Baixa; Média: dois critérios Média, podendo existir no máximo um Baixa; Baixa: dois ou mais critérios classificados como Baixa; Não Avaliado: dados insuficientes	Comentário qualitativo e justificativo da classificação final:
Observações qualitativas complementares			Notas adicionais, contexto relevante e comentários qualitativos adicionais:

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 24

Grelha de análise 8

(Interações e envolvimento editorial com o público)

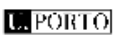
Período de observação: Observação diária realizada entre 1 e 17 de maio de 2025

Categoria principal	Subcategoria	Indicadores	Observações e Exemplos
Identificação	Distrito	Vila Real / Bragança	
	Jornal analisado	Nome completo do jornal	
Interações e envolvimento editorial com o público	Número de conteúdos com interação significativa	Número total de publicações que suscitaram reações significativas (gostos, comentários ou partilhas relevantes). Não inclui publicações com interação mínima ou nula.	Não reflete a totalidade dos conteúdos publicados no período. Excluem-se publicações com interação irrelevante (ex.: 1 gosto isolado).
	Conteúdos de maior interação (Top 3)	Identificação dos 3 conteúdos com maior interação	Exemplos concretos (descrição breve e datas). Pode incluir conteúdos visuais apelativos (ex.: fotografias, vídeos curtos):
	Temáticas específicas mais relevantes	Ex.: sociedade, cultura, desporto, economia, política, segurança pública, campanhas sociais, curiosidades, tradições, entre outras.	Exemplos concretos de temas com maior interação observada (descrição breve):
	Interação direta com o público	Sim; Não	Observações específicas sobre a presença ou ausência de respostas aos leitores ou comentários por parte dos jornais:
	Predomínio de conteúdos de proximidade	Sim; Não	Exemplos específicos que justifiquem a classificação (descrição breve):
	Âmbito predominante dos conteúdos interativos	Regional; Nacional; Ambos	Exemplos específicos e comentários adicionais sobre o âmbito predominante:
	Tipo de interação observada	Gostos; Comentários; Partilhas; Reconhecimento público de figuras ou eventos locais; Outras práticas explícitas de envolvimento	Exemplos concretos das práticas de interação observadas:

Observações qualitativas complementares	Comentários adicionais gerais		Pode incluir: envolvimento emocional observado; valorização de conteúdos visuais apelativos; papel estratégico dos jornais na construção do tecido informativo regional.
--	-------------------------------	--	--

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 25

	Reitoria da Universidade do Porto	DATA: 25/03/2025
---	-----------------------------------	------------------

Nome	Susana Ferrador
Nº. Mecanográfico	201709619
Entidade Constitutiva	FLUP
Título	Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos

Sumário do Pedido

Foi solicitado à Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto a apreciação do projeto a ser desenvolvido pela Requerente no âmbito do seu Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [doravante FLUP].

O referido doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais é lecionado, em parceria, pela Universidade de Aveiro / Departamento de Comunicação e Arte e pela Universidade do Porto / Faculdade de Letras, sendo o seu corpo docente composto por investigadores do DIGIMEDIA, unidade de I&D da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - <http://digimedia.web.ua.pt/people>.

Pretende a Requerente com o desenvolvimento do seu projeto intitulado «Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos» analisar e mapear os meios de comunicação online da região transmontana (distritos de Vila Real e Bragança), com o intuito de compreender o papel que estes desempenham na comunicação local e regional, identificando os desafios e potencialidades associadas ao ciberjornalismo de proximidade.

O projeto conta com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo-lhe sido concedida uma Bolsa de Doutoramento identificada pela referência nº 2020.08380.BD.

Destaca-se que idêntico pedido foi submetido à Comissão de Ética da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, considerando a natureza dos dados recolhidos.

De acordo com a informação recolhida, o estudo é composto por uma metodologia mista [método quantitativo e método qualitativo], ficando assegurado pelas seguintes fases distintas:

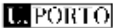
- Levantamento e identificação dos media digitais ativos na região, criando um mapeamento atualizado.
- Realização de inquéritos online a jornalistas dos meios digitais identificados, visando recolher dados quantitativos sobre práticas jornalísticas e perfil dos profissionais.
- Realização de inquéritos online aos habitantes dos 26 concelhos que compõem os distritos de Vila Real e Bragança, visando compreender várias dimensões da sua perceção sobre os media online da sua região.
- Implementação de entrevistas semi-estruturadas individuais e dinâmicas de focus group, permitindo aprofundar qualitativamente os resultados obtidos anteriormente e explorar de forma mais abrangente as perceções e experiências dos participantes.

Síntese do parecer da Encarregada da Proteção de Dados

Face ao exposto, encontra-se o estudo em condições de prosseguir, não obstante deverão ser adotadas medidas de segurança pela Requerente, tais como: o acesso aos dados será restrito à Requerente e, se necessário, aos orientadores e, por último, deverá a Requerente, no «CONVITE À PARTICIPAÇÃO» retirar o seu endereço de correio eletrónico pessoal substituindo-o pelo correio eletrónico institucional da Universidade do Porto, como forma de segurança.

*Com delegação de competências do Reitor, Despacho n.º 9493/2022, publicado no DR, 2ª série, nº 148 de 2 de agosto.

ANEXO 26

	Unidade de Proteção de Dados	DATA: 22/03/2025
---	------------------------------	------------------

PARECER R-36/2025

Nome	Susana Ferrador
Nº. Mecanográfico	201709619
Entidade Constitutiva	FLUP
Título	Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos

Sumário do Pedido

Foi solicitado à Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto a apreciação do projeto a ser desenvolvido pela Requerente no âmbito do seu Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [doravante FLUP].

O referido doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais é lecionado, em parceria, pela Universidade de Aveiro / Departamento de Comunicação e Arte e pela Universidade do Porto / Faculdade de Letras, sendo o seu corpo docente composto por investigadores do DIGIMEDIA, unidade de I&D da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - <http://digimedia.web.ua.pt/people>.

Pretende a Requerente com o desenvolvimento do seu projeto intitulado «Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos» analisar e mapear os meios de comunicação online da região transmontana (distritos de Vila Real e Bragança), com o intuito de compreender o papel que estes desempenham na comunicação local e regional, identificando os desafios e potencialidades associadas ao ciberjornalismo de proximidade.

O projeto conta com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo-lhe sido concedida uma Bolsa de Doutoramento identificada pela referência nº 2020.08380.BD.

Destaca-se que idêntico pedido foi submetido à Comissão de Ética da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, considerando a natureza dos dados recolhidos.

De acordo com a informação recolhida, o estudo é composto por uma metodologia mista [método quantitativo e método qualitativo], ficando assegurado pelas seguintes fases distintas:

- Levantamento e identificação dos media digitais ativos na região, criando um mapeamento atualizado.
- Realização de inquéritos online a jornalistas dos meios digitais identificados, visando recolher dados quantitativos sobre práticas jornalísticas e perfil dos profissionais.
- Realização de inquéritos online aos habitantes dos 26 concelhos que compõem os distritos de Vila Real e Bragança, visando compreender várias dimensões da sua perceção sobre os media online da sua região.
- Implementação de entrevistas semi-estruturadas individuais e dinâmicas de focus group, permitindo aprofundar qualitativamente os resultados obtidos anteriormente e explorar de forma mais abrangente as perceções e experiências dos participantes.

Conclusões

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679) aplica-se ao estudo, pois envolve o tratamento de dados pessoais, nomeadamente:

- Dados sociodemográficos dos participantes.
- Possível autorização para exposição desses dados.

ANEXO 27

Parecer N.º 76/CEFLUP/2025

Referência do projeto: 2020.08380.BD (Bolsa de Doutoramento FCT).

Título do projeto: Ciberjornalismo de proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos.

1. Submetido em: 22.03.2025
2. Proponente / Investigador Responsável: Susana Cristina Magalhães Ferrador
3. Equipa de investigadores: n.a.
4. Documentos anexos ao pedido de parecer (descrição): Carta dirigida à Presidente da CEFLUP; pedido de parecer à CEFLUP; Resumo do projeto; Termo de consentimento informado; Protocolo de gestão, armazenamento e/ou eliminação dos dados resumido; Curriculum Vitae da requerente.
5. Natureza e contexto do projeto (projeto a ser desenvolvido por): projeto desenvolvido para efeitos de uma dissertação de doutoramento no programa de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais ministrado nas Universidades do Porto e Aveiro, orientada pelos Professores Doutores Fernando Zamith e Pedro Jerónimo.
6. Financiamento:
 - ☒ Financiada
 - ☐ Não financiada
7. Local/Locais onde será realizado: nos 26 concelhos que compõem os distritos de Bragança e Vila Real.
8. Objetivo da investigação: Mapear e analisar os media online transmontano; conhecer as percepções do público transmontano relativamente ao trabalho dos media da sua região.
9. Instrumentos de recolha de dados e tipo de suporte a utilizar: Entrevistas por zoom e de forma presencial; focus group a realizar presencialmente.
10. Participantes: Profissionais que trabalham nos órgãos de comunicação social sediados nos distritos de Vila Real e Bragança e habitantes dos 26 concelhos que integram os referidos distritos.
11. Critérios de inclusão (se aplicável):
12. Riscos/ benefícios que poderão advir para os participantes: Não se prevê qualquer risco associado à participação no estudo. É referido que um dos benefícios para os participantes será o acesso aos resultados da investigação, assim como a produção de conhecimento útil para o desenvolvimento da região.
13. Consentimento e confidencialidade da informação: é apresentado um protocolo de gestão, armazenamento e/ou eliminação dos dados detalhado.
14. Protocolo de gestão e armazenamento de dados: É identificado o processo de recolha, armazenamento, acesso e eliminação dos dados. São facultadas duas opções de "Anonimização e

Identificação dos participantes". Dado serem utilizadas entrevistas a uma amostra pequena, em que é pedida a identificação dos participantes (e.g. nome, profissão, idade), a requerente garantiu à CEFLUP (email enviado a 12 de julho de 2025) a anonimização integral, sem qualquer menção que permita a sua identificação direta ou indireta.

15. Data previsível de conclusão: 31 de julho 2025.

PARECER: A CEFLUP reconhece a pertinência do estudo proposto e considera que estão salvaguardados os procedimentos éticos, nomeadamente em matéria de anonimato, confidencialidade da informação e sua eliminação após a conclusão do estudo.

O projeto conta com o parecer favorável da Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto (PARECER R-36/2025).

Face ao exposto, a CEFLUP emite parecer favorável ao projeto "Ciberjornalismo de proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos".

O/A Relator/a:

Prof. Doutora Isabel Dias

Prof. Doutora Isabel Dias

FLUP, 17 de julho de 2025.

A Presidente:

Prof. Doutora Isabel Dias

Prof. Doutora Isabel Dias

FLUP, 17 de julho de 2025.



CONVITE À PARTICIPAÇÃO

Esta entrevista e/ou dinâmica de *focus group* (o que for aplicável) integra uma investigação académica desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento intitulada "Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos", realizada no contexto do programa de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais ministrado nas Universidades do Porto e Aveiro, da autoria de Susana Ferrador, sob orientação dos Professores Doutores Fernando Zamith e Pedro Jerónimo. O projeto conta com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo-lhe sido concedida uma Bolsa de Doutoramento identificada pela referência nº 2020.08380.BD.

A entrevista (se aplicável) constitui uma técnica fundamental para a recolha de dados qualitativos, permitindo explorar as perceções e experiências dos entrevistados. As entrevistas serão semi-estruturadas, garantindo flexibilidade e profundidade nas respostas.

A dinâmica de *focus group* (se aplicável) será realizada garantindo representatividade geográfica e diversidade de opiniões.

O objetivo de ambas as dinâmicas é, por um lado, aprofundar os resultados de um estudo quantitativo implementado à escala transmontana e, por outro lado, ajudar a mapear e analisar os media online que operam nos distritos de Vila Real e Bragança.

A sua participação é essencial para aprofundar o conhecimento sobre esta realidade concreta.

A investigação conta com os pareceres positivos da Comissão de Ética da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (parecer nº 76/CEFLUP/2025) e da Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto (parecer nº 36/2025).

A qualquer momento poderá solicitar o exercício dos seus direitos de acesso, retificação, apagamento ou limitação do tratamento dos seus dados, enviando este pedido por e-mail para up201709619@g.uporto.pt. O exercício destes direitos poderá ser limitado, se já não for possível identificar o conjunto de dados que lhe diz respeito.

Caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento legítimo, tem também o direito de apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (<https://www.cnpd.pt/>). Para qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos, enviando uma mensagem para: up201709619@g.uporto.pt. Dúvidas sobre o tratamento dos seus dados e os direitos que pode exercer neste âmbito poderão, também, ser endereçadas à Encarregada da Proteção de Dados da Universidade do Porto: dpo@reit.up.pt.

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração,
Susana Ferrador
up201709619@g.uporto.pt

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Compreendi a explicação que me foi dada sobre a investigação que está a ser realizada. Entendo que os resultados do estudo podem ser publicados em revistas científicas, divulgados pelos media, apresentados em reuniões ou eventos científicos e usados em outras atividades de investigação.

Ao participar no projeto, autorizo a gravação áudio da entrevista e/ou da dinâmica de *focus group* e o uso dos meus dados exclusivamente para a finalidade da investigação que lhe está associada. Tomei ainda conhecimento que a gravação áudio só será conservada até à altura em que a transcrição da entrevista / *focus group* seja efetuada.

Opções relativas à identificação:

Autorizo explicitamente que os seguintes dados sejam mencionados no âmbito da tese e em eventuais publicações ou comunicações associadas.

- a) Nome
- b) Idade
- c) Sexo
- d) Ocupação
- e) Empresa onde exerce a profissão (se aplicável)
- f) Cargo exercido (se aplicável)
- g) Último grau de instrução concluído
- h) Concelho onde reside
- i) Concelho onde trabalha

Sim () | Não ()

Poderá, a qualquer momento, entrar em contacto com a equipa de investigação (através do contacto up201709619@g.uporto.pt) caso deseje que as suas respostas não sejam incluídas no estudo.

Poderá ainda usar o mesmo contacto se desejar ter acesso aos elementos produzidos pela investigação no final da mesma.

Assinatura do/a participante:

Data ____/____/____

Protocolo de Gestão, Armazenamento e Eliminação dos Dados

Título do projeto: "Ciberjornalismo de Proximidade: mapeamento e análise dos media online transmontanos"

1. Recolha e Armazenamento dos Dados

Todos os dados recolhidos serão armazenados em formato digital seguro, protegido por palavra-passe e com acesso restrito à investigadora responsável. Os dados serão mantidos num computador seguro e em plataformas cloud seguras e encriptadas, cumprindo o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

2. Opções de Anonimização e Identificação Explícita

Cada participante será informado das duas opções seguintes no formulário de consentimento informado:

a) Autorização explícita para identificação, nomeadamente nome, profissão e informações profissionais relevantes.

b) Anonimização integral, sem qualquer menção que permita a identificação direta ou indireta.

3. Acesso aos Dados

O acesso será restrito à investigadora principal e aos orientadores da investigação, respeitando as opções de anonimização ou identificação explicitamente autorizadas pelos participantes.

4. Gestão e Conservação dos Dados

Os dados serão conservados durante a execução do projeto e até um máximo de 5 anos após a sua conclusão, garantindo a confidencialidade e integridade dos mesmos, sempre em conformidade com as opções selecionadas pelos participantes.

5. Eliminação dos Dados

Após o período de conservação definido, os dados serão eliminados permanentemente dos suportes digitais através de métodos seguros e definitivos.

6. Comunicação dos Resultados

Os resultados serão comunicados respeitando a escolha dos participantes quanto à anonimização ou identificação explícita, garantindo rigor científico e ético na divulgação pública dos resultados.